

# Temporalidades

Revista de História



Edição 25 - Vol. 9, nº3  
Set./Dez. 2017  
ISSN: 1984-6150

Dossiê Temático:  
**130 anos da Abolição:  
História, luta e resistência  
escrava no Brasil**

Revista Discente do Programa  
de Pós-Graduação em História  
da UFMG  
[www.fafich.ufmg/temporalidades](http://www.fafich.ufmg/temporalidades)



## Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] / Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. –  
Edição 25, v. 9, n. 3 (set./dez. 2017) – Belo Horizonte: Departamento de  
História, FAFICH/UFMG, 2018.

Quadrimestral a partir de 2013  
Títulos e resumos em português e inglês  
ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades>  
<http://seer.ufmg.br/index.php/temporalidades/index>

1. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade  
Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.  
Departamento de História.

CDD 901

### Publicação Indexada

Sumários.org (Brasil)

Periódicos Capes (Brasil)

Latindex (México)

Diadorim (Brasil)

Open Aire (U. E.)

PKP Index (Estados Unidos)

Livre! (Brasil)

### Endereço:

Temporalidades Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG  
Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha.  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.  
31270-910 – Belo Horizonte/MG, Brasil

*e-mail:* [temporalidades@gmail.com](mailto:temporalidades@gmail.com)

*homepage:* [www.fafich.ufmg.br/temporalidades](http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades)

Os direitos de publicação desta edição são da Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História – Janeiro/2018.



# Expediente

## **Universidade Federal de Minas Gerais**

Reitor: Jaime Arturo Ramírez

## **Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**

Diretor: Prof. Dr. Orestes Diniz Neto

## **Departamento de História**

Chefe: José Newton Coelho Meneses

## **Colegiado de Pós-Graduação**

Coordenador: Douglas Áttila Marcelino

## **Editor Chefe**

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

## **Comissão Editorial 2017/2018**

Ana Carolina Rezende Fonseca  
Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Gislaine Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Brener Vertchenko  
Isabela Cristina Rosa  
Jéssica Bley da Silva Pina  
João Batista Teófilo Silva

## **Conselho Editorial Consultivo Nacional**

Adriana Romeiro (UFMG)  
Adriana Vidotte (UFG)  
Angelo Adriano Faria de Assis (UFV)  
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)  
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)  
Bruno Tadeu Salles (UEG)  
Carlos Alvarez Maia (UERJ)  
Diego Omar da Silveira (UEA)  
Durval Muniz Albuquerque Júnior (UFRN)  
Eduardo França Paiva (UFMG) Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)  
Francismery Alves da Silva (UNIR)  
George F. Cabral de Souza (UFPE)  
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)  
Igor Salomão Teixeira (UFRGS)  
Iranilson Buriti de Oliveira (UFCEG)  
João Pinto Furtado (UFMG)  
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)  
Jorge Luiz Bezerra Nóvoa (UFBA)  
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)  
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)  
Kátia Gerab Baggio (UFMG)  
Leandro Duarte Rust (UFMT)  
Márcia Sueli Amantino (Universo)  
Marco Morel (UERJ)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)  
Milene de Cássia Silveira Gusmão (UESB)  
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)

Paulo Pinheiro Machado (UFSC)  
Raquel Costa Santos (UESB)  
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)  
Roberta Guimarães Franco Faria Assis (UFLA)  
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)  
Samantha Viz Quadrat (UFF)  
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)  
Solene Biscouto Fressato (UFBA)  
Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano (UFPB)  
Tiago Luís Gil (UnB)  
Virginia Maria Trindade Valadares (PUC-MG)  
Yllan de Mattos Oliveira (UFRRJ)

## **Conselho Editorial Consultivo Internacional**

Claudia Damasceno Fonseca (Universidade Paris 3-Sorbonne Nouvelle)  
Fátima Sebastiana Gomes Lisboa (Université Paul Valéry, Montpellier III)  
Fernanda Olival (U.Évora-CIDEHUS)  
Fernando Jesus Bouza Alvarez (Universidade Complutense de Madrid- UCM)  
Hal Langfur (University of Buffalo)  
Hernán Pas (Universidad Nacional de La Plata)  
José Manuel Santos (Universidad de Salamanca)  
Mafalda Soares da Cunha (U.Évora)  
Maria de Deus Beites Manso (U.Évora)  
Nuno M. M. P. Tarouca Camarinhas (CEDIS)  
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)  
Roberta Giannubilo Stumpf (Centro de História do Além-Mar – CHAM)  
Seth W. Garfield (University of Texas)

## **Revisão**

Ana Carolina Rezende Fonseca  
Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Gislaine Gonçalves Dias Pinto  
Henrique Brener Vertchenko  
Isabela Cristina Rosa  
Jéssica Bley da Silva Pina  
João Batista Teófilo Silva

## **Diagramação**

Ana Carolina Rezende Fonseca

## **Capa**

Imagem: “A Guerra dos Palmares Óleo sobre tela de Manoel Victor Filho, século XX.  
Fonte: <http://multirio.rio.rj.gov.br/.../hist.../brasil-monarquico/8740>  
Montagem por Gislaine Gonçalves Dias Pinto

## **Open Journal Systems/Banco de Dados**

Felipe Silveira de Oliveira Malacco  
Jéssica Bley da Silva Pina



## Agradecimento aos pareceristas *ad hoc* e ao Conselho Consultivo

A revista *Temporalidades* é uma publicação discente, que almeja divulgar trabalhos científicos de excelência, que contribuam para o incremento dos debates na área de História. Esse objetivo vem sendo atingido graças à colaboração prestimosa de inúmeras pessoas, em especial dos pareceristas *ad hoc*, que, a partir de todas as regiões do Brasil, disponibilizam seu tempo e seus conhecimentos para a avaliação criteriosa dos textos confiados ao periódico. Agradecemos a esses pesquisadores pelo seu trabalho voluntário, na certeza de que, graças ao seu empenho e dedicação, esta edição de *Temporalidades* desponta como mais um capítulo de sucesso na trajetória acadêmica da revista. Agradecemos também, nesse espaço, aos membros do Conselho Consultivo que estão sempre a nossa disposição.

Alex Andrade Costa (UFBA)	Deusa Maria de Souza (UFPa)
Alex Andrade Costa (UFBA)	Diana Mendes Machado da Silva (USP)
Ana Cristina Meneses de Sousa Brandim (UESPI)	Diego Pereira Santos (UNAMA)
Ana Margarida Santos Pereira (Universiteit van Amsterdam, UvA)	Edson Hely Silva (UFPE)
Andre Ricardo Nunes Martins (UNIEURO)	Elione Silva Guimarães (UFF)
Andrezza Christina Ferreira Rodrigues (PUC/SP)	Eunícia Barros Barcelos Fernandes (PUC-Rio)
Antonia Aparecida Quintão dos Santos Cezerilo (UPM)	Fabiana Léo Pereira do Nascimento (UFMG)
Antonia Valtéria Melo Alvarenga (UEMA e UESPI)	Felipe Alves de Oliveira (UFOP)
Arilson dos Santos Gomes (UNILAB)	Fernanda Mara Borba (Udesc)
Bruna Marina Portela (UFPR)	Fernando Bagiotto Botton (UFPR)
Bruno César do Nascimento (UFES)	Flavia Fernandes de Souza (UFF)
Bruno Guilherme Feitler (USP)	Francisco de Paula Souza de Mendonça Júnior (UFSM)
Bruno Pinheiro Rodrigues (UFMT)	Gabriel Almeida Antunes Rossini (UFABC)
Bruno Vinicius Leite de Moraes (UFMG)	Genilson Ferreira da Silva (UNEB)
Camila Moraes Marques (UVA)	Geraldo Barbosa Neto (PUC SP)
Carlos Alberto Medeiros Lima (UFPR)	Gustavo Monteiro de Rezende (UERJ)
Carlos Daniel Paz (REAL, UNICEN, Argentina)	Ingrid Silva de Oliveira Leite (UFF)
Carmélia Aparecida Silva Miranda (UNEB)	Jean Rodrigues Sales (UFRRJ)
Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (UFT)	Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto (UPE)
César Hauelsen Zimerer Perpétuo (UFES)	Jocelito Zalla (UFRS)
Cleyton Rodrigues dos Santos (Faculdade La Salle de Lucas do Rio Verde)	José Luiz Goldfarb (PUC SP)
Clóvis Mendes Gruner (UFPR)	José Valdenir Rabelo Filho (UFF)
Daniel Trevisan Samways (IFSP)	Katya Vietta (Funai)
David William Aparecido Ribeiro (USP)	Keila Auxiliadora de Carvalho (UFVJM)
	Laurinda Rosa Maciel (FIOCRUZ)
	Leonardo Dallacqua de Carvalho (Fundação Oswaldo Cruz)
	Letícia Batistela Silveira Guterres (UFRJ)
	Luana Teixeira (UFPE)
	Lucian Souza da Silva (UFPB)





Luciana Murari (UCS)  
Luis Fernando Cerri (UEPG)  
Luiz Alberto de Souza (UFSC)  
Márcia Bortoli Uliana (UFGD)  
Marcos Alexandre Capellari (IFSP)  
Maria Aparecida de Oliveira Lopes (UFSB)  
Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (UFAL)  
Marileide Lazara Cassoli (UFMG)  
Melina Kleinert Perussatto (UFRGS)  
Miquéias Henrique Mügge (PRINCETON)  
Miriam Hermeto Sá Motta (UFMG)  
Moema Rodrigues Brandão Mendes (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora)  
Nelson Job Vasconcelos de Carvalho (UFRJ)  
Paulo César Gomes Bezerra (UFRJ)  
Paulo Roberto de Almeida (UFF)  
Paulo Tadeu da Silva (UFABC)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Rafael da Cunha Scheffer (UNILAB)  
Raquel de Oliveira Souza (Colégio A4/UFRRJ))  
Régia Agostinho da Silva (UFMA)  
Regina Soares de Oliveira (UFSB)  
Renato da Silva Dias (UNIMONTES)  
Ricardo Pinto de Medeiros (UFPE)  
Ricardo Tadeu Caires Silva (UFPR)  
Rodrigo Elias Caetano Gomes (UFF)  
Roger Anibal Lambert da Silva (UFF)  
Rosivaldo dos Santos Souza (UPE)  
Silvânio Paulo de Barcelos (UFMT)  
Tania Regina de Luca (UNESP)  
Tânia Regina Zimmermann (UFMS)  
Thiago Campos Pessoa Lourenço (UFF)  
Thiago Clemence Sapede (Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales)  
Vagner Silva Ramos Filho (UFC)  
Vinícius Aurélio Liebel (UFF)  
Viviane Gomes de Ceballos (UFCEG)  
Washington Kuklinski Pereira (PUC/SP)  
William de Souza Martins (UFF)



## SUMÁRIO

Editorial: "130 ANOS DA ABOLIÇÃO: HISTÓRIA, LUTA E RESISTÊNCIA  
ES CRAVA NO BRASIL" .....9-15

### Dossiê

**Apresentação do Dossiê**.....16-21

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias

**Dos efeitos do ato contra o comércio de escravizados à segunda escravidão/** The effects of  
slave trade act to second slavery.....22-36

Amanda Bastos da Silva

**As lições de Bernardo Guimarães em A Escrava Isaura: escravidão e literatura na segunda  
metade do século XIX/** Bernardo Guimarães' lessons in "A Escrava Isaura": Slavery and literature in the second  
half of the 19th century.....37-58

Daniela Magalhães da Silveira

***Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder  
quilombola / King Ambrósio of Minas Gerais and the dazzling of the history and memory of a quilombola  
leader***.....59-72

Jeremias Brasileiro

**A memória da "Grande África" carioca/** The memory of greater carioca África.....73-85

Julia Neves Toledo; Bruna Stutz Klem

**Africanos libertos em tempos de escravismo: um pouco mais sobre a precariedade da  
liberdade no Brasil oitocentista/** Freed Africans in times of slavery: a little more on the precariousness of  
freedom in Nineteenth Century Brazil.....86-107

Mateus Rezende Andrade



**Interfaces do movimento abolicionista brasileiro: a imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)/** Interfaces of the Brazilian abolitionist movement: the Alagoan abolitionist press (second half of the nineteenth century).....108-131

Ricardo Alves da Silva Santos

**A Inquisição ou o cativo? A trajetória de dois escravizados degredados pelo Santo Ofício português /** The Inquisition or the captivity? The trajectory of two enslaved people exiled by the Portuguese Holy Office.....132-153

Thaís Tanure de Oliveira Costa

**Os fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança no jornal A Federação: a construção de uma memória republicana sobre a abolição (RS, 1884-1889)/** The biographical fragments of Joaquim Nabuco and Princess Isabel de Bragança in the newspaper A Federação: the construction of a republican memory on the abolition (RS, 1884-1889).....154-173

Tuane Ludwig Dohl

**Comércio de mão de obra escravizada numa economia de mercado interno: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1861-1888) /** Trade of enslaved labor in an internal market economy: the slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG) and its connections (1861-1888).....174-196

Ulisses Henrique Tizoco

## Artigos Livres

**A memória em Foco: O uso da memória do cangaço a serviço do turismo na cidade de Mossoró/RN/** The memory in Focus: The use of memory of Cangaço in the service of tourism in the city of Mossoró/Rio Grande do Norte.....197-211

Antônio Robson de Oliveira Alves



<b>Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso/</b> Ugliness as evidence of delinquency: an analysis of Ravachol according to Cesare Lombroso.....	212-228
Bruno Corrêa de Sá e Benevides	
<b>Legislação e conflito no reino do Kongo do século XVI/</b> Legislation and conflict in the kingdom of Kongo sixteenth and seventeenth centuries.....	229-243
Bruno Pastre Máximo	
<b>Para uma história da ciência quinhentista: entre desafios e anacronismos /</b> For a history of sixteenth-century science: between challenges and anachronisms.....	244-258
Diego Pimentel de Souza Dutra	
<b>A nova história política/</b> The new politic history.....	259-270
Fabrício Ferreira Medeiros	
<i>A crônica e o jornal: Lourenço Diaféria na Folha de S. Paulo /</i> The chronicle and the newspaper:	
<i>Lourenço Diaféria in Folha de S. Paulo</i> .....	271-283
Kelly Yshida	
<b>A fábrica Bangu: um olhar sobre a história do Brasil através do local/</b> The Bangu Factory: a look at the Brazilian History through the place.....	284-301
Matheus Mendanha Cruz	
<b>Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XIX)/</b> Administration by epistles: the circulation of news between Brazil and Portugal (XVII-XIX).....	302-314
Nayara Vignol Lucheti	





**Relações entre magia e astrologia na Idade Média/ Intercourses between magic and astrology in the Middle Ages.....315-329**

Thainan Noronha de Andrade

**A devoção mercedária e o associativismo leigo da Europa ao Novo Mundo: redenção dos cativos, salvação das almas e apropriações do culto/ The devotion of Nossa Senhora das Mercês and the lay associationism from Europe to the New World: captives redemption, salvation of souls and the cult appropriations.....330-353**

Vanessa Cerqueira Teixeira

**A prática política em "tempos de clandestinidade": as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada / Political practice in "times of clandestinity": PC do B's militant tactics to convince residents of the Araguaia to the project of prolonged popular war.....354-370**

Wellington Sampaio da Silva

## Entrevistas

**Entrevista com Angela Alonso.....371-374**

Felipe Silveira de Oliveira Malacco; Gislaine Gonçalves Dias Pinto

**Entrevista com Beatriz Gallotti Mamigonian.....375-378**

Felipe Silveira de Oliveira Malacco; Gislaine Gonçalves Dias Pinto

**Entrevista com Sidney Chalhoub.....379-383**

Felipe Silveira de Oliveira Malacco; Gislaine Gonçalves Dias Pinto



## Editorial

### “130 anos da Abolição: História, Luta e Resistência Escrava no Brasil”

É com alegria e satisfação que lançamos a 25ª edição da *Temporalidades*, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais. Em mais um momento de tentativa de precarização do ensino superior público, com cortes orçamentários que chegam à casa do R\$ 13 bilhões, consideramos um ato resistência e coragem iniciativas que partem desse tipo de instituição, com a toada de valorização do trabalho acadêmico, buscando ampliar os meios de divulgação do conhecimento, em nosso caso, o histórico.

Resistência e coragem, inclusive, que foram indispensáveis para o acontecimento da efeméride que inspirou o nosso atual dossiê temático, “130 anos da Abolição: História, Luta e Resistência Escrava no Brasil”. Afinal, em 2018, rememora-se 130 anos da assinatura da Lei Áurea pela então princesa regente Isabel. A Abolição, contudo, não pode ser associada a um ato isolado e cristalizado em uma data estanque. A busca pela liberdade é indissociável à existência da escravidão. Logo, a luta pela abolição foi um processo de longa duração, que envolveu todas as nuances do período escravista. Foi justamente nesse sentido que este dossiê se configurou amplo, aceitando trabalhos que focassem os diversos aspectos do escravismo moderno e sua ligação com o Brasil (1444-1888).

Escravidão moderno contém inegáveis relações de poder. Relações essas em que o escravizado era, ao menos em âmbito jurídico e social, coisificado, mercantilizado. Não há naturalidade nesse tipo de relação. Não há, como negar, o peso da escravidão. Porém, apesar de ser coisificado, os escravizados<sup>1</sup> resistiam. Através de suicídios, fugas, formação de quilombos, organizando-se social e politicamente e, até mesmo, aproveitando-se dos meandros das leis coloniais e imperiais. São inúmeros os casos de resistência à imposição da situação escravista. Nesse

---

<sup>1</sup> É justamente nesse sentido que optamos aqui por utilizar o nome escravizado em lugar de escravo. Ao utilizarmos o termo escravizado, queremos passar a ideia de que a escravidão não era algo inerente a pessoa, que retirava sua condição de humanidade. Ao contrário, era uma condição que lhe era imposta e a essa imposição, ela resistia.



sentido, podemos inclusive pensar o fim da escravidão como um produto da resistência dos próprios escravizados em relação à escravidão.

Quase cem anos se passaram, porém, até o momento em que a agência escrava fosse pensada pela historiografia como decisiva para a abolição da escravidão. Angela Alonso<sup>2</sup>, em um apanhado sobre a historiografia que debate o tema, a dividiu em três diferentes momentos. O primeiro, forte a partir da década de 1960, uma segunda linha, marxista, propõe “a leitura da escravidão como parte do sistema capitalista e instituição responsável pela singularização das nações pós-coloniais. A abolição é explicada a partir da dinâmica peculiar do capitalismo brasileiro e de sua expansão, que exigiria um mercado de trabalho livre”<sup>3</sup>.

Um segundo momento, que ganhou força na década de 1980 e em muito foi influenciado pelos escritos de E. P. Thompson, deu maior enfoque a agência dos escravizados no processo da abolição, seja na resistência quotidiana, seja no plano institucional. O terceiro, tributário de Robert Conrad, pensou a questão a partir das disputas políticas parlamentares e no espaço público. Nessa chave, valoriza-se as instituições políticas, se embasando no incontornável fato de que a abolição se deu pela via institucional, através da lei Áurea, e não por mudanças do sistema político-econômico ou por uma revolta escrava. Em síntese, escreve Angela Alonso:

Essas três famílias interpretativas, resumidas aqui a alguns de seus membros, operaram uma divisão do trabalho intelectual: uma privilegia fatores estruturais, outra o ativismo dos escravos, a terceira, as instituições políticas. Todas registram manifestações abolicionistas no espaço público, uma campanha pública pela abolição da escravidão, mas não tomam o assunto como objeto de estudos *per se*.

Um quarto momento de estudos sobre a abolição, do qual a autora é proponente, é o que aborda a abolição da escravidão enquanto movimento social. Tributária de Charles Tilly, Alonso assim define movimento social e o relaciona com o processo da abolição da escravidão no Brasil:

Charles Tilly argumenta que foi no curso da campanha contra o tráfico de escravos que os ingleses inventaram o “movimento social”, tipo de política que combina campanha de pressão sobre autoridades, uso de repertório de confronto comum (organização de associações, publicações e eventos de padrão similar) e manifestações públicas repetidas por parte de grande número de pessoas, cujo compromisso perdura diante das adversidades. Um movimento social não é ator coletivo orgânico, é maneira extraparlamentar de fazer política, à qual recorrem

---

<sup>2</sup> ALONSO, Angela. O Abolicionismo como Movimento Social. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 100, 2015.

<sup>3</sup> ALONSO. **Novos Estudos Cebrap**, p. 118.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **Novos Estudos Cebrap**, p. 119.



grupos sem acesso ou capacidade de impactar a política institucional. A mobilização brasileira pela abolição da escravidão preenche os critérios à sobeja. Entre ações institucionais, manifestações públicas em espaço fechado ou aberto, ações simbólicas, diretas, de difusão e de confrontação foram 2214 eventos de protesto. Campanha contínua por décadas, com associações e eventos coordenados e nacionais, que recrutou vultoso contingente de adeptos nas maiores cidades do país e se embrenhou pelo interior, o abolicionismo foi o primeiro movimento social brasileiro<sup>5</sup>.

Nesta interessante definição, Angela Alonso atribui grande abrangência ao movimento abolicionista, pensando-o em suas variadas esferas de ação, desde o jogo de ação e reação com os governos e contra-movimentos, bem como as táticas e planos de ativismo que variaram de acordo com a conjuntura política, seja nacional, seja internacional. Reconhecendo a importância dos trabalhos anteriores, que ressaltaram a agência dos escravizados neste momento, Alonso amplia a esfera do abolicionismo, trazendo à cena um amplo cenário de mobilização, que utilizou-se dos mais diferentes métodos para atingir seu objetivo. Nas senzalas, teatros, tribunais, parlamento, das ruas de grandes cidades brasileiras a busca de apoio em Londres ou Paris, os agentes do abolicionismo mobilizaram um imenso repertório que levou, ao fim, à assinatura da Lei Áurea em 1888.

Hoje, 130 anos após a abolição, é de suma importância rememorar, rediscutir, repensar o passado. Ainda mais em um momento político tão conturbado, quando o que se desenhou desde o golpe político-parlamentar de 2016. As “reformas” políticas, como a Trabalhista e a da Previdência, tem gerado comparações entre a atual situação da classe trabalhadora brasileira e um eventual “retorno à escravidão”.

Naturalmente, nenhuma relação de trabalho se compara à escravidão. Afinal, a própria condição de humanidade era jurídica e socialmente retirada dos escravizados. Porém, de fato, estamos em um momento crítico, de retirada de direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, que irão em muito precarizar as relações de trabalho. Vivemos um momento em que as elites tentam, a todo custo, manter seus privilégios, assim como durante todo o período de existência de senhores e escravizados.

Mais que isso, sabemos que apesar da abolição, os projetos que poderiam ser mais efetivos para inserção dos ex-escravizados na sociedade brasileira não foram colocados em prática. Os

---

<sup>5</sup> ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas: o Movimento Abolicionista Brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 351-352.





nefastos resultados podem ser vistos no último senso do IBGE, de 2016. Dos 16,2 milhões de pessoas que vivem em extrema pobreza no país, 70,8% são negros. Eles são ainda 80% dos analfabetos do país. Recebem estatisticamente salários 2,4 vezes menores do que os recebidos por pessoas brancas. Mais de 64% dos afrodescendentes brasileiros não completaram a educação básica. A violência também tem dimensão racial. Dos 56 mil homicídios cometidos no Brasil, 23 mil vítimas são negros menores de 29 anos. No Rio de Janeiro, 80% das mortes causadas por ações policiais são de pessoas negras. Os negros são ainda 75% da população carcerária<sup>6</sup>. Num cenário como o atual, de retirada de direitos, a tendência é de quem já está em uma pior condição, tenha ainda mais dificuldades de possuir o básico para viver com dignidade. Daí advém as comparações entre as atuais reformas e um eventual “retorno à escravidão”. E convenhamos, não há, portanto, como negar que exista alguma relação.

Feita esse breve introdução, gostaríamos de agradecer ao professor doutor Carlos de Oliveira Malaquias, que prontamente atendeu o nosso chamado para a escrita da apresentação e organização deste dossiê. Agradecemos também ao professor doutor Sidney Chalhoub e às professoras doutoras Beatriz Gallotti Mamigonian e Angela Alonso, que gentilmente nos concederam as instigantes entrevistas que constam nas páginas finais desta edição da *Temporalidades*.

Agradecemos, também, aos os autores que enviaram seus artigos para o dossiê temático e artigos. Todos possuem discussões fundamentais para o desenvolvimento de uma produção historiográfica consistente. No que concerne aos artigos livres, nesta edição são temos os mais diversos temas.

“A memória em Foco: O uso da memória do cangaço a serviço do turismo na cidade de Mossoró/RN”, de Antônio Robson de Oliveira Alves Correio, trata dos usos da memória do cangaço, presentes na produção da elite intelectual mossoroense na década de 1970 e 1980, cujas narrativas contribuíram para a construção de um passado célebre. Aborda, também a questão da do enobrecimento indenitário daqueles que residem no município de Mossoró foi construído a partir dos lugares de memória, bem como das ações por parte do poder público no campo do turismo, que visam o aumento na economia local e a manutenção de uma identidade permeada pelo constructo de “cidade da resistência”, fomentando assim, os usos e desusos do passado.

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/brasil-violencia-pobreza-e-criminalizacao-ainda-tem-cor-diz-relatora-da-onu-sobre-minorias/>



Já o artigo “Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso”, de Bruno Corrêa de Sá e Benevides, tem por tema as teorias sobre o crime de Cesare Lombroso, desenvolvidas a partir da segunda metade do século XIX. Essas contribuíram para a criminalização da prática do anarquismo na Europa, atribuindo aos ácratas a pecha de anormais ou de monstros sociais. O artigo pretende demonstrar como Ravachol, o “lendário” anarquista, foi diagnosticado, por Lombroso, como delinquente, devido às suas características antropométricas e por estar envolvido em ações terroristas. Assim Ravachol foi transformado em um símbolo de uma monstruosidade social.

Em “Legislação e conflito no reino do Kongo do século XVI”, de Bruno Pastre Máximo, a abordagem se refere aos aspectos do funcionamento do sistema jurídico do reino do Kongo no século XVI. Por meio de uma análise documental, o autor procura discutir como este sistema se alterou a partir do contato e das influências europeias, em especial de Portugal e do Vaticano. Desta forma, o texto abordará os conflitos surgidos do contato entre os diferentes sistemas jurídicos, que se intensificaram quando das disputas de sucessão monárquica no Kongo, durante este período.

O artigo intitulado “Para uma história da ciência quinhentista: entre desafios e anacronismos”, de Diego Pimentel de Souza Dutra, faz um levantamento dos principais desafios existentes no estudo do conhecimento científico europeu, no período que transcorre entre a Idade Média e a Idade Moderna. O autor pretende demonstrar como a concepção de ciência renascentista não configurava-se como um saber caótico, estando, mas sim um conhecimento fortemente estruturado. Seu intuito também é de dar visibilidade às correntes de pensamentos que caíram no esquecimento durante o processo de edificação de uma ciência moderna, para demonstrar que a Revolução Científica do século XVII teve contribuições fundamentais de segmentos que, no entanto, a historiografia tradicional tratou de negligenciar.

Em “A nova história política”, Fabrício Ferreira Medeiros, discutirá sobre o processo de renovação da história política, iniciada a partir da década de 1970, depois de um período no qual sofreu com a indiferença de diversos historiadores. Nesse contexto, então, o interesse pela política foi revigorado, em consonância com a influência de circunstâncias exteriores à produção histórica e diante de mudanças de perspectivas germinadas dentro da própria historiografia, em especial, de origem francesa. Ao ter como mote de discussão este processo, o autor pretende-se identificar as



contribuições teóricas e suas principais características daquilo que se pode chamar de nova história política.

“A crônica e o jornal: Lourenço Diaféria na Folha de S. Paulo”, de Kelly Yshida, tem como objeto/ fonte as crônicas jornalísticas de Lourenço Carlos Diaféria, escritor que atuou na Folha de S. Paulo durante a vigência da ditadura militar. Para tal discussão, a autora lança mão de estudos de diferentes áreas de conhecimento de modo a evidenciar as relações entre jornalismo e literatura.

“Arte e imaginário: representações da natureza nos vitrais da Catedral de Barcelona (séculos XIV e XV)”, de Lorena da Silva Vargas, visa compreender a relação do homem com o meio físico e espiritual durante a Baixa Idade Média, tendo como objeto de análise os elementos artísticos da arquitetura gótica, especificamente os vitrais da Catedral de Barcelona - Região da Catalunha, Espanha - entre os séculos XIV e XV.

Em “A fábrica Bangu: um olhar sobre a história do Brasil através do local”, de Matheus Mendanha Cruz, a abordagem é sobre o ensino de história pelo viés da História Local. Para dissertar sobre o tema, o autor trata da história da Fábrica Bangu, inserida no contexto de desenvolvimento industrial do Brasil entre o século XIX e XX. Matheus Mendanha aborda, também, os aspectos cotidianos da vida dos operários no interior e no exterior dos muros das fábricas.

Já o artigo “Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XIX)”, de Nayara Vignol Lucheti, analisará as prescrições nos Regimentos dos Governadores do Brasil e a correspondência administrativa enviada, principalmente, ao Conselho Ultramarino. Com tais documentos em foco, a autora busca compreender o sistema de governação por escrito na América portuguesa. Além disso, discute a importância das epístolas administrativas para contar, na esfera dos membros da administração e governança brasílicas, o que ocorria no além-mar.

O trabalho intitulado “Relações entre magia e astrologia na Idade Média”, Thainan Noronha de Andrade, tem como objetivo elaborar uma dos percursos históricos da magia e da astrologia na Idade Média, discutindo a recepção dessas doutrinas dentro da ortodoxia religiosa no período medieval. Nele, também, há uma breve discussão metodológica concernente à historiografia sobre o tema. Com tal discussão a pesquisadora pretende contribuir para a discussão acerca do Esoterismo Ocidental além de abordar aspectos culturais do medievo.



“A devoção mercedária e o associativismo leigo da Europa ao Novo Mundo: redenção dos cativos, salvação das almas e apropriações do culto”, de Vanessa Cerqueira Teixeira, se debruça sobre o universo religioso das associações leigas, dando foco à devoção a Nossa Senhora das Mercês. Com uma breve, mas consistente contextualização, a pesquisadora nos apresenta as origens e o desenvolvimento da devoção da Europa ao Novo Mundo, dos séculos finais do medievo ao decorrer do Antigo Regime.

Por fim, o artigo “A prática política em ‘tempos de clandestinidade’: as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada”, de Wellington Sampaio da Silva Correio, versa sobre a Guerrilha do Araguaia, das décadas de 1960 e 1970. Tema bastante discutido na historiografia, mas que aqui será abordado em outra escala, pois o autor abordará o cotidiano e a política enquanto relações tecidas no campo micro, isto é, das maneiras de viver e fazer inseridas no dia-a-dia dos moradores do Araguaia nesse período. Para tal o pesquisador lançou mão relatos orais de ex-guerrilheiros, encontrados na documentação publicada pelo PC do B sobre o movimento e das memórias de alguns moradores da região.

A diversidade de temas, com discussões tão ricas, tal como vemos nesta edição da *Temporalidades*, reforça nosso discurso de que o ensino superior público e gratuito tem que ser cada vez mais defendido, pois é dele que advém a maior parte do conhecimento produzido em nosso país.

Que sigamos defendendo a valorização do ensino superior público!

Que sigamos lutando por uma educação básica pública de qualidade, para que todos tenham as mesmas oportunidades de acesso ao ensino superior público!

Desejamos uma excelente leitura!

Felipe de Oliveira Malacco

Gislaine Gonçalves Dias Pinto





# Dossiê: 130 anos da Abolição: História, luta e resistência escrava no Brasil

## Apresentação

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias  
Universidade Federal de Sergipe

No começo do século XIX, Brasil e Estados Unidos tinham, cada um, cerca de um milhão de escravos. No icônico ano de 1808, os Estados Unidos se fecharam para o tráfico de africanos, enquanto a chegada da corte portuguesa ao Brasil enrobustecia a aquisição de cativos. Nos anos seguintes, o Brasil absorveu mais dois milhões de escravizados (cerca de 737 mil deles ilegalmente depois de 1831), porém, chegou a fins dos anos 1850 com cerca de 1,7 milhões de escravos. Já os Estados Unidos, ao eclodir a Guerra Civil, tinham uma população que já passava dos quatro milhões de cativos. Fora a diferença de natalidade escrava entre as duas regiões, a disparidade de suas populações escravas conta algo sobre a natureza de cada sociedade. Ao contrário dos Estados Unidos, no Brasil, o sistema escravista produzia continuamente libertos, especialmente mulheres e crianças que contribuíam com a sua fecundidade para o crescimento da população fora do cativeiro.<sup>1</sup> Assim, os livres no Brasil nunca foram homoganeamente brancos e a presença ubíqua de negros alforriados ou nascidos em liberdade acenava uma possibilidade factível para parte dos escravos. Porém, a porta da liberdade era controlada pelos senhores, sendo seu privilégio conceder a alforria ou distribuir benesses entre os cativos – e esse era o lastro moral da sua posição. Efetivamente, os cativos foram capazes de reconhecer essa estrutura de poder e rejeitá-la ou lidar com ela. As cada vez mais comuns histórias de ascensão de ex-escravos à libertos e senhores de outros escravos são um testemunho poderoso da capacidade de aliciamento dos subalternos na sociedade escravista brasileira, na qual os senhores brancos eram a minoria demográfica.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.181-183. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000, p.221.

<sup>2</sup> A definição do poder senhorial como um poder de âmbito privado e doméstico aparece em CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. A capacidade senhorial de controlar o acesso à benesses e hierarquizar as senzalas é analisada em MATTOS, Hebe Maria. **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Ambas as obras retratam os escravos como sujeitos conscientes e capazes de resistir às estruturas de poder valendo-se de ações cotidianas. Mais recentemente, o estudo de Márcio Soares sobre a alforria entende a distribuição da liberdade como um aspecto estrutural do sistema escravista, e não como uma estratégia de resistência do escravo. SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativeiro**: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. Argumento semelhante aparece em GONÇALVES, Andréa Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011. Uma bela história de liberto que ascende à posição de senhor de escravos tendo como pano de fundo o consenso escravista montado sob a dispersão da posse escrava no Rio de Janeiro antes de 1850 é contada em FRANK, Zephir L. **Dutra's world**: wealth and family in nineteenth-century Rio de Janeiro.



Deste modo, não obstante a escravidão no Brasil se desenvolvesse no século XIX nos mesmos quadros internacionais em que se expandia a escravidão americana, a instituição local guardava cores muito particulares que explicam sua longa legitimidade e resiliência.<sup>3</sup> O fim definitivo do tráfico, porém, foi um momento de inflexão na história da escravidão no Brasil, no qual o concerto atlântico do escravismo e os processos internos de reorganização do trabalho mancipio prepararam o caminho para a contestação da escravidão e sua abolição. O regime de baixa fecundidade e distribuição de alforrias só se mantinha com a incorporação de novos escravizados pelo tráfico. Como é conhecido, foi um fator externo – as pressões do Império Britânico – que levaram o Império a fechar essa fonte, o que produziu múltiplos efeitos. Em primeiro lugar, o fim do tráfico não produziu o reconhecimento imediato de que a escravidão estava condenada. O escravismo se adaptou à nova situação valendo-se do tráfico interno e do incentivo à reprodução natural, embora não seja ainda muito claro até quando isso seria possível.<sup>4</sup> De qualquer forma, o exemplo dos Estados Unidos pesava nesse sentido, pois a manutenção da escravidão na poderosa nação do norte servia de escudo à defesa nacional do trabalho servil no Brasil.<sup>5</sup>

Todavia, o fim do tráfico atlântico acionou outros movimentos que desgastaram a legitimidade do trabalho escravo. O tráfico interno e o aumento do preço do cativo produziram uma concentração geográfica e social da posse. Cada vez mais caro ao longo dos anos 1850 e 60, o cativo passa a se concentrar nas grandes fazendas ligadas aos setores mais dinâmicos da economia, com destaque para a cafeicultura. Nas cidades e na pequena produção, senhores de poucos escravos não conseguem renovar suas escravarias ou acham mais conveniente negociar seus poucos cativos por um bom dinheiro no tráfico interno. Logo, a base social da escravidão se estreita e, na segunda metade do XIX, os não proprietários de escravos – muitos deles com acesso à educação formal e um nível de vida remediado, vários deles descendentes de escravos – foram o esteio sobre o qual a

---

Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004. Analisando a posse de escravos por libertos em Minas Gerais, os professores Douglas Libby e Clotilde Paiva apontam que a classe senhorial multicolor foi um trunfo da elite escravista LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo (SP): v. 17, n. 1/2, p. 17-46, 2013.

<sup>3</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; BERBEL, Marcia Regina. A ausência da raça: escravidão, cidadania e ideologia pró-escravista nas Cortes de Lisboa e na Assembléia Constituinte do Rio de Janeiro (1821-1824). In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antonio (Orgs.). **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007, pp.63-88.

<sup>4</sup> Para uma defesa da continuidade do escravismo, sem a continuidade do tráfico, ver SALLES, Ricardo. **E o vale era o escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império**. Civilização Brasileira, 2008. Para uma crítica, FRAGOSO, João. **Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

<sup>5</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar & PARRON, Tâmis. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. **Topoi**. Rio de Janeiro (RJ): v.12, n.23, 2011, pp.97-117.



demanda pública pelo fim da escravidão se sustentou.

Às vésperas da abolição, a escravidão era uma forma minoritária de trabalho no Brasil. Havia cerca de 723 mil escravos no país, 5% da população na época.<sup>6</sup> Embora esse regime de trabalho ainda fosse muito vivo no coração dos setores econômicos mais dinâmicos – como o café, o açúcar e a produção mercantil de alimentos –, o sistema escravista passava por uma lenta decomposição desde os anos 1850. Naquelas áreas escravistas, os senhores se agarravam a essa modalidade de trabalho e consideravam a escravidão, ainda que em seus estertores, o ideal de ocupação da mão de obra, a régua com a qual mediam as possibilidades do trabalho livre.<sup>7</sup> Junto do regime de trabalho, estava em jogo um sistema ancestral de relacionamento entre a elite proprietária e seus subordinados – um sistema baseado na dependência pessoal e no poder privado do senhor.

O fim da escravidão no EUA, as lutas na Justiça pela efetivação da liberdade, a mobilização abolicionista, o apoio e engajamento dos grupos médios e de trabalhadores urbanos, as deserções de escravos e a formação de quilombos urbanos montam o quadro multifacetado em que a abolição ocorreu. Assim, a historiografia reconhece há muito tempo, e a sociedade civil cada vez mais se dá conta disso, que a Abolição da escravidão em 13 de maio de 1888 vai muito além da assinatura da princesa. O atual dossiê da Revista *Temporalidades*, “130 anos da Abolição: História, luta e resistência escrava no Brasil”, apresenta um repertório variado de contribuições de jovens historiadores que conferem densidade aos temas da escravidão e abolição no Brasil.

Desde os anos 1980, a imagem de uma liberdade produzida pelo debate parlamentar e/ou movimento abolicionista limitado aos palcos e púlpitos têm sido matizada com estudos sobre a ação dos escravos que reconstituem suas concepções particulares de liberdade e suas estratégias para obtê-la e garanti-la. Dialogando com os melhores exemplos dessa historiografia, os artigos de Thaís Tanure de Oliveira Costa, “A Inquisição ou o cativo? A trajetória de dois escravizados degredados pelo Santo Ofício português”, e Mateus Rezende Andrade, “Africanos libertos em tempos de escravismo: um pouco mais sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista”, mostram como os escravos conseguiram agenciar suas ações em prol de uma noção particular de liberdade. Thaís Tanure, examinando dois processos inquisitoriais contra escravos no Brasil,

---

<sup>6</sup> SLENES, Robert Wayne. **The demography and economics of brazilian slavery.** (PhD Dissertation, História). Stanford: Stanford University, 1976, p.697, tabela B-7. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro, 2000, p.221.

<sup>7</sup> Sobre como os senhores viam o trabalhador livre e, preocupados com o seu controle, agarravam-se à escravidão, pode-se mencionar: EISENBERG, Peter. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. **Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no nordeste açucareiro (Sergipe 1850-1930).** Aracaju: Funcaju, 2000. LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.



mostra como esses sujeitos foram capazes, mesmo em circunstâncias limitadoras, de explorar as contradições dos sistemas normativos em seu favor. Partindo do conceito-chave da História Atlântica, ela entende os africanos como o principal elemento conectivo dos mundos à margem do Atlântico e usa a ideia de “reapropriação” para explicar a capacidade de descendentes de africanos de compreender e manipular o sistema punitivo inquisitorial. Já o artigo de Mateus Andrade parte de uma situação de normalidade, da rotina dos laços de compadrio, e, usando a sofisticada metodologia das redes sociais, desenha como mulheres africanas foram capazes de organizar relações comunitárias que lhes proovessem garantias à sua precária liberdade.

Enquadrando e referenciando a ação escrava em um âmbito mais largo, recentemente, tem ganhado espaço o conceito de “Segunda Escravidão”, que procura situar o sistema escravista no Brasil nos quadros globais de sua relação com o capitalismo industrial na Inglaterra e os demais sistemas escravistas nacionais na América.<sup>8</sup> Três artigos neste Dossiê valem-se do conceito de “Segunda Escravidão”, sem contudo abandonar a perspectiva da ação dos sujeitos. Amanda Bastos da Silva, em “Dos efeitos do ato contra o comércio de escravizados à segunda escravidão”, produz um atento exame de como a ação abolicionista britânica, derivada do Ato contra o tráfico de escravos de 1807, marcou o cenário internacional. Recuperando as raízes do movimento abolicionista no século XVIII, Amanda Bastos discute as bases morais da crítica ao tráfico de escravos e às instituições coloniais, reconstitui o contexto do Ato de 1807 e mostra como o sentido nacional da escravidão no século XIX estabeleceu limites ao abolicionismo britânico. Ulisses Henrique Tizoco, no artigo “Comércio de mão de obra escravizada numa economia de mercado interno: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1861-1888)”, indica como as mudanças no escravismo na segunda metade do Oitocentos afetaram o mercado de escravos em uma região produtora de alimentos – ou seja, numa área supostamente periférica da Segunda Escravidão. Ulisses Tizoco ainda contribui mostrando como operadores do comércio interno de escravos se organizavam para aproveitar-se da escassez de trabalhadores e conclui que até os últimos anos da escravidão, cativos estavam sendo adquiridos para renovar ou ampliar as posses dos compradores. Já Ricardo Alves da Silva Santos, em “Interfaces do movimento abolicionista brasileiro: a imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)”, pensa como espaços no interior do Brasil se articulavam à crise da Segunda Escravidão e mostra que a imprensa abolicionista alagoana apelava para a comoção e sentimentos de humanidade em sua apologia à emancipação. Porém, a mesma imprensa compreendia a luta pela

---

<sup>8</sup> MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil Oitocentista: história e historiografia. In Idem. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.





liberdade limitada às “cabeças bem organizadas” da província.

A criação de uma memória da abolição restrita ao debate parlamentar ou à ação de iluminados (e pacíficos) abolicionistas, bem como o trabalho de criação de uma memória oficial sobre a escravidão são temas enfrentados em outras três contribuições deste Dossiê. Tuane Ludwig Dihl, no artigo “Os fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança no jornal *A Federação*: a construção de uma memória republicana sobre a abolição (RS, 1884-1889)”, mostra como duas figuras expoentes na derrocada do escravismo foram usadas na imprensa gaúcha na tentativa de vincular a abolição ao projeto republicano. Joaquim Nabuco, pela sua defesa de uma abolição “no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades”, era destacado pelos republicanos com admiração e respeito, embora, e previsivelmente, desprezassem sua defesa da Monarquia. Já a princesa Isabel, tinha sua atuação no processo abolicionista esvaziado: “a princesa mostrara-se uma abolicionista de ocasião, motivada pelo interesse de popularizar-se e quiçá implementar um Terceiro Reinado”. Subjacente à essas representações, a ideia de que a Monarquia era a avalista da escravidão e, portanto, a abolição era o primeiro passo no sentido da emancipação política do Brasil sob a República. Os artigos de Julia Neves Toledo e Bruna Stutz Klem, “A memória da ‘Grande África’ carioca”, e Jeremias Brasileiro, “Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola”, colocam em cheque a memória da escravidão. Julia Neves e Bruna Stutz, argumentando que “patrimônio é também uma escrita do passado”, analisam a “cultura de memória” das últimas décadas e a proliferação de memoriais às mais diferentes causas para, em seguida, focalizar a experiência da escravidão e do tráfico de escravos. No artigo, comentam o desaparecimento da presença africana na arquitetura urbana do Rio de Janeiro com o soterramento do cais do Valongo, o lugar do desembarque de milhões de africanos escravizados no Brasil. Por sua vez, Jeremias Brasileiro escrutina as motivações que fizeram com que o mito de Chico Rei prevalecesse e se tornasse um personagem heroificado nas Congadas em Minas Gerais, enquanto a memória de Ambrósio, líder do quilombo do Campo Grande, sofria uma esmaecimento. Com a percepção de que o passado escravista e suas lembranças vinculam-se à luta pela terra no Brasil, o autor conclui que a memória e a historiografia sobre o rebelde Ambrósio foram informadas pelo processo de assentamento de fazendeiros nas terras de descendentes de quilombolas.

Um fator frequentemente deixado de lado nas análises sobre a escravidão é que o poder dos senhores era reforçado pelo seu poder patriarcal. Esse corte é também sensível nos planos e projetos senhoriais para a emancipação dos escravos como mostra Daniela Magalhães da Silveira, no artigo “As lições de Bernardo Guimarães em *A Escrava Isaura*: escravidão e literatura na



segunda metade do século XIX”. A autora argumenta que o romance “A Escrava Isaura”, que veio à luz em 1875, poucos anos após a Lei do Ventre Livre, institui padrões de vida em liberdade para as ex-escravas eminentemente vinculados ao casamento. Como afirma a autora, a lei libertava o ventre, mas o casamento seria necessário para controlar os corpos. Sob as propostas de Bernardo Guimarães de como avançar o fim da escravidão e organizar o trabalho em regime de liberdade, havia a ideia de que as relações de poder tradicionais deveria pautar as novas sociabilidades. O ex-escravo precisava da tutela de seus ex-senhores, e a liberta, da tutela de um marido.

A falta de reconhecimento da capacidade de ação da população livre e escrava foi um dos elementos solapados na memória oficial da Abolição. Com isso, o caráter de movimento social que o abolicionismo alcançou e a luta impressa em cada conquista rumo ao fim da escravidão restaram obscuros. A luta abolicionista mobilizou desejos e descontentamentos de diversos grupos sociais que tinham em comum a insatisfação com as limitações da cidadania do fim do Império.<sup>9</sup> Esse reconhecimento implica em reconstituir o 13 de maio como um alongado horizonte de expectativas, lembrando que a data também importa pelo que não foi, pelas expectativas que se frustraram. O fim da escravidão legal poderia ter significado a ampliação do corpo de cidadãos do Império, com a extensão da alfabetização e dos direitos políticos. Ou poderia ter sido o ponto de partida para um novo relacionamento das classes dominantes com os trabalhadores, a partir da adoção de uma legislação social para o trabalho. Ou, ainda, o momento da abolição poderia ter representado uma inflexão na distribuição da propriedade e poder, com a reforma agrária. Todas foram questões colocadas à época da Abolição; e todas rechaçadas pela elite política. O desgosto de expoentes do movimento abolicionista no final do século XIX é sintomático dessa desilusão.<sup>10</sup> Todas, ainda, são questões que nos cobram um preço alto no presente.<sup>11</sup> Portanto, celebrar os 130 anos da Abolição, para nós historiadores, é uma tarefa que implica no exame crítico do nosso passado escravista. O presente Dossiê da Revista *Temporalidades* oferece, na variedade de seus artigos, valiosas chaves de leitura dessa herança. Convido ao leitor a aproveitar essa oportunidade e refletir sobre como a escravidão e sua resolução no 13 de maio produziu quem somos nós, brasileiros.

<sup>9</sup> MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais da década da Abolição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian political citizenship**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2016.

<sup>10</sup> MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (organizadores). **O Brasil Imperial**. Volume III: 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>11</sup> SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.



# Dos efeitos do ato contra o comércio de escravizados à segunda escravidão

The effects of slave trade act to second slavery

**Amanda Bastos da Silva**

Mestranda em História  
Universidade Federal Fluminense  
abastos92@yahoo.com.br

**Recebido em:** 22/12/2017

**Aprovado em:** 26/01/2018

**Resumo:** Em 01 de janeiro de 1808, o tráfico de escravizados se tornou ilegal na Grã-Bretanha. A medida era fruto de um projeto de lei aprovado em 1807 e consequência de uma série de ações, organizadas desde o último quarto do século XVIII. Nos anos seguintes - principalmente a partir de 1815, com o fim das guerras napoleônicas - a Grã-Bretanha se desvelou para que o Ato se tornasse parte de todo o Atlântico. Apenas o tempo mostraria a dificuldade da tarefa. O artigo almeja articular o Ato de 1807 à chamada segunda escravidão, sob a luz da historiografia, das leis e dos relatos de viajantes britânicos, durante a primeira metade do século XIX.

**Palavras-Chave:** Abolicionismo, Grã-Bretanha, Segunda Escravidão.

**Abstract:** On January 1, 1808, the slave trade became illegal in Great Britain. The measure was the consequence of a bill approved in 1807 and the consequence of a series of actions, organized since the last quarter of the eighteenth century. In the following years - especially with the end of the Napoleonic wars - Great Britain was engaged to make the Act become part of the entire Atlantic. Only time would show the difficulty of the task. The article aims to articulate the Act of 1807 to the second slavery, under the light of historiography, laws and reports of British travelers, during the first half of the nineteenth century.

**Keywords:** Abolitionism, Great Britain, Second Slavery.



## As movimentações em torno do Ato Contra o Comércio de Escravizados:

Ao longo dos anos, a Academia batalhou para analisar a construção do abolicionismo britânico. Desde *Capitalismo e Escravidão* de Eric Williams, diversos autores redefiniram as arestas e se debruçaram em torno da capciosa pergunta: por que motivo a Grã-Bretanha se atrelou tão estreitamente ao abolicionismo? Não pretendo reconstruir todo o caminho historiográfico, mas alguns pontos precisam ser ressaltados<sup>1</sup>.

Antes de tudo, é preciso ter em mente que o abolicionismo<sup>2</sup> não possui uma história harmônica e a humanidade não despertou linearmente à percepção moral sobre a crueldade da escravidão. Até a década de 1760<sup>3</sup>, além das revoltas de escravizados<sup>4</sup>, havia a atuação de alguns clérigos e moralistas isolados, que escreveram trabalhos no âmbito da retórica e do reformismo. No geral, tratava-se de indivíduos que *observavam* a instituição, mas não participavam diretamente dela. Os relatos de viagem são bons exemplos a respeito do assunto. Em situações coloniais, transpareciam a dor e a virulência da região e se convertiam em instrumentos de compaixão e indignação moral, úteis à mobilização coletiva<sup>5</sup>. Nas décadas seguintes, o abolicionismo se desenvolveu sem metas pré-definidas, com muita vigilância e cautela. Não raro, os primeiros

---

<sup>1</sup> WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1944. A principal crítica ao trabalho de Williams pode ser encontrada em DRESCHER, Seymour. **Econocide: British Slavery in the Era of Abolition**. North Carolina: University North Carolina Press, 1977. Recentemente, Dale Tomich reconstruiu o debate em TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão: trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: EdUSP, 2011.

<sup>2</sup> Existem intensos debates em torno dos termos abolicionismo, antiescravismo e emancipação. A abordagem clássica de Albert Hart classifica como antiescravistas aqueles que desejavam restringir a escravidão às regiões em que o sistema era indispensável, como o Novo Mundo, e não se importavam com medidas inclusivas. Já os abolicionistas, seriam os indivíduos preocupados em inserir, de alguma forma, os recém-libertos à sociedade. Cf. HART, Albert Bushnell. **Slavery And Abolition 1831-1841**. Whitefish: Kessinger Publishing, 1906. Gerald Sorin afirma que a expressão abolicionismo prevaleceu nas discussões sobre o tráfico de escravizados. Em torno de 1830, o termo antiescravismo ganhou força. SORIN, Gerald. **Abolitionism: A New Perspective**. New York: Praeger Publishers, 1972. Apesar de possuir uma intenção mais específica, David Brion Davis prefere se restringir ao vocábulo abolicionismo. No entanto, atenta à complexidade da questão, uma vez que os abolicionistas se dividiam em gradualistas e imediatistas e em alguns momentos, ao longo do século XIX, se autodenominavam também como antiescravistas. Por sua vez, a emancipação se concentra nos debates ao redor do fim definitivo da escravidão. Cf. DAVIS, David Brion. *Antislavery or Abolition? Reviews in American History*, v. 1, n. 1, p. 95-99, mar. 1973. A fim de evitar confusões enquanto à terminologia, o artigo utilizará as expressões: abolicionismo e emancipação.

<sup>3</sup> Robin Blackburn identifica a Guerra dos Sete Anos (1756-1763) como um ponto de virada ao tratamento que a escravidão vinha recebendo. O conflito envolveu as principais potências ocidentais do período e quando chegou ao fim, manteve o espectro de que novos conflitos se delineariam. Cf. BLACKBURN, Robin. **The American Crucible: Slavery, Emancipation And Human Rights**. New York: Verso, 2007, p.114. Ademais, em 1769 cresceram as indagações sobre a escravidão considerada injusta, com o caso de James Somerset. Cf. PARRON, Tâmis. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 26-46.

<sup>4</sup> O artigo utilizará o termo escravizado para articular as ideias do autor e escravos nos momentos de citação integral das fontes. Cf. SANTOS, Adriano Rodrigues dos. TAILLE, Elizabeth Harkot-de-La. *Sobre Escravos e Escravizados: Percursos Discursivos da Conquista da Liberdade. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE*, v.3, n.3, p. 1-13, 2012.

<sup>5</sup> JERÓNIMO, Miguel Bandeira. *As provas da 'civilização': fotografia, colonialismo e direitos humanos*. In: VICENTE, Filipa. **O Império da visão. Fotografia no contexto colonial português**. Publisher: Edições 70. P.387-39.



impulsos para mudança giravam mais em torno de melhorias que na abolição do tráfico e emancipação da escravatura<sup>6</sup>. O pensamento de Christopher Brown ajuda a elucidar o contexto:

A decisão de agir envolveu mais do que pensar na escravidão como abominável, embora claramente isso fosse crucial. De alguma forma, esse erro moral particular teve que se tornar importante e urgente o suficiente para induzir indivíduos e grupos a confrontar instituições enraizadas<sup>7</sup>.

Além disso, a Grã-Bretanha apresentava especificidades que obscureciam, ainda mais, a questão. Ao final do século XVIII, o comércio de escravizados da Grã-Bretanha se aproximava de seu ponto mais alto, a região era a maior potência mundial e as suas colônias geravam altos lucros. Qualquer campanha abolicionista precisava compreender que os fatores econômicos eram possíveis embargadores. A ascensão da indústria também não servia como justificativa, havia a plena capacidade dos dois sistemas conviverem. E conviviam<sup>8</sup>.

De acordo com Christopher Brown, a campanha abolicionista britânica precisava de alguns elementos para se desenvolver. A começar, a escravidão deveria ser considerada um erro moral. Em seguida, esse erro precisava receber cunho político, atrair interesse sustentado e se tornar fonte de preocupação. Nesse contexto, os envolvidos (políticos, grupos religiosos, filantropos) deveriam estruturar as novas inquietações. Finalmente, o confronto com o sistema escravista tinha de ser problema pessoal e coletivo, prioridade para além dos protestos iniciais, sustentada em uma organização coerente e institucional<sup>9</sup>.

Em 1788, a Grã-Bretanha estruturou a primeira grande campanha direcionada ao fim do tráfico de escravizados. Naquele ano, cerca de 100.000 indivíduos assinaram uma petição de apoio. Pouco depois, o deputado e abolicionista, William Dolben fiscalizou um navio negreiro em Londres e, horrorizado com o que encontrou, recorreu ao primeiro ministro William Pitt para garantir uma lei que restringisse o número de negros por navios. Em 1789, um terceiro William, de sobrenome Willberforce, ganhou repercussão. Como Dolben, tratava-se de um deputado ligado ao abolicionismo e à Pitt. A combinação tornou a gerar resultados. Willberforce inseriu um decreto na Câmara dos Comuns contra o tráfico de escravizados e deu início ao debate parlamentar sobre

---

<sup>6</sup> Cf. BLACKBURN, Robin. **The Overthrow of Colonial Slavery**, 1776-1848. New York: Verso, 1988, p. 55-58. BROWN, Christopher. **Moral Capital**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2006, p. 39-43. DAVIS, David Brion. **The Problem of Slavery in the Age of Revolution**. Oxford: Oxford University Press, 1975, p. 82.

<sup>7</sup> BROWN. **Moral Capital**, p. 3.

<sup>8</sup> DRECHER, Seymour. Le “déclin” du système esclavagiste britannique et l’abolition de la traite. In: **Annales. Histoire, Sciences Sociales**, v. 31, n. 2, p. 414-435, mar./abr. 1976.

<sup>9</sup> BROWN. **Moral Capital**, p. 36.



o assunto. Nos anos seguintes, Willberforce manteve-se firme à causa e conseguiu com que um comitê da Câmara dos Comuns examinasse as testemunhas e as evidências<sup>10</sup>.

A conjuntura estava diretamente atrelada à chamada Era das Revoluções<sup>11</sup>. A Revolução Americana (1765-1783) deixara marcas na sociedade inglesa. Envolvidos em uma mesma conjuntura, os filósofos dos dois lados do Atlântico tentaram atribuir, ou esquivar-se, da culpa pela escravidão colonial. Se os norte-americanos acusaram os britânicos de organizarem uma colonização em bases escravistas, os britânicos não ficaram atrás e restringiram essa responsabilidade aos colonos. Havia o desejo de isentar o Estado, reforçar a sua civilidade e até mesmo desassociá-lo das colônias - essas sim dependentes da escravidão<sup>12</sup>.

A Revolução Americana extinguiu qualquer sentimento de ignorância ou inocência. Tornou-se impossível negar o fosso entre a ideologia europeia, baseada na liberdade, e as instituições britânicas, dependentes da escravidão. O conflito não causou o abolicionismo britânico, mas influenciou significativamente o caráter moral das instituições coloniais e das práticas imperiais. O escravismo foi repensado, transformou-se em símbolo e fonte de auto-exame. Ambos os abolicionismos foram organizados em bases reformistas, com participação de comunidades religiosas e direcionados à ação legislativa, além de promoverem debates públicos e participação popular<sup>13</sup>.

Pouco depois, a Revolução Francesa (1789-1815) trouxe as suas implicações. O movimento almejava combater os vícios e os problemas sociais e foi responsável pelo fim de uma monarquia de mais de mil anos. Criticava o absolutismo, o mercantilismo e os privilégios de estamentos, como a nobreza e o clero. Tornou-se ainda, o marco de passagem da Idade Moderna para a Contemporânea, além de contribuir à construção do pensamento político e ideológico do século XIX. No entanto, ao menos inicialmente, ignorou a contradição entre os princípios de igualdade, liberdade e fraternidade, na metrópole, e manutenção de todas as propriedades privadas, incluindo a escravidão colonial<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. as movimentações em: CLARKSON, Thomas. **An essay on the slavery and commerce of the human species : particularly the African ; translated from a Latin dissertation, which was honoured with the first prize in the University of Cambridge, for the year 1785**. Boston: Boston Public Library, 1785. Para uma discussão aprofundada cf. DAVIS, David Brion. **Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

<sup>11</sup> Utilizo a expressão criada por Eric Hobsbawm. Cf. HOBBSAWM Eric. **A Era das Revoluções. 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

<sup>12</sup> BROWN. **Moral Capital**, p. 114-115.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Moral Capital**, p. 27.

<sup>14</sup> VOVELLE, Michel. **Breve História da Revolução Francesa**. Lisboa: Ed. Presença, 1994, p. 47.





Em 1793, as reverberações da Convenção e a guerra contra a França<sup>15</sup>, contribuíram para que o abolicionismo britânico perdesse força e o escravismo recuperasse terreno. Cerca de dez anos depois, a restauração do tráfico e da escravidão na França, por Napoleão Bonaparte, reascenderam os ânimos e a Câmara dos Comuns aprovou um projeto de lei de fim da escravidão proposto por Willberforce. No entanto, os abolicionistas, liderados por James Stephen, preferiram concentrar as atenções no fim do tráfico. Em 1805, Pitt interrompeu o tráfico em colônias capturadas ou cedidas, como Trinidad. Em 1807, o projeto de lei passou na Câmara dos Lordes e dos Comuns e em 01 de janeiro de 1808, o comércio britânico de escravizados se tornou ilegal, a mesma data que os Estados Unidos<sup>16</sup>.

Como se não fosse suficientemente imbricado, o contexto acima estava atrelado à Revolução de São Domingos. Em 1789, São Domingos era a colônia mais próspera do Novo Mundo. A pérola das Antilhas, altamente cobiçada e explorada. Desde 1763, com o fim da Guerra dos Sete Anos, a Louisiana e os territórios canadenses se tornaram possessões britânicas. No Caribe, restaram algumas ilhas diminutas, como Martinica e Guadalupe, e São Domingos. Metade de uma ilha, mas ainda assim um pouco maior e bem mais significativa. Não demorou até que a França concentrasse a maior parte dos investimentos e do comércio de escravizados na região<sup>17</sup>.

Os efeitos da lente de aumento em São Domingos foram sentidos e em 1789, a “pérola das Antilhas” lucrava mais que todas as outras colônias juntas de sua metrópole. A região possuía o mais diversificado, tecnológico e bem-fortificado sistema escravista do Novo Mundo. Eram pioneiros na produção de café, melhoraram a cana usada para fazer o açúcar e desenvolveram um elaborado sistema de irrigação<sup>18</sup>. Ademais, possuíam quase 500 mil indivíduos escravizados, cerca de 90% da população, altamente cobiçados e explorados. Os escravizados trabalhavam e viviam em péssimas condições. Precisavam conviver com o medo, o excesso de trabalho e a desnutrição. Alguns cultivavam galinha e vegetais para trocar por outras mercadorias e em casos excepcionais conseguiam juntar dinheiro para comprar a própria liberdade<sup>19</sup>.

---

<sup>15</sup> O período mais intenso do movimento francês, também conhecido como Era do Terror. Quando os revolucionários guilhotinaram o rei, Luis XVI, a Inglaterra entrou em guerra contra a França. O conflito perduraria, pelo menos, até 1815, com a queda de Napoleão Bonaparte. Cf. VOVELLE. **Breve História da Revolução Francesa**, p. 50.

<sup>16</sup> Cf. as movimentações em: CLARKSON, Thomas. **History of the Rise, Progress and Accomplishment of the Abolition of the African Slave Trade by the British Parliament**. London: National Archives, 1808. Para uma discussão aprofundada cf. DAVIS. **Inhuman Bondage: The Rise and Fall of Slavery in the New World**, p. 236.

<sup>17</sup> PARRON. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 46-59.

<sup>18</sup> MINTZ, Sidney. **Caribbean transformations**. New York: Columbia University Press, 1989, 40.

<sup>19</sup> JAMES, C.L.R. **Os jacobinos Negros**. São Paulo: Editora Boitempo, 1938, p. 28.





No entanto, em 1791, a metrópole infligiu um golpe fatal em si própria. Em maio, a Constituinte aprovou uma lei que restringia quaisquer alterações ao tráfico e à escravidão aos arbítrios coloniais. Nas palavras de Tâmis Parron, “foi a declaração mais clara, contundente e determinante, de toda a Era das Revoluções no Atlântico, de que a escravidão negra encrava num país escapava ao controle do poder soberano supremo desse mesmo país”<sup>20</sup>. A medida incomodou os mulatos e os negros livres da região, mas principalmente os escravizados.

Em agosto de 1791, a colônia iniciou um movimento sem precedência na história da humanidade. São Domingos acentuou as tensões Iluminismo, inverteu os princípios dos Direitos do Homem e redefiniu o significado de liberdade. A luta pela emancipação e autonomia distinguiu o conflito não só de outros burgueses, mas também de todas as outras revoltas e rebeliões de escravizados<sup>21</sup>. Segundo Michel Trouillot havia uma dificuldade de pensar fora de categorias pré-concebidas e compreender um movimento que ocorrera devido à vontade, habilidade e consciência dos escravizados<sup>22</sup>. Ao mesmo tempo, as notícias se espalhavam. Falava-se sobre São Domingos, escrevia-se a respeito. Boatos circulavam entre os senhores e os escravizados e as autoridades coloniais tentavam afastar indivíduos que pudessem estar envolvidos com a revolução<sup>23</sup>.

O abolicionismo britânico percebeu São Domingos e compreendeu o potencial do conflito. Em 1802, foi publicado o primeiro livro em língua inglesa sobre o movimento revolucionário. O trabalho era fruto de uma viagem ao Caribe, feita pelo soldado irlandês Marcus Rainsford. Em 1798, a Grã-Bretanha fora expulsa da ilha. A medida ambicionava trazer o controle total da região aos negros e causou certo impacto. Pouco depois, Rainsford desembarcou na colônia. Precisou fingir ser americano e durante certo tempo foi bem-sucedido. Mas acabou descoberto... E poupado por Toussaint Louverture em pessoa, um dos principais líderes revolucionários de São Domingos. Como forma de agradecimento, nasceu *A memoir of transactions that took place in St. Domingo*<sup>24</sup>.

Tratava-se de um relato pessoal, em 40 páginas, a respeito da estadia de Marcus Rainsford no Caribe. Rainsford se apresenta como um simples soldado, disposto a desmistificar São Domingos e combater preconceitos. De acordo com o autor, falava-se sobre São Domingos: muitos alarmes, conjecturas e crises de ansiedade. No entanto, o movimento era legítimo e não

<sup>20</sup> PARRON. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p.56.

<sup>21</sup>FICK, Carolyn. Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. V. 26, n. 2, p. 359-361, mai./ago. 2004.

<sup>22</sup> TROUILLOT, Michel. **Power and the Production of History**. Boston: Beacon Press, 1995, p. 72.

<sup>23</sup> FERRER, Ada. **Freedom's mirror. Cuba and Haiti in the Age of Revolution**. New York: Cambridge University Press, 2014, p. 39.

<sup>24</sup> RAINSFORD, Marcus. **A Memoir of Transactions that Took Place in St. Domingo, in the Spring**. London: John Carter Brown Library, 1802



existiam razões para a Grã-Bretanha se sentir temerosa. O texto, nas palavras de Rainsford, servia para suprir a carência de livros sobre São Domingos na Grã-Bretanha e evitar que o movimento fosse creditado em outra época, por pessoas não contemporâneas aos fatos<sup>25</sup>.

Aqui também Toussaint jantou, mas não tomou a cabeça da mesa. À noite fui à mesa de bilhar, aonde Toussaint também veio. A hilaridade prevaleceu, e sua afabilidade aumentou muito a satisfação da companhia. Brinquei com ele e não encontrei nada que dissipasse o prazer que inspirava a amabilidade da cena<sup>26</sup>.

No final desse período, chegou a resposta de Toussaint. Mas, ao invés de confirmar minha sentença, esse homem verdadeiramente grande, embora desde então eu estivesse convencido de que ele havia averiguado o fato de eu ser um oficial britânico, ordenou que eu fosse libertado e liberado para prosseguir em minha viagem, com a maior magnanimidade acrescentando, "você nunca deve retornar a esta ilha, sem os documentos adequados"<sup>27</sup>.

Cerca de três anos depois, Rainsford publica *An historical account of the Black empire of Hayti*<sup>28</sup>, “uma versão sucinta e confiável, na qual a impolidez da crueldade e os erros da injustiça são expostos, preferencialmente que qualquer preconceito ou hábito nacional”<sup>29</sup>. Em sua segunda obra, Rainsford aprofunda a análise e continua a elencar os aspectos positivos de São Domingos. Ao seu modo. Os negros que Rainsford descreve parecem europeus em uma pele negra. Não há registros da cultura africana em São Domingos, da construção do *créole*, ou das influências que os negros deram aos brancos. Tratam-se apenas indivíduos tão gentis, estáveis e obedientes que dificilmente se rebelariam por conta própria. No entanto, os colonos não hesitaram em explorá-los e tratá-los como a classe mais ordinária de seres humanos. Os franceses não eram necessariamente maus, mas consideravam a sua estadia na ilha provisória, estavam ali para fazer ou reconstruir fortunas. Não havia tempo para desenvolver laços. Como consequência, o espírito revolucionário cresceu e se consolidou ao longo dos anos<sup>30</sup>.

O número de americanos neste porto não podia deixar de atrair atenção especial, e toda atenção parecia ser dada ao alojamento do seu comércio, e um grau surpreendente de interesse em cada ocorrência que lhes dizia respeito. Até as mulheres pareciam renovar um carinho há muito reprimido pelos brancos, em favor dos mais maldosos marinheiros americanos. No entanto, o presente escritor, que precisava de algum descanso após a sua recente viagem, apressou-se, ao receber as suas instruções para o repouso, ao Hotel da República, a casa principal, habitualmente utilizada pelos americanos, um edifício de aparência

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_ . *A Memoir of Transactions that Took Place in St. Domingo, in the Spring*, p. 8.

<sup>26</sup> \_\_\_\_\_ . *A Memoir of Transactions that Took Place in St. Domingo, in the Spring*, p. 12.

<sup>27</sup> \_\_\_\_\_ . *A Memoir of Transactions that Took Place in St. Domingo, in the Spring*, p. 34.

<sup>28</sup> RAINSFORD, Marcus. *An Historical Account of the Black Empire of Hayti: Comprehending a View of the Principal Transactions in the Revolution of Saint Domingo*. London: John Carter Brown Library, 1805.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_ . *An Historical Account of the Black Empire of Hayti: Comprehending a View of the Principal Transactions in the Revolution of Saint Domingo*. London: John Carter Brown Library, 1805, p. 48.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_ . *An Historical Account of the Black Empire of Hayti: Comprehending a View of the Principal Transactions in the Revolution of Saint Domingo*, p. 122.



bastante elegante; e em seu caminho, exceto a preponderância da tez negra, percebeu pequena diferença de uma cidade europeia<sup>31</sup>.

Quando disse que combateria preconceitos, Rainsford o fez de forma segura. Para o autor, o tráfico e a escravidão eram possibilidades plausíveis. Bastava que os senhores não se excedessem e nem abusassem do poder que possuíam. Contudo, diante de um cenário negativo e já desgastado, a abolição emergia com um caminho que, ao menos para Rainsford, deveria ser percorrido com cuidado<sup>32</sup>. Por outro lado, o texto de Rainsford foi o primeiro grande - e talvez mais completo - relato sobre São Domingos a circular pela Europa. Além disso, que outro britânico podia se vangloriar de ter jantado e jogado bilhar com Toussaint Louverture? Quem mais devia a Toussaint a sua vida? Os abolicionistas não hesitaram em lançar mão das palavras de Rainsford, especialmente das passagens que mais julgaram convenientes. A título de exemplificação, o político-abolicionista James Stephen referenciou Marcus Rainsford em pelo menos dois livros: *The Crisis of the Sugar Colonies*<sup>33</sup> e *Reasons for Establishing a Registry of Slaves*<sup>34</sup>.

### O arcabouço da segunda escravidão:

A Grã-Bretanha era uma grande potência, provavelmente a maior, mas não era a única nação do mundo. Não existia poder dentro ou fora da lei que fizesse com que a região pudesse abolir o tráfico em todo o globo. O tráfico era universalmente aceito e sobreviveria enquanto a escravidão permanecesse pungente nos países importadores ou até que os governos locais dessas áreas se comprometessem a suprimi-la. Em concomitância aos projetos abolicionistas, desenvolveu-se a chamada segunda escravidão.

Apesar da rede de funcionários, tratados, tribunais e cruzadores da nação mais poderosa do mundo, o tráfico de escravizados e as sociedades escravistas das Américas entraram naquela que foi provavelmente a fase mais expansionista de sua existência. Considerando a expansão industrial europeia, dificilmente se poderia esperar algo diferente. Tanto no Departamento sobre o Tráfico de Escravizados quanto externamente foi sendo desenvolvida a opinião de que na supressão do tráfico de escravizados, os tradicionais métodos diplomáticos e a observância da lei eram incompatíveis<sup>35</sup>.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_ . *An Historical Account of the Black Empire of Hayti: Comprehending a View of the Principal Transactions in the Revolution of Saint Domingo*, p. 272.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_ . *An Historical Account of the Black Empire of Hayti: Comprehending a View of the Principal Transactions in the Revolution of Saint Domingo*, p. 160.

<sup>33</sup> STEPHEN, James. *The Crisis of the Sugar Colonies: Or, an Enquiry into the Objects and Probable Effects of the French Expedition to the West Indies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1802.

<sup>34</sup> STEPHEN, James. *Reasons for Establishing a Registry of Slaves in the British Colonies: Being a Report of a Committee of the African Institution : Published by Order of that Society*. Cornell: Cornell University Library, 1815.

<sup>35</sup> ELTIS, David. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 81-125.



De acordo com Dale Tomich, a escravidão assumiu um caráter adaptável na economia mundial do século XIX. Em concomitância aos projetos emancipacionistas, existem múltiplas trajetórias, desvios de percurso e resultados complexos. Em outras palavras, ao passo que os antigos centros escravistas declinavam, a escravidão se expandiu de forma impensável e Brasil, Cuba e o sul dos Estados Unidos, ascenderam, em escala global. Para Tomich, os interesses da Grã-Bretanha prevaleceram à medida que a hegemonia da região, a economia-mundo e a Revolução Industrial se mostraram capazes de reestruturar as necessidades e solidificar essa nova escravidão. Nesse contexto, o desenvolvimento da classe média, o aumento do número de trabalhadores e a procura por novas matérias-primas consolidaram o açúcar, o café e o algodão como bens primordiais<sup>36</sup>. Ademais, Silvana Andrade dos Santos chama atenção a uma ausência da obra de Tomich: a análise das economias regionais e de outras produções nacionais, além do café, que se desenvolveram graças à segunda escravidão<sup>37</sup>. Por sua vez, Tâmis Parron estruturou a necessidade de pensar o conceito além do ponto de vista econômico. Parron acredita que em adição à hegemonia britânica, é preciso compreender as ações de senhores e escravizados, a dimensão política e os fatores culturais<sup>38</sup>.

Entre a primeira e a segunda escravidão existem semelhanças e discontinuidades. A primeira escravidão associava-se aos sistemas da Espanha, Portugal, Países-Baixos, Grã-Bretanha e França. Possuiu caráter colonial, mercantil e atrelado ao tráfico de escravizados e à *plantation*. A sua estrutura era um acontecimento inédito. Impérios marítimos europeus compravam seres humanos no continente africano para utilizá-los como mão-de-obra nas Américas. Era pouco diversificada, concentrada no trabalho braçal e racial dos africanos. Em colônias mais bem sucedidas, como São Domingos, o número de escravizados era maior que de homens brancos<sup>39</sup>.

A segunda escravidão negava esse status de colônia, seja de forma efetiva, como no caso dos Estados Unidos ou por meio de aspirações, como Brasil e Cuba. Apresentava um regime mais autônomo, que reivindicava soberania e era capaz de suportar movimentos revolucionários, além de atender às demandas do pós-colonialismo. Certamente precisava de um Estado que a amparasse, mas não que a controlasse. Provavelmente era mais moderna e produtiva, definitivamente não era mais humana. Ambos os modelos utilizaram cativos a partir de critérios sub-raciais, lançaram mão

<sup>36</sup> TOMICH. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 83-89.

<sup>37</sup> SANTOS, Silvana Andrade. Nestas costas tão largas: o tráfico transatlântico de escravizados e a dinamização de economias regionais no Brasil (c.1831-c.1850). **XII Congresso Brasileiro de História Econômica. 13a Conferência internacional de História de Empresas**, v.1 n.1. p 1-30, 2017.

<sup>38</sup> PARRON. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**. P. 14.

<sup>39</sup> BLACKBURN, Robin. Por que a segunda escravidão? In: MARQUESE, Rafael. SALLES, Ricardo. **Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX. Cuba Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 14.



do trabalho forçado e trataram os escravizados como mercadorias que poderiam ser compradas e vendidas<sup>40</sup>

Desde o início, o abolicionismo britânico precisou agir com esse contexto em vista. Ao longo do século XIX, a região elaborou leis que regulamentavam o fim do comércio de escravizados. Em 1809, 1810 e 1811, o Ato de 1807 sofreu os primeiros ajustes. Em 1819 foi criado um departamento especial sobre o tráfico, o *Foreign Office*. Em 1821, a Câmara dos Comuns indicou um grupo de comissários para elaborar um levantamento no Caribe a respeito dos africanos resgatados da escravidão. Em 1824, o *Slave Trade Laws Consolidation Act* começou a punir os britânicos que se relacionassem com o tráfico, mesmo quando residindo em outras nações. Em seguida, as leis de 1833 e 1838, aboliram a escravidão no Império Britânico e a lei de 1843, proibiu os súditos britânicos de possuir escravizados em qualquer lugar do mundo. Em nenhum desses momentos, existiu simplicidade na execução da lei e, não raro, os indivíduos alegavam inocência, sob a justificativa de que não sabiam que estavam lidando com um navio negreiro ou com mão-de-obra escravizada<sup>41</sup>.

#### **As implicações do Ato à segunda escravidão:**

Ao longo do século XIX, a Grã-Bretanha elaborou uma série de tratados, que asseguravam uma posição privilegiada nas buscas de navios negreiros e pressionavam os países a endurecer as penalidades contra o tráfico. Tratava-se de uma posição segura e condizente ao contexto. É verdade que a nação considerava o comércio de escravizados uma atividade pirata, mas a maioria dos outros países não usava essa classificação. Uma mudança na lei internacional prescindia de um acordo entre todas as nações envolvidas e a própria Grã-Bretanha temia que uma lei como essa atingisse aos comerciantes inocentes. Dessa forma, a partir de 1818, os britânicos consolidaram uma burocracia contra o tráfico, com os tribunais de Comissão Mista<sup>42</sup>. A medida adquiriu pesos variados, conforme analisaremos a seguir.

Os Estados Unidos possuíam a própria legislação contra o tráfico de escravizados. A lei norte-americana, promulgada em 1807 e válida a partir de 1808, foi o resultado de uma série de movimentações que assolaram o novo Estado-Nação desde pelo menos 1787. Os debates

<sup>40</sup> PARRON. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 14.

<sup>41</sup> ELTIS. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade**, p. 81-125. MAMIGONIAN, Beatriz. **Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 128-129. Conferir as movimentações em: ROPER, Michael. **The records of the Foreign Office, 1782-1968**. London: Public Records Office, 2002.

<sup>42</sup> As comissões mistas eram compostas por juízes e árbitros dos países signatários. Pela emancipação dos africanos a bordo dos navios ilegais. Cf. ELTIS. **Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade**, p. 81-125. MAMIGONIAN. **Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**, p. 22.



constitucionais entre o Sul e o Norte revelaram as desavenças dos dois territórios e a necessidade de que ambos cedessem para a manutenção territorial do país. Após um longo período de reuniões, oficiais e extralegais<sup>43</sup>, ambos concordaram em estabelecer o sistema de representação dos três quintos no Congresso ao Sul, atos de navegação com minoria simples ao Norte, limitação do solo livre para o caso do escravizado fugido ao Sul e proibição do tráfico de escravizados até 1808, ao Norte<sup>44</sup>. Quando o ano de 1808 chegou, os sulistas estavam relativamente preparados para manter a produção algodoeira. Alguns territórios possuíam altas taxas de natalidade entre os escravizados, por exemplo. As outras opções se sustentavam em bases duvidosas, como a utilização do tráfico interno de escravizados e de bandeiras de outros países nos navios<sup>45</sup>.

Naturalmente, combater o sistema escravista dos impérios europeus não foi tarefa simples, mas ao menos nos primeiros anos após o Ato de 1807, os espanhóis tiveram certa liberdade de atuação. Até então, a Espanha possuía uma participação menos significativa no tráfico. A conjuntura estava às vésperas da mudança. Desde 1780, os plantadores de Havana enviavam petições ao rei solicitando a abertura do comércio de escravizados. Destacavam o potencial de Cuba e a possibilidade de a Espanha competir diretamente com Portugal e Inglaterra. O crioulo e advogado Francisco Arango y Parreño viajou à Madri e tornou-se uma espécie de porta-voz da causa. As medidas surtiram efeito e o império espanhol comprometeu-se a reestruturar a região. Ao longo do século XIX, principalmente depois do nascimento do Haiti, o açúcar e a escravidão cresceram a olhos vistos na colônia espanhola<sup>46</sup>. Pelo menos até 1817, os espanhóis se recusaram a desistir do tráfico, mas cerca de quarenta e três navios negreiros, com bandeira espanhola, já haviam sido capturados pela Grã-Bretanha. Naquele ano, as duas nações acordaram o fim do tráfico espanhol a partir de 30 de maio de 1820. Quando a ilegalidade tomou forma, reiteraram o combinado em 1835<sup>47</sup>.

Com Portugal, e o Brasil, as relações nunca foram mornas. Em 1810, Grã-Bretanha e Portugal assinaram um tratado que restringia o comércio português de escravizados às suas

---

<sup>43</sup> Tâmis Parron define como aparatos locutórios constitucionais os decretos e artigos parlamentares e como atos ilocutórios constituintes, as conversas externas, que ajudavam a definir o sentido dos textos constitucionais. Cf. PARRON. **Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 28.

<sup>44</sup> Os três quintos afirmavam que um escravizado equivalia a três quintos de um homem livre na representação do congresso. A política de solo livre emergia devido ao caso Somersett. As exigências do Norte foram feitas a fim de consolidar a sua economia assalariada. Conferir uma análise aprofundada em: PARRON. **A Política da Escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846**, p. 26-46. Cf. as movimentações políticas em: COMMAGER, Henry. **Documents of American History**. New Jersey: Prentice Hall, 1973.

<sup>45</sup> Cf. uma análise aprofundada em: MARQUES, Leonardo. **The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867**. New Haven: Yale, 2016.

<sup>46</sup> FERRER. **Freedom's mirror. Cuba and Haiti in the Age of Revolution**, p. 33.

<sup>47</sup> SACO, José Antonio. **La Supresion del Tráfico de Esclavos Africanos en la Isla de Cuba: Examinada Con Relación a Su Agricultura Y A Su Seguridad**. Cambridge: Harvard University, 1845.





possessões. Em 1815 e 1817, a Grã-Bretanha reafirmou a proibição do tráfico fora dos territórios portugueses, em especial o que ocorria ao norte do Equador. A partir de 1822, o Brasil, agora um império, precisava que a Grã-Bretanha reconhecesse a sua Independência. A questão pautou os primeiros embates, internos e externos, do novo Estado-Nação. Em 1826, o Brasil e a Grã-Bretanha assinaram um tratado - que entrou em vigor em março de 1830 e foi reiterado em 07 de novembro de 1831- que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, libertava os indivíduos que entrassem no país ilegalmente<sup>48</sup> e punia aqueles que se relacionassem com tráfico. Em 1850, a lei Eusébio de Queirós reforçou o fim do tráfico e trouxe à tona novas punições<sup>49</sup>. Essas leis não foram prontamente respeitadas. Em seu trabalho mais recente, *Africanos Livres*, Beatriz Mamigonian afirma que os africanos alforriados pela força da lei se tratavam da ponta de um iceberg. Cerca de 800 mil africanos chegaram ao Brasil ilegalmente ao longo do século XIX, a fim de atender as necessidades econômicas do país, principalmente das plantações cafeeiras<sup>50</sup>.

Na década de 1820, a escritora britânica Maria Graham analisou a força da escravidão<sup>51</sup> brasileira. Graham embarcou pela primeira vez em direção à América do Sul em julho de 1821, em companhia de seu primeiro marido, Thomas Graham. Ficou no Brasil entre setembro de 1821 e março de 1822, quando se mudou para o Chile. Em janeiro de 1823, retornou ao Brasil, para uma estadia de mais dez meses. Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, conheceu Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Em 1824, na Grã-Bretanha, publicou *Journal of a Voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*<sup>52</sup>.

*Journal of a Voyage to Brazil* acentua as múltiplas possibilidades do Novo Mundo. Em um primeiro plano, reconstrói, com simpatia, a Independência do Brasil e o rompimento com Portugal. Maria Graham afirmava estar ao lado dos brasileiros e ter assistido à Assembleia Legislativa, de maio de 1823, “um dos momentos mais especiais de sua vida”<sup>53</sup>. Em seguida, mostra o cotidiano do país e o que Graham considerou relevante sobre as mulheres, vestimentas, festas e comidas<sup>54</sup>.

---

<sup>48</sup> Os indivíduos eram submetidos a um período de tutela de, originalmente, 14 anos. Não raro, esse período foi ampliado. A medida não era exclusiva ao Brasil e já vinha sendo utilizada nas colônias inglesas e francesas. Cf. MAMIGONIAN. **Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**, p. 16.

<sup>49</sup> MAMIGONIAN. **Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**, p.11-12.

<sup>50</sup> MAMIGONIAN. **Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil**, p. 13. Cf. as movimentações em **Coleção das Leis do Império do Brasil**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em: 17/12/2017.

<sup>51</sup> Utilizo a expressão criada por Sidney Chalhoub. Cf. CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: Ilegalidade e Costume no Brasil Oitocentista**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

<sup>52</sup> GRAHAM, Maria. **Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823**. Cambridge: Cambridge University Pres, 1824. Existe uma versão em português para o livro. Cf. GRAHAM, Maria. **Diário de uma viajante ao Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.

<sup>53</sup> GRAHAM. **Diário de uma viajante ao Brasil**. Op. Cit, p. 276

<sup>54</sup> CERDAN, Marcelo Alves. Maria Graham e a Escravidão no Brasil Entre o Olhar e o Bico de Pena e os Leitores do Diário de uma Viajante Inglesa do Século XIX. In: **História Social**, v.1, n. 10, p. 121-148, 2003.





Finalmente, descreve aos ingleses o que a viajante considera ser o maior problema do Brasil: a escravidão<sup>55</sup>. Simultaneamente, o livro exhibe uma base científica, uma vez que Graham recorreu às fontes documentais para imputar atributos históricos e científicos em sua obra<sup>56</sup>, e demonstra um longo discurso abolicionista. Maria Graham justifica o posicionamento desde a introdução, ao afirmar que não se tratava de um relato parcial, mas a imparcialidade nem sempre significava uma virtude<sup>57</sup>. Nas páginas seguintes, a autora descreve as suas impressões sobre a escravidão.

[Sobre Pernambuco] Não tínhamos dado cinqüenta passos no Recife quando ficamos inteiramente perturbados com a primeira impressão de um mercado de escravos. Era a primeira vez que tanto os rapazes quanto eu estávamos num país de escravidão, e por mais que os sentimentos sejam penosos e fortes quando em nossa terra imaginamos a servidão, não são nada em comparação com a visão tremenda de um mercado de escravos. Cerca de cinqüenta jovens criaturas, rapazes e moças, com todas as aparências da moléstia e da penúria, consequência da alimentação escassa e do longo isolamento em lugares doentios, estavam sentados e deitados na rua, no meio dos mais imundos animais. O espetáculo nos fez perceber que tudo o que pudéssemos fazer no sentido da abolição ou da atenuação da escravatura seria considerado pouco<sup>58</sup>.

[Sobre a Bahia] Durante o último ano setenta e seis navios partiram dêste pôrto para a costa d'África, e é sabido que muitos deles tomarão os escravos ao norte da linha, a despeito dos tratos em contrário. Mas o sistema de documentos falsos está tão hábil e tão geralmente organizado que a apreensão está longe de ser fácil e são tais as dificuldades que surgem para se obter a condenação de qualquer navio negreiro, que só por acaso é possível detê-los<sup>59</sup>.

[Sobre o Rio de Janeiro] Quando se passa pela Rua do Valongo. Então todo o tráfico de escravos surge com todos os seus horrores perante nossos olhos. De ambos os lados estão armazéns de escravos novos, chamados aqui peças, e aqui as desgraçadas criaturas ficam sujeitas a todas as misérias da vida de um negro novo, escassa dieta, exame brutal e açoite<sup>60</sup>.

Além disso, Maria Graham afirma que a escravidão sequer era verdadeiramente lucrativa e que um indivíduo produzia em menor quantidade quando submetido a um sistema de cativeiro. Bastava comparar os dois modos de produção. “Os terrenos em que o escravo é autorizado a cultivar para seu próprio uso em muitas fazendas geralmente produz, pelo menos, o dôbro em proporção do que a terra do seu senhor, apesar das poucas horas de trabalho que lhe são dedicados”<sup>61</sup>. A autora rejeita o posicionamento de que os escravizados eram incapazes de adquirir valores e sobreviver como trabalhadores livres, mas não estava isenta dos maneirismos de seu tempo. Graham ressalta que a humanidade e a ignorância dos negros andavam em comunhão. Em outras

<sup>55</sup> GRAHAM. **Diário de uma viajante ao Brasil**. P. 359-360.

<sup>56</sup> CAMPOS, Maria de Fátima. *Relatos de Viagem e a Obra Multifacetada de Maria Graham no Brasil*. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 41, p.99-114, jul./dez. 2009.

<sup>57</sup> GRAHAM. **Diário de uma viajante ao Brasil**, p. 11.

<sup>58</sup> GRAHAM. **Diário de uma viajante ao Brasil**, p. 114.

<sup>59</sup> \_\_\_\_\_. **Diário de uma viajante ao Brasil**, p. 171.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **Diário de uma viajante ao Brasil**, p.188

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. **Diário de uma viajante ao Brasil**, p. 255



palavras, esses indivíduos conseguiam ser bons e felizes porque não sabiam as reais mazelas da escravidão. A solução não estava em despertá-los à revolta, mas alertar os senhores e os traficantes sobre a necessidade de extirpar essa instituição<sup>62</sup>. A crítica mais dura era dedicada aos ingleses que viviam como colonos no Brasil. Dedicavam-se a uma atividade duvidosa e não se interessavam em conhecer o país que lhes acolhera.

Em contrapartida, Beatriz Mamigonian demonstrou que os escravizados não eram coadjuvantes das ações oficiais - atuaram nas lutas pela independência e conviveram com a Era das Revoluções. Os eventos ocorridos na França, no Haiti e nos Estados Unidos, estabeleceram novos padrões de soberania, representação e igualdade<sup>63</sup>. As discussões em torno do estabelecimento de uma constituição para Portugal e seus territórios ultramarinos, em 1821 e 1822, e da Assembleia Constituinte, de 1823, abordaram a diversidade do Brasil e a contingência de um conceito amplo de cidadania. Cipriano Barata afirmou que a nacionalidade portuguesa possuía múltiplos contornos. José Bonifácio de Andrada e Silva repetiu o discurso abolicionista da Grã-Bretanha e advogou a favor do fim do tráfico e da integração dos escravizados à sociedade<sup>64</sup>. No entanto, os receios que já existiam nos dois momentos, foram potencializados pela Constituição de 1824, que negou o direito de cidadania aos africanos libertos<sup>65</sup>. A medida contribuiu para que a cor se mantivesse como um estigma, que afetou a vida de uma parcela considerável da população. Não raro, os não-brancos precisaram comprovar a sua liberdade, através da carta de alforria, sob a suspeita de serem fugidos<sup>66</sup>.

### **Considerações Finais:**

O ato de uma nação definir a liberdade de outra revelou as suas limitações. A segunda escravidão possuía potencial e, não raro, os britânicos tiveram de lançar mão dos meios extralegais porque as leis, de alguma forma, haviam falhado. Em doses variadas, associadas ao contexto, os abolicionistas combinaram ideologia, força e subversão. O resultado foi um projeto de emancipação que David Eltis<sup>67</sup> classifica como lento e incompleto, que incorporou os negros, mas formou uma base de humanidade fugidia e mal resolvida, pelo menos até o ano de 2018, em que

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_, *Diário de uma viajante ao Brasil*, p. 254-256.

<sup>63</sup> MAMIGONIAN, *Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, p. 37.

<sup>64</sup> MAMIGONIAN, *Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, p. 44

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_, *Africanos livres: A Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil*, p. 37-41

<sup>66</sup> MATOS, Hebe. *Passados Sensíveis. Escravidão, Política e Tempo Presente na História do Brasil*. P. 13. O texto foi elaborado a partir de uma sucessão de conferências realizadas em 2017 e apresentado na forma escrita, como requisito ao Concurso de Professor Titular Livre da Universidade Federal de Juiz de Fora, em outubro do mesmo ano.

<sup>67</sup> ELTIS, David. Europeans and the Rise and Fall of African Slavery in the Americas: An Interpretation. In: *The American Historical Review*, v. 98, n. 5 (Dec., 1993), p. 1399-1423.



escrevo este artigo. Hebe Mattos ressalta que os estudos contemporâneos sobre a idão se tratam essencialmente de uma questão de justiça aos crimes do passado<sup>68</sup>. A sua afirmativa não podia ser mais pontual. A associação entre escravidão e direitos humanos renovou os debates acerca do tema e trouxe à tona a possibilidade de reparação, moral, política, cultural e econômica. Aos historiadores, cabe o papel de intensificar as análises, através das fontes, discussões historiográficas e teóricas, e unir-se à população, a fim de trazer à tona as denúncias<sup>69</sup>. O silêncio serve apenas para reforçar um passado que não acabou ou, no mínimo, ignorar uma problemática pulsante de nosso país.

---

<sup>68</sup> MATTOS. **Passados Sensíveis. Escravidão, Política e Tempo Presente na História do Brasil**. P.5.

<sup>69</sup> A título de exemplificação, em 2010, Luiz Felipe Alencastro associou as cotas raciais em Universidades Federais à dívida histórica do Brasil aos descendentes de africanos. ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)** apresentada ao Supremo Tribunal Federal, 2010. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/2010/03/24/cotas-parecer-de-luiz-felipe-de-alencastro/>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2018. Em 2017, a UNESCO declarou o Cais do Valongo Patrimônio da Humanidade. Cf. **UNESCO declara Cais do Valongo Patrimônio da Humanidade**. <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/09/unesco-declara-cais-do-valongo-patrimonio-da-humanidade.htm>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.



# As lições de Bernardo Guimarães em *A Escrava Isaura*: escravidão e literatura na segunda metade do século XIX

Bernardo Guimarães' lessons in "A Escrava Isaura": Slavery and literature in the second half of the 19th century

**Daniela Magalhães da Silveira**

Doutora em História

Universidade Federal de Uberlândia

danielasilveira@hotmail.com

**Recebido em:** 21/12/2017

**Aprovado em:** 12/01/2017

**RESUMO:** *A Escrava Isaura* é o romance mais conhecido de Bernardo Guimarães. Foi publicado em 1875 e traz importantes reflexões em torno da escravidão brasileira. Este artigo faz uma análise da personagem Isaura, com o objetivo de verificar o posicionamento de seu criador diante da situação das mulheres, quando a abolição chegasse para todas. O casamento é vislumbrado, no romance, como moeda de troca para se livrar do cativo. Por outro lado, pode ser compreendido apenas como uma troca de senhores, com a mulher saindo da casa do pai/senhor e entrando para a casa do marido. A mocinha deixava, então, de ser escrava para ocupar o papel de esposa tutelada por algum homem. Assim, torna-se evidente a proposta de Bernardo Guimarães para um Brasil sem escravos, especialmente no que diz respeito às mulheres. Esse seria um país de mestiças, bem educadas e dedicadas ao lar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bernardo Guimarães, Escravidão, Casamento.

**ABSTRACT:** Written by Bernardo Guimarães in 1875, *A Escrava Isaura* is his most known novel and brings important reflection about Brazilian slavery. This article analyzes the character 'Isaura' and aims to verify the positioning of its creator about the women's situation by the time they would experience the abolition. In this novel, marriage is showed as a bargain for freedom. On the other hand, it may be seen just as a masters' exchange because women simply used to leave their father's house and move to their husband's. In such a context, the girl, then, played the role of a wife owned by a man and wasn't a slave any more. Therefore, it becomes clear what Bernardo Guimarães proposes about women slavery in Brazil: a country of mixed races girls, with well-educated and devoted to their home.

**KEYWORDS:** Bernardo Guimarães, Slavery, Marriage.



## “É uma perfeita brasileira”

A *Gazeta de Notícias*, de 8 de setembro de 1886, noticiava como haviam transcorrido as comemorações da Independência. Em artigo, publicado na primeira página e intitulado “A festa de libertação”, apareciam informações sobre como a câmara municipal da Corte estava enfeitada e contava com vários representantes de países estrangeiros. A família imperial também compareceu e, em seu discurso, D. Pedro II afirmava que continuaria promovendo a distribuição de cartas de alforrias a escravos do município neutro. Durante a distribuição das cartas, no entanto, houve o seguinte constrangimento, relatado pelo articulista do jornal, com detalhes:

Começou depois a cerimônia da entrega das cartas, que eram dadas pelas mãos de Sua Alteza Imperial aos libertandos.

Estes, em número de 60, estavam divididos em turmas, que eram apresentadas de dois em dois indivíduos, pelos vereadores.

Ao Sr. Visconde de Santa Cruz coube apresentar as cartas de dois homens perfeitamente brancos, e muito bem vestidos.

Sua Alteza, voltando-se para o Sr. vereador, perguntou:

- Quais são os libertandos?

O Sr. visconde respondeu que eram aqueles.

Houve um movimento de geral curiosidade, e Sua Alteza Imperial entregou as cartas aos dois homens, acompanhando-os com um olhar de profunda pena, até desaparecerem pela porta que dá para uma das dependências do arquivo, onde estavam os outros libertos.<sup>1</sup>

Eusébio de Queiróz, entre 1833 e 1844, organizou a escravidão, vinculando imediatamente todo indivíduo de cor preta à suspeição de ser escravo<sup>2</sup>. Mais tarde, o processo que culminou com a assinatura da Lei Áurea contou com a participação de vários membros daquela sociedade, elevando a questão racial a um ponto fundamental de suas discussões. Isso, por exemplo, foi o que nos mostrou Marcelo Balaban em sua análise das caricaturas produzidas por Angelo Agostini<sup>3</sup>. O caricaturista da *Revista Illustrada* tornou-se conhecido também por causa de sua suposta atuação abolicionista. Embora sua pena tenha dado vida a cativos perigosos e que não estavam preparados para o mundo do trabalho. Vários literatos também investiram nessa senda. Bernardo Guimarães se esmerou na caracterização de africanos e crioulos, em sua maioria, com traços animais e violentos. Em contraposição, tornou-se conhecido por causa das suas escravas “quase” brancas, ajudando a fortalecer o mesmo espanto e indignação que, logo mais,

<sup>1</sup> *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1886.

<sup>2</sup> CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. PP. 228-229.

<sup>3</sup> BALABAN, Marcelo. “Transição de cor: Raça e abolição nas estampas de negros de Angelo Agostini na Revista *Illustrada*”. *Topoi*, Rio de Janeiro, V. 16, N. 31, 2015. P. 427.



apareceriam no olhar de D. Pedro II. Sendo assim, aos brancos caberia a liberdade natural. Em oposição, os escravos deveriam ser necessariamente pessoas de cor preta, desacreditados de que poderiam fazer parte do mercado de trabalho e que, por isso, necessitavam ter sua liberdade tutelada.

Não existiu uma forma unívoca entre aqueles homens de letras de caracterizar seus personagens escravos. Além disso, as vozes com relação ao futuro do sistema escravista e absolvição daqueles homens e mulheres pelo mercado de trabalho livre também foram dissonantes. Bernardo Guimarães destaca-se por causa de sua insistência em criar personagens femininas escravas “quase” brancas e que foram pensadas como as mais apropriadas para receber a liberdade e ganhar o título de brasileiras<sup>4</sup>.

O romance *A Escrava Isaura* foi publicado pelo mineiro Bernardo Guimarães, em 1875. Até o momento, não existem indícios de que essa história tenha tido alguma versão anteriormente publicada em formato de folhetim. Sabe-se apenas de uma publicação parcial, de 1881, em um periódico baiano<sup>5</sup>. A sua narrativa, no entanto, é hoje muito mais facilmente reconhecida, por causa da adaptação para o formato de novela. Sua maior divulgação foi àquela estrelada por Lucélia Santos, entre 1976 e 1977, para a Rede Globo de Televisão. Apesar disso, o argumento central desenvolvido neste artigo oferece importância para duas historicidades do romance, a saber: 1875, por ser o seu ano de publicação original; e os “primeiros anos do reinado do senhor dom Pedro II”<sup>6</sup>, período no qual se passa a história. Essas datações nos aproximam de “Mariana”, conto de Machado de Assis, publicado no *Jornal das Famílias*, em 1871, e com enredo situado em meados da década de 1850. Sidney Chalhoub interpreta a história de Machado de Assis, considerando as discussões em torno da aprovação e aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, lei do Ventre Livre. Uma das hipóteses do historiador é a de que “Machado parece sugerir que não havia saída para o problema da escravidão *por dentro* das relações instituídas entre senhores e escravos. A mensagem inescapável do conto é a necessidade de o poder público submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei”<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Além de Isaura, personagem de *A Escrava Isaura* (1875), Bernardo Guimarães também criou Florinda, personagem “quase” branca do conto “Uma história de quilombolas” (1871).

<sup>5</sup> ALVES, Kleberon da Silva. **“Por que razão não libertam esta menina?” Discurso emancipacionista e perfil do liberto ideal no romance A Escrava Isaura**. Dissertação (mestrado em História), Universidade do Estado da Bahia, 2010. p. 40.

<sup>6</sup> GUIMARÃES, Bernardo. **A Escrava Isaura**. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2004. p. 17.

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 137.



O autor de *A Escrava Isaura* formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e atuou como juiz em Goiás<sup>8</sup>. É possível acreditar que se encontrava bastante inteirado das discussões que envolveram a lei do Ventre Livre e de suas lacunas que deveriam ser resolvidas pela Justiça, de modo que existe a possibilidade de refletirmos acerca da história ficcional como parte daquele mesmo imbróglio. Vejamos, portanto, quais as propostas oferecidas por Bernardo Guimarães para a questão da escravidão, por meio de sua *A Escrava Isaura*.

*A Escrava Isaura* começa situando seus leitores e leitoras no tempo e espaço: como já afirmado, a narrativa passava-se nos primeiros anos do reinado de D. Pedro II, ou seja, na década de 1840, numa “linda e magnífica fazenda”, em Campos de Goitacases. A primeira voz que ganhou vida foi a de Isaura. Era “uma voz de mulher, voz melodiosa, suave, apaixonada e do timbre o mais puro e fresco que se pode imaginar”<sup>9</sup>. Na verdade, a cantiga da moça relatava as dores causadas pela escravidão. Ao descrever a personagem, o narrador do romance oferece destaque para a cor da escrava: “A tez é como o marfim do teclado (do piano), alva que não deslumbra, embaçada por uma nuance delicada, que não sabereis dizer se é leve palidez ou cor-de-rosa desmaiada”<sup>10</sup>. Logo em seguida, apareciam as descrições do colo, dos cabelos, da fronte e da face. A personagem foi minimamente detalhada, conforme ocorriam em diferentes falas masculinas a respeito do corpo da mulher negra<sup>11</sup>. Poucas frases depois, Malvina também teve algumas de suas características físicas descritas: “uma formosa dama ainda no viço da mocidade, bonita, benfeita e elegante”. No mais, é possível acompanhar a exaltação de seu luxo e a correlação entre olhos azuis e bondade. Isaura é a escrava “quase branca” e Malvina a sua senhora. As duas personagens são apresentadas de forma a reafirmar o interesse pelo corpo das mulheres descendentes de africanos e a beleza natural da europeia nascida nos trópicos.

O diálogo travado entre as duas, logo nas primeiras páginas do romance, faz lembrar, mais uma vez, as palavras usadas por Machado de Assis no conto “Mariana”. A escravinha criada por Machado de Assis, assim como destaca Sidney Chalhoub, usufruía de todas as benesses oferecidas a uma filha de sua senhora, “a diferença estava em que a cativa não sentava à mesa nas refeições e não podia aparecer na sala em ocasião de visitas”<sup>12</sup>. Por causa do tratamento recebido,

---

<sup>8</sup> COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. **Enciclopédia de Literatura Brasileira**. São Paulo: Global Editora, 2001. V. 1. p. 810.

<sup>9</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 18.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **A Escrava Isaura**. p. 19.

<sup>11</sup> XAVIER, Giovana. “Entre personagens, tipologias e rótulos da ‘diferença’: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX”. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 67.

<sup>12</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. p. 132.





devia obediência e gratidão. No romance aqui estudado, diante da canção de lamento cantada por Isaura, Malvina a repreendia:

- Não gosto que a cantes, não, Isaura. Hão de pensar que és maltratada, que és uma escrava infeliz, vítima de senhores bárbaros e cruéis. Entretanto passas aqui uma vida que faria inveja a muita gente livre. Gozas da estima de teus senhores. Deram-te uma educação, como não tiveram muitas ricas e ilustres damas que eu conheço. És formosa e tens uma cor linda, que ninguém dirá que gira em tuas veias uma só gota de sangue africano. Bem sabes quanto minha boa sogra antes de expirar te recomendava a mim e a meu marido. Hei de respeitar sempre as recomendações daquela santa mulher, e, tu bem vês, sou mais tua amiga do que tua senhora. Oh! Não, não cabe em tua boca essa cantiga lastimosa, que tanto gostas de cantar. Não quero – continuou em tom de branda repreensão -, não quero que a cantes mais, ouvistes, Isaura?... Senão, fecho-te o meu piano<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo em que Malvina destacava os privilégios oferecidos à Isaura, a repreendia, mostrando que a escrava não tinha o direito de escolher a música que poderia cantar, nem de expressar seus sentimentos, muito menos de usar um instrumento musical característico das classes abastadas sem a permissão de sua senhora. Talvez, justamente por causa desses privilégios, Isaura tenha perdido o acesso a vários momentos de “liberdade” permitidos aos outros escravos<sup>14</sup>. O levantamento das qualidades de Isaura feito por Malvina mostra-nos, no mesmo patamar, educação e formosura, por causa de sua “cor linda”. O que deixa entrever que Isaura deveria ser grata por todos os ensinamentos recebidos e também por não ser percebida como uma descendente de africanos. Com isso, Bernardo Guimarães deixava indicado que os escravos mais preparados para receber uma educação à moda europeia eram aqueles de tez clara, para que, com isso, pudessem ocultar mais facilmente suas origens raciais. E ainda esses corriam o risco de ser ingratos para com seus “bondosos” senhores.

Outras duas personagens femininas ainda ganharam destaque nesse romance, por causa de suas cores. A primeira delas foi Juliana, a mãe de Isaura: “uma linda mulata, que fora por muito tempo a mucama favorita e a criada fiel da esposa do comendador”. Essa, no entanto, parecia não ser tão virtuosa como a filha, porque, se havia resistido por muito tempo aos ataques sexuais de seu senhor, acabou cedendo “às ameaças e violências” dele. Após ter seus encontros extraconjugais descobertos por sua “virtuosa esposa”, a mãe de Isaura, que já sofria com a

<sup>13</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 20.

<sup>14</sup> Em *Helena* (1876), Machado de Assis construiu várias passagens com o objetivo de enfatizar que pessoas pobres e escravizadas tiravam proveito de momentos, aparentemente sem importância, para curtir as poucas horas longe da visão senhorial. Isso ocorreu, por exemplo, quando a personagem Helena tentou demonstrar a Estácio que um cativo poderia aproveitar o tempo dele de uma forma, enquanto ao senhor aquilo poderia ser apenas um modo de desperdiçar o tempo. Conferir: CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. pp. 29-30.



violência de seu senhor, foi exilada dos trabalhos domésticos e enviada para a senzala. Lá conheceu Miguel, o feitor português que era o pai de Isaura.

Quem teve suas características físicas esquadrinhadas, com uma quantidade incrível de detalhes, foi Rosa. Segundo a narrativa, Rosa tinha a mesma cor que a mãe de Isaura, embora fosse:

(...) uma rapariguinha, a mais faceira e gentil que se pode imaginar nesse gênero. Esbelta e flexível de corpo, tinha o rostinho mimoso, lábios um tanto grossos, mas bem modelados, voluptuosos, úmidos e vermelhos como boninas que acabam de desabrochar em manhã de abril. Os olhos negros não eram muito grandes, mas tinham uma viveza e travessura encantadoras. Os cabelos negros e anelados podiam estar bem na cabeça da mais branca fidalga de além-mar. Ela, porém, os trazia curtos e mui bem frisados à maneira dos homens. Isto, longe de tirar-lhe a graça, dava à sua fisionomia zombeteira e espevitada um chiste original e encantador. Se não fossem os brinquinhos de ouro, que lhe tremiam nas pequenas e bem-molduradas orelhas, e os túrgidos e ofegantes seios que como dois trêfegos cabritinhos lhe pulavam por baixo de transparente camisa, toma-la-ieis por um rapazote maroto e petulante<sup>15</sup>.

Eis aqui a descrição do corpo da mulata que, mais tarde, ganharia bastante espaço em letras de músicas e nos enredos de romances<sup>16</sup>. A sexualidade estava indelevelmente associada à cor da pele da personagem Rosa. Seus lábios eram “voluptuosos” e os olhos travessos e encantadores. Os cabelos, por mais que tivessem um corte supostamente inadequado, ofereciam um “chiste original e encantador”. Para não deixar dúvidas a respeito do alto teor sexual ali impresso, os seios poderiam ser vistos por qualquer um, porque a personagem usava uma roupa transparente que os deixavam a mostra. Talvez, tenha sido justamente por causa desses seios e dos “favores” concedidos, que Rosa ostentava nas orelhas brincos de ouro. Sexualidade e raça aparecem aqui de forma indissociável, conforme já enunciou Mariza Corrêa, que, em seus estudos, ainda observou como Isaura acabava sendo igualada às mulheres brancas, “saindo do reino da amoralidade para o da conjugalidade”<sup>17</sup>. Assim, Bernardo Guimarães criava dois polos no que diz respeito às suas personagens femininas mulatas: de um lado estava a mulata

<sup>15</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. pp. 43-44.

<sup>16</sup> Nos últimos anos do século XIX e primeiros do XX, talvez por causa da reorganização do trabalho livre e da tendência de muitos literatos de refletir sobre o futuro da nação, a figura da mulata ganhou bastante destaque. Segundo Martha Abreu, a valorização das mulatas nas canções apareceu acompanhada de seus atributos de beleza e sensualidade. Por sua vez, representar as mulatas como um cobiçado objeto de desejo sexual serviu como contraponto às teorias de coisificação da mulher escrava. Conferir: ABREU, Martha. “Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos”: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890-1920)”. **Tempo**, Rio de Janeiro, N. 16, V. 8, janeiro de 2004. PP. 11-12. Dedicando-se a esse mesmo período Antonio Herculano Lopes avaliou a trajetória de atrizes, como Júlia Martins e Otilia Amorim, e suas dificuldades e preconceitos relacionados a questões de raça e de classe. Conferir: LOPES, Antonio Herculano. “Vem cá, mulata!”. **Tempo**, Rio de Janeiro, V. 13, N. 26, janeiro de 2009. p. 81.

<sup>17</sup> CORRÊA, Mariza. “Sobre a invenção da mulata”. **Cadernos Pagu** (6-7), 1996. p. 45.



sexualizada – Rosa – de outro a virgem pronta para o casamento – Isaura. Embora as duas tivessem “sangue africano” correndo em suas veias e fossem classificadas por ele como mulatas.

O que distancia Rosa de Isaura não é apenas a cor da pele ou a sexualidade negada a uma e atribuída à outra com exaustão. É principalmente o fato de Rosa ser a “invejosa e malévola”, enquanto Isaura era “bonita e civilizada como qualquer moça branca”<sup>18</sup>. O que as diferenciava, portanto, era a educação oferecida à Isaura pela mãe de Leôncio<sup>19</sup>. Talvez essa seja a principal lição deixada por Bernardo Guimarães, em *A Escrava Isaura*: ofereça uma educação adequada às escravas “quase” brancas e teremos uma Isaura. Aquela que será capaz de assumir um papel especial no país por ele desejado, com trabalhadores livres oriundos das senzalas, e mulheres prontas para a maternidade. Mas a educação não seria o bastante, se não arranjassem para essas mesmas mulheres um casamento considerado adequado. Basta enfatizar que a mulata seria um dos caminhos, talvez o mais curto, para a geração de indivíduos de pele cada vez mais clara<sup>20</sup>. Bernardo Guimarães vivia um momento em que, com a lei libertava-se o ventre daquelas mulheres, mas o casamento seria necessário para controlar os corpos delas.

### “Arranjo-te a liberdade e caso-me contigo”

No mesmo ano de publicação de *A Escrava Isaura*, uma das revistas dirigidas ao público feminino de maior sucesso era o *Jornal das Famílias*. Em 1875, Machado de Assis, ora usando o seu próprio nome, ora algum pseudônimo, apareceu onze vezes naquelas páginas<sup>21</sup>. Várias de suas tramas giravam em torno de namoros e arranjos que levariam ao casamento<sup>22</sup>. Como protagonistas dessas narrativas, encontramos moças e rapazes preocupados com o futuro financeiro e que vislumbravam, em algum enlace matrimonial, a possibilidade de escapar ao

<sup>18</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 45.

<sup>19</sup> Em seu trabalho, Luciano Mendes de Faria Filho observa como Bernardo Guimarães oferece importância para a educação de suas personagens femininas. Para tanto, constrói certo modelo de educação feminina para a época. As mulheres sabem mais ler do que escrever, também aprendem a costurar, entre outros itens. Enquanto a educação voltada para as mulheres era mostrada pelo literato de modo benéfico para a formação do caráter delas, o mesmo não ocorria com os personagens masculinos. Leôncio, por exemplo, não conseguiu concluir os cursos superiores nos quais foi matriculado e, quando partiu para estudar na Europa, passou todo o tempo apenas conhecendo lugares pouco recomendáveis. Conferir: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. “Ilustração e educação: uma leitura de Bernardo Guimarães”. *Educação Revista do Centro de Educação*, Universidade Federal de Santa Maria, V. 31, N. 1, 2006, pp. 163-168.

<sup>20</sup> SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2006. p. 108.

<sup>21</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. *Contos de Machado de Assis: leitores e leituras do Jornal das Famílias*. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 2010.

<sup>22</sup> O *Jornal das Famílias* foi uma revista editada por B. L. Garnier, entre 1863 e 1878. Era mensal e contou com uma enorme participação de Machado de Assis, por meio de diversas assinaturas diferentes. Conferir: SILVEIRA, Daniela. *Contos de Machado de Assis*.



trabalho (quando se tratavam de personagens masculinos) ou de não viver desamparada (quando se tratavam de personagens femininos). Às viúvas eram receitados novos enlaces, enquanto às jovens moças o casamento era aconselhado antes que fossem mal faladas, pois trocavam de namorados com muita frequência. Alguns desses homens e mulheres ficcionais ganharam a cor “morena” como característica física e não eram herdeiros de grandes fortunas. O casamento apresentava-se, portanto, naquele momento, como um dos melhores investimentos, seja para homens, seja para mulheres. Era um arranjo de família ou uma estratégia traçada pelos próprios nubentes.

O tipo de narrativa escrita por Machado de Assis para essa revista ajuda a entender um pouco sobre algumas das escolhas feitas por Bernardo Guimarães, em *A Escrava Isaura*. Parecia existir um ambiente favorável para histórias de casamentos arranjados, como o matrimônio de Leôncio e Malvina. Assim, a moça “já estava destinada a Leôncio por comum acordo e aquiescência dos pais de ambos”. Por outro lado, não bastava mais a palavra firmada entre as duas famílias. Era necessária a vontade de ambos os envolvidos. Segundo o pai de Miloca, personagem de Machado de Assis, preparada para o *Jornal das Famílias*, cumpria a ele “velar pelo futuro” da filha, “mas a primeira condição de um casamento é a afeição recíproca”<sup>23</sup>. Talvez por causa dessa nova forma de pensar, Bernardo Guimarães tenha inserido a afirmação de que, apesar de um tratado pré-estabelecido, “os moços (Leôncio e Malvina) viram-se, amaram-se e casaram”. O casamento deixava de ser, ao longo do século XIX, um negócio entre famílias que pretendiam preservar a produção e se tornava um arranjo voltado ao consumo, de modo que as decisões individuais prevaleciam sobre os interesses coletivos. A separação entre família e negócios parecia ser o novo princípio seguido<sup>24</sup> e teve a sua divulgação sob a pena de Bernardo Guimarães, assim como de outros literatos.

Em contrapartida, não é possível afirmar que os nubentes abriram mão por completo das vantagens financeiras oferecidas por determinados enlaces, ainda que o dote tenha deixado de ser uma prática comum, conforme indica Muriel Nazzari<sup>25</sup>. Literatura e imprensa foram instrumentos

<sup>23</sup> *Jornal das Famílias*. Novembro de 1874. p. 340.

<sup>24</sup> NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: Mulheres, famílias e mudanças sociais em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 172.

<sup>25</sup> Muriel Nazzari apresenta uma ampla pesquisa a respeito do desaparecimento do dote, defendendo que, em São Paulo, no século XIX, quando as mulheres deixaram de levar o dote para o casamento, perderam boa parte de seu poder de negociação. Os casamentos entre classes sociais diferentes foram facilitados, mas as mulheres passaram a uma situação de dependência muito maior. Isso apareceu refletido até mesmo numa maior adoção do sobrenome dos maridos pelas mulheres após o casamento. Além disso, houve um impulso maior na educação e alfabetização femininas que passaram a servir de atrativos a futuros esposos. Conferir: NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote**.



importantes na divulgação de casamentos motivados pelo amor romântico e na detração de uniões firmadas sob o acordo financeiro. Por sua vez, parecia ainda haver as duas práticas, sendo que em vários contos do *Jornal das Famílias*, o amor vinha acompanhado de interesse financeiro e nem sempre os protagonistas eram punidos por desejar um futuro estável. Na história de Bernardo Guimarães, “Leôncio olhou para o casamento como o meio suave e natural de adquirir fortuna, como a única carreira que se lhe oferecia para ter dinheiro a esbanjar a seu bel-prazer”<sup>26</sup>. Esse princípio, no entanto, foi traçado com o objetivo de ser duramente criticado. Por isso, o casamento de Leôncio e Malvina parecia de antemão fadado ao fracasso, e a justificativa encontrada era a de que o rapaz havia se casado por especulação. A moça também não foi poupada, pois só conseguia despertar paixão e “prazeres sensuais”. O literato mostrava a sua opção e deixava a mensagem de que homens movidos por interesses financeiros e mulheres vaidosas não protagonizariam uniões felizes.

Os arranjos que antecederam ao casamento de Leôncio e Malvina estão nas primeiras páginas do romance. Mas é Isaura quem se encontra no centro das atenções. Essa personagem, por sua vez, em nada se assemelha àquelas mocinhas namoradeiras encontradas no *Jornal das Famílias*. Até mesmo porque, ao contrário daquelas, Isaura era uma escrava. Casamentos entre parceiros da escravidão não eram incomuns. A personagem feminina, pertencente à revista e criada por Machado de Assis, que ousou se apaixonar por seu “senhorzinho” foi a Mariana que, assim como Isaura, também ocupava um espaço considerado à época como privilegiado dentro da casa senhorial. Mariana, no entanto, não teve final feliz, porque sabia que jamais seria recebida como noiva por aquela família e nem por seu amado.

A historiografia vem tratando não apenas de histórias de casamentos entre escravos, mas de processos de divórcio/anulação de casamento. Sandra Graham mostrou como a vontade feminina era respeitada, mesmo que para isso fosse preciso enfrentar homens influentes que exerciam poder sobre a vida delas<sup>27</sup>. É importante ressaltar que isso não acontecia sem certa dose de sofrimento e até mesmo de violência física. A história de Bernardo Guimarães romantiza ao limite os enfrentamentos de uma escrava para se casar por amor com um homem branco e rico. No entanto, o casamento é diversas vezes oferecido à personagem como alternativa para se livrar do cativo. Vejamos como isso foi construído pelo literato.

---

<sup>26</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 23.

<sup>27</sup> GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 9.



A primeira vez que a possibilidade de Isaura querer se casar apareceu numa conversa entre ela e Malvina. Foi no mesmo momento em que a jovem senhora repreendia a moça, por causa da cantiga triste entoada ao piano. Malvina queria entender a tristeza de Isaura, incompreendida pela senhora que acreditava que a escrava tinha naquela casa uma vida melhor do que a levada por muitas mulheres livres. De acordo com o diálogo entre as duas, Isaura só poderia estar apaixonada:

- Anda lá; já sei o que te amofina; a tua cantiga bem o diz. Bonita como és, não podes deixar de ter algum namorado.

- Eu, senhora!... Por quem é, não pense nisso.

- Tu mesma; pois que tem isso?... Não te vexes; pois é alguma coisa do outro mundo? Vamos já, confessa; tens um amante, e é por isso que lamentas não teres nascido livre para poder amar aquele que te agradou e a quem caíste em graça, não é assim?...

- Perdoe-me, sinhá Malvina – replicou a escrava com um cândido sorriso. – Está muito enganada; estou tão longe de pensar nisso!

- Qual longe!... Não me enganas, minha rapariguinha!... Tu amas, e és mui linda e bem prendada para te inclinares a um escravo; só se fosse um escravo como tu és, o que duvido que haja no mundo. Uma menina como tu bem pode conquistar o amor de algum guapo mocetão, e eis aí a causa da choradeira de tua canção. Mas não te aflijas, minha Isaura; eu te protesto que amanhã mesmo terás a tua liberdade; deixa Leôncio chegar; é uma vergonha que uma rapariga como tu se veja ainda na condição de escrava!

- Deixe-se disso, senhora; eu não penso em amores e muito menos em liberdade; às vezes fico triste à toa, sem motivo nenhum...<sup>28</sup>

Nesse diálogo vemos a posição senhorial de Malvina diante de Isaura. A moça branca coloca-se como aquela que tem poder absoluto sobre a vida da sua escrava. Por sua vez, a escrava mostra ter consciência de que suas vontades não seriam o bastante, mesmo usufruindo de uma relação amigável com sua senhora. O posicionamento de Isaura pode ser lido como o de uma pessoa humilde e resignada, mas também deixa entrever o de alguém que não sente qualquer esperança de felicidade dentro do sistema escravista. Outro ponto interessante é o fato de Malvina pautar todos os sentimentos de Isaura a partir da sua própria visão de mundo, tão semelhante aquela das mocinhas namoradeiras do *Jornal das Famílias*. Assim, para Malvina, toda moça bonita teria como maior preocupação os namoros, cartas e confidências trocadas. Ainda no mesmo diálogo, Malvina mostra seu preconceito ao afirmar que uma moça “quase” branca e prendada não poderia se relacionar com qualquer escravo da fazenda. E ainda fecha o seu pensamento, indicando que só poderiam ser escravizadas pessoas que carregassem traços raciais

<sup>28</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. pp. 20-21.



africanos: “é uma vergonha que uma rapariga como tu se veja ainda na condição de escrava”. Então, manter outras pessoas sob a escravidão não seria motivo para se envergonhar? As duas jovens moças travaram uma discussão que poderia ser sobre sexualidade feminina e escolhas conjugais, mas que acabou decaindo para a questão da escravidão e da obediência senhorial. São duas mulheres conscientes de seus espaços de poder com relação ao casamento, mas também sabedoras da fragilidade das frestas de liberdade encontradas dentro da escravidão.

Em outro momento, Isaura é abordada por Henrique, irmão de Malvina. O personagem pretende oferecer “liberdade” à escrava em troca do “amor” dela. A oferta foi feita nos seguintes termos: “Além da liberdade terás tudo o que desejares, sedas, joias, carros, escravos para te servirem, e acharás em mim um amante extremoso, que sempre te há de querer e nunca te trocará por quanta moça há por este mundo, por bonita e rica que seja, porque tu só vales mais que todas elas juntas”<sup>29</sup>. Não havia qualquer menção ao casamento legal. Henrique pretendia transformar Isaura em sua amante, intenção semelhante à de Leôncio. Quem naquela disputa pretendia levar Isaura ao altar era apenas Belchior, “o jardineiro monstrengo”. Apesar do aspecto físico, Belchior fez oferta a Isaura com termos semelhantes aquela de Henrique: “Se me quiseres, como eu te quero, arranjo-te a liberdade e caso-me contigo, que também não és para andar aí assim como escrava de ninguém”<sup>30</sup>.

Isaura tinha motivos para desconfiar dessas propostas. Não apenas porque o seu criador pretendia construir uma personagem pura, doce e romântica. Alguns processos de divórcio, estudados por Juliana Barreto Farias, mostram que um dos caminhos para que escravas conseguissem a tão almejada carta de alforria era por meio do casamento. Buscava-se a alforria para firmar o enlace na Igreja Católica, e, talvez, aquele primeiro momento fosse repleto de alegria para ambas as partes. Passado um tempo, algumas mulheres percebiam que apenas tinham trocado de senhor, com seus maridos exigindo parte daquilo que era ganho nas ruas por elas como quitandeiras, além de continuarem sofrendo castigos físicos<sup>31</sup>. Por outro lado, o casamento entre escravos poderia conferir certo status num mundo dominado por regras criadas por brancos livres, além de reforçar laços de solidariedade firmados entre pessoas que viviam a mesma experiência<sup>32</sup>. O que chama atenção no romance estudado é que os principais cortejadores

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 29.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 34.

<sup>31</sup> FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na praça do mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio, 2015. p. 223.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. *Mercados Minas: africanos ocidentais na praça do mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. p. 198.





de Isaura são todos brancos e livres. Isso serve para reforçar a ideia de que, após o casamento, a menina continuaria servindo ao seu senhor que não seria mais seu dono, mas seu marido/amante. É também parte de uma mesma tendência estudada por Carlos A. M. Lima, que enfatiza como, numericamente e sob a perspectiva senhorial, as mulheres escravas realizavam casamentos ascendentes<sup>33</sup>. Além disso, segundo esse mesmo pesquisador, com relação às libertas, quanto mais afastadas da atribuição de cor negra e de um passado africano, maiores eram as chances de realizar um casamento superior às condições da mulher<sup>34</sup>. Talvez essa seja a situação imaginada por Bernardo Guimarães, mesmo quando desejasse enfatizar apenas a força e dignidade de sua personagem que resistia a tantas ofertas.

Essas propostas feitas a Isaura ajudam também a perceber como o literato participava da divulgação de um mundo no qual as mulheres deveriam servir. A liberdade tinha o limite do casamento. Significava sair da sujeição senhorial e entrar para o lar, organizado segundo as vontades de um marido que carregava a lembrança da gratidão. Essa solução coloca no mesmo patamar esposa e escravos, ambos com os seus direitos negados<sup>35</sup>. O casamento como privação de direitos não era uma particularidade de quem havia vivido como escrava a maior parte de sua vida. No entanto, quando ex-escravas percebiam a situação de relativa similaridade com a escravidão dentro do matrimônio, provavelmente se dessem conta do engodo do qual haviam participado. Algumas recorriam aos tribunais para obter o divórcio e, em alguns casos, cortar qualquer relação com seus ex-maridos<sup>36</sup>. Outras tantas devem simplesmente ter encontrado, no dia a dia, formas diversas de lidar com o contrato firmado.

Os dois homens brancos que vão disputar mais longamente a atenção de Isaura são Leôncio e Álvaro. Como era casado, Leôncio precisava disfarçar, diante de Malvina, as suas verdadeiras intenções. Quando Malvina advogava pela liberdade de sua mucama, Leôncio recorria à ideia tão difundida por aqueles tempos de que os escravos precisavam ser tutelados,

---

<sup>33</sup> LIMA, Carlos, A. M. “Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844)”. *Afro-Ásia*, 24, 2000. p. 138.

<sup>34</sup> \_\_\_\_\_. “Além da hierarquia: famílias negras e casamento em duas freguesias do Rio de Janeiro (1765-1844)”. p. 141.

<sup>35</sup> MCCLINTOCK, Anne. “Couro imperial – raça, travestismo e o culto da domesticidade”. In: **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 265.

<sup>36</sup> Sandra Graham mostra em “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX” a história do pedido de divórcio impetrado por Henriqueta. Henriqueta e Rufino casaram-se em 1855, no Rio de Janeiro. Um ano e meio depois da realização do casamento, a mulher pediu o “divórcio eclesiástico, alegando ter sofrido ferimentos graves e ‘com perigo de sua vida’”. Henriqueta ainda alegava que Rufino havia furtado uma corrente de ouro dela e que “ela sozinha ganhava o dinheiro que sustentava os dois, até mesmo o aluguel, enquanto ele ficava ‘só deitado ou a vadiar pelas ruas’”. No final das contas, Henriqueta se libertou de um casamento pautado pela violência e ainda restaurou seu bom nome na praça, como alguém que vivia honestamente e pagava as suas dívidas. Conferir: GRAHAM, Sandra. “Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Afro-Ásia*, 45, 2012..



porque não tinham condições para usufruir da liberdade. No caso de uma mulher, antes de libertá-la do cativo, era preciso “primeiro assegurar-lhe uma posição decente, honesta e digna de sua beleza e educação, procurando-lhe um bom marido”<sup>37</sup>. O caminho seguido por uma escrava para alcançar a liberdade, de acordo com as ideias defendidas pelo literato, era muito mais longo. Não bastava uma boa instrução e habilidade para exercer algum ofício. O casamento impunha-se como ferramenta de controle para as mulheres livres e também para as escravas, especialmente às domésticas. Quando estudou o pedido de anulação do casamento de Caetana, Sandra Graham chamou atenção para o fato de que aquela escrava contava com vários benefícios, por ser uma mucama que trabalhava diretamente para as mulheres da família que residiam na casa-grande. Por outro lado, os favores recebidos deveriam ser retribuídos por meio de “uma elevada expectativa de obediência e serviço leal, uma quase constante vigilância exercida por uma senhora sempre de olho”<sup>38</sup>. Além disso, a influência que essas escravas poderiam exercer sobre as outras mulheres da família fazia com que o casamento delas fosse desejável e a escolha do nubente não pertencesse apenas à escrava. Desse modo, quando se tratava de casamentos de escravas domésticas, não era possível considerar apenas o desejo do casal, nem os acordos financeiros. Esses enlaces eram vistos também como forma de jogar um véu de moralidade sobre toda a família senhorial.

Ao contrário de Henrique e Belchior, Leôncio ainda alegava não poder oferecer liberdade para Isaura porque dizia amar a moça. Nesse ponto, seguia o mesmo exemplo de sua mãe que havia dado amor à escrava sem chegar a conceder liberdade, por receio de perdê-la. Na tentativa de se defender dos ataques sexuais de Leôncio, Isaura usava princípios burgueses, dizendo que o senhor não poderia abandonar a esposa, porque Malvina era “uma mulher bonita, fiel e virtuosa”<sup>39</sup>. E quando Leôncio fazia Isaura se lembrar de que era uma escrava, propriedade dele, assim como “um vaso”, e que por isso poderia “usar” ou “despedaça-lo”, ela apropriava-se de um discurso romântico e afirmava que “o coração é livre; ninguém pode escravizá-lo, nem o próprio dono”. O homem partia para ameaças com forte tom sexual e ainda acusava a mulher de viver de “tocar piano e ler romances”. Assim, deixava claro o seu discurso predador, diante de uma pessoa que mesclava argumentos retirados de sua situação de escravizada e da educação que havia recebido.

---

<sup>37</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 52.

<sup>38</sup> GRAHAM, Sandra. *Caetana diz não: Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. p. 49.

<sup>39</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 56.



Álvaro, o príncipe encantado do romance, logo na apresentação de seu perfil, já deixava escapar o quão diferente dos outros homens deveria ser. Além de muito rico, era filósofo, havia estudado direito, “tinha ódio a todos os princípios e distinções sociais”, além de “liberal, republicano e quase socialista”. Para completar, a informação que mais importava no contexto da história: não tinha escravos e era “abolicionista exaltado”<sup>40</sup>. No entanto, não havia simplesmente oferecido a liberdade aos escravos:

Álvaro tinha um espírito minimamente filantrópico, conhecendo quanto é perigoso passar bruscamente do estado de absoluta submissão para o gozo da plena liberdade, organizou para os seus libertos em uma de suas fazendas uma espécie de colônia, cuja direção confiou a um probo e zeloso administrador. Dessa medida podiam resultar grandes vantagens para os libertos, para a sociedade e para o próprio Álvaro. A fazenda lhes era dada para cultivar, a título de arrendamento, e eles, sujeitando-se a uma espécie de disciplina comum, não só se preservavam de entregar-se à ociosidade, ao vício e ao crime, tinham segura subsistência e podiam adquirir pecúlio, como também poderiam indenizar a Álvaro o sacrifício que fizera com a sua emancipação<sup>41</sup>.

Bernardo Guimarães parecia querer usar o mocinho da sua história como exemplo aos senhores de escravos. Mostrava qual a melhor forma de substituir a mão de obra escrava, utilizando os serviços dos libertos. Com isso, o literato acabava fazendo parte de uma discussão muito mais ampla e que foi acompanhada por Celia Azevedo, quando a historiadora tentou entender a vinda de setecentos mil imigrantes para São Paulo, nas duas últimas décadas do século XIX. A opção por imigrantes gerou uma farta polêmica, registrada nos Anais da Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo. Não havia consenso de qual seria a melhor solução para a substituição do trabalho escravo no Brasil. Em oposição ao posicionamento imigrantista, havia quem acreditava na possibilidade de se aproveitar os nacionais livres e aqueles escravos que fossem adquirindo a liberdade<sup>42</sup>. A lição deixada por Álvaro tendia justamente para esse caminho: libertar os escravos e transformá-los em trabalhadores agradecidos que continuariam exercendo as mesmas funções em sua fazenda. Seriam tão gratos que devolveriam os salários recebidos sob a forma de indenização pela liberdade.

O posicionamento de Álvaro é bastante estratégico para Bernardo Guimarães, pois, além de mostrar como os senhores de escravos deveriam se portar para buscar trabalhadores, o personagem também servia de exemplo sobre como se relacionar com as mulheres. É interessante observar que, nesse caso também, o jovem abolicionista usava sua fortuna para

<sup>40</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 65.

<sup>41</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 66.

<sup>42</sup> AZEVEDO, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco: O negro no imaginário das elites século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004 (3ª edição). p. 94.



tentar atrair Isaura. Afirmava diante da moça, antes de saber da condição dela de escravizada, que era “senhor de uma fortuna considerável”, tinha uma “posição honrosa e respeitável na sociedade” e gostaria de partilhar com ela “os bens que a fortuna prodigalizou-me”<sup>43</sup>. Fortuna parecia ser, portanto, um distintivo essencial para conquistar as jovens moças casadoiras e foi um recurso utilizado por todos os personagens masculinos que pretendiam chegar ao coração de Isaura.

Depois que soube da condição de Isaura, Álvaro agiu o tempo todo dentro das leis que regulavam a escravidão. É preciso recordar que Bernardo Guimarães, enquanto preparava o seu romance para publicação, encontrava-se imerso no turbilhão de aprovação e depois de aplicação da lei de 28 de setembro de 1871. Também não podemos nos esquecer de que sua narrativa é ambientada na década de 1840, quando a lei contra o tráfico de 1831 estava em vigor, embora não fosse aplicada e nem tivesse reduzido a entrada de africanos no país. Isso favoreceu a construção de diálogos entre os personagens Álvaro e o seu amigo e advogado Geraldo. As falas desses dois personagens traduzem certamente a desesperança do literato diante da Justiça e a incerteza a respeito daquela legislação. Afinal de contas, a lei de 28 de setembro carregava a lembrança de outras que “não pegavam” no país<sup>44</sup>. Isso talvez ajude a pensar sobre a descrença do literato no momento de escrita e publicação do romance.

Antes das lições sobre Direito e legislação escravista, Bernardo Guimarães mostra como a liberdade de Isaura é buscada de vários modos. Num primeiro momento, é o pai da moça quem tenta comprar a carta de alforria dela. A estratégia não funciona, porque Leôncio rejeita o valor anteriormente combinado. Leitores antenados com as discussões que levaram à publicação da lei do Ventre Livre, talvez tenham imaginado que, se aquela história ocorresse posteriormente à sua assinatura, Álvaro e seu advogado poderiam recorrer à Justiça e solicitar a avaliação da escrava, com base no artigo 4º da lei. Até 1871, entretanto, isso não era possível. Isaura e seu pai, frustrados diante da impossibilidade de adquirir a carta de alforria, decidiram fugir. Nessa fuga para Recife, Isaura adotou o nome de Elvira e passou a viver como se tivesse nascido livre, sem qualquer marca da escravidão. Sua cor e educação favoreceram nessa empreitada, mas um anúncio de jornal, publicado por Leôncio, causou a descoberta da moça. Quando fez essa opção por desmascarar pai e filha, Bernardo Guimarães retirou de Isaura todo o protagonismo na conquista de sua liberdade. A personagem foi colocada, a partir desse momento, debaixo das

---

<sup>43</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 83.

<sup>44</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. p. 138.



estratégias traçadas pelo homem que pretendia se casar com ela. O literato garantia que a liberdade de Isaura fosse conquistada por meio do casamento, mesmo sendo esse enlace realizado de acordo com princípios românticos.

Álvaro aventou então várias possibilidades sempre em diálogo com seu advogado. Primeiro tentou buscar provas que garantissem a liberdade da moça. A ideia era demonstrar, por meio de testemunhas, que a mãe de Leôncio pretendia libertar Isaura, mas que não teve tempo de registrar essa vontade em testamento<sup>45</sup>. Quanto a isso, foi alertado de que Leôncio possuía o “incontestável direito de reclamar e apreender a sua escrava onde quer que se ache”<sup>46</sup>. Na verdade, o que Bernardo Guimarães colocava em discussão era uma premissa muito utilizada durante a aprovação da lei do Ventre Livre. Ou seja, de que o poder público não poderia interferir na propriedade privada. Nesse sentido, houve quem defendesse a intervenção, como Joaquim Manoel de Macedo, que, por meio da construção de um personagem contido em *Memórias do sobrinho de meu tio*, explicitava que “o Estado tinha de submeter o poder privado dos senhores ao domínio da lei; não havia alternativa para obter a emancipação dos escravos”<sup>47</sup>. Bernardo Guimarães, por sua vez, com o advogado Geraldo, defendia que o poder público não poderia “devassar o interior do lar doméstico e ingerir-se no governo da casa do cidadão”<sup>48</sup>.

Bernardo Guimarães explicitou um posicionamento claro sobre como encaminhar o processo que levaria ao término da escravidão no país. Usou o seu personagem masculino de melhor índole para criticar a legislação existente, chamando as leis de “desastradas”. Ainda colocou as seguintes palavras na boca do advogado Geraldo: “O senhor tem direito absoluto de propriedade sobre o escravo, e só pode perdê-lo manumitindo-o ou alheando-o por qualquer maneira ou por litígio provando-se liberdade, mas não por sevícias que cometa ou outro qualquer motivo análogo”<sup>49</sup>.

Vale a pena ressaltar que, ao contrário daquilo que Bernardo Guimarães queria que seus leitores acreditassem, a Justiça era sim uma porta para se obter a liberdade. Elciene Azevedo mostrou como pessoas escravizadas nascidas no Brasil e também africanos introduzidos no país,

---

<sup>45</sup> Mesmo quando essa vontade era expressa em testamento, isso não significava que o escravo ou escrava teria liberdade imediata. Juliana Barreto Farias trabalha com a história de Emília Soares do Patrocínio. Essa africana mina obteve a sua alforria, mas a filha dela recebeu uma carta, da mesma senhora, “com a condição expressa de servi-la até sua morte”. A menina só pode desfrutar a liberdade dezoito anos depois, quando sua senhora revogou a obrigação imposta. Conferir: FARIAS. **Mercados Minas**. p. 239.

<sup>46</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 92.

<sup>47</sup> CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. p. 157.

<sup>48</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 92.

<sup>49</sup> \_\_\_\_\_. **A Escrava Isaura**. p. 93.



após a lei de 1831, tentaram nos tribunais escapar da escravidão. É interessante observar como faziam isso, muitas vezes, sem contar com o apoio de homens ilustrados. Alguns desses escravizados “tiveram uma percepção muito acurada do momento em que viviam e dos paradoxos que a Justiça brasileira enfrentava em relação ao seu estatuto jurídico”<sup>50</sup>. A pesquisadora ainda defende que a possibilidade de usar a lei como instrumento para alcançar a abolição surgiu antes mesmo de 1871<sup>51</sup>. Bernardo Guimarães estaria, portanto, nadando contra a maré? O tom didático e explicativo, quando introduz as falas do advogado Geraldo, deixa entrever um pouco a respeito de seu posicionamento e da intenção de convencer os leitores da validade dos argumentos apresentados. É certo que Bernardo Guimarães não era contrário à emancipação. No entanto, deixava escapar sua visão de que a legislação do país não estava dando conta de resolver aquela situação. Demonstrava também a sua convicção a respeito dos limites das leis e da atuação e força dos senhores nos tribunais. Por isso, acaba construindo um epílogo em que retira o protagonismo de Isaura e transforma Álvaro no grande herói, naquele que livra a mocinha do casamento com o “monstrengo” Belchior e da escravidão.

Quando Isaura é levada novamente para a fazenda de Leôncio, vê-se diante do seguinte plano, revelado pelo senhor à Malvina:

- E o que pretendes fazer de Isaura? – perguntou Malvina.
- Dar-lhe um marido e carta de liberdade.
- E já achaste esse marido?
- Pois faltam maridos?... Para achá-lo não precisei sair de casa.
- Algum escravo, Leôncio?... Oh! Isso não.
- E que tinha isso, uma vez que eu também forrasse o marido? Era cré com cré, lé com lé. Bem me lembrei do André, que bebe os ares por ela; mas por isso mesmo não a quero dar àquele maroto. Tenho para ela peça muito melhor.
- Quem, Leôncio?
- Ora quem!... O Belchior.
- O Belchior!... exclamou Malvina rindo-se muito. – Estás caçoando; fala sério, quem é?...
- É o Belchior, senhora, falo sério.
- Mas esperas, acaso, que Isaura queira casar-se com aquele monstrengo?
- Se não quiser, pior para ela; não lhe dou a liberdade, e há de passar a vida enclausurada e em ferros.

---

<sup>50</sup> AZEVEDO, Elciene. **O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na província de São Paulo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 84.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. **O direito dos escravos**. p. 98.





- Oh!... Mas isso é demasiada crueldade, Leôncio. De que serve dar-lhe a liberdade em tudo, se não lhe deixas a de escolher um marido?... Dá-lhe a liberdade, Leôncio, e deixa ela casar-se com quem quiser<sup>52</sup>.

O diálogo é revelador de como o casamento poderia ser utilizado como forma de castigo, quando se tratavam de mulheres escravizadas. Também podemos observar como, de alguma maneira, Malvina se solidarizava com Isaura, mesmo que, no final das contas, não fizesse nada de concreto para livrar a moça do altar. Como mulher livre, Malvina sabia muito bem negociar as condições de seu casamento. Quando descobriu o interesse de Leôncio por Isaura, abandonou o marido e retornou para a casa paterna. Leôncio conseguiu trazê-la de volta para junto de si, fazendo promessas, pois precisava garantir a fortuna do sogro. Desse modo, por mais que mulheres brancas se vissem em condições de desvantagem dentro de um casamento, mulheres escravas, como as personagens Isaura, Juliana e Rosa, estavam, o tempo todo, sujeitas a vários tipos de violência, inclusive a sexual. Porque era essa a finalidade de Leôncio com aquele projeto de casamento. Retirar de Isaura o poder de escolher um marido. Se ele não ficaria com a moça, ela também não poderia terminar com quem desejasse.

Para levar seu plano adiante, Leôncio buscou o consentimento do pai de Isaura, afirmando que “quero casar a sua filha com um homem de bem e dar-lhe a liberdade; porém para esse fim preciso muito de sua coadjuvação”<sup>53</sup>. Leôncio buscava cúmplices para o seu plano, sem revelar o caráter punitivo que imprimia ao casamento, mesmo quando todos sabiam que era essa a sua intenção. Ainda completava afirmando à Isaura que “sempre é alguma coisa sair do cativeiro e casar-se com um homem branco e livre”<sup>54</sup>. Todas as frases de Leôncio tinham um tom solene, mas guardavam mesmo era o caráter de deboche, diante de uma escrava e do pai dela que nada poderiam fazer. Ao construir uma personagem feminina que tentava se casar por amor e não se submetia aos caprichos sexuais de seu senhor, Bernardo Guimarães certamente ganhava aliados em sua luta contra a escravidão. Pelo menos contra a escravização de mulheres brancas e bem educadas. Ver aquela personagem sendo obrigada a se casar com um homem deformado fisicamente e que, de acordo com os princípios médicos defendidos à época, não seria capaz de gerar filhos saudáveis também deve ter servido para que a causa de Isaura ganhasse mais alguns adeptos entre as leitoras.

A situação é resolvida apenas no último lance do livro, quando Álvaro aparece e afirma ter em suas mãos toda a fortuna de Leôncio. Isaura, numa atitude de heroína, ainda ajoelha-se e

<sup>52</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 111.

<sup>53</sup> GUIMARÃES. *A Escrava Isaura*. p. 112.

<sup>54</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 117.



suplica por seus senhores. Diante disso, Álvaro exclama: “Levanta-te, Isaura; não é a meus pés, mas sim em meus braços, aqui bem perto do meu coração, que te deves lançar, pois, a despeito de todos os preconceitos do mundo, eu me juro o mais feliz dos mortais em poder oferecer-te a mão de esposo!...”<sup>55</sup>. O preço da liberdade de Isaura parecia ser mesmo o casamento. Deveria se casar com alguém que, embora fosse o herói mais digno da história, ainda assim fez questão de lembrá-la dos preconceitos que sofreria por causa de seu ato supremo. O alento estava na inserção do amor romântico e na perspectiva do gênero literário de que viveram felizes para sempre.

### **“É bonita demais para mucama”**

Diante das escolhas de Bernardo Guimarães para os seus personagens, fica uma pergunta: Isaura teria outra opção além do casamento? Mais uma vez, tomando como referência as histórias publicadas por Machado de Assis, no *Jornal das Famílias*, retomemos o conto “Miloca”. Já vimos como o pai dessa personagem seguia tendência de sua época de aceitar as escolhas conjugais feitas pela filha. Logo no início da narrativa a menina aparece com 17 anos, era excelente pianista e, embora não fosse filha de nenhum rico fazendeiro, o pai fez questão de oferecer uma educação esmerada para ela. Estudou num colégio como pensionista e “ficou em contato com as filhas das mais elevadas senhoras da capital”<sup>56</sup>. A realização do casamento de Miloca inquietava não apenas o pai dela, como também uma tia viúva que temia o fato de a moça ficar sem proteção no mundo. Logo apareceu um pretendente que foi rejeitado por Miloca, que se referia a ele como “um pé rapado”. Quando o pai e a tia de Miloca morreram, a moça foi obrigada a morar com uma vizinha e, depois, decidiu virar professora. Com isso o literato indicava uma solução para a sua personagem. A mesma que, mais tarde, foi oferecida à Estela, personagem de *Iaiá Garcia* (1878), romance também de autoria de Machado de Assis. Era possível viver sem a proteção de ninguém apenas com o rendimento de algum ofício. Por mais dura que essa opção figurasse. Miloca, por exemplo, não ficou satisfeita com a vida de trabalhadora, tornou-se amante de seu primeiro pretendente, aquele a quem ela havia qualificado de pé rapado. O amor da menina pelo rapaz surgiu depois que ele herdou uma grande fortuna. Mas, no final da história, a menina foi abandonada. Esse desfecho servia para que Machado de Assis deixasse uma punição à sua personagem para que suas leitoras não seguissem o mesmo caminho dela. Essa era uma das exigências daquela revista, de modo que o literato muitas vezes adiou bastante o tal do castigo,

<sup>55</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 127.

<sup>56</sup> *Jornal das Famílias*. Janeiro de 1875. p. 2.



deixando as personagens se divertir e, conseqüentemente, mostrando diversas estratégias de como driblar as angústias do dia a dia<sup>57</sup>.

Os textos literários não usavam o casamento como única opção para as moças. Muitas delas, no entanto, mesmo as escravizadas, escolhiam se casar<sup>58</sup>. Mulheres brancas e que haviam nascido livres, quando escolhiam o casamento, algumas vezes eram definitivamente colocadas para fora do mundo do trabalho. Até porque, naquele momento, fortalecia a ideia de que as mulheres de classe média deviam ocupar um “lugar ornamental na sociedade”<sup>59</sup>. Certamente esse foi o novo lugar ocupado por Isaura, depois que conseguiu a sua tão almejada alforria e se casou com Álvaro.

Antes disso, no entanto, Bernardo Guimarães ofereceu uma visão especial sobre a questão do trabalho em seu romance. Logo no segundo capítulo, os leitores e leitoras são informados de que, com vinte e cinco anos, Leôncio ainda não havia trabalhado. Depois de aproveitar a “bolsa paterna mais do que era preciso para sua educação”, foi levado a escolher alguma carreira. O rapaz cogitou o comércio, sem deixar escapar a possibilidade, embora inicialmente rejeitada, de envolver-se com a importação e exportação de gêneros e o tráfico de africanos. Seu pai, que conhecia muito bem a cria, temia pela fortuna e foi logo contra aquela ideia. Restou a Leôncio optar pelo casamento, como forma de aumentar a fortuna. Desse modo, o casamento era também uma maneira de fugir do trabalho. Não eram apenas as mocinhas frágeis, desamparadas ou as escravas que faziam essa opção.

A partir desse momento, começa a ser criada no romance a ideia de que o trabalho equivalia a um castigo. Com certeza, alguns tipos de trabalho eram utilizados, pelos senhores, como forma de castigar seus escravos. Foi isso o que aconteceu com a mãe de Isaura, quando não aceitou as investidas sexuais do pai de Leôncio. Certamente o serviço na lavoura e sob a vigilância de um feitor previamente recomendado era mais árduo do que o trabalho realizado dentro de casa. No entanto, Bernardo Guimarães recorre à ideia de que o serviço doméstico não era trabalho. Afinal de contas, na casa grande, Juliana apenas “desempenhava levianos e dedicados serviços”<sup>60</sup>. Enquanto, na roça, não seria poupada. Mesmo numa fazenda dedicada à

---

<sup>57</sup> SILVEIRA, Daniela Magalhães da. **Contos de Machado de Assis: leitores e leituras do Jornal das Famílias**. p. 71.

<sup>58</sup> FARIA, Sheila de Castro. “Damas mercadoras – as pretas minas no Rio de Janeiro (século XVIII a 1850)”. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas Atlânticas da Diáspora Africana da Baía do Benin ao Rio de Janeiro**. 2ª edição. Niterói: EDUFF, 2011. p. 115.

<sup>59</sup> MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial – raça, travestismo e o culto da domesticidade**. p. 240.

<sup>60</sup> GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 24.



produção, construía-se a noção de que o lar era o espaço da intimidade e do não-trabalho. O trabalho restringia-se à lavoura e a um salão onde as escravas “se ocupavam em fiar e tecer lã e algodão”. Esse espaço de trabalho prioritariamente feminino é descrito com minúcias:

Os móveis desse lugar consistiam em tripeças, tamboretas, bancos, rodas de fiar, dobadeiras e um grande tear colocado a um canto.

Ao longo do salão, defronte de largas janelas guarnecidas de balaústres, que davam para um vasto pátio interior, via-se postada uma fila de fiandeiras. Eram de vinte a trinta negras, crioulas e mulatas, com suas tenras crias ao colo ou pelo chão a brincarem em redor delas. Um conversavam, outras cantarolavam para encurtar as longas horas de fastidioso trabalho. Viam-se ali caras de todas as idades, cores e feitios, desde a velha africana, trombuda e macilenta, até a roliça e luzidia crioula, desde a negra brunida como azeviche até a mulata quase branca<sup>61</sup>.

Além de descrever o ambiente de trabalho, Bernardo Guimarães também deixava registrada a linha de branqueamento a qual acreditava que o país estava passando. Para isso, desqualificava aquelas que estavam mais próximas das origens africanas<sup>62</sup>. Mesmo as personagens escravas que faziam funcionar a roda de fiar acreditavam que aquele trabalho era, de certo modo, mais ameno e temiam o futuro no cafezal. Para tanto, ponderavam: na lavoura, ficariam mais “à vontade”, longe das vistas senhorial; trabalhando como fiandeiras, por sua vez, estavam livres “do maldito feitor”. A conta não era fácil de ser realizada.

O trabalho como castigo foi utilizado por Leôncio para tentar conseguir os tão desejados “favores sexuais” de Isaura. A menina foi retirada do lar, lugar onde as mulheres não trabalhavam segundo a visão masculina, e levada para junto das outras escravas. Lá foi alertada pelo feitor:

“De hoje em diante é aqui o teu lugar; esta roda te pertence, e tuas parceiras que te deem tarefa para hoje. Bem vejo que te não há de agradar muito a mudança; mas que volta se lhe há de dar?... Teu senhor assim o quer. Anda lá; olha que isto não é piano, não; é acabar depressa com a tarefa para pegar em outra. Pouca conversa e muito trabalhar...”<sup>63</sup>

Isaura não teve dificuldades no novo trabalho. Por mais que Bernardo Guimarães gostasse de lembrar que a moça estava mais acostumada com os trabalhos “delicados” da sala. Ainda acrescentava que, provavelmente quem observasse a cena de Isaura trabalhando, poderia imaginar que estava ali uma “senhora moça que, por desenfado, fiava entre as escravas”<sup>64</sup>. O

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_ . **A Escrava Isaura**. p. 43.

<sup>62</sup> Mais adiante, Bernardo Guimarães coloca, na boca do pajem André, a seguinte frase: “- Não, não, Isaura; Deus me livre de te ofender; pelo contrário, dói-me deveras dentro do coração ver aqui misturada com essa corja de negras beçudas e catiguentas uma rapariga como tu, que só merece pisar em tapetes e deitar em colchões de damasco”. GUIMARÃES. **A Escrava Isaura**. p. 49.

<sup>63</sup> \_\_\_\_\_ . **A Escrava Isaura**. p. 46.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_ . **A Escrava Isaura**. p. 46.



trabalho, portanto, aos brancos serviria como forma de castigo e também como desenfado. Para Leôncio, o trabalho fiando o algodão era um “lugar de vadiação”. Por isso, sua cartada final, foi mandar todas as mulheres para a colheita de café.

Certamente a própria Isaura, assim como outras mulheres que cuidavam de suas casas, com filhos e marido, talvez acreditassem que o serviço realizado por elas fosse menor, não só em esforço físico como em importância. Por isso, ao planejar a fuga, o pai de Isaura considerava que tinham condições de se manter sozinhos. Pois ele poderia trabalhar, enquanto ela tinha “prendas e habilitações”<sup>65</sup>. Vemos, então, como Bernardo Guimarães, por meio de seu romance, apoiava e ajudava na divulgação da ideia de que os escravos, depois de libertos, poderiam atuar como trabalhadores nas lavouras. Com isso, dialogava e discordava de quem desconfiava da impossibilidade dessa substituição<sup>66</sup>. Com relação às mulheres escravas, por mais que guardassem “prendas e habilitações”, somente o casamento poderia livrá-las de qualquer corrupção ou vida desregada. O literato defendia essa ideia mesmo convivendo com tantas mulheres quitadeiras que viviam honestamente nas ruas do Rio de Janeiro e várias outras que devem ter trabalhado servindo a casa dele.

Como escritor de literatura, Bernardo Guimarães participava das discussões em torno do processo que culminou na abolição da escravidão. Em *A Escrava Isaura* havia abertura para discutir várias questões em torno da situação dos ex-escravos no pós-abolição, considerando as diferenças sexuais. Além de ser um alerta à classe senhorial sobre a maneira como poderiam resolver a suposta escassez de mão-de-obra. O romance possui cenas melodramáticas, talvez, com a finalidade de agradar o paladar das mocinhas leitoras mais ingênuas. Mas não deixava de ser um panfleto, a maneira daquele romancista, contra a manutenção da escravidão no Brasil.

---

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_. *A Escrava Isaura*. p. 75.

<sup>66</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra. “A vala comum da ‘raça emancipada’: abolição e racialização no Brasil, breve comentário”. *História Social*. Campinas, N. 19, segundo semestre de 2010. p. 96.



# Rei Ambrósio de Minas Gerais e o ofuscamento da história e da memória de um líder quilombola

King Ambrósio of Minas Gerais and the dazzling of the history and memory of a quilombola leader

**Jeremias Brasileiro**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Uberlândia  
jeremiasbrasileiro59@hotmail.com

**Recebido em:** 08/12/2017

**Aprovado em:** 24/01/2018

## Resumo

Por meio dessa abordagem propomos uma revisão historiográfica inicial sobre a existência de dois personagens centrais – Ambrósio e Chico Rei – na historiografia *congadeira* e dos quilombos de Minas Gerais para pensarmos a respeito das construções históricas do passado e de que forma determinadas versões podem servir a um grupo social dominante. A organização da narrativa se verifica por meio de suportes como documentos institucionais incluindo cartas e relatório antropológico, recursos eletrônicos, recursos em audiovisual e testemunhos orais. O período abordado remonta de 1710 a 1760, no Estado de Minas Gerais, não descartando outras temporalidades em decorrência dos registros obtidos por meio da oralidade. As reflexões do ponto de vista historiográfico estão voltadas para a História Social com recorte na história cultural por meio da micro-história e de produções bibliográficas que contemplam realidades em que estão inseridas as populações quilombolas e as tradições afro-raciais das comunidades negras.

**Palavras-Chave:** Quilombos, Histórias, Ofuscamentos.

**Abstract:** Through this approach we propose an initial historiographical review of the existence of two central characters - Ambrósio and Chico Rei - in the historiography *congadeira* and of the *Quilombos* of Minas Gerais to think about the historical constructions of the past and how certain versions can serve a social group dominant. The organization of the narrative is verified through media as institutional documents including letters and anthropological report, electronic resources, audiovisual resources and oral testimonies. The period covered dates from 1710 to 1760, in the State of Minas Gerais, not ruling out other temporalities as a result of the records obtained through orality. The reflections from the historiographical point of view are focused on Social History with a cut in cultural history through microhistory and bibliographical productions that contemplate realities in which the *quilombola* populations and the *Afro-racial* traditions of the black communities are inserted.

**Keywords:** *Quilombos*, Histories, Obfuscations.



## Introdução

Quaisquer que sejam as circunstâncias históricas, as unanimidades que coroam os heróis são perigosas. Esse pressuposto não invalida, porém, as tentativas de se discutir questões pertinentes às construções dos mitos e dos heróis, motivação que nos induz a pensar sobre tais personagens nesse texto. As duas figuras que tratamos nessa abordagem referem-se ao mitológico Chico Rei, reverenciado principalmente a partir da cultura religiosa da Congada e de outro lado, o quase desconhecido Rei Ambrósio, líder quilombola de um dos maiores quilombos do Brasil, o Quilombo de Campo Grande ou como mais conhecido, Quilombo de Ambrósio. Com esse viés, pretende-se analisar acontecimentos e consequências relativas à construção de mitos em detrimento de personagens reais desta história.<sup>1</sup>

Os quilombos estão diretamente ligados ao período escravocrata no Brasil, e em Minas Gerais, ainda há pouca produção historiográfica sobre as suas existências. O interesse dos folcloristas de época estava voltado para manifestações culturais e religiosas, entre as quais uma figura mítica bastante difundida, Chico Rei, o escravo que era rei e criou a irmandade do rosário e a festa das congadas no interior de Minas, enquanto de outro lado, não se propagava evidente, a existência dos quilombos e de igual modo um de seus líderes mais respeitados, reconhecido como Rei Ambrósio.

Tarcísio Martins, pesquisador há mais de duas décadas do Quilombo do Campo Grande em Minas Gerais informa que “Ambrósio foi praticamente tirado da historiografia mineira. [Enquanto] Chico Rei foi propositadamente mais divulgado, [pois] Chico Rei na realidade [seria] um Rei trabalhador submisso que perpassava a ideia de que o negro só daria certo se obedecesse a regra do jogo do branco”.<sup>2</sup>

Simultaneamente a essa mitificação de Chico Rei, a historiografia se esquecia de Ambrósio, o agricultor que não era rei, que se tornou guerreiro e líder principal do Quilombo de Ambrósio que foi destruído em meados do século XVIII, na região do Alto Paranaíba em Minas

---

<sup>1</sup> Por volta de 1726 as terras de Cristais foram ocupadas por negros fugitivos sob a liderança do Rei Ambrósio. Àquela época, o município recebia o nome de “Meia Laranja”. Conta-se que o Quilombo de Ambrósio chegou a ter mais de 15000 negros, e foi o maior e mais duradouro da história de Minas Gerais. Atacado pela milícia em 1746, a mando da Coroa de Portugal, ocorre a morte do Rei Ambrósio. Os negros sobreviventes fundaram um segundo “Quilombo de Ambrósio”, este localizado em Ibiá e Campos Altos – MG, que foi dizimado em 1759. Disponível em: <http://www.historiabrasileira.com/escravidao-no-brasil/quilombo-de-ambrosio>. Acesso em 20/07/2012. Veja-se também em: CARTA DA CÂMARA DE TAMANDUÁ À RAINHA MARIA Iª. ACERCA DE LIMITES DE MINAS GERAIS COM GOIÁS, datada do século XVIII, publicada na Revista do Arquivo Público Mineiro, em 1897; e outras cartas disponíveis no Arquivo Público Mineiro sobre o Quilombo do Ambrósio. Transcrição de Tarcísio José Martins. No prelo. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/brtacervo.php?cid=1007&op=1>. Acesso em 01/08/2017.

<sup>2</sup> MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande aos Martins**. Flávio Frederico (diretor). Tempo, 49' (NTSC), som, color, legendado. São Paulo, Kinoscópio, 2007.





Gerais. Chico Rei por outro lado, é adotado historiograficamente como o verdadeiro criador das Congadas em Minas Gerais a partir da sua construção mitológica surgida por meio da literatura do escritor Diogo de Vasconcelos<sup>3</sup>. Para muitos congadeiros que associam essa figura mitológica como indivíduo real, seu papel heroico vem da libertação de escravos sem ter feito uso de fugas e revoltas. Essas possibilidades, contudo, podem ser problematizadas quando temos acesso a outras fontes históricas em que os reinados congadeiros preocupavam a coroa portuguesa.

### **Contextualização dos acontecimentos: Congado, quilombos e poder.**

No início do século XVIII identificam-se manifestações da cultura religiosa da Congada<sup>4</sup> em Minas Gerais por meio de registros de viajantes europeus, folcloristas, padres e leigos católicos. Contudo é possível considerar que esses rituais existissem muito antes das primeiras anotações desses observadores europeus e naturalmente, para a época, apesar de evidenciar visões importantes, estavam impregnadas de preconceitos, em que negros livres ou escravizados eram destituídos de suas dignidades humanas, vistos como exemplares exóticos, alegres, farristas, malandros, pouco afeitos ao trabalho.

Durante séculos foi construído esse ideário sobre a indolência do negro, pejoratividades essas fundamentadas com estórias que justificavam as “razões” pelas quais os negros eram seres inferiores, despreocupados, festivos, sem compromissos maiores com a vida. A dinâmica dessas agressividades tinha por objetivo fazer com que o negro reagisse ao “estágio de preguiça”, no entanto, todo esse arcabouço de negatividades contribuía para a fundamentação de uma visão racista e preconceituosa em relação aos escravizados, pois quanto menos estima possuísem, menos problemas causariam aos escravocratas.

Um dos acontecimentos interessantes, que contradizem essa “passividade do negro” diante das adversidades da vida, são as diversas rebeliões escravas por todas as regiões do Brasil Colônia. Em Minas Gerais, onde as irmandades do rosário<sup>5</sup>, por um lado, se vinculavam ou estavam em conformidade com a igreja por fé e devoção; por outro, organizavam insurreições.

---

<sup>3</sup>A história de Chico Rei não possui registros históricos fidedignos. Ela aparece em uma nota de rodapé escrita por Diogo de Vasconcelos, em seu livro "História Antiga de Minas", de 1904. Antes da publicação desse livro em 1904, inexistia qualquer informação sobre esse personagem e, depois disto, até a presente data, todas as informações checadas pelo historiador Tarcísio José Martins, revelaram que, direta ou indiretamente, saíram da nota de rodapé do citado livro. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico\\_Rei](http://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Rei). Acesso em 25/07/2011.

<sup>4</sup> Utilizamos o termo Congado como referencial de organização cotidiana. Muitos autores preferem adotar a expressão Congada, principalmente quando trabalham com rituais, danças, festas, procissões e desfiles. Vários, porém, usam Congada a partir dos estudos de Mario de Andrade (1982), que utilizava para esses fins e outros, a nomenclatura “Danças Dramáticas”.

<sup>5</sup> Cf.: BRASILEIRO, Jeremias. Irmandades de Nossa Senhora do Rosário: reflexões a respeito de suas formações complexas. In: **O ressoar dos tambores do Congado** - entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas. (1955 - 2011), p. 57-68. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012, 196f.



Dito isso, há necessariamente de nesse contexto fazer uma observação da distinção entre grupos étnicos que optavam pela integração como forma de sobrevivência cultural de suas próprias comunidades e de outros grupos rebeldes, que adotavam posturas de enfrentamentos ou que pelo menos tentavam confabular utilizando métodos da subversão direta. Em um relato registrado à época, percebe-se nitidamente que os negros, reunidos nessas irmandades, buscavam alternativas de liberdades que muitas das vezes terminavam em insucessos. De acordo com Barbosa:

No ano de 1719, D. Pedro de Almeida comunicava alarmado, o plano de levante geral dos negros. Alguns dias antes da semana santa, devido a discussões sobre a nação de que deveria sair o rei, quebrou-se o segredo, na comarca do Rio das Mortes (Sabará). Mandou então o Governador o Tenente – General João Ferreira Tavares à Comarca do Rio das Mortes, onde foram presos os reis Angola e Mina e cabos e oficiais já nomeados para a dita sublevação. Poderia D. Pedro de Almeida ter ficado alarmado com a eleição de reis e rainhas de verdade? É possível. Mas, sua comunicação ao monarca referia-se a documentos e provas da tentativa de levante e acrescentava que não era a primeira sublevação que os negros intentavam.<sup>6</sup>

Esse relato é resultante de uma tentativa de rebelião que os negros da irmandade do rosário pretendiam desencadear por ocasião das comemorações da semana santa, quando os rebelados, aproveitariam a ausência das famílias que estariam nas igrejas, para saquearem suas casas, levando alimentos e principalmente armas, matando os brancos que porventura reagissem. Desse modo, tomariam o poder local na Comarca do Rio das Mortes, transformando-a em uma região quilombola, como tantas outras já existentes e que causavam transtornos constantes aos representantes da coroa portuguesa.

Ao que parece, de acordo com o relato, a rebelião não obteve sucesso em decorrência das desavenças internas entre as nações de “Angola” e “Mina”, a respeito de quem deveria ser eleito Rei Congo e Rainha Conga no ano de 1719. Isso teria feito com que os derrotados, não satisfeitos com o resultado, quebrassem o segredo e delatassem a sublevação que seria deflagrada na semana santa daquele ano. É pertinente assim, o entendimento de que a Congada em Minas Gerais, a partir da utilização dos termos congos e reisados, tenha tido o seu início nos anos de 1700, quando já eram identificados “batuques de negros” na cidade de Ouro Preto e que junto a essa conjuntura, negros congadeiros igualmente rebelavam-se e não se conformavam com as suas existências enquanto cristãos escravizados.

A narrativa sobre a existência de Chico Rei pelo romancista Diogo Vasconcelos, publicada em 1904, se ambienta nessa época, ou seja, o início do século XVIII. As memórias em

---

<sup>6</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: (S.ED.) 1972, p. 155-157.



torno da lenda remetem a um rei de nação que viera em um navio chamado “Madalena”, com outros membros de sua família e seus respectivos súditos, tendo perdido durante a viagem a mulher e os filhos, com exceção de um. Batizado com o nome de Francisco, conseguiu com tempo e dedicação ao trabalho, adquirir uma mina de ouro, por meio da qual libertou vários escravizados, vindo a constituir uma irmandade do rosário. Com isso, por ocasião das festividades dos Reis Magos em janeiro e Nossa Senhora do Rosário em outubro, promovia-se grandes festejos que foram sendo disseminados pelas Minas Gerais, quer sejam por meio dos padres quando chegavam aos povoados ou mesmo através de negros livres ou escravizados.

Interessa-nos pensar quais motivações fizeram com que o mito de Chico Rei prevalecesse e se tornasse num personagem heroificado pelos adeptos das manifestações culturais e religiosas das Congadas em Minas Gerais? Seria uma invenção política de perfil senhorial da Igreja e da elite intelectual – balizada pelo romance de Diogo Vasconcelos – no sentido de fazer com que o negro acreditasse que o “trabalho libertava”, de que a liberdade só era possível a partir do sistema sociocultural imposto pelo estado através dos homens brancos? Por qual razão difundiu-se o mito de Chico Rei sob os auspícios de folcloristas e historiadores de época, enquanto que a figura emblemática do Rei Ambrósio era ocultada? Interessante nesse aspecto é uma fala de Tarcisio Martins a respeito da invenção de um herói e na negação de outro personagem, sujeito histórico das lutas quilombolas: “Ambrósio foi praticamente tirado da historiografia mineira. O problema do Ambrósio é o Chico Rei que o Diogo Vasconcelos inventou. Chico Rei foi propositadamente mais divulgado, virou filme, virou peça de teatro, virou livro e o Rei Ambrósio foi sumindo, sumindo”.<sup>7</sup>

Rei Ambrósio é aquele agricultor que existiu e resistiu como um guerreiro das armas, como um chefe das lutas quilombolas a enfrentar várias batalhas em diversas povoações sob a identidade de Quilombo do Campo Grande. Portanto, não se trata de um mito e sim de um líder quilombola, uma noção que poderia muito bem ser atribuída ao Rei Ambrósio.<sup>8</sup> Naturalmente que os mitos são interessantes e contribuem às vezes para a constituição de identidades de um povo, principalmente quando surgem a partir da criação orgânica, tradicional das comunidades e não como invenções intelectuais que forjadas como lendas se propagam e se tornam em algo apropriado à posteriori sem maiores questionamentos.

<sup>7</sup> MARTINS. **Quilombo do Campo Grande aos Martins**. Flávio Frederico (diretor). Tempo, 49' (NTSC), som, color, legendado. São Paulo, Kinoscópio, 2007.

<sup>8</sup> Conforme vários estudos, o Quilombo do Ambrósio ou Campo Grande envolvia uma extensa região que poderiam ser denominadas de “comarcas quilombolas” que se iniciavam à margem direita do Rio Grande e norte de São José e São João Del Rei, entre os rios Pará e Paraopeba chegando-se até a atual região de Ibiá/Serra da Saudade e Medeiros, sendo que as lutas quilombolas se originaram a partir da destruição de povoados de negros livres ocorridas em 1746, principalmente, conforme cita Martins (1995).



Nisso consiste, por exemplo, a invenção de Chico Rei, publicada no ano de 1901 e reverenciada, disseminada como acontecimento datado do início do século XVIII.<sup>9</sup> Isso, contudo, é uma perspectiva naturalizada de época, pois era um tempo em que profissionais oriundos da academia, por não terem opositores públicos em muitos lugares, poderiam tornar verídicas as histórias de seus senhores, de seus patrocinadores, algozes de outros, independentemente de existir ou não um mínimo de comprovação de fatos. A voz do branco senhorial não carecia de arguição, era universalista diante de qualquer circunstância contraditória e mais específica.

Desse modo, por serem igualmente os controladores dos meios de comunicações à época, determinavam os tipos de enfoques que seriam dados a muitos acontecimentos de acordo com as conveniências dos seus propositores. Por isso, são pertinentes as considerações que faz o historiador Anderson Ferreira, Secretário de Cultura da cidade de Ibiá - MG:

Mas é claro que aos advogados, médicos que tratam da literatura da época em MG, vinculados a uma elite do poder econômico, político e social, como de comerciantes, fazendeiros e profissionais liberais, não interessavam a esses a difusão heroica da figura de Ambrósio e dos quilombolas, pois que além disso, não podemos esquecer que muitas das sesmarias conseguidas por fazendeiros, políticos, comerciantes, estavam em terras já ocupadas por negros livres. Essas povoações de negros livres foram sumariamente aniquiladas sob a justificativa de que se tratavam de quilombolas, o que era permitido para quem detivesse o poder local ou regional, do ponto de vista social, político, econômico e de armas, principalmente. Por isso acreditamos que muitas extensões de terras foram usurpadas dos negros livres e dos brancos pobres no interior de Minas Gerais, sendo que na região do Campo Grande tal prática não foi diferente.<sup>10</sup>

Terra e ouro constituíam-se em motivações centrais que justificavam o aniquilamento de povoações que abrigavam negros livres e brancos pobres e não somente escravos fugidos sediados em regiões denominadas de quilombos. Mais que a construção literária de um mito, de um herói que representasse a “virtuose” sob os desígnios de uma cultura ocidental e racista de época, essas representações contribuíam para o paulatino desaparecimento de povoações quilombolas para, no lugar dessas, ocuparem os territórios os fazendeiros oriundos do poder político da coroa portuguesa e de suas ramificações no interior de Minas Gerais, sem considerar qualquer tipo de posse anterior.

Os “negros fugidos”, quando se embrenhavam nas matas, tornavam-se desbravadores que utilizavam as terras para agricultura de subsistência, sem esquecer, que nesses lugares

<sup>9</sup> DIOGO, Vasconcelos. **História antiga de Minas Gerais**. Beltrão/Ouro Preto-MG, 1901.

<sup>10</sup> FERREIRA, Anderson Henrique. Entrevista realizada em 15 de julho de 2012 na cidade de Ibiá – MG.



encontravam pedras preciosas, diamantes, ouro e, sobretudo, enormes reservas de mananciais de água.

Portanto, procede das artimanhas jurídicas do Estado a destinação de poder para destruir povoações quilombolas a qualquer branco possuidor de bens materiais, incluindo armas. Esse pressuposto, sustentado por leis e decretos,<sup>11</sup> possivelmente fez com que aqueles detentores do poderio econômico à época aproveitassem-se dessas circunstâncias para apropriarem-se por meio da violência das armas ou de arcabouços jurídicos, de expressivas extensões de terras, dentre as quais já habitavam negros e brancos pobres em muitas dessas regiões que vieram a ser posteriormente consideradas sesmarias.<sup>12</sup> A Sesmaria era uma forma de concessão que a administração colonial portuguesa propiciava aos colonos que se dispusessem a transladar-se e permanecer nas colônias com o objetivo de promover a sua ocupação e a possível produtividade das mesmas. Essas concessões implicavam no pagamento de dízimos às ordens religiosas e de estarem sujeitas a outras condições.<sup>13</sup>

Nesse contexto é interessante pensar sobre a concepção de Quilombo de forma sumariada<sup>14</sup>. Quilombo na atualidade possui no mínimo duas concepções: o urbano e o rural. Por quilombo rural compreende-se aquele em que as comunidades vivenciam práticas sociais e culturais vinculadas a um espaço geográfico que lhes permita manter tradições oriundas de seus antepassados. Desse modo, os remanescentes ocupam espaços onde a comunidade tem acesso a rios, lagos, terras férteis para plantio e agricultura de subsistência, principalmente, ou para a comercialização dos mesmos, bem como de outras atividades artesanais e de gêneros alimentícios diversificados. Tem desde a época do escravismo uma concepção de organização política própria.

---

<sup>11</sup> Na tentativa de impedir que muitas vilas se tornassem povoados sob a direção de pretos livres, surgiam alegações como a da câmara de São João Del Rei em 1795 sobre a possibilidade do distrito ou vila de Campanha vir a se tornar povoado: “ não deve ser atendido tanto o seu número quanto sua qualidade: os moradores daquele lugar são a maior parte mulatos, escravos e mestiços, e Sua Majestade recomenda nas suas leis que se elejam para juízes e vereadores homens de nascimento, conceito?”. (Revista do Arquivo Publico Mineiro, ano I, fase 3ª, p. 461). MARTINS, Tarcísio José. **Quilombo do Campo Grande**: a história de Minas roubada do povo. São Paulo: Gazeta Maçônica, 1995, p. 156.

<sup>12</sup> Tarcísio Martins observa que entre os chamados quilombos, nem todos eram de escravos fugidos, que muitos desses “quilombos” descobertos que também se tornaram em sesmarias possuíam na realidade, povoados habitados por pretos livres, sendo que os povoados que se submeteram aos oficializadores de vilas, sobreviveram e deram origem a muitas das cidades de Minas Gerais, enquanto que aqueles que resistiam eram considerados quilombos, justificando dessa forma, a sua destruição.

<sup>13</sup> O TREM DA HISTÓRIA. *Boletim Informativo do Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá*. Araxá, Ano, Nº 2106, Julho/Dez. 1996. p. 06.

<sup>14</sup> Sobre Quilombos ver: ANDRADE, M.P. **Terra de Índio**: terra de uso comum e resistência camponesa. Tese (doutorado em História) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1990; BANDEIRA, M. L. **Território Negro em Espaço Branco. Estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988; CARNEIRO, E.: **O Quilombo dos Palmares**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1958; GUSMÃO, N.M. Os Direitos dos Remanescentes de Quilombos. *Cultura Vozes*, nº 6. São Paulo: Vozes, nov/dez de 1995; MOURA, M. M. **Os Deserdados da Terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998; SILVA, L.O. **Terras Devolutas e Latifúndio - Efeitos da lei de 1850**. Campinas: Unicamp, 1996.



No que concerne ao Quilombo Urbano, é aquele que se verifica em um determinado período histórico uma expressiva presença de pessoas negras que se autodenominam atualmente descendentes de quilombolas. São esses remanescentes dos antigos quilombos ou de povoados similares, que por circunstâncias diversas tiveram de deslocar-se de seus lugares e procurar outras regiões ou que se tornaram vítimas das especulações imobiliárias, ajuntando-se dessa forma, em bairros periféricos que são denominados de quilombos urbanos, lugares em que se presencia uma forte presença de pessoas negras. Quando se pensa sobre a questão de quilombos e povoados, nota-se que as terras poderiam ser, num primeiro momento, usurpadas de quem nelas já habitavam, ou seja, os indígenas e os negros livres ou escravizados quilombolas e dos próprios brancos pobres que se embreavam pelo interior dos sertões de minas. Os que resistiam em seus quilombos ou povoados, negros livres ou escravizados, eram aniquilados se fossem pegos.

Um dos episódios obscuros de Minas Gerais, que se refere aos quilombos, está justamente na identificação de seus “heróis” como subversivos, que mesmo na historiografia surgem sem nomes próprios. São líderes anônimos como Ambrósio, sem nome, sem sobrenome, somente o Pai Ambrósio, o Rei Ambrósio. É essa a memória de um líder que mesmo reconhecido como guerreiro ficou apagada da história e que só a tradição oral, a partir de sua recorrência ao passado, tenta trazer luminosidade, uma vez que aos que construíram o tempo da memória passada, não interessavam divulgar a figura de um líder que poderia posteriormente tornar-se mártir de um povo oprimido.

Por isso, ser dono da terra e do ouro era não permitir que muitas extensões de terras pudessem vir a tornar-se propriedade material de negros livres ou de escravos fugidos. Desse modo, a justificativa de aniquilamento dessas povoações recorria-se ao fato de que onde houvesse negros formando povoados, estaria na realidade uma comunidade de quilombolas, de revoltosos, que precisavam ser destruídos. Vejamos o depoimento de um líder quilombola que atualmente luta pelo reconhecimento de uma propriedade na região do Quilombo de Ambrósio atacado em 1759<sup>15</sup>, sendo esse um dos remanescentes desses seus antepassados, o Sr. José Ventura, da família Teodoro Oliveira e Ventura situada no município de Serra do Salitre em Minas Gerais:

A gente precisa contar que quilombo é lugar de família, de resistência de um povo oprimido e não de gente assassina, aliás, o assassino é o Estado e aqueles que são seus protegidos, digo isso porque gente de minha família já foi morta por lutar por nossas terras que foram frutos de doação, mas sempre achavam melhor tratar nosso povo como escravos fugidos que deviam ser mortos em seus povoados, mesmo que fossem lugares de gente livre, que produzia na terra

---

<sup>15</sup> REGISTRO DE CARTAS DO GOVERNADOR GOMES FREIRE DE ANDRADE AO SEU LUGAR TENENTE E AUTORIDADES DA CAPITANIA. Disponível no Cód. 116, 1755-1758. In: IPHAN. **Documentos Diversos e Dossiê de Tombamento do Quilombo do Ambrósio**. Ibiá, 1998.





para sobreviver. Nós agora temos condições de contar a nossa história sem deixar que tirem o brilho da luta de nossos ancestrais de guerreiros quilombolas, de gente capaz, quiseram, nos tirar da história do Brasil, mas somos os quilombos da beira do Rio Paranaíba que a maioria dos historiadores esconderam.<sup>16</sup>

A família continua em luta, os remanescentes dos Venturas e Oliveiras buscam por todos os meios legais a posse de suas terras herdadas por seus antepassados, herança real testamentada em cartório por um fazendeiro, a uma filha de ex-escrava. Por isso, discussão como essa – referente especificamente a esse quilombo – que ora abordamos, só no século XXI adentra no espaço acadêmico, visto que a realidade do Quilombo dos Teodoro Oliveira e Ventura permanece ausente das Academias do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e não se tem notícias de estudos sobre o mesmo em Minas Gerais ou noutras instituições de ensino do país.<sup>17</sup>

Atualmente, no local das terras da família Teodora de Oliveira há uma cerâmica, fazendeiros e uma mineradora, mesmo assim, residem na comunidade muitos familiares, vários desses sob o medo de morrerem ou perderem seu espaço. A comunidade possui um grupo cultural de Congado, que se apresenta em várias cidades próximas ao município de Patos de Minas, só que há um bom tempo o grupo não volta para a comunidade onde foi criado, pois tem medo do que pode acontecer.<sup>18</sup>

De acordo com José Antônio Ventura, embora a família possua documentos e inventário que comprovem a titularidade da área em nome deles, muitos já foram expulsos das terras, sendo que entre os anos de 1930 e 1942, 10 familiares foram assassinados, justamente quando estavam perto de conseguirem comprovar a posse da terra. José Antônio Ventura explica que os parentes que foram ao município de Serra do Salitre procurar a escritura e testamento no cartório da cidade nunca mais voltaram. “Minha avó sumiu, meu primo sumiu, tia e tio sumiram. Quem viajava nunca mais voltava”, comenta. Além disso, “quando alguém consegue chegar ao cartório para ver os documentos, o cartório se recusa a entregá-los”, completa. Outro problema enfrentado à época é que um antigo espaço destinado ao cemitério da família foi derrubado pela prefeitura e, conforme relata José Ventura, “as ossadas de seus familiares foram sendo jogadas fora, sem cuidado algum”.<sup>19</sup> O desprezo aos restos mortais pode ser caracterizado como uma das outras formas de intimidação para que as famílias resistentes desistam de retornar às terras em

---

<sup>16</sup> VENTURA, José. Coordenador da Central das lideranças Quilombos do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba – MG. Depoimento obtido em 29/07/2011.

<sup>18</sup> VENTURA, José. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2482>. Acesso em novembro de 2011.

<sup>19</sup> VENTURA José Antonio. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=2482>. Acesso em novembro de 2011.





que seus pais, avós, viveram e sobreviveram após a Abolição <sup>20</sup>.

As atividades desenvolvidas pelos quilombolas nessa região envolviam toda uma rede de possibilidades que facilitavam a sobrevivência da comunidade como, por exemplo, a questão da caça, da coleta, da produção de alimentos como milho, “favas” e outros gêneros alimentícios, além da criação de gado, da mineração, do contrabando e assaltos a tropas do governo e de fazendeiros. No caso do Quilombo de Ambrósio, seus criadores utilizaram para a sua localização, vários elementos que lhes possibilitavam a resistência, fugas e sobrevivências cotidianas, conforme nota-se no depoimento de um morador de Ibiá e do movimento negro da cidade:

o quilombo de Ambrósio é um símbolo de resistência para que a gente passe aos futuros filhos, porque sem algo concreto, não entra na mente deles, então a gente tem de ter algo concreto, para que eles vejam. Foram vários ataques, foi necessário um especialista em quilombos para vir a região, que se não me engano foi Bartolomeu Bueno Prado, aqui era uma espécie de capital da Confederação dos Quilombos, onde que Ambrósio era o líder, então ele fazia a união desse pessoal, então o conhecimento que a gente tem dele é de um líder de uma comunidade que souberam escolher a região.<sup>21</sup>

Lugares baixos poucos visíveis que lhes propiciavam a defesa de seus territórios, maiores proximidades com rios e córregos que contribuía não só para a pesca como também para a manutenção da comunidade, áreas de caça próximas às matas que circundavam as diversas nascentes de água, regiões de terras férteis para a produção de alimentos e lugares próximos às áreas de minerações são fatores que ajudavam os guerreiros quilombolas na prática de contrabando e de assaltos a tropas de comerciantes ou mesmo a viajantes.<sup>22</sup> Cleto Mário emociona-se ao falar de um passado que sobrevive com poucos vestígios arqueológicos:

Quando a gente entra aqui [no quilombo], a gente arre pia de saber que existiu uma pessoa que lutou, que deu a vida, tipo o Ambrósio, que deu a vida para a liberdade das pessoas, isso aí não tem explicação de dizer o que você sente. Quando havia diligências, se fosse de comerciantes, eles comercializavam os produtos que eles possuíam, e se fosse diligências de corruptos, que na época existiam, roubando o ouro da corte, eles assaltavam, os quilombolas eram muito bem informados, porque não foram só escravos que vieram para cá, vieram muita gente quando souberam o movimento de ouro, de agricultura, que vieram por conta própria, infiltravam-se no meio dos escravos e iam para os quilombos.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> Ver também: SANTOS, Vanilda Honória dos. **Espaço Geográfico e a Construção de Espaços Jurídicos em Comunidades Remanescentes de Quilombos**: lugares (in)visíveis. VIII Jornada Jovens Historiadores del Derecho, realizada de 28 a 30 de setembro de 2016, na Universidade Nacional de La Plata. La Plata, Argentina, 176-199. Disponível em: <https://fadhip.files.wordpress.com/2017/02/actas-jjihd2016.pdf>. Acesso em 20/05/2017.

<sup>21</sup> SILVA, Cleto Mário da. Presidente do Movimento Negro de Ibiá-MG. Depoimento. Programa *Triângulo das Gerações*, 20/11/2011. Arquivo em mídia som, color, legendado, tempo: 12' (NTSC). Realização: CLOSE, Uberlândia, 2011.

<sup>22</sup> CARDOSO, Juliana de Souza; GUIMARAES, Carlos Magno. *Arqueologia de Quilombos: arquitetura, alimentação e arte. Documentos diversos e dossiê de tombamento do Quilombo do Ambrósio*. Prefeitura Municipal de Ibiá/ Instituto do patrimônio Histórico e artístico nacional/IPHAN, Brasília, 1998.

<sup>23</sup> SILVA, Cleto Mário da., 2011.



É preciso considerar por quais razões esses conhecimentos foram ignorados e a relação com “quilombos” fora dos estudos acadêmicos, principalmente em Minas Gerais, tenha sido desconsiderada. Consideramos que a difusão da figura de um líder quilombola seria mais perigosa do que a de um Rei do Congo inserido no contexto do trabalho e não da revolta.

De outro lado, deve-se levar em consideração o interesse da sociedade escravocrata e seus adeptos em não propagar por meio de estudos mais abrangentes a existência de um quilombo tão estruturado e forte no Estado, que resistia à opressão meio século depois de ser destruído, o conhecido Quilombo de Zumbi dos Palmares. Por isso, quanto menos fossem conhecidas as demais rebeliões quilombolas Brasil afora, mais fácil poderia se destruir, ainda no início, essas revoltas no interior de Minas Gerais.

### **Um líder quilombola é mais perigoso do que uma figura mítica inventada.**

Ambrósio era um agricultor, possuidor de terras ocupadas por vários núcleos familiares de negros livres e que teve suas terras invadidas, tomadas pela força das armas como se as mesmas fossem de quilombolas fugidos, amotinados, escravizados. O agricultor que se transformou em “rebelde” e na sequência foi considerado rei, o Rei Ambrósio, não possui biografia a não ser aquela construída pela tradição oral que se perdeu ao longo do tempo. Apesar da invisibilidade na história oficial, foi alçado à condição de “herói” e influenciaria centenas de comunidades quilombolas e povoados habitados por negros livres a continuarem resistindo em seus territórios. Muitos desses territórios foram transformados em terras devolutas do Estado, ocupadas por fazendeiros, políticos, comerciantes, militares e a própria Igreja católica.<sup>24</sup>

Várias batalhas foram travadas contra os negros quilombolas que se encontravam principalmente em terras que o governo da capitania desejava ocupar, por isso, foram frequentes as concessões de sesmarias aos fazendeiros que podiam ser nomeados para investir e destruir quilombos, sendo que um dos núcleos mais resistentes ocupava uma faixa que envolvia as serras da Marcela, da Saudade, o Campo Grande e a Serra da Canastra, tendo sido o Quilombo de Ambrósio derrotado por três vezes, pois ressurgia em outros lugares.<sup>25</sup> Portanto, as lutas quilombolas pela posse de terras e de povoados habitados por populações não escravizadas e que ocupavam várias extensões de terras agricultáveis eram constantes.

---

<sup>24</sup> As concessões de sesmarias, por exemplo, implicavam também no pagamento de dízimos às ordens religiosas, além de estarem sujeitas a outras condições. O TREM DA HISTÓRIA, p. 06.

<sup>25</sup> Sobre a porquê de doação de sesmarias como forma de ocupação de terras em que se localizavam essas povoações quilombolas, cf., a “guerra contra os quilombos”. LOURENÇO, Luís Augusto Bustamante. **A Oeste das Minas: escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista/Triângulo Mineiro (1750-1861)**. Uberlândia: Divisão Gráfica da Universidade Federal de Uberlândia, 2002, p. 73-75.



Em meados do século XVIII, Ambrósio ao fugir do pagamento de Imposto de Capitação que vigorou em Minas Gerais, estabeleceu-se como muitos outros negros na região onde atualmente se encontram os municípios de Aguanil, Campo Belo e Cristais, formando ali o que se denomina como a primeira povoação quilombola de Rei Ambrósio.<sup>26</sup> Eis que a indagação é por qual razão ofuscar a existência de um líder quilombola em uma das regiões mais violentas do país no tocante à destruição de povoações de negros livres? Temor de que as gerações seguintes soubessem que havia muitos negros livres, donos de algumas porções de terras e que se transformaram em agregados de fazendeiros ou foram obrigados a sair de suas terras por causa de assassinatos? Recuperar Ambrósio é refletir sobre o processo de luta de libertação, de já libertos desejarem viver e constituir suas visões de mundos.

Reconstituir a historicidade da figura emblemática de Rei Ambrósio não é simplesmente forjar um “herói” e oferecê-lo ao povo negro quilombista em especial. Discutir a existência e paralelamente o ofuscamento de Ambrósio, permite pensar um contexto mais amplo sobre as dinâmicas de resistências das povoações quilombolas e de negros livres nos sertões das Minas Gerais, demonstrando os seus vários meios de lidar contra um sistema opressor do qual não se submetiam como vítimas escravas que não se rebelavam, tornando-se em vitimizados históricos do escravismo, como em larga escala muitos estudos tentaram demonstrar.

O debate proposto é no sentido de reconhecimento dos homens e mulheres sob a liderança de Ambrósio, que questionaram por meio do uso da revolta armada, a situação de exclusão, exploração e aniquilamento de agentes históricos, negros livres que procuravam sobreviver utilizando suas técnicas de resistências e outras formas como caça e pesca, criação de animais e exploração de pequenas jazidas em locais de mineração; sendo que esse desconhecimento, esse ofuscamento de Rei Ambrósio faz com que se negue às povoações negras o direito a sua própria história.

Evidente que aos poucos uma nova historiografia está sendo construída e isso tem muito a ver com a presença de novos sujeitos nos espaços acadêmicos, vários desses com ligações diretas com as lutas quilombolas e as histórias ocultadas desse povo pela historiografia tradicional. O revisionismo do ponto de vista de outros olhares é salutar, amplia o debate e anuncia um novo tempo de estudos problematizadores por aqueles que outrora foram só objetos de pesquisa de academias. E é essa inversão dos lugares que igualmente incomoda os tradicionalistas que pensam ser o lugar de fala, o espaço do subjetivismo e não do intelectual.

---

<sup>26</sup> LIMA, Maria Salomé Reis Alves de. **Festa cultural**: o reinado em Aguanil, Campo Belo e Cristais - a força da tradição, a história de um povo. Campo Belo: Grafisa, 2010.



Ser estudado por aqueles que se julgam os únicos detentores de discursos não parece ser incomum, é naturalizado essa fala de autoridade. O questionamento surge no momento oportuno quando sujeitos provenientes desses lugares pesquisados, tornam-se autores de suas próprias vozes e de igual modo de suas comunidades. As pesquisas recentes a partir de fontes escritas acerca da história do Quilombo de Ambrósio e de seu líder quilombola em Minas Gerais configuram-se como contribuições para a história de Minas Gerais, sobretudo, do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Revelá-lo, trazê-lo à luz é redescobrir em larga medida os modos de apropriações, explorações, de terras já ocupadas e habitadas por negros livres e brancos pobres nessas regiões. Quem produziu e reproduziu ao longo do tempo a história dos dominantes alicerçados, infiltrados e controladores do Estado, da Igreja e da política, certamente se sentem incomodados com essa presença no âmbito da pesquisa acadêmica, de indivíduos que procuram reabrir esses conhecimentos latifundiados há vários séculos, por uma elite intelectual pensante e determinante das histórias e dos modos de se contar essas histórias.

### **Considerações finais**

Diante das problematizações de cunho historiográfico envolvendo as figuras de Chico Rei e especialmente de Rei Ambrósio, concluímos que a inserção de modo mais incisivo de Rei Ambrósio na historiografia quilombola brasileira é de suma relevância. Retratar-lo sob a ótica da resistência ao escravismo é ao mesmo tempo entender que sua luta contra a escravidão necessita ser discutida por meio de estudos, pesquisas e publicações, posto se tratar de uma história que faz parte de um dos maiores quilombos do Brasil, o Quilombo de Campo Grande, mais conhecido como Quilombo de Ambrósio em Minas Gerais.

Inserem-se nesse viés os enfrentamentos que continuam na contemporaneidade, com as demandas judiciais, nas quais estão envolvidas as famílias quilombolas Teodoro Oliveira e Ventura, que tentam retomar a propriedade de terras pertencentes aos seus antepassados, terras que foram usurpadas por fazendeiros e mineradoras que se instalaram na região de Serra do Salitre, no Alto Paranaíba em Minas Gerais. Conseqüentemente, faz-se necessário rever e atualizar a historiografia mineira a respeito das disputas das comunidades quilombolas e da importância de Rei Ambrósio, tanto antes quanto agora, como líder inspirador dessas batalhas.

Nesse aspecto, a presente reflexão teve como objetivo demonstrar que a memória de Rei Ambrósio permaneceu viva na oralidade dos quilombolas e congadeiros de várias regiões de



Minas Gerais, ainda que em larga medida a sua existência tenha sido invisibilizada pela historiografia tradicional.



# A memória da “Grande África” carioca

## The memory of greater carioca África

**Julia Neves Toledo**

Mestranda em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

julianevestoledo@gmail.com

**Bruna Stutz Klem**

Mestranda em História

Universidade Federal de Ouro Preto

brunastutzklem@hotmail.com

**Recebido em:** 15/08/2017

**Aprovado em:** 19/12/2017

**RESUMO:** Neste artigo indagamos sobre os contornos dissidentes da escravidão no Rio de Janeiro que são desenvolvidos de forma dogmática, conseqüentemente, pouco se reflete sobre a importância do dever de memória neste caso. As marcas solapadas do centro do Rio de Janeiro constata a obliteração dos resquícios escravocratas, os quais assegurariam viva a presença cultural do continente Africano na cidade. A partir de uma comparação de exemplos de outras partes do mundo buscamos investigar os modos de patrimonialização. Assim, analisaremos esse processo no Cais do Valongo, o maior porto de escravos da América Latina e todo o seu entorno, que tem sido edificado numa tentativa de reparação e preservação da memória da diáspora negra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio, Escravidão, Cais do Valongo.

**ABSTRACT:** In this article we inquire about the dissident outlines of slavery in Rio de Janeiro that are developed dogmatically, consequently few is reflected on the importance of memory duty in this case. The sidelined marks of the center of Rio de Janeiro that verify the obliteration of the slaveholding remnants, which would ensure the cultural presence of the African continent in the city. From a comparison of examples from other parts of the world we seek to investigate the sorts of patrimonialization. Thus, we will analyze this process in Cais do Valongo, the largest port of slaves in Latin America and all its surroundings, which has been built in an attempt to repair and preserve the memory of the african diaspora.

**KEYWORDS:** Patrimony, Slavery, Valongo Wharf.



## História e Memória: patrimonialização das memórias plurais

Com o intuito de compreender as disjunções presentes no processo histórico escravista carioca, analisaremos as diferentes construções da concepção de memória e as especificidades que circundam a investigação sobre patrimônio relacionado aos passados traumáticos vividos pela sociedade no fim da década de 1990 e que contribuíram para nossa reflexão proposta. Muito já foi produzido sobre a temática em torno de pesquisadores que emergiram seus estudos de formas bem diferentes, mas que formam uma base teórica que molda nosso artigo.

Manoel Salgado Guimarães, no artigo intitulado *História, Memória e Patrimônio*, tem por argumento central a reflexão sobre patrimônio enquanto uma forma de escrita do passado. De acordo com o autor, o estudo do patrimônio só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado. Portanto, refletir sobre o patrimônio pode e deve ser umas das preocupações do campo historiográfico, submetendo-o a uma investigação que sublinhe a dimensão histórica de sua invenção.<sup>1</sup>

O interesse contemporâneo pelo patrimônio é reflexo, segundo Manoel Salgado, da emergência do novo regime emocional na escrita da história e deve ser interpretado segundo demandas próprias à sociedade contemporânea: “É a partir desse novo regime emocional que novas escritas se tornam possíveis e necessárias, assim como novas formas de patrimonialização são demandadas”.<sup>2</sup>

O autor sugere que a reflexão em torno do patrimônio deve ser compreendida em suas estreitas vinculações com o trabalho de produzir narrativas sobre o passado, ofício que certamente os historiadores, mas não somente e também não exclusivamente, se dedicam. O patrimônio é também uma escrita do passado e supõe uma relação com o tempo e seu transcurso.

O argumento que procuro defender é o de que uma reflexão em torno do patrimônio, definitivamente parte das agendas políticas contemporâneas, deve aproximar-se de uma investigação acerca da escrita da história, na medida em que podemos caracterizar o investimento patrimonial como uma escrita peculiar empenhada em narrar o tempo passado, segundo procedimentos também particulares.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup>GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, 2008, p.97.

<sup>2</sup>\_\_\_\_\_. História, memória e patrimônio, p. 98.

<sup>3</sup> GUIMARÃES. História, memória e patrimônio, p.100.





Em suma, Manoel Salgado afirma que refletir sobre o patrimônio significa, igualmente, pensar nas formas sociais de culturalização do tempo, próprias a toda e qualquer sociedade humana. Para além disso, o patrimônio é um uso pretendido desse passado. A grande problemática desses estudos é, portanto, pensar os diferentes modos pelos quais os restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio histórico em determinado presente.

Para refletirmos sobre os usos e abusos da memória não podemos nos esquecer de que ela é resultado de um diálogo contínuo, uma relação em movimento com outros dois termos: a cultura e o tempo. Também não é possível falar de memória sem falar de história. A memória é uma operação do presente e que lida com o passado como matéria-prima, um tempo pretérito que será, constantemente, reconstruído, reinventado, a partir de uma experiência sensorial e afetiva.<sup>4</sup>

Dessa forma, o tempo da memória é o presente. É preciso ressaltar também que a memória é multifacetada: ela está nos museus, nas artes plásticas, nas fotografias, nas esculturas, nos bordados, nos túmulos, no afeto, em pequenos objetos dos nossos antepassados – as relíquias. São todos fragmentos de uma época, que refletem uma escrita da memória e que pertencem a um tempo que não é mais o nosso, a um passado que é um país estrangeiro. A incerteza sobre o passado nos leva a crer que tudo ocorreu conforme foi documentado, mas esse passado nunca pode ser tão conhecido como o presente.

O conceito de memória, como afirma Jacques Le Goff, no verbete da enciclopédia Einaudi, é crucial. O autor nos mostra a conotação política que o termo apresenta. Como ele afirma, a história é uma forma poderosa de memória e que pode servir ao poder.<sup>5</sup> Para Le Goff, a memória não se opõe ao esquecimento: pelo contrário, o esquecimento faz parte dessa memória que é construída, reinventada. A autora Marieta de Moraes Ferreira, no artigo *Oralidade e memória em projetos testemunhais*<sup>6</sup>, também assinala que esquecer é uma das faces da memória, estudar o que é esquecido e o que é lembrado são elementos fundamentais para uma maior compreensão e entendimento do presente.

---

<sup>4</sup> FRIAS, Ana Cristina Figueiredo de. Mídia, Memória e História. **Mnemosine Revista**, Campina Grande, v. 1, n. 1, p. 153-167, jan./jun. 2010.

<sup>5</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

<sup>6</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. Oralidade e memória em projetos testemunhais. **História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 201.



O alemão Andreas Huyssen, professor da Universidade Columbia, crítico de arte e autor do livro *Culturas do passado-presente*<sup>7</sup>, afirma que o ponto de contato está na forma como os artistas lidam com a memória a partir dos traumas históricos de períodos ligados ao Holocausto, à II Guerra Mundial, à Guerra Fria, às Ditaduras na América Latina e ao Genocídio. As obras selecionadas seguem contextos nacionais, não existindo entre elas algum tipo de padrão pré-estabelecido. Como aspecto geral, ele se orienta pelo pressuposto da globalização do modernismo e da política da memória, sem ter criado um modernismo global único ou uma cultura global da memória dos direitos humanos.

Em sua perspectiva sobre memória, o objetivo é o de dar um lugar para a memória nas artes, na política e na defesa dos direitos humanos e de servir de alerta para o perigo do processo de instrumentalização da memória, passível de ser transformada em um produto da indústria cultural, uma vez que ela pode ser manipulada e nem sempre apresenta características positivas, podendo estar a serviço das ideologias mais radicais ou sujeita aos abusos políticos e econômicos.

Vale ressaltar que cada vez mais são erguidos monumentos, memoriais, museus, arquivos, ou seja, surgem a cada dia instituições que valorizam o passado. É dentro desse contexto que Andreas Huyssen, como leitor atento de Walter Benjamin, observa a emergência da memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais, contemporâneas, pós-industriais e pós-modernas. E assim, a memória é compreendida como um elemento importante do novo pensamento sobre a história e é vista não mais como representação do passado, mas como a apresentação dele.

A abordagem apresentada por Huyssen traz uma combinação de estudos culturais com aspectos sociológicos, econômicos e levanta questões políticas envolvendo os direitos humanos e a sociedade civil, comunidades imaginadas e o papel da religião, do gênero e da subalternidade. Segundo o autor, além da memória ter se tornado uma mercadoria de circulação nos meios de comunicação de massa, também houve o nascimento de uma cultura da memória com a queda do muro de Berlim, o fim das ditaduras latino-americanas e o fim do *apartheid* na África do Sul, assim como houve um impacto dessa nova mídia na percepção e na sensibilidade humana. Para Huyssen, em suma, vivemos numa era de explosão da informação e da comercialização da memória. Diante desse cenário, lidamos com o perigo do esquecimento como estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada, mas todas essas formas de recordar podem ser transitórias e incompletas, e ainda não alcançar uma forma absoluta de memória.

---

<sup>7</sup> HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do Passado Presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto/Museu de Arte do Rio, 2014.



## Cultura de memória: tarefa de memorialização

A relação entre história e memória é de disputa em cada local, pode assumir faces diferentes que, no entanto, aparecem em espaços públicos através das estátuas, monumentos, museus e outras configurações que fazem parte da construção de tipos memória dos seus habitantes. Na década de 1980 ampliou-se o debate público com foco nas pesquisas transnacionais que tratam do tema da memória que trouxemos ao cerne da questão. Este debate foi acompanhado especialmente de uma memória traumática, levando em consideração uma dada melancolia que zelava pela rememoração de tragédias passadas.

No ensaio *A Cultura da Memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York*, Huyssen escreve numa conjuntura de cristalização de uma política global dos memoriais, possivelmente instigado pelo uso da memória como mercadoria em circulação pela indústria cultural. O autor analisa o projeto memorial de Berlim e o de Nova York, que lidam com públicos muito diferentes:

O memorial em Berlim tem a ver com o reconhecimento da história alemã perante o mundo, aliado a um compromisso nacional com a memória popular. O memorial de Nova York tem a ver com a política atual e com lembranças particulares, que estão em franco conflito; eu diria que também tem a ver com a evitação da história (HUYSEN, 2014, p. 143).

Os exemplos citados de Berlim e Nova York estão inseridos na cultura de memória desenvolvida nos últimos quinze a vinte anos. Nesse período, as histórias traumáticas e os discursos de todo tipo sobre a vitimização ganharam espaço nas manchetes da mídia e no debate popular, bem como nas práticas artísticas e na pesquisa acadêmica. Em junho de 1999, o parlamento alemão aprovou a construção do Memorial do Holocausto próximo ao Portão de Brandenburgo.

O projeto vencedor para o Memorial do Holocausto foi do arquiteto americano Peter Eisenman. Em 10 de maio de 2005 o monumento foi inaugurado, fazendo parte das celebrações dos 60 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, e dois dias depois foi aberto ao público. O memorial foi construído numa área de 19.000 metros quadrados que antes fazia parte da “faixa da morte” quando o muro de Berlim existia. O monumento consiste de 2.711 blocos de concreto cinza escuro, quase preto, distribuídos em fileiras paralelas sob uma superfície ondulada. Estes blocos são sóbrios, não contém nenhum texto, nome ou foto.



O Memorial 11 de Setembro em Nova York é o nome do monumento construído no Marco Zero para homenagear as vítimas dos ataques ao World Trade Center (WTC) em 2001 – e o que algumas pessoas não sabem: também para as vítimas do ataque ao WTC em 26 de fevereiro de 1993. Ao todo, cerca de 3.000 pessoas perderam suas vidas por causa dos ataques ao World Trade Center. Todos os seus nomes estão gravados em bronze nos dois espelhos d'água que formam o núcleo do memorial. A piscina norte e a piscina sul foram construídas nos pontos exatos onde ficavam as Torres Gêmeas, ele está aberto ao público desde 11 de setembro de 2011. Porém, na escrita da obra é importante notar que Huyssen fala ainda sobre os projetos apresentados para a futura construção do Memorial de Nova York, já que ele ainda não existia.

Susan Sontag, ensaísta, crítica e ativista norte-americana que publica *Diante da dor dos outros* em 2003<sup>8</sup>, obra que é composta por tópicos analisam a evolução da iconografia do sofrimento, afirma que toda memória é individual e não pode ser reproduzida. Por essa razão, não existiria “memória coletiva” e sim uma “instrução coletiva”, onde não haveria rememoração, mas algo estipulado por alguém, dessa forma: isso é importante e foi assim que aconteceu.

Sontag também relata que nos Estados Unidos é comum esconderem as imagens que mostram os estragos de suas guerras, ainda que possuam um museu com crimes praticados no exterior por outros países, como o Museu do Holocausto, por exemplo. Nesse mesmo sentido, a cobertura da mídia dos Estados Unidos após o atentado às Torres Gêmeas também é criticada por Sontag. As imagens apresentadas nos principais jornais americanos, por determinação do Estado, não mostravam os corpos encontrados nos escombros para evitar mais sofrimento aos familiares das vítimas: apenas um jornal sensacionalista publicou uma mão mutilada sobre os destroços do atentado. Do ponto de vista da autora, isso seria um paradoxo, uma vez que o mesmo país que exalta o exótico e explora a dor dos outros, respeita moralmente seus cidadãos.

O âmagô entre Berlim e Nova York reflete principalmente a tensão existente entre as temporalidades na relação com os traumas, numa incessante busca por aperfeiçoar essa relação, mas existe essa fórmula? Em Berlim o monumento foi erigido mais de cinquenta anos depois do Holocausto, e se insere na pós-história da unificação e na luta alemã de décadas para lembrar as vítimas do Terceiro Reich da forma mais honrada possível. O debate sobre o memorial de Nova York começou no dia seguinte ao acontecimento, misturando o luto de esfera pública e privada.

---

<sup>8</sup> SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.



Entre os exemplos de memoriais ao redor do mundo, raramente temos algum que consolide uma memória da presença africana. Sobre esse assunto, Ana Lucia Araújo escreveu um artigo em que buscou analisar a reconstrução de diferentes memórias do passado escravista. Um desses memoriais está na *Rota dos Escravos*, na cidade de Ajudá, litoral ocidental da atual República do Benim: depois de Angola, este foi o mais importante porto escravista do continente africano.

Mediante o incentivo de vários organismos oficiais, como a UNESCO, o governo do país e os membros da elite beninense, uniram-se os esforços para a tentativa de patrimonialização das heranças da escravidão e do tráfico atlântico. Como diz a autora, “(...) estudar a memória da escravidão significa trabalhar na ausência da figura da testemunha, aquela que viveu a experiência dos fatos narrados”.<sup>9</sup> Por esse motivo, Araújo utiliza o termo *de pós-memória*, pois ela se manifesta em outras gerações.

Esse entroncamento dos projetos *Rota do Escravo* e *Ajudá 92* tinha como objetivo a promoção do turismo cultural na região e o desenvolvimento dessa atividade econômica. A proposta consiste em um percurso de múltiplas representações da escravidão e dos africanos escravizados em que os turistas e visitantes se deslocariam em um espaço que permitisse várias interpretações das experiências passadas. Trata-se de um possível produto de memória que se baseia na reedificação de um lugar para rememoração de testemunhas ausentes, a fim de simbolizar o papel dos africanos escravizados na construção do Novo Mundo.

O único monumento construído no quadro do projeto Rota do Escravo desenvolvido pela UNESCO é o Portão do não-retorno. Situado na praia, no fim da Rota dos Escravos, o imponente portão foi inaugurado no mês de novembro de 1995. O monumento, concebido e decorado pelo artista Fortuné Bandeira, segue uma estética monumental à moda soviética, simbolizando o lugar onde os cativos eram embarcados em direção às Américas. (...) Mais uma vez, essas representações enfatizam a imagem do escravo como bem móvel ou como vítima sem vontade própria.<sup>10</sup>

### **Construção de uma Memória da Escravidão no Rio de Janeiro: Cais do Valongo**

---

<sup>9</sup> ARAÚJO, Ana Lucia. Caminhos atlânticos: memória e representações da escravidão nos monumentos e memoriais da Rota dos escravos. *Varia História* 25, nº 41, 2009, p. 129-148.

<sup>10</sup> ARAÚJO. Caminhos atlânticos: memória e representações da escravidão nos monumentos e memoriais da Rota dos escravos, p.145.



A partir das reflexões analisadas até então, pretendemos compreender as ressonâncias da patrimonialização do Cais do Valongo, localizado no centro do Rio de Janeiro, enquanto um *lugar de memória*.<sup>11</sup> Isso tudo no contexto do projeto Porto Maravilha, que influencia de maneira política o plano de valorização do Cais do Valongo, plano este que une o trabalho interdisciplinar da história, memória, arqueologia, antropologia e os testemunhos dos moradores na área.

Situado na zona portuária do Rio de Janeiro, mais precisamente na Avenida Barão de Tefé, no bairro da Saúde, o Cais do Valongo ganhou visibilidade no projeto conduzido pela prefeitura em 2011. No entanto, segundo as informações obtidas até o presente momento, foi a partir da demanda de pesquisadores junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e à Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp), apoiados em dados históricos que estimavam a localização do Cais da Imperatriz, que a Prefeitura aceitou interromper as obras do projeto Porto Maravilha no local para preservar o sítio arqueológico encontrado em meio às escavações.

De fato, na Praça do Comércio há uma placa um pouco enferrujada, fixada em uma espécie de obelisco, onde se lê: “Neste local existiu o Cais da Imperatriz”. Em 1843, o antigo Cais do Valongo foi alargado e embelezado para receber a futura imperatriz Teresa Cristina que chegava para se casar com D. Pedro II. Segundo essas informações fixadas no local, o Cais do Valongo foi a porta de entrada no Brasil de cerca de 1 milhão de africanos escravizados, vindos em sua maioria, de Angola e do Congo. Aterrado em 1911, o cais foi redescoberto um século depois. A partir dessas indicações históricas já existentes seria possível lembrar que por debaixo deste sítio, soterrado, se encontrava o Cais do Valongo.

O cais formado por uma rampa calçada por pedras irregulares, o chamado “pé de moleque”, datada da primeira construção, realizada em 1811. Com a sua redescoberta e por meio de pesquisas arqueológicas, o Cais do Valongo pode ser observado na primeira e mais profunda camada do sítio arqueológico. Sobre esta camada podem ser vistos vestígios do que restou do Cais da Imperatriz, formado pela muralha e píer de pedras talhadas em tamanhos variados, e pelos trechos calçados com paralelepípedos.

---

<sup>11</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dezembro de 1993.



O sítio arqueológico do Cais do Valongo é considerado o mais importante vestígio material fora do continente da África do tráfico atlântico de africanos escravizados, expressando o material e simbolicamente um local que representa o registro da ação criminosa contra a humanidade. Estima-se que, nos mais de 300 anos de tráfico, cerca de 4 milhões de africanos escravizados desembarcaram em portos brasileiros sendo mais da metade no Rio de Janeiro. Só no Valongo, estima-se que tenham passado cerca de 1 milhão.

Alberto da Costa e Silva no documentário *Cais do Valongo*<sup>12</sup> discorre sobre os motivos que levaram ao deslocamento do porto de escravos para a região do Valongo. O historiador afirma que havia um mal estar na rua Direita (atual rua Primeiro de Março), devido à forte presença da escravidão em função da venda de africanos escravizados ali realizada. Inicialmente, o porto do Rio de Janeiro funcionava no Largo do Paço, atual Praça XV — a proximidade da residência temporária de D. João VI e da Família Real no Paço Imperial onde havia a circulação de africanos escravizados desnudos e doentes, teria sido um dos principais motivos que justificaram a construção do Cais do Valongo.

No local onde hoje é a Casa França Brasil, antigamente funcionava a alfândega do Rio de Janeiro. Era nesse local que se realizavam os leilões de escravos, ainda que os médicos da época defendessem que este comércio de escravos no centro da cidade era prejudicial à saúde pública. Os objetivos alegados da transferência teriam sido, principalmente, afastar os horrores da escravidão e a sua insalubridade, do local de circulação da nobreza estabelecendo-o então nas margens da cidade.

O marquês do Lavradio foi responsável por ordenar que os escravos passassem a desembarcar no Valongo. A denominação do local vem da própria geografia, que se referia ao longo vale formado entre a parte de trás do Morro da Conceição e o Morro do Livramento: por isso, Valongo. Esse trecho, anteriormente denominado de Rua do Valongo (hoje é a Rua Camerino), foi o local onde se passou a realizar a venda de africanos escravizados.

De acordo com o documentário: *Olhares Sobre o Valongo – A História e a Memória em Torno do Patrimônio*<sup>13</sup>, foi a partir do Cais do Valongo que se desenvolveu uma complexa vida econômica e social na região, com as lojas de venda de escravos e de artigos diversos, de interesse dos africanos que chegavam ao Rio de Janeiro dentro da dinâmica do tráfico sem necessariamente serem escravos.

<sup>12</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jOkjURCafs> >. Acesso em: 06 dez.2016.

<sup>13</sup> Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=g5IEUTiWsFU> >. Acesso em: 6 dez. 2016.





Essa dinâmica só muda a partir da Lei de 1831<sup>14</sup>, que penaliza todos os envolvidos no processo do tráfico, e o coloca na ilegalidade, bem como provoca a desativação do Cais do Valongo e de todo o complexo estruturado para comércio no desembarque de escravos na costa brasileira, e cria uma nova rede de desembarque através de outros portos. De acordo com o autor Marcus de Carvalho<sup>15</sup>, que traz o profícuo debate acerca da estruturação de desembarque dos africanos pós-1831, é possível compreender as transformações causadas pela lei, como a estruturação em locais ermos do imenso litoral do Brasil de portos naturais que serviram para a chegada de navios e para a distribuição de cativos. O dinheiro do tráfico beneficiava muita gente, mas alguns medos aos poucos foram atingindo a população, como o de rebeliões escravas, e o contágio de doenças. Segundo o autor, também nascia, ainda retraída, a consciência de que a escravidão era um mal que devia ser erradicado.

Milton Guran, antropólogo e representante brasileiro no comitê científico internacional da Rota do Escravo, coordenou várias pesquisas na região do Valongo e é um dos responsáveis pelo projeto encaminhado à Unesco de transformação do sítio arqueológico do Cais do Valongo em Patrimônio da Humanidade<sup>16</sup>. Segundo Guran,

O grande valor do Valongo é simbólico, e esse valor simbólico do Valongo tem que ganhar densidade e visibilidade em um memorial da celebração da herança africana, porque no Brasil não temos nenhum museu para isso. O Estado brasileiro, em nenhuma instância, federal, estadual ou municipal, criou um museu que tratasse da questão da presença africana no Brasil, isso é um absurdo! Pelo amor de Deus!<sup>17</sup>

Milton Guran defende o Cais do Valongo como um lugar de memória da diáspora. O que observamos é que entre os diversos lugares da memória da escravidão no Rio de Janeiro, alguns pesquisadores destacam três, como os pilares do complexo escravagista que ali existiu: o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos e a Pedra do Sal.

---

<sup>14</sup> A lei de 1831 foi a primeira a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data.

<sup>15</sup> CARVALHO, Marcus J. M. de. O Desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1831. **Revista de História**: São Paulo. n 167, p.223-260, julho/dezembro 2012.

<sup>16</sup> Dossiê enviado a UNESCO de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongoversao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongoversao_Portugues.pdf)>. Acesso em: 7 de dez. 2016.

<sup>17</sup> Olhares Sobre o Valongo – A História e a Memória em Torno do Patrimônio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=g5IEUTiWsFU>>. Acesso em: 6 dez. 2016.



Cláudio Honorato, historiador e pesquisador do Instituto dos Pretos Novos, afirma que esses três lugares são emblemáticos. O Cais do Valongo como o local de chegada, o Cemitério dos Pretos Novos como o local onde aqueles que não resistiam eram enterrados e a Pedra do Sal como o local da festa, da celebração da religião. O denominado Cemitério dos Pretos Novos foi entre o final do século XVIII e início do século XIX, um barracão do antigo mercado negreiro localizado no Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa. O barracão era situado na Rua do Cemitério (atual Rua Pedro Ernesto). No mercado negreiro do Valongo, eram "depositados" todos os africanos escravizados que chegavam das longas viagens dos navios negreiros. Os africanos recém-desembarcados eram chamados de "pretos novos".<sup>18</sup>

Nestas longas viagens, praticamente grande parte dos africanos que chegavam à então colônia portuguesa encontrava-se muito debilitado. Uma porcentagem significativa destes cativos imigrantes morria em seus primeiros dias de Brasil e seus corpos eram enterrados dentro de barracões ou nos arredores do mercado. Tal espaço de enterro dos escravos substituiu o largo de Santa Rita, no Centro da cidade, que era o local onde, anteriormente, eram enterrados os escravos. Calcula-se que foram enterrados, no Cemitério dos Pretos Novos, pelo menos entre 20.000 e 30.000 escravos. Nos seus últimos seis anos de funcionamento, a média de enterros no Cemitério dos Pretos Novos foi superior a mil enterros por ano.

A Pedra do Sal, monumento histórico e religioso localizado no bairro da Saúde, próximo ao largo da Prainha, é onde se encontra a comunidade remanescentes de quilombos da Pedra do Sal. O local também foi tombado em 20 de novembro de 1984 pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Local. De especial importância para a cultura negra carioca e para os amantes do samba e do choro, a Pedra do Sal, pode ser considerada como o núcleo simbólico da região chamada de Pequena África, que era repleta de zungus, casas coletivas ocupadas por africanos escravizados, hoje são reconhecidas como quilombo urbano. Além disso, o local possui forte valor simbólico para a cidade e para a cultura afro-brasileira, pois ali se considera que nasceu o samba e parte de referências da capoeira, atualmente é nesse lugar que acontece o tradicional samba da Pedra do Sal, importante forma de preservar o local enquanto espaço representativo da resistência da população negra e de suas expressões culturais.

Juntos, esses três locais formam um complexo que remete à memória da escravidão e da diáspora, conhecido como Pequena África, representativo da grande presença africana no Brasil até os dias de hoje, sendo indissociável da própria cultura brasileira: a grande África carioca.

---

<sup>18</sup> HONORATO, Claudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Niterói: EdUFF, 2008.



## Considerações finais

A partir de questionamentos em comum, esse artigo surgiu na tentativa de compreender o desaparecimento da presença africana no Rio de Janeiro. O Cais do Valongo, redescoberto há menos de dez anos, quando a cidade passava por uma reestruturação motivada pelas Olimpíadas de 2016, revelou artefatos e estruturas ligadas à escravidão nesse importante local de presença massiva dos africanos escravizados

O Rio de Janeiro foi a cidade que mais recebeu africanos escravizados no mundo. De acordo com o <http://www.slavevoyages.org/><sup>19</sup>, dos 2.643.356 desembarques entre 1811 e 1888, 1.792.735 foram no Brasil. Porém, ela ainda esconde seu passado escravista e o sangue negro derramado por toda parte de suas ruas. Rememorar isso faz parte do reconhecimento desta presença, tendo em vista que a história e a cultura da população negra também são parte da construção da cidade.

A relação com o passado escravista é fortemente marcada pela presença do racismo na sociedade brasileira. Isso justifica a necessidade de trazer ao debate público a história da escravidão, de modo a superar a naturalização com a qual ela é encarada. Nesse sentido, o Decreto Municipal nº 42.929, de 10 de março de 2017<sup>20</sup>, ao criar um grupo de trabalho para apresentar um plano de ação<sup>21</sup> cujo objetivo é o de colaborar com a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade na zona portuária, vai ao encontro dessa necessidade.

Compreendemos que não existe forma fixa abordar a memória, nem ideal. Porém, a imprescindibilidade de criticar tal tipo de ação como a criação de um museu com iniciais MEL parece sensata partindo de historiadoras que vivenciam esses espaços citados e tentam investigar como enredar essa história de africanos escravizados vindos numa comoção nacional. Esse é um desafio que tentamos compreender, que tipo de relação construímos com o nosso passado fortemente escravagista? Quais os impactos do nosso passado no nosso presente? O que precisamos para o futuro?

---

<sup>19</sup> Disponível em <<http://www.slavevoyages.org/>>. Acesso 15 dez. 2017

<sup>20</sup> Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2017/4293/42929/decreto-n-42929-2017-cria-grupo-de-trabalho-para-apresentar-plano-de-acao-para-colaborar-com-a-criacao-do-museu-da-escravidao-e-da-liberdade-na-regiao-portuaria-na-forma-que-menciona>>. Acesso em 24 de out. 2017.

<sup>21</sup> Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/91277/4187002/NilcemarposseGT.pdf>>. Acesso em 24 de out. 2017.



No dia 10 de julho de 2017, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO declarou o Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade. O Cais do Valongo agora está na mesma lista da cidade de Hiroshima, no Japão, e do campo de concentração de Auschwitz, na Polônia, segundo o portal de notícias UOL, sendo eles classificados como locais de memória e sofrimento.<sup>22</sup>

Este foi um marco importante no que diz respeito à memória dos africanos escravizados no Brasil, considerando que não existe uma escala de dor, sofrimento ou trauma vivenciado por uma sociedade. Porém, ainda há um passado enterrado que precisa, o quanto antes, ser recuperado a ponto de identificar os vestígios deixados pela escravidão na cidade do Rio de Janeiro pelas pessoas que ali circulam. O imediato dever é de rememoração do passado escravista, corroborando com a necessidade de se trazer ao debate público essa história de sofrimento que ainda é tão preterida.

---

<sup>22</sup>Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/07/09/unesco-declara-cais-do-valongo-patrimonio-da-humanidade.htm>>. Acesso em 01 ago. 2017.



# Africanos libertos em tempos de escravidão: um pouco mais sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista

Freed Africans in times of slavery: a little more on the precariousness of freedom in Nineteenth Century Brazil

**Mateus Rezende Andrade**

Doutorando em História  
Universidade Federal de Minas Gerais  
mateus.rezende@gmail.com

**Recebido em:** 24/10/2017

**Aprovado em:** 25/12/2017

**RESUMO:** No Brasil tem crescido o interesse por pesquisas sobre trajetórias individuais e a formação de redes sociais, as quais têm enriquecido as reflexões sobre estratégias de agentes históricos nos mais diversos estratos que marcaram as sociedades do passado brasileiro. Influenciado por recentes estudos que postularam teses sobre a precariedade da liberdade no Brasil oitocentista, este artigo analisa a trajetória de africanas egressas do cativeiro numa região que foi grande receptora de indivíduos oriundos do tráfico transatlântico de escravos. A reconstrução de suas relações de compadrio e as suas estruturas familiares, possibilitou enxergar a força da escravidão nas sociabilidades forjadas, a qual, diga-se, pôs à prova, cotidianamente, a condição de liberdade, o que exigiu estratégias que demarcassem o lugar social destes indivíduos libertos. Por fim, a microanálise permitiu enxergar africanos libertos como agentes históricos que ultrapassaram os limites das hierarquias vigentes, construindo laços de compadrio que não se enquadraram pelas estruturas sociais do mundo dos senhores de escravos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escravidão; Libertos; Redes sociais.

**ABSTRACT:** In Brazil has been growing the interest in research on individual life course and the formation of social networks, which has enriched the discussions on strategies of historical agents in the various strata that marked the societies of the Brazilian past. Influenced by recent studies which have postulated theories about the precariousness of freedom in nineteenth-century Brazil, this paper analyzes the trajectory of Africans ex-captives in a region which was great receiving of individuals from the transatlantic slave trade. The reconstruction of their godparenthood relations and their family structure made possible to see the strength of slavery in forging sociabilities, which, daily tested the condition of freedom, which required strategies that demarcated the social place of these freed individuals. Finally, microanalysis allowed to see freed Africans as historical agents who went beyond the limits of existing hierarchies, building social bonds that were not framed by the social structures of the world of slaveowners.

**KEYWORDS:** Slavery; Freedmen; Social networks.



## Introdução

Este artigo tem como principal objetivo exibir possibilidades e ensaiar interpretações acerca de trajetórias de africanos libertos na sociedade brasileira do século XIX. Adoto como cerne da observação a província de Minas Gerais, que por suas características econômicas e de povoamento, foi palco de peculiaridades demográficas que caracterizaram a formação, no século XVIII, de um universo cultural mestiço, peculiarmente distinto de outras experiências vividas na América portuguesa até então<sup>1</sup>, principalmente em relação à cor/qualidade da população, grande índice de manumissão e grande aporte populacional.

Por sua vez, a perenidade dos traços distintivos desta nova estrutura societária foi percebida quando historiadores e economistas revisaram a historiografia que presumia a decadência da economia mineradora, demonstrando o apego à escravidão de uma economia não-exportadora<sup>2</sup>, a qual, subvertendo todas as possibilidades, sustentou a escravidão pela pulverização da posse de cativos em pequenas propriedades.<sup>3</sup>

Finalmente, as análises por mim empreendidas tiveram como foco interpretativo a região do Vale do Rio Piranga, núcleo primário de povoamento, a qual conheceu grandes fluxos migratórios no início da segunda metade do século XVIII, decorrente das primeiras crises de extração aurífera.<sup>4</sup> Por fim, foi uma região que se caracterizou por ser a primeira fronteira agrícola da porção leste da capitania de Minas Gerais, um espaço de transição entre a mineração e a agropecuária, entreposto avançado do movimento de ocupação do Vale do Paraíba cafeeiro.<sup>5</sup>

Para concluir esta parte introdutória, apresento os dados da Tabela 1, a partir dos quais deixo indicada a ativa participação da região nos circuitos do tráfico transatlântico de escravos, o que pode ser depreendido a partir do expressivo número de homens provenientes do continente africano. Ainda, somam-se a estes dados as informações contidas no Gráfico 1, as quais demonstram a cronologia do tráfico de escravos para a América Portuguesa, do qual destaca-se a

---

<sup>1</sup> PAULA, João Antônio de. **Raízes da modernidade em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; PAIVA, Eduardo França. A plebe negra. Forros nas Minas Gerais no século XVIII. **Caravelle**. Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien. n°84, 2005. p. 65-92.

<sup>2</sup> MARTINS, R.B. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil**. (Tese de doutorado). Nashville, Vanderbilt University, 1980; MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, v. 13, n. 1, 1983.

<sup>3</sup> LIBBY, D. C.. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

<sup>4</sup> LANGFUR, Hal. **The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830**. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

<sup>5</sup> ANDRADE, Mateus Rezende. Compadrio, casamento e espaço em zona de fronteira agrícola: redes sociais da elite rural de Piranga (Minas Gerais, C1760-C1850). **Revista Tempos Históricos**, v. 19, p. 235-267, 2015. p. 241-243.



expressividade da região “Sudeste” a partir das décadas finais do século XVIII e ao longo do século XIX.

	Branços	Crioulos	Pardos	Africanos	Total
Livres	98,26	77,32	87,78	191,55	91,56
Escravos	-	99,88	114,56	406,92	161,78

Tabela 1 - Razão de Sexos, freguesia de Guarapiranga, 1831-32. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas 1831-32. Disponível em [www.poplin.cedeplar.ufmg.br](http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br).

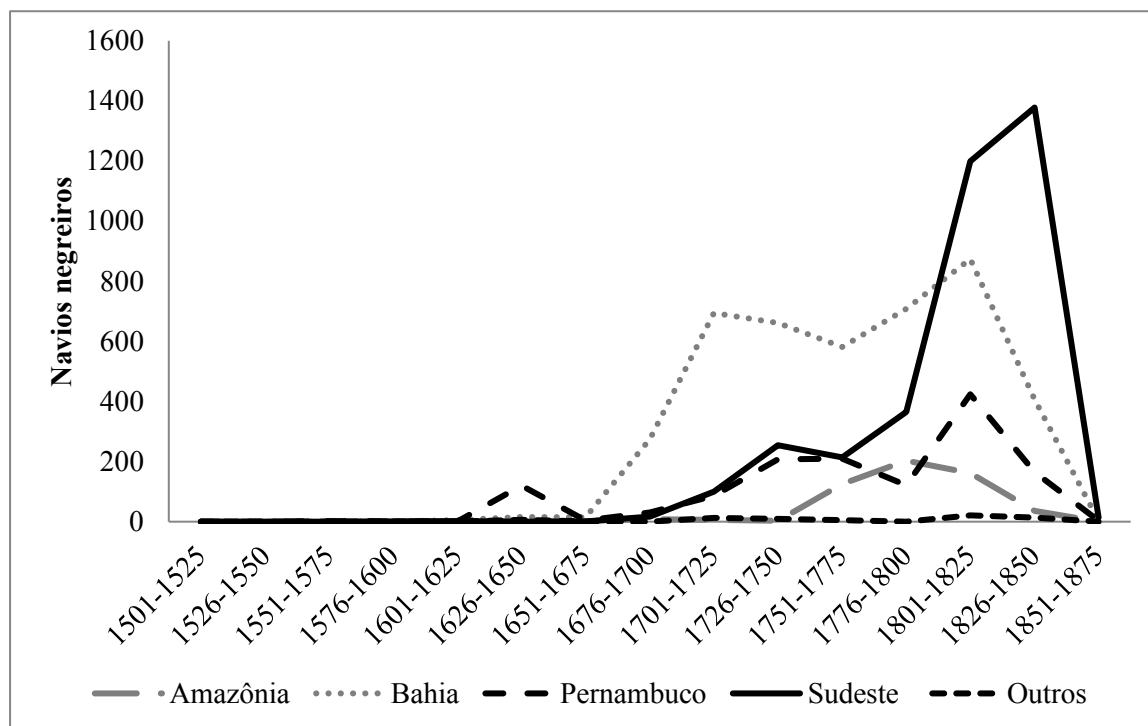


Gráfico 1 – Tráfico transatlântico de escravos e regiões de desembarque na América Portuguesa (1500 – 1875).  
Fonte: [www.slavesvoyages.org](http://www.slavesvoyages.org).

Paralelamente, apresento informações sobre o tráfico de escravos para região do Vale do Rio Piranga (Gráfico 2), extraídas a partir de cálculos feitos em cima de informações retiradas de assentos de batismo sacramentados nas capelas da região em estudo. Estes dados evidenciam o incremento da mão-de-obra cativa baseado no tráfico transatlântico nas três primeiras décadas do século XIX, o que sugere a participação desta região na diversificação econômica que caracterizou a capitania de Minas Gerais no processo de abastecimento da Corte recém-instalada no Rio de Janeiro.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1802-1842. São Paulo: Símbolo, 1979; LIMA, Felipe Moreira Alves de. **Elites econômicas e atividades agropastoris de abastecimento**: São João e São José Del-Rei, 1750-1808. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal de São João del-Rei, 2017; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. **Remediados senhores**: pequenos escravistas na freguesia de São José do Rio das Mortes, c. 1790-1844. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014, p. 32-49.



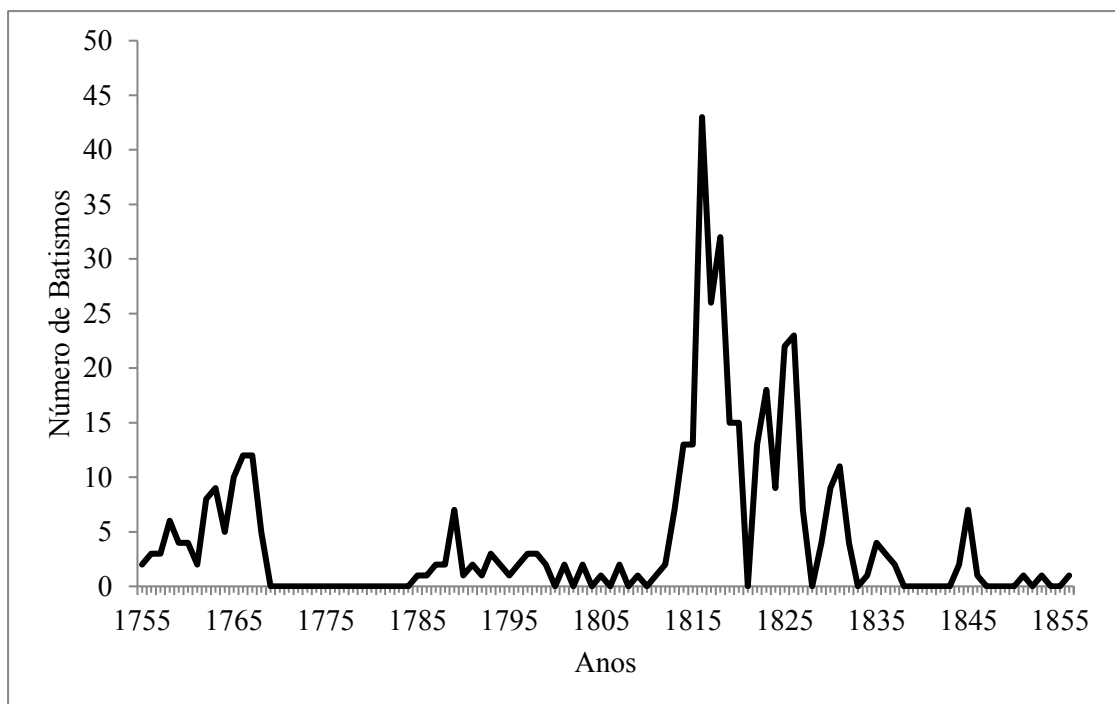


Gráfico 2 – Batismos de africanos adultos, Paróquia de Piranga, Minas Gerais (1755 – 1856). Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

### **Africanos e afrodescendentes no Brasil**

Do ponto de vista da história social, das relações construídas por africanos e afrodescendentes no universo colonial e imperial brasileiro, bem como suas tramas cotidianas e trajetórias de vida, recentes publicações sobre a participação de mulheres africanas na formação da ordem socioeconômica que vigorou no passado brasileiro, inspiraram a pesquisa que possibilitou a escrita deste artigo. Mariana Dantas, em artigo publicado no ano de 2015 na *African Economic History*, demonstra a ativa participação de mulheres africanas e suas descendentes no processo de transformação econômica averiguado em Minas Gerais na passagem do século XVIII para o XIX, através da pluralização das formas de inserção no mercado, sem concentrar-se somente em atividades têxteis ou comerciais, mas, também na mineração e produção de alimentos.<sup>7</sup>

Nesta mesma edição do periódico supracitado, Douglas Cole Libby é o autor de um artigo no qual narra a trajetória de sete gerações de uma família descendente de africanos escravizados, identificados como “Mina” e trazidos para as Minas Gerais na década de 1740. Analisando a trajetória de vida da matriarca desta família, Libby demonstra como ela, atuando como quitandeira, conseguiu alcançar sua liberdade e de seus filhos, constituir um patrimônio que envolvia uma casa e alguns escravos, proporcionando novas oportunidades de ascensão social para seus

<sup>7</sup> DANTAS, Mariana L. R. Miners, Farmers, and Market People: Women of African Descent and the Colonial Economy in Minas Gerais. *African Economic History*, Volume 43, 2015, pp. 82-108. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610845>, acesso em 13 ago. 2016.



descendentes.<sup>8</sup>

Em relação aos sistemas de parentesco e práticas religiosas de africanos e afrodescendentes, Luis Nicolau Parés publicou no periódico *History in Africa* um artigo no qual analisa a rede de relações de compadrio constituída por um grupo de afrodescendentes libertos em suas interfaces étnicas e afetivas, demonstrando como a constituição destas interconexões deu-se em conjunto a produção de uma comunidade de mercadores envolvida, principalmente, com o tráfico de escravos.<sup>9</sup>

Apesar de todas as trajetórias narradas pelos autores supracitados demonstrarem histórias de mobilidade e ascensão social, eu inicio as análises empreendidas reiterando a tese da “precariedade da liberdade” no passado brasileiro.<sup>10</sup> Apesar de pesquisas recentes terem apontado os caminhos da mobilidade e ascensão social de africanos e afrodescendentes, este estudo tem por cerne as trajetórias que demonstram a precarização da liberdade no passado escravista brasileiro. O intuito é não perder de vista a “força da escravidão”, renovando o olhar sobre a excepcionalidade daqueles africanos e afrodescendentes que, convivendo com as adversidades de uma sociedade gestada nas entrelinhas da violência e escravidão<sup>11</sup>, superaram expectativas reordenando suas próprias experiências.

### Compadrio, escravidão e liberdade

A primeira trajetória que trago ao conhecimento dos leitores é a de Maria Preta<sup>12</sup>, uma mulher de 55 anos, agregada ao domicílio de Antônio José de Carvalho (Tabela 2), recenseado como um proprietário de 16 cativos no ano de 1839. Numa busca por outras listas nominativas confeccionadas na localidade quase uma década antes, no ano de 1831, encontramos Maria, descrita

---

<sup>8</sup> LIBBY, Douglas C. Slave, Free, and Freedwomen. Succeeding Generations of Africans and Afro-descendants in Eighteenth and Nineteenth Century Minas Gerais. **African Economic History**, Volume 43, 2015, pp. 109-135. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/610846>, acesso em 13 ago. 2016.

<sup>9</sup> PARÉS, Luis Nicolau. Afro-Catholic Baptism and The Articulation of a Merchant Community, Agoé 1840-1860. **History in Africa**, Volume 42, 2015, pp. 165-201. Disponível em <https://muse.jhu.edu/article/583529>, acesso em 13 ago. 2016.

<sup>10</sup> Esta tese ronda a historiografia brasileira já há quase duas décadas, e recentemente voltou com argumentos mais incisivos no livro de Sidney Chalhoub, **A Força da Escravidão**, em capítulo no qual analisa os Livros da Casa de Detenção da Corte, documentação extremamente rica para se compreender o contexto em que reforçava-se o escravismo no Brasil. Todavia, sem perder sua razão de ser, os oficiais da polícia, documentaram ali uma série de contradições. Dentre elas, a prisão de homens livres, “por suspeita de haver fugido”. Como poderia aquele detento ser ao mesmo tempo um indivíduo livre e um desertor? Dentre outras questões e apontamentos documentais, Sidney Chalhoub demonstra que a força da escravidão na sociedade oitocentista brasileira esteve em sua alta capacidade de privar de suas liberdades indivíduos africanos e afrodescendentes. Ver CHALHOUB, Sidney. **A Força da Escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 227-276. Para análises de casos elucidativas sobre o tema, ver p. 231-242.

<sup>11</sup> LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

<sup>12</sup> No caso dos recenseamentos populacionais realizados em Minas Gerais na década de 1830, ‘Preto’ era uma descrição genérica que muitos recenseadores deram para os indivíduos africanos.



como “africana”, cativa de Antônio José de Carvalho. Além de Maria, havia outros 4 africanos escravizados, mais sete indivíduos descritos como crioulos e um pardo, o qual era carpinteiro, ocupação que muito provavelmente definiu a sua distinta “qualidade”.<sup>13</sup>

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade/cor	Estado	Condição	Ocupação
	Antônio Jose de						
1	Carvalho	M	69	branco	solteiro	livre	roça
2	Joaquim	M	32	pardo	solteiro	escravo	carpinteiro
3	Joao	M	50	pardo	solteiro	escravo	
4	Domingos	M	24	preto	solteiro	escravo	
5	Joao Jose	M	50	preto	solteiro	escravo	
6	Salvador	M	34	crioulo	solteiro	escravo	
7	Jeronimo	M	32	crioulo	solteiro	escravo	
8	Lucindo	M	5	crioulo	solteiro	escravo	
9	Maria	F	55	preto	solteiro	escravo	
10	Joana	F	50	crioulo	solteiro	escravo	
11	Maria	F	44	crioulo	solteiro	escravo	
12	Silvana	F	40	crioulo	solteiro	escravo	
13	Marta	F	38	crioulo	solteiro	escravo	
14	Andreza	F	39	crioulo	solteiro	escravo	
15	Rita	F	24	crioulo	solteiro	escravo	
16	Francelina	F	10	crioulo	solteiro	escravo	
17	Francisca	F	3	crioulo	solteiro	escravo	
18	Maria	F	55	preto	solteiro	livre	

Tabela 2 – Domicílio chefiado por Antônio José de Carvalho, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.

A conclusão evidente é Maria ter alcançado a liberdade ao longo da década de 1830. Em busca por compreender este processo de alforria, mirei os assentos de batismos confeccionados na localidade, tendo em mente que ali encontraria relações de compadrio que a teriam lhe garantido o acesso à liberdade. Porém, agora, conhecendo a sua trajetória, me pergunto: que liberdade é esta que a manteve habitando o mesmo domicílio onde era cativa, muito provavelmente, relegada às mesmas condições de cativo? Eventualmente, agregar-se ao antigo senhor era uma escolha por proteção, mantendo-se próximo àqueles com quem possuía vínculos familiares ou afetivos, os quais reconheciam sua condição de liberdade, a qual, como se verá, foi negada a Maria no ano de 1831.

<sup>13</sup> Há na historiografia brasileira uma longa trajetória acadêmica de pesquisas sobre os significados da “cor” e suas relações com a condição social dos indivíduos no passado brasileiro. Roberto Guedes, a partir da análise de trajetórias de pessoas que mudavam de cor quando ascendiam socialmente, por exemplo, ao adquirirem um novo ofício, concluiu que os qualitativos das “cores” representavam o lugar social do indivíduo (Ver GUEDES, Roberto. **Egressos do Cativo**: trabalho, família, aliança e mobilidade social: (Porto Feliz, São Paulo, c.1798- c.1850). Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2008. p. 69-125). Todavia, nesta discussão, não pode-se deixar de lado os postulados de Douglas Libby e Sílvia Lara, pesquisadores que, sem descartarem a “cor” como lugares sociais, demonstraram que estas denotavam identidades e, em tese, remontam à gênese de um processo de racialização da sociedade brasileira (Ver LIBBY, Douglas Cole. A Culture of Colors: Representational Identities and Afro-Brazilians in Eighteenth- and Nineteenth-Century Minas Gerais. **Luso-Brazilian Review**, v. 50, p. 26-53, 2013; LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007).



Há vasta historiografia sobre os tênues limites que divisavam a escravidão e a liberdade no passado brasileiro que cooperam com a reflexão proposta nos questionamentos acima. Dentro desta temática, alguns pesquisadores focaram-se nos tortuosos processos sociais que envolviam a alforria, demonstrando que a porta de saída do cativo demandava uma série de negociações e poucas vezes significou a plena liberdade ao indivíduo liberto. A este respeito, Silvia Lara, perscrutando a agência social de indivíduos escravizados, demonstrou que no século XIX vigoraram diferentes concepções de liberdade, destacando que liberdade não se restringiu a possibilidade de vender voluntariamente sua força de trabalho. Conforme salientou a autora em artigo publicado na década de 1990, ser livre poderia significar a possibilidade de não servir a mais ninguém ou viver longe da tutela senhorial, podendo ir e vir sem controle e restrições de capatazes e feitores. Destacou-se ainda, a liberdade, em diversas situações, significou a capacidade de constituir família e manter laços afetivos sem o perigo de ver filhos e cônjuge serem comercializados pelo seu proprietário.<sup>14</sup>

Cabe salientar, Silvia Lara é uma pesquisadora que compôs a vanguarda da virada historiográfica sobre a escravidão no Brasil, a qual combateu, principalmente, os pressupostos teóricos de Jacob Gorender, os quais generalizavam experiências e coisificavam os indivíduos escravizados.<sup>15</sup> Assim, obras como a de Sidney Chalhoub<sup>16</sup>, João José Reis<sup>17</sup>, Hebe Mattos<sup>18</sup> e Silvia Lara<sup>19</sup> trouxeram à linha de frente dos estudos históricos a agência social de indivíduos escravizados e libertos, matizando suas escolhas, objetivos e estratégias sociais.

Ao fim e ao cabo, sobre a temática do acesso a liberdade no passado escravista brasileiro, o principal legado desta historiografia foi a visão de que alforria e outros ganhos materiais ou simbólicos não devem ser considerados como uma flexibilização da violência do sistema escravista e manifestação da bondade senhorial, pois, não se tratavam somente de benefícios concedidos pelos proprietários de escravos, mas também, como frutos da luta e resistência dos indivíduos escravizados.

Por outro lado, há aqueles autores que enfatizaram a função estrutural da alforria para a

---

<sup>14</sup> LARA, Sílvia H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, nº16, p. 25-38, fevereiro de 1998. p. 28.

<sup>15</sup> A principal obra de Jacob Gorender criticado por estes autores revisionistas é GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>17</sup> REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**: a história do levante dos malês (1835). São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>18</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>19</sup> LARA, Sílvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro (1750-1808). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



reprodução do sistema escravista, os quais destacaram a persistência de uma liberdade conservadora sustentada pelo próprio sistema. A este respeito, Manolo Florentino ressaltou que muitos indivíduos libertos ao ascenderem economicamente, tornavam-se proprietários de escravos, aspecto, segundo ele, que perpetuava a expectativa entre escravos de não apenas um dia alcançar a tão almejada liberdade, mas, também, desfrutar de um *status quo* de senhor de escravos entre os indivíduos livres. Grosso modo, tal situação significava efetivamente, a reprodução das estruturas vigentes, isto é, a reiteração do escravismo.<sup>20</sup>

É importante ter em mente estes pressupostos interpretativos, pois, estou dissertando neste artigo sobre famílias e indivíduos que traçaram os seus caminhos entre a escravidão e a liberdade, portanto, deixo em tela, estratégias de indivíduos que resistiram à escravidão e desenharam, socialmente, suas condições de indivíduos livres.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade/cor	Estado	Condição	Ocupação
	Antônio Jose de						roça e
1	Carvalho	M	58	branco	Solteiro	livre	engenho
2	Joaquim	M	26	pardo	Solteiro	escravo	carpinteiro
3	Jeronimo	M	20	crioulo	Solteiro	escravo	
4	Salvador	M	16	crioulo	Solteiro	escravo	
5	Joao	M	36	africano/preto	Solteiro	escravo	
6	Joao	M	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
7	Domingos	M	40	africano/preto	Solteiro	escravo	
8	Francisco	M	38	africano/preto	Solteiro	escravo	
9	Joana	F	36	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
10	Silvana	F	30	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
11	Rita	F	16	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
12	Marta	F	18	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
13	Andreza	F	12	crioulo	Solteiro	escravo	fiadeira
14	Maria	F	43	africano/preto	Solteiro	escravo	fiadeira

Tabela 3 – Domicílio chefiado por Antônio José de Carvalho, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Passo assim, a analisar as sociabilidades constituídas na pia batismal por aquela mulher africana. Em janeiro de 1817, Maria Rebolo, escrava de Antônio José de Carvalho, foi madrinha de batismo, juntamente com Mateus Songo, cativo do mesmo efetivo escravo, da filha de Madalena “Crioula”, escrava da testamentária de Dona Maria.<sup>21</sup> Em dezembro do ano seguinte, ela e José Angola, também escravo de Antônio José de Carvalho, foram padrinhos de Francisco Angola,

<sup>20</sup> Sobre estas perspectivas que destacaram a função estrutural das alforrias em reproduzir as estruturas escravistas, ver FLORENTINO, Manolo. Sobre minas, crioulos e a liberdade costumeira no Rio de Janeiro, 1789-1871. In: FLORENTINO, Manolo (org.) **Tráfico, cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

<sup>21</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 7v.



cativo adulto, recém-chegado à região via tráfico transatlântico.<sup>22</sup> Em junho de 1821, mais uma vez Maria atua como madrinha, desta vez, do filho de Maria “índia”, sacramento no qual, o padrinho foi Francisco Angola, seu afilhado em 1818.<sup>23</sup> Porém, neste sacramento, Maria não é mais cativa de Antônio José de Carvalho, mas, da testamentária daquela Dona Maria supracitada.

Finalmente, em 1825, Maria volta a pia batismal para ser madrinha, novamente com Francisco Angola, seu afilhado, cativo de Antônio José de Carvalho, desta vez, de Francelina, filha de Marta “Crioula”, cativa do mesmo efetivo.<sup>24</sup> Apesar de mais uma vez Francisco e Maria terem ido em conjunto a pia batismal, o que é indicativo de alguma relação consensual entre os dois, o que chama atenção neste sacramento de batismo é Maria ser descrita como “forra”. Portanto, não em algum momento ao longo da década de 1830, mas, entre os anos de 1821 e 1825, foi o período em que Maria Rebolo tornou-se uma africana liberta. Todavia, ainda habitando no mesmo domicílio, cotidianamente precisava reiterar sua liberdade, tanto que o recenseador responsável pela lista nominativa do ano de 1831, a listou como cativa, muito provavelmente pelo estigma da cor e sociabilidades circunscritas ao mundo dos escravos, havendo impossibilidade de provar sua liberdade.

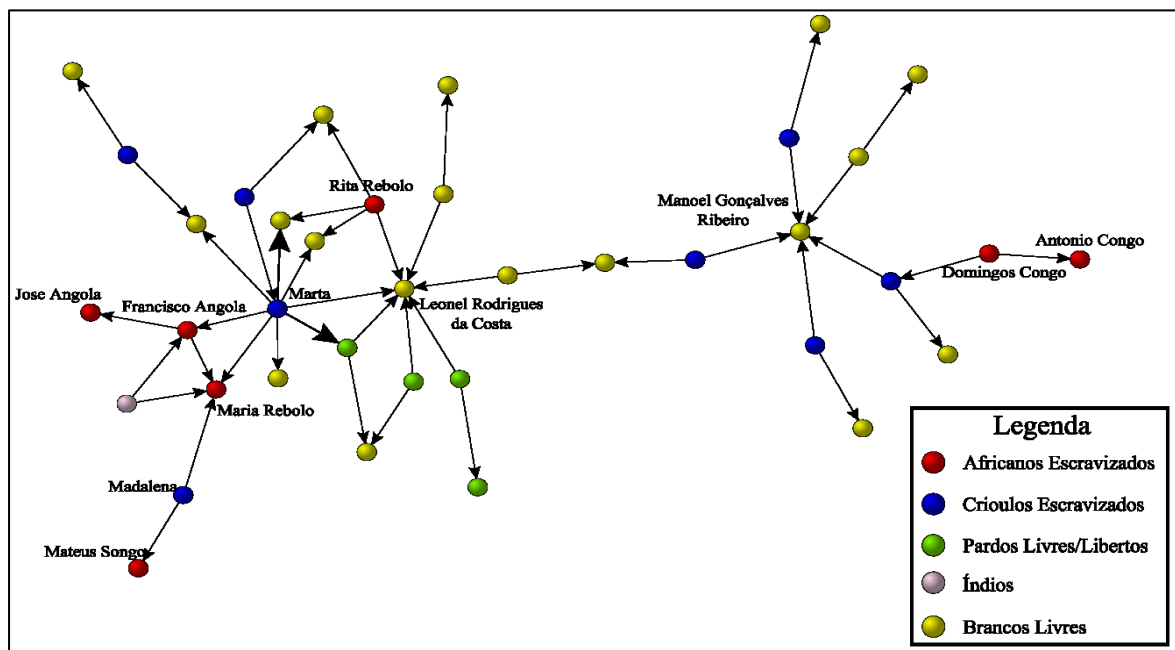


Imagem 1 – Relações de compadrio, Maria Rebolo. Paróquia de Piranga, 1817 - 1844. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).

<sup>22</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 12.

<sup>23</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 281.

<sup>24</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 11, folha 67v.



Outra trajetória elucidativa do universo das sociabilidades domiciliares de africanos libertos em Minas Gerais é a de Isabel “Congo”, agregada ao domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, onde habitam seu filho José Teixeira e cinco cativos, todos crioulos (Tabela 4). Portanto, assim como Maria Rebolo, Isabel “Congo” é a única agregada do domicílio neste ano de 1839. Valendo-se do mesmo procedimento aplicado ao domicílio de Antônio José de Carvalho, buscou-se o mesmo no outro recenseamento realizado na localidade em 1831.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Maria Rosa do Espírito Santo	F	70	branco	Viúvo	Livre ou Lib	Lavrador
2	Jose Teixeira	M	26	branco	Solteiro	Livre ou Lib	
3	Modesto	M	36	crioulo	Solteiro	Escravo	
4	Francisco	M	34	crioulo	Solteiro	Escravo	
5	Maria	F	28	crioulo	Solteiro	Escravo	
6	Antônio	M	4	crioulo	Solteiro	Escravo	
7	Egídio	M	1	crioulo	Solteiro	Escravo	
8	Isabel	F	58	Congo	Viúvo	Livre ou Lib	

Tabela 4 – Domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Neste ano, além de Isabel, listada como “africana”, Ana, Sabina e Maria Ribeira, mulheres distinguidas pelo designativo crioula, são agregadas no domicílio de Maria Rosa do Espírito Santo (Tabela 5). Desta vez, o problema que fica é: por que Ana, Sabina e Maria Ribeira deixam de ser agregadas ao longo da década de 1830 e Isabel continua agregada ao mesmo domicílio? Mais uma vez, recorreu-se aos registros de batismos e, conclui-se o que é dúvida na trajetória de Maria Rebolo: Isabel continuava agregada ao mesmo domicílio por manter-se próxima a sua família.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Maria Rosa do Espírito Santo	F	60	branco	viúvo	livre	Lavrador
2	Modesto	M	26	crioulo	solteiro	escravo	
3	Francisco	M	24	crioulo	solteiro	escravo	
4	Romualdo	M	30	crioulo	solteiro	escravo	
5	Francisco	M	25	africano/preto	solteiro	escravo	
6	Maria	F	18	crioulo	solteiro	escravo	
7	Ana	F	12	crioulo	solteiro	escravo	
8	Isabel	F	46	africano/preto	solteiro	livre	
9	Ana	F	48	crioulo	solteiro	livre	
10	Sabina	F	7	crioulo	solteiro	livre	
11	Maria Ribeira	F	70	crioulo	solteiro	livre	

Tabela 5 – Domicílio chefiado por Maria Rosa do Espírito Santo, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.





Cabe notar que em 1839, Isabel é listada como viúva e em 1831, solteira. Apesar de ser possível ter se casado em enviuvado neste curto período de tempo, este não é o caso em questão. Quando procurada nos assentos de batismo, encontro uma Isabel, ora Benguela, ora Angola, escrava de José Teixeira de Oliveira (esposo de Maria Rosa do Espírito Santo) indo a pia batismal batizar cinco filhos entre os anos de 1804 e 1820. Dentre eles, Modesto, o qual ainda era cativo na década de 1830.

Porém, a reconstituição das relações de sociabilidades por ela traçadas na pia batismal elucidam uma série de mecanismos e estratégias acerca do seu caminho à liberdade. No ano de 1804, no dia 8 de julho, é sacramentado o batismo de sua filha Joana, primeira e única filha natural.<sup>25</sup> Os padrinhos escolhidos são Antônio, na ocasião – e somente nesta – descrito como “pardo”, escravo do Padre Joaquim Araújo Correia e Ana Joaquina, sem qualquer descrição sobre sua condição e cor, porém, destacada como agregada de Domingos Gonçalves Moreira, o que deixa claro tratar-se de uma mulher livre ou liberta.<sup>26</sup> Em dezembro do ano seguinte é sacramentado o batismo de Modesto, filho legítimo de Isabel Benguela e Antônio Crioulo, ambos cativos de José Teixeira de Oliveira.<sup>27</sup> A partir destes dois ritos batismais, destacam-se alguns aspectos: muito provavelmente Joana e Modesto eram filhos do mesmo pai, Antônio Crioulo, apenas não discriminado no primeiro assento de batismo pelo rigorismo do pároco responsável com as normas eclesiásticas. Por outro lado, supõe-se que a paternidade velada no batismo de Joana foi devotada através do apadrinhamento.

Analisando a trajetória do Padre Joaquim Araújo Correia, detectamos que ele foi pároco em capelas filiadas à Matriz de Piranga entre os anos finais da década de 1780 e início de 1800, deixando o cargo para ocupar o posto na Capela da Vargem, na freguesia da Sé de Mariana, conforme informações contidas em assentos de batismos sacramentados na paróquia de Piranga nos quais ele atuou como padrinho através de procuradores.<sup>28</sup> Deste modo, supõe-se que Antônio “pardo”, padrinho de Joana, é o mesmo Antônio “Crioulo” pai de Modesto, o qual, na iminência de ter de acompanhar seu senhor e deixar para trás sua família, se mobilizou de forma a garantir sua permanência na localidade.

<sup>25</sup> Os filhos naturais são aqueles nascidos de relações consensuais não oficializadas pela Igreja.

<sup>26</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 83.

<sup>27</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 8, folha 138.

<sup>28</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 36.

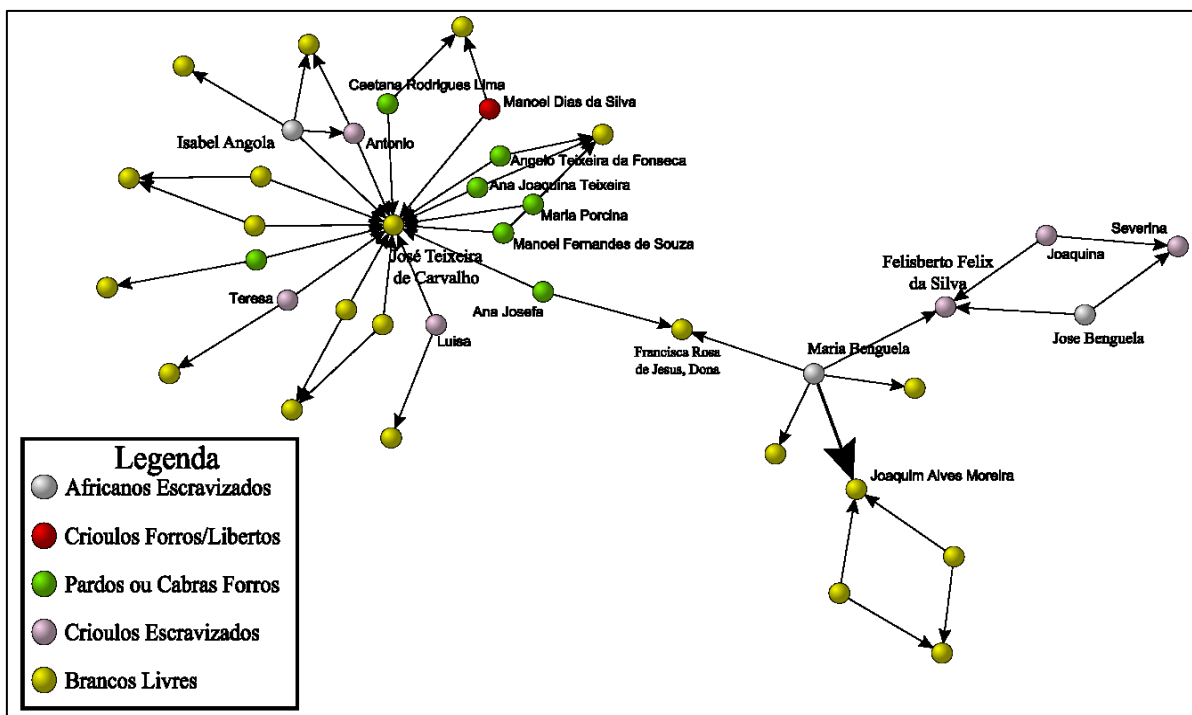


Imagem 2 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1805. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Na análise da trajetória de Isabel, construímos as redes de compadrio cronologicamente, conforme iam sendo batizados os seus filhos, averiguando suas estratégias e o contexto das sociabilidades que a permeavam. Através da Imagem 2, vemos que no batismo dos dois primeiros filhos, à exceção de Antônio, que como vimos sacramentou a paternidade através do parentesco espiritual, suas escolhas recaíram sobre indivíduos livres e “brancos”, ou, pelo menos, sem a cor declarada, e dentre eles o Alferes José Teixeira de Carvalho, atuante em todos os estratos da hierarquia social e recorrentemente escolhido como padrinho.

Todavia, chamamos atenção para a outra extremidade desta Imagem 2, a “sub-rede” constituída pelas escolhas realizadas por Maria Benguela. Dentre elas, destacamos as escolhas que recaíram sobre Felisberto Félix da Silva, crioulo escravizado, padrinho de filhos de outros crioulos e africanos escravizados, o que constitui um universo peculiar de sociabilidades afrodescendentes dentro desta rede de relações de compadrio. Através da Imagem 3, averigua-se que é exatamente para esta porção da rede que Isabel e Antônio irão mirar suas relações ao nomearem Felisberto Félix da Silva, agora um crioulo forro, como padrinho de Saturnino, nascido em 1813 e como madrinha Joana Coelho, também crioula e forra.<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 125.

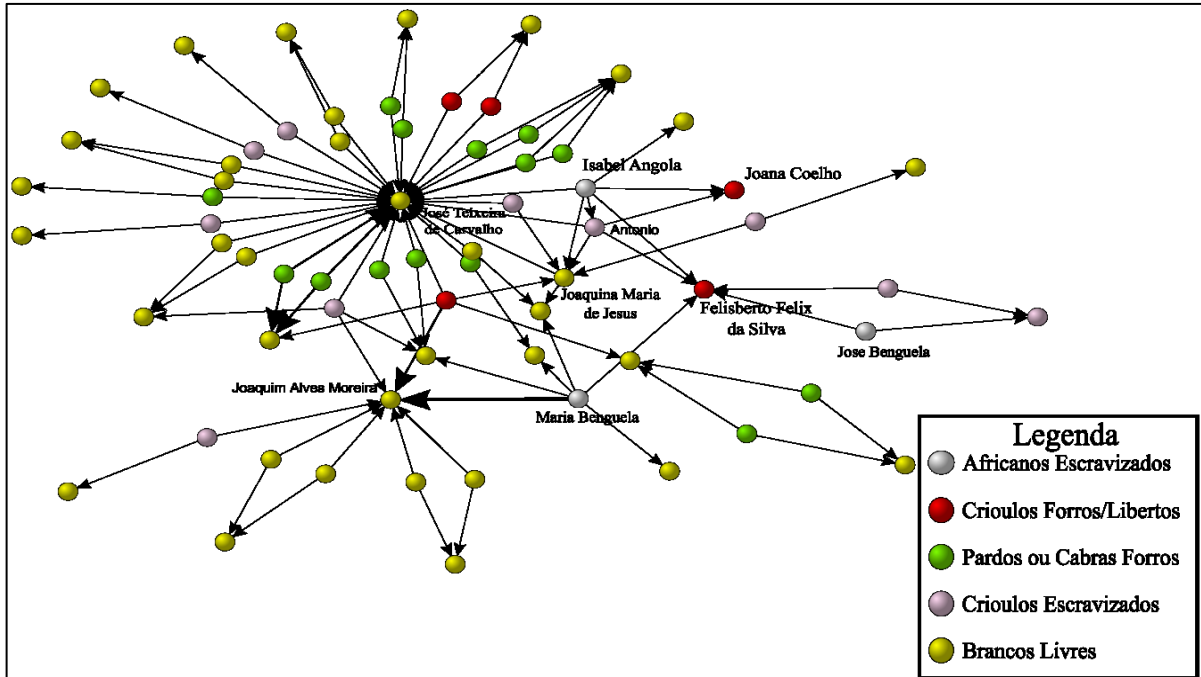


Imagem 3 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1813. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).

Neste ínterim, tornam-se complexas as relações firmadas por seus compadres e entre outros envolvidos nesta rede social. Destaca-se que Joaquina Maria de Jesus, mulher livre e branca, além de ter servido como madrinha de Modesto, continuou a atuar neste universo relacional dos crioulos escravizados, encurtando hierarquias. Do mesmo modo, Joaquim Alves Moreira, recorrentemente nomeado padrinho, também passa a atuar no mundo dos crioulos escravizados e as amplia até o ano de 1818, quando é batizada Maria, a quarta filha de Isabel e Antônio (Imagem 4).

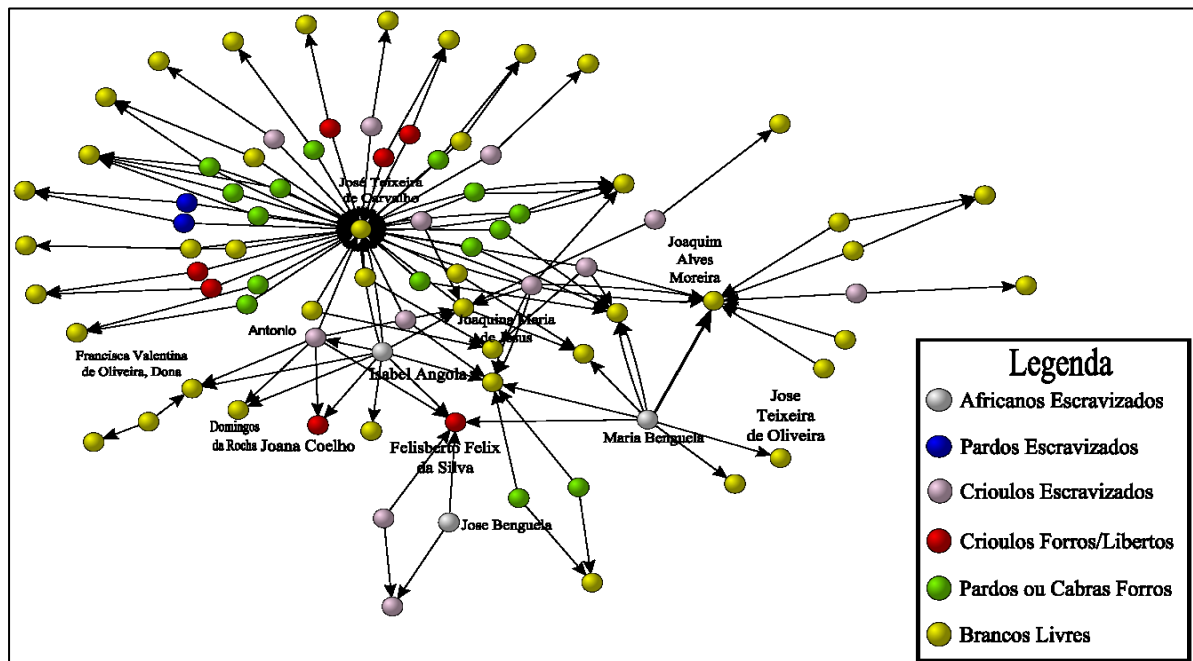


Imagem 4 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1818. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).



Neste sacramento, realizado no dia 20 de maio, os padrinhos escolhidos foram Domingos da Rocha e Dona Francisca Valentina de Oliveira, filhos do capitão Antônio Teixeira de Carvalho, provavelmente aparentados com o proprietário de Isabel e Antônio.<sup>30</sup> Por fim, em outubro de 1820, no batizado de Teresa, recorreram a Joaquim Alves Moreira e Dona Felicidade Joaquina como compadres.<sup>31</sup> Através da análise da Imagem 5, vemos que situam-se na porção central da rede social, onde também encontram-se vários outros indivíduos africanos, crioulos e pardos, livres e escravos, em imbricadas relações com o universo da liberdade.

Em algum momento entre o batismo de Teresa e o recenseamento de 1831, Isabel enviuvou-se e alcançou sua liberdade, sem deixar outros rastros sobre seu paradeiro. Entretanto, uma informação até agora ocultada, é indicativa de como pode ter alcançado sua liberdade. Entre os batizados de Modesto (1805) e Saturnino (1813), Isabel e Antônio deixaram de ser cativos do mesmo efetivo escravo. Enquanto ele continuou como cativo de José Teixeira de Oliveira, ela passou a propriedade do Alferes José Teixeira de Carvalho, agora, seu senhor e compadre, o qual, pelo vínculo de parentesco firmado no ano de 1805, pode ter-lhe concedido a dádiva da alforria.<sup>32</sup>

Ainda, expõe-se outro aspecto interessante neste processo, mesmo cativa do Alferes José Teixeira de Carvalho, a propriedade da prole passou a ser distribuída: Saturnino foi registrado em seu batismo como sendo de propriedade do senhor de seu pai (José Teixeira de Oliveira), assim como Modesto e Joana. Já Maria e Teresa, foram registradas como cativas do novo senhor de Isabel.

---

<sup>30</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 12v.

<sup>31</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 4, folha 54v.

<sup>32</sup> Sobre a temática das alforrias, vários autores destacaram a maior capacidade das mulheres em alcançarem a alforria do que os homens. Dentre outros, ver SOARES, Márcio de Sousa. **A remissão do cativo**: a dádiva da alforria e governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 – c. 1830, Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. p. 101-106; LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Clotilde de Andrade. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol 17, no. 1-2, jan-dez, 2000, p. 17-46.

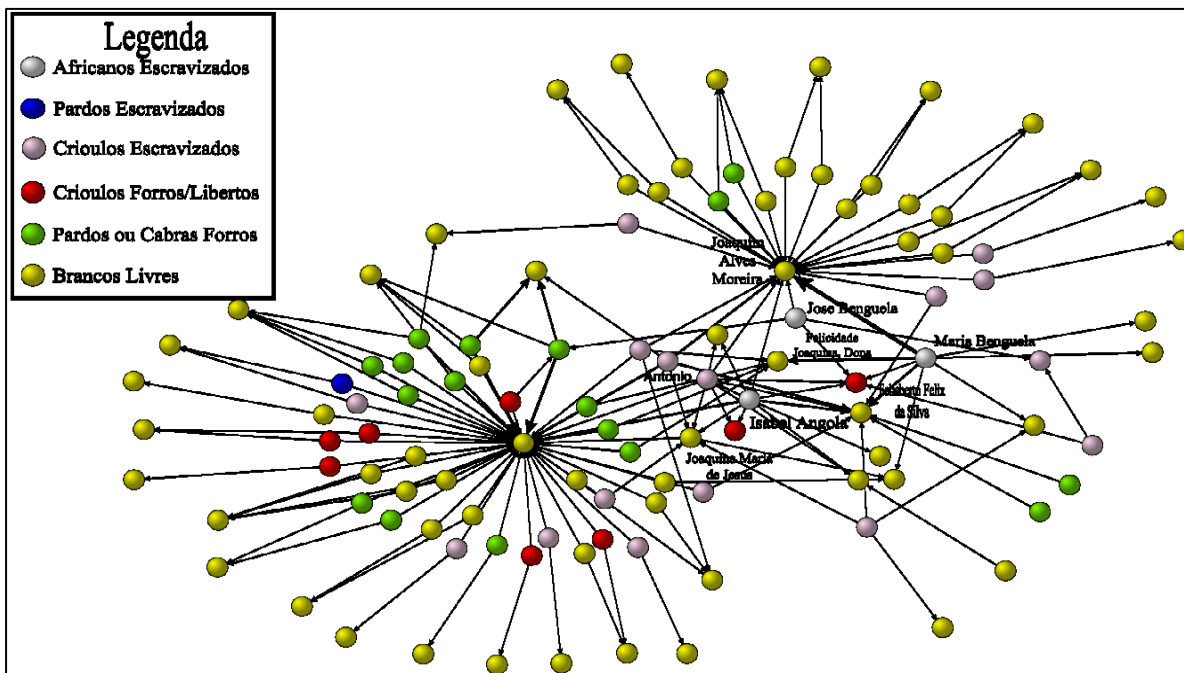


Imagem 5 – Relações de compadrio, Isabel Angola. Paróquia de Piranga, 1796-1820. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

A partir destas informações, sugere-se que Isabel ao alcançar sua liberdade agregou-se ao domicílio onde seu esposo e três filhos eram cativos e, como liberta, visasse acumular pecúlio suficiente para adquirir a liberdade deles ou melhores condições de vida. Talvez esta motivação ainda estivesse em curso quando veio a enviuvar-se, o que pode ter mudado os rumos e exigido maior tempo de acumulação de capital. Certamente o preço da liberdade de Modesto, que em 1831, estava no auge da sua idade produtiva (26 anos, conforme exposto na Tabela 5) era muito maior que o montante exigido pela liberdade de seu esposo, o que justifica a permanência como agregada ao longo da década de 1830, num domicílio de poucos escravos, no qual, sua mão-de-obra certamente era determinante para o pleno funcionamento daquela unidade produtiva.

A última trajetória que irei narrar neste artigo foge à regra até então demonstrada, a saber, de africanos libertos agregados às escravarias onde eram cativos seus familiares. Conhece-se assim, a trajetória de Isabel Benguela, solteira, 40 anos de idade, fiadeira, em 1839 era agregada no domicílio de um jovem casal: Antônio Marçal, pardo, lavrador, 28 anos de idade, casado com Ana Maria, parda, fiadeira, 17 anos de idade (Tabela 6).

n°	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	Antônio Marçal	M	28	Pardo	Casado	Livre ou Lib	Lavrador
2	Ana Maria	F	17	Pardo	Casado	Livre ou Lib	Fiadeira
3	Isabel	F	40	Benguela	Solteiro	Livre ou Lib	Fiadeira

Tabela 6 – Domicílio chefiado por Antônio Marçal, Piranga, 1839. Fonte: APM. Listas Nominativas.



Em 1831, Isabel, carregava o etnônimo Benguela como parte de seu nome, assim como todos os outros cativos africanos do domicílio chefiado pelo pardo livre João Soares e sua esposa Dionisia (Tabela 7). Comparando os dois domicílios, o primeiro elemento a chamar atenção é a presença de crianças cativas, as quais poderiam ser filhas de Isabel Benguela ou Maria. Ainda, uma das crianças chamava-se Ana, mesmo nome da esposa do chefe do domicílio onde Isabel Benguela era agregada em 1839. Finalmente, numa busca pelos assentos de batismo sacramentados na localidade, encontrou-se no ano de 1822, o batismo de Ana, filha natural de Isabel Benguela, escrava de João Soares de Souza. Portanto, no domicílio onde Isabel fora recenseada em 1839, todas as relações entre seus habitantes eram circunscritas por laços familiares: o chefe, sua esposa e sogra.

nº	Nome	Sexo	Idade	Qualidade	Estado	Condição	Ocupação
1	João Soares	M	60	pardos	casado	livre	negociante
2	Dionisia	F	60	pardos	casado	livre	
3	Pedro Benguela	M	50	africano/preto	solteiro	escravo	
4	Felix Benguela	M	30	africano/preto	solteiro	escravo	
5	Francisco Congo	M	16	africano/preto	solteiro	escravo	
6	Isabel Benguela	F	38	africano/preto	solteiro	escravo	
7	Maria	F	50	crioulo	solteiro	escravo	
8	Claudina	F	14	crioulo	solteiro	escravo	
9	Joana	F	8	crioulo	solteiro	escravo	
10	Ana	F	8	pardos	solteiro	escravo	
11	Beatriz	F	16	pardos	solteiro	livre	fiadeira

Tabela 7 – Domicílio chefiado por João Soares, Piranga, 1831. Fonte: APM. Listas Nominativas.

Rastreando outros batismos nos quais Isabel esteve envolvida, constatou-se que Claudina, Joana e Ana eram todas suas filhas, nascidas em 1818, 1820 e 1822, respectivamente.<sup>33</sup> Ainda, cabe notar, Joana foi alforriada na pia batismal, mas, ainda assim, recenseada como cativa em 1831. Assim como nas análises anteriores, reconstruí as relações de compadrio firmadas por Isabel sem deixar de lado o universo relacional de seus compadres, procurando a partir deste procedimento compreender estratégias de mobilidade e ascensão social, bem como a estruturação de hierarquias e das desigualdades sociais.

<sup>33</sup> Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 44; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 46; Arquivo da Cúria Eclesiástica de Mariana – Livros de Batismo. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga, Livro 6, folha 48.

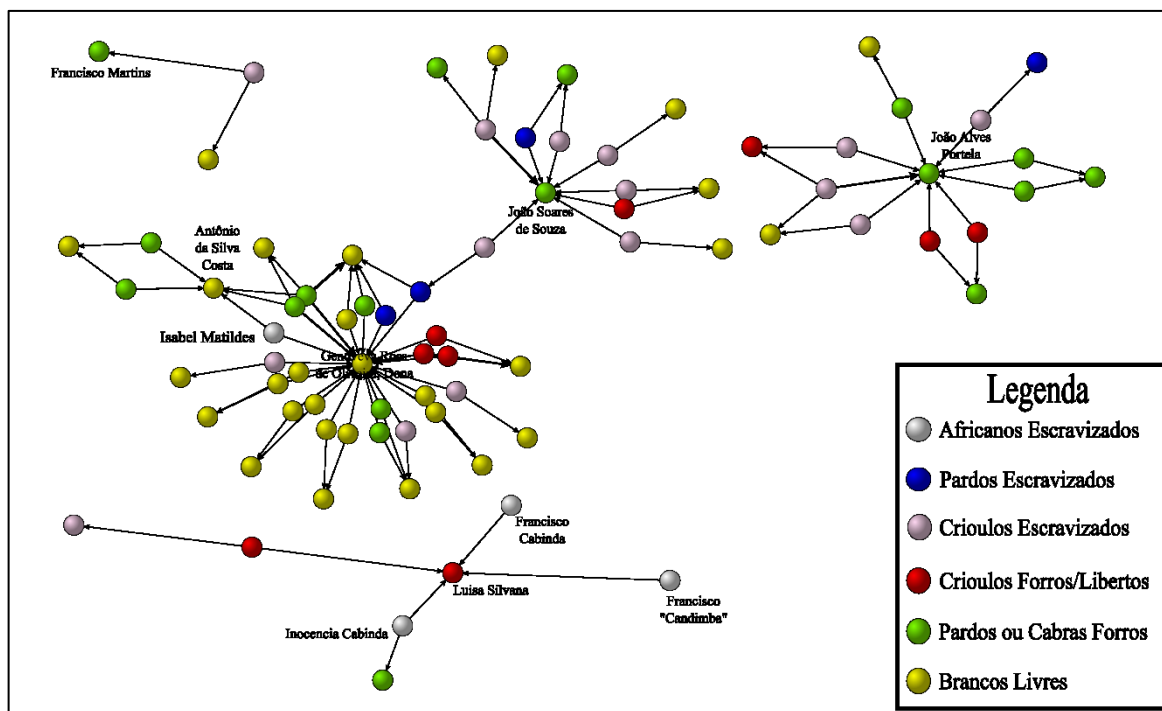


Imagem 6 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1818. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

Deste modo, constatou-se que à época do batismo de Claudina em setembro de 1818<sup>34</sup>, a madrinha nomeada, Dona Genoveva Rosa de Oliveira, já era uma senhora muito bem relacionada, periodicamente escolhida como madrinha e com um leque de atuação extremamente diversificado entre os vários estratos sociais. Também presente nesta rede social, João Soares de Souza, senhor proprietário de Isabel Matildes, até o ano de 1810 carregava o distintivo “pardo forro”, o que nos evidencia seu passado no cativeiro, justificando sua ampla atuação como compadre de muitos cativos e afrodescendentes libertos.

Dois anos depois, no batismo de Joana, como já mencionado, alforriada na pia, os padrinhos foram João Alves Portela e Eufrasia Nogueira, ambos sem nenhuma identificação quanto a condição e cor. Porém, averiguando outros batismos onde João Alves Portela atuou como padrinho, constatou-se que assim como João Soares de Souza, até meados da década de 1800 era referido como “pardo forro”, e também estava socialmente posicionado em constantes relações com o universo dos libertos e afrodescendentes (Imagem 7).

<sup>34</sup> Neste assento de batismo Isabel é Isabel Matildes. Doravante esta será a forma como a mesma será referida.



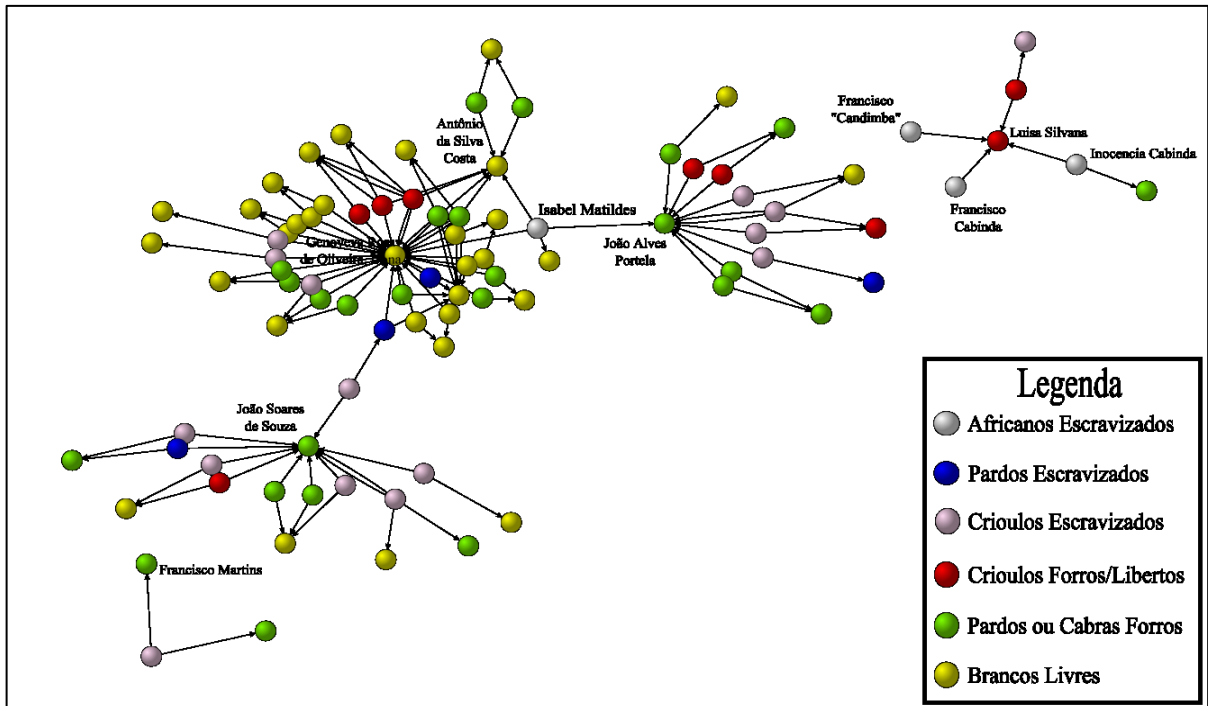


Imagem 7 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1820. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; www.familysearch.org.

No batismo de Ana, novamente um “pardo forro” é nomeado padrinho, Francisco Martins, juntamente com sua mãe Caetana Cardoso, esta, sem menção alguma a sua origem, porém, por ter dado à luz a um cativo, conclui-se tratar de uma egressa do cativo. A partir de todos estes batismos, vê-se que Isabel Matildes integrava-se a uma vasta rede de relações que envolvia o mundo dos libertos e afrodescendentes. Apesar de determinadas recorrências averiguadas em suas relações de compadrio, como a escolha de homens “pardo forros”, o que se detecta da estrutura relacional disposta na Imagem 8 é a diversificação relacional entre distintos setores das sociabilidades que estavam ao seu alcance.

Diferente do emaranhado de relações no qual Isabel Angola estava imersa (Imagem 5), a estrutura relacional da rede de compadrio constituída por Isabel Matildes (Imagem 8) sugere a retomada de um tema caro a teoria social contemporânea: a força dos laços fracos, os quais, apesar de pouca envergadura e muitas vezes periféricos, estruturam as sociedades em que se dão.<sup>35</sup> Grosso modo, o que quero sugerir para as pesquisas históricas sobre a agência social de escravos e libertos? Muitas vezes as explicações de fenômenos sócio relacionais não residem em afinidades altamente hierarquizadas e nas relações de dependência derivadas. Deste modo, outras tantas vezes, devemos procurar os fatos pequenos, os “laços fracos”, aqueles que dão coesão às estruturas sociais. Para

<sup>35</sup> GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, 78, 1973, p. 1360-1380.



ilustrar minha proposição, nada melhor do que retomar esta trajetória de vida no limiar entre a escravidão e a liberdade, cotejando suas estratégias e a formação de suas redes sociais por este viés interpretativo.

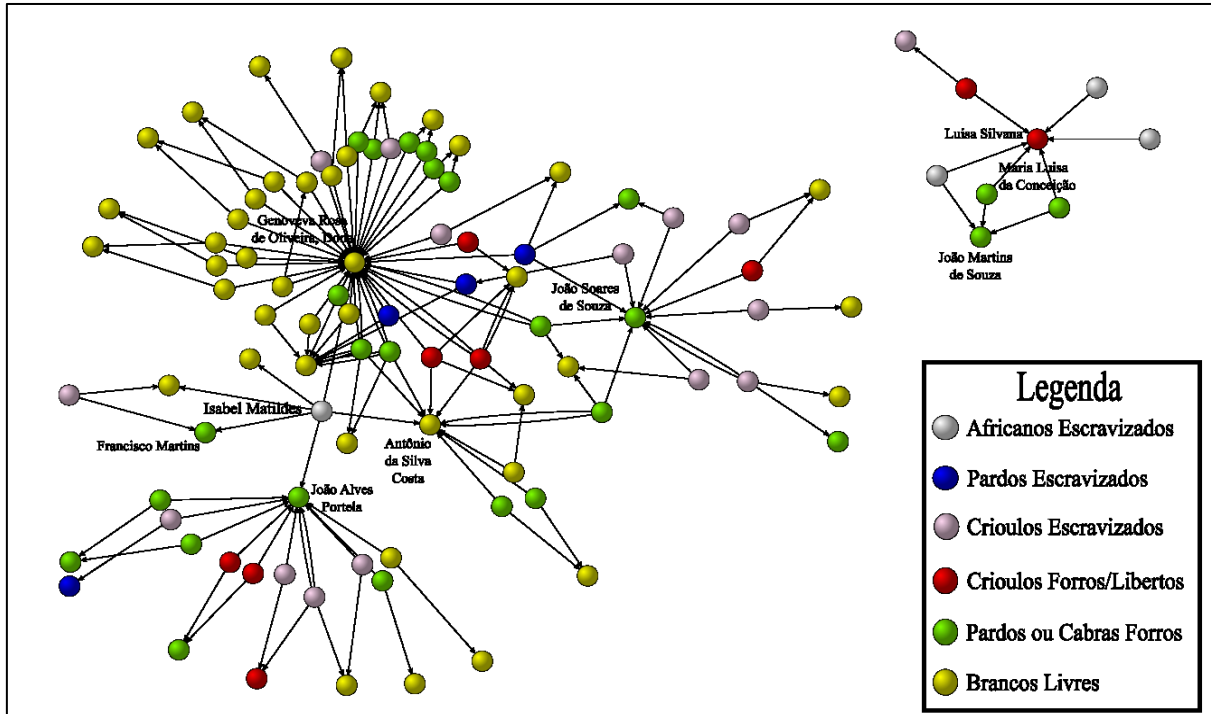


Imagem 8 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1822. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).

Desde o batizado de sua primeira filha, Isabel Matildes nomeou como madrinha uma distinta senhora da localidade, socialmente reconhecida e descendente de uma das principais famílias da região. Depois deste sacramento, do ponto de vista dos valores por nós atribuídos a distinção social vigente, somente compadres situados abaixo na hierarquia social foram escolhidos para apadrinhar Joana e Ana. Imagino que não é exagerado supor que seriam bem aceitas interpretações que delineariam os fracassos de Isabel Matildes em inserir-se nos principais circuitos relacionais da elite escravista da localidade, afinal, há um vício em mecanizar as sociabilidades do passado. Assim, é como se depois de ter alcançado a benção do apadrinhamento de uma importante senhora daquela sociedade, as únicas possibilidades seriam alianças para cima.

Todavia, sua trajetória, no mínimo, demonstra os reordenamentos relacionais que o historiador não deve perder de vista. Eventualmente o plano inicial para inserir-se e ser reconhecida socialmente, fosse os altos patamares da hierarquia socioeconômica, porém, mudanças de planos se fizeram necessárias. Reordenando suas estratégias e expandindo as relações para outros estratos sociais, abaixo na hierarquia, mas, ainda assim, com uma condição alheia ao cativo, Isabel Matildes demonstrou deter o controle sobre as relações de compadrio por ela firmadas. Por



exemplo, pela Imagem 8, averigua-se que as relações por ela traçadas nos batismos de Joana e Ana, 1820 e 1822, respectivamente, só tem acesso ao restante dos indivíduos através da intermediação de Isabel.

Por fim, no canto direito superior há um pequeno componente onde estão situados Luísa Silvana e João Martins de Souza, ela crioula e ele pardo, ambos egressos do cativo. Depois de 1822, quando se sacramentou o batismo de Ana, não foram encontradas outras referências a Isabel Matildes nos assentos de batismo. Porém, para extrema surpresa, em 1839, 16 anos depois, Isabel Matildes volta à pia batismal para batizar sua filha Rita no dia 30 de abril. Os padrinhos são o seu proprietário, João Soares de Souza, e Luísa Silvana, crioula forra, distinguida como esposa de João Martins de Souza (Imagem 9).

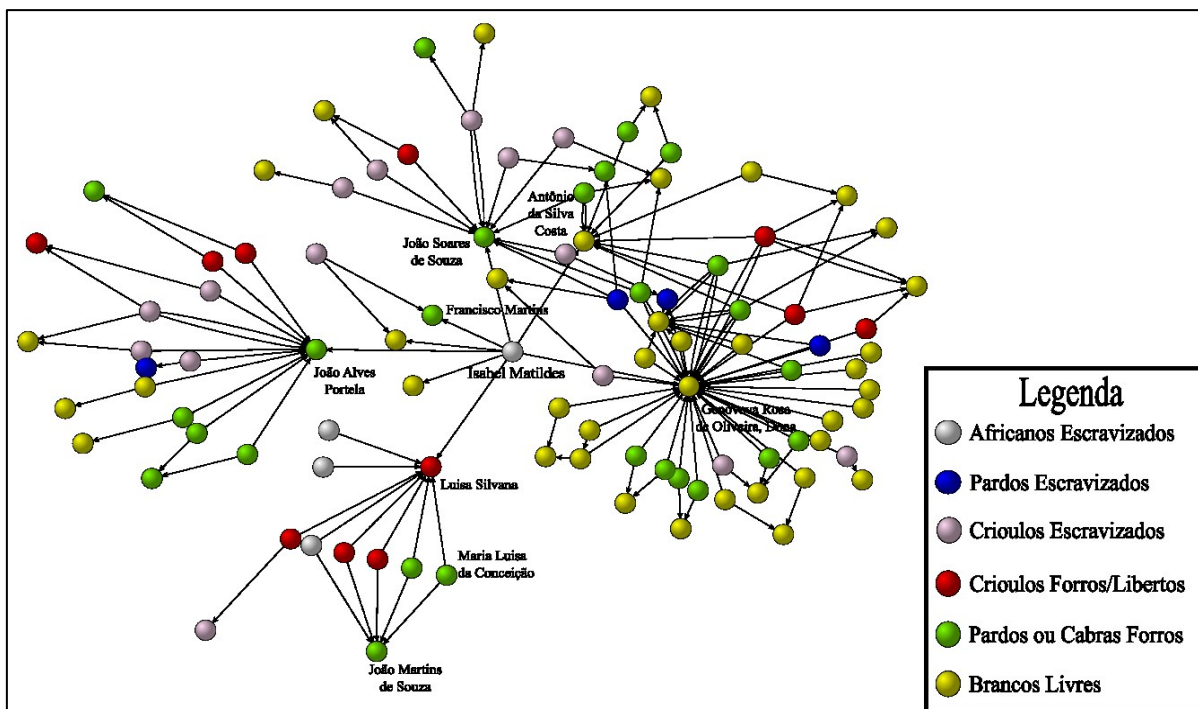


Imagem 9 – Relações de compadrio, Isabel Matildes. Paróquia de Piranga, 1793-1838. Fonte: Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana; Arquivo da Casa Paroquial de Piranga; [www.familysearch.org](http://www.familysearch.org).

A partir deste assento de batismo, fica claro que em 1839, quando foi recenseada agregada ao domicílio de seu genro e filha, era uma recém liberta. Todavia, uma pergunta que me faço e os leitores podem questionar: não teria o pároco responsável pela feitura do assento de batismo a discriminado escrava enquanto a mesma já fosse uma mulher liberta há vários anos, conforme ocorreram nas outras trajetórias aqui narradas? Tendo em vista os diversos aspectos que marcaram a precariedade da liberdade no Brasil escravista, acredito que é plenamente possível aventar esta hipótese.



Ainda, em caso de resposta negativa, considerando-se encontrar qualquer outra evidência que ateste ela ter alcançada a liberdade naqueles meses entre os anos de 1838 e 1839, acrescenta-se a dúvida sobre por que justamente neste último batismo como cativa, a criança foi apadrinhada por seu proprietário? Seria ele o pai desta criança e de todas as outras filhas (Claudina, Joana e Ana)?

Assim sendo, outro questionamento se postula: por que tanto tempo sem ter filhos? Era muito incomum uma mulher permanecer 16 anos sem ter filhos, o que me fez elencar algumas possibilidades explicativas. Primeiro, a ausência de fontes, pois, interrupções nas séries documentais ou uma ou outra página corroída pelo tempo, poderia privar o preenchimento de lacunas nesta trajetória de vida. Outra possibilidade é a alta mortalidade, mas, fico em dúvida se por tanto tempo não teria sobrevivido um filho sequer? E por fim, deve-se trabalhar com a possibilidade da morte precoce do seu companheiro, pai de suas outras filhas, quando estas ainda eram crianças, e ao longo destes 16 anos, nenhum relacionamento estável tivesse proporcionado filhos. Eventualmente, em finais da década de 1830, um novo companheiro abriu as portas para a alforria, gestando-se uma nova família no limiar da escravidão e da liberdade.

Todos estes questionamentos carecem de outras fontes de pesquisa, além de novas reflexões sobre as trajetórias de africanos libertos nas Minas Gerais. Por ora, ficam apenas como apontamentos sobre a agência e estratégias de indivíduos libertos que tiveram que lidar cotidianamente com a precariedade de sua condição.

### **Conclusão**

Este artigo, a partir das trajetórias de três mulheres libertas, explorou diversas possibilidades de análise das estratégias do universo relacional dos afrodescendentes livres no passado brasileiro. Ao mesmo tempo, algumas trajetórias reforçam a tese da precariedade da liberdade no Brasil, como nos casos de Maria Rebolo e Isabel Angola, mulheres que mesmo tendo alcançado sua liberdade, continuaram vivendo nas mesmas senzalas onde foram feitas cativas.

Por sua vez, a trajetória de Isabel Matildes entre a escravidão e a liberdade, apresenta uma mulher que além de ter alcançado sua liberdade, foi capaz de alçar suas filhas a esta condição, lançando mão de escolhas relacionais imersas no universo dos africanos e afrodescendentes libertos, o que aponta para as várias faces que hierarquizavam a sociedade brasileira.

O que quero dizer com isso? Nem sempre as relações entre indivíduos africanos, crioulos, pardos, livres ou libertos e a população branca se restringiam a hierarquias verticais, nas quais, sempre o patamar mais alto é o objetivo. Mas, vez por outra, como demonstrei na trajetória de Isabel Matildes, mulheres lançaram mão de vínculos horizontais, os quais, também abriam portas



para o universo da liberdade. Assim, postulo que estas relações, se bem vasculhadas, possuem um alto potencial em revelar traços distintivos das sociabilidades que integravam, pelos seus antônimos, as diversas camadas que compunham a sociedade brasileira do século XIX. Desta forma, espero com este artigo ter apresentado possibilidades e, quem sabe, a partir delas incitar novas reflexões que se debrucem sobre o universo dos africanos libertos no Brasil do século XIX.



# Interfaces do movimento abolicionista brasileiro: a imprensa abolicionista alagoana (segunda metade do século XIX)

Interfaces of the Brazilian abolitionist movement: the Alagoan abolitionist press (second half of the nineteenth century)

**Ricardo Alves da Silva Santos**

Mestrando em História

Universidade Federal de Alagoas

riccardo\_alves@hotmail.com

**Recebido em:** 21/12/2017

**Aprovado em:** 24/01/2018

**RESUMO:** Este artigo traz resultados parciais da pesquisa em andamento que tem como tema “Abolicionismo e trabalho juridicamente livre em Alagoas: um olhar sobre a história social do trabalho em Alagoas (segunda metade do século XIX)”. Ao abordar o escravismo no Brasil do século XIX, a maioria dos livros de história trazem esse século como o de transição do trabalho escravo para o livre, este como um dos requisitos para a instauração do capitalismo, portanto para a modernidade tendo seu marco a abolição da escravatura em 1888. Na atualidade e a partir das novas vertentes historiográficas, as pesquisas buscam analisar a formação e atuação do movimento abolicionista debatendo o fim da escravidão relacionado ao avanço do capitalismo, entendendo o trabalho juridicamente livre como uma metamorfose do trabalho escravo, suas rupturas, mudanças e permanências. A abordagem da escravidão oitocentista tratada nesta pesquisa, tendo a imprensa como fonte, busca analisar as interfaces do movimento abolicionista brasileiro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abolicionismo, Imprensa, Capitalismo.

**ABSTRACT:** This article presents partial results of the ongoing research that has Abolitionism and legally free work in Alagoas: a look at the social history of work in Alagoas (second half of the nineteenth century). In addressing slavery in nineteenth-century Brazil, most history books bring this century as the transition from slave to free labor, as one of the requirements for the establishment of capitalism, and therefore for modernity, with its milestone abolishing of slavery in 1888. In the present and from the new historiographical aspects, the researches look for to analyze the formation and action of the abolitionist movement debating the end of the slavery related to the advance of the capitalism, understanding the work juridically free like a metamorphosis of the slave labor, its ruptures, changes and permanencies. The approach of the nineteenth century slavery treated in this research, with the press as a source, seeks to analyze the interfaces of the Brazilian abolitionist movement.

**KEY WORDS:** Abolitionism, Press, Capitalism.



## Apresentação

No centenário da abolição, Ciro Flamarion Cardoso (org.) junto com Hebe Castro, João Fragoso e Ronaldo Vainfas, se dispuseram a revisar criticamente a bibliografia sobre o escravismo brasileiro, com questionamentos aos modelos explicativos e apontando para novas perspectivas sobre a escravidão e a abolição no Brasil, a partir das produções acadêmicas cujos temas versam não somente sobre os aspectos econômicos, mas também acerca das estruturas político-sociais que culminaram com o fim da escravidão no Brasil. Desmistificando conceitos totalizantes e abrindo debates acerca do abolicionismo, Cardoso indica que estudos a partir de 1960 trazem novas abordagens no sentido de corrigir erros anteriores enfatizando um processo estrutural complexo de transição e tende a analisar o movimento abolicionista na perspectiva da luta de classes, desconstruindo as tendências historiográficas que constantemente descreviam “os escravos como ‘vítimas passivas’ despertadas pelos abolicionistas; ou então como rebeldes, mas impossibilitados [...] de conferir sentido político as suas ações, por não poderem desenvolver uma consciência específica de classe [...]”<sup>1</sup>. Em suma, a história da abolição foi escrita por uma elite branca que determinou que “os escravos negros lutaram, no processo de destruição do escravismo, sob a direção do ‘branco redentor’”<sup>2</sup>.

Ao seguir essa vertente, Rafael Marquese e Ricardo Salles, em *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, concordam com Cardoso ao dizer que a produção de uma nova historiografia da escravidão no Brasil deu-se a partir dos anos 1970 quando “verificou-se a profissionalização definitiva do ofício da história por meio da criação dos primeiros programas nacionais de pós-graduação”<sup>3</sup>. Partindo dessas premissas, os estudos atuais sobre o escravismo e o abolicionismo brasileiro buscam analisar essas interfaces a luz de novos conceitos e vertentes históricas. Assim, novos atores e autores ocupam a nova historiografia da escravidão no Brasil enfatizando o protagonismo escravo, observando que “violências e lutas cotidianas e isoladas dos escravos contra seus senhores sempre criaram um clima tenso nas relações escravistas, ao longo da história da escravidão, no Brasil e no mundo”<sup>4</sup>. O resgate da reação escrava contra a ordem escravista dá novo rumo à compreensão do processo de abolição. Sob essa ótica, os historiadores agora se dedicam a escrever uma história na intenção de preencher lacunas e corrigir erros passados.

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). **Escravidão e abolição no Brasil**: novas perspectivas. Jorge Zahar Editor – Rio de Janeiro, 1988, p. 85.

<sup>2</sup> \_\_\_\_\_. **Escravidão e abolição no Brasil**, p. 85.

<sup>3</sup> MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**: Cuba, Brasil, Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 100.

<sup>4</sup> \_\_\_\_\_. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**, p. 119.





## A escravidão do século XIX sob novas perspectivas

Tornou-se comum na historiografia tratar a escravidão oitocentista como um todo homogêneo, onde na segunda metade do século, vê-se o sistema escravista ameaçado pelo avanço do capitalismo o qual propunha uma forma de trabalho mais “humanitária” e mais “civilizada”. Discurso esse que teria impulsionado os movimentos antiescravistas na Europa e nas Américas. O problema, pois é que ao conceber o escravismo do século XIX a partir dessa visão, acaba-se por desprezar a heterogeneidade e as múltiplas faces da escravidão moderna desde sua instauração no século XVI até chegar aos anos 1800, conhecido como o século antiescravista ou da libertação.

Fruto de um intenso debate que se arrasta desde a assinatura da Lei Áurea, a abolição da escravatura no Brasil necessita ainda de muitas respostas para os seguintes questionamentos: “como a instituição se manteve no século XIX, e por que sua abolição ocorreu tão tarde? Quem a promoveu? Qual o papel desempenhado pelo escravos nesse processo?”<sup>5</sup>. Para responder a esses e a outros questionamentos os estudos recentes sobre o escravismo são direcionados por uma ótica pouco usual, como por exemplo, ver a escravidão no Brasil a partir da obra de Thompson, *A formação da classe operária inglesa* que reflete as transformações da sociedade inglesa no contexto do capitalismo industrial, ressaltando as experiências e ações coletivas da classe trabalhadora em oposição às classes superiores, evidenciando formas de resistência, adaptações, negociações e acomodações em meio a consolidação do capitalismo industrial na Inglaterra. No tocante a isso, “as perspectivas antropológicas de Thompson contribuiram, assim, tanto para renovar a pauta das pesquisas sobre grupos sociais com perspectivas culturais marcadas pelo costume como para questionar a passividade do proletariado [...]”<sup>6</sup>, que neste caso o escravizado.

Falar do escravismo do século XIX com referências a obra de E. P. Thompson soa como uma antagonismo profundo e uma relação incompatível, pois para os opositores dessa associação, seus estudos estão cronológica e socialmente distantes da problemática negra oitocentista do Brasil. Mas em um artigo instigante de Silvia H. Lara, encontramos as ligações e a relação entre os conflitos sociais da Inglaterra do século XVIII e a experiência negra do Brasil do século XIX:

Ao tratarmos da escravidão e das relações entre senhores e escravos, tanto quanto ao tratarmos de qualquer outro tema histórico, lembramos, com Thompson, que as relações históricas são construídas por homens e mulheres

---

<sup>5</sup>MARQUESE & SALLES. *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, p. 101.

<sup>6</sup> NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: *Tempo Social*, revista de antropologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006. (pp. 217-240). p. 221.



num movimento constante, tecidas através de lutas, conflitos, resistências e acomodações, cheias de ambiguidades. [...] <sup>7</sup>

Lara nos lembra ainda que Brasil e Inglaterra tinham relações econômicas bem estruturadas e que tanto o tráfico de africanos quanto o fim da escravidão no Brasil, teve influência direta do capital inglês e aponta para a influência thompsoniana nos estudos atuais do escravismo no Brasil a partir do uso do termo paternalismo. Nesse sentido, João José Reis e Eduardo Silva citam Thompson para analisar o paternalismo descrevendo os aspectos fundamentais que envolviam senhores e escravizados para mais adiante concluir que se deve entender o termo não como uma concessão fácil e fruto da bondade do senhor, mas como uma forma de controle mais eficaz do que o chicote do feitor. Acrescentam ainda que Genovese utiliza o termo no sentido de que o dominado aceita o sistema desde que sejam respeitados certos direitos e privilégios, e também que seja possível a barganha onde ele reconhece deveres a cumprir.<sup>8</sup> Nessa perspectiva Ângela Alonso também nos direciona para a influência de Thompson ao determinar que “a reação à explicação estruturalista compôs outra vertente, popular nos anos 1980, que virou o farol para os agentes. Em vez dos grandes líderes, buscou, inspirada em E. P. Thompson, os anônimos e vencidos da história da abolição”<sup>9</sup>.

Ao observar os ingleses, Peter Linebaugh e Marcus Rediker falam do efeito bumerangue em que os conflitos ocorridos na Inglaterra dos séculos XVII e XVIII chegaram a América através dos considerados indesejados (pobres, escravizados, criminosos) e retornavam a Europa como um monstro que atormentava as metrópoles. Em analogia ao mito grego da hidra, Hércules é apresentado como o progresso e a ordem representado os governantes que lutavam contra a hidra: a desordem e os conflitos, na busca constante do controle sobre os dominados. Diante dessas observações, os autores afirmam que

desde o começo da expansão colonial inglesa, na alvorada do século XVII, até a industrialização metropolitana do início do século XIX, governantes usaram o mito de Hércules e da hidra para descrever a dificuldade de impor a ordem em sistemas de trabalho cada vez mais globais, apontando aleatoriamente plebeus embrulhados, delinquentes deportados, serviçais contratados, extremistas religiosos, piratas, operários urbanos, soldados, marinheiros e escravos africanos como cabeças numerosas e sempre cambiáveis.[...] <sup>10</sup>

<sup>7</sup> LARA, Silvia Hunold. Blowin`in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: **Projeto História**, nº 16, PUC-SP, fevereiro de 1995, (p. 43-56). p. 46.

<sup>8</sup> REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 102.

<sup>9</sup> ALONSO, Ângela. O abolicionismo como movimento social. In: **Novos Estudos – SEBRAP** – nº 100, p. 115-137. Novembro de 2014. p. 118.

<sup>10</sup> LINEBAUGH, Peter e REDIKER, Marcus. **A hidra de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. Tradução Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 11-12.



Se atendo ao escravismo no Brasil do século XIX, em seu início, observa-se o efervescente questionamento a essa ordem nas colônias e ex-colônias da América como um prolongamento das transformações de ordem política e econômica ocorridas nas metrópoles e ex-metrópoles. Sendo a hidra o conflito e suas cabeças as várias fases desse conflito, segundo o mito, é necessário cortar a cabeça central para pôr um fim ao monstro. O problema está, pois em identificar a cabeça central. Os conflitos desencadeados ao longo dos séculos XVIII e XIX não podem ser compreendidos sob um único ponto de vista, pois como indicam os autores, a hidra tornou-se um meio de explorar a multiplicidade, o movimento e a conexão, as longas ondas das correntes planetárias da humanidade.<sup>11</sup>

Conscientes de que o fim da escravidão no Brasil foi decorrente de fatores internos e externos, e que a influência inglesa foi marcante, porém não única no processo de desestruturação do trabalho escravo tendo como marco o século XIX, Dale W. Tomich em *Pelo Prisma da Escravidão*, propõe uma interpretação da escravidão moderna como uma parte integrante da formação histórica da economia capitalista mundial.<sup>12</sup> Em sua análise, a economia capitalista criou múltiplas formas de exploração econômica, dessa maneira, é necessário por vezes, desconstruir e reconstruir conceitos, para depois recompor os paradigmas escravistas da atual historiografia para repensar a escravidão oitocentista. Escravidão e capitalismo até então vistos como incompatíveis, na obra de Tomich se tornam possíveis, ou seja, a escravidão é abordada como uma das formas possíveis de existência do capital de maneira que a escravidão se desenvolveu junto do capitalismo. Mas, não é suficiente adicionar o escravismo a um conceito acabado de capital, antes porém, é preciso repensar a totalidade das relações de capital para que assim, a escravidão e as diferentes relações de trabalho não-remunerado sejam incluídos.<sup>13</sup>

O âmago da obra de Tomich consiste em analisar e associar a escravidão do século XIX e suas várias facetas, ao avanço do capitalismo que determinou as condições favoráveis em âmbito local para a transição à uma economia e uma sociedade pós-abolição.<sup>14</sup> Outra grande inovação proposta por Tomich é conceber uma visão marxista da escravidão, uma vez que capitalismo e escravidão são tratados como antagônicos e que, para um existir o outro tinha de desaparecer. Rompendo esse paradigma, *Pelo Prisma da Escravidão* apresenta a aproximação entre ambos, situando a escravidão do século XIX como uma “segunda escravidão”, debatendo o trabalho

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **A hidra de muitas cabeças**, p. 14.

<sup>12</sup> TOMICH, Dale W. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**; tradução Antônio de Pádua Danesi; revisão técnica Rafael Bivar Marquese. – São Paulo: Edusp, 2011. p. 14.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 15.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 16-17.



escravo como uma das formas possíveis de relação de trabalho para a reprodução ampliada do capital. Assim, vejamos como o Brasil se insere nesse contexto.

### **Trabalho escravo e trabalho livre no século XIX**

O Brasil, um país escravista agroexportador, se vê inserido na emergente economia mundial. No artigo *O passado escravista em um presente capitalista*, Marcos Marinho coloca que o capitalismo desenvolvido no Brasil se estruturou diretamente a partir do escravismo colonial em comparação a Europa, onde o capitalismo adveio da desestruturação do feudalismo. Isso implica dizer que o capitalismo tem origens distintas em determinadas regiões, sendo distintas também suas estruturas de trabalho. O referido artigo também ressalta que o modelo estabelecido pela atual historiografia é a divisão e distinção entre capitalismo e escravidão.<sup>15</sup> Citando um estudo de Genovese, em que aborda a temática e datado de 1967, e partindo da observação do modelo escravista do sul dos Estados Unidos, Tomich avalia que as relações entre escravismo e capital passam a ser concebidas como sistemas socioeconômicos distintos, sendo a relação senhor-escravo a definição da economia escravista e o trabalho assalariado como sendo uma característica exclusiva da economia capitalista. Assim foi assentado na historiografia, a associação da escravidão ao atraso e do capitalismo à modernidade. Prova disso foi a Guerra de Secessão americana em que o Norte industrializado (moderno) rivalizou com o Sul escravista (atraso). Este embate não se deu apenas na guerra civil americana, mas também na historiografia e perdura até nossos dias.

Para entender a economia e os contornos da sociedade escravista no Brasil, deve-se observar as peculiaridades da metrópole portuguesa que segundo Marinho, está fundamentado na concentração do poder, este proveniente da posse da terra e de escravos, produzindo uma “hierarquia social excludente”<sup>16</sup>. Conclui que a dificuldade de associar a escravidão ao desenvolvimento do capitalismo está no fato de que a aristocracia formada no Brasil, com a posse da terra e da mão-de-obra, impossibilitou o desenvolvimento da burguesia mercantil.

A polarização entre escravidão e capitalismo perde força quando ultrapassadas as fronteiras geográficas e pensando a economia de forma global, pois vemos uma estreita relação quando, nas ideias de Tomich, a estrutura do sistema mundial moderno abarca uma multiplicidade de formas de controle do trabalho cuja linha comum é a participação na produção

---

<sup>15</sup> MARINHO, Marcos de Brito Monteiro. O passado escravista em um presente capitalista: a escravidão brasileira para além do “arcaísmo”. *Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente*. UFRJ, Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015. p. 1-12.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. O passado escravista em um presente capitalista. p. 5.



e a aproximação do valor excedente por via do mercado mundial.<sup>17</sup> Nesse sentido, a escravidão é uma dessas múltiplas formas de trabalho e o senhor de escravo um capitalista, pois operava no contexto de uma economia mundial capitalista.

O capitalismo mundial determinou diferentes formas de trabalho a depender da região produtora. Centro, semiperiferia e periferia são assim caracterizadas pelas relações de produção e de trabalho. Por exemplo, o regime escravista está associado às regiões periféricas produtoras de gêneros tropicais e semitropicais (América) e o trabalho assalariado baseado na indústria, associado às regiões centrais (Europa).<sup>18</sup> Essa divisão, centro-periferia e seus diferentes modos de trabalho foi assim determinada pelo processo de produção, que a depender da região, se adequa a melhor forma de controle do trabalho, que por sua vez é um reflexo do sistema político cujo controle está atrelado aos produtores locais, a “burguesia nativa”<sup>19</sup>. Nessa perspectiva, no Brasil, as dicotomias entre as regiões produtoras podem ser encaixadas nesse contexto, por exemplo, Alagoas (e as províncias do Norte) seriam uma região periférica em comparação a São Paulo (ou as províncias do Sul). Avaliando assim, coloca-se como parte de um constructo que sempre exigirá diálogo entre hipóteses e formulações de abordagem e dados empíricos, por outro. Assim posto, observamos que a escravidão não foi a única forma de trabalho em regiões de periferia. Além do trabalho escravo coexistiram outras formas de trabalho forçado/compulsório que conviveram a medida que ocorria a modernização dos meios de produção. Ou seja, ao mesmo tempo, conviveram diferentes regimes de trabalho: escravidão, colonato, servidão, assalariado, etc. Dessa forma, a abolição da escravatura não mais pode ser entendida como simplesmente a permutação do trabalho escravo pelo trabalho juridicamente livre.

Ao propor o conceito de “Segunda Escravidão”, Dale W. Tomich se dedica a ver a escravidão do século XIX como uma fase distinta dos séculos anteriores em virtude das relações de produção com a emergente industrialização e o mercado cada vez mais global. Como já exposto anteriormente, no período oitocentista, a campanha abolicionista foi alimentada pelo pensamento antiescravista principiando a liberdade humana paralela ao progresso moral e material.<sup>20</sup> De fato, o fim da escravidão é comumente tratado com o pressuposto de que a escravidão é incompatível com o mundo moderno sendo o debate dos estudiosos concentrados

---

<sup>17</sup> TOMICH, *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 13.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 34.

<sup>19</sup> TOMICH. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 35.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Pelo Prisma da Escravidão*, p. 81.



em saber se fatores materiais ou morais foram mais importantes para a extinção do trabalho escravo.<sup>21</sup>

Tomich avalia que até meados do século XIX, o trabalho escravo já se encontrava em declínio devido a fatores políticos e econômicos. Porém, a partir da conjuntura da industrialização inglesa e o conseqüente avanço do capitalismo industrial, que tornou o Império Britânico hegemônico em relação ao mercado mundial, ou seja, as estruturas políticas, sociais e econômicas em todo o mundo estavam direta ou indiretamente relacionada aos modos de produção predominante na Inglaterra. Essa reestruturação do mercado mundial foi sustentada pelos processos de industrialização, urbanização e crescimento populacional.<sup>22</sup>

Rafael Marquese em seu artigo *Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil* trata do conceito de Segunda Escravidão analisando o processo produtivo do Sul dos Estados Unidos e sua relação com a história do Brasil, concebendo que forças estruturais do capitalismo global moldaram a escravidão negra oitocentista nas Américas.<sup>23</sup> Mais adiante faz referência a obra de Tomich concordando que o mundo criado pela Revolução Industrial e o mundo produzido pela expansão da escravidão nas novas fronteiras do espaço americano estão intimamente ligados pelo aumento da produção. Voltando a relação entre Brasil e Estados Unidos, este de rápida e crescente industrialização observada anos depois de sua independência, passou a ampliar seu domínio sobre todo o continente americano. Novos grupos sociais com novos hábitos e costumes, um deles o consumo de café, passou a investir na importação desse produto. Tomich acrescenta que,

A indústria moderna requeria novas matérias-primas num escopo e escala sem precedentes, enquanto o crescimento da população e o desenvolvimento das classes média e trabalhadora predominantemente urbanas na Europa se associaram a novos padrões de consumo aumentaram a dependência da Europa em relação aos produtores periféricos de gêneros alimentícios [...].<sup>24</sup>

Nesse bojo, observa-se que o Brasil a partir dos anos 1830, aumentou significativamente sua produção de café para atender a demanda norte-americana e europeia. Conseqüentemente viu-se a necessidade de mão-de-obra para o trabalho nas lavouras dando início a um novo processo de tráfico negreiro. No tocante a isso, Marquese nos diz que

os quase 500.000 africanos que foram desembarcados como escravos nas províncias do Centro-Sul do Brasil entre 1830 e 1850 representaram a face local

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 82.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 84.

<sup>23</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. In: **Almanak Guarulhos**, n. 05, p. 51-60, 1º semestre e 2013. p. 52.

<sup>24</sup> TOMICH, **Pelo Prisma da Escravidão**, p. 84.



dos processos de escravização em massa promovidos pela expansão da Segunda Escravidão.<sup>25</sup>

Nesse sentido, na perspectiva de que o aumento do contingente de escravos configurou a face do escravismo no Brasil no início do século XIX e que a segunda escravidão reflete a complexidade de descrever a história da escravidão em terras brasileiras, revela o quão é necessário rever conceitos e buscar novos direcionamentos no sentido de compreender os aspectos que configuraram o movimento abolicionista no Brasil, com destaque para seu atraso, seus atores e autores, defensores e opositores da emancipação escrava. Assim, façamos algumas reflexões sobre abolicionismo brasileiro.

### **Alguns aspectos do abolicionismo brasileiro**

Não tendo uma data precisa para o início da campanha abolicionista no Brasil, nos concentramos na segunda metade do século XIX como ponto de partida do movimento abolicionista brasileiro por ser esse o período que concentrou a atuação como um movimento organizado. No tocante a isto, para percebermos as mudanças sócio-políticas da conjuntura da época no âmbito nacional e internacional é preciso realizar reflexões aprofundadas acerca dos motivos que levaram intelectuais, homens de negócios, políticos e também grupos sociais subalternos, como artesãos, assalariados em geral, pobres e “desclassificados”, mas também e principalmente de libertos e escravizados de todas as regiões do país a se envolverem com a causa da abolição da escravidão que persistia em continuar em terras brasileiras.

Nesse sentido, o notório abolicionista, o então deputado Joaquim Nabuco, destacou:

Não há muito que se fala no Brasil em abolicionismo e partido abolicionista. A ideia de suprimir a escravidão libertando os escravos existentes sucedeu a ideia de suprimir a escravidão, entregando-lhe o milhão e meio de homens de que se acha de posse em 1871 e deixando-a acabar com eles [...].<sup>26</sup>

Dessa maneira, segundo o autor, suprimir a escravidão e libertar os escravizados existentes no Brasil do trabalho forçado não seria tarefa fácil, tão pouco se faria do dia para a noite, pois como defendiam os escravagistas, o braço servil era a base da riqueza do país, “era a pedra angular da economia, de partidos e da sociedade aristocrática desde as origens da nação”<sup>27</sup>. Assim, a estratégia inicial dos abolicionistas era a propaganda, direcionada não aos escravizados, mas aos seus senhores e à população livre do país, despertando nestes os horrores do cativo e disseminando os modelos norte-americano e europeu de civilidade e progresso como

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. p. 56.

<sup>26</sup> NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Edições do Senado Federal – Vol. 7. Brasília, 2003. p. 25.

<sup>27</sup> ALONSO, Ângela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 28.





incompatíveis ao regime escravista, desconstruindo as teorias justificadoras da escravidão.

A socióloga Ângela Alonso ao problematizar a trajetória de ativistas políticos contrários a escravidão destaca as associações e manifestações públicas que convergiram no movimento abolicionista brasileiro, fazendo notar que a campanha abolicionista demorou a se configurar no Brasil em comparação a outros países que já o tinham bem estruturado e em pleno desenvolvimento. Afirma ainda, que “sempre houve gente de inclinação antiescravista, mas que o pensamento é diferente de ação”<sup>28</sup>. Observa também, que três mudanças significativas ocorreram no Brasil para que de fato existisse uma mobilização coletiva a ponto de se reivindicar de forma incisiva o fim do trabalho servil. Em face disso, a autora destaca essas mudanças assinalando que:

Uma foi a cena internacional. Um ciclo de abolições se iniciou no século XVIII e, nos anos 1860, atingiu os dois outros grandes escravismos do continente, Estados Unidos e Cuba. Ao se mirarem nesse espelho, os brasileiros se viram prestes a restar como o último escravismo do Ocidente. [...] Outra transformação produziu-se com a aceleração da urbanização [...] e se disseminou um novo padrão de sensibilidade, que redefiniu a escravidão de natural em abominável. A terceira mudança foi de conjuntura política [...].<sup>29</sup>

Ao analisar e complementar a citação acima, destacamos que as abolições ocorridas nos Estados Unidos e em Cuba, a urbanização aliada aos novos hábitos e aos novos pensamentos, fez surgir naquele momento uma nova elite pensante, concentrada nos centros urbanos que buscava alinhar o país ao pensamento civilizatório europeu e logo viria a escravidão como uma abominação. E a nova conjuntura política que aglomerava os anseios de uma sociedade em transformação, contextualizou o início da campanha abolicionista no Brasil, passando-se a questionar o modelo monárquico escravagista e latifundiário. A urbanização apontada por Alonso, é também abordada no trabalho de Antonio Luigi Negro e Flávio Gomes, onde nos dizem que “o crescimento urbano tornaria mais complexas as relações sociais de trabalho numa sociedade escravista”<sup>30</sup>, pois no espaço urbano aumentou-se a oferta de serviços e de mão-de-obra especializada envolvendo a “população negra, incluindo livres e libertos”<sup>31</sup>. A mudança política evidenciada por Alonso, se refere aos embates entre os partidos Liberal e Conservador que na busca por legitimação e prestígio junto a população e por pressão internacional, levaram ao plenário pautas referentes a questão do elemento servil, resultando nas leis abolicionistas.

Reportando-nos ao escrito de Nabuco, nota-se que nos demais países as propagandas abolicionistas foram em grande medida oriundas de movimentos religiosos mantidos e

<sup>28</sup> \_\_\_\_\_. **Flores, votos e balas**, p. 17.

<sup>29</sup> ALONSO. **Flores, votos e balas**, p. 17-18.

<sup>30</sup> NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio. Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. In: **Tempo Social**, revista de antropologia da USP, v. 18, n. 1, junho de 2006. (pp. 217-240). p. 226.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. Além das senzalas e fábricas. p. 228.



sustentados por diferentes igrejas e credos. Alonso aborda essa vertente ao dizer que “o abolicionismo inglês, assim como o estadunidense, contou com estrutura organizacional religiosa de quakers” acrescentando que “as capelas protestantes eram base para a propaganda”<sup>32</sup>. O que não ocorreu em território brasileiro pelo forte vínculo político existente entre Catolicismo e Monarquia.

A Igreja Católica era parte do Estado, e o catolicismo, religião do Estado. A sobreposição de estrutura religiosa e burocracia pública gerava padres-funcionários, sem independência para criticar as instituições estatais como a escravidão, antes incumbidos de legitimá-las [...].<sup>33</sup>

Em face disso, a historiografia confirma que a Igreja Católica por seu turno foi conivente com a continuidade da escravidão porque esta participava da administração colonial em alguns setores e também era percebida como detentora de muitos cativos. “A posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos”<sup>34</sup>. Caio Prado Junior observa que no caso do indígena, os jesuítas e outras Ordens religiosas acolheram e se empenharam na educação destes, e, de certa forma, “contribuiu para manter o indígena afastado nas formas mais deprimentes da escravidão”<sup>35</sup>. Mas o negro teve tratamento diferente por parte da religião.

O negro não teve no Brasil a proteção de ninguém. Verdadeiro “pária” social, nenhum gesto se esboçou em seu favor. E se é certo que os costumes e a própria legislação foram com relação a ele mais benignos na sua brutalidade escravista que em outras colônias americanas, tal não impediu contudo que o negro fosse aqui tratado como o último dos descasos no que diz respeito a sua formação moral e intelectual, e preparação para a sociedade em que à força o incluíram. Estas não iam além do batismo e algumas rudimentares noções de religião católica, mais decoradas que aprendidas, e que eram apenas para formar, com suas crenças e superstições nativas, este amalgama pitoresco, mas profundamente corrompido, incoerente e ínfimo como valor cultural, que sob o nome de “catolicismo”, mas que dele só tem o *nome*, constitui a verdadeira religião de milhões de brasileiros [...].<sup>36</sup>

Na mesma linha de raciocínio, destaca-se o imenso poderio político da religião frente a um país cuja população revelava fortes marcas de um fanatismo religioso. Por essa razão, talvez, a Igreja Católica nunca tinha à época elevado a voz em favor da causa abolicionista. “Tal configuração compeliu os abolicionistas daqui à busca de arena e modelo litúrgico laicos para sua propaganda”<sup>37</sup>. Assim, Nabuco vem dizer que “no Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. Flores, votos e balas, p. 40.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. Flores, votos e balas, p. 40.

<sup>34</sup> NABUCO. O Abolicionismo, p. 38.

<sup>35</sup> PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. – São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 275-276.

<sup>36</sup> \_\_\_\_\_. Formação do Brasil Contemporâneo, p. 276.

<sup>37</sup> ALONSO. Flores, votos e balas, p. 40.



um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte”<sup>38</sup>. Fazendo uma crítica ao que aqui foi exposto sobre a religião, ao generalizar a ausência da atuação da religião católica no abolicionismo brasileiro, Nabuco esquece que, apesar de não se manifestar publicamente, muitas lideranças católicas eram em prol da emancipação escrava e que nos anos finais da escravatura, sem o clamor da religião não haveria adesão em massa de várias camadas da população brasileira ao abolicionismo, tão pouco haveria um movimento de massas. Como fazer algo dessa magnitude e apelo popular no Brasil, sem contar com cristãos católicos? Cabe pensar também até que ponto a religião foi atuante na especificidade do abolicionismo anglo-saxão. Fato é que, o abolicionismo brasileiro foi liderado por pessoas não ligadas diretamente a religião, mas não significa que não eram católicos.

Ao partir dessas premissas, podemos apreender que Nabuco e Alonso definiram que caberia aos homens livres, intelectualizados e de consciência humanitária o cargo do movimento de emancipação no Brasil, inserindo sua campanha e seus ideais no instrumento mais democrático, mais abrangente e de maior alcance na época, o jornal impresso. “Palavras que até meados do século encontravam escassa repercussão passaram a eletrizar auditórios, mobilizar a imprensa, comover multidões e a provocar acalorados debates parlamentares”<sup>39</sup>. Cabe agora algumas considerações acerca da atuação da imprensa como objeto e fonte na pesquisa histórica.

### **A imprensa e o historiador**

Nota-se que no século XIX circulava no Brasil uma diversidade de periódicos onde anunciava-se de tudo, inclusive compras e vendas de escravos, assim como as fugas e recompensas por sua captura. Para tanto, a imprensa atuava na esfera social e política como um meio de ligação entre as diversas regiões do país e de outras partes do mundo.<sup>40</sup>

O jornal era ao mesmo tempo entretenimento, noticiário e espaço político. Este último o seu cerne, pois ao analisarmos a história da imprensa no Brasil desde as suas primeiras publicações, evidenciamos suas raízes políticas na medida em que se constituíram sempre a partir de interesses que viam na imprensa um meio de propagação de suas teorias e aspirações.<sup>41</sup>

---

<sup>38</sup> NABUCO. **O Abolicionismo**, p. 38.

<sup>39</sup> COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 277.

<sup>40</sup> Os trabalhos de Heloisa de Faria Cruz, Tania Regina de Luca, Maria Helena R. Capelato, Lília Moritz Schwarcz e Antônio Alves Bezerra, nos ajudam a pensar sobre o uso da imprensa como objeto e fonte na pesquisa histórica com importantes contribuições teórico-metodológicas.

<sup>41</sup> LUCA, Tania Regina e MARTINS, Ana Luiza (Org.). Tempos eufóricos da imprensa republicana (parte II). In: **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2008, pp.81-175. p. 104.



À luz da robusta produção historiográfica sobre a postura da imprensa brasileira, nota-se que no passado, mas que também no presente, alguns veículos de comunicação têm se tornado instrumento nocivo à sociedade e a própria democracia. Mas, do mesmo modo, podem fazer o contrário, servindo para a civilização, a educação, etc., na medida em que este não só informa, mas a forma como tem silenciado, manipulado ou distorcido as informações no sentido de preservar interesses políticos de um grupo no poder ou para contemplar os seus financiadores, portanto, seu próprio interesse enquanto empresa capitalista. No tocante a isso, Lília Moritz Schwarcz, fazendo uso dos jornais aponta para sua importância como fonte histórica sendo bastante completa e complexa e nos diz que os momentos finais do século XIX “corresponderiam ao período de formação da grande imprensa nacional, isto é, da transformação dos jornais que passavam [...] a grandes e estáveis empresas [...]”<sup>42</sup>.

Ao fazermos algumas reflexões acerca da imprensa escrita enquanto recurso teórico-metodológico nesta pesquisa, observa-se que até meados do século XX os materiais produzidos pela imprensa foram considerados como uma fonte de cunho duvidoso para as pesquisas históricas, portanto, os jornais não eram fontes confiáveis na construção das narrativas históricas, uma vez que eram acusados de trazer em seu bojo intensões, paixões e subjeções de seus autores, com forte apelo tendencioso e de motivações políticas. Nesse interim, destaca-se que a imprensa nasceu sob a égide da política e os jornais têm em sua essência a política. Porém, e como nos ressalta Tania Regina de Luca, foi a partir da terceira geração dos *Annales* que ampliou-se as concepções e o alargamento dos objetos e fontes para além dos registros oficiais.<sup>43</sup>

Ao partirmos desse referencial, observamos que nesse contexto a imprensa é resgatada para, a partir dos novos olhares, descrever historicamente a sociedade de seu tempo. Espelho das transformações e das querelas políticas, sociais e culturais, a imprensa nos oferece assim, grande suporte para compreender e escrever a história de uma determinada sociedade.

No estudo sobre o uso dos periódicos como fonte na pesquisa histórica, Luca nos apresenta as dificuldades e desconfiças em relação a veracidade dos relatos produzidos e veiculados pelos jornais “uma vez que tomavam a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”<sup>44</sup>.

---

<sup>42</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. **Retrato em branco e negro**: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. – São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 16

<sup>43</sup> LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. – 2. ed. – São Paulo: Contexto, 2006. p. 112

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. p. 116



Mesmo envolta nessas sombrias concepções, é inegável que a imprensa nos ofereça um panorama dos mecanismos sociais. Até mesmo sua subordinação a um determinado grupo ou mesmo reflexo dos valores e ideologias de uma época, podem e devem ser analisados sob uma perspectiva historiográfica, cabendo ao historiador direcionar seu olhar para além dos discursos e para além da influência dos grupos dominantes que se apropriaram e se apropriam da imprensa para propagar valores e difundir seus dogmas totalizantes. Destarte, o fator político fez desenvolver no país uma série de publicações que

juntamente com as folhas oficiais, nasciam folhas de oposição nas pequenas cidades, na capital da província ou na própria Corte. Do núcleo regional de oposição saíam outros grupos, multiplicando-se as tendências e aumentando o número de impressos lançados fundamentalmente como instrumento de luta política.<sup>45</sup>

A partir das reflexões das autoras, nota-se que tanto os pró-abolicionistas quanto os contra, lançaram-se a intensos debates através dos inúmeros jornais que passaram a se envolver na luta política e defender seus ideais. O objetivo era claro, moldar a opinião pública. A apropriação da imprensa por determinados grupos não deixava dúvida quanto ao seu uso. Assim, cabe-nos analisar o lugar da imprensa nesse ensejo. Jean-Jaques Becker, assinala que por muito tempo o estudo da opinião pública concentrava-se na leitura de jornais.<sup>46</sup> Porém, as influências e subordinação de um periódico a um determinado grupo causou desconfianças e questionamentos quanto a sua confiabilidade. Prontamente o autor acrescenta que

num país onde a imprensa é livre, todos os aspectos da opinião pública têm chance de se refletir nos jornais: uma análise bem feita, isto é, que faz uma seleção judiciosa, que utiliza uma imprensa tão variada quanto possível, constitui portanto uma abordagem quantitativa da opinião pública que não se deve desprezar.<sup>47</sup>

Por esse viés, não podemos desprezar ainda a importância dos jornais que mesmo com frequência estando atrelados a grupos em disputas e sofrendo pressões diversas, por tudo isso e justamente por isso, fornecem o retrato de uma época, cabendo ao historiador apropriar-se de uma metodologia capaz de determinar as intenções por trás das notícias, pois “seria tolice ignorar que eles [os jornais] não são apenas o meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros”<sup>48</sup>. Destas observações, constatamos que o que deve nortear a pesquisa historiográfica não é o fato em si, mas a percepção do fato.

<sup>45</sup> LUCA E MARTINS. **História da imprensa no Brasil**. p. 104

<sup>46</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, pp. 185-212. p.195

<sup>47</sup> BECKER. A opinião pública. p. 196.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_. A opinião pública. p. 196.



Dentre vários estudos acerca da imprensa como instrumento metodológico de pesquisa, o escrito em tela apropria-se dos argumentos de Igor Fonsêca de Oliveira para desvelar algumas interfaces da imprensa como ferramenta de divulgação de um ideal político e controle da opinião pública, notadamente ao desenvolver a temática *imprensa e medo branco*.

No artigo em questão, o autor apresenta o noticiário da imprensa e outras atitudes dos grupos sociais dominantes na província de Sergipe D'el Rey no século XIX contra as experiências negras de resistência e luta. Em sua abordagem, Oliveira indica as notícias divulgadas pelo *jornal do Aracaju*<sup>49</sup> sobre a aprovação da lei nº 2.040 de 28 de setembro de 1871 mais conhecida como Lei do Ventre Livre. Segundo o autor, o jornal por ele analisado trazia matérias apresentando os efeitos nocivos da citada lei exaltando que “a ineficiência dos fundos de emancipação e da lei geral faria emergir novos conflitos na sociedade escravista brasileira”<sup>50</sup> e nas previsões mais sombrias, a matéria assinalava que a lei despertaria a ansiedade dos cativos que esperavam a liberdade “materializando-se em forma de rebeldias; as fugas e as insurreições tornaram-se cada vez mais parte do cotidiano das províncias”<sup>51</sup>.

Assim, a imprensa oficial da região agiu em favor das elites locais anunciando os crimes cometidos pelos escravizados rebeldes advindos dos quilombos, disseminando o medo e a tragédia que seria para o país se a emancipação escrava fosse concretizada. Ao mesmo tempo, a imprensa omitia que os atos de violência dos negros eram o reflexo de uma vida marcada pelo signo da escravidão e de tudo que ela representava. “A luta do negro contra a escravidão, todavia, era a luta contra a injustiça e a intolerância de uma sociedade débil. O escravo ferido, feria. Agredido, agredia, suas ações eram facetas de enfrentamento de seu processo de coisificação”<sup>52</sup>.

Esse exemplo que vem de Sergipe se refletiu em todos os espaços onde a escravidão era praticada e constantemente acompanhada de resistência e luta. Em Alagoas, por exemplo, não foi diferente. Os temores e incertezas causados pela aprovação da Lei do Ventre Livre se fez sentir de forma bastante incisiva. Para tanto, notamos como o também *Jornal do Penedo*<sup>53</sup>, periódico semanal e órgão do Comércio e Lavoura do Baixo São Francisco e do Partido Conservador do Sul das Alagoas, em sua edição de 10 de novembro de 1876, publicou uma matéria que corrobora

<sup>49</sup> JORNAL DO ARACAJU, edições de 1871 e 1872.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, Igor Fonseca de. *Imprensa e medo branco: A criminalização dos pequenos quilombos sergipanos (1871-1876)*. In: **Revista Projeto História**. São Paulo, n. 35, dez.2007, pp.327-337. p. 327.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_ *Imprensa e medo branco*. p. 327.

<sup>52</sup> OLIVEIRA. *Imprensa e medo branco*. p. 332.

<sup>53</sup> O *Jornal do Penedo*, foi o segundo jornal de Penedo, substituindo O Penedense, de 1869. Suas edições encontram-se disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (1875 a 1871) sendo alguns em péssimo estado de conservação e/ou incompletos; e na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) com publicações de 1875 a 1881 completas.



ao que foi citado anteriormente.

#### AOS LAVRADORES DO BRASIL

O elemento servil no Brasil – seu desaparecimento em 20 anos: ruína completa da lavoura – meditas urgentes no sentido de remediar o mal – meio de substituir o escravo pelo colono, utilizando as fontes de produção atual.<sup>54</sup>

A transcrição do excerto do Jornal do Penedo ao referenciar a Lei (número 2.040) de 28 de setembro, que decretou a emancipação dos escravos no Brasil num período de 20 anos, suscitou várias previsões. Dentre elas, nota-se a ruína completa da maior fonte de riqueza do país, notadamente a lavoura. Apesar de elogiar o grandioso pensamento humanitário que inspirou a Lei, o periódico chama a atenção para uma preocupação geral sobre os rumos da economia do país. Observa, ainda, que o período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre é cheio de perigos e que pode marcar a época da ruína da lavoura e do comércio.

Na sequência, a matéria produzida pelo periódico em questão explicita que:

Não há um só homem no Brasil – nacional ou estrangeiro, político ou agricultor, comerciante, ou industrial, enfim, todos que vivem do seu trabalho ou profissão, que não tenha por alguns momentos refletido, no meio das angústias da nossa crise presente, – quando o país ainda possui fortes elementos de produção – na sorte futura do Brasil, nas incertezas das meditas, no terror das crises, que serão sucessivas e profundas, e na infalível ruína do comércio e da lavoura, únicas fontes de nossa prosperidade.<sup>55</sup>

O excerto citado descortina como o discurso pronunciado por uma elite política exalta o fator econômico como a preocupação maior para uma nação sem levar em consideração as suas interfaces e a sua razão de ser. A lei que motivou um posicionamento claro e direto do periódico citado contrário a abolição da escravidão é remetida a população escrava, no entanto, em publicações como esta, vemos a omissão daquele grupo cuja vida, marcada pelo sofrimento e opressão, pouco ou quase nunca é mencionado.

Concatenado a essa questão, a trajetória da imprensa no Brasil evidência que o século XIX foi marcado pelas publicações impressas quase que exclusivamente de caráter político. Os mesmos eventos políticos do século XIX, em particular, o abolicionismo e o republicanismo que conclamavam o desenvolvimento e a atualização tecnológica apontou para a transição rumo ao mercado.

Entender essa transição (política-mercado) e também as transformações político-sociais que se operavam no Brasil no final do século XIX: trabalho escravo, trabalho livre; regime monárquico, regime republicano; propriedade agrária, produção industrial – determinou a

<sup>54</sup> JORNAL DO PENEDO, 10 de novembro de 1876, ano VI, n. 43, p. 1. Edição disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

<sup>55</sup> JORNAL DO PENEDO, p. 1.





existência de muitos periódicos. Em Alagoas, temos como exemplo o *jornal Lincoln*, órgão exclusivo da propaganda abolicionista, produzido em Maceió em 1881 e que encerra suas atividades em 1888, quando seu objetivo de luta é alcançado. Assim ocorreu com outros periódicos, cuja circulação é determinada pelo sucesso ou derrota de seu projeto editorial. Nesse sentido, a seguir analisa-se a atuação do movimento abolicionista no estado de Alagoas, a partir da problematização dos materiais produzidos pela imprensa enquanto instrumento de poder e de luta.

### **A imprensa abolicionista em Alagoas**

Ao retomar a ideia central desta proposta de pesquisa, nota-se a relevância da atuação do movimento abolicionista em Alagoas através das páginas da imprensa escrita. Nesse aspecto, Moacir Medeiros de Sant'Ana, ao escrever acerca da história da imprensa em Alagoas, aponta para o ano de 1831 como marco da primeira publicação na província. *O Iris Alagoense* nascia como jornal político, literário e mercantil.<sup>56</sup> A partir de então, multiplicaram-se as publicações da imprensa na província de Alagoas acompanhando as mudanças sociais e políticas do país e também das localidades circunvizinhas. Sant'Ana, que atuou como professor e diretor do Arquivo Público de Alagoas (APA), nas palavras de Diegues Junior<sup>57</sup>, trouxe grandes contribuições não só para a história do açúcar, mas também toda uma soma de revelações e dados até então inexplorados pela historiografia, elementos novos arrancados dos velhos documentos do APA, atestando que sua gestão foi mais intelectual que administrativa. E foi em contato com os diversos arquivos e jornais que Sant'Ana produziu diversas de suas obras. Seus estudos nos dizem que a imprensa alagoana atuou fortemente na causa abolicionista. Aponta para o *Jornal das Alagoas* de 1870 como sendo provavelmente o primeiro jornal alagoano a fazer campanha abolicionista, cujo 1º número datado de 2 setembro de 1870, em seu artigo de apresentação declara-se abolicionista.<sup>58</sup> Porém, nossas observações indicam que alguns periódicos mais antigos, mesmo não se declarando abolicionista, sinalizavam em seus artigos o desejo pelo fim do trabalho escravo.

---

<sup>56</sup> Sant'Ana ao referenciar Craveiro Costa (1931, p. 20), indica que o fator primordial da criação deste jornal foi a política e que, o então presidente da Província das Alagoas, Manoel Lôbo de Miranda Henriques, negociou a produção do *Iris Alagoense* em virtude da necessidade e um elemento de transmissão das ideias que agitavam o país e que fosse o anunciador do pensamento naquele período, sendo esse elemento a imprensa. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Primórdios da imprensa em Alagoas**. Maceió: Edufal, 1881 (Catálogo de exposição de jornais alagoanos do passado). – Arq. Pub. Alagoas – Doc. 756. (Coleção autores alagoanos).

<sup>57</sup> Em prefácio à obra *Contribuição à história do açúcar em Alagoas* (SANT'ANA, 1970), Diegues Junior exalta a atuação de Sant'Ana como pesquisador da história de Alagoas considerando-o um pesquisador nato e sobretudo honesto.

<sup>58</sup> Essas e outras informações sobre os jornais abolicionistas em Alagoas encontram-se no Arq. Pub. Alagoas, caixa 682. Documento: governo do Estado de Alagoas; Assunto: exposição de documentos sobre o negro: castigos – imprensa abolicionista.



O *Jornal Mercantil*<sup>59</sup> cuja direção cabia a Boaventura José Castro e Azevedo, tendo publicações em dias alternados, na edição do dia 26 de outubro de 1864, apresenta um artigo elogiando o decreto imperial n.º. 3.310 de 24 de setembro de 1864 que concedia emancipação a todos os africanos livres existentes no Império, dizendo que o “Imperador mostrou por esse ato, verdadeiramente liberal e digno da imperial sabedoria”. Mais adiante defende o fim da escravidão posicionando-se da seguinte forma:

Acabe-se com esta vergonha que nos oprime, tratemos de ir assentando as bases para a grandiosa obra da completa abolição da escravidão, o fato mais degradante, mais bárbaro que pode envergonhar o homem. A escravidão, bem como a pena de morte, são duas nodos de nosso país, de nossas leis, de nossos costumes. São duas anomalias que acham-se em contradição diametral com a Constituição e forma de governo liberal que infelizmente nos rege, posto que as vezes *in romine*.<sup>60</sup>

O excerto retirado do *Jornal Mercantil* defende a abolição da escravidão, mas paradoxalmente anuncia aluguel de escravos: “precisa-se de alugar um negro ou na falta uma negra idosa para o serviço doméstico em casa em Jaraguá [...]”<sup>61</sup>. Nesse contexto, descortina-se a ideia de que a mobilização nacional em prol da emancipação política dos povos africanos escravizados em terras brasileiras ocupa as páginas dos jornais na então Província Alagoas.

A medida que o movimento abolicionista crescia, multiplicava-se em Alagoas clubes e associações abolicionistas que se apoiavam em jornais e periódicos como a *Gazeta de Notícias*, de Maceió surgida em 12 de maio de 1879, e que colocou suas colunas a disposição da Sociedade Libertadora Alagoana<sup>62</sup>, tendo Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior<sup>63</sup> como redator abolicionista. A título de exemplificação, a atuação política deste periódico, faz notar por meio de uma de suas publicações do ano de 1881, os abusos e maus tratos provocados por um senhor de engenho a um de seus cativos:

Ontem foi recolhido a cadeia, de ordem do chefe de polícia, o escravo Pedro, pertencente ao sr. Canuto José Pereira de Lucena, proprietário do engenho Santa Rita, na Boca da Mata, termo de Anadia, que se apresentou à polícia pedindo socorro por se achar ferroadado no pescoço e nos pés com grossas vergas e gancho.

<sup>59</sup> Este jornal encontra-se disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>), constando edições incompletas: 1 exemplar do ano de 1863; 2 do ano de 1864 e 1 exemplar do ano de 1865.

<sup>60</sup> JORNAL MERCANTIL, 26 de outubro de 1864, ano II, n. 129, p. 2. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>). Acesso: 12 de agosto de 2017.

<sup>61</sup> JORNAL MERCANTIL, 26 de outubro de 1864, p. 3.

<sup>62</sup> Surgida em Maceió em 28 de setembro de 1881 a Sociedade Libertadora Alagoana tinha por objetivo promover a propaganda abolicionista em Alagoas, além de arrecadar manumissões para a libertação de escravos.

<sup>63</sup>Ver: SANTOS, Izabela Cristina de Melo. **Manoel Baltazar Pereira Diegues Junior e o ensino em Alagoas (1870-1880): a instrução do trabalhador rural**. UFAL, Maceió – 2016 (dissertação de mestrado).



Ação tão desumana provoca a indignação de todos e chamamos a atenção das autoridades competentes, pedindo a punição legal para a barbárie do senhor do infeliz cativo.<sup>64</sup>

Em face disso, o escravo Pedro ao buscar ajuda por meio de denúncia dos maus tratos de seu senhor por tais abusos, revelava consciência do incipiente direito que lhe cabia. Dessa maneira, nota-se que quando era de interesse de alguns jornais, estes buscavam atuar na conscientização da população negra escravizada. A veiculação desse tipo de notícia buscava comover e despertar na população livre e nas elites a indignação contra a prática da escravidão em larga escala no país, mostrando o sofrimento da pessoa escravizada e pressionando decerto as autoridades a garantir a liberdade e proteção da comunidade negra cativa às amarras do sistema escravagista.

Por seu turno, além de denunciar os maus tratos sofridos pelos cativos, o *Jornal Gazeta de Notícias* também se posicionou por meio de artigos de forma positiva às abolições dentro e fora da então província de Alagoas. Na edição do dia 2 de junho de 1879<sup>65</sup>, o periódico traz no artigo de abertura o título “13 de novembro de 1872”, da publicação do Decreto nº. 5.135, que regulamentava a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, quando foi instituído o fundo de emancipação<sup>66</sup> para libertar o filho da mulher escrava em cada província. Naquela ocasião foi destinado à província de Alagoas os valores correspondentes para este fim. O excerto a seguir nos oferece informações que nos possibilita uma melhor compreensão da posição política-ideológica desse periódico:

É a data celebre para a classe mais infeliz que existe entre nós por um dos grandes defeitos de nossos maiores, que abraçavam, e nos fizeram esposar a ideia fatal de viver a custa do suor de miseráveis reduzidos por eles a escravidão. Muitas cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos meditaram, falaram, pairavam sobre meios que seriam mais convináveis para desraigar de nosso solo arvore que tão maus frutos produzia. Antes da data com que abrimos nosso pretencioso artigo, já mais de um indivíduo cedia sem custo a liberdade a escravos seus, mais de uma associação se fundara para o mesmo fim – a liberdade de escravos. Todo esse movimento, porém, era demorado, e não produzia os efeitos correspondentes a nobreza do cometimento. Faltava a iniciativa do governo, o sopro das regiões do poder, sem o que neste país nada se faz [...].<sup>67</sup>

O trecho do artigo em questão nos revela que o movimento abolicionista era conduzido por “cabeças bem organizadas, muito brasileiro bem intencionado, muitos moços esperançosos” e que a medida que a conscientização fazia com que muitos indivíduos libertasse sem custo seus

<sup>64</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS. Maceió, 30 de março de 1881, p. 1. (Fragmento disponível no APA, caixa 682).

<sup>65</sup> Exemplar disponível no Inst. Hist. e Geográfico de Alagoas (IHGAL).

<sup>66</sup> MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. Assessora de pesquisa Soraya Silva Moura. – São Paulo, Edusp: 2004. p. 363.

<sup>67</sup> GAZETA DE NOTÍCIAS, 2 de junho de 1879, p. 1. Exemplar disponível no IHGAL.



escravos, “mais de uma associação se fundara para o mesmo fim”, porém de forma lenta, pois “faltava a iniciativa do governo, o sopro das regiões do poder, sem o que neste país nada se faz”. Dessa forma, a propaganda também era direcionada aos governantes, pressionando-os para a extinção do trabalho escravo no Brasil.

Na mesma estratégia do *Jornal Gazeta de Notícias*, o *Jornal Gutemberg*<sup>68</sup>, órgão da Associação Typográfica Alagoana de Socorros Mútuos, surgido na cidade de Maceió no ano de 1881, se posicionava contra a escravidão em apoio a campana abolicionista. Na edição do dia 23 de abril de 1883, o referido periódico traz na seção “Sennas da Escravidão” o caso de uma escrava vítima de desumano castigo:

- A população d'esta cidade acaba de presenciar horrorizada, um facto contrastador e deponente. Mais uma vez temos desejo de clamar contra esse direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo de outro homem. Na segunda-feira da semana última o escritório da topografia da Gazeta de Notícias foi invadido por numerosa multidão de pessoas, que observavam consternadas o espetáculo hediondo que oferecia-lhes a vista uma escrava – vítima de desumano castigo! A pobre mulher, ou antes, o espectro horrível conduzia ao ombro uma peia de ferro, pesando 9 libras, a qual lhe havia sido trancada aos pés a 11 longos meses! A sua cor denunciava à primeira vista o efeito de tão pequenos sofrimentos: o corpo era apenas um composto de ossos: e nas pernas, isto é, ao lugar onde a peia tinha seu continuo lugar, havia uma carne esponjosa e nojenta! [...]Compenetre-se o povo brasileiro da necessidade que a de extinguir-se a escravidão: o Brasil não deve por sua honra tolerar mais essa caga medonha. Noticiando este facto, temos somente em vista registrá-lo como prova de que a escravidão é um absurdo [...].<sup>69</sup>

O *Jornal Gutemberg* foi um dos jornais mais ácidos em seus editoriais e ativo na campanha de emancipação dos negros escravizados. Foram várias denúncias de maus tratos condenando o “direito torto que dá a um homem o domínio exclusivo sobre outro homem”, e apoiava constantemente a atuação do movimento abolicionista na capital da província de Alagoas, persuadindo a população alagoana da necessidade de extinguir a escravidão. E ao noticiar senas como a da escrava mencionada acima, que outrora eram aceitas como natural, o referido jornal noticiava tais fatos como prova dos absurdos da escravidão frente ao mundo civilizado.

Por outro prisma, Craveiro Costa destaca que ao iniciar-se a campanha abolicionista e republicana em Alagoas no período de 1881 e 1889, inúmeros jornais surgiram, período este entendido como um momento de intensa atividade jornalística. Notadamente, quase todos os periódicos daquela época tiveram circulação efêmera, ganhando destaque tão somente nos

<sup>68</sup> Na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) encontram-se exemplares dos anos de 1883/1884/1888/1889/1892/1897 e 1904, num total de 9. Outros exemplares encontram-se no IGHAL (1883-1884/1890/1895-1899) e no Arq. Público de Alagoas (APA).

<sup>69</sup> JORNAL GUTEMBERG, 23 de abril de 1883, ano II, n. 13, p. 1. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>). Acesso: 13 de agosto de 2017.



momentos de tensões políticas, exceto o notável *Gutenberg*, por ter concentrado todas as suas aspirações nas agitações políticas entorno da campanha abolicionista.<sup>70</sup>

Outro jornal interessante nessa discussão é o *jornal Lincoln*, este surge exclusivamente para oferecer suporte a campanha abolicionista em Alagoas. Em face disso, salienta-se que o nome do periódico é uma homenagem ao notório líder norte-americano, responsável pela extinção do trabalho escravo nos Estados Unidos, o *Jornal Lincoln* surgia como órgão de propaganda abolicionista, com publicação periódica e gratuita, alcançando tiragem de 1.000 exemplares. No frontispício de suas edições vinham fixadas as frases “ódio à escravidão” e “defesa à abolição”, deixando claro sua proposta editorial. Sob a perspectiva de José Avelino Silva

depois da “Gazeta de Notícias”, onde também colaboraram os ilustrados abolicionistas drs. João Gomes Ribeiro e João Francisco Dias Cabral, um dos prestantes presidentes da Sociedade Libertadora Alagoana, e do “Correio de Maceió”, prestou valiosíssimos serviços de propaganda ao Abolicionismo em Alagoas o periódico “Lincoln”, que teve existência acidentada, por dificuldades financeiras, mas sempre heroica sua luminosa missão, graças aos poderosos auxílios que lhe dava a perseverança rara de Francisco Domingues da Silva. O “Lincoln” foi também distribuído gratuitamente ao povo e afixado em forma de boletim, nos lugares mais frequentados da nossa capital. (Seus redatores foram: Francisco Domingues da Silva, L. Lavenère e Euzébio de Andrade).<sup>71</sup>

Desta forma, o *Jornal Lincoln* se posicionava como o grande propagador do abolicionismo em Alagoas entre os anos de 1881 e 1888, anunciando os feitos dos vários clubes e associações abolicionistas da capital e de outras regiões da província. Tomemos como exemplo a edição do dia 24 de julho de 1884:

O movimento abolicionista da nossa província progride, não como aquela invejável impetuosidade só própria do Amazonas que na sua passagem não encontrou óbice algum que o pudesse deter, mas progride pacífica, diária e gradativamente.

– Na capital a sociedade literária Castro Alves declarou-se abolicionista; instituiu-se a Libertadora Artística Alagoana e diversas manumissões particulares se fazem todos os dias.

No Penedo a Sociedade Redentora vae prestando seus bons serviços: no Limoeiro houve diversas manumissões em regozijo de ter assumido a regência de sua freguesia o Rvd. Vigário Francisco Vital, exímio sectário da abolição e a cuja influência não poia ter escapado o honroso fato que eixamos ter escapado, e principalmente dando-se entre pessoas de sua família e dedicados amigos de sua Rvma.

<sup>70</sup> Costa, Craveiro. Cem anos de jornalismo (Memória histórica sobre o jornalismo alagoano). In: **Revista Inst. Arch. Geogr. Alagoano**, Maceió, 58 (15): 91, 1931. p. 15.

<sup>71</sup> Silva, José Avelino. O Abolicionismo em Alagoas (individualidades e fatos de um período áureo de nossa história). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1937 [1915] (pp. 61-70).



Na Corte e no Recife diversos comprovincianos e amantes da glória de sua terra natal se constituirão igualmente em sociedades e se empenham na propaganda de acelerar o movimento abolicionista de nossa província.<sup>72</sup>

Ao mencionar o avanço do movimento abolicionista em Alagoas, o *jornal Lincoln*, evidencia a ação pacífica, gradativa, e quase sem obstáculos, porém de forma lenta, conduzida pelas várias sociedades, clubes e associações, por meio da propaganda e da arrecadação de fundos para compra de alforrias. Ao mesmo tempo, articula-se com jornais de outras províncias no empenho da propaganda e assim acelerar o movimento abolicionista na província de Alagoas. Observa-se que o *Jornal Lincoln* foi instrumento genuinamente abolicionista, além de seus discursos e suas prerrogativas favoráveis ao fim da escravidão, este era distribuído gratuitamente não dependendo de interesses de assinantes.

Por fim, destaca-se que a problematização dos excertos dos jornais que compõe o corpo documental dessa pesquisa são exemplos que revelam como a imprensa já era reconhecida como instrumento de poder e dominação no sentido de inquietar a opinião pública divulgando, silenciando e/ou distorcendo fatos para conduzir o leitor/espectador na direção de seu ideal.

Nessa perspectiva, as interpretações dos jornais aqui citados fazem notar que tanto no passado como no tempo presente, determinados veículos de comunicação impressa (jornais), atuaram com discursos fortemente hegemônicos, envoltos em interesses, paixões e subjeções. Mesmo em tempos passados, os jornais abolicionistas eram marcados por fortes discursos moralistas e às vezes humanitários.

### **Considerações finais**

Destarte, é inegável que o movimento abolicionista brasileiro foi pensado e praticado por uma classe que almejava mais espaço na política e na economia. Para tanto, e como indicam Cruz e Peixoto, é preciso articular a análise dos jornais ao campo de lutas sociais, direcionando-os para o campo da história social<sup>73</sup>. Nos lembram, ainda, que os jornais e qualquer outro tipo de publicação não foram produzidos para a pesquisa histórica, mas ao se optar por essa fonte como histórica se pressupõe um trato teórico-metodológico capaz de entender a imprensa como uma

---

<sup>72</sup> JORNAL LINCOLN, 24 de julho de 1884, ano I, n. 3. p. Disponível na hemeroteca digital (Biblioteca Nacional Digital > <http://bndigital.bn.gov.br>) onde constam apenas 4 exemplares do ano de 1884 e um exemplar do ano de 1888; e uma edição especial de 25 de julho de 1885 em memória do falecimento do Dr. João Francisco Dias Cabral. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

<sup>73</sup> CRUZ E PEIXOTO. Na oficina do historiador. p. 259.





linguagem que contém uma historicidade e peculiaridades própria de uma sociedade.<sup>74</sup> Nesse aspecto, portanto, ao explorar as perspectivas da imprensa no Brasil, sendo esta utilizada como fonte na problematização das inquietações inerentes à pesquisa sobre o movimento abolicionista, promover-se-á grandes produções historiográficas inovadoras como já indicadas por Ciro Flamarion Cardoso no início deste artigo.

Nos mais de cem anos que se seguiram após a abolição, a história do negro no Brasil ainda é acompanhada de grandes lacunas e controvérsias em relação ao sentido de sua liberdade. Direcionados por uma proposta com “um olhar de baixo para cima”, os trabalhos historiográficos atuais se propõem a resgatar a história dos grupos heterogêneos e subordinados, sendo produtos da emergente economia global e desenvolvimento do capitalismo. Assim

A invisibilidade histórica [...] deve-se em grande parte à repressão de que foram vítimas: a violência da fogueira, do cepo, da forca e dos grilhões de um escuro porão de navio. Também deve muito à violência da abstração com que a história é escrita, à severidade da história que há muito tem sido cativa do Estado-Nação [...].<sup>75</sup>

Ainda sobre a história vista de baixo, Hobsbawm nos elucida dizendo que no passado grande parte da história era escrita para a glorificação, exaltação e talvez para o uso prático dos governantes e que esse tipo de historiografia perdura ainda em nossos dias.<sup>76</sup> Mais adiante afirma que a história das pessoas comuns como campo específico de estudo, portanto, começa com os movimentos de massa do século XVIII.<sup>77</sup> O crescimento do movimento operário desenvolve a emergência pela história dos movimentos sociais. Isso, eventualmente nos direciona para uma abordagem marxista da história.

Tendo consciência das limitações impostas pela escassez de fontes específicas, de recursos e de tempo, esta pesquisa, talvez não consiga dar conta desses pressupostos metodológicos, porém ao se mirar nessa abordagem, podemos ao menos apresentar caminhos e levantar debates fazendo uma crítica à história da escravidão. Neste sentido, para as pesquisas atuais sobre o fim do trabalho escravo e os objetivos que se quer atingir, ao resgatar a história da gente comum, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político, estamos tentando genericamente explorar uma dimensão oculta do passado.<sup>78</sup> E por ter sido por muito tempo uma história marginal, estudar elementos considerados inferiores, além de dar nova luz à historiografia

---

<sup>74</sup> \_\_\_\_\_. Na oficina do historiador. p. 262.

<sup>75</sup> LINEBAUGH E REDIKER LINEBAUGH. **A hidra de muitas cabeças**, p. 15.

<sup>76</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. Tradução Cid Knipel Moreira. Editora Companhia das Letras, 2013. p. 216.

<sup>77</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre História**, p. 218.

<sup>78</sup> \_\_\_\_\_. **Sobre História**, p. 219.





da escravidão, traz uma história social com mais fidelidade ao real. Peter Burke em sua análise sobre as contribuições dos Annales ressalta esse novo olhar dado a história desde Febvre e Bloch, ampliando o olhar sobre fontes e temas para a construção de uma historiografia que responda com isenção as problemáticas sociais a atualidade.<sup>79</sup>

Avaliando e aplicando o conceito de Segunda Escravidão e os processos de transformações sociais decorrentes da nova ordem econômica mundial, se observa o quão é complexo e dispendioso entender o fim da escravidão nas Américas, em particular o Brasil, que se tornou o último reduto escravista do mundo. Debater essas questões, analisar novas fontes e conceitos podem produzir um ganho enorme à historiografia nacional, ponto de partida para pesquisas de cunho regional e local. Pensar a escravidão oitocentista a partir dessa ótica, nos direciona a uma reflexão crítica da História do Brasil, avaliando como as forças políticas e econômicas interferem na produção historiográfica, cristalizando ideias e conceitos para determinar uma “História Nacional”. Cabe agora “despoluir” a história da escravidão, o que torna necessário revisitar e reinterpretar as fontes a partir de um olhar lapidado pelos novos paradigmas.

---

<sup>79</sup> BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)**; Tradução Nilo Odália. Editora UNESP – 2ª Ed. – São Paulo, 1992.



# A Inquisição ou o cativo? A trajetória de dois escravizados degredados pelo Santo Ofício português

The Inquisition or the captivity? The trajectory of two enslaved people exiled by the Portuguese Holy Office

Thaís Tanure de Oliveira Costa

Mestranda em História

Universidade Federal de Minas Gerais

ttanure@gmail.com

Recebido em: 23/12/2017

Aprovado em: 19/01/2018

**RESUMO:** O presente artigo apresenta a trajetória de dois escravizados que habitavam o Brasil quando cruzaram os mares pela ação da Inquisição portuguesa. Trabalhando com a perspectiva metodológica proposta pela História atlântica, buscamos perseguir os vestígios destes descendentes de africanos para uma melhor compreensão de um *mundo atlântico* dinâmico e multifacetado, nas palavras de Bernard Baylin. O estudo das trajetórias em questão nos leva a interrogarmo-nos acerca da história das punições, do degredo e da pena de galés no Portugal moderno. Também nos aproximamos da história social da escravidão que tem sido escrita no Brasil buscando refletir acerca das possibilidades de agência e autonomia por parte dos escravizados em alguns aspectos de suas vidas. Como veremos, estas pessoas cruzaram o Atlântico perseguidas pela Inquisição por supostos delitos de fé, mas tal movimentação orquestrada pelo Santo Ofício não foi realizada sem uma ação estratégica anterior dos réus que mudaria os seus destinos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Degredo, Escravidão, Inquisição.

**ABSTRACT:** This article presents the trajectory of two enslaved people who lived in Brazil when they crossed the seas by order of the Portuguese Inquisition. Working with the methodological perspective proposed by Atlantic History, we seek to follow the traces of these descendants of Africans for a better understanding of a dynamic and multifaceted Atlantic world, in the words of Bernard Baylin. The study of their trajectories leads us to interrogate ourselves about the history of punishment, deportation and the sanction of galleys in modern Portugal. Yet, we approach the social history of slavery that has been written in Brazil by searching to reflect about the possibilities of *agency* and autonomy by the enslaved about some aspects of their lives. As we will see, these people crossed the Atlantic persecuted by the Inquisition for supposed crimes of faith, but such a movement orchestrated by the Holy Office was not carried out without a previous strategic action of the defendants that would change their destinies.

**KEYWORDS:** Deportation, Slavery, Inquisition.

O tráfico atlântico de escravizados moveu forçadamente 12.521.337 de pessoas da África



para as Américas e a Europa entre os anos de 1501 e 1866, segundo estimativas recentes<sup>1</sup>. A Época Moderna inaugurou um período de intensa movimentação atlântica e o principal elemento conectivo entre África, Américas e Europa foram os escravizados <sup>2</sup>transportados pelo tráfico de homens e mulheres<sup>3</sup>. Se o tráfico de escravizados teceu esta trágica conexão entre os diversos continentes conectados pelo Atlântico, também a Inquisição portuguesa e o seu aparelho punitivo fizeram pessoas escravizadas cruzarem os mares, muitas vezes por uma segunda vez, para responderem processos em Lisboa como identificado em nossas pesquisas e em diversas outras<sup>4</sup>. O objetivo deste artigo é o estudo de duas trajetórias de escravizados que fizeram a travessia atlântica movidos pela ação da Inquisição portuguesa. Analisaremos em paralelo as histórias de José e de Francisco Xavier, dois escravizados que habitavam o Brasil quando foram enviados para Lisboa devido à ação inquisitorial. Posteriormente, estas duas pessoas foram degredadas como pena por seus delitos.

Valemo-nos da perspectiva metodológica proposta pela História atlântica para o estudo do degredo de escravizados pela Inquisição portuguesa, pois esta prática participou daquilo que Bernard Baylin chamou de “mundo atlântico em movimento”<sup>5</sup>. Esta perspectiva propõe o estudo dos movimentos que conectaram os três continentes ligados pelo atlântico bem como das pessoas que fizeram as travessias. Para investigarmos este *mundo atlântico* multifacetado, faz-se necessário que conheçamos algumas das histórias destas pessoas que fizeram as travessias atlânticas e foram escravizadas. As datas das prisões de José e de Francisco Xavier são separadas por um longo espaço temporal – José em 1595 e Francisco em 1771–, o que nos permite

---

<sup>1</sup> ELTIS, David et RICHARDSON, David. The Transatlantic Slave Trade Database. 2010 <<http://www.slavevoyages.org/assessment/estimates>> consultado pela última vez em 12 de dezembro de 2017.

<sup>2</sup> Se o termo escravo provém de *eslavo*, referente aos eslavos que foram escravizados pelos germânicos, no Brasil este sentido teria sido deslocado. O emprego do termo escravo pode naturalizar a condição do cativo como se ela fosse intrínseca à própria pessoa. Assim, adotamos aqui a opção pelo termo escravizado pois este enfoca a dimensão *humana* daquele que *foi escravizado*. Ninguém é intrinsecamente escravo, somente *está* nesta condição. Desta forma, é a dimensão humana da pessoa que foi escravizada e a sua agência como sujeito histórico que são enfatizadas com o deslocamento da responsabilidade por seu cativeiro para aqueles que o escravizaram. Cf. HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth.; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados. A conquista discursiva da conquista da liberdade. In: **Anais do Simpósio Nacional Discurso Identidade e Alteridade: Dilemas e desafios na contemporaneidade**, Campinas, 2012.

<sup>3</sup> MORGAN, Philip D. The cultural implications of the Atlantic slave trade: African regional origins, American destinations and new world developments. In: **Slavery & Abolition**, London: Routledge, v. 18, n. 1, p. 122-145, Apr. 1997, pp.122-123.

<sup>4</sup> Cabe ressaltar que os escravizados não foram o principal alvo da Inquisição portuguesa. Mas muitos africanos e seus descendentes cruzaram o atlântico para responderem perante o Santo Ofício português. Luiz Mott calcula que em torno de mil negros e mestiços teriam integrado os cadernos do promotor da Inquisição portuguesa, mas somente 200 ou 300 teriam gerado processos. Cf. MOTT, Luiz. Etnodemonologia: a vida sexual do Diabo no mundo ibero-americano”. In: **Religião e Sociedade**, no. 122. 1985, pp. 64-99.

<sup>5</sup> BAYLIN, Bernard. **Atlantic History: concept and contours**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2005. p. 61.



observar práticas semelhantes e suas vicissitudes na *longa duração*<sup>6</sup>. Para o estudo dos movimentos atlânticos, “uma cronologia uniforme para toda a área não deve ser esperada e tampouco divisões precisas do tempo”: em diferentes lugares, em diferentes temporalidades, os mundos dispersos Euro-Afro-Americano entraram em uma longa fase de conexões<sup>7</sup>.

Responder a processos na Inquisição de Lisboa, para estas pessoas que habitavam a América portuguesa, implicava a realização de uma travessia atlântica. Para os réus que eram escravizados, ir à Lisboa devido à perseguição inquisitorial muitas vezes significava realizar uma segunda travessia atlântica. Nestes casos, a prisão, a viagem, a penúria e os perigos do mar foram novamente vivenciados por estas pessoas.

O Tribunal do Santo Ofício foi instituído em Portugal pela bula papal de 12 de maio de 1536 e existiu até o seu ocaso, em 1821.<sup>8</sup> Desde a primeira década de sua existência, o tribunal lisboeta recebeu denúncias provenientes do Brasil: em 1546 cruzava os mares para ir responder seu processo em Lisboa Pero do Campo Tourinho, governador da capitania de Porto Seguro, acusado de blasfemar contra o clero e dias festivos.<sup>9</sup> Segundo José Pedro Paiva e Giuseppe Marocci, foi no início dos anos 1550 que os inquisidores de Lisboa passaram a ter jurisdição sobre todo o Império.<sup>10</sup>

O Santo Ofício português, diferentemente do espanhol, nunca instituiu tribunais na América portuguesa, apesar de ter havido tentativas malogradas de estabelecimento no período filipino.<sup>11</sup> Assim, o território do Brasil ficou sob a jurisdição da Inquisição de Lisboa. O único espaço colonial português em que foi instituído um Tribunal do Santo Ofício foi Goa, na Índia. O que não significa que a Inquisição não tenha funcionado e agido no Brasil.<sup>12</sup> O estudo de

---

<sup>6</sup> O conceito de longa duração proposto por Fernand Braudel é útil no sentido de pensarmos as estruturas, o tempo longo que se aproxima do espaço geográfico onde a história se desenvolve, aquele “tempo ocioso, no limite do movimento”, mas aqui buscamos para além do estudo das estruturas, refletir acerca das mudanças, das dinâmicas e das conexões na longa duração. BRAUDEL, Fernand. *Histoire et sciences sociales: la longue durée*. In **Annales. Histoire, Sciences Sociales**. Vol. 13, No. 4, pp. 725-753, EHESS, 1958.

<sup>7</sup> BAYLIN, *Atlantic history*, p. 62.

<sup>8</sup> Sobre a fundação do tribunal do Santo Ofício em Portugal e também Espanha e Itália, veja-se BETHENCOURT, Francisco. **História das inquisições**: Portugal, Espanha, Itália. Lisboa: Temas e debates, 1996, pp. 17-31.

<sup>9</sup> MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa (1536-1821)**. Lisboa: A esfera dos livros, 2016, p.105.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **História da Inquisição portuguesa**, p.106.

<sup>11</sup> NOVINSKY, Anita. **Cristãos-novos na Bahia**: a Inquisição no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992 pp. 108-109.

<sup>12</sup> Sobre a ação da Inquisição no Brasil, os estudos pioneiros de Anita Novinsky e Sônia Siqueira sobre os cristãos-novos perseguidos pela Inquisição no Brasil abriram os caminhos para uma hoje já consolidada historiografia brasileira sobre o tema. NOVINSKY, Anita. **Cristãos novos na Bahia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972 e SIQUEIRA, Sônia. **A Inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Editora Ática, 1978. Na década de 1980, o trabalho de Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Lana Lage e Luiz Mott inspirados pela micro-história italiana e pela história das mentalidades francesa trouxeram um grande fôlego ao assunto focalizando os



Aldair Carlos Rodrigues aponta para distintas estratégias adotadas pela Inquisição em solo colonial. Se no início de seu funcionamento, a Inquisição portuguesa enviou Visitações para territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII, nas décadas seguintes ela vai se apoiar na rede de familiares, comissários, notários e qualificadores. Neste contexto pode ser lida a Visitação do Santo Ofício realizada pelo Licenciado Heitor Furtado de Mendonça entre 1591 e 1595, que cobriu as áreas das capitanias da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Outra visita será realizada na Bahia entre 1618 e 1621 por Marcos Teixeira. Ainda segundo Rodrigues, há notícias de outra visitação ocorrida no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santos e São Paulo na década de 1620. Neste contexto, o Santo Ofício também visitou outras áreas do Império, tais como Açores em 1575-6, Madeira e Açores em 1591-3 e 1618-9 e Angola em 1596-8 e 1589-91.<sup>13</sup> Segundo o mesmo autor, a partir da segunda década do século XVII as visitas teriam entrado em decadência. Mas a instituição continuou perseguindo os hereges nas colônias através de outras estratégias, “passando a se apoiar cada vez mais na rede de agentes próprios composta principalmente por Comissários, Notários, Qualificadores e Familiares”<sup>14</sup>. Rodrigues demonstra que concomitantemente ao declínio das Visitações houve um crescimento progressivo do número de habilitações de agentes do Santo Ofício, que atingiu o seu ápice no século XVIII.<sup>15</sup>

José foi processado pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça em 1595 quando este já estava de partida para Portugal e Francisco em 1771 pelo Vigário Capitular de Belém do Pará Geraldo José de Abranches. Ambos foram condenados ao degredo. O degredo era uma pena que visava retirar o condenado do seu local de domicílio, levando-o a uma potencial regeneração em

---

perseguidos pela Inquisição, seja por delitos de feitiçaria e religiosidade popular no caso de Souza, a moralidade dos seculares de Vainfas, aquela dos clérigos de Lage e os acusados de sodomia estudados nos diversos trabalhos de Mott. Ver SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz: Feitiçaria e religiosidade na colônia.** São Paulo: Companhia das letras, 1986; VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1989; MOTT, Luiz. **Escravidão, sexualidade e demonologia.** São Paulo: Ícone, 1988 e do mesmo autor **O sexo proibido: Virgens, gays e escravos nas garras da Inquisição.** Campinas: Papyrus Editora, 1988. A partir de então, os estudos sobre a Inquisição no Brasil se alargaram e diversos aspectos antes negligenciados foram temas de estudos importantes. Por exemplo, sobre a ação da Inquisição no Brasil analisada em termos institucionais e administrativos bem como nas conexões existentes entre os agentes inquisitoriais a sociedade colonial de forma geral, veja-se os estudos de Bruno Feitler, Aldair Carlos Rodrigues, Daniela Calainho e Ylan de MATTOS. FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste 1640-1750.** São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007. RODRIGUES, Aldair Carlos **Limpos de sangue: familiares do Santo Ofício, Inquisição e sociedade em Minas colonial.** São Paulo: Alameda, 2011 e do mesmo autor **Igreja e Inquisição no Brasil: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social.** São Paulo: Alameda, 2014. CALAINHO, Daniela Buono. **Agentes da fé: familiares da Inquisição portuguesa no Brasil colonial.** Bauru: Edusc, 2006 e MATTOS Ylan de. **A última inquisição: os meios de ação e funcionamento da Inquisição no Grão-Pará pombalino (1750-1774).** Jundiaí: Palco editorial, 2012.

<sup>13</sup> RODRIGUES, Aldair Carlos. **Limpos de sangue: Familiares do Santo Ofício, Inquisição e Sociedade em Minas Colonial.** São Paulo: Alameda, 2011, pp. 34-35.

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. **Limpos de sangue**, p. 35.

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. **Limpos de sangue**, p. 35.



seu exílio bem como à purificação do espaço de onde saiu com a sua ausência<sup>16</sup>. O condenado era enviado para regiões inóspitas e distantes. Esta pena foi aliada à colonização na Época Moderna, uma vez que os sistemas penais ibéricos enviaram continuamente condenados para habitarem as regiões recém-conquistadas<sup>17</sup>. Geraldo Pieroni realizou um estudo pioneiro sobre o degredo praticado pela Inquisição portuguesa para o Brasil-colônia. Consultando um vasto conjunto documental proveniente dos três tribunais do Santo Ofício português, Évora, Coimbra e Lisboa, Pieroni delinea quem foram aqueles que foram degredados para o Brasil pelo Santo Ofício, bem como os delitos que levaram estas pessoas a serem degredadas. Além disto, podemos saber através de seu trabalho o papel do Santo Ofício no degredo para o Brasil. O degredo foi uma das primeiras estratégias utilizadas por Portugal para a colonização do Brasil, pois, como sabemos pela carta de Caminha, quando a expedição de Cabral deixa as terras brasílicas, ficam também dois degredados com a missão de aprender a língua e os costumes dos indígenas locais.<sup>18</sup> O estudo de Pieroni permite-nos medir o impacto do degredo na colonização e povoamento do Brasil. Este autor encontra em seu denso estudo 26.034 casos de condenações pelo Santo Ofício, 3.886 penas de degredo. Destes, 1.175 foram condenados ao degredo para as galés, o que representa 30,2%. Para alguma das conquistas portuguesas foram enviados 1.186 criminosos, dentre estes 49,7% foram para o Brasil.<sup>19</sup> Além disto, ao focar os indivíduos que foram degredados através do estudo dos processos inquisitoriais, Pieroni permite que nos aproximemos das pessoas que foram penalizadas pelo Santo Ofício. Tendo feito o caminho inverso dos degredados estudados por Geraldo Pieroni, que rumaram em direção ao Brasil, as personagens aqui estudadas saíram das terras brasílicas em direção às galés de Portugal, compondo o suntuoso número apresentado por Pieroni de 1.175 condenados ao degredo para as galés pela Inquisição portuguesa ao longo de sua existência.

Bartolomé Benassar afirma que a Inquisição baseou-se em uma *pedagogia do medo* que teve como sustentáculos o segredo, o medo da miséria e o medo da infâmia. Além disto, o fato de a

---

<sup>16</sup> Para a purificação dos locais onde habitavam os loucos e condenados ver FOUCAULT, Michel. **L'histoire de la folie à l'âge classique**. Paris: Gallimard, 1972. Laura de Mello e Souza analisa o degredo como conciliador de três elementos próprios à Época Moderna: a invenção do purgatório como terceiro lugar e sua associação aos espaços coloniais, a travessia marítima como purificação e a potencial regeneração do condenado em seu exílio, que purificava também o local onde deixou com a sua ausência. SOUZA, Laura de Mello e. Por dentro do Império: infernalização e degredo. In: **Inferno atlântico: Demonologia e colonização**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

<sup>17</sup> Timothy Coates investiga a justiça secular e a utilização do degredo como instrumento de colonização pela Coroa portuguesa. Ver COATES, Timothy N. **Degredados e órfãos: colonização dirigida pela Coroa no Império Português**. 1550-1775. Lisboa: Comemoração Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

<sup>18</sup> Nova do achamento (Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel). Manuel Alegre. Mem Martins: Europa-América, 1979. Carta de caminha, pp. 35-36.

<sup>19</sup> PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do Reino: A Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil-colônia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2000, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 15.





Inquisição *ter* matado e enviado pessoas à fogueira por alegados delitos de fé era, segundo este autor, mais poderoso e mais eficaz do que o fato em si de matar muitas pessoas.<sup>20</sup> O Santo Ofício reinava, assim, pelo medo. Benassar sustenta que o degredo inquisitorial atemorizava pois poderia acarretar a miséria e a desolação de famílias pobres que tinham seus membros retirados de seus domicílios para irem cumprir suas sentenças em uma região distante<sup>21</sup>. Os condenados ao degredo deveriam trabalhar por conta própria para se sustentarem durante o tempo de cumprimento da pena<sup>22</sup>. No que toca aos réus escravizados, os senhores deveriam sustentar os escravizados no degredo, o que nem sempre era cumprido. Para os alforriados, a situação era ainda diferente, devendo eles próprios buscar seu sustento como os demais degredados.

Através da análise dos processos inquisitoriais propomos algumas reflexões sobre o degredo destas duas personagens, observando a agência destes descendentes de africanos no sentido de alcançar algo que era caro a eles – como a reconexão e a liberdade – baseada na lógica situacional que fazia sentido para eles no tempo<sup>23</sup>. Seguiremos os passos destas duas pessoas nos diversos espaços onde pisaram, suas vivências e experiências, e esperamos contribuir para a compreensão de um dinâmico *mundo atlântico* e seus agentes.

Natural de Beja, interior de Portugal, de idade de 30 anos, José foi processado em 1595 pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça na Visitação do Santo Ofício realizada em Pernambuco entre os anos de 1593 e 1595. José declarou que era caldeireiro no engenho de Fernão Soares em Pernambuco. Caracterizado pelo inquisidor como mulato, José era filho de Garcia de Santilhana, alcaide de Beja, com uma “negra chamada Catarina escrava de Álvaro Fernandes da dita cidade e já defunta”<sup>24</sup>. A seguir disse que seu pai o teve sendo solteiro e que era atualmente casado e ainda alcaide de Beja. Apesar de ter um pai de atestada condição social, José era escravo devido à natureza do cativo ser transmitida pelo ventre da mãe. Se a mãe fosse livre, José seria livre. Mas Catarina era cativa e José então herdou sua condição social. Catarina provavelmente era africana e teria sido levada a Portugal entre os anos de 1525 a 1565, se considerarmos o período de fertilidade para a época, já que José teria nascido em 1565. O banco

---

<sup>20</sup> Cabe ressaltar que a Inquisição entregava os condenados à justiça secular para serem executados, já que o Santo Ofício condenava os réus mas era a cúria secular que deveria executar a morte pela fogueira. Cf. VAINFAS, Ronaldo. Intolerância em perspectiva. In: **Revista USP**, n. 72, p 190-198, 2007, pp. 194-195.

<sup>21</sup> BENASSAR, Bartolomé. **L’Inquisition espagnole**. Paris: Hachette, 1979, p. 139.

<sup>22</sup> Para as formas como os degredados deveriam angariar sustento no degredo, cf. PIERONI, Geraldo; COATES, Timothy. **De Couto do Pecado à Vila do Sal. Castro Marim [1550-1850]** Lisboa: Sá da Costa: [Câmara Municipal de Castro Marim] 2002, pp. 125-131.

<sup>23</sup> CHAMBERS, Douglas. The black atlantic: Theory, Method and Practice. In: **The atlantic World. 1400-2000** Ed. Toyin Falola and Kevin Roberts. Bloomington: Indiana University Press, 2008, pp. 161-2.

<sup>24</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, processo 2556, fl. 12v.





de dados de viagens do tráfico de escravizados *slave voyages*<sup>25</sup> fornece informações de viagens nesse período predominantemente direcionados ao Caribe espanhol.

Ainda segundo as informações acerca das viagens contidas no banco de dados, haveria neste período (1525-1565) dois locais em África onde se buscavam cativos para o tráfico atlântico: o Golfo de Biafra e as ilhas do Golfo da Guiné e a Senegâmbia, mas predominantemente a Senegâmbia e a Costa Atlântica. Sobre o período compreendido entre 1526 e 1600 Toby Green afirma que cerca de 80% dos escravizados provinham da região adjacente a Cabo Verde. Mais especificamente, os escravizados vendidos para o sistema atlântico via Cabo Verde nos séculos XVI e XVII provinham do que hoje é chamado Serra Leoa, Guiné Bissau e região de Casamance, que hoje é o sul do Senegal. Este autor afirma que o inicial tráfico de escravos do Benim, Congo e Angola alimentou o comércio de ouro em Elmina, as plantações de açúcar em São Tomé e o tráfico de escravos domésticos para Portugal<sup>26</sup>. Possivelmente Catarina era proveniente de algum desses locais e foi retirada para ser transportada pelo tráfico atlântico e trabalhar como escrava doméstica em Portugal, uma vez que Beja era um núcleo urbano. As fontes silenciam a seu respeito, mas consultando a historiografia e os bancos de dados sobre o tráfico podemos refletir sobre as origens e o passado africano dos ancestrais de José. Lisboa contaria nesta época com aproximadamente 10% de população escravizada e Beja com 5%<sup>27</sup>.

José declarou ser “casado com Domingas Fernandes mulata forra que está em Lisboa em casa de Belchior de Montalvo” tabelião de notas, de quem ele próprio foi cativo e que o vendeu para o Brasil<sup>28</sup>. Em setembro de 1595, durante a Visitação do Santo Ofício realizada pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça pela Bahia e Pernambuco, José foi denunciado por seus colegas da cadeia de Olinda por ter proferido blasfêmias. Aparentemente, José teria sido mandado à cadeia por ordem de seu senhor Fernão Soares pois

um dia sábado tendo ele fome em casa de seu senhor foi até uma loja sua tomando umas poucas sardinhas (...) para comer pelo que sendo visto o dito seu senhor o mandou meter na cadeia pública desta vila na qual entrando ele Réu com agastamento e fúria disse que se dava a todos os diabos, e que não era cristão, e que era arrenegado de deus, e logo os presos cujos nomes não sabe o repreenderam<sup>29</sup>.

Os alfaiates também presos Gonçalo Dias e Lourenço Rodrigues o teriam provocado na

<sup>25</sup> ELTIS, David; RICHARDSON, David. **The Transatlantic Slave Trade Database**, 2010. <http://www.slavevoyages.org/> consultado pela última vez em 16/12/2017.

<sup>26</sup> GREEN, Toby. The rise of the Trans-atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300-1589. 2011, pp. 1-12.

<sup>27</sup> SAUNDERS, A. C. De C. M. **História Social dos escravos e libertos negros em Portugal. (1441 -1555)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p.189.

<sup>28</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 2556, fl. 12v.

<sup>29</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556, fl. 9v e 10.



cadeia de Olinda “e disseram-lhe que melhor estava ele no chafariz d’El Rey em Lisboa, e o dito José respondeu que antes se tomara em casa de todos os diabos, e dizendo-lhe que arrenegasse do diabo o dito José disse o seguinte arrenego a Deus, e sendo repreendido tornou a dizer segunda vez que arrenegava a Deus”<sup>30</sup>. O chafariz d’El-Rei em Lisboa era um local de encontro e de reunião de escravizados na capital lisboeta como parece demonstrar a famosa descrição de Lisboa feita por João Brandão em 1552: “e achei que andam ao porte, a carretar água do chafariz V. Alteza [*Chafariz del’ Rei*] e doutras partes, 1.000 negras. As quais ganham dois vinténs cada uma”<sup>31</sup>.

A pergunta feita pelos alfaiates na cadeia de Olinda e que aparentemente levou o réu a blasfemar pode ter desencadeado uma reação em que se pode verificar uma afeição pela sua vida anterior em Lisboa e uma melancolia contida por não podê-la vivenciar no contexto agrário e colonial. Aparentemente afeiçoado à vida urbana, e possivelmente à sua esposa Domingas e a outras pessoas, podemos conjecturar se José não teria se conformado com a sua venda para o Brasil, onde o comprou um senhor de engenho, e nem se adaptado à rude lida do campo e com as relações com seu senhor a seu ver despótico.

José relata diversos maus-tratos sofridos na casa de seu senhor Fernão Soares. Ele passaria fome, já que não lhe davam de comer e ainda era castigado por isso ou sem razões aparentes. Assim, faminto ele estaria

trabalhando em um pouco de ferro porque ele é caldeireiro no engenho de seu senhor Fernão Soares cujo escravo cativo ele é e tendo muita fome mandou pedir de comer à sua senhora dona Catarina a qual lhe mandou dizer que comesse do ferro pelo que ele Réu sendo então a noite com muita fúria e agastamento disse que se dava a todos os diabos<sup>32</sup>.

Uma dimensão que surge no estudo de processos inquisitoriais de escravizados é a violência das relações escravistas contida no cotidiano e nos autos como demonstra Didier Lahon<sup>33</sup>. As penúrias e os maus tratos em relação aos escravizados por seus senhores emergem das linhas dos inquisidores para nos fazerem imaginar e refletir acerca do cotidiano colonial no Brasil escravista.

Pelas blasfêmias proferidas na cadeia de Olinda José foi condenado à pena de açoites na

<sup>30</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556, fl. 3.

<sup>31</sup> BRANDÃO (DE BUARCOS), João. **Grandeza e abastança de Lisboa em 1552**. Organização e notas de José da Felicidade Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 85.

<sup>32</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Processo 2556-1, fl. 11v e 12.

<sup>33</sup> LAHON, Didier. Les archives de l’Inquisition Portugaise Sources pour une approche anthropologique et historique de la condition des esclaves d’origines africaines et de leurs descendants dans la Métropole (XVI-XIXe). In: **Revista Lusófona de Ciência das Religiões** – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 29-45, p. 31.



praça pública da cidade e a penitências espirituais. Duas semanas após sua sentença, José novamente blasfema e dessa vez no adro da Igreja da cidade e diante de pessoas importantes da sociedade olindense como João Velho Prego, juiz ordinário da cidade, o cristão-novo Diogo Soares, o padre Gaspar Soares Figueiroa.

Diante das novas blasfêmias, ele foi novamente denunciado pelas pessoas que estavam presentes diante do visitador Heitor Furtado de Mendonça. O irmão de Fernão Soares depõe perante o visitador do Santo Ofício e afirma que José desejava ser afastado da casa de seu irmão e queria ser degredado às galés para voltar a Portugal

e que algumas pessoas têm dito a ele testemunha que o dito José dizia lá por fora que havia de fazer que o mandassem para as galés e tirassem de casa de Fernão Soares onde lhe parece que o dito José com as ditas blasfêmias pretende que o mandem fora de casa de Fernão Soares seu Irmão<sup>34</sup>.

Outros depoentes como João Velho Prego, juiz ordinário de Olinda, atesta igualmente que José teria o intuito de ser degredado às galés ao proferir tais blasfêmias. José é então novamente chamado pelo visitador Heitor Furtado de Mendonça para prestar contas ao Santo Ofício. Não sabemos se José de fato tinha o objetivo de ser degredado, mas ao ser indagado se proferiu as blasfêmias com o intento de ser enviado às galés ou de sair da casa de seu senhor, José argutamente respondeu “que a verdade que ele deseja antes de ir para as galés para sempre que estar em casa de Fernão Soares, mas que quando ele blasfemou não advertiu a este propósito”<sup>35</sup>. José argumenta que ali está muito infeliz, já que Fernão Soares “não dá de comer aos seus negros”<sup>36</sup>.

Contudo, Diogo Soares, defendendo os direitos de propriedade de seu irmão atribui os castigos que o réu recebe à sua má índole e comportamento e não ao mau tratamento dispensado ao escravizado, “e perguntado que mau tratamento é aquele que fazem em sua casa por onde ele isso deseja respondeu que ao dito mulato dão de comer em casa de seu Irmão, mas que ele é mau e de más manhas e que por isso o castigam e nada mais disse”<sup>37</sup>. Na pergunta do inquisidor, sutilmente a preocupação com os desvios da fé se desloca para as relações escravistas e àquilo que era ou não aceito na relação entre os senhores e os escravizados. Sabemos através dos trabalhos de Ronaldo Vainfas e de Sílvia Hunold Lara que os jesuítas coloniais visaram regulamentar diversos aspectos do castigo praticado pelo senhor aos escravizados, o modo de alimentá-los,

<sup>34</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 25.

<sup>35</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 26v.

<sup>36</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 23.

<sup>37</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 25.



vesti-los, casá-los, etc. O castigo era lícito, mas deveria ser “justo, exemplar e moderado”<sup>38</sup>.

Estudando este processo, temos a impressão de que o visitador Heitor Furtado de Mendonça teria simpatizado com o réu e com a sua sina de ser maltratado na casa de Fernão Soares. Apesar das alegações de Diogo Soares de que José proferia as blasfêmias no intuito de ser degredado, o visitador acaba degredando-o mesmo assim, declarando no final de seu processo que o fez “por considerações que teve neste caso” e pela sua “qualidade de escravo”. José acaba, por fim, sendo afastado da casa de seu senhor e condenado em nove de outubro de 1595 a ir

à missa do dia com uma vela acesa na mão, descalço, despido da cinta para cima, um baraço ao pescoço, com uma vara atravessada na boca, com uma carocha infame na cabeça e seja açoitado outra vez pelas ruas públicas desta vila, como fez da igreja da dita maneira e que depois de tornar a fazer abjuração de leve suspeito na fé, *seja degradado quatro anos para as galés do Reino para nelas servir e remar sem receber soldo* e se lhe imponham mais algumas penitências espirituais e pague as custas<sup>39</sup>.

Algumas dessas considerações feitas pelo Inquisidor podem se relacionar à alegada fome que sentia José na casa de seus senhores e aos maus-tratos recebidos da parte destes, interpondo-se assim o braço da Inquisição entre as relações privadas escravo-senhor<sup>40</sup>. Evaldo Cabral de Mello escreveu em 1992 um instigante artigo sobre a trajetória de José e de seu senhor Fernão Soares. Mello cruza o processo com fontes que nos aproximam da realidade colonial e lisboeta, bem como da escravidão indígena e africana no Brasil no início de sua colonização. Além disto, um ponto importante do artigo de Evaldo Cabral de Mello consiste na tessitura das redes que envolviam o escravizado José, qual seja, as que gravitavam em torno de seu senhor Fernão Soares. Através deste artigo, conhecemos de perto quem é o senhor de José. No “Sumário das Armadas” possivelmente escrito pelo jesuíta Simão Travassos Evaldo Cabral de Mello encontra referências à expedição do governador geral Martim Leitão em que se formaram duas companhias de mercadores em 1585, em que Fernão Soares foi um dos capitães. Já na genealogia de A.J.V. Borges da Fonseca, Fernão Soares aparece como membro da “nobilíssima família de Viana”. Contudo, como nota Mello, por trás do exagero do genealogista aparecem nas linhas inquisitoriais a verdadeira origem de Fernão Soares que era, na verdade, cristão novo. Fernão Soares

<sup>38</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão**: os letrados e a sociedade escravista no Brasil colonial. Petrópolis: Vozes, 1986 e LARA, Sílvia. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro. 1750-1808. São Paulo: Paz e terra, 1988.

<sup>39</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 30, grifo nosso.

<sup>40</sup> Dois bons trabalhos realizados por historiadores do direito que contemplam as contradições entre o escravizado ser sujeito à disciplina privada do senhor e também à pena pública são os trabalhos de BATISTA, Nilo. Pena pública e escravismo. In: NEDER, Gizlene (org) **História & direito**: jogos de encontros e transdisciplinaridade. Rio de Janeiro: Revan, 2007, pp. 27-62 e WEHLING, Arno. O escravo ante a lei civil e a lei penal no Império. In: WOLKMER, Antônio Carlos (org.) **Fundamentos de História do Direito**, Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2001, pp. 301-407.



estabeleceu-se em Pernambuco como comerciante e posteriormente como senhor de engenho, dono dos engenhos Novo e do Suasuna.<sup>41</sup>

Mello sustenta que José valeu-se do medo dos cristãos-novos de criarem polêmicas com a Inquisição para conseguir o seu intento de sair do cativo, interpretação que é por nós corroborada. Contudo, um ponto de divergência com este autor é no que toca aos objetivos de José quando este mobiliza o Santo Ofício. O autor, inspirado pelas reflexões de Stuart Schwartz, afirma que a atitude de José diante de seu senhor é de “relativa barganha”, ou seja, dentro de uma situação concreta de seu cativo, o escravizado agiu para conseguir uma melhora, ainda que relativa, de suas condições de existência. A conclusão de Evaldo de Mello e que se depreende do título de seu artigo, *Como manipular a Inquisição para mudar de senhor* é que José não desejava alterar o seu estado servil, mas teria agido somente para mudar de senhor. Acreditamos, pelo contrário, que a liberdade não deixou de estar no horizonte de expectativas de José quando manipulou o visitador Heitor Furtado de Mendonça para que este o degredasse. O escravizado manifestou verbalmente o seu desejo de cruzar os mares e alterar o seu destino, o que inclui, a nosso ver, uma possível modificação de sua condição de escravo. O desejo de José não era somente mudar de senhor, ou seja, sair do poderio de Fernão Soares e ser vendido a outro senhor em Olinda. Assim, gostaríamos de enfatizar a *agência* de José não somente em sair do poderio de Fernão Soares, mas em fazer a travessia atlântica e *sair do cativo* e ir novamente para Portugal, mesmo tendo que cumprir quatro anos de pena nas galés, se ele chegou a cumpri-los. O próprio Cabral de Mello conjectura que José possivelmente nunca mais retornara ao Brasil, opinião que é por nós compartilhada<sup>42</sup>.

José pode assim ter se *reapropriado* do medo dos cristãos-novos de criarem polêmicas com a Inquisição para conseguir o seu intento. Além disto, José disse que agiu com “muito agastamento e fúria”, “acidentalmente”, “sem ter a tenção” constituindo uma narrativa que poderia ser palatável e sujeita ao perdão. Natalie Zemon Davis estudou os condenados à pena de morte que se valiam de artifícios de retórica e narravam histórias passíveis de indulgência em cartas de perdão enviadas ao Rei da França no século XVI<sup>43</sup>. Também em seus diálogos com o visitador, José admite astutamente que ele realmente teria pecado, mas não por ter a intenção de renegar a fé, mas, *acidentalmente*, devido à necessidade que passava na casa de seu senhor. Do

---

<sup>41</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Como manipular a Inquisição para mudar de senhor. In: **Novos Estudos CEBRAP** N° 33, julho 1992 pp.115-127, pp. 119-120.

<sup>42</sup> \_\_\_\_\_ Como manipular a Inquisição para mudar de senhor, p. 127.

<sup>43</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.



mesmo modo podemos interpretar a resposta de José à pergunta de Heitor Furtado de Mendonça no tocante à razão pela qual ele blasfemara. José pediu misericórdia ao visitador e ainda que “pedia que mandassem a seu senhor que o venda porque ele Réu era muito maltratado em sua casa”<sup>44</sup>.

Para a compreensão da agência de José no sentido de modificar a sua sorte, nos valem do conceito de Michel de Certeau de *reapropriação*. O autor afirma que os sujeitos, mesmo em condições de extrema opressão, se reapropriam dos dispositivos do poder disciplinador de modo a agenciar seus destinos. Há, assim, uma “bricolagem” realizada por agentes *com e na* economia cultural dominante usando de metamorfoses da lei e dos mecanismos de disciplina para alterá-los sem a eles se conformar<sup>45</sup>. Analisar esta e outras histórias é uma forma de refletirmos sobre as diversas formas de *reapropriações* criativas realizadas pelas pessoas para saírem de situações de opressão em busca de novos destinos. Neste sentido, José – e também Francisco como veremos – buscou entre as brechas e margens do direito formas para resistirem à escravidão e ao poder dominante.

Agenciando seu destino reapropriando-se de regras do direito e de circunstâncias que soube habilmente aproveitar, José alcança o seu intento, sendo então degredado para as galés reais em Lisboa. Assim, tenderíamos a argumentar que José se reapropriou da possibilidade de ser degredado para as galés ao proferir suas blasfêmias. Para realizar seu intento, ele demonstra o conhecimento prévio do funcionamento do direito penal português pelo menos no foro inquisitorial. Ou seja, José conhecia a prática inquisitorial de penalizar os desviantes ao degredo para as galés.

A pena de “degredo para as galés” consistia nos séculos XVI e XVII ao acorrentamento ao remo em embarcações utilizadas na guerra, nas conquistas, e no curso mediterrânico. As embarcações eram muito esguias e possuíam de 20 a 90 remadores<sup>46</sup>. Esta pena entrava para o rol das penas vis e infamantes e aqueles de elevado status social não podiam ser condenados ao remo, bem como também não podiam ser açoitados, por aviltar a honra. Também as mulheres não poderiam ser condenadas ao remo forçado. A pena de galés reunia em uma única pena várias características punitivas: causava um extremo sofrimento físico, era privativa de liberdade, afastava

---

<sup>44</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 2556-1, fl. 26v.

<sup>45</sup> DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer Petrópolis: Vozes, 1994, p. 41.

<sup>46</sup> BRAGA, Paulo Drumond. Os forçados das galés: percursos de um grupo marginalizado. In: BARROCA, Mário Jorge (org.) **Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam (2 Vol.)**. Porto: Universidade do Porto, 1999, p. 187.





o penitenciado de seu domicílio e de sua família e ainda foi precursora dos trabalhos forçados<sup>47</sup>. Na conquista de Arzila realizada pelo Rei D. Afonso V em 1471 estiveram empregados nas galés prisioneiros de todo o Reino, já que se mandaram esvaziar as prisões do Reino para os combates navais nas galés na conquista de Arzila. Trocava-se assim os grilhões das cadeias reais pelos grilhões das embarcações da marinha portuguesa. Em troca, o perdão régio<sup>48</sup>. Assim, a pena de degredo para as galés foi instrumentalizada de modo a aumentar as possessões coloniais do incipiente Império português e, posteriormente, este jogo penal e colonial no desenvolvimento do direito português fica patente se nos debruçarmos sobre as ordenações ao longo do tempo. Cremos que um pequeno parêntesis para a historicização do emprego da pena de galés pela justiça portuguesa nos será útil.

Nas Ordenações Afonsinas, não se encontra prescrição de pena para as galés. Estas aparecem nesta compilação legislativa não como local de cumprimento de pena, somente em uma passagem que versa que os galiotes que fugirem das galés em que remam em Ceuta devem ser degredados um ano para a mesma cidade<sup>49</sup>. Em um alvará de 1551 o Rei ordena que os homens

que fossem de idade de 18 até 55 anos, não sendo escudeiros ou daí para cima, e por suas culpas merecessem ser degredados para o Brasil, fossem condenados para servirem nas galés aquele tempo que aos julgares parecesse que mereciam, tendo respeito na consideração que aqueles que merecessem ser condenados em dois anos de degredo para o Brasil fossem condenados em um ano para o serviço das galés<sup>50</sup>.

Também mandou no dito alvará que os escravos que fossem condenados a serem vendidos para fora do Reino deveriam ser comprados pelo provedor do armazém de Guiné e Índias para o serviço das galés reais. Já nas Ordenações Filipinas compiladas em 1603, a pena de degredo para as galés é prescrita para diversos crimes. São estes: molícias; peão que blasfema pela terceira vez; pessoas que depois do toque de recolher andam com artifícios para arrombar portas e pessoas que forem achadas com gazuas (objeto usado para arrombamentos) em qualquer parte do Reino; vadios que mereçam maior castigo do que o degredo para o Brasil segundo o arbítrio dos desembargadores; os ciganos, armênios, árabes, persas ou mouriscos de Granada que não

<sup>47</sup> DUARTE, Luís Miguel. **Justiça e criminalidade no Portugal medievo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 448.

<sup>48</sup> DUARTE, Luís Miguel; PIZARRO, José Augusto Sotto Mayor. Os forçados das galés [Os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila em 1471]. In: Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. **Actas**, vol II.(Navegações na segunda metade do século XV). Porto: Universidade do Porto, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos portugueses, 1989, pp. 320-326, p. 318.

<sup>49</sup> **Ordenações Afonsinas**, fac-símile da edição de 1792 Real Imprensa de Coimbra. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. livro V. Título LXXXIII, p. 302.

<sup>50</sup> **Leis Extravagantes colligidas e relatadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão por mandado do muito poderoso rei Dom Sebastião nosso senhor**. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1796 [1ª ed. Lisboa: Antonio Gonçalves, 1569], pp. 622-3.





venham tratar nenhum negócio no Reino ou que excedam o tempo de sua realização e aqueles que trazem arcabuzes<sup>51</sup>.

Nas normas inquisitoriais, o Regimento de 1640 foi o primeiro a esmiuçar as penas que deveriam cumprir os pecadores de acordo com os seus delitos. Assim, aqueles que confessassem após a notificação do Auto da Fé deveriam ser degredados para as galés. Sendo mulheres, deveriam ir para São Tomé, Angola, ou partes do Brasil. O mesmo destino teriam aqueles denunciados ao Santo Ofício acusados de revogar confissão realizada no tormento pela terceira vez, de serem reconciliados e dizerem publicamente não terem cometido a heresia ou crime que cometeram, de serem infiéis não batizados e delinquirem no Reino contra a Santa Fé Católica, de impedir o castigo dos hereges, de blasfemar hereticamente conta a Santíssima Trindade, Divindade de Cristo ou contra a pureza da Virgem Maria. Seriam também mandados às galés aqueles acusados pelo Santo Ofício de fazer irreverência ao Santíssimo Sacramento do Altar e imagens sagradas; de ser feiticeiro reconciliado e confitente; de ser religioso e se casar; de ser bígamo; de dizer missa sem ser presbítero; de fingir milagres ou revelações do céu e impedir o reto ministério do Santo Ofício<sup>52</sup>. Como se pode depreender da análise das fontes legais, a Inquisição prescrevia a pena de galés para uma maior quantidade de crimes em relação às Ordenações do Reino.

Vemos que no Regimento inquisitorial de 1640 a pena prevista para os acusados de proferir blasfêmias é o envio às galés reais. Acreditamos que José blasfemara intencionalmente de modo a ser encaminhado ao Santo Ofício por renegar de Deus, e relatando o seu contexto de fome e miséria que sofreria na casa de Fernão Soares intentou alcançar a simpatia do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça. Didier Lahon estuda processos de africanos e seus descendentes em Portugal e afirma que nos casos de blasfêmia por ele encontrados estas foram proferidas como forma de rejeição à religião dominante. No caso de José, cremos que os objetivos são outros. Aqui, acreditamos que José estrategicamente blasfema não com o intuito de negar aquilo que é mais importante para o senhor, mas como uma tentativa de sair do seu poderio e de se deslocar no espaço atlântico<sup>53</sup>. José operou desta maneira uma arguta forma de *resistência*<sup>54</sup> através

<sup>51</sup> **Ordenações Filipinas**. Livro V. Organização Silva Hunold Lara. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 59, 92,197, 216-8, 219-220, 254.

<sup>52</sup> **Regimento do Santo Ofício dos Reinos de Portugal 1640**. pp. 348, 350, 351,354, 357, 359, 360, 361, 362, 363, 366. Disponível em: <<http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=arquivo>>, consultado pela última vez em 16/12/2017.

<sup>53</sup> LAHON, Didier, 2004, p.41.

<sup>54</sup> O conceito de *resistência* é aqui compreendido em sentido amplo: não somente a contraposição explícita através da força como as revoltas, a formação de quilombos e a violência pessoal, mas também estratégias pacíficas tais como desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. Acreditamos que as diversas táticas e estratégias



da *reapropriação* do dispositivo penal à sua maneira, aos seus interesses e às suas regras<sup>55</sup>. Ele também se valeu da possibilidade de circulação atlântica inaugurada pela Época Moderna. José possivelmente não retornou jamais às terras brasílicas, apesar de não dispormos até o momento de mais indícios de sua vida e destino no regresso a Portugal.

Mas passemos sem mais demora à história de Francisco da Costa Xavier. Era natural da cidade da Bahia e morador na Cidade do Pará onde foi preso acusado de desacato à hóstia sagrada em 1771. Francisco declara ter vinte e três anos, o que significa que ele deve ter nascido em 1748. Seus pais se chamavam Caetano da Costa Bravo, escravizado e natural de São Tomé e Felipa Antónia, liberta, proveniente da Costa da Mina. O termo “mina” designa as pessoas trazidas da chamada Costa do Ouro (chamada pelos portugueses de Costa da Mina). A origem do termo remete à chegada dos portugueses na Costa do Ouro, que assim a nomearam por terem ali encontrado o metal precioso em 1471. Ali foi construído o Forte de São Jorge da Mina, no atual Gana, a 30 km da vila costeira de Sama. A partir de então, “mina” passou a referir-se a este local. Posteriormente, o termo foi utilizado nas Américas para designar escravizados provenientes de uma extensa região geográfica sem possuir uma conotação étnica precisa. Na Bahia, a origem dos escravizados foi predominantemente a Costa Ocidental africana de onde provinham precisamente os dois pais de Francisco. São Tomé é uma ilha localizada nesta região que foi ocupada pelos portugueses em 1471, sendo inicialmente desabitada. Escravizados africanos foram importados para a Ilha e posteriormente esta passou a ser também fornecedora de cativos para o mercado negreiro. Robin Law afirma que na Bahia as origens étnicas eram mais identificadas pelo fato de grande parte dos escravizados provirem da mesma região. Os “minas” seriam então um entre muitos grupos da África Ocidental que eram ali identificados, que seriam não somente de fala gbe (os chamados geges e futuramente jeje entre os quais estão os fondaomeanos e os mahi) mas também os iorubá, igualmente chamados de nagô<sup>56</sup>.

Francisco era crioulo, ou seja, era negro com pais africanos mas nascido no Brasil e tinha

---

conviveram mutuamente e a tensa linha entre acomodação e resistência poderia ser rompida a qualquer momento. O conceito aqui esboçado está de acordo com o proposto por Eduardo Silva e João José Reis. Cf. SILVA, Eduardo; REIS, João José. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 32.

<sup>55</sup> Em outros trabalhos, autores como Rebecca Scott e Jean Hébrard já estudaram casos de reapropriação do direito por escravizados de forma a alcançar objetivos pessoais, tais como seu estudo sobre Rosalie de nação poulard, demonstram que esta fula que foi escravizada em São Domingos e sua família utilizaram diversas formas a palavra escrita (apesar de Rosalie ser iletrada) e o direito positivo em diversas regiões pelas quais passaram no Caribe e nos Estados Unidos de modo a garantirem suas liberdades e seus direitos de escolha sobre suas vidas, SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean. Rosalie nação Poulard: liberdade, direito e dignidade na era da Revolução Haitiana. In: **Afro-Ásia**, (46), 61-95, 2012.

<sup>56</sup> LAW, Robin. Etnias de africanos na diáspora: novas considerações sobre os significados do termo “mina”. In: **Tempo**, vol.10. n. 20, 2006.



o ofício de sapateiro, que aprendera na casa de seu senhor ainda na Bahia. Quando ali morava, já manifestara o desejo de sair do cativo. Afirma ele aos inquisidores de Lisboa que na casa de João da Costa Xavier “nasceu escravo se criou até a idade em que o mandaram aprender o ofício de sapateiro e passados os anos de aprendizagem entrou a trabalhar o oficial dando ao dito seu senhor no fim de cada semana o jornal certo de mil duzentos e oitenta réis”. Francisco alega que já havia tentado quando morava na Bahia fugir para o Reino por uma questão de diferenças em relação ao jornal que ele deveria pagar ao senhor: ele “réu intentou fugir do seu domínio e passar-se a este Reino; mas tendo notícia desta mesma resolução o mesmo João da Costa Xavier prendeu em casa a ele mesmo réu (ilegível) [e o] vender à cidade do Pará, donde o comprou um Manuel Joaquim de Souza Feyo, a quem serviu quase cinco meses”<sup>57</sup>.

Francisco Xavier alega que ele não era bem remunerado na Bahia pelas suas funções de sapateiro. Os chamados “escravos de ganho” eram obrigados a fornecer a seus senhores uma quantia acordada previamente por um contrato informal entre as partes. Esta quantia deveria ser paga diariamente ou semanalmente e em menor escala mensalmente.<sup>58</sup> O que excedesse o valor poderia ser apropriado pelo escravizado.<sup>59</sup> O escravizado “mina” Francisco da Silva depõe afirmando que “trabalhando pelo ofício de sapateiro não queria pagar a semana ao seu senhor tanto assim que já se tinha metido em uma nau que viera da Índia para fugir para o Reino, e dela o mandava vir preso o dito seu senhor João da Costa Xavier”<sup>60</sup> quando este resolveu mandar vendê-lo em Belém do Pará.

Questões relativas ao seu ofício, aliadas aos maus tratos praticados pelo seu senhor em

---

<sup>57</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1787, fl. 79.

<sup>58</sup> SOARES, Luiz Carlos. Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX. In: **Revista Brasileira de História** São Paulo, v. 8 n. 16, mar-ago 1988, pp. 107-142, p. 107.

<sup>59</sup> MACHADO, Maria Helena P.T. Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão. In: **Revista Brasileira de História**, 1988, vol. 8, no 16, p. 143-160. Os trabalhos realizados pelos escravizados em que os senhores os remuneravam poderiam ser de diversas naturezas, tais como os de quitandeiros, sapateiros, ferreiros, roceiros, dentre tantos outros. O que importa sublinhar é que os escravizados lutaram para preservar certo direito ao uso de seu tempo livre para angariar seus próprios recursos. Sobre a autonomia escrava, já há muitos anos a historiografia brasileira vem demonstrando que os escravizados lutaram para constituir e manter sua relativa autonomia em diversos aspectos, tais como constituir e manter famílias e relações de parentesco, manter traços culturais e religiosos, terem o direito de plantar para o seu próprio sustento, etc. Este último aspecto, o do cultivo de roças pelos escravizados que Ciro Flamarion Cardoso inicialmente chamou de “brecha camponesa” é atualmente considerado uma prática recorrente. O cultivo dos próprios alimentos bem como a realização de outras atividades relativamente autônomas são direitos que foram adquiridos nas lutas e tensões entre senhores e cativos, e não uma concessão senhorial regulada, como sugeriram alguns autores, e como pode talvez sugerir também o termo “brecha”. Sobre o tema, vide CARDOSO, C. F. S. **“Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**, São Paulo, Brasiliense, 1987 e CARDOSO, C. F. S. **“A brecha camponesa no sistema escravista”**, Agricultura, Escravidão e Capitalismo. Petrópolis, Vozes, 1978. Para um bom apanhado do debate sobre o tema ver SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

<sup>60</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787 fl. 64.



Belém do Pará serão as razões novamente alegadas perante o Santo Ofício para ter cometido o delito de fé como iremos ver. Francisco recebe uma hóstia em comunhão, a retira da boca, e guarda-a em um papel e posteriormente vai mostrá-la a Manoel Álvares Chaves, mercador em Belém e familiar do Santo Ofício. Este afirma que “um preto que não conhecia [teria] comungado na Igreja do Convento de Nossa Senhora das Mercês desta Cidade, e extraído da sacrílega boca a Sagrada Forma, que envolta em um papel lhe fora mostrar à sua casa”. Francisco teria perguntado a Manoel se teria “obrado mal” em fazê-lo<sup>61</sup>. Ele é preso pelo vigário capitular do Grão-Pará Geraldo José de Abranches. Ao ser indagado sobre as razões que tivera para furtar a hóstia, Francisco responde que só diria aos inquisidores de Lisboa, “porque se achava em uma terra aonde não via, nem observava obrar-se coisa alguma com verdadeira cristandade, e que por isso se resolvera a fazer o que fez com o pensamento e desejo de ser levado ao Santo Ofício da Inquisição, aonde diria tudo o que agora não declarava”<sup>62</sup>.

Ainda em Belém do Pará, afirma Xavier ao Frei Cláudio José de Santa Catarina que o mundo era governado pelos donos do poder e não por Deus:

— Padre, não me dirá quem fez o Mundo.

E admirando-se ele testemunha da pergunta, lhe respondera logo:

— Fê-lo Deus.

Ao que o dito preto tornou a dizer:

— Não pode ser, porque no Mundo há quem possa mais que Deus.

E perguntando-lhe ele testemunha:

— Quem era no Mundo que podia mais que Deus.

Ele respondeu:

— Muitos, que fazem o que querem<sup>63</sup>.

O poder discricionário dos senhores aparece continuamente nas linhas deste processo. Francisco Xavier alega ser muito maltratado na casa de seu senhor e aparentemente este o deixava passar fome e necessidade na prisão de Belém. Segundo as Ordenações Filipinas, os escravizados presos deviam ser sustentados pelos seus senhores quando se encontravam encarcerados<sup>64</sup>. Mas uma prática recorrente foi o abandono por parte dos senhores quando estes avaliavam que o custo da prisão de seus cativos era mais alto do que o próprio valor de venda do escravizado<sup>65</sup>.

<sup>61</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl. 5v, grifo nosso.

<sup>62</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl. 17.

<sup>63</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787 fl. 59v.

<sup>64</sup> Ordenações Filipinas, Livro V. Edição fac-simile da edição de 1870 de Candido Mendes. Mário Júlio de Almeida Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, título XLI, p. 78.

<sup>65</sup> HOLLOWAY, Thomas. O calabouço e o aljube do Rio de Janeiro no século XIX. In: **História das prisões no Brasil**. Clarissa Nunes Maia... [et al.]. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 255.



Nestes casos os escravizados poderiam ser alimentados pelo carcereiro ou padecer necessidades. No caso de Francisco Xavier, Geraldo José de Abranches enviou-o a Lisboa antes de receber a ordem formal do Santo Ofício para que fosse preso, afirmando que

E suposto não deveria remeter o dito preso antes de vir Ordem do Santo Ofício, não posso deixar de o fazer, porque seu senhor não lhe dá os alimentos, deixando-o totalmente a desamparo e sem gênero algum de vestido, por isso vai no Navio Santa Anna e S. Francisco Xavier entregue ao Cirurgião dele António de Souza, Familiar do Santo Ofício, de que passou Recibo: E não ajustei preço algum pela sua passagem<sup>66</sup>.

Francisco alega ao Santo Ofício de Lisboa ter cometido o desacato de que é acusado devido ao fato de ser castigado na casa de seu senhor Manoel Joaquim de Souza. Além disto, Francisco alega que teve problemas com sua senhora a respeito da obrigação imposta por ela de que ele realizasse seis sapatos completos todas as semanas. Ele diz que não foi sua intenção desacatar a hóstia sagrada, mas que o fizera tão somente pela “miséria e infelicidade sua a fim de livrar-se do cativo em que estava”. Já Pedro Marques de Jesus, preto crioulo, atesta dos castigos que Francisco recebia de seu senhor, e que “sabia dos castigos pelo ver andando chorando nas ruas”<sup>67</sup>. O réu atesta ainda que preferia vir à Inquisição onde seria tratado com misericórdia do que continuar no cativo em que estava.

Para viver fora desta casa onde era açoitado, Francisco Xavier confessa aos inquisidores que “lhe ocorreu que furtando uma partícula consagrada seria remetido para este Santo Ofício, por ter ouvido que nesta Mesa eram castigados os réus deste delito”<sup>68</sup>. Francisco confessa aos inquisidores de Lisboa que ouviu dizer que um soldado condenado a penas militares cometeu um desacato para se livrar dos duros castigos militares e ser processado pelo Santo Ofício. Vemos de onde parece ter surgido a ideia de roubar a hóstia para ser processado pela Inquisição em Lisboa e deixar o cativo em Belém do Pará. Como já vimos, fazer irreverência ao Santíssimo Sacramento do Altar e imagens sagradas era um delito de foro inquisitorial que tinha como pena prescrita o degredo para as galés, o que era do conhecimento de Francisco.<sup>69</sup> Podemos observar também a circulação oral de saberes de resistência à escravidão, às punições e aos castigos. Francisco poderia também estar a par da proibição da entrada de novos escravos em Portugal provenientes do mundo ultramarino, ocorrida em 1761, e ter agido no sentido de conseguir ali a

<sup>66</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl.7.

<sup>67</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl. 63.

<sup>68</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl. 79.

<sup>69</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Processo 1787, fl.88.



sua liberdade<sup>70</sup>.

Os inquisidores condenam-no pelo desacato, e por ser suspeito de heresia ele deveria fazer abjuração de veemente suspeito na fé, ser açoitado pelas ruas de Lisboa e degredado pelo tempo de 10 anos para as galés e pagar as custas de seu processo. As galés nesta época já não significavam mais o acorrentamento ao remo das embarcações, já que estas desapareceram de Portugal em meados do século XVII, quando o entendimento da pena das galés se altera. A partir de então os condenados ao degredo para as galés deveriam realizar trabalhos forçados nas duas margens do Rio Tejo em Lisboa. Na margem esquerda havia a Feitoria da Telha, para onde foram enviados forçados e na margem direita na própria cidade de Lisboa, a Cadeia da Galé em que os condenados realizavam trabalhos ligados à construção naval e à manutenção de barcos<sup>71</sup>. Sobre a Cadeia da Galé temos o registro realizado por Charles Dellon em 1703 de que o

levaram à prisão que se chama *Galé*, e tem esse nome porque, não havendo galés em Portugal, são para cá mandados os que o Santo Ofício ou a justiça secular condenam a esta pena. Logo que ali cheguei me lançaram uma corrente ao pé (...)

Estes forçados vão trabalhar todos os dias aos arsenais. Empregam-se ordinariamente em conduzir madeira para os estaleiros, em descarregar os navios, acarretar pedra e areia para lastro, água e víveres para as viagens; desfiam estopa; e finalmente fazem todo o serviço em que se julga conveniente empregá-los, a bem da nação, por mais grosseiro e desprezível que seja<sup>72</sup>.

Provavelmente nos mesmos arsenais sobre os quais escreve Dellon esteve Francisco Xavier segundo atesta o último vestígio de que dispomos de sua trajetória. Trata-se de uma certidão de confissão feita na enfermaria das galés do Arsenal Real de Lisboa por Francisco dois anos após a sua condenação<sup>73</sup>. O Frei dominicano Paulo José de Santa Ana atesta que ouviu a confissão de Xavier na enfermaria das galés em 10 de agosto de 1773. Não sabemos se a confissão ouvida pelo Frei foi de extrema unção, ou seja, aquela realizada às vésperas da morte, ou se ele chegou a se recuperar de sua enfermidade que o levou à enfermaria do Arsenal e teve outro destino por nós desconhecido, já que neste momento ele desaparece das fontes e portanto dos nossos olhos.

<sup>70</sup> A libertação dos escravizados que desembarcassem em Portugal provenientes do ultramar foi determinada pelo alvará de 19 de setembro de 1761. **Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observância, ordenado pelo desembargador Manoel Fernandes Thomaz, Actual provedor de Coimbra. Tomo primeiro** *AI* Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1815, p.394. Vide a este respeito Francisco C. Falcon e Fernando A. Novais “A extinção da Escravatura africana em Portugal no quadro da política econômica pombalina” In: **Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. São Paulo: 1973, vol. I. pp. 419-421.

<sup>71</sup> BRAGA, Os forçados das galés, p. 191.

<sup>72</sup> DELLON, Charles. **Narração da Inquisição de Goa**. Lisboa: Antígona, 1996, p. 171.

<sup>73</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1787, fl. 114v.





Estamos aqui diante de dois casos de *reapropriação* do sistema punitivo inquisitorial por réus escravizados. No caso de José, acreditamos que ele blasfemara intencionalmente de modo a ser encaminhado ao Santo Ofício por renegar de Deus e sair do cativeiro em que estava, e relatando o seu contexto de fome e miséria que sofreria na casa de Fernão Soares tentou alcançar a simpatia do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça. O processo de Francisco Xavier aponta para a mesma direção, com o escravizado declarando que cometeu o desacato para sair do cativeiro em que vivia, onde era muito maltratado e mal pago por seu ofício de sapateiro. Em ambos os casos, acreditamos que os delitos cometidos pelos réus foram uma arguta forma de *resistência* através da *reapropriação* do dispositivo penal à sua maneira, aos seus interesses e às suas regras. Eles também se reapropriaram da possibilidade de circulação atlântica inaugurada pela Época Moderna. Além disto, o imaginário que José e Francisco aparentam possuir da circulação atlântica e do degredo é de liberdade e possibilidade de sair do cativeiro em que estavam.

Mais de dois séculos separam as trajetórias destes dois escravizados. No entanto, as táticas e estratégias empregadas por eles conectam suas histórias articulando as distintas temporalidades no mundo atlântico moderno. Devemos ressaltar que em nosso estudo sobre o degredo de escravizados e alforriados pela Inquisição portuguesa, encontramos somente os casos de José e Francisco em que o Santo Ofício foi mobilizado como estratégia para se alcançar a liberdade pelos escravizados. Nilo Batista afirma que muitas vezes os escravizados preferiam cometer crimes e ficarem a cargo da justiça do que servirem a seus senhores<sup>74</sup>. As estratégias de José e Francisco não buscaram exatamente o mesmo objetivo do que os escravizados estudados por este autor, o que se almejou foi cruzar os mares para intentar a liberdade e uma melhor sorte.

Aqui, as histórias de nossas duas personagens se encontram com a história social da escravidão que tem sido escrita no Brasil. A extensa historiografia brasileira sobre a escravidão vem há muito demonstrando que os escravizados, mesmo vivendo sob situações de extrema opressão, foram sujeitos ativos de sua história, lutando por melhores condições de existência, seja no cativeiro, seja para se livrar dele. Sílvia Lara e Sidney Chalhoub trabalham com processos-crime que envolveram escravizados e demonstram que estes se reapropriaram das leis e das normas para fazerem valer os seus direitos. José e Francisco se reapropriaram das leis do Santo Ofício na tentativa de realizarem a travessia atlântica e alcançarem um melhor destino. Se este destino que os aguardava nas galés – embarcações no caso de José e trabalhos forçados em Lisboa no de Francisco – foi menos penoso do que o cativeiro, não sabemos responder. O que é

---

<sup>74</sup> BATISTA, Nilo. *Pena pública e escravismo*, p.32.





relevante e razão suficiente para escrever sobre suas histórias é a argúcia dos réus no sentido de agenciar os seus destinos, mesmo sendo escravizados e utilizando uma instância punitiva temível como o Santo Ofício. Foram, enfim, sujeitos de suas próprias histórias, buscando, com os meios de que dispunham, reescrever as suas linhas, cruzar os mares e batalhar para o que poderia se tornar um destino mais feliz, e, sobretudo, um destino que escolheram.



# Os fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança no jornal *A Federação*: a construção de uma memória republicana sobre a abolição (RS, 1884-1889)

The biographical fragments of Joaquim Nabuco and Princess Isabel de Bragança in the newspaper *A Federação*: the construction of a republican memory on the abolition (RS, 1884-1889)

Tuane Ludwig Dihl

Doutoranda

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

tuane.ludwig.dihl@hotmail.com

Recebido em: 22/12/2017

Aprovado em: 21/01/2017

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa realizada no jornal *A Federação* – órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) - em relação a Joaquim Nabuco e à Princesa Isabel de Bragança e suas respectivas atuações no processo de abolição da escravidão brasileiro. Buscou-se desvelar os “fragmentos biográficos” destas personalidades abolicionistas das páginas do referido periódico, a fim de analisar como os mesmos foram abordados e utilizados ali para compor uma narrativa republicana sobre o abolicionismo e sobre a Lei Áurea (1888). Por meio dessa análise, foi possível problematizar as figuras históricas Nabuco e Isabel – ambos ligados à monarquia – sob o olhar de um grupo republicano, percebendo as influências de seus posicionamentos políticos em suas atuações em prol da libertação dos escravos.

**PALAVRAS-CHAVES:** *A Federação*, Abolição, Republicanismo.

**ABSTRACT:** The article has the objective to present an search fulfilled in newspaper *A Federação* – organ of propaganda of Rio-Grandense Republican Party (PRR) – in relation to Joaquim Nabuco in the Princess Isabel de Bragança and their respective actions in the processo of abolishing Brazilian slavery. We sought to unveil the “biographical fragments” of these abolitionist personalities of the newspaper pages, in order to analyse how they were approached and used there compose a republican narrative on abolitionism ando on the Lei Áurea (1888). Through this analysis, it was possible to problematize the historical figures Nabuco and Isabel – both linked to the monarchy - under the eyes of a republican group, perceiving the influences of their political positions in their actions for the liberation of the slaves.

**KEYWORDS:** *A Federação*, Abolition, Republicanism.



## Introdução

Fundado na capital gaúcha no ano de 1884 e circulando de segunda a sábado, *A Federação* surgiu com a alcunha de ser o órgão de propaganda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Sendo assim, a grande parte dos membros e periodistas desse jornal ligava-se diretamente a esse grupo político, caso de Júlio de Castilhos, Ramiro Barcelos, Venâncio Aires, Demétrio Ribeiro, Alcides Lima, entre outros republicanos<sup>1</sup>.

Segundo Francisco Rüdiger, a imprensa gaúcha daquele contexto, caracterizou-se pela tendência do jornalismo político-partidário, logo, era bastante comum a apropriação dos jornais pelos partidos políticos. Desenvolveu-se a concepção de que o papel dos periódicos era essencialmente opinativo, na medida em que os impressos veiculavam, organizadamente, o ideário dos partidos tendo por objetivo a formação doutrinária da opinião pública a favor do grupo que os usavam. Conforme esse autor, *A Federação* é o modelo dessa tendência, tendo em vista que foi significativo para a articulação do movimento republicano na província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda<sup>2</sup>. Além do cunho republicano, o dito jornal emprestou valiosa e incontestável colaboração ao abolicionismo gaúcho, mesmo que insurgindo na fase final do movimento, defendendo a abolição imediata e sem indenização.

Ao realizar a leitura das edições desse periódico entre 1884 e 1889, buscou-se desvelar de suas páginas ‘fragmentos biográficos’ de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel de Bragança, a fim de analisá-los, principalmente, dando ênfase às suas respectivas atuações no processo de abolição da escravatura brasileiro<sup>3</sup>. Sabe-se que Nabuco e Isabel pertenciam à elite da época e, principalmente, que compactuavam com a monarquia. Diante disso, objetivou-se reconhecer como seus posicionamentos políticos atuaram na construção das representações sobre eles nesse periódico. Grosso modo, foi de objetivo analisar como esses vestígios foram abordados e utilizados pelos articulistas do jornal do PRR para compor uma narrativa republicana sobre o abolicionismo e sobre a Lei Áurea (1888).

### Joaquim Nabuco, o “ilustre monarquista”

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo provinha de uma família que ascendeu social e politicamente pela via burocrática: o pai José Thomaz Nabuco de Araújo fez carreira como magistrado e político brasileiro. Os primeiros anos de Nabuco, porém, foram vivenciados no

---

<sup>1</sup> Infelizmente não é possível identificar com precisão todos os sujeitos que atuavam no impresso, devido ao fato de que não era de praxe os textos serem assinados.

<sup>2</sup> RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1993, p. 26.

<sup>3</sup> Usa-se o termo ‘fragmentos biográficos’ em função de as referências sobre tais indivíduos apresentarem-se n’ *A Federação* de forma bastante lacunar e nada linear.



Recife sob a guarda dos padrinhos Joaquim Aurélio Pereira de Carvalho e Ana Rosa Falcão Carvalho, ricos proprietários de terras e escravos. Nabuco cresceu, então, como um menino de engenho. Entre a Corte brasileira – para onde foi levado aos oito anos de idade – e as temporadas como funcionário nas embaixadas em Washington e Londres, Nabuco desenvolveu seu posicionamento político e, especialmente, a militância abolicionista.

Nabuco de Araújo pertencia à aristocracia burocrática, chamada então 'do talento': homens sem grande lastro econômico, que faziam carreira no Estado. Nabuco de Araújo chegara a ela casando-se, em 1840, com uma Suassuna, família aliada dos Cavalcanti, a grande oligarquia territorial pernambucana. A partir daí se estabeleceu. Seu escritório jurídico logrou reputação e frequentes consultorias ao estado. Ascendeu a quase todos os postos políticos relevantes e foi assimilado à sociedade de corte - mas sem acumular patrimônio. Joaquim Nabuco nasceu, pois, numa família que compunha a *aristocracia de segunda divisão*.<sup>4</sup>

Das várias obras que Joaquim Nabuco escreveu ao longo da vida, destaca-se a intitulada *O Abolicionismo*<sup>5</sup>, na qual ele discorre sobre a pertinência do movimento abolicionista para o progresso brasileiro, apontando as características do mesmo. Segundo ele, o abolicionismo era “antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre das raças na liberdade”<sup>6</sup>. Nabuco procurou deixar claro também seu posicionamento acerca de como deveria transcorrer a transição do trabalho escravo para o livre:

A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre; mas tal possibilidade não entra nos cálculos de nenhum abolicionista. [...]

A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade. Em semelhante luta, a violência, o crime, o desencadeamento de ódios acalentados, só pode ser prejudicial ao lado que tem por si o direito, a justiça, a procuração dos oprimidos e os votos da humanidade toda<sup>7</sup>.

Guiando-se por essas ideias, o aristocrata Nabuco empreendeu um estilo de ativismo que

<sup>4</sup> ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 19. (Grifos do autor)

<sup>5</sup> No dia 24 de maio de 1884, o jornal *A Federação* publicava em primeira página o prefácio desse livro, ao qual tiveram acesso através de uma carta que Joaquim Nabuco enviara de Londres para André Rebouças.

<sup>6</sup> NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro da folha de São Paulo). Disponível em: [<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000127.pdf>]. Acessado em: 05 set. 2016, p. 9.

<sup>7</sup> NABUCO, **O abolicionismo**, p. 12.



consistia em “trabalhar em projetos, discursos, coalizões, de modo a angariar sustentação para uma lei abolicionista”<sup>8</sup>. Estilo este, por sua vez, que se alinhava às representações formuladas pelos republicanos rio-grandenses redatores d’ *A Federação* sobre a abolição. Esses agentes políticos defendiam que a abolição foi uma “revolução pacífica”, algo que talvez a história não registrasse outra, sendo tão generosa que fez “os vencidos passarem por baixo dos arcos triunfantes, na frente dos vencedores”<sup>9</sup>.

O papel desempenhado por Nabuco na campanha abolicionista foi destacado por estes agentes da política rio-grandense muitas vezes com admiração e respeito. Em meados de 1885 afirmavam que era Nabuco um “evangelizador infatigável e cheio de fé”, que consagrava “todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos”<sup>10</sup>. “Ilustre abolicionista”, “emérito abolicionista” e “eloquente orador da abolição” são qualificativos que seguidamente precediam o nome de Joaquim Nabuco no periódico em questão, os quais expressam a competência com que era vista sua atuação nessa luta. Em 1885, *A Federação* divulgou um editorial com considerações positivas e entusiasmadas em relação à posse de Nabuco enquanto deputado pelo então distrito de Pernambuco. Neste texto é ressaltado seu papel no abolicionismo, afirmando-se ali que:

A vitória do Dr. Joaquim Nabuco é também uma vitória do abolicionismo, do qual ele se constituiu desde muito um dos mais nobres e ardentes apóstolos.

Foi o iniciador ousado que primeiro agitou a majestosa causa no parlamento e que por ela soube bater-se galhardamente até expirar o prazo do seu mandato.

Foi depois o evangelizador infatigável e cheio de fé, que até hoje tem consagrado todos os grandes recursos do seu belo talento ao serviço da abolição dos escravos.

Nas páginas de um livro eloquente, que tão brilhante sucesso conseguiu dentro e fora do país, na imprensa e na tribuna popular, o dr. Joaquim Nabuco revelou-se identificado com a grande causa hoje disputada, conquistando com brilhantismo o título de um dos seus beneméritos servidores.<sup>11</sup>

Nessa época, percebe-se como a militância política de Nabuco alinhava-se à abolicionista e como essa característica ia ao encontro dos interesses republicanos rio-grandenses, uma vez que todos jogavam no campo do abolicionismo – situação que se altera com o recrudescimento da campanha republicana. Um ponto chave na trajetória abolicionista de Nabuco, ainda que pouco estudado e sobre o qual não há referências n’ *A Federação*, é sua relação com os abolicionistas britânicos. Leslie Bethell e José Murilo de Carvalho exploraram esse aspecto por meio da

<sup>8</sup> ALONSO, Flores, **votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88), p. 160-161.

<sup>9</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 11 de abr. de 1888, p. 1.

<sup>10</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1885, p. 1.

<sup>11</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1885, p. 1.



correspondência trocada entre Nabuco e a *British Anti-Slavery Society*, constatando que esse contato significou uma parceria buscada conscientemente por este intelectual visando à expansão da arena da luta para o cenário internacional<sup>12</sup>.

Ao também explorar essa faceta do abolicionismo de Joaquim Nabuco, Marco Pamplona sublinhou que a troca de ideais e debates com os abolicionistas estrangeiros resultou numa radicalização do pensamento desse ativista sobre a escravidão e o seu fim. Conforme esse autor, Nabuco passou a dar mais importância para a dimensão moral em sua crítica e concepções sobre o escravismo, condenando abertamente o “crime” da escravidão<sup>13</sup>. Diante disso, o intelectual passou a tomar a abolição uma questão inegociável e urgente, ou seja, direta e sem indenização tal qual defendiam os republicanos rio-grandenses. O olhar positivo sobre Nabuco ecoa, justamente, nessa aproximação entre suas concepções e às veiculadas n’ *A Federação* acerca da abolição, conforme se observa no trecho transcrito abaixo:

No Rio Grande do Sul, nós pertencemos aos abolicionistas da mais antiga longa data e somos daqueles que primeiramente formularam o seu pensamento sobre a questão dos escravos, nas seguintes palavras: - Liberdade imediata e incondicional. [...]

Nós somos pela liberdade sem indenização em todos os terrenos; entendemos que a liberdade é um bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!<sup>14</sup>

Conforme era esperado, os republicanos redatores d’ *A Federação* tinham suas ressalvas com Joaquim Nabuco, tendo em vista sua proximidade com a monarquia. A análise dos fragmentos biográficos acerca desse personagem publicados nesse jornal, contudo, mostrou-se em certa medida complexa, uma vez que foi visto sob diferentes ângulos pelos membros do jornal, resultando na formulação de representações distintas e por vezes antagônicas. O trecho reproduzido abaixo, apesar de longo, expressa essa característica com precisão:

Não pertencemos ao número dos que prestam ao dr. Joaquim Nabuco uma adesão sem restrições.

Politicamente falando, o distinto compatriota, apesar dos talentos, não provoca o nosso apoio.

Ele é figura saliente no meio daqueles que, em número bastante avultado, não creem mais na monarquia, nem na sua capacidade para garantir a ordem sem prejudicar as funções do nosso progresso, mas que se colocam, todavia, ao serviço dela, prestando-lhe o concurso das suas aptidões, do seu prestígio e de

<sup>12</sup> BETHELL, Leslie, CARVALHO, José Murilo. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos. Correspondência 1880-1905. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 23 n. 65, 2009, p. 207.

<sup>13</sup> PAMPLONA, Marco A. Joaquim Nabuco e a luta abolicionista dos primeiros tempos (1879-1886) – ação parlamentar, campanha nas ruas e conexões com abolicionistas britânicos e norte-americanos. *Revista de História Iberoamericana*, Madrid, v. 3, n. 01, 2010, p. 55.

<sup>14</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 18 de jul. de 1888, p. 1.



seus esforços.

Esse é o pior, o mais funesto e o mais perturbador de todos os diversos matizes em que se acha dividida a política no país.

Quando ele não fosse o testemunho decisivo de uma incoerência injustificável e pouco honrosa, seria a prova da falsa compreensão que tanto tem desrespeitado a política científica no Brasil.

E que a esse matiz está infelizmente filiado o dr. Joaquim Nabuco, demonstram não só as suas constantes manifestações, como a sua frase proferida no parlamento, frase justamente célebre:

*No Brasil é preciso mais coragem para ser monarquista do que para ser republicano.*

[...]É na sua gloriosa missão abolicionista que o dr. Joaquim Nabuco merece a nossa adesão e provoca nossos aplausos.

Ninguém mais do que ele é digno das homenagens dos abolicionistas.

Quando a majestosa causa estava arredada da arena dos debates nacionais por falta de agitadores, foi ele quem agitou.

Quando o verbo da propaganda libertadora estava silencioso, foi ele quem rompeu o silêncio com uma valentia moral jamais inolvidável.<sup>15</sup>

Claro está que os republicanos d' *A Federação* nutriam pelo menos dois sentimentos diametralmente opostos em relação a Joaquim Nabuco: admiravam sua contribuição ao abolicionismo, mas desprezavam suas convicções políticas monarquistas. Se, conforme o trecho acima, Nabuco foi um agitador persistente no campo parlamentar em prol da propaganda libertadora; politicamente seria incoerente, pois era adepto de um regime que desacreditava como via possível para promulgar o progresso do país. Além disso, cabe mencionar que as representações elaboradas nessa folha republicana correspondem mais ou menos às fases de seu pensamento político, divididas em três: abolicionismo (década de 1880), monarquismo (década de 1890) e pan-americanismo (década de 1900)<sup>16</sup>. Christian Edward, ao estudar a segunda fase, constatou que ainda hoje “celebra-se o Nabuco abolicionista, porque ‘progressista’ e ‘moderno’, e detrata-se o monarquista, porque ‘atrasado’ e conservador”<sup>17</sup> - concepção que de alguma forma ou de outra encontra eco nas representações que se identificou sobre ele lá nos séculos XIX e XX.

Apesar das referências ao seu papel como militante pela causa dos escravos, a figura de Joaquim Nabuco no jornal dos republicanos rio-grandenses serviu muito mais para endossar a campanha republicana que para o discurso abolicionista propriamente dito. Como destacado anteriormente, o posicionamento político monarquista de Nabuco era encarado como incoerente

<sup>15</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 13 de mai. de 1885, p. 1.

<sup>16</sup> LYNCH, Christian Edward Cyril. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. In: **Lua Nova**, São Paulo, Ed. 85, 2012, p. 278.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 278.





pelos redatores do periódico em questão. Incoerência esta que repousava sobre a ideia de federação monárquica defendida por ele. Milton Carlos, ao estudar essa personalidade brasileira, constatou que os líderes adeptos da Federação e da Monarquia acreditavam que só mudando radicalmente o Império seriam salvos, dessa forma, propunham apenas medidas descentralizadoras, temerosos de concessões que derrubariam a monarquia<sup>18</sup>. Na concepção republicana, esses dois preceitos seriam antagônicos, dessa forma, utilizavam propagandistas como Joaquim Nabuco para escancarar a falência da instituição imperial, conforme fica claro na publicação de 12 de outubro de 1885:

Essa solução (para a crise política) não pode ser a monarquia federativa proposta pelo sr. Joaquim Nabuco; porque o ilustre senador já declarou com a maior solenidade que no dia em que for realizada a ideia da federação, a monarquia irá desaparecer.

É claro que s. ex. está convencido de que monarquia e federação são sistemas inconciliáveis, e que não podem coexistir.<sup>19</sup>

Seria esta ideia da monarquia federativa “nunca realizável” aos olhos dos republicanos. É óbvio que tentativas de salvar a monarquia jamais seriam bem vistas por esse grupo que alçava na época se alojar no poder. Todavia, é interessante notar que em momento algum o jornal publicou algum tipo de crítica pessoal a Joaquim Nabuco. Ele foi sim criticado em razão de seu pensamento político, que não ia ao encontro dos republicanos, porém, não sofreu ataques de cunho moral em relação à sua personalidade e à sua atuação profissional. Muito pelo contrário, por vezes foi qualificado como “ilustre monarquista”, “homem de talento” que talvez fosse capaz de prolongar artificialmente a vida do condenado regime imperial<sup>20</sup>.

Impossível não comparar a trajetória de Nabuco com a de José do Patrocínio – outra figura histórica que se destacou na campanha abolicionista - especificamente a forma como as mesmas foram representadas no jornal *A Federação*. Ambos os personagens eram donos de personalidades vigorosas, competiam e por vezes até se atritavam, de fato nunca foram amigos. Além disso, ambos também tiveram divergências políticas com os republicanos. No entanto, apesar dessas semelhanças, somente Patrocínio teve suas características pessoais acionadas pejorativamente no jornal, uma vez que era tachado de “indisciplinado” e “insolente”<sup>21</sup>.

É de se considerar que a diferença primordial entre tais homens é a de origem étnica e

<sup>18</sup> COSTA, Milton Carlos. **Joaquim Nabuco**: entre política e história. São Paulo: Annablume, 2003, p. 93.

<sup>19</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 12 de out. de 1885, p. 1.

<sup>20</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 27 de jun. de 1886, p. 1.

<sup>21</sup> Sobre a trajetória de José do Patrocínio e outros abolicionistas negros, ver o primeiro capítulo da dissertação de mestrado: DIHL, Tuane Ludwig. **Plurais (In) visibilidades**: Representações republicanas sobre o negro (Jornal *A Federação* – RS, 1884-1903). 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo, 2017.



social: enquanto um era negro e carrega uma herança familiar ligada à senzala<sup>22</sup>, o outro era um indivíduo *branco* (ou pelo menos socialmente branco) membro da aristocracia desde o nascimento. Diante disso, é de se considerar também que as representações formuladas pelos redatores d' *A Federação* acerca desses e de outros personagens possivelmente tenham sido influenciadas por parâmetros racializados. Um trecho que integra uma edição de outubro de 1889 nos ajuda a refletir sobre essa questão: “é preciso considerar que o sr. Joaquim Nabuco, apesar dos seus erros e desvios, ainda exerce o prestígio moral que lhe dão o seu talento e a fêrvida intransigência com que se conduziu através da longa e ardente agitação abolicionista, por ele mesmo iniciada no parlamento”<sup>23</sup>. Ficou claro que o jornal não classificou os “erros” de Nabuco como determinantes para abafar seu talento profissional, diferente do que ocorrera com Patrocínio. Segundo o jornal,

Os bons talentos são os que servem as boas causas e o partido republicano, como núcleo de resistência, precisa mais de convicções sinceras do que de reputações ruidosas.

O esforço do Sr. Patrocínio, por maior que seja, há de ser impotente para conter a marcha vitoriosa da ideia republicana.

Os que não transigem têm esta grande vantagem: vencem sempre; o sucesso definitivo é dos que sabem esperar.

Se alguém perdeu com a deserção do Sr. Patrocínio foi s.s.; se alguma coisa deve temer-se do seu procedimento, ninguém mais deve temê-la que s.s.

Nós estamos tranquilos; fomos corretos.<sup>24</sup>

Apesar de Patrocínio não ter abandonado a causa republicana, no entanto, ele rompeu com o Partido Republicano Paulista. Atitude essa que foi entendida pelos correligionários rio-grandenses como um terrível erro que mudou completamente a forma como *A Federação* referia-se a ele. Enquanto colega, ele era o “infatigável obreiro da redenção dos escravos”, o “eminente colega”, o “ilustre jornalista”; após a deserção tornou-se o “escravo”, o “indisciplinado” e o “jornalista arrebatado”<sup>25</sup>.

A maneira como Patrocínio e Nabuco foram abordados pelos periodistas do PRR parecem, então, indicar que talvez a cor do indivíduo servisse para despertar um olhar mais intransigente por parte deles. Isto é, o que poderia ser considerado imperdoável para um indivíduo negro, para um branco era perdoável.

É comum encontrar no jornal alguns trechos de discursos proferidos por Joaquim

---

<sup>22</sup> José do Patrocínio foi fruto do envolvimento de uma liberta quitandeira com o vigário da paróquia de Campos (RJ). Além de abolicionista e jornalista, Patrocínio, na verdade, era farmacêutico de formação.

<sup>23</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 17 de out. de 1889, p. 1.

<sup>24</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de mai. de 1888, p. 1.

<sup>25</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de mai. de 1888, p. 1.



Nabuco, os quais são explorados pelos periodistas do jornal a fim de demonstrar incoerências em relação às alternativas propostas por ele e por outros monarquistas em relação à crise política. Numa dessas ocasiões, por meio de uma fala de Nabuco frente um auditório abolicionista em Recife, os redatores de *A Federação* afirmaram que ele não encontrara, dentro do sistema, “remédio enérgico e eficiente a não ser a aspiração de uma política nunca realizável”<sup>26</sup>: a “ridícula comédia”<sup>27</sup> que era a federação monárquica. Encontrar brechas nos discursos dos monarquistas contribuía significativamente para uma visão otimista em relação à implantação da República, uma vez que a falência daquele regime mostrava-se iminente mesmo para aqueles que se incluíam e compactuavam com ele.

Em agosto de 1886, *A Federação* publicava um editorial constatando a situação do monarquismo no Brasil. Afirmava o jornal nessa ocasião que não existia lastro histórico no país para justificar e preservar tal regime político, pois o mesmo não teria desde o início se instaurado a partir de convicções verdadeiramente monárquicas, mas sim a partir de interesses particulares, tendo um caráter acidental. O intelectual Joaquim Nabuco é, então, acionado para ilustrar essas constatações:

Alude o sr. Joaquim Nabuco ao período do monarquismo sincero e genuíno, nutrido de crença e de fé nos dogmas da monarquia, período que já extinguiu-se...

Mas esse monarquismo de que fala o paladino liberal nunca existiu aqui. Seguindo as lições da história, ele manifestou-se sempre com os mesmos caracteres gerais que agora apresenta, salvo as diferenças para pior, resultantes da crescente decadência dos costumes políticos.

Quem quer que estude a história do império sem preconceitos, si em vez de prender-se à materialidade dos sucessos estudá-los no espírito do seu conjunto à luz do método positivo, há de reconhecer a ausência do ideal monárquico em todos os movimentos políticos do nosso passado.<sup>28</sup>

No fragmento acima, o personagem da vez é tido como um ingênuo frente à situação de desgaste da monarquia. Em outros momentos, porém, Nabuco é apontado como “cultor do pessimismo em política”<sup>29</sup>, visto o desânimo que manifestava em relação ao futuro político do país. Em 1886 o jornal publicou uma carta que Nabuco redigiu à *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, na qual confessava que: “ainda não tem fé na República e perdeu a fé na monarquia”<sup>30</sup>. Ao comentarem essa transcrição, que carregava o título de “nem monarquista, nem republicano” o periodista da matéria deixava claro: “como não é de presumir que espere indefinidamente essa

<sup>26</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19 de nov. de 1885, p. 1.

<sup>27</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 19 de nov. de 1885, p. 1.

<sup>28</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 27 de ago. de 1886, p. 1.

<sup>29</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de mar. de 1887, p. 1.

<sup>30</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 15 de maio de 1886, p. 2.



reviravolta, não desesperemos de vê-lo ainda entre os que já têm fé na República”<sup>31</sup>. Ou seja, a tendência era que o “ilustre cidadão” logo entrasse para o time dos correligionários do PRR.

Por outro lado, contudo, alguns pontos precisam ser relativizados. Segundo o autor Christian Edward, ao contrário do que geralmente é mencionado, Nabuco teria se mantido fiel às preocupações de sua fase abolicionista, de modo que se manteve monarquista por julgar que o advento do regime republicano viria a prejudicar e não a favorecer o advento de uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática<sup>32</sup>. Nessa perspectiva, a Monarquia seria um instrumento adequado para promover efetivamente o civismo, o liberalismo e a democracia, capaz de preparar a sociedade brasileira para uma República verdadeira<sup>33</sup>. Noutras palavras, Joaquim Nabuco não teria sido um inimigo do republicanismo, mas sim da forma como este republicanismo se desenrolará no Brasil, de modo que julgava a ele próprio como um verdadeiro republicano uma vez comprometido com os ideais cívicos de liberdade e igualdade.

A partir de 1889 e da instauração da República, as menções a Joaquim Nabuco vão se tornando cada vez mais escassas no jornal *A Federação*. Não significa que os redatores tenham se omitido publicamente a partir dessa data, pelo contrário, tendo em vista a fragilidade dessa República em seus anos iniciais não era conveniente a veiculação do posicionamento contrário e ativamente manifestado por Nabuco. Em contrapartida, o que também pode justificar esse esvaziamento de referências sobre ele no jornal é o fato de que a partir desse marco adentrou num período de hibernação política, no sentido de não exercer cargos públicos. O luto pelo monarquismo acabou quando Nabuco foi convidado em 1890 para ocupar a chefia da Missão do Brasil na capital britânica, inicialmente de forma interina. Nos anos que seguem, então, até 1903, encontrou-se no jornal notas espaçadas e bem sintéticas que apenas constata sua atuação na área da diplomacia<sup>34</sup>. Todavia, esses vestígios nos permitem vislumbrar novamente o nome de Nabuco acompanhado de qualificativos bastante positivos, como “ilustre ministro”<sup>35</sup>, “trabalhador infatigável”<sup>36</sup> e até “grande orador brasileiro”<sup>37</sup>. Como funcionário da República, usando seu reconhecido talento a favor dos interesses da mesma, volta a ser adulado pelos republicanos rio-grandenses em seu respectivo periódico.

<sup>31</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 15 de maio de 1886, p. 2.

<sup>32</sup> LYNCH, O império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 284.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_, império é que era a República: a Monarquia republicana de Joaquim Nabuco. p. 284

<sup>34</sup> Algumas dessas notas podem ser encontradas nas edições d' *A Federação*: 06/04/1900 p. 1; 15/12/1900 p. 1; 28/07/1902 p. 1; 18/08/1902 p. 1; 17/11/1902 p. 1; 01/05/1903 p. 1; e 04/05/1903 p. 1.

<sup>35</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de mai. de 1903, p. 2.

<sup>36</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 10 de set. de 1903, p. 2.

<sup>37</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 20 de jun. de 1903, p. 1.



Em relação a Joaquim Nabuco identificou-se representações diversas, tanto positivas como negativas. O mesmo, porém, não ocorreu no que tange à princesa Isabel, de modo que as representações em torno dela mostraram-se mais homogêneas e repetitivas n' *A Federação*. A homogeneidade que se fala relaciona-se ao fato de que, por razões óbvias, não se vislumbrou qualquer apoio por parte dos redatores dessa folha à herdeira do trono e à sua atividade política. Já quanto ao caráter repetitivo que atribuímos a tais representações tem a ver com o fato de elas girarem em torno dos mesmos assuntos: o papel de d. Isabel na abolição e sua articulação para o que seria o terceiro reinado.

### A princesa Isabel de Bragança e o “falso” abolicionismo

Se houve um grande esforço empreendido pelos apoiadores da monarquia em associar o processo de abolição da escravatura à princesa, ocorreu igualmente um esforço republicano em desconstruir tal associação. Segundo Dalbert Junior Robert, enquanto os primeiros a caracterizavam como uma líder monárquica corajosa, de caráter humanitário, capaz de atender as expectativas do povo; os outros alegavam que a mesma havia abusado da função pública, mostrando-se uma déspota, autoritária, incapaz de governar<sup>38</sup>. Esses republicanos – integrantes do Partido Republicano do Rio de Janeiro (PRRJ) - de que fala Dalbert formularam tais representações uma vez que não compactuavam com a ideia da abolição imediata e sem indenização, diferente dos republicanos rio-grandenses. Logo, esse conflito de representações, protagonizados por grupos portadores de propostas diferentes e conflitantes, encontra suas nuances e especificidades quando visto sob o prisma de um grupo específico que embora republicano, reservava suas peculiaridades<sup>39</sup>.

Em maio de 1888 era, então, publicado n' *A Federação*:

---

<sup>38</sup> ROBERT, Dalbert Junior. **Isabel, a “Redentora dos escravos”**: um estudo das representações sobre a princesa. 2001. 212 f. Dissertação (Mestrado em história) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 103.

<sup>39</sup> Desde a formação do PRR em 1882, essa facção política apresentou-se de forma distinta, tanto no nível estadual como em relação a seus colegas de outras províncias. Célia Regina Pinto sugeriu três características que foram demarcadoras das peculiaridades que envolviam este partido e que por consequência se refletiam em seu veículo de imprensa. Em primeiro lugar, leva-se em conta o fato de o movimento republicano ter se desenvolvido tardiamente em solo sulino, somente na década de 80, enquanto nas outras regiões já marcava presença há pelo menos uma década. Em segundo lugar, seus fundadores eram distintos das elites políticas da época, pois em geral, eram jovens, graduados e sem experiência política. Tão embora inegavelmente pertencessem a uma elite econômica, não se enquadravam exclusivamente naquela oligarquia ligada à pecuária extensiva e à produção de charque. Em terceiro lugar, o dito partido não nasceu de uma dissidência com o Partido Liberal, conforme ocorreu com as demais entidades republicanas brasileiras, obviamente seu projeto político não era liberal; aliás, era antiliberal, declaravam-se adeptos das ideias positivistas de Augusto Comte. Cf. PINTO, Céli Regina. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS:1889-1930). Porto Alegre: L&PM, 1986, p. 9 - 15.



Querem atribuir à princesa a libertação dos escravos.

Se a princesa fosse a amiga fervorosa da raça oprimida que nos querem apresentar, não era somente agora que o devia mostrar, há muito que esse sentimento devia ter-lhe imposto outra conduta.

E essa mesma princesa abolicionista que sustentou o sr. Cotegipe e que só o abandonou a onda da indignação pública, arrancou-lhe o poder das mãos, completamente desprestigiado e desmoralizado.

Não, não é o projeto abolicionista que representa uma luta no momento que cobre assim de popularidade a princesa.

Não é tão pouco o trabalho da propaganda abolicionista, porque esse trabalho fez-se fora do governo e a despeito dele, exceto o tempo do gabinete do sr. Dantas.

A verdade é que a abolição estava feita; o escravo libertava-se, si não o libertassem.

A princesa é a mesma; o que mudou foi a opinião a respeito dela<sup>40</sup>.

A tentativa de esvaziar a atuação da princesa no processo abolicionista fica bastante expressa no trecho acima e em tantos outros que se encontram na fonte desta pesquisa. Aos olhos dos redatores d' *A Federação*, o papel da abolição não cabia a ela, na medida em que já era um fato certo. Fica claro também que, para eles, assim como para os demais correligionários republicanos, a roupagem de abolicionista foi vestida por Isabel como uma estratégia visando à continuidade do regime, o que se relacionava diretamente à imagem e ao nível de aceitação dela entre os vários setores sociais.

De fato, a construção da figura da herdeira do trono como uma governante capaz de dar fim ao escravismo era um empreendimento promissor que poderia possibilitar flores e glórias à instituição monárquica e a ela especificamente<sup>41</sup>. Estratégia esta percebida pelos republicanos rio-grandenses e amplamente criticada por eles que argumentavam: “a princesa, nos tempos precários para o abolicionismo, nunca se revelou em prol dos cativos, nunca prestou ao movimento ao movimento libertador a força moral de seu apoio”<sup>42</sup>. Nega-se, inclusive, o próprio espírito abolicionista de d. Isabel, ou seja, os seus sentimentos em relação aos escravos, sua compaixão para com a *raça oprimida*. Mary Del Priore ao biografar a vida do casal – Isabel de Bragança e Conde D’Eu – aproxima-se dessa visão ao revelar que a princesa era alheia à situação dos escravos e que se aproveitou da onda abolicionista para projetar-se politicamente<sup>43</sup>. Ao analisar as cartas escritas por Isabel, a autora percebeu a falta de envolvimento dela com a luta abolicionista, uma vez que identificou citações que fazem alusão aos escravos de forma muito natural e normal,

<sup>40</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08 de mai. de 1888, p. 1.

<sup>41</sup> ROBERT, Isabel, a “Redentora dos escravos”, p. 84

<sup>42</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>43</sup> PRIORE, Mary Del. **O Castelo de Papel**: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil, e Gastão de Orléans, conde D’Eu. Rio de Janeiro: Rocco, 2013.



sem qualquer reflexão ou preocupação com os mesmos.

O esforço para desvincular a abolição da ação da Princesa e por consequência da monarquia também se refletiu na contestação do título de “Redentora”, a ela creditado por seus apoiadores logo após a assinatura da Lei Áurea. Transcorrido o primeiro ano desse decreto, os republicanos rio-grandenses afirmavam convictos:

Nesse lapso de tempo, vi com grande alegria aumentarem-se, crescerem, agruparem-se as ideias republicanas no Brasil inteiro e aglomerando-se nos corações do nobre povo brasileiro, surgir delas a áurea lei de 13 de maio de 1888, que por obra das causas circunstanciais de momento e por uma urgência exibida pelo povo, que não admitia delongas, foi assinada pela princesa Isabel, indevidamente intitulada – a redentora; a lei de abolição que lavou para sempre a horrível mancha que enegrecia a nossa áurea verde bandeira.<sup>44</sup>

O título era determinantemente indevido. Primeiramente, porque a princesa mostrara-se uma abolicionista de ocasião, motivada pelo interesse de popularizar-se e quiçá implementar um Terceiro Reinado. E, em segundo lugar, porque não teria feito ela “mais que sua obrigação” ao dar o golpe final numa causa latente na opinião pública e que estava, até então, resolvendo-se à mercê da atuação governamental. Alegava o jornal que tal procedimento não era razão “para reconhecimentos e gratidão de ninguém”, e muito menos para que os republicanos quebrassem as armas e voltassem às costas ao seu ideal – “o estabelecimento da República Federativa”<sup>45</sup>. Logo, não existiam motivos para admirar e defender a princesa, tanto que aqueles que fizeram isso foram amplamente criticados no periódico e por vezes tachados como traidores, vide o caso de José do Patrocínio.

Esta contestação do papel abolicionista encarnado por d. Isabel representa também o esforço republicano em podar qualquer vínculo que pudesse ser estabelecido entre monarquia e abolicionismo. Para os redatores d’ *A Federação*, “a abolição da escravidão não pode ser a legenda da monarquia”<sup>46</sup>, principalmente pelo caráter pouco funcional que teve a Lei Áurea. Ocorria, na verdade, inversamente o contrário, uma vez que reiteradamente enfatizava-se que operada a transformação do trabalho, a eliminação da monarquia seria consequência inevitável, estabelecendo entre as instituições uma relação de concomitância. Aproveitavam-se, assim, para endossar a campanha republicana estreitando os laços entre abolicionismo e republicanismo:

Extinto o privilégio de raça com a liberdade pessoal de todos os filhos do país, é justo, lógico e indispensável que acabe o privilégio de família.

A liberdade da raça escravizada deve seguir-se à liberdade política da pátria.

<sup>44</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 03 de jul. de 1889, p. 1.

<sup>45</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>46</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.





Concluamos a tarefa. Sejamos americanos fazendo a América sem reis. [...]

Retiremos dessa estrada o oneroso trambolho da monarquia ali colocado para obrigar-se ao retardamento.

O espírito e a moral escravista não desaparecerão tão cedo; a regeneração dos costumes não se há de operar com a celeridade precisa enquanto existir a monarquia, o gerador e mantenedor de todas as subserviências. [...]

Abolicionistas radicais, não podemos nem devemos parar na abolição da escravatura negra.

O que a lógica manda é que prossigamos mais ativamente na abolição da monarquia, a escravidão das consciências, e com ela todos os males inveterados pelo duplo e secular escravismo que tem dominado sobre os brasileiros.<sup>47</sup>

Do excerto acima é possível perceber também o duplo emprego que os periodistas faziam do termo *liberdade*: aquele jurídico, relacionado ao fim da categoria escravo, e aquele que era quase um sinônimo de república. Para *A Federação*, a abolição do elemento servil não teria libertado completamente a pátria, uma vez que o *espírito e a moral escravistas* reproduzir-se-iam enquanto existisse o império. A tarefa do abolicionismo, por sua vez, só findaria com a instauração do regime republicano, momento em que a *liberdade* seria, então, plenamente alcançada. Nas palavras do jornal: “o decreto da abolição da monarquia será recebido oportunamente entre os aplausos da multidão, como acaba de ser recebido o da abolição dos escravos: ambos contêm a destruição do cativo, sendo que o da extinção da monarquia é mais amplo do que o atual”<sup>48</sup>. Grosso modo, acontecia que estrategicamente os republicanos rio-grandenses tentavam estender a forte popularidade do movimento abolicionista à sua causa política, na tentativa de consolidar uma opinião igualmente popular e favorável a mesma.

Associar o fim do *privilégio da raça* (a abolição) com o fim do *privilégio de família* (a instauração da república) compunha uma plataforma política compreensível, que visava aproveitar o movimento abolicionista como força política e moral contra a monarquia. Tratar esses dois momentos como inerentemente imbricados era associá-los discursivamente como imprescindíveis para a extinção de diferentes *cativos*, um racial e outro genealógico/nobiliárquico. Essa ênfase dos republicanos sul-rio-grandenses na radicalidade desse duplo processo assenta também na crença ideológica que compartilhavam, de que medidas posteriores relacionadas à inserção positiva ou compensações quaisquer dirigidas às populações negras seriam desnecessárias. Afinal, a liberdade era um *bem suficiente para recompensar, só ela, todos os males do cativo!*

Se Isabel não foi a protagonista da abolição, quem teria ocupado este papel aos olhos

<sup>47</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>48</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 22 de jun. de 1888, p. 1.



desses republicanos? Em 1884, o jornal enfatizava que “foi pelos esforços persistentes dos abolicionistas, pela sua propaganda tenaz e persuasiva, pelo poder prolífico com que conquistaram para a nobre causa o espírito do país”<sup>49</sup>, ou seja, conferia-se ali importante função a esse grupo. Contudo, tal leitura aparecia muito discretamente no jornal, pois a abolição, na verdade, era divulgada ali muito mais como uma obra do povo brasileiro:

Quem lucrou com a libertação dos cativos foi a Pátria; *os partidos não fizeram a abolição*; a glória não cabe, portanto, a nenhum deles; cabe à nação.

E a reforma última é uma conquista e um exemplo, um argumento: o povo brasileiro mostrou que sabe querer;

Desfizeram-se as dúvidas sobre a nossa energia, de difícil reação, não há dúvida, mas real.

Nessa luta contra o interesse pessoal, o povo brasileiro, além da elevação moral extraordinária que mostrou, provou que sabe ser tenaz, tanto quanto sabe ser generoso.

[...] A escravidão acabou e vamos ver que os nossos males todos não eram produzidos por ela, porque muitos hão de permanecer, extinta a escravidão.

Agora é a própria forma de governo que fica descoberto.

*Empregue o povo brasileiro, para derrocá-la, a metade da energia que empregou para libertar-se dos escravos e terá entrado no regime de definitivo*, no amplo sistema que permite a livre expansão de toda a atividade.<sup>50</sup>

Em muitas edições é possível detectar a tentativa de caracterizar a abolição como um fato popular por excelência. Todavia, é necessário levar em conta que esse “povo” aparece de forma muito genérica – conforme consta no trecho transcrito – de modo que não fica claro a quais setores sociais estariam se referindo<sup>51</sup>. Essa característica vai ao encontro do que se falava anteriormente, no empreendimento de conclamar o povo a seguir lutando por uma causa intrínseca à abolicionista, aquela que eliminaria de vez todos os males que abatiam o país: a instauração da república.

De acordo com trecho citado acima, percebeu-se também que os redatores d’ *A Federação* tentavam desvincular a libertação dos escravos da ação partidária. Todavia, frisa-se novamente que o partido em questão soube utilizar-se muito bem da causa para consolidar-se na política rio-grandense, beneficiando-se da popularidade que o movimento abolicionista ganhou ao longo da

<sup>49</sup> *A Federação*, 19 de jul. de 1888, p. 1.

<sup>50</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 26 de mai. de 1888, p. 1. (Grifos do autor).

<sup>51</sup> Ao destacar as abordagens que recebeu o 13 de maio de 1888 na historiografia, Renata Figueiredo constatou que o uso da expressão “povo” foi amplamente veiculado nos jornais, principalmente nas comemorações que seguiram a decretação do fim oficial do cativo. A autora sublinhou que a definição considerada pelos jornais naquele momento está inclinada para a parcela da população que na sua ampla diversidade tornou difícil a identificação ser feita por outra palavra. Todavia, n’*A Federação* esse termo pareceu comportar outros significados. Cf. MORAES, Renata Figueiredo. **Os maíos de 1888: História e memória** na escrita da História da abolição. O caso de Osório Duque-Estrada. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007, p. 102.



década de 1880. Se a princesa Isabel e os partidos políticos não foram, por sua vez, os responsáveis ou os protagonistas da abolição, tampouco a população de origem africana teriam exercido qualquer papel nesse processo. A abolição é representada como um movimento popular; “popularidade” esta da qual a população negra não fazia parte e, portanto, não merecia destaque. Noutras palavras, foi um movimento conduzido pela população eminentemente branca que gloriosamente se redimia com a “raça escravizada”. Afirmavam os periodistas que “o escravo libertava-se, se não o libertassem”<sup>52</sup>, deixando claro a ignorância e impotência não só do escravo, mas do negro, frente às ideias libertadoras:

[...] a propaganda alastrava-se por toda a parte vencedora até que conseguiu vencer o cordão do escravismo estendido entre ela e as fazendas e penetrou nas senzalas.

Então toda a resistência cessou; tinham falado ao negro em liberdade, fugiram alguns, outros o souberam, fugiram também: da terceira fazenda e da quarta fugiram em massa, o escravo já sabia que havia brancos nos quais não predominava a respeito dele a hostilidade permanente, única face por onde lhe aparecia a raça dominadora.<sup>53</sup>

Dessa forma, a única atitude que essa população teria tido possibilidade de tomar teriam sido as fugas. Faz-se necessário sublinhar que tal representação não era estranha levando em conta o contexto em que se insere, além disso, deve-se lembrar de que o protagonismo negro, ou melhor, a abolição tida como uma conquista desse povo é coisa recente, inclusive no meio historiográfico.

Colocando a abolição como obra do “povo”, os periodistas d’ *A Federação* conferiam o status de unanimidade a este fato. Seguidamente enfatizavam que a monarquia teria cumprido apenas “o seu dever *obedecendo à vontade manifesta da nação*<sup>54</sup>”; à “*suprema aspiração do patriota brasileiro*<sup>55</sup>”. Tal ideia de unanimidade em torno da abolição foi, todavia, divulgada na imprensa brasileira de modo geral. Ao analisar o movimento abolicionista, Joseli Mendonça, afirmou que a imprensa recheava suas publicações com textos de apoio e de exemplos de ações favoráveis ao fim da escravidão, porém, “essa vontade geral não unânime e foi contestada por Andrade Figueira que lembrou que a população do Brasil não correspondia apenas aos que frequentavam as galerias da Câmara”<sup>56</sup>. Além disso, para a autora, esse foi mais um elemento da memória que naquele momento – 13 de maio de 1888 – começava a ser construída, uma vez que os jornais não lembraram os insatisfeitos com a lei e trataram apenas de reproduzir nas suas manchetes as

<sup>52</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 08 de mai. de 1888, p. 1.

<sup>53</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 15 de mai. de 1888, p. 1.

<sup>54</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 28 de jun. de 1888, p. 1. (Grifos nossos).

<sup>55</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 21 de jun. de 1888, p. 1. (Grifos nossos).

<sup>56</sup> MORAES, Renata Figueiredo. Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. **OPISIS**. v.7, n.9, jul./dez. 2007, p. 219.



comemorações por toda a cidade<sup>57</sup>.

Aos olhos dos articulistas d' *A Federação*, todas as ações empreendidas pela Princesa em fins do século XIX, não somente em relação à causa abolicionista, tinham como pano de fundo fornecer uma sobrevida à monarquia. Tais percepções ficam claras no fragmento retirado de uma edição de 1888 reproduzido abaixo:

Ela (a Princesa) vivia bem obscura há ainda pouco tempo, entregue à educação dos filhos e às suas novenas; ninguém acusava a princesa de intrometer-se nos negócios públicos, nem havia a previsão de que ali se achava uma grande cabeça; pelo contrário, os próprios monárquicos achavam que ela empregava bem o tempo entre a igreja e os concertos.

Não constou nunca que a princesa se pronunciasse sobre um negócio grave; que ela se manifestasse no sentido de uma ou outra concessão liberal, nem que fizesse dos negócios públicos a sua ocupação predileta.

A princesa e o conde D'Eu viviam, além de tudo, impopulares.

Entretanto, de um momento para o outro, o conde D'Eu ficou um grande general e a princesa uma elevada estatura política.

Está na memória de todos a caçada real à popularidade que os príncipes fizeram nesta província: - um passeio.<sup>58</sup>

De acordo com os republicanos integrantes do dito jornal, Isabel não tinha e não demonstrara qualquer vocação para a vida pública, visto que a ela interessava mais “os concertos que organizava e as festas de igreja do que as questões de interesse nacional”<sup>59</sup>. Também não se negava no jornal “os dotes de esposa modelo e mãe exemplar”<sup>60</sup> da Princesa, entretanto, só isso não bastava para dirigir os destinos do país, de maneira que “simplesmente pelas prerrogativas do seu sexo só deveria merecer deferências, respeito e proteção”<sup>61</sup>. Nesta perspectiva, deve-se sublinhar que a inaptidão com que caracterizavam essa senhora deve-se em grande medida às concepções de gênero que vigoravam no século XIX, de modo que a posição de monarca ou regente não era destinada às mulheres. Os padrões de gênero eram restritivos para elas, tendo em vista que as estruturas dominantes eram definidas e controladas exclusivamente por homens<sup>62</sup>.

Essa incapacidade política que atribuíam à Princesa, ficava registrada no jornal também

---

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_, Os diferentes 13 de maio. História, memória e festa da abolição. p. 219.

<sup>58</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>59</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 02 de mai. de 1888, p. 1.

<sup>60</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 13 de jul. de 1889, p. 1.

<sup>61</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 27 de jun. de 1889, p. 1.

<sup>62</sup> BARMAN, Roderick J. **Princesa Isabel do Brasil**. Gênero e poder no século XIX. Tradução Luiz Antônio Oliveira Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 34.

Segundo Barman, as próprias estruturas de gênero podem ser responsabilizadas por esse alheamento político da Princesa até a década de 1880. Na análise da correspondência trocada entre o Imperador e a filha, Barman percebeu que o tema político era ausente, assim, isolada do resto da sociedade e sem se inserir no debate político, Isabel pouco sabia da realidade brasileira.



quando se elevava a figura do marido, o Conde D'Eu<sup>63</sup>, sobre a sua. Conforme os articulistas do jornal divulgavam em meados de 1888, Isabel estava “subordinada pelo instinto próprio ao seu sexo a sugestões estranhas, presa fatalmente à irresistível vontade de seu esposo”<sup>64</sup>, logo, seu reinado serviria para o “franco ingresso ao domínio do Sr. Conde d' Eu”<sup>65</sup>. Noutra publicação, também de 1888, afirma-se o seguinte:

Pensamos nós que aceitar a princesa é aceitar o conde D'Eu, não como marido dela unicamente, mas como imperador.

O segundo plano é evidente que pertencerá à senhora d. Isabel, espírito mais fraco do que o do marido.

Este último, estrangeiro, expulso da própria pátria, ligado ao Brasil como a uma propriedade a explorar, é que será o nosso amo.<sup>66</sup>

Sendo mulher e alheia à política, não teria ela fibra – segundo os republicanos sul-riograndense - para dirigir um Terceiro Reinado. Portanto, o esperado era que o marido assumisse as rédeas do Império e tomasse para si o trono. O conde, por sua vez, era visto no jornal como, além de um estrangeiro – conforme consta no trecho acima, um “aventureiro de raça e de condição, elevado pela diplomacia cortesão ao papel de príncipe consorte”<sup>67</sup>.

Outra característica que integra as representações sobre D. Isabel é sua forte religiosidade, fato que por consequência sinalizava uma proximidade com a Igreja Católica. Para os redatores d' *A Federação*, a princesa herdeira era tida, então, como “uma mulher obsecada pelo fanatismo religioso”, que se ascendesse ao trono iria instaurar o verdadeiro “reinado do terror e do jesuitismo”<sup>68</sup>. Os periodistas não exploraram muito essa faceta da filha de D. Pedro II, mas era mais um aspecto que encontraram para desqualificar sua personalidade e suas intenções políticas.

Interessa enfatizar que ela não foi a única de nossas personagens que mantinha laços estreitos com o catolicismo; Aurélio de Bittencourt era tão beato quanto ela, sendo inclusive presença ativa em várias organizações ligadas a sua religião em Porto Alegre. Muito embora em relação a ele nenhum problema pareceu existir sobre isso, uma vez que tinha esses aspectos de sua vida enfatizados n' *A Federação* sem qualquer conotação negativa. Acredita-se que tal disparidade esteja relacionada basicamente e mais uma vez com os divergentes posicionamentos políticos dos personagens. Como estudado antes, Aurélio era, além de funcionário do Estado gaúcho, homem de confiança do PRR; enquanto a Princesa representava para eles a abominável

<sup>63</sup> Uma biografia sobre a vida do casal d. Isabel e Conde D'Eu a partir de como se relacionavam com a política do Estado pode ser encontrada em: PRIORE, **O Castelo de Papel**, 2013.

<sup>64</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>65</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>66</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 04 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>67</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 09 de jun. de 1888, p. 1.

<sup>68</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 01 de jun. de 1888, p. 1.



possibilidade de um Terceiro Reinado.

A proximidade da Princesa com o catolicismo resultou por colocá-la numa corrente de abolicionistas moderados que apelava para a doutrina do evangelho e que revestiu a libertação de um teor religioso, assim como também rendeu representações positivas sobre esta personagem. Investigando justamente tais representações no jornal *O Exemplo* de Porto Alegre, nos primeiros anos do século XX, Thanise Guerine e Maria Angélica Zubaran constataram que a Princesa Isabel e outras lideranças abolicionistas foram acionadas pelos periodistas deste periódico com um intuito pedagógico: “o de fornecer modelos de lideranças moderadas e patrióticas, que deveriam inspirar os afro-brasileiros na sua busca de inclusão na nação<sup>69</sup>”. Os redatores d’ *O Exemplo* trataram de sacralizar então estes personagens em múltiplas analogias cristãs, no caso da Princesa Isabel, também replicaram a versão oficial da “redentora” e do reconhecimento dos negros frente ao “presente” dado por ela, no caso a abolição<sup>70</sup>.

### Considerações finais

A narrativa republicana da abolição que se destacou dos fragmentos biográficos de Nabuco e Isabel teve como característica central a ideia de uma conquista pacífica protagonizada pelo “povo”. O jornal *A Federação*, então, engrandeceu e/ou diminuiu determinados aspectos da vida pública e privada dessas duas figuras históricas para endossar sua versão sobre a libertação dos escravos.

Em relação a Nabuco, os redatores mantiveram um posicionamento dúbio. Por um lado sua militância abolicionista era digna de louros; por outro era monarquista e por isso não podiam fornecer-lhe apoio e confiança absolutos. A concepção de uma abolição pacífica, por outro lado, aproximava Nabuco dos parâmetros abolicionistas do PRR. Logo após a decretação da Lei Áurea, o jornal já desejava: “que a República venha com flores como veio a abolição da escravatura em 1888”<sup>71</sup>. Repetindo, praticamente a mesma frase anos depois, em 1903: “resolvemos por meio de florões com alegria profundamente humana – o gravíssimo problema da escravidão – que afeta intimamente todas as fibras do organismo social”<sup>72</sup>. Dessa forma, ativismos como o empreendido por Joaquim Nabuco, que se aproximava dessa versão, acabaram recebendo elogios e admirações por parte dos republicanos d’ *A Federação*.

---

<sup>69</sup> ATOLINI, Thanise, ZUBARAN, Maria Angélica. A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal *O Exemplo*: representações pedagógicas e culturais (1920-1930). **Revista de Iniciação Científica da Ulbra**. n. 12, 2014, p. 138.

<sup>70</sup> ATOLI, ZUBARAN, A reinvenção da abolição e dos abolicionistas no jornal *O Exemplo*..., p. 135.

<sup>71</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 15 de jul. de 1888, p. 1.

<sup>72</sup> *A Federação*, Porto Alegre, 20 de fev. de 1903, p. 1.



No que tange à Isabel, pertencente à família real e herdeira do trono, não teria porque ter sido diferente: foi desqualificada enquanto abolicionista e tida como incapaz de governar o país, a ela restavam apenas os predicativos de esposa e mãe. No caso da princesa, incidiu-se uma visão bem mais negativa, mas que se encontrou articulada também à narrativa composta pelo jornal, uma vez que a seus membros interessava veicular a insustentabilidade da sobrevivência do império a seus leitores.

Como se destacou ao longo do texto, as visões negativas sobre a princesa e as desconfianças em torno de Nabuco encontram-se articuladas à campanha republicana empreendida pela *A Federação*, na medida em que desqualificar a atuação de dois monarquistas no processo de abolição implicava em angariar para os republicanos o capital simbólico da causa. Assim, buscaram afastar o feito da abolição da monarquia, aproximando-o da República. A análise dos fragmentos biográficos de Joaquim Nabuco e da Princesa Isabel deixou claro como suas posições políticas influenciaram na imagem que o jornal *A Federação* veiculou sobre eles. Porém, isso de forma alguma foi determinante para determinar o posicionamento dos redatores frente aos dois, vide o caso de Nabuco que foi bastante elogiado por eles.





# Comércio de mão de obra escravizada numa economia de mercado interno: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1861-1888)<sup>1</sup>

Trade of enslaved labor in an internal market economy: the slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG) and its connections (1861-1888)

Ulisses Henrique Tizoco

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

uht2286@gmail.com

Recebido em: 28/12/2017

Aprovado em: 24/01/2018

**Resumo:** O presente texto tem como objetivo apresentar os dados parciais de uma pesquisa de mestrado em curso que visa esmiuçar as características do mercado local de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG), bem como identificar as conexões estabelecidas com mercados de outras regiões, durante as três décadas finais da escravidão. Parte-se do pressuposto de que as movimentações internas de cativos operadas no sudeste do Brasil, e na província mineira em particular, após a cessação do tráfico atlântico em 1850, fazem parte de processos muito mais amplos e complexos que uma simples transferência de escravos “ociosos” de áreas “decadentes” para áreas economicamente mais dinâmicas.

**Palavras-chave:** Tráfico interno de escravos, Décadas finais da escravidão no Brasil, Comerciantes de escravos.

**Abstract:** This paper aims to present the partial data of an ongoing master's research that analyzes the characteristics of the local slave market of the City of Bonfim do Paraopeba (MG), as well as to identify the connections established with markets in other regions during the three final decades of slavery in Brazil. Presupposes itself that the internal movements of captives operated in southeastern Brazil, and in the province of Minas Gerais in particular, after the cessation of the Atlantic Slave Trade in 1850, are part of processes that are much larger and more complex than a simple transfer of “unnecessary” slaves from “decadent” areas to economically more dynamic areas.

**Keywords:** Slaves internal traffic, Final decades of slavery in Brazil, Slave traders.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Gostaria de agradecer também aos três pareceristas anônimos pela leitura atenta e pelas valiosíssimas sugestões.



## Introdução

Ao longo do século XIX, ao mesmo tempo em que a escravidão perdia força e era abolida na maior parte do Ocidente, em três regiões do continente americano - o Sul da República dos Estados Unidos da América, a colônia espanhola de Cuba e o Império do Brasil – tal instituição viveu seu apogeu. Nesse período, o tráfico atlântico de mão de obra escravizada também alcançou cifras inéditas e, quando suprimido, deu lugar a um tráfico interno de dimensões jamais vistas, sobretudo nos EUA e no Brasil.

Em geral, associa-se a força da escravidão nessas áreas ao crescimento do consumo mundial das *commodities* algodão (cujo maior exportador era o Sul dos EUA), açúcar (que tinha Cuba como maior exportador) e café (cujas exportações eram lideradas pelo Brasil), capitaneado pela expansão da Revolução Industrial, pelo aumento populacional e pela expansão da urbanização no Ocidente.<sup>2</sup>

No caso do Brasil, uma historiografia mais antiga chegou a vincular a persistência da escravidão ao longo do século XIX unicamente ao *boom* da produção cafeeira<sup>3</sup>. Contudo, a produção historiográfica mais recente vem demonstrando que, embora o café tenha desempenhado importante papel na manutenção da robustez da instituição escravista em algumas áreas do país (notadamente as regiões de *plantation* das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro), havia outras regiões brasileiras, não exportadoras de café (e em certos casos nem mesmo diretamente vinculadas a qualquer tipo de produção para exportação), onde a escravidão manteve sua vitalidade até os últimos momentos de sua existência. Grande parte da extensa província mineira teria sido um delas<sup>4</sup>.

A região do Médio Vale do Rio Paraopeba, por exemplo, ocupada pelo então município

---

<sup>2</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

<sup>3</sup> Ver principalmente FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1967 e SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil**. 8.ed. São Paulo: Nacional, 1978. Robert Conrad (CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ Instituto Nacional do Livro, 1975), além de corroborar tal raciocínio, argumenta ainda que, nas décadas finais da escravidão, o interesse pela manutenção do escravismo variava conforme a importância que a produção cafeeira apresentava em cada região.

<sup>4</sup> Em relação à economia escravista da província mineira, ver principalmente MARTINS, Roberto Borges. **A economia escravista da Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. (Texto para Discussão n° 10); MARTINS, Roberto Borges. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 1, jan-abr 1983, pp. 181-209; MARTINS, Roberto Borges. **Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994. (Texto para Discussão n° 70); LIBBY, Douglas Cole. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988; entre outros. No tocante à escravidão no Império do Brasil, um bom balanço historiográfico recente pode ser encontrado em MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo (orgs.). **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.



de Bonfim, desenvolveu, ao longo das três últimas décadas da escravidão, um significativo comércio de escravos que, como se discutirá adiante, não estaria simplesmente drenando os escravos de uma região de economia menos dinâmica para as pujantes regiões cafeeiras, sempre ávidas por mão de obra.

Localizada na região Mineradora Central Oeste (conforme mapa 1, mais adiante)<sup>5</sup>, a Cidade do Bonfim do Paraopeba figurava numa posição intermediária entre os municípios da província mineira no tocante ao tamanho de sua população escrava e não estava diretamente vinculada à economia de exportação, apresentando, desde suas origens setecentistas, uma produção eminentemente agropecuária voltada para o mercado interno<sup>6</sup>. Merecem destaque também a fabricação de fios de algodão e tecidos, possivelmente a principal atividade de transformação desenvolvida na localidade, e as intensas relações comerciais que Bonfim mantinha com Ouro Preto e com a Corte ao longo do século XIX.<sup>7</sup>

O presente texto visa apresentar os dados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento a respeito do funcionamento do mercado de escravos no município de Bonfim do Paraopeba e suas conexões com mercados de outras regiões, focando no perfil dos sujeitos negociados e nas estratégias comerciais dos principais envolvidos e articulando tal mercado às lógicas comerciais e econômicas mais amplas nas quais estava inserido.

O recorte temporal proposto, 1861 a 1888, foi escolhido em virtude da cobertura mais

---

<sup>5</sup> A região Mineradora Central Oeste caracterizava-se por ter sido a área da fundação dos primeiros arraiais da então região das minas, sendo, ao longo do século XIX, uma das regiões mais dinâmicas e densamente povoadas da província. Para uma discussão acerca da proposta de regionalização aqui adotada, ver principalmente PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**. São Paulo: FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado); GODOY, Marcelo Magalhães. *Intrépidos viajantes e a construção do espaço – Uma proposta de regionalização para as Minas Gerais do século XIX. Texto para discussão n.º.109*. Belo Horizonte: CEDEPLAR – UFMG, 1996; PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. *Território de contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX*. In: **X Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: Cedeplar/UFMG, 2002 e RODARTE, Mario Marcos Sampaio. **O Trabalho do Fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista**. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2008 (Tese de Doutorado).

<sup>6</sup> Vizinha a Ouro Preto e Sabará, Bonfim foi elevada a Vila através da Lei Provincial n.º 134, de 16/03/1839, tornando-se Cidade pela Lei Provincial n.º 1094, de 07/10/1860. De acordo com os dados do Recenseamento de 1872, sua população compunha-se de 29762 livres e 5824 escravos. Em relação à população escrava, os extremos da província eram Leopoldina, com 15253 (e 26633livres), e São Romão, com 433 (e 6940 livres). Comparando-se o percentual de escravos em relação à população total, Leopoldina apresentaria 36% (superada apenas por Mar de Espanha, com 39%, e Juiz de Fora, 37%), São Romão aparece com 5% (o menor percentual da província) e Bonfim, 16% (percentual bastante próximo daquele apresentado pela província, 18%). (disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html?jsessionid=7957da67ce24b5a9d5bbbd8a5be>. Acesso em 08/09/2016).

<sup>7</sup> MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.



sistemática de tais negociações durante esse intervalo de tempo, devido à legislação vigente<sup>8</sup>, além de agrupar as três décadas finais da escravidão, período reconhecido na historiografia como aquele no qual a instituição escravista no Brasil, após a abolição do tráfico transatlântico, viveu um momento de grandeza seguido por outro de crise que culminou em sua própria extinção<sup>9</sup>. Por haver sido encerrado em 1850 o tráfico atlântico, trata-se de um período marcado pela vigência exclusiva do tráfico interno.

Os resultados apresentados decorrem da análise dos registros notariais, de 1º e 2º ofícios, existentes no Arquivo Público Municipal de Bonfim – APMB, envolvendo escravos (escrituras e procurações referentes a negociações de escravos)<sup>10</sup>. As transações, embora se componham, em sua maioria, de compras e vendas simples, também englobam alguns penhores, hipotecas, vendas condicionais ou “à retro”, trocas, alugueis ou “ajustamentos” ou “engajamentos” e doações<sup>11</sup>.

Como salienta Rafael Scheffer, escrituras de compra e venda e procurações apresentam um caráter complementar, uma vez que uma possibilita contornar parcialmente as limitações da outra. Neste sentido, a principal limitação das primeiras residiria na sub-representação das transações realizadas entre pessoas de diferentes localidades, uma vez que apenas uma transação seria registrada: ou a saída ou a chegada do escravo. Quanto às segundas, a principal limitação diz respeito à impossibilidade de saber, em muitos dos casos, se a intenção que motivou a produção

---

<sup>8</sup> A Lei nº 1114, de 27/09/1860, em seu artigo 12, parágrafo sétimo, e o Decreto nº 2699, de 28/11/1860, determinavam que a compra e venda de escravos de qualquer valor deveria ser feita por escritura pública sob pena de nulidade. Até então, para ter validade perante a lei, bastava o contrato particular firmado entre as partes. A partir de 1874, passou a ser necessário o registro em cartório também das procurações (conforme Decreto nº 5737, de 02/09/1874, artigo 98, parágrafos primeiro e segundo).

<sup>9</sup> MARQUESE; SALLES. **Escravidão e capitalismo**.

<sup>10</sup> A saber: da sede do município de Bonfim (freguesia da Cidade do Bonfim), quatro livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos (cobertura entre 1861-1872 e 1881-1888), 11 livros de notas do 1º Ofício (1861-1888), cinco livros de notas do 2º Ofício (1868-1871, 1873-1874, 1881-1883, 1884-1886 e 1888-1889), cinco livros de procurações do 1º Ofício (1875-1880 e 1882-1888) e 13 livros de procurações do 2º Ofício (1874-1888); da freguesia de Piedade dos Gerais, dois livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos (1861-1873), oito livros de notas (1862-1879, 1881-1882 e 1883-1887) e dois livros de procurações (1876-1877 e 1883-1887); do distrito de Rio Manso (pertencente à freguesia da Cidade do Bonfim), dois livros de notas (1861-1867 e 1876-1880); totalizando seis livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos, 26 de notas e 20 de procurações analisados. Os livros referentes às demais freguesias que compunham o município de Bonfim não foram recolhidos ao APMB, visto terem os distritos deixado de pertencer à comarca em época anterior à criação do arquivo. Procurados nos cartórios, também não foram localizados, podendo já haverem se perdido. A respeito da cobertura espacial, embora se constate uma prevalência de transações efetuadas por moradores das freguesias de Bonfim e Piedade dos Gerais, vale ressaltar que os livros da sede contemplam transações efetuadas por moradores de todas as freguesias bonfinenses. No tocante à cobertura temporal, embora todos os anos do recorte proposto (1861-1888) sejam contemplados por, pelo menos um livro, é necessário admitir que os períodos 1861-1872 e 1881-1888 contam com maior cobertura que o compreendido entre 1873-1880.

<sup>11</sup> Embora a maior parte das escrituras de compra e venda de escravos estejam nos livros de notas especiais para esse fim e as procurações, nos livros próprios, os livros de notas comuns também apresentam tais documentos, em quantidade menor. Nos livros de notas bonfinenses, a maior parte da documentação referente à escravidão diz respeito a escrituras de hipotecas (normalmente hipotecas de bens de raiz que também incluíam escravos), contratos de engajamento e cartas de liberdade (as quais também são utilizadas como documentos auxiliares na dissertação, mas, para este texto, por limitação de espaço, não foram consideradas).



de tal documento foi de fato concretizada e, se foi, como, onde e por quem.<sup>12</sup>

A despeito de suas limitações, tais fontes nos permitem grandes possibilidades de pesquisa, sobretudo quando combinadas com fontes de outras naturezas. Esta pesquisa utiliza, como documentos auxiliares, anúncios de jornais mineiros e cariocas, o *Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Geraes*<sup>13</sup>, bem como inventários e outros processos judiciais existentes no APMB.

### Perfis das negociações e dos escravos negociados

O banco de dados formado a partir das escrituras e procurações<sup>14</sup> permitiu delinear o perfil dos indivíduos comercializados e padrões do próprio comércio.

Em linhas gerais, os indivíduos negociados no mercado de escravos bonfinense caracterizaram-se por um perfil predominantemente masculino (57% nas escrituras e 53% nas procurações), nascido no Brasil (94%) e em idade produtiva (15-39 anos – 69%)<sup>15</sup>. Entre os homens, predominaram as atividades ligadas à produção agrícola (lavrador / roceiro / profissão de roça / serviço de roça / trabalhador de roça) e, entre as mulheres, aquelas ligadas à transformação têxtil (fiadeira / fiandeira / fiadeira de algodão / fiar algodão, fiar algodão e tecer, tecedeira, costureira). As variações dos preços médios podem ser visualizadas nos gráficos 1 e 2.

---

<sup>12</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. Comércio de cativos através das fontes cartoriais: possibilidades e seus limites. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal, 2013.

<sup>13</sup> Os jornais *A Actualidade*, *A Província de Minas* e *Diário de Minas*, de Ouro Preto, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio* e *Gazeta de Notícias*, publicados na Corte, e *Pbarol*, de Juiz de Fora, além das cinco edições do *Almanak* (1864, 1865, 1870, 1873 e 1875) encontram-se digitalizados, disponíveis para consulta no site da hemeroteca da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>).

<sup>14</sup> A saber, 216 escrituras, envolvendo 362 cativos e 121 procurações, abrangendo mais 160 escravos. Total de 337 transações e 522 indivíduos negociados. Os 22 ingênuos envolvidos (11 mencionados em cada fonte) foram analisados à parte, não sendo considerados no presente texto.

<sup>15</sup> É importante destacar que não há um consenso na historiografia sobre a faixa etária dos escravos considerada produtiva. Há autores que adotam a faixa 15-44 anos (PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX**, p. 211), outros utilizam 15-40 (BERGAD, Laird W. **Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888**. Bauru: EDUSC, 2004; READ, Ian. *Slave Markets and Networks*. In: READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos, Brazil. 1822-1888**. Stanford: Stanford University Press, 2012, pp. 62-90.) ou 15-39 (FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006, p.83.), adotada neste texto, enquanto outros optam por desmembrar tais faixas em 15-29 e 30-44 (MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, 2006; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste, 1850- 1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa**. Tese de doutorado em História. Campinas: Unicamp, 2012; ROSSINI, Gabriel Almeida Antunes. **A dinâmica do tráfico interno de escravos na franja da economia cafeeira paulista (1861-1887)**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, 2015), uma vez que é amplamente aceito que o auge da produtividade escrava, em ambos os sexos, dava-se entre os 15 e 29 anos. Ou seja, 15-29 seria o período *mais* produtivo dentro daquele no qual se poderia esperar alguma produtividade satisfatória por parte do trabalhador escravizado.

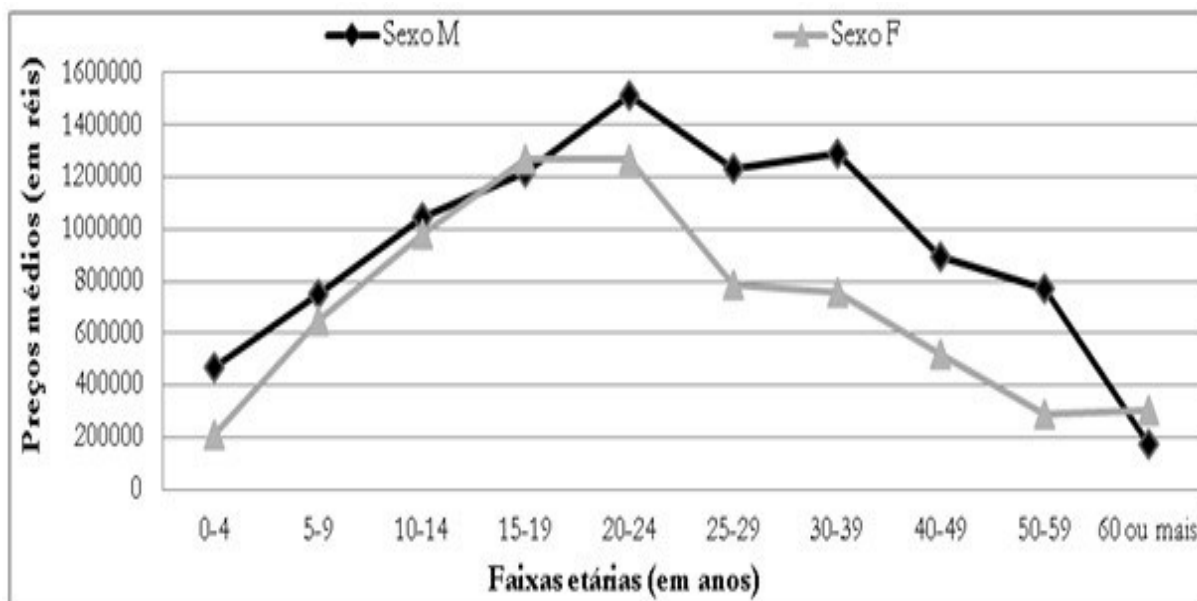


Gráfico 1 - Preços médios dos escravos no mercado bonfinense (em réis) por sexo e faixa etária: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.



Gráfico 2 – Preços médios dos escravos de 15 a 39 anos no mercado bonfinense (em réis) por década e sexo, em comparação aos preços médios do período 1861-1888: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

A análise dos preços médios conforme o sexo e a faixa etária revela que, nos anos 1860, portanto uma década após a abolição do tráfico atlântico, não apenas os preços das mulheres adultas (15-39 anos) estiveram bem mais próximos aos dos homens, como também os preços das jovens, de 15 a 24 anos, chegaram a superar os preços dos rapazes de mesma idade. Nas décadas seguintes, os preços das mulheres adultas caíram de forma bem mais acelerada que os dos





homens de mesma idade, aumentando cada vez mais a diferença de preço entre os sexos. No município de Mariana, Camila Flausino<sup>16</sup> observou comportamento parecido.

Isso sugere que, ao menos após o término do tráfico atlântico, o mercado bonfinense valorizou o potencial reprodutivo das mulheres jovens. Por isso, aquelas que se encontravam no auge de sua capacidade reprodutiva chegaram a atingir preços ainda mais elevados que seus coetâneos do sexo oposto<sup>17</sup>.

A Lei do Ventre Livre, de 1871, ao suprimir a possibilidade de reposição dos escravos via reprodução natural, alterou esse quadro. A partir daí, os preços das mulheres, além de deixarem de ser influenciados pelo potencial reprodutivo das mesmas, passaram a se desvalorizar cada vez mais em relação aos dos homens.

Um percentual de 80% das transações envolveram, no máximo, dois cativos. Isso evidencia que a maioria delas não se devia a possíveis falências de grandes unidades produtivas escravistas, onde os escravos estariam sendo vendidos junto com a propriedade inteira<sup>18</sup>.

As negociações concentraram-se no início dos anos 1860 (até 1863) e ao longo da década seguinte, tendo uma parte menor delas sido registradas durante a segunda metade da década de 1860 e durante os oito anos finais da escravidão (a última transação no mercado bonfinense foi efetuada em março de 1888).<sup>19</sup> Dessa forma, é importante lembrar que as três décadas contemplam acontecimentos que motivaram períodos de maior otimismo ou descrença na longevidade da escravidão, traduzindo-se em momentos de queda e alta nas transações.

Na década de 1860, iniciada com escravos atingindo preços estratosféricos, o resultado da guerra civil estadunidense (1861-1865) teria enfraquecido grandemente o vigor da instituição escravista brasileira<sup>20</sup>. Na década seguinte, a Lei do Ventre Livre empreendeu novo golpe à

---

<sup>16</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**, pp. 127-133.

<sup>17</sup> A respeito da importância da reprodução natural para o crescimento da população escrava na província mineira ver, principalmente, PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais do século XIX. In: **Estudos Econômicos**. 25 (2), p. 203-233, maio/ago. 1995; TEIXEIRA, Heloísa Maria. Família escrava, sua estabilidade e reprodução em Mariana, 1850-1888. **Afro Ásia**, 28, 2002, pp. 179-220; CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. **A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (Século XIX) – uma Hipótese**. In: LUNA, Francisco. V; COSTA, Iraci del Nero; KLEIN, Hebert S. **Escravidão em São Paulo e Minas Gerais**. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

<sup>18</sup> SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, p.62.

<sup>19</sup> Apesar da ausência dos dois livros de notas especiais para escrituras de compra e venda de escravos que cobrem o período 1872-1881, por serem nove anos cobertos por dois livros (que costumavam ter 50 folhas), supõe-se que a quantidade de transações e escravos negociados no período tenha sido próxima daquela registrada na década de 1860. Quanto às procurações, 53% delas correspondem ao período 1875-1876 e 33% aos quatro anos seguintes (1877-1880).

<sup>20</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis Peixoto. Internacional escravista: a política da Segunda Escravidão. In: **Topoi**, v.12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 97-117;





instituição escravista, ao suprimir a possibilidade de reposição da população escravizada, o que significava a extinção da escravidão no Brasil dentro de, no máximo, algumas décadas (embora, a depender unicamente da dita lei, tal fato só se concretizaria na primeira metade do século XX). A impossibilidade de renovação das posses via reprodução natural teria feito o comércio de escravos perder um pouco do fôlego para, a partir de 1874 até 1880, experimentar novo *boom*, uma vez que naquele momento tal renovação era possível unicamente recorrendo-se ao tráfico interno<sup>21</sup>. Finalmente, a década de 1880 se iniciou com a promulgação, pelas províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo entre 1880 e 1881, de leis estipulando aplicação de um pesadíssimo imposto (superior ao valor de um escravo) para cada cativo trazido de outra província, momento no qual o tráfico interprovincial teria sido desmantelado. Além disso, também iniciou-se no mesmo período um fortalecimento sem precedentes do movimento abolicionista, acompanhado por igual intensificação da resistência escrava (principalmente através de insubmissão e fugas), fatores cada vez mais capazes de exercer pressão para acelerar o fim da escravidão no Império. O tráfico interno, reduzido aos âmbitos local e intraprovincial, assumiu cifras bem mais modestas.<sup>22</sup>

As escrituras evidenciam um mercado eminentemente intraprovincial: 86% dos transmitentes e 82% dos adquirentes residiam no próprio município de Bonfim; 12% e 16%, respectivamente, residiam na província mineira (com destaque para os municípios localizados na região Mineradora Central Oeste) e apenas 1% e 4%, respectivamente, moravam em municípios da província do Rio<sup>23</sup>. Percebe-se que a maioria dos escravos negociados teria circulado em um raio de até 200 km da Sede municipal de Bonfim, como se vê no gráfico 3.

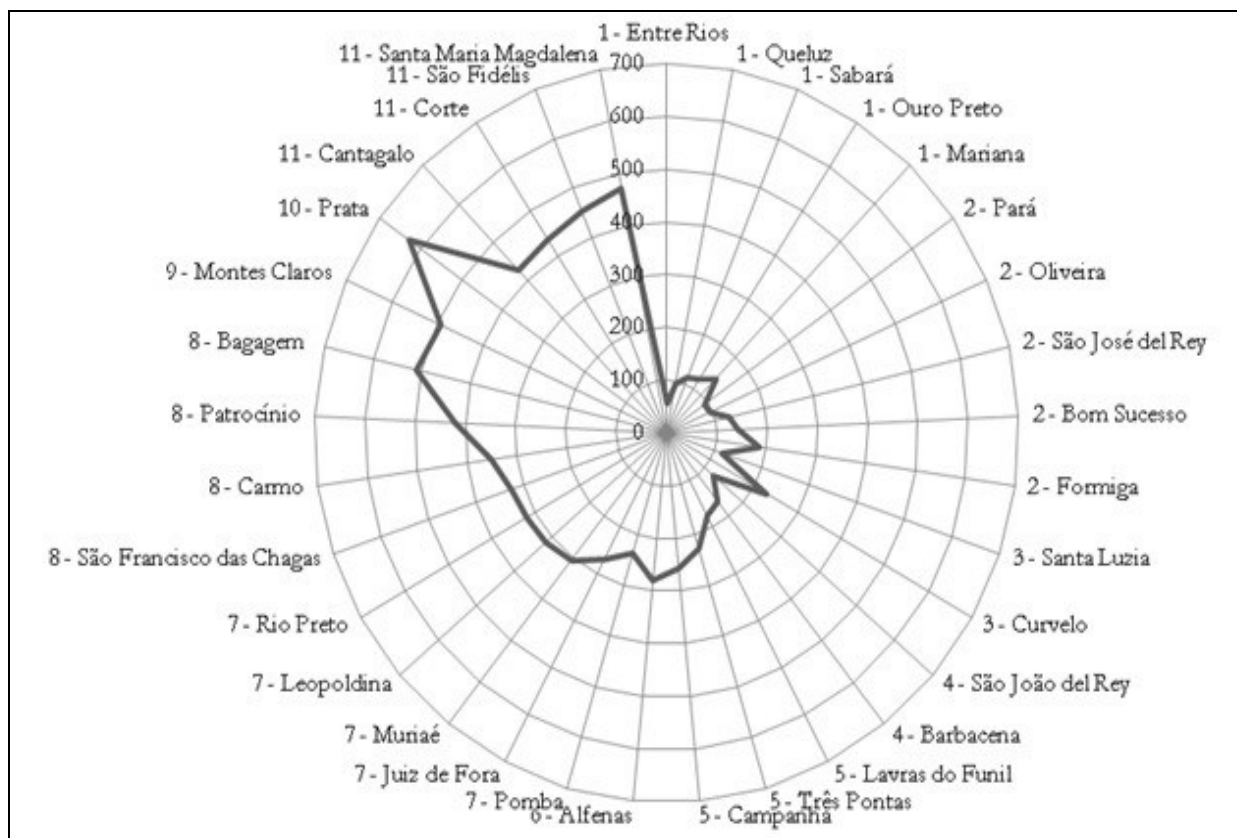
---

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>21</sup> MOTTA, José Flávio. **Revista Brasileira de História**.

<sup>22</sup> CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**; FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da Escravidão**; MACHADO, Maria Helena P. T. **O Plano e o Pânico. Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, EDUSP, 1994; Mello, Pedro Carvalho de. Aspectos Econômicos da Organização do Trabalho da Economia Cafeeira do Rio de Janeiro, 1858-1888. In: **Revista Brasileira de Economia**, 32, no. 1 (Jan/Mar. 1978), pp. 19-68; DEAN, Warren. **Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Motta, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista: Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

<sup>23</sup> Entre as procurações, a corriqueira falta de informação do local de residência do transmitente ou do adquirente inviabilizou tal cálculo. Contudo, baseando-se nos poucos registros onde tais informações foram disponibilizadas, tais documentos parecem evidenciar, como seria de se esperar, um comércio majoritariamente intermunicipal e interprovincial (no caso, unicamente com municípios da província do Rio).



**Legenda:**

1 – Municípios da região Mineradora Central Oeste; 2 – Municípios da região Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 3 – Municípios da região do Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 4 – Municípios da região Sudeste; 5 - Municípios da região Sul Central; 6 – Municípios da região Sudoeste; 7 - Municípios da região da Mata; 8 - Municípios da região de Araxá; 9 – Municípios da região Sertão, 10 – Municípios da região Triângulo; 11 – Municípios da província do Rio de Janeiro.

Gráfico 3 – Municípios de residência dos transmitentes e adquirentes não bonfinenses e suas respectivas distâncias (em km) em relação ao município de Bonfim (1861-1888). Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB. Elaboração própria a partir dos dados sobre distâncias informados pelo site <https://www.google.com.br/maps>.

Obs. 1: distâncias atuais entre os municípios, calculadas a partir de suas conexões rodoviárias.

Obs. 2: Regionalização conforme relação apresentada por PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, pp. 166-180.

Nem todos os brasileiros<sup>24</sup> negociados em Bonfim eram naturais do município. Dessa forma, numa transação envolvendo transmitente bonfinense e adquirente ouro-pretano, por

<sup>24</sup> Embora a maior parte da historiografia utilize o termo “crioulo” para designar escravos nascidos no Brasil, optou-se por utilizar o termo “brasileiro” para designar tais indivíduos visando manter uma maior fidelidade às fontes utilizadas. No caso dos livros de notas analisados, percebe-se que o termo “crioulo” é usado unicamente para designar escravos de cor preta nascidos no Brasil (ou seja, poderiam ser filhos de africanos ou crioulos), enquanto uma quantidade considerável dos escravos negociados era de cor parda ou cabra (mestiços que, portanto, não aparecem nos documentos com a designação “crioulo”). Já, nas matrículas realizadas em 1872/73 e 1886/87, o padrão mais usual de mencionar a naturalidade do escravo era “brasileiro” ou “africano”. Observa-se ainda, entre os documentos analisados (escrituras e procurações), que, a partir de 1861, deixou-se de informar, após o nome do escravo nascido no continente africano, sua “nação” (região de origem, ou, ao menos, a região onde havia embarcado), substituindo-se tal informação pela designação genérica “Africano” (por exemplo, de “Maria Angola” passou-se a “Maria Africana”, de “João Congo” a “João Africano” etc). Da mesma forma, a partir de 1872, a informação, após o nome do escravo nascido no Brasil, de sua “qualidade” passou a ser negligenciada (por exemplo, de “Maria parda” passou-se a apenas “Maria”, de “João crioulo” a “João” etc). Por esses motivos, julgou-se mais



exemplo, havia a possibilidade de o escravo negociado ter nascido e/ou sido matriculado em Oliveira, ou seja, localidade distinta tanto do transmitente quanto do adquirente.

O percentual de escravos não bonfinenses correspondia a pouco mais de 1/4 do total de brasileiros, sendo, a maioria destes, originária de municípios da região Mineradora Central Oeste, sobretudo nos anos 1870. A porcentagem de escravos brasileiros não mineiros, por sua vez, foi irrisória ao longo de todo o período em tela.

Houve indivíduos comercializados mais de uma vez no mercado bonfinense e outros sofreram outros tipos de comercialização antes ou depois da transação registrada em Bonfim.<sup>25</sup> Tal cenário, longe de ser exclusividade bonfinense, parece ter sido uma regra no tráfico interno pós-1850, uma vez que também se mostrou vigente nos mercados de Piracicaba, Campinas, Mariana e Juiz de Fora, estudados respectivamente por José Flávio Motta, Rafael Scheffer, Camila Flausino e Cláudio Machado<sup>26</sup>.

O exposto evidencia que, para uma melhor compreensão do comércio de mão de obra escravizada no pós-1850, é fundamental que se atente para a importância do conceito das “transações precedentes”, como apontado por Cláudio Machado<sup>27</sup>:

---

pertinente utilizar “nascido no Brasil” ou o termo “brasileiro”, que indica apenas a nacionalidade e abarca “crioulos”, “pardos”, “cabras”, entre outras designações de mestiços. Embora não problematize nem discuta o uso do termo, Laird Bergad (BERGAD, Laird. **Escravidão e história econômica**, pp. 197-238.) também utiliza, na maior parte de seu texto (tanto no original em inglês quanto na tradução em português), o vocábulo “brasileiro” ou a expressão “nascido no Brasil”, substituindo-os por “crioulo” apenas em raríssimas passagens. Para uma maior discussão e contextualização acerca dos usos do termo “crioulo” ver PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

<sup>25</sup> Os indivíduos que foram alvo de outras transações antes ou depois de passarem pelo mercado bonfinense foram identificados através da análise conjunta da informação sobre o local de residência do transmitente e os dados da matrícula (locais da matrícula e de averbações, para transações realizadas a partir de 1872) ou informação sobre o local de nascimento (para transações efetuadas até 1872, que normalmente identificavam o distrito de nascimento), além de informações constantes em anúncios de jornais referentes a escravos fugidos, que normalmente indicavam os locais onde os escravos ou seus ex-proprietários já haviam residido (ver TIZOCO, Ulisses Henrique. Notas sobre o tráfico interno numa economia de abastecimento: o mercado de escravos da Cidade do Bonfim do Paraopeba (MG) na segunda metade do século XIX (1861-1888). **Anais do II Seminário Internacional da SEO**. Londrina, 2017). No caso daqueles transacionados mais de uma vez no mercado bonfinense, a identificação se deu pela filtragem dos nomes no banco de dados constituído. Localizados escravos com o mesmo nome, procedeu-se à verificação de seus outros atributos (número e local da matrícula, nome do proprietário, filiação, idade, cor e local de nascimento, nessa ordem de prioridade), sempre que tais informações estivessem disponíveis, para confirmar se eram ou não a mesma pessoa. Dos 39 casos registrados entre 1861 e 1888 (7,5% do total de negociados), quatro foram adquiridos (por meio de compra ou troca) para, algum tempo depois, serem vendidos. A maior parte dos 35 casos restantes diz respeito a escravos comprados em partes, nos quais as múltiplas transações envolvendo um mesmo indivíduo visavam reunir nas mãos de um único senhor a totalidade das partes em que o escravo se encontrava dividido, ou escravos que participaram de alguma transação que não envolveu transferência de propriedade (como penhores, hipotecas, engajamentos e vendas condicionais).

<sup>26</sup> MOTTA, José Flávio. **Revista Brasileira de História**; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**; FLAUSINO. **Negócios da escravidão**; MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos na região de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX**. **X Seminário de Economia Mineira**. Diamantina, 2002.

<sup>27</sup> MACHADO. **X Seminário de Economia Mineira**, p. 18.



escravos transacionados precedentemente e oriundos de outras áreas ou regiões, voltaram a ser de novo negociados, só que agora entre proprietários locais. Neste aspecto, o das transações precedentes, detectamos operações advindas ainda do tráfico africano, de transações intermunicipais envolvendo tanto a Zona da Mata quanto outras regiões de Minas Gerais, bem como de transações interprovinciais.

Vale destacar ainda o paradoxo entre a concentração de uma parcela das transações e dos escravos negociados em um reduzido número de indivíduos e/ou firmas comerciais face à pulverização dos envolvidos verificada na parcela majoritária das negociações. Em outras palavras, constata-se um predomínio de indivíduos que operaram uma única transação nesse mercado ao longo das três décadas e, por outro lado, percebem-se também alguns poucos indivíduos que apareceram diversas vezes, nos diferentes tipos de atuação (como procurador, outorgante, transmitente ou adquirente), o que evidencia a existência de comerciantes especializados agindo nesse mercado.

O perfil dos escravos negociados não difere muito daquele descrito na historiografia: predomínio de homens em idade produtiva, os quais, na maioria das vezes, tendiam a alcançar preços mais elevados que as mulheres<sup>28</sup>. Também é bem próximo daquele encontrado por Camila Flausino<sup>29</sup> para o município de Mariana entre 1850 e 1886. Os padrões das negociações, por sua vez, evidenciam uma predominância de transações intraprovinciais envolvendo poucos cativos, em detrimento do modelo de transações interprovinciais envolvendo o deslocamento de muitos escravos cuja produção historiográfica até a década de 1980 privilegiou. Estudos mais recentes têm encontrado, para diferentes regiões do Brasil, padrões mais próximos àqueles vigentes em Bonfim: mercados descentralizados, segmentados e interconectados.<sup>30</sup>

Nesse sentido, Ian Read apresenta duas tipificações de mercados de escravos que teriam vigorado no Brasil ao longo do século XIX: mercados de municípios rurais (como Bonfim) ou pequenos centros urbanos (como Santos, Mariana, entre outros) apresentando características distintas dos mercados de grandes cidades costeiras, como o Rio de Janeiro (ou cidades que se converteram em importantes entrepostos de mão de obra escravizada, como Campinas e Juiz de Fora). Ainda segundo Read, esses dois modelos de mercado funcionariam de forma

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2003; CONRAD, Robert. **Tumbeiros: O tráfico escravista para o Brasil**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988; CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2010.

<sup>29</sup> FLAUSINO. **Negócios da Escravidão**.

<sup>30</sup> Entre eles, destacam-se as supracitadas pesquisas de Carolina Flausino, Cláudio Heleno Machado, Rafael da Cunha Scheffer, José Flávio Motta, além de READ, Ian. **The Hierarchies of Slavery in Santos**, pp. 62-90.



interdependente e interconectada por complexas redes de indivíduos que atuavam através de relações sociais e econômicas previamente estabelecidas.<sup>31</sup>

Tais estratégias e padrões de atuação dos principais envolvidos nas negociações serão analisados brevemente a seguir.

### **Os negociantes e intermediários e suas estratégias comerciais e conexões**

O trabalho com os livros de escrituras e de procurações permitiu levantar os comerciantes e intermediários ligados às transações envolvendo escravos. Para identificá-los, depois de realizada a classificação dos nomes de transmitentes, adquirentes e procuradores, segundo a quantidade de atuações no mercado, foram selecionados aqueles que haviam participado de, pelo menos, três transações como procuradores, além das firmas comerciais que, independente da quantidade de transações, também foram incluídas.<sup>32</sup> Dessa seleção, efetuou-se uma separação entre os “negociantes” (aqueles que, além da participação como procuradores, também atuaram de forma substantiva como outorgante, transmitente e adquirente em escrituras e procurações), os “intermediários” (aqueles que atuaram apenas como procuradores ou tiveram participação pontual como transmitentes ou adquirentes) e as firmas comerciais que tiveram participação pontual (participaram de, no máximo, duas transações).

Listados tais nomes, realizou-se pesquisa antroponímica nos supracitados jornais, almanaques e processos judiciais, cruzando-se os dados obtidos com as informações oriundas do banco de dados, ou seja, as características das transações em que esses sujeitos estiveram envolvidos.<sup>33</sup>

Dentre os nomes em questão, três grupos merecem destaque. São os negociantes, que se verificou terem atuado no mercado por meio de sociedades ou juntamente com familiares (por isso, grupos). Juntos, são mencionados em 15% das escrituras de compra e venda e em quase 2/3 das procurações, participando da negociação de pouco mais de 1/5 do total de escravos mencionados nas duas fontes (conforme tabelas 1 e 2).

---

<sup>31</sup> READ, **The Hierarchies**. pp. 62-64. No tocante ao comércio de longa distância, realizado, principalmente, através das procurações, vale citar também os trabalhos de SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986 e CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>32</sup> Metodologia adaptada de SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, pp. 227-228 e SLENES, Robert W. **The demography and economics of brazilian slavery: 1850-1888**. Tese de doutorado em História. Stanford: Stanford University, 1976, pp. 594-686.

<sup>33</sup> Ver GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 e GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: mercado historiográfico e troca desigual. In: GINZBURG, Carlo. et al. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Difel-Bertrand Brasil, 1991.



Grupos de negociantes e seus períodos de atuação	Ocorrências em escrituras*	% do total de escrituras	Ocorrências em procurações**	% do total de procurações	Quantidade de escravos efetivamente negociados***	% do total de escravos
<b>A</b> (décadas de 1860 - 1880)	13	5,5%	11	9%	21	3,7%
<b>B</b> (décadas de 1860 e 1870)	9	3,8%	6	5%	30	5,3%
<b>C</b> (décadas de 1870 e 1880)	13	5,5%	56	46,3%	68	12%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>14,8%</b>	<b>73</b>	<b>60,3%</b>	<b>119</b>	<b>21%</b>

Tabela 1 – Principais grupos de negociantes segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Páraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

\*Como adquirente, transmitente ou procurador.

\*\* Como outorgante (quem passava a procuração), outorgado (o procurador, que recebia poderes) ou adquirente/transmitente (quem estava, de fato, adquirindo ou cedendo os escravos negociados via procuração).

\*\*\*Para o cômputo de escravos e ingênuos efetivamente negociados não foram considerados os escravos mencionados nas procurações que nomeavam mais de um procurador, por não ser possível saber qual (is) deles (s) efetivou (aram) o negócio. Portanto, a quantidade de indivíduos negociados por estes sujeitos pode ter sido maior que a acima mencionada.

Grupos de negociantes	Ocorrências em escrituras			Ocorrências em procurações		
	Transmitente	Adquirente	Procurador	Outorgante	Outorgado	Transmitente / Adquirente
<b>A</b>	1	9	3	3	8	-
<b>B</b>	-	9	-	2	4	-
<b>C</b>	4	9	-	26	25	5

Tabela 2 – Principais grupos de negociantes e suas formas de ocorrência em escrituras e procurações: Bonfim do Páraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

O chamado **grupo A** é formado por José Marques da Silveira e seu filho José Marques da Silveira Junior.

Nascido provavelmente em 1825 na Ilha Terceira do Reino de Portugal<sup>34</sup>, Silveira aparece nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como negociante de fazendas secas. Na década seguinte, é citado no *Almanak* como proprietário de depósito de sal (edições de 1870, 1873 e 1874) e negociante de secos e molhados (edições de 1873 e 1874)<sup>35</sup>.

Em 01/05/1873, sua casa de negócio, situada à Rua dos Passos (onde Silveira residia<sup>36</sup>), sofreu arrombamento. Contudo, pouco lhe foi roubado, por estar o “importante negociante de

<sup>34</sup> APMB, Livro 5º de Notas do 1º Ofício, fl. 34.

<sup>35</sup> *Almanak...* 1864, 1865, 1870, 1873 e 1874, respectivamente pp. 115; 149; 363; 132; 422.

<sup>36</sup> *Almanak...* 1864, p. 115





partida para a Corte, onde estão seus capitais”<sup>37</sup>.

Em 1876, José Marques da Silveira Júnior, com 21 anos, atuava como caixeiro do pai<sup>38</sup>.

Único grupo de comerciantes de escravos bonfinenses que operou durante as três últimas décadas da escravidão, diferentemente dos demais grupos, este não teria formado sociedade, tendo atuado apenas como pessoas físicas. Aparentemente, esse grupo conectaria os mercados de escravos da região de Bonfim e arredores aos da Corte.

O **grupo B** é encabeçado pela firma Andrade e Silva, Lobato & Cia., sediada em Bonfim (provavelmente à Rua dos Passos, onde residia o sócio-gerente) e na cidade de Oliveira, e seu sócio-gerente, o Capitão Francisco Joaquim de Andrade e Silva.

Liberal, o Capitão Francisco é citado nas edições de 1864 e 1865 do *Almanak* como capitalista (quando ainda era tenente)<sup>39</sup>. Em 1879, era “capitão da reserva adicto ao 6º Batalhão da Guarda Nacional do comando superior de Queluz e Bonfim”<sup>40</sup>. Ao final do mesmo ano, partiu com sua família para São João d’El Rey, onde ainda residia em 1888<sup>41</sup>.

Aparentemente, o grupo conectaria mercados regionais na província.

O **grupo C** diz respeito às firmas Baeta Neves, Teixeira Junior & Souza e Baeta Neves & Irmão, além de seus principais sócios, os irmãos Caetano e Francisco Baeta Neves. A quantidade de ocorrências desse grupo faz dos irmãos Baeta Neves os maiores negociantes de escravos bonfinenses e, possivelmente, dois dos principais nomes do ramo no âmbito provincial. Suas conexões envolviam mercados de várias regiões de Minas à região da Mata e também à província do Rio de Janeiro e Corte.

Naturais da Castanheira de Pera, Termo de Pedrógão Grande, Reino de Portugal<sup>42</sup>, Francisco teria nascido provavelmente em 1839<sup>43</sup>. Caetano também teria nascido provavelmente

<sup>37</sup> *Jornal Diário de Minas*, 19/05/1873, p. 3.

<sup>38</sup> APMB, *Livro 1º de Procuções do 1º Ofício*, fl. 39 e DC 30(593).

<sup>39</sup> Respectivamente pp. 115 e 149.

<sup>40</sup> APMB, CPO ACA 0113.

<sup>41</sup> *Jornais A Actualidade*, Ouro Preto, 17/11/1879, p. 3 e *A Província de Minas*, Ouro Preto, 04/02/1888, p. 4.

<sup>42</sup> Em 1502, foi fundada a freguesia de Castanheira de Pera, pertencendo ao concelho de Pedrógão Grande até 1895 e novamente de 1899 até 1914, quando foi fundado o concelho de Castanheira de Pera. Com o surgimento das fábricas de lanifícios, a partir de 1860, a população teria deixado de depender apenas de uma agricultura de subsistência, das migrações para o Ribatejo e Alentejo, da emigração para o Brasil ou dos seus rebanhos, pisões ou teares caseiros. A implantação industrial foi o motor de desenvolvimento de Castanheira de Pera, que chegou a ser o terceiro centro nacional da indústria de lanifícios. O atual município de Castanheira de Pera tem uma área total de 66,86 km<sup>2</sup>, com uma população de cerca de 3739 habitantes (dados relativos a 2001) e é composto por duas freguesias: Castanheira de Pera e Coentral. Situa-se nos planaltos da vertente sul da Serra da Lousã, a nordeste do Distrito de Leiria, confrontando com os Concelhos de Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos, Lousã, Góis e integra a denominada Zona do Pinhal do Interior Norte. (Disponível em: <http://www.cm-castanheiradepera.pt/>. Acesso em 19 jan. 2018.)





na mesma década. A época da chegada de ambos ao Brasil é desconhecida, mas sabe-se que no início da década de 1860 eles já se encontravam em Bonfim atuando no ramo comercial (embora, ao que parece, ainda não negociando escravos).

No início de 1863, constituíram uma sociedade de negócio de fazendas secas e animais sob a firma Francisco Baeta Neves & Irmão. Dois anos e meio depois, com a dissolução da sociedade, Caetano assumiria as fazendas restantes e a responsabilidade pelo pagamento dos credores, enquanto Francisco teria ficado com os animais<sup>44</sup>.

Entre 1870 e 1871, Francisco teria retirado de sua boiada de cerca de 260 cabeças, que estava engordando em pastos arrendados, “uma parte” para enviar ao mercado da Mata / Rio. O mesmo documento informa que, com frequência, ele costumava recorrer ao arrendamento de pastos para internada e engorda de gado.<sup>45</sup>

Outrora um “simples mascate, [que percorria as fazendas da região] vendendo seus gêneros e comprando gêneros da lavoura”<sup>46</sup>, em 1872 Francisco já era proprietário de “negócio de fazenda seca, molhados e mais objetos”<sup>47</sup>, situado à Rua do Fogo, onde residia, sendo mencionado, cinco anos mais tarde, como um “opulento negociante [...] de porta aberta e de grosso trato”<sup>48</sup>.

Caetano, em 1879, era tido como um “negociante conceituado e em grande escala”<sup>49</sup>. “Negociante matriculado pelo Tribunal do Comércio da Corte do Rio de Janeiro”<sup>50</sup>, em sua casa comercial, instalada à Rua do Comércio, era possível encontrar “grande e variadíssimo sortimento de fazendas, ferragens, armarinho, calçado, chapéus, modas, couros e outros muitos artigos”, podendo-se ainda comprar e vender “sal e todos os gêneros do país [...] [além de] escravos de ambos os sexos de 14 a 25 anos”<sup>51</sup>.

Um terceiro irmão, Pedro Baeta Neves, recebeu uma única e breve menção nas fontes analisadas. Adoecendo em viagem para a província do Rio, faleceu aos 30/06/1874 na Cidade do

---

<sup>43</sup> APMB, CSO 69 (09).

<sup>44</sup> APMB, Livro 6 de Notas pertencente ao 1º Tabelião da Cidade do Bomfim, pp. 84-85.

<sup>45</sup> APMB, CSO 69 (06).

<sup>46</sup> APMB, CPO ACA-0258.

<sup>47</sup> APMB, CSO 27(527)1.

<sup>48</sup> APMB, CPO ACA-0258. A respeito dos comerciantes de grosso trato ver, principalmente, FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

<sup>49</sup> APMB, CSO 23(459).

<sup>50</sup> APMB, 1881 - 9º Livro de Nottas - Piedade dos Gerais, pp. 1-2v.

<sup>51</sup> MARTINEZ. **Riqueza e escravidão**, p. 130.



Pomba (atual Rio Pomba, município da Zona da Mata mineira)<sup>52</sup>. É bastante provável que fosse uma viagem comercial, embora as mercadorias transportadas não tenham sido mencionadas.

Sabe-se que, ao menos entre os anos de 1877 a 1879, sempre entre meados de março a início de agosto, Francisco ou Caetano estiveram em giro de negócios pela região da Mata com grandes lotes de escravos para serem comercializados. A viagem de 1879 e algumas das transações então efetuadas podem ser parcialmente reconstituídas a partir de seis anúncios de jornal.

Em 01/06/1879, Caetano Baeta Neves, “assaz conhecido e estabelecido na cidade de Bomfim” através do *A Actualidade*<sup>53</sup>, informava que se encontrava em Barbacena “com porção de escravos à venda e de partida para a Matta”. Alguns dias depois, as edições dos dias 15, 19 e 22<sup>54</sup> de junho do juiz-forano *Pharol*, noticiavam que “no Rancho da Tapera desta cidade acham-se Baeta Neves & Irmão, com 70 escravos para vender; porção grande de negras de 12 a 16 anos, para mucamas, peças de primeira ordem. Vendem por preços muito moderados”.

Alguns meses depois, já em 1880, a edição de 11 de fevereiro do *Jornal do Commercio*<sup>55</sup> trazia um anúncio assinado por Manoel Ribeiro Salgado, morador de São José do Rio Preto<sup>56</sup>, informando ter “feito perante o juiz municipal do Juiz de Fora um protesto contra a validade da compra de três escravas, que com mais 17 me venderam os Srs. Baeta Neves & Irmão, em liquidação”. Através do anúncio, o comprador objetivava levar o fato ao conhecimento público “para que de hoje em diante não faça qualquer transação sobre o crédito por mim firmado àqueles senhores a 22 de julho de 1879, porque tenho justos motivos para não pagá-lo integralmente à vista dos vícios redibitórios que tenho contra a compra das três escravas”.

Confrontando tais informações com os registros existentes nos livros de escrituras e de procurações, parece ser pouco viável que aqueles 70 escravos (ou mesmo os 20 que, em meados de 1877, seu irmão Francisco vendera em Rio Preto, município cafeeiro da Mata mineira<sup>57</sup>), fossem todos oriundos do município de Bomfim. É bastante provável que muitos deles tivessem sido adquiridos em diversas localidades da província mineira, ou mesmo de outras províncias. Infelizmente, ignora-se a quantidade de escravos que Neves levou consigo ao iniciar a viagem, mas é possível especular que ele poderia ter efetuado várias transações de compra e venda nas diferentes localidades pelas quais passou em seu trajeto até Juiz de Fora. Durante a parada em

<sup>52</sup> *Diário de Minas*, Ouro Preto, 31/07/1874, p. 3.

<sup>53</sup> Edição de 04/06/1879, p. 3.

<sup>54</sup> Respectivamente páginas 3, 2 e 3.

<sup>55</sup> P. 4.

<sup>56</sup> Uma das freguesias do município de Juiz de Fora.

<sup>57</sup> *A Actualidade*. Ouro Preto, 09/11/1878, p. 3.



Barbacena, por exemplo, poderia ter vendido e adquirido outras tantas “peças”.

Das negociações acima reproduzidas, vale destacar ainda a forma de pagamento utilizada pelo senhor que comprou de uma única vez 20 escravos: títulos de crédito, os quais o negociante faria circular por meio de outras transações comerciais. Trata-se de um detalhe que diz muito a respeito das grandes transações comerciais e contrasta com as informações retiradas dos livros de compra e venda, que retratam as pequenas transações. Nestas últimas, o “dinheiro corrente”, entregue no ato da compra, foi a quase unânime forma de pagamento.

Os anúncios supracitados e as informações colhidas no banco de dados permitem identificar a forma de atuação dos Baeta Neves nesse comércio de longa distância: faziam uma provavelmente única viagem anual à região da Mata / Corte, normalmente entre os meses de maio e agosto, levando uma grande quantidade de escravos. É interessante notar que o período da viagem coincidia exatamente com o período da colheita do café na região sudeste do país<sup>58</sup>. Tal correlação se explica da seguinte maneira: tendo uma boa colheita que os munia de capital, os fazendeiros procuravam investir no melhoramento de suas lavouras, adquirindo, entre outras coisas, mais escravos para as plantações<sup>59</sup>. Ou seja, o resultado da safra de cada ano, que podia ser vislumbrado ao término da estação chuvosa, orientava os fazendeiros na aquisição de escravos, visando reunir braços suficientes para aquela colheita e ter garantida a mão de obra necessária ao próximo plantio e à colheita da safra seguinte.

Essa forma de atuação (uma única ou poucas viagens anuais) provavelmente reduziria os custos da viagem e permitiria que os negociantes atendessem encomendas, aumentando a certeza da negociação de todo o lote. As fontes localizadas não permitem, contudo, compreender como eles procediam à concentração dos escravos adquiridos nos meses anteriores à partida, uma vez que não há menção a algum tipo de barracão ou cômodo com essa finalidade em nenhum dos documentos localizados<sup>60</sup>.

O transporte se dava à pé. Provavelmente seguiam a “estrada da Corte”, gastando cerca de 30 dias entre Bonfim e Juiz de Fora (incluindo as paradas) e, podendo ou não a viagem se

---

<sup>58</sup> Sendo, o plantio, realizado entre os meses de outubro a dezembro. Disponível em: <http://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/calendario-agricola-veja-qual-melhor-periodo-para-plantio-colheita-das-principais-culturas-pais-900> (acesso em 20/07/2017). Para mais detalhes a respeito do funcionamento de uma fazenda cafeeira na segunda metade do século XIX, ver, por exemplo, LIMA, Roberto Guião de Souza. **O ciclo do café vale-paraibano**. Disponível em: [http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe\\_pg-13-a-39.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/ciclo-do-cafe_pg-13-a-39.pdf). Acesso em 07/11/2017; DEAN, Warren. **Rio Claro**.

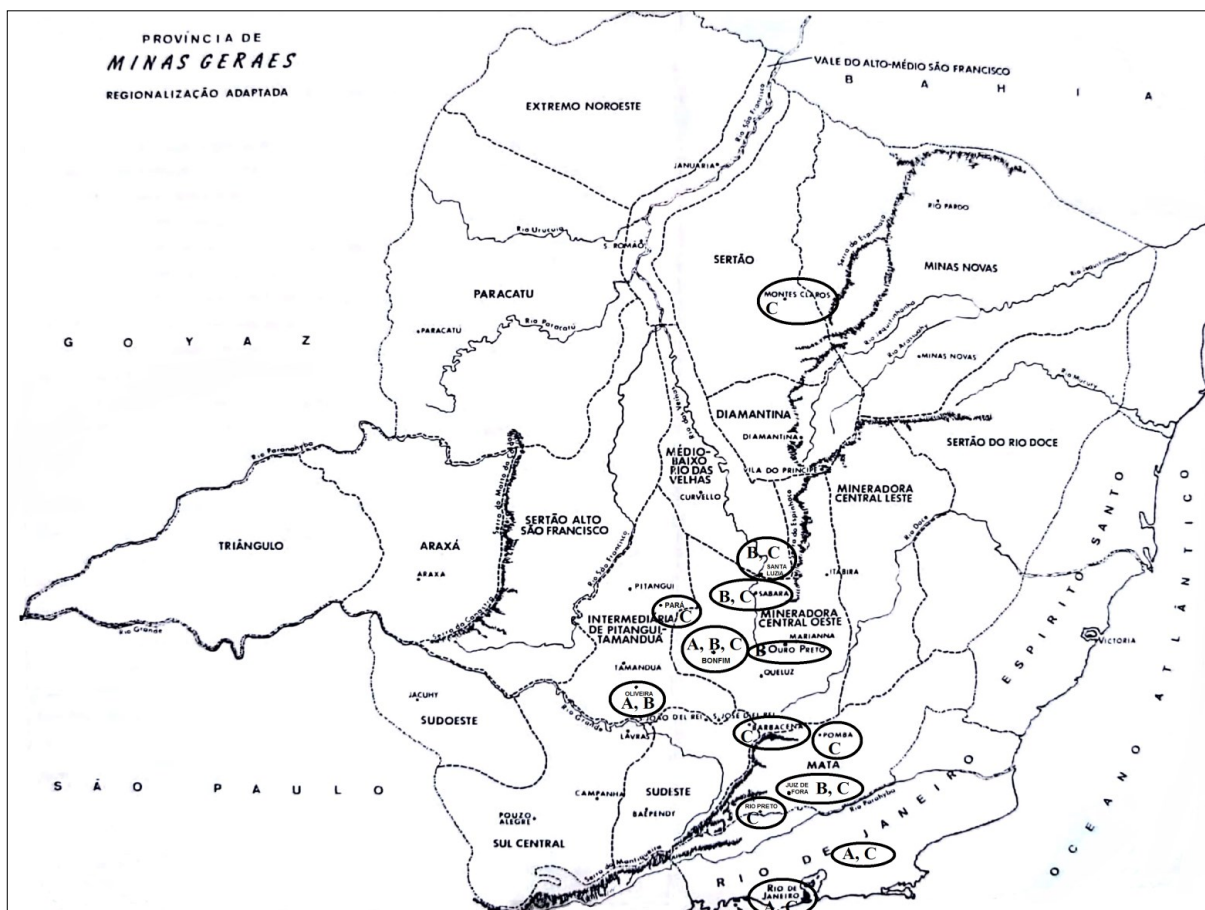
<sup>59</sup> COSENTINO, Daniel do Val. A tributação sobre a escravidão e o comércio de escravos na província de Minas Gerais. **Revista Mundos do Trabalho**. Vol. 6, n. 11, janeiro-junho de 2014, p. 181.

<sup>60</sup> Sidney Chalhoub (CHALHOUB. **Visões da liberdade**) e Rafael Scheffer (SCHEFFER. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**), por exemplo, mencionam tais edificações encontradas nas propriedades de alguns dos comerciantes de escravos que analisam.



estender até a Corte. Entretanto, as fontes analisadas não trazem maiores informações a respeito da composição daquelas comitivas<sup>61</sup>.

As informações constantes no banco de dados e nos anúncios de jornal relativas ao local de residência dos transmitentes e adquirentes permitem identificar os municípios e regiões com as quais os principais negociantes de escravos bonfinenses mantiveram relações comerciais (mapa 1). É importante destacar que a atuação desses sujeitos não se dava apenas levando cativos do município de Bonfim para outras localidades. Eles também vendiam escravos no mercado local, escravos esses que poderiam vir de outras localidades. Ou seja, as transferências internas de cativos nessa região se davam de forma muito mais complexa que uma simples retirada de indivíduos de uma determinada região para enviar para outra. O que os estudos mais recentes estão demonstrando é que não havia um único fluxo.



Mapa 1 – Municípios e regiões com os quais os principais grupos de negociantes de escravos bonfinenses mantiveram contatos comerciais (1861-1888). Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB e jornais *A Actualidade*, *A Província de Minas*, *Diário de Minas*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Notícias* e *Pharol*. Mapa extraído de PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996, p. 91 e modificado pelo autor.

<sup>61</sup> Para mais detalhes a respeito dessa modalidade de transporte utilizada pelo tráfico interno no interior do Brasil, ver NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do alto sertão da Bahia para o Oeste cafeeiro paulista. In: *Afro-Ásia*, v. 24, 2000.



Além dos três grupos de comerciantes supracitados, observa-se que outros indivíduos tiveram atuação significativa como intermediários em uma quantidade razoável de transações<sup>62</sup>. Alguns deles, inclusive, restringiram suas participações no mercado de escravos bonfinense à atuação como procuradores. Embora não se possa dizer que todos fossem comerciantes de escravos, ou mesmo que tivessem a comercialização de escravos como principal fonte de renda ou atividade econômica, é de se imaginar que auferissem algum lucro através de sua atuação como procuradores<sup>63</sup>.

A tabela 3 apresenta esses principais intermediários:

Nome e período de atuação	Local de residência	Atuações como procurador do transmitente	Atuações como procurador do adquirente	Quantidade de escravos envolvidos
Tenente Coronel José Egidio da Silva Campos (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	2	4	8
Antonio Nery Ferreira (décadas de 1870 e 1880)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	7
Advogado Alferes Candido de Castro Guimarães (década de 1860)	Distrito da Cidade do Bonfim	4	1	6
Reverendo Vigário Francisco Nogueira Penido (década de 1860)	Distrito de Piedade dos Gerais	4	-	4
Antonio de Araújo Lima Coxo (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	2	1	10
José Teixeira Machado (décadas de 1870 e 1880)	Distrito de Piedade dos Gerais	3	-	4
Tenente Manoel Bernardes da Cunha Cassão (décadas de 1860 e 1870)	Distrito da Cidade do Bonfim	3	1	6
João Evangelista Monteiro de Barros Galvão de São Martinho (década de 1880)	Leopoldina	-	3	14
Marinho & Bebiano (década de 1870)	Corte	2	1	5

Tabela 3 – Principais intermediários segundo ocorrência e quantidade de escravos negociados: Bonfim do Paraopeba, 1861-1888. Fonte: Livros Notariais do 1º e 2º Ofício – APMB.

Sobre a inserção de Manoel Bernardes da Cunha Cassão na tabela, deve-se destacar que, aparentemente, suas participações como intermediário teriam se dado no âmbito de sua profissão

<sup>62</sup> Vale ressaltar que a tabela computa apenas as atuações individuais desses indivíduos e os casos em que eles de fato foram os responsáveis por intermediar a transação. Não foram consideradas suas ocorrências em procurações que nomeavam vários procuradores, uma vez que não é possível saber qual deles de fato concretizou a negociação. Por esse motivo, a quantidade de escravos por eles negociados pode ter sido ainda maior.

<sup>63</sup> Sobre a atuação dos procuradores, que normalmente compravam o escravo e usavam a procuração para poderem revendê-lo sem a necessidade de pagar os devidos impostos, ver, principalmente, SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? In: COSTA, Iraci del Nero da. **Brasil**, pp. 103-155; CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**, pp. 43-44; SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**.



de advogado, por estar representando interesses comerciais de seus clientes<sup>64</sup>. Tal raciocínio poderia ser aplicado, ao menos em parte, a Candido de Castro Guimarães, também advogado.

Também é possível admitir que algumas das transações em que o igualmente advogado Tenente Coronel José Egydio participou tivessem motivação similar, mas outros documentos em que é citado atestam claramente que ele esteve envolvido no comércio de escravos, atuando sozinho ou em algum tipo de sociedade com Francisco Baeta Neves, e auferindo lucros consideráveis de tal atividade<sup>65</sup>.

Entre os dois intermediários não bonfinenses, vale destacar que a firma Marinho & Bebiano, “armazém de vinho e gêneros pertencentes ao comércio de molhados (por atacado)” e “casa de comissões de gêneros de importação e exportação”<sup>66</sup> que esteve em atividade entre o início de 1875 e o final de 1877<sup>67</sup>, teve todas as suas inserções no mercado de escravos bonfinense atreladas aos negócios dos Baeta Neves.

Os demais nomes da tabela intermediaram transações entre indivíduos bonfinenses ou entre estes e residentes de municípios da região Mineradora Central Oeste.

Finalmente, ainda participaram de transações envolvendo escravos no mercado bonfinense, de forma pontual, as seguintes firmas comerciais:

- Andrade Marques & Cia.; Malta, Moraes & Cia.; Silva Campos, Filho & Pinto e Silva Pinto & Cia., estabelecidas em Bonfim;
- Faria, França & Cia.; Loureiro, Botelho, Castro & Cia. e Valença & Magalhães, sediadas na Corte;
- Antonio da Costa Pereira Junior & Cia., da cidade de Oliveira;
- Capitão Antonio Narcizo Soares & Cia., de Formigas de Montes Claros;
- José Hirsch & Cia., súdito francês em giro de negócios pela província mineira.

Tanto quanto os comerciantes, os intermediários e firmas foram indispensáveis para o funcionamento das complexas redes de comércio que, entre outras tantas mercadorias, fizeram pessoas escravizadas circularem por diversas regiões do Império.

---

<sup>64</sup> A respeito desse cidadão bonfinense, um provável abolicionista, ver MARTINEZ. **Riqueza e escravidão**, pp. 148-151.

<sup>65</sup> APMB, CPO ACA-0252.

<sup>66</sup> *Almanak Laemmert*. Rio de Janeiro, 1876, pp. 784 e 812.

<sup>67</sup> *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, edições de 02/02/1875 (p.6) e 06/01/1878 (p.7).





## Considerações finais

Se os três principais grupos de comerciantes bonfinenses concentraram 1/5 do total de escravos negociados, os outros 80% estão pulverizados em negociações envolvendo cerca de duas centenas de compradores diferentes que apenas uma ou duas vezes ao longo de três décadas apareceram nos registros.

Embora se tenha constatado que a maioria das transações ocorreu a nível local, deve-se levar em conta que, obviamente, seria bastante provável que compradores residentes em Bonfim ou em municípios vizinhos pudessem ter revendido os escravos lá adquiridos em outras regiões da província ou mesmo do Império. A presença de negociantes, intermediários e companhias comerciais nos registros seria um forte argumento ao encontro de tal hipótese.

Por outro lado, a grande quantidade de transmitentes e adquirentes diferentes, vários deles com uma única participação neste mercado ao longo das três décadas, além do predomínio de transações envolvendo um único escravo seriam fortes indícios de que, embora houvesse muitos escravos de fato sendo transferidos para outras regiões, como as cafeeiras, por exemplo, a maioria estaria participando de uma redistribuição dentro do próprio município (ou entre freguesias de diferentes municípios, porém circunvizinhos), como conclui Carolina Flausino para a região de Mariana<sup>68</sup>, com possível concentração de escravos entre os grandes e médios proprietários e dissolução paulatina das pequenas posses, como sugerido por Leonardo Campos para Barbacena entre 1870 e 1888<sup>69</sup>.

Com efeito, excluídos os grupos de negociantes, intermediários e firmas comerciais supracitados, dos cerca de 200 nomes restantes (entre bonfinenses e não bonfinenses) listados no banco de dados como adquirentes de escravos, foram localizados no APMB os inventários de 14 deles produzidos até 1888. A análise de tais documentos constatou que a maioria dos trabalhadores comprados no mercado bonfinense por esses inventariados continuava em posse de seus adquirentes quando da morte destes. Ou seja, teriam sido adquiridos no intuito de renovar ou ampliar as posses dos compradores. Embora seja uma amostra diminuta, os inventários cobrem as três décadas analisadas e contemplam indivíduos de ocupações, locais de

<sup>68</sup> FLAUSINO. **Negócios da escravidão**, pp. 187-188.

<sup>69</sup> CAMPOS, Leonardo França. **Escravidão e família escrava em uma economia de abastecimento: termo de Barbacena, século XIX**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011, p. 196. Rafael Scheffer também constata uma tendência à concentração no mercado de escravos campeiros, além de, no caso do Sul do Brasil (províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul), os grandes proprietários conseguirem, com mais êxito que os pequenos, manterem suas posses (SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do Sul para o Sudeste**, pp. 61-62 e 219-220)





residência e posições sociais variadas, garantindo-lhe alguma representatividade da sociedade bonfinense proprietária de escravos.

Logo, o mais provável é que os grandes e médios fazendeiros locais, ligados à produção para o mercado interno, estivessem conseguindo reter no município a maior parte dos escravos que, oriundos em sua maioria de herdeiros e pequenos proprietários endividados, a conta-gotas eram disponibilizados ao mercado. Competiam, dessa forma, com os grandes comerciantes que se destinavam a suprir a demanda por mão de obra de fazendeiros das mais diversas regiões, sobretudo aqueles ligados à produção para exportação.

Pensando no funcionamento das redes comerciais e os contatos mantidos entre indivíduos de diversas localidades que negociaram escravos, pode-se argumentar que transações comerciais envolvendo escravos dificilmente englobavam unicamente tal mercadoria. Os contatos comerciais firmados durante tais negociações muito provavelmente seriam preservados para transações comerciais futuras, envolvendo a mercadoria escrava ou qualquer outra. Dessa forma, estudos sobre o funcionamento de mercados locais de escravos e suas conexões com o mercado nacional podem contribuir enormemente para uma melhor compreensão de panoramas socioeconômicos municipais, provinciais e nacional.<sup>70</sup>

Além de intensas relações comerciais mantidas com municípios próximos, sobretudo aqueles das regiões Mineradora Central Oeste, Intermediária de Pitangui-Tamanduá e Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas, Bonfim mantinha forte contato comercial com as regiões Sudeste, Mata e com a Corte e municípios da Mata fluminense. Também mantinha relações comerciais, embora provavelmente menos frequentes, com regiões mineiras mais distantes, como Sertão, Sul Central, Sudoeste, Araxá e Triângulo, ou seja, com praticamente todas as regiões da província.

Articulando as particularidades da economia bonfinense a uma lógica econômica e a sistemas de trocas e intercâmbios mais amplos, deve-se ressaltar a necessidade de se compreender as regiões abastecedoras, como Bonfim, como partes fundamentais dentro de uma divisão internacional da produção no capitalismo global do século XIX.

Desde os anos 1980 a historiografia sobre Minas vem sugerindo que a província, detentora de uma população escravizada crescente e maior que a de qualquer outra unidade do Império, apresentou uma forte demanda por mão de obra cativa ao longo do século XIX, demanda esta vinda, em sua maior parte, de outras regiões e outras atividades econômicas que não as cafeeiras, pelo menos até o início dos anos 1870, e que a população escravizada da antiga

---

<sup>70</sup> READ, *The Hierarchies*. pp. 62-64.



região mineradora não foi simplesmente drenada para a área cafeeira. Mesmo sendo a província mais populosa durante todo o período imperial, Minas Gerais conseguiu ser autossuficiente na produção de alimentos e bens como panos de algodão e artefatos de ferro, além de ocupar importante papel no abastecimento de regiões vizinhas, como a província do Rio.<sup>71</sup> Levando-se em conta uma produção de tal magnitude, não é de se estranhar, portanto, que produções para o abastecimento do mercado interno demandassem braços de forma a “rivalizar” com a demanda das produções para exportação.

---

<sup>71</sup>MARTINS. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez.



# A memória em Foco: O uso da memória do cangaço a serviço do turismo na cidade de Mossoró/RN

The memory in Focus: The use of memory of Cangaço in the service of tourism in the city of Mossoró/Rio Grande do Norte

**Antônio Robson de Oliveira Alves**

Graduando em História

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

robson.ic@hotmail.com

**Recebido em:** 03/03/2017

**Aprovado em:** 25/08/2017

**RESUMO:** Este trabalho tem como fundamento buscar compreender os usos da memória do cangaço, perpassados pela produção da elite intelectual mossoroense na década de 1970 e 1980 que, com suas narrativas, contribuem na construção de um passado vultoso e célebre. Busca-se, também, entender como os lugares de memória em Mossoró/RN contribuem para o enobrecimento identitário dos munícipes desta cidade, assim como, as ações por parte do poder público no campo do turismo, visando um aumento na economia local e a manutenção de uma identidade permeada pelo constructo de “cidade da resistência”, fomentando assim os usos e desusos do passado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória do cangaço, Turismo, Mossoró/RN

**ABSTRACT:** This work has as basis, search understand the uses from memory of the Cangaço, due of production of the intellectual mossoroense elite in the 1970's and 1980's, that with theirs narratives, contribute for construction of a past important and famous. To search, also, to understand as the places of memory in Mossoró/RN, contribute to the ennoblement identity of the inhabitants of this city, as well as, the actions on the part of the public power in the field the tourism, aiming at an increase in the local economy and the conservation of an identity pervaded by the construct of “city of resistance”, encouraging thus, the uses and disuses of the past.

**KEYWORDS:** Memory of Cangaço, Tourism, Mossoró/RN



## Introdução

No ano de 1927, Mossoró/RN viveu um de seus momentos históricos mais marcantes: a resistência ao bando de Lampião e consequente expulsão desses do Estado do Rio Grande do Norte<sup>1</sup>. Relembrar esse episódio tornou-se símbolo desta cidade, assim como um ícone que perfaz a identidade mossoroense. Destarte, a construção identitária deste povo firma-se na memória, no ato de preservar e guardar os estilhaços particulares, pequenos e muitas vezes até imperceptíveis do passado,<sup>2</sup> o qual é incessantemente revivido, fazendo parte indissociavelmente do presente, pois “o passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”<sup>3</sup>. Dessa feita, o passado é um ato permanente e não está apático quanto ao presente. Todavia, quando nos reportamos a Mossoró e sua relação com seu passado, entendemos que o uso que é feito desse perpassa por desígnios do presente, engendrando, com isso, uma relação intrínseca entre passado e presente.

Com as turbulências do presente, vendo-se cada vez mais esquecida e distante do renome e destreza, Mossoró apropria-se do seu passado para conclamar seus munícipes a expandirem sua história além de seu território físico, levando consigo pujança em sua memória que passa a ser seu território de predileção, em detrimento de seu presente inerte e acrômico. O passado é, portanto, sua fortaleza e segurança. É nesse espaço temporal que se busca as heranças, tradições e até mesmo os sonhos dos seus antepassados, idealizando uma permanência e continuidade desse passado no presente, instituindo, nessa interação, ideários que buscam quebrar com as amarras do tempo, instaurando novos desígnios e sentimentos.

A criação de lugares que conservem a memória salienta uma preocupação maior: o esquecimento. Alguns acontecimentos do passado certamente não podem ser esquecidos, devem permanecer vivos no presente. Mesmo décadas, ou até séculos de distância temporal, não podem impedir que episódios de suma importância sejam apagados da memória. Ao contrário, estes contribuem para a construção da personalidade e identificação de um povo, os cedendo poder e pujança. Tal prerrogativa é notória, no caso de Mossoró, onde o passado é recontado e resguardado

---

<sup>1</sup> Durante esse ano (1927), também aconteceu um evento que marcou de forma permanente a história da cidade, o primeiro voto feminino, que ocorreu no dia 25 de novembro do ano referido, pela professora Celina Guimaraes Viana, contudo, as divergências sobre esse episódio formam no meio historiográfico, um embate bastante criterioso de ideários sobre os motivos reais que Celina Guimaraes tinha para votar, para uma discussão mais ampla, ver: CARVALHO, Sadraque Micael Alves de. **Um lugar (in)existente: o “pais de Mossoró” nas tramas da consciência histórica**. UFRN, 2012. (Dissertação de Mestrado)

<sup>2</sup> Em suma, a discussão entorno de uma memória estilhaçada, encontra-se na obra de Lucette Valensi, que por sua vez, nos faz identificar o quanto necessitamos dos “lugares de memória” para que possamos lembrar do que tanto se faz esquecer. Ver: VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo**; tradução Maria Helena Franco Martins. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

<sup>3</sup> HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 22.



por locais que possuem valor simbólico, bem como patrimonial para essa cidade. Devido ao rememorar, os lugares de memória fortificam-se de forma expressiva. De acordo com Pierre Nora, nos encontramos em um

momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.<sup>4</sup>

A manutenção da memória tornou-se uma preocupação concernente de nossa sociedade. Os lugares são criados e o uso que é dado a estes se baseia nas necessidades do presente.

Em Mossoró, espaços como o Museu Histórico Lauro da Escóssia e o Memorial da Resistência caracterizam-se, primordialmente, por suas representatividades. São lugares que “a cultura material é elaborada, exposta, comunicada e interpretada,”<sup>5</sup> onde os objetos que estão à mostra preservam e perpetuam um passado. Contudo, “os fragmentos do passado não podem ser vistos apenas como peças que reproduzem suas utilidades originais, mas como objetos que devem ser pensados e relacionados criticamente a outros objetos do presente”<sup>6</sup>. Dessa forma, pensamos estes espaços como difusores do passado, mas que se relacionam com as inquietações do presente. O surgimento destes evidencia o desejo de guardar não apenas simples objetos, mas o que estes simbolizam para seu povo.

Entramos, então, na trama da história sobre a resistência do povo mossoroense ao bando de Lampião. O foco será apresentar o uso da memória a favor do enobrecimento identitário, assim como a transformação de um fato histórico em mercadoria vendável, por meio de políticas públicas no campo do turismo. Destarte, compreender a simbologia e as representações sobre a resistência, e a figura do próprio cangaceiro, que aparece em determinado momento como herói e em outro como bandido, torna-se uma das prerrogativas deste trabalho, buscando entender os combates pela história<sup>7</sup> do cangaço e seu uso em Mossoró.

<sup>4</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. IN: LE GOFF, Jacques. **História: novas abordagens**. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 7.

<sup>5</sup> BREFE, Ana Cláudia Fonseca. **Museus Históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional**. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série. v. 5. – jan./dez. 1997. p. 190.

<sup>6</sup> MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento)**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série. Nº 1. 1993. p. 213.

<sup>7</sup> Este conceito, retirado do livro de Lucien Febvre, com o mesmo nome “combates pela história,” nos faz pensar sobre os embates entorno da história de um povo, cidade e região, a qual, é em nosso contexto, uma forte arma que concede poder, virtude e glória. A história, agora é lembrada com imponência, tornando-se de grande importância, para os que, através dessa, buscam rememorar acontecimentos importantes e fazer “esquecer” outros, que julgam não a ter. Veja: FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à partida. In: \_\_\_\_\_. **Combates pela história**. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.



## **Banditismo e Heroísmo: Antagonismos que perfazem a imagem do cangaceiro**

Estamos situados em uma região bastante rica em história, cercada por crenças e superstições, o povo que aqui habita serpenteia entre as veredas da seca, da diversidade cultural, da fome e dos conflitos sociais. Contudo, devemos pensar a região que hoje é denominada de Nordeste, baseando-nos nas arguições de Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

A região é produto de uma batalha, é uma segmentação surgida no espaço dos litigantes. As regiões são aproveitamentos estratégicos diferenciados do espaço. Na luta pela sua posse. Na luta pela posse do espaço ele se fraciona, se divide em quinhões diferentes para os diversos vencedores e vencidos; assim a região é o botim de uma guerra.<sup>8</sup>

Diante dessas questões, entendemos que há uma conotação política existente através do discurso de região. Nesse sentido, devemos pensar além da geografia e espacialidade, pois as fronteiras territoriais possuem um caráter eminentemente histórico. O nordestino é associado, em muitos casos, à pobreza, ao atraso intelectual e aos demais sinônimos que são vinculados, em sua maioria, ao problema da seca.

Nesse contexto de instabilidade social, onde as questões climáticas afetam a maneira de viver e de se relacionar, surge o cangaceiro que traz consigo uma dicotomia: vistos por uns como foras da lei (bandidos) e por outros como heróis e justiceiros. Eles fomentam ideários e firmam-se na história como personagens controversos, aumentando, com isso, a série de discussões que se formulam, buscando compreender as motivações para o ingresso em uma vida de penúria e agitações, a qual espreitava cotidianamente a morte.

Pensar numa figura emblemática e dúbia como o cangaceiro é algo bastante desafiador, mesmo em meio ao extenso material formado e já discutido. As implicações que essa personagem tem para a história e sua relação atual, em diversos estados, com a cultura e a economia, nos faz pensar em como as autoridades públicas, com suas políticas expansionistas, tem usufruído da memória do cangaço e as transformado, de forma furtiva, em um meio rentável, atrelando-a a economia local. Assim, o capital simbólico<sup>9</sup> que tramita essa temática tem se tornado um agente solidificador das mais variadas formas de expansão do poder e contribuído para a disseminação de

---

<sup>8</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4 Ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2009. págs. 25 e 26.

<sup>9</sup> Capital simbólico, refere-se ao simbolismo e ao que personagens e até mesmo objetos, possuem de representativo para um determinado povo. Dessa forma, entender a simbologia que se encontra em figuras como os cangaceiros torna-se crucial para compreender como estas (simbologias) criam os mais variados discursos sobre estes e como, mesmo distantes temporalmente, ainda permanecem vivos na história e memória do povo. Para compreender sobre o capital e trocas simbólicas, ver: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo. Martins Claret. 2007.



remanescentes escolhidos, datados e fixos, os quais possuem um fim já traçado: o de lembrar para não esquecer.

O cangaço é reconhecido nas produções que se destinam a analisá-lo como um tema de evidente importância para a história da região Nordeste do Brasil, visto que esse reporta-nos para questões de suma importância da nossa história, como seca, conflitos sociais e divergências políticas. Com isso, inúmeras obras buscam explicar o que esse fenômeno foi e os desdobramentos que teve na sociedade e na História. Em meio a tantos trabalhos de excelente discussão, torna-se difícil elencar os melhores. Desse modo, uma visão ampla nos será necessária para buscarmos pontuar o que se entende de cangaço e como o cangaceiro é visto, assim como, entender a influência dessa figura na construção cultural do nosso tempo.

Nas obras de cordel, por exemplo, é visível a construção de heroísmo a figuras como Lampião, Jesuíno Brilhante, Corisco, dentre outros, que firmaram seus nomes através dos seus atos. Mark Curran nos mostra isso:

O cangaceiro é o herói por excelência (...). Nas obras cordelianas contemporâneas, é visto como o tipo heroico legítimo, maior do que a vida, verdadeiro cavaleiro do sertão (...) Mais do que em qualquer outro tema do cordel, vê-se aqui o processo folclórico de idealizar a realidade, convertendo-a em mito ou lenda.<sup>10</sup>

Vemos o enaltecimento sobre os atos dos cangaceiros por cordelistas, esse tipo de trabalho criou e ainda produz, nos dias atuais, uma expansão na história desses sujeitos, onde muitos ideários sobre os bandos de cangaceiros são criados, fomentando um olhar de admiração e fascínio em relação aos eventos perpetrados por esses. De fácil acesso, essas produções espalham-se rapidamente, e suas narrativas, carregadas de eufemismos e atenuações, tornam-se ferramentas que engendram apreensões e perpetuações de conotações bastante pretenciosas, onde muitas vezes, o enobrecimento do cangaceiro, evidencia o desconhecimento real das ações destes bandos.

Mediante aos imagéticos em torno do cangaceiro, encontramos diferenças entre os bandos. Lampião com sua trupe são considerados, em muitas obras, como os mais cruéis e temíveis, odiáveis por não fazerem diferença entre rico e pobre, maltratando e desonrando quem quer que fosse, no intuito de poder e reconhecimento. Na obra de Frederico Pernambucano de Mello (2004), encontramos uma distinção importante entre os vários bandos formados e os seus principais representantes, como é o caso, por exemplo, de Jesuíno Brilhante, conhecido também como o cangaceiro romântico,<sup>11</sup> o qual ao lado de Antônio Silvino e Sinhô Pereira, agiam de forma benigna,

<sup>10</sup> CURRAN, Mark J. **História do Brasil em Cordel**. São Paulo: Editora da USP, 2001. p. 61

<sup>11</sup> O principal percurso dessa ideia de romantismo sobre o cangaceiro Jesuíno Brilhante foi Raimundo Nonato, o qual, defendia o pensamento de bom caráter desse cangaceiro, o qual, era muitas vezes visto como justiceiro, e defensor dos





visando, segundo Frederico Pernambucano, apenas os ricos e se vingar dos que os impulsionaram a adentrarem na vida do cangaço.<sup>12</sup> Há com isso, um rompimento nas tradições, onde os precursores do cangaço no Nordeste dão lugar ao famigerado Lampião, que com seu bando cruento trazia terror e atiçavam a contenda.

Os embates sobre o cangaceirismo certamente se estendem por longos anos, mesmo diante de um extenso arsenal de obras, as concordâncias e divergências estendem-se amplamente e com isso, construções e desconstruções serão corriqueiras. Todavia, deve-se pensar o sujeito histórico que se encontra por trás do já produzido conceito de cangaço que, ao englobar todos em um único parâmetro, muitos se esquecem de contextualizar esse indivíduo dentro do seio social que lhe amparava, dissociando-o das convergências políticas e econômicas que se aglutinavam. Porém, em muitos casos, a concepção e perpetuação de um cangaceiro sanguinário e impiedoso se dá para que sua imagem possa tomar mais vigor e o seu simbolismo esteja ligado ao bandido, aquele que deve ser impedido, resistido e vencido. Nessa última linha de interpretação, voltamos nosso olhar para Mossoró e para as obras que foram produzidas e circundam o imagético de seus habitantes e dos seus produtores culturais.

### **Intelectuais mossoroenses: o cangaceiro cruento e desalmado**

Em Mossoró, várias narrativas trazem o cangaceiro como vilão, evidenciando uma preocupação de formar uma imagem única deste indivíduo. Nessa premissa, o papel do intelectual viria conclamar ideários já formados e firmados: o cangaceiro como figura intransigente e sanguinária. Quando olhamos para a história de Mossoró, somos impulsionados a refletir no papel desempenhado pelas elites locais, em especial a intelectual, haja vista sua preocupação tanto na produção da história quanto na conservação da memória.

Nesse sentido, os intelectuais passam a serem vistos como sujeitos que refletem sobre a história da cidade sob diversos ângulos, fomentando ideários e denotando suas visões sobre as diversas áreas do corpo social. Dentro desse contexto, os intelectuais exercem forte influência em seus leitores e na sociedade como um todo, pois, segundo Edward Said, esse indivíduo tem vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou

---

pobres. Ver: NONATO, Raimundo. **Jesuíno Brillhante- O cangaceiro Romântico(1844-1879)**. Editora Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense Série “C”, Volume 1529. Edição 3°. 2008.

<sup>12</sup> Os três cangaceiros citados, Jesuíno Brillhante, Antônio Silvino e Sinhô Pereira, são anteriores a Lampião, o que traz à tona debates acalorados na historiografia sobre o rompimento que houve na tradição dos cangaceiros quando Lampião assume o posto do mais violento e temível cangaceiro. Ver: MELLO, Frederico Pernambucano de. 2004. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. Prefácio de Gilberto Freyre, São Paulo: A Girafa Editora.



opinião (e também por) um público<sup>13</sup>. Essas influências determinam o que deve ser eternizado ou esquecido, construído ou destruído, na relação entre a história e a memória. Dessa feita, o intelectual, nesta perspectiva e pensando em Mossoró, seria o sujeito letrado que, reconhecido pelos populares e a elite, poderia através de sua narrativa representar as convicções desses, tornando-se um expoente detentor do discurso verdadeiro.

Diante do exposto, variados escritos circularam em Mossoró sobre o cangaço e a relação desse fenômeno com a cidade, todavia, duas obras, ímpares, são as mais lidas e aclamadas, tanto pelos munícipes, como pela elite letrada e política da cidade. A primeira, de Raul Fernandes, *A Marcha de Lampião: Assalto a Mossoró*<sup>14</sup>, e a segunda de Raimundo Nonato, *Lampião em Mossoró*<sup>15</sup>. Esses autores são considerados intelectuais locais, o primeiro, Raul Fernandes, era filho do prefeito no período em que houve a tentativa de assalto por parte do bando de Lampião, Rodolfo Fernandes. Baseia sua obra em uma descrição minuciosa, que vai desde a entrada de Lampião no Estado do Rio Grande do Norte e sua ferrenha passagem pelas cidades até a tentativa frustrada do assalto a cidade de Mossoró. Já Raimundo Nonato, não diferente de Raul Fernandes, centra sua narrativa nos relatos que circulavam entorno da fama de Lampião, o temido cangaceiro, chegando, por fim, na resistência vitoriosa do povo mossoroense. Através das obras citadas nota-se um simbolismo em torno da resistência, construído sobre a figura do cangaceiro que aparece em tais narrativas como fora da lei e facínora. Rodolfo Fernandes busca mostrar que Lampião não lutava por um ideal e nem por justiça, seu objetivo, ao contrário, era ser bem-sucedido em decorrência dos roubos que efetuava. Assim, a formulação de um bandido a ser resistido vai sendo fabricada, onde seus feitos denotam uma afronta ao civilismo, precisando, com isso, ser impedido e vencido. Em meio a estas assertivas, devemos buscar compreender como a resistência ao bando de Lampião consegue se firmar entre um dos alicerces econômicos da cidade de Mossoró, destarte, as representações que se aglutinam adjacentes ao fato não são obras do acaso. Na verdade são criações, pois

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.<sup>16</sup>

---

<sup>13</sup> SAID, Edward W. **Representações do Intelectual**: As Conferências Reith de 1993. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. p. 25

<sup>14</sup> FERNANDES, Raul. **A Marcha de Lampião-Assalto a Mossoró**. Mossoró (RN): Fundação Vingt-un Rosado (Coleção Mossoroense) volume 1488 Projeto Rota Batida II, 6ª Edição, 2005.

<sup>15</sup> NONATO, Raimundo. **Lampião em Mossoró**. Coleção Mossoroense. 5ª Edição. 1998.

<sup>16</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural – Entre Práticas e Representações**. 2ª ed. DIFEL, 1988. p. 21.



Com isso, observamos que no meio social a construção das representações perpassam pelo filtro do interesse de um grupo que, para obter poder ou para mantê-lo, se utiliza dessas para solidificarem seu mando, onde a premissa parte de um objeto ausente, mas com uma imagem presente. No caso de Mossoró e sua resistência, temos a ausência do ocorrido em seus ditames reais, porém, as imagens que fincaram-se neste solo passam por mãos que, através da mutação da memória, criam estratégias lucrativas e rentáveis, transformando o acontecimento em mercadoria.

O discurso que iria se firmar no imagético local, advindos dos escritos de Raul Fernandes (sua obra é datada do período em que houve a tentativa de assalto, ou seja, 1927) e Raimundo Nonato (obra datada de 1955), viriam novamente a serem utilizados durante a comemoração do cinquentenário da invasão, no ano de 1977. Tal data é crucial para se entender os investimentos iniciais no campo do turismo, quando se buscava, já nesse momento, uma interação entre o município e o próprio Estado, buscando colocar Mossoró como uma cidade turística e iminentemente histórica.

Dessa feita, o momento em que floresce o discurso de resistência, incitando o enobrecimento identitário, possui suas ligaduras com as décadas de 1970 e 1980. Firmados sob a égide dos escritos póstumos de Raul Fernandes e Raimundo Nonato, em reedições que buscavam, sobretudo, mostrar que a história de Mossoró não pode morrer e nem ser esquecida. Nesse interim, esses intelectuais, se utilizando da memória, buscam massificar e cristalizar uma visão uniforme e homogênea sobre o cangaceiro, tornando-o tirânico e hediondo. Todavia, essas imagens possuem proeminência para os que se utilizam dessa para padronizar uma percepção, uma perspectiva, ou aspiração sobre o passado. A memória entra em jogo e seu uso é maciçamente estimulado para fins e desígnios próprios em Mossoró.

### **Espaços que evocam a memória: O Museu e o Memorial**

Os espaços que formam uma cidade não se restringem ao concreto que foi usado para erguer prédios e alicerçar vigas, nem ao árduo trabalho de profissionais que investiram tempo em construções urbanas. Na verdade, podemos pensar esses espaços com outro olhar: perscrutando a subjetividade e representatividade de práticas e experiências que estão ligadas aos sujeitos que ao longo dos anos as produziram e as vivenciaram. Devemos refletir não apenas no material que está ali à mostra, mas também no subjetivo, no imaterial. Os rituais, as manifestações e as imagens fazem parte de um patrimônio imaterial que podemos nomear de herança simbólica. Dessa forma, deve-se pensar sobre a construção, mantimento e perpetuação desses espaços não apenas como coadjuvantes na paisagem urbanística de uma cidade, mas como refletores de um passado que trazem conotações vividas para o presente.



Espaços que têm como característica principal guardar os remanescentes do passado são utilizados, em muitos casos, para criar ou solidificar ideários sobre grupos que estão no poder. Dessa forma

[...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar as identidades de uma comunidade.<sup>17</sup>

Entende-se, com isso, que o uso desse passado se relaciona com a ideia de uma identidade, a qual as gerações futuras podem recontar e rememorar. Dito isso, os espaços que “guardam” essa memória são instrumentos históricos utilizados pelo poder público para proclamar um acontecimento escolhido e modificado, quando preciso, pois conforme Le Goff assinala:

A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam (...) Os esquecimentos e silêncios da História são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva.<sup>18</sup>

Portanto, por meio dos espaços de memória, os detentores de um passado ratificado elaboram seus planos e atos concernentes ao presente para implementarem sua política de dominação e firmarem-se no poder.

Dentro do cenário exposto, percebe-se as confluências em torno dos lugares de memória na cidade de Mossoró. Este município possui um emaranhado de monumentos que fazem parte da consciência histórica de cada cidadão. Podemos citar como exemplo os monumentos que invocam a memória da abolição da escravatura nesta cidade<sup>19</sup>, como: “o monumento do Pantheon dos Abolicionistas e a Estátua da Liberdade. Além desses, as ruas, praças e logradouros públicos e os eventos espetaculares como o Auto da Liberdade e os desfiles públicos”<sup>20</sup>. A identidade que tramita entre estes espaços evidencia o louvor dado ao fato, existindo um sentimento de

<sup>17</sup> CHOAY, Françoise, 1925 – **A alegoria do patrimônio** / Françoise Choay : Tradução de LucianoVieira Machado. Ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. p. 18.

<sup>18</sup> LEE GOFF, Jacques. 1924 – **História e Memória**. 5ª Edição, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 422

<sup>19</sup> A cidade de Mossoró, foi a primeira no Estado do Rio Grande do Norte a engendrar a abolição dos escravos no ano de 1883. Esse acontecimento ganha vultosa importância devido ao fato de ter ocorrido 5 anos antes da abolição dos escravos através da Lei Aurea, assinado pela princesa Isabel no ano de 1888. Porém, este acontecimento, assim como os demais que firmam-se na memória mossoroense, fazem parte de um investimento por parte do poder público, em manter vivo não apenas o ocorrido, mas os seus benefícios para a economia local, como fica evidente na fala de Emanuel Pereira Braz (1999): “As comemorações do 30 de Setembro em Mossoró, tem envolvido a cada ano, esforço os mais variados, desde investimentos que o poder local faz, como o apoio individual e coletivo que tem conquistado no sentido de ampliar cada vez mais a realização desta festividade”. (BRAZ, 1999.p 92) Para uma discussão mais profícua e densa, ver: BRAZ, Emanuel Pereira. **A Abolição da Escravatura em Mossoró: pioneirismo ou manipulação do fato**. 1º ed – Mossoró, RN: Fundação Vingt-um Rosado, 1999.

<sup>20</sup> SANTOS, Antônia Edneuma dos. **A construção do discurso de liberdade a partir dos elementos emblemáticos mossoroense**: Reflexões sobre a seleção e apropriação do patrimônio material e imaterial abolicionista. Disponível em:[<http://www.rn.anpuh.org/evento/vech/ST02>] Acesso: 25 set 2015.



pioneirismo, resguardando a glória e pujança inerentes a esse acontecimento. Não obstante a abolição, encontramos nessa cidade monumentos que lembram a vitória do povo mossoroense sobre Lampião e seu bando. A resistência é louvada, perpassando por entre décadas como um dos acontecimentos mais verossímeis e dignos de ser lembrado por esse povo.

Podemos citar a importância do Museu Histórico Municipal Lauro da Escóssia, criado no ano de 1948<sup>21</sup>, no que concerne à preservação de objetos referentes ao cangaço e sua ligação com Mossoró. Nesse espaço encontramos diversos utensílios que remetem à imagem do cangaceiro, mostrando suas vestimentas, suas armas, e livretos dos mais variados tipos literários. Dessa feita, devemos pensar o papel do Museu na construção do conhecimento e na perpetuação da memória, pois, de acordo com Marcílio Lima Falcão:

O Museu surge como espaço em construção, quer pela ação dos diretores, quanto à organização e exposição dos objetos, quer pelas atitudes dos visitantes em relação ao que se observa. Seu papel social não se restringe a guardião do passado, mas incita a reflexão sobre a importância social e simbólica dos objetos nas experiências e relações sociais das sociedades em que estavam inseridos.<sup>22</sup>

À vista disso, podemos pensar o Museu Histórico Municipal de Mossoró como um remetente do passado, pois a maneira que a organização do acervo se encontra, assim como o papel social que este espaço ocupa no ideário municipal, o torna um fabricante e reproduzidor da memória sobre a resistência ao bando de Lampião<sup>23</sup>, concretizando, dessa maneira, um ideário sobre um passado bastante exitoso.

A criação do Museu Municipal de Mossoró aconteceu no ano de 1948, a partir da fundação da Biblioteca Municipal, durante a gestão de Jerônimo Dix-Sept Rosado Maia. Em relação ao seu acervo, vários artefatos nos chamam atenção, como por exemplo os objetos líticos e cerâmicos<sup>24</sup>, assim como os exemplares dos jornais *O Mossoroense*, *O Nordeste* e o *Correio do Povo*<sup>25</sup>. Estes jornais são de suma importância na construção imagética sobre os acontecimentos relacionados ao cangaço, pois além de citarem esse evento, eles mapearam a trajetória dos cangaceiros em solo

---

<sup>21</sup> O Museu Histórico Municipal Lauro da Escóssia, criado no ano de 1948, tinha como objetivo inicial preservar objetos arqueológicos e paleontológicos. Todavia, devido a procura e ao material extenso referente ao cangaço e outros eventos ocorridos na cidade, o Museu mudou sua finalidade, tornando-se um dos expoentes da memória do cangaço.

<sup>22</sup> FALCÃO, Marcílio Lima. **JARARACA**: memória e esquecimento nas narrativas sobre um Cangaceiro de Lampião em Mossoró. Mossoró: UERN, 2013, p. 99.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_ . **JARARACA**. p. 99.

<sup>24</sup> Segundo Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da Silva, o Museu Histórico Municipal de Mossoró, possui a coleção mais antiga e uma das mais expressivas do Estado, no tocante a objetos líticos e cerâmicas. Os artefatos que se encontram nesta coleção são aquisições advindas das mesorregiões do Agreste. Sendo assim, o Museu de Mossoró torna-se um dos mais importantes para o Estado em relação a arqueologia e paleontologia. Para uma compreensão mais abrangente sobre a divisão e os materiais que compõem a coleção do Museu, ver: SILVA, Abrahão Sanderson Nunes Fernandes da. **A “Estratigrafia do Abandono” em dois museus públicos potiguares**. O público e o privado – n.º. 12 – Julho/Dezembro – 2008. p. 64.

<sup>25</sup> FALCÃO. **JARARACA**. p. 103.



norte-rio-grandense, trazendo informações que hoje são utilizadas em diversos trabalhos, tanto de cunho acadêmico como pesquisas afins.

Através de um mapeamento detalhado dos visitantes do Museu, desde o ano de 1979 até 1985 e 2007 até 2013, percebe-se que grande parte daqueles que caminham por este espaço de conservação da memória são estudantes de escolas privadas e públicas. Outra grande parcela é composta por estudantes universitários (principalmente dos cursos de História, Turismo e Pedagogia).<sup>26</sup> Essas visitas evidenciam a preocupação vigente de se conhecer o passado. Destarte, é crucial a fomentação de discussões que percebam a tramitação da memória, suas mudanças e os usos que são atribuídos a ela. É preciso haver uma reflexão sobre como as informações que são repassadas, através das imagens presentes nesses espaços, são construtoras de uma identidade, que irão se proliferar até as gerações futuras.

Ainda em consonância com o mapeamento feito, percebe-se um fluxo alto de visitas durante o mês de junho. Esse mês é fundamental para se entender a importância que é dada a esse lugar, pois faz parte da cultura mossoroense a celebração da resistência contra o bando de Lampião através da peça *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Tal “peça tem como objetivo encenar os fatos antes e durante a tentativa de assalto, até a morte do cangaceiro Jararaca, anunciando, assim, uma vitória esmagadora sobre o bando, mostrando o valor da resistência”<sup>27</sup>. Assim, em meio às festividades juninas que se passam durante esse mês, a visita ao Museu Municipal de Mossoró torna-se uma das referências mais requisitadas pelos turistas, trazendo rentabilidade financeira aos comerciantes locais.

Um segundo lugar existente na cidade de Mossoró que evoca a memória sobre o cangaço e a resistência empreendida pelo povo mossoroense é o Memorial da Resistência, inaugurado no ano de 2008. Como o nome sugere, trata-se de um espaço para resguardar a memória do feito da resistência para as gerações futuras, assim como para conclamar a coragem, fomentando a identidade de um povo valente, aguerrido e vencedor. Salientando, assim, os joguetes que surgem por trás de um edifício, onde sua simbologia está intrinsecamente ligada a um passado histórico que não pode ser esquecido.

---

<sup>26</sup> O presente mapeamento fez parte de um dos objetivos do projeto de pesquisa “*Labirintos da Memória: os intelectuais e a construção da memória sobre o cangaço em Mossoró*” sob coordenação do Professor Dr. Lemuel Rodrigues da Silva, que teve duração de dois anos (2013 – 2014).

<sup>27</sup> ALVES, Antônio Robson de Oliveira. História e Memória: Um novo ideário sobre o cangaço em Mossoró. In: II **SEMANA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA UERN**, 2014, Mossoró. X Salão de Iniciação Científica da UERN. Mossoró: Edições UERN, 2014. v. 10. p. 17.





Dessa maneira, o Memorial da Resistência surgiu como um espaço que pudesse transmitir e fazer circular a memória da resistência. Em detrimento do Museu que é um espaço fechado, o memorial seria aberto em um lugar privilegiado onde o turista teria fácil acesso. Assim, sua visibilidade foi pensada para atrair os olhares. O Memorial faz parte, então, de um projeto de urbanização da Prefeitura de Mossoró. Sua localização ficaria no centro da cidade, onde a circulação de visitantes é bem maior. Com isso, este projeto une, na sua essência, os interesses do mercado de eventos e do turismo. Na verdade, o Memorial fazia parte de um plano ambicioso denominado *Corredor Cultural* que, nas palavras de Marcílio Lima Falcão:

Esse espaço (corredor cultural) é composto de diversos equipamentos ao longo da Avenida Rio Branco. A avenida foi, durante os governos Rosalba (1997-2004) e Fafá Rosado (2005-2008), um espaço privilegiado para a urbanização da cidade. Aí, foi utilizado o lugar da antiga Estação Ferroviária para a construção de um espaço que incorporou a Feira do Vuco-Vuco e agregou as chamadas praças de Convivência, Eventos, Esporte e Lazer; o Teatro Dix-Huit Rosado, a Estação das Artes Elizeu Ventania e o Memorial da Resistência.<sup>28</sup>

Essas descrições nos auxiliam a entender o objetivo real dessa obra: o de angariar turistas, arrecadar impostos através do comércio que cresceria e situar a cidade, entre as mais belas do Estado, no tocante ao urbanismo.

Nessa perspectiva, a memória que estaria sendo revivida não tem o intuito de ensinar e educar, ao contrário, o feito da resistência é retomado e recontado para que através desse se solidificasse o ideário de cidade da resistência, rótulo que perfaz o ideário local e é usado como mercadoria de venda nesta cidade. Percebe-se também o constructo que emana das fotografias e banners que fazem parte da galeria do memorial, onde através dos relatos enunciados nas imagens, os cangaceiros, temidos e odiáveis, não quiseram reconhecer a pujança do povo mossoroense, atacando-os, mas sendo massacrados por uma resistência vivaz.

Com isso, podemos inferir, aos objetivos do poder público da cidade de Mossoró, uma preocupação em um aumento da economia. Contudo, vale ser salientado que esta inquietação não pode ser observada em um âmbito que agregue todas as camadas da cidade, ao contrário, é visível que o uso desse corredor cultural é feito por uma parte dessa população. Como disserta Carla Yara Soares de F. Castro:

A oferta dos serviços de lazer nos espaços públicos de Mossoró, notadamente o complexo formado pelo *corredor cultural*, que deveria ser um espaço de convívio da coletividade e do diálogo entre os mais diversos segmentos da população de uma cidade, tem excluído os das camadas sociais de menor poder aquisitivo ao inserir serviços de consumo, cujos valores monetários estão além das condições desse segmento populacional. No final, quem lucrou com os serviços oferecidos

---

<sup>28</sup> FALCÃO. JARARACA. p. 125.





foram as elites com base econômica, política e simbólica para sustenta-las socialmente.<sup>29</sup>

Assim, com a criação de políticas públicas que geram um arrecadamento alto para a prefeitura, notamos uma disparidade para com os demais cidadãos que, como contribuintes, têm todo o direito de utilizarem o corredor cultural. Porém, as “paredes” imagéticas e simbólicas, impossibilitam esse uso. Tal fator mostra que os interesses estão nas mãos de poucos.

Mediante a discussão que se seguiu, notamos um evidente investimento do poder público da prefeitura de Mossoró, no que concerne ao turismo, para que através da memória, evocada por lugares singulares, possa haver uma construção identitária, assim como, um alargamento na economia, que se firma entre uma das maiores do estado. Certamente, esse investimento é feito de maneira pensada e organizada por cabeças que pensam em um enobrecimento civil, mas também em ganhos na economia local.

Entendemos que o investimento em Mossoró está centrado, principalmente, na área do turismo e mais especificamente no turismo cultural. Essa área tem como vetor indispensável a figura do turista e a sua relação com a história da cidade está alicerçada nos mitos e reelaborações da memória. Nesse sentido, os eventos do passado iriam se aglutinar com o presente, tornando vívidas as nuances perpetradas pelos atores que viveram as peripécias do tempo. O presente tem que ceder o palco para o passado, devendo proceder em conformidade com a história avultada que se processou nas vicissitudes do tempo.

O passado resguarda a história de bravura, pioneirismo, coragem e intrepidez dos mossoroenses. O sentimento de historicidade conclama ideários de robustez para esse povo que, dentro dessa convicção, exacerbam e expandem itinerários sobre sua história. Com essa altivez, a memória desse passado deveria contribuir com o presente e conferir rumos para o futuro. Dentro dessa expectativa, o passado deve servir não apenas como algo inerte e sem utilidade, ao contrário, deve ser lembrando e, com seus remanescentes, contribuir na expansão territorial (essa cidade não poderia se restringir às demarcações espaciais e por isso a memória transcende essa assertiva, adentrando a outros lugares com as histórias recontadas), ampliação na economia (as memórias devem ter um lucro), assim como na própria identidade do povo. Com esse olhar, o poder público interfere no processo de construção da memória, intervindo e se apropriando dessa para fomentar

---

<sup>29</sup> CASTRO, Carla Yara Soares de F. **O Corredor Cultural: espaço de materialização da exclusão social em Mossoró-RN**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2012, p. 127.



políticas que se utilizariam desse passado para engendrar projetos para o presente e firmar pretensões para o futuro.

### **Considerações Finais**

No dia 14 de Janeiro de 1977 uma matéria no jornal *O mossoroense* parecia ser distinta das noticiadas até então, a qual, em sua íntegra nos informa o seguinte:

#### **Turismo em Mossoró?**

Falar de turismo em Mossoró, só com muita boa vontade. E alguma dose de romantismo. Chega a ser agradável, para nós, o simples pensar que a administração municipal conta com uma assessoria de turismo. Para cuidar dos assuntos turísticos da cidade. A que algumas empresas especializadas do sul do país, chegam a incluir Mossoró no seu roteiro de viagens pelo Brasil.

Não é gratificante?

Mas é só o que existe e nada mais. Porque, para falar a verdade, nada há aqui ainda o que um turista ver. E se não há nada é porque nada ninguém fez, até hoje<sup>30</sup>.

A matéria mostra uma crítica feita ao poder público municipal em relação ao desprezo e falta de empenho em criar instrumentos de incentivo ao turismo. É postulado, também, a falta do que se ver em Mossoró, ou seja, o que o turista vislumbraria nessa cidade? Dentro dessas pontuações, a indignação é finalizada sob a afirmativa de nada ter sido feito até aquele momento para sanar aquela situação.

Diante dessa assertiva, no mesmo ano da matéria 1977, haveria um conciso investimento por parte de uma elite política e intelectual que construiria para Mossoró um legado de conceitos que adentrariam ao ideário municipal e até estadual. Uma cidade singular que ultrapassa os limites espaciais definidos pela geografia, que ganha o título de “cidade da resistência”, mas que resistência é essa? Resistência ao efeito temporal do esquecimento? Resistir aos descaminhos da contemporaneidade? Ou ainda, uma resistência ao futuro, o qual é obscuro e por isso precisa-se alicerçar-se no passado? A resistência postulada emerge não apenas como algo para se lembrar do passado, mas que possui reflexos no presente e suas dissoluções incutem incertezas e dúvidas.

E Mossoró, mesmo dentro de um estado, tornou-se pela intrepidez do seu passado, um enclave. Não é uma cidade, mas um “país”. Sua distinção é outorgada por causa de sua história. Todavia, as demais cidades do Rio Grande do Norte também possuem história, contudo, em Mossoró, essa história é cristalizada e massificada, pensada e arquitetada para a posteridade. A construção sobre os vários momentos de pioneirismos alude uma concisão de um passado vultoso

---

<sup>30</sup> Autor desconhecido. Jornal “**O mossoroense**”. 14 – 01 – 1977.



e o dever do povo mossoroense é conclamar essa história, pois ela exhibe a vitória de um povo aguerrido e corajoso.

Esses ideários passaram por um processo de construção. A qual dividiu-se nesse trabalho em três momentos: o primeiro, que versou sobre as décadas de 1970 e 1980, as quais são cruciais no que concerne a estruturação de uma memória oficial sobre o cangaço em Mossoró, passando pela escrita e formulação de uma elite distinta, a intelectual. O segundo, a efetivação dessa memória através de espaços *sui generis*, os quais chamamos de lugares de memória e denotam a veracidade do passado, pois através do alicerce de uma estrutura física, esse passado não é apenas um ato subjetivo, mas agora, objetivo e material. O terceiro, e não menos importante, a consumação dessa memória em políticas públicas no campo cultural, pois o investimento nesse passado deve trazer benesses para o presente e postular caminhos para o futuro.

A escrita da história, como infere Albuquerque Júnior, em uma discussão singular sobre teoria da História, é um parto difícil<sup>31</sup>. Consoante a essa afirmação, confirmo nesse trabalho as dificuldades que se arregimentam em discutir História e Memória. Nesse sentido, os caminhos que foram percorridos e seguidos durante a feitura dessa pesquisa, evidenciam o olhar que tenho para com a História, entendendo que essa possui particularidades indispensáveis para o saber humano. Diante disso, esse trabalho violou memórias, e buscou torná-las fecundas à nossa compreensão.

Esse trabalho buscou através de teóricos e pesquisas nos arquivos públicos, uma compreensão das diversidades e confluências entorno das ações públicas da prefeitura de Mossoró/RN no tocante ao turismo e o uso da memória para enobrecimento identitário. Destarte, a preocupação que nos mantém firmados na busca por fontes e um aprofundamento no assunto é compreender como essas ações tem usado a memória para fins próprios, não se atentando a historicidade real que emana dessa.

---

<sup>31</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado – Ensaios de teoria da história. 1 ed. Baurú: EDUSC, 2007.



# Feiura como indício de delinquência: uma análise de Ravachol segundo Cesare Lombroso

Ugliness as evidence of delinquency: an analysis of Ravachol according to Cesare Lombroso

**Bruno Corrêa de Sá e Benevides**

Mestrando em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

brunoebenevides@gmail.com

**Recebido em:** 30/08/2017

**Aprovado em:** 22/12/2017

**Resumo:** As teorias sobre o crime de Cesare Lombroso, a partir da segunda metade do século XIX, contribuíram para a criminalização da prática do anarquismo na Europa, fazendo com que os ácratas ganhassem a pecha de anormais ou de monstros sociais (Michel Foucault). Diante disso, este artigo tem como proposta demonstrar como o “lendário” anarquista Ravachol, por estar envolvido em ações terroristas, foi diagnosticado pelo médico italiano como um caso típico de delinquência nata, sobretudo em razão de suas características antropométricas, colaborando para transformá-lo em um símbolo de uma monstruosidade social. Por outro lado, busca-se compreender como a feiura, a partir das teorias lombrosianas, serviu de elemento de identificação do criminoso (Umberto Eco), principalmente quando envolvido com o anarquismo.

**Palavras-chave:** Ravachol, Lombroso, Anarquismo.

**Abstract:** Theories about the crime of Cesare Lombroso, from the second half of the nineteenth century, contributed to the criminalization of the practice of anarchism in Europe, making anarchists win the taint of abnormal or social monsters (Michel Foucault). Therefore, this article aims to demonstrate how the "legendary" anarchist Ravachol, for being involved in terrorist actions, was diagnosed by the Italian physician as a typical case of delinquency, mainly due to his anthropometric characteristics, collaborating to transform it in a symbol of a social monstruosity. On the other hand, one tries to understand how ugliness, from the lombrosian theories, served as an element of identification of the criminal (Umberto Eco), mainly when involved in anarchism.

**Keywords:** Ravachol, Lombroso, Anarchism



## Apresentação

Um juiz, o eminente advogado Spingardi, que tem me proporcionado grande número de dados para este estudo, me dizia: ‘Não tenho visto todavia um anarquista que não seja imperfeito ou curvado, nem tenho visto nenhum cuja cara seja simétrica’. Cesare Lombroso, 1894<sup>1</sup>

A presente citação foi extraída do livro *Gli Anarchici* (Os Anarquistas), de Cesare Lombroso. Nessa breve passagem é possível perceber o anarquista como um objeto de reflexão e do estudo das teorias lombrosianas sobre o crime (criminologia positivista). Tal reflexão foi estimulada, sobretudo em razão de uma série de atentados que espalharam terror por toda a Europa entre anos de 1880 e 1914, motivando uma identificação do anarquismo como prática terrorista que perduraria por muito tempo na imaginação popular<sup>2</sup>.

Em razão do uso das chamadas *ações diretas*<sup>3</sup> como estratégia de luta, o anarquismo passou a ser compreendido e estudado como uma enfermidade contagiosa que deveria ser decifrada e controlada. Inúmeros textos sobre o movimento libertário, inclusive de base científica, elaboraram uma série de críticas com o propósito de demonstrar sua improcedência, aberrações e seus erros; mas, de uma maneira geral, o objetivo maior dessa literatura foi concentrar-se na tarefa de criminalizar os anarquistas<sup>4</sup>, exatamente como foi realizado por Lombroso em seu trabalho.

No âmbito desse anarquismo mais radical, o francês Ravachol, que se tornou um nome emblemático entre os libertários de todo o mundo, e que é objeto deste artigo, foi responsável por cometer dois atentados à bomba que sacudiram os alicerces da paz parisiense durante o final da segunda metade do século XIX.

Os atentados, que atingiram a moral das instituições republicanas francesas, precisavam ser imediatamente investigados e reprimidos, evitando preventivamente a emergência de outras ações da mesma natureza. Casos como esses causaram profundo temor principalmente entre os

---

<sup>1</sup> LOMBROSO, Cesare. **Los anarquistas**. Madrid: Biblioteca Júcar, 1977, p. 18.

<sup>2</sup> GIRÓN, Álvaro. Los anarquistas españoles y la Criminología de Cesare Lombroso (1890-1914). In: **Frenia**, vol. II, n. 2, Madri, 2002, p. 82.

<sup>3</sup> Segundo Alexandre Samis “A ação anarquista, no que se refere às atitudes adotadas pelos operários para a consecução de objetivos imediatos, obedeceu a distintas táticas em função dos diversos entendimentos, que tiveram os grupos operários, das resoluções congressuais. A ação direta, apontada em todos os três Congressos como método fundamental para a obtenção das transformações sociais desejadas, não encontrou entre os trabalhadores anarquistas uma única interpretação. Assim, como o boicote e a sabotagem, outras formas de ação direta foram adotadas, no interior do movimento sindical revolucionário, a partir de uma interpretação mais radical” Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo; COLSON, D. et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004, p. 147.

<sup>4</sup> ANSOLABEHERE, Plabo. El hombre anarquista delincuente. In: **Revista Iberoamericana**, Vol. LXXI, n. 211, Buenos Aires, 2005, p. 541.



ocupantes de órgãos públicos, em frequentadores de locais comumente visitados pela alta burguesia (como os *cafés*) e em grande parte da imprensa mais conservadora, uma vez que eram alvos prediletos do grupo de anarquistas adeptos da prática de ações terroristas. Tratava-se, portanto, de uma guerra silenciosa implicitamente declarada contra qualquer representante das classes dirigentes. O *modus operandi* era considerado injusto e causava certo pânico, na medida em que o aparato policial não conseguia prever o local onde seria detonada a próxima dinamite.

A onda de pavor incitou um esforço, por parte das autoridades policiais francesas e de outras regiões da Europa, para a criminalização da prática do anarquismo. Foi neste contexto que o médico italiano, Cesare Lombroso, ampliou suas análises sobre a criminologia positiva na tentativa de compreender o ácrata e equipará-lo a um criminoso e ao mesmo tempo, em determinados casos, portador de uma doença.

Lombroso ganhou notoriedade por defender a teoria conhecida como “criminoso nato”. Essa teoria defendia que os comportamentos humanos seriam biologicamente determinados a partir das características antropométricas dos indivíduos. Segundo o referido médico, os criminosos poderiam ser classificados como ‘tipos atávicos’, em outras palavras, “indivíduos que reproduzem física e mentalmente características primitivas do homem”<sup>5</sup>. Esse atavismo, portanto, poderia ser identificado levando-se em conta sinais anatômicos do corpo do ‘delinquente nato’, que seriam aqueles indivíduos que estariam hereditariamente destinados à prática criminosa. Para cada delinquente em espécie (homicida, estelionatário, falsificador, etc) existiriam algumas características físicas ou mentais que os determinariam. Neste sentido, os anarquistas também passariam a ser considerados ‘criminosos natos’ (ou apenas loucos) por Lombroso e seriam portadores de certos atributos físicos e psicológicos específicos.

O caso Ravachol também foi objeto de longa análise por Lombroso. Em seu livro *Gli Anarchici*, este médico italiano elaborou o diagnóstico do anarquista francês como sendo uma hipótese de delinquência nata, apontando que os seus dados antropométricos, sobretudo os cranianos e faciais, direcionavam para um típico caso de uma mente criminosa fruto de um atavismo. Tais proposições, segundo Michel Foucault, contribuíram para que aqueles que seguissem a mesma linha de atuação do ácrata francês fossem considerados anormais e criminosos, assumindo uma essência de monstruosidade<sup>6</sup>. O delinquente enquanto aberração social, na segunda metade do oitocentos, de acordo com Foucault, teria se manifestado

---

<sup>5</sup> ALVAREZ, Marcos. A Criminologia no Brasil ou como Tratar Desigualmente os Desiguais. In: **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 4, Rio de Janeiro, 2002, p. 679.

<sup>6</sup> FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 101.



primeiramente naqueles que desrespeitavam os ditames do pacto social, transformando-se e transformados em inimigos políticos<sup>7</sup>. O ser anarquista, em razão de sua rejeição a qualquer forma de governo, corresponderia a um desses criminosos recalcitrantes da tal convenção social e, portanto, assumiriam o espectro de verdadeiros monstros sociais.

Além disso, ainda segundo Lombroso, uma das maneiras de identificar um anarquista da mesma espécie de Ravachol seria por meio de padrões fisionômicos da face (no caso uma “feiura”), que neste momento, consoante Umberto Eco, assumiram contornos de critérios científicos identificadores de um delinquente, associando-se “estigmas físicos a estigmas morais”<sup>8</sup>.

### ***“La Dynamite a Paris!”***

Na manhã do dia 27 de março de 1892, Ravachol partiu em direção ao prédio onde residia o promotor de justiça Bulot, na Rua Clichy, localizada no coração da capital parisiense. A sua intenção era vingar a prisão de dois dos seus companheiros anarquistas, Decamps e Dardare<sup>9</sup>. O plano era simples: consistia em invadir a residência do promotor, e detonar uma dinamite com a pretensão de assassiná-lo como forma de vingança, ou pelo menos provocar um temor capaz de inibir o prosseguimento do processo de seus companheiros. Bulot e o juiz designado para o caso, Benoît, tornaram-se alvos prediletos de Ravachol. O magistrado, de forma semelhante, foi alvo de um atentado em sua casa no dia 11 de março<sup>10</sup>, e por sorte saiu ileso.

Por volta das 8 horas da manhã, Ravachol chegou à referida Rua Clichy e procurou pelo edifício de número 39. Com “os olhos arregalados e a respiração ofegante”, invadiu o prédio e subiu as escadas em direção ao segundo andar, ocasião em que abandonou uma pasta contendo um material explosivo com massa suficiente para provocar uma grande explosão e fazer um enorme estrago<sup>11</sup>.

Após acender o pavio da dinamite, evadiu às pressas do edifício e quando já havia se afastado uns 50 metros do local, “ouviu-se por toda a cidade” um estrondo gigantesco que abalou a capital parisiense. A despeito da destruição do imóvel, o promotor Bulot conseguiu escapar ileso. A empreitada terrorista, por conta dos estilhaços da explosão, deixou sete operários feridos, que naquela ocasião trabalhavam em uma obra próxima a residência do promotor.

A notícia alardeou os jornais locais e correu nas páginas da imprensa de todo o mundo. Na própria capital francesa, o jornal *Le Petit Journal*, no dia seguinte ao atentado, destinou uma

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **Os anormais**, p. 118.

<sup>8</sup> ECO, Umberto (org.). **História da Feiura**. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 261.

<sup>9</sup> *Le Petit Journal*, 28 março de 1892, ano XXX, n. 10685, p. 1.

<sup>10</sup> MAITRON, Jean. **Ravachol e os anarquistas**. Lisboa: Antígona, 1981, p. 32.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **Ravachol e os anarquistas**, p. 32.





página inteira detalhando o incidente, e trazia a seguinte manchete: *Le Dynamite a Paris! Explosão Assustadora!*<sup>12</sup>

Em Lisboa, o jornal *Diário Ilustrado*, de 28 de março de 1892, na série Notícias e Telegramas, mencionava em suas páginas a explosão na Rua Clichy. Até no Brasil a notícia ganhou destaque na imprensa nacional republicana<sup>13</sup>. O jornal carioca, *O Paiz*, informava que, em Paris, os “anarquistas acabam de levar a efeito mais um atentado”, onde o “temível Ravachol” era o suposto responsável<sup>14</sup>.

Passados três dias da detonação da dinamite, em 30 de março daquele mesmo ano, Ravachol foi preso pela polícia francesa. Teve sua liberdade preventivamente restringida para fins de investigação penal após uma denúncia feita por um empregado de um restaurante em que ele costumava frequentar e o havia identificado dias antes. Em sede policial, fez as suas declarações e teve as suas informações antropométricas e papiloscópicas coletadas pelos policiais que dirigiam a apuração dos fatos. Em consequência, foi acusado pela promotoria em um processo conturbado, que levou meses e ocorreu sob ameaça de novos atentados à bomba por alguns companheiros que protestavam contra a sua prisão.

Tão logo findou o julgamento a sua sentença foi prolatada sendo ele condenado à pena de morte, cuja execução foi marcada para o dia 11 de julho de 1892. Sobre o patíbulo, “acolheu a sentença com o grito ‘viva a Anarquia’” e foi executado em seguida após “recusar a assistência de um capelão e cantar uma canção anticlerical”<sup>15</sup>. O telegrama oficial que noticiou a sua execução foi assim redigido:

A Justiça foi feita esta manhã às 04:05 sem incidentes ou protestos de qualquer tipo. Ele acordou às 03:40. O condenado recusou a presença do capelão e declarou que não tinha nada para confessar. Inicialmente pálido e trêmulo logo ele demonstrou um cinismo afetado e exacerbação aos pés do patíbulo momentos antes da execução. Em voz alta ele cantou rapidamente uma curta canção blasfema e revoltantemente obscena. Ele pronunciou a palavra ‘anarquia’, e quando sua cabeça foi colocada no buraco ele emitiu um último grito de ‘Longa vida à Re...’. Uma calma completa reinou na cidade. E assim aconteceu como reportado<sup>16</sup>.

Por trás do espetáculo de sua execução, há toda uma discussão sobre qual seria, verdadeiramente, a palavra a qual Ravachol pretendeu pronunciar, mas foi interrompido pelo fio da guilhotina pressionando o seu pescoço. Uma versão defende que a sílaba “Re”, gritada como

<sup>12</sup> *Le Petit Journal*, 28 março de 1892, ano XXX, n. 10685, p. 1.

<sup>13</sup> *Diário Ilustrado*, 18 de março de 1892, n. 6.814, ano XXI, Lisboa, p. 3.

<sup>14</sup> *O País*, 28 de Março de 1892, ano VIII, n. 3622, Rio de Janeiro, p. 1.

<sup>15</sup> MAITRON. **Ravachol e os anarquistas**, p. 60.

<sup>16</sup> *Le Petit Journal*, 12 de julho de 1892, ano XXX, n. 10791, p. 1 e 2.



última frase antes morrer, era uma referência ao vocábulo “República”, já uma segunda sustenta que obviamente a sua pretensão era dizer “Longa Vida a Revolução”<sup>17</sup>.

Isso não importa, o relevante é que sua sentença condenatória, assim como o seu processo que também ganhou páginas em diversos jornais pelo mundo, foram gradativamente angariando um tom de bravura e heroísmo por parte dos movimentos revolucionários mais radicais. Morreu como um mártir, inspirando gerações e outras ações radicais futuras que se fizeram com uso de bombas. O conhecido jornal *New York Times* veiculou notícia, em junho de 1919, ligando novos atentados à memória de Ravachol, que nesse momento assumiu contornos de um mito, um paradigma de resistências e lutas, principalmente por parcela dos libertários espalhados pelo mundo. Dizia assim a manchete do jornal: “*Ravachol, Rei dos anarquistas – Caso do francês dinamiteiro lembrado por recentes atentados à bomba*”<sup>18</sup>.

No Brasil, por exemplo, o famoso periódico dirigido pelo incansável anarquista Edgard Leurenroth, *A Plebe*, estampou, na edição de 07 de outubro de 1917, em primeira capa, as declarações de Ravachol colidas em sede policial na ocasião de sua prisão<sup>19</sup>. Tais declarações, que possibilitaram a todo o operariado paulista conhecer um pouco da trajetória biográfica de Ravachol, possuem caráter duplo, pois além de contribuíram na investigação policial, deixaram, da mesma forma, um registro de suas memórias e a sua compreensão sobre o mundo e sobre o anarquismo.

### **Um pouco sobre Ravachol**

O atentado da Rua Clichy não foi o único ataque à bomba perpetrado pelo anarquista francês, já que em 02 de março esteve por trás do atentado do presidente da Corte de Justiça. Portanto, em seu currículo, ficaram registrados esses dois atos terroristas. Além do duplo ataque com dinamites, Ravachol esteve envolvido em outras condutas consideradas delituosas e que macularam a sua “vida pregressa”. Ao longo de sua trajetória biográfica, contrabandeou álcool, falsificou moedas, violou sepultura a fim de subtrair os objetos – joias – enterrados com o cadáver (como foi o caso da baronesa Sr.<sup>a</sup> Rachetaille, sepultada em Notre-Dame-de-Grâce), roubou e furtou mediante invasão de propriedade privada, e finalmente praticou homicídio<sup>20</sup>.

François Claudius Koëningstein, mais conhecido como Ravachol, nasceu na comuna francesa de Saint-Chamond (departamento de Loire), no mês de outubro de 1859. Filho de pais

<sup>17</sup> MAITRON. **Ravachol e os anarquistas**, p. 60.

<sup>18</sup> *New York Times*, 29 de junho de 1919, p. 11-14.

<sup>19</sup> *A Plebe*, 07 de outubro de 1917, ano I, n. 16, p. 1.

<sup>20</sup> MAITRON. **Ravachol e os anarquistas**, p. 35.



operários, pessoas simples e sem condições de assistir o pequeno Ravachol, teve uma infância muito humilde e conturbada, sendo deixado aos cuidados de uma ama de leite até o terceiro ano de idade. Posteriormente, até os sete anos, ele residiu em um asilo. Já na fase adulta de sua vida, viveu em diversas regiões na França, vagando de cidade em cidade, ganhando a vida como pode e de inúmeras maneiras, passando a exercer variadas atividades laborais<sup>21</sup>.

Segundo o seu relato produzido mediante a autoridade policial durante o período em que ficou preso preventivamente em razão do atentado da Rua Clichy, o contato com o anarquismo aconteceu já em idade adulta por meio da leitura (sabia ler?) de brochuras anarquistas e coletivistas, e também por ter assistido conferências sobre as ideias libertárias<sup>22</sup>. Para Ravachol, o anarquismo significava a “destruição da propriedade” (privada)<sup>23</sup>, ideia que teve muita aceitação e penetração entre os militantes, sobretudo naquelas regiões onde a influência dos escritos de Pierre-Joseph Proudhon e a sua crítica em relação à propriedade foi contundente, como na Itália, Espanha e na França, locais inclusive onde o anarquismo prosperou fortemente, principalmente durante a segunda metade do século XIX. A publicação da obra proudhoniana, *O que é a propriedade?*<sup>24</sup>, que se tornaria um clássico, contribuiu para disseminar entre os libertários espalhados nestas regiões a ideia de que a propriedade privada seria um roubo, devendo a todo custo ser combatida. Em razão disso, tornou-se muito comum encontrar anarquistas no oitocentos sendo condenados e presos por crimes contra a propriedade (furto e roubo).

Vale aqui ressaltar que assim como acontece em qualquer movimento, o anarquismo possui variações teóricas e metodológicas, que vão desde aquelas que se dizem contrárias (ou não) às associações, até aquelas que defendem, quando necessário, o uso de ações diretas (greve geral, sabotagem e, em alguns casos, práticas terroristas – as chamadas propagandas pela ação). Todavia, em um ponto os anarquistas são uníssonos, isto é, no que diz respeito a crítica à autoridade exercida em qualquer ramo da vida social (seja o religioso, político, familiar, etc.), o que em última instância significaria a defesa por uma sociedade libertária. Ravachol, para aqueles que pensam o anarquismo<sup>25</sup>, entrou para a história do movimento como o representante de uma

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. **Ravachol e os anarquistas**, p. 37.

<sup>22</sup> MAITRON. **Ravachol e os anarquistas**, p. 45.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. **Ravachol e os anarquistas**, p. 45.

<sup>24</sup> Ver: PROUDHON, P. J. **O que é a propriedade?** Lisboa: Editorial Estampa, 1975.

<sup>25</sup> Seria possível mencionar inúmeras referências sobre aqueles que pensaram e tentaram escrever sobre a história do movimento anarquista, bem como elaboraram um debate sobre as ideias libertárias. De todo modo, apesar das críticas propostas em novos estudos, mencionaremos um autor bastante conhecido e de fácil acesso no Brasil, onde tratou de classificar e mencionar as ações anárquicas de Ravachol: WOODCOCK, George. **História das ideias e movimentos anarquistas –v. 1**, A ideia. Porto Alegre, L&PM, 2002. Sugiro também COLOMBO, Eduardo; COLSON, D. et al. **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de Políticas Sociais, 2004 e CORRÊA, Felipe. **Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



ala mais radical, justamente pela prática dos atentados aqui narrados, e por atuar para além de uma associação coletiva de uma determinada categoria de trabalhadores, sendo considerado um individualista (ou insurrecionalista<sup>26</sup>).

### **Ravachol na mira de Lombroso: a feiura enquanto indício de delinquência**

Em razão do pavor que as ações com bombas causaram nas autoridades europeias, o anarquismo acabou sofrendo um processo de criminalização e a medicina criminal (forense) teve papel preponderante.

Durante o século XIX e nas primeiras décadas do novecentos, na Europa e em diversas regiões da América, os debates científicos na medicina ultrapassaram a discussão sobre a saúde no plano intra-ambulatorial, e concentraram a atenção em questões mais abrangentes, que atingissem toda a sociedade ampliando assim o seu espaço de atuação.

Foi ainda durante o século XIX, que na comunidade científica europeia se popularizou o termo que serviu para estabelecer posicionamentos filosóficos na maneira de interpretar e analisar os fenômenos do mundo físico e natural. Tal conceito foi o “organicismo”, que apareceu primeiro na física e depois passou a ser aplicado às ciências ocupadas em estudar os fenômenos do mundo orgânico (Fisiologia animal e vegetal), até que finalmente chegaram a influenciar as ciências encarregadas de explicar os fenômenos sociais. Coube à sociologia positiva de Auguste Comte e Hebert Spencer a aplicação dos conceitos organicistas para a explicação dos fenômenos sociais, na medida em que passaram a enxergar a sociedade como um organismo biológico vivo<sup>27</sup>.

A estrutura social, dos países e reinos, para os seguidores dessas proposições filosóficas, portanto, assumiu contornos de um grande organismo em comparação com as estruturas biológicas. Mergulhado nesta concepção médico-científica, os discursos e os textos acadêmicos no campo da medicina assumiriam o papel salutar de reconstrução da sociedade.

A Medicina legal, deste modo, permitiu uma íntima aproximação entre as teorias sociais formuladas pelos médicos e os bacharéis de Direito. Pouco a pouco os juristas vão incorporando as teorias feitas no campo da Medicina na compreensão e no estudo das ciências jurídicas. Foi em razão disso, que a tradição jurídica nos centros europeus (a começar pelo italiano) tendeu a afastar-se da Escola Clássica do Direito e, em contrapartida, aproxima-se da Escola Positiva,

---

<sup>26</sup> VAN DER WALT, Lucien; SCHMIDT, MICHAEL. **Black Flame**. The revolutionary class politics of Anarchism and Syndicalism. Oakland (CA): AK Press, 2009, p. 132. Autores que defendem ser os anarquistas da espécie do Ravachol insurrecionalistas e não individualista.

<sup>27</sup> ARRIAGA-RODRÍGUEZ, Juan Carlos, Tres tesis del concepto frontera en la historiografía, In: Gerardo Gurza LAVALLE (cor.) **Tres miradas a la historia contemporánea**. Mexico: Instituto Mora, pg. 9-47, 2012. p. 14.



onde o Direito Penal seria fortemente influenciado pela Criminologia Lombrosiana<sup>28</sup>. As teorias do médico italiano Cesare Lombroso é uma demonstração cristalina da influência que a Medicina exerceu sobre o Direito (assim como sobre outras áreas do conhecimento como a psiquiatria e a antropologia). Em outras palavras, a Criminologia seria uma perspectiva teórica para explicar e resolver, no plano das ciências médicas, as práticas criminais nas sociedades.

Neste sentido, o próprio anarquismo e a sua militância, dentro da perspectiva médica com fulcro nos aportes teóricos lombrosianos, passariam a ser compreendidos como parte integrante de um organismo social doente e em descompasso com o progresso do ‘mundo civilizado’, devendo esse mal ser imediatamente amputado do corpo social, colando a sociedade nos trilhos do ‘bom e perfeito funcionamento’.

A Escola Positiva do Direito emergiu na Europa com a pretensão de revisar a então hegemônica Escola Clássica do Direito. O pensamento dogmático da Escola Clássica emergiu na Europa entre a segunda metade do século XVIII como resultante dos pensamentos filosóficos de Cesare Bonasera, mais conhecido como Marques de Beccaria, ao publicar a sua obra clássica *Das Delitos e das Penas*, em 1764. Essa Escola foi influenciada pelas concepções iluminista, a partir do contratualismo (de Rousseau), sendo bem aceita por uma burguesia em ascensão. Para esta corrente jurídica, a pena criminal simbolizaria uma espécie de retribuição pelo dano causado à vítima do delito. Com base na teoria dos contratos do Direito Civil, a sociedade seria organizada por relações interpessoais de caráter contratual, e ocorrendo o descumprimento deste ‘contrato social’ por meio da prática de um delito, a pena no Direito Penal surgiria como uma forma de punição contra o delinquente<sup>29</sup>.

Em contrapartida, a Escola Positiva italiana (*Scuola positiva*) surgiu, na segunda metade do século XIX, na tentativa de trazer as discussões jurídicas no âmbito penal para campo das ciências médicas, a partir do desenvolvimento de um método científico adequado (o empírico-indutivo). Além do próprio Cesare Lombroso, os maiores representantes desta corrente foram os médicos Raffaele Garofalo e Enrico Ferri<sup>30</sup>. Após a publicação do livro *Homem Delinquente*, em 1876, Lombroso passou a ser reconhecido como o fundador do chamado positivismo criminológico (ou ‘Criminologia moderna’)<sup>31</sup>, uma ciência que compreenderia o infrator como um prisioneiro de sua própria patologia, e que a partir dessa premissa se dedicaria ao estudo da mente

---

<sup>28</sup> SAMIS, Alexandre. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil**. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 60.

<sup>29</sup> SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. Ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2013, p. 76 e 93.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. **Criminologia**, p. 74.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. **Criminologia**, p. 74.



criminosa.

A Criminologia construiu os seus aportes teóricos, em um primeiro momento, a partir dos fisionomistas em voga ao longo de todo o século XVIII. Os seguidores dessa ciência acreditavam que a fisionomia de um indivíduo poderia descrever as suas características psíquicas, relacionando o aspecto físico com o aspecto moral. O estudo da fisionomia originou a cranioscopia<sup>32</sup>, onde as medições externas da cabeça permitiriam “adivinhar” a personalidade do indivíduo. Tais estudos evoluíram para uma análise do interior da mente, dando origem a frenologia<sup>33</sup>. Em um segundo momento, as ideias de Lombroso valeram-se das contribuições de Lamarck e Darwin, servindo, assim, de base para o seu posicionamento evolucionista em um sentido inverso, já que para ele o criminoso seria encarado como uma regressão da espécie – uma involução<sup>34</sup>.

De certa forma, Lombroso foi influenciado por todas essas formulações científicas para propor a sua teoria, tanto a partir dos fisionomistas<sup>35</sup> quanto da frenologia<sup>36</sup>, e, diante disso, acabou chegando à conclusão de que o criminoso seria um ser atávico, que representaria a regressão do homem ao ser primitivo. A partir disso, explicaria que os impulsos criminosos estariam relacionados com as características físicas, os aspectos biológicos do delinquente e em razão de uma degeneração causada pelo atavismo, surgindo a partir daí o que ele denominou de *criminoso nato*. Ainda segundo Lombroso, o crime poderia ter origem na loucura moral (doença), na epilepsia e na loucura passional<sup>37</sup>, casos que não corresponderia ao delinquente *nato*.

Inicialmente, os fatores externos (sociais) eram desconsiderados por Lombroso, levando em conta apenas as razões clínicas. De acordo com o médico italiano, “criminoso sempre nascia criminoso”,<sup>38</sup> evidenciando sua adesão ao determinismo biológico. Entretanto, em um segundo momento, Lombroso teve que considerar os aspectos exógenos, sem lançar mão do biológico, a fim de readaptar a sua teoria de acordo com as novas realidades concretas emergentes, evitando

---

<sup>32</sup> O maior representante da cranioscopia foi Franz Joseph Gall, por volta de 1800.

<sup>33</sup> Frenologia (phreno – mente), precursora da moderna micro psiquiatria. (SHECAIRA. **Criminologia**, p. 78 e 79).

<sup>34</sup> SHECAIRA. **Criminologia**, p. 83.

<sup>35</sup> De acordo com Sérgio Salomão: “Lombroso emprestou algumas ideias dos fisionomistas para fazer seu próprio retrato do delinquente. Examinava profundamente as características fisionômicas com dados estatísticos que verificava desde a estrutura do tórax até o tamanho das mãos e das pernas. A quantidade de cabelo, estatura, peso, incidência maior ou menor de barba, enfim, tudo era circunstanciadamente analisado. Alguns detalhes eram verdadeiramente precisos” (**Criminologia**, p. 83 e 95).

<sup>36</sup> Lombroso adotou dezenas de “parâmetros frenológicos para examinar as cabeças, pesando-as, medindo-as e conferindo grande sentido científico nos estudos do criminoso nato. Suas pesquisas envolviam tópicos como capacidade craniana, capacidade cerebral, circunferência, formato, diâmetro, feição, índices nasais, detalhes da mandíbula, fossa occipital (diferente nos criminosos natos), dados esses que eram distribuídos conforme a região da Itália” (SHECAIRA. **Criminologia**, p. 83 e 97).

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. **Criminologia**, p. 97.

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **Criminologia**, p. 97.



com que a sua tese caísse em contradições fulminantes. Tal fato aconteceu, por exemplo, quando tentou explicar a prática do anarquismo enquanto ação criminosa já que os perfis fisionômicos nem sempre possibilitavam identificar com precisão o “suposto delinquente praticante do anarquismo”, tendo sido obrigado admitir que as contradições sociais também contribuía na prática de algumas ações delituosas.

Nesse sentido, os anarquistas aparecem pela primeira vez em seus escritos a partir do livro *O Home Delinquente*, no entanto, em 1894, o médico italiano publicou um trabalho específico dedicado ao tema, o qual foi intitulado *Gli Anarchici*<sup>39</sup>. Para Lombroso, os anarquistas, via de regra, eram “loucos ou criminosos”<sup>40</sup>, uma vez que a defesa pelas ações revolucionárias propostas pelos tais libertários não passariam de rebeliões, sendo típicas ações patológicas de indivíduos doentes<sup>41</sup>. Lombroso, muito em razão de seu posicionamento político de tendência mais socialista reformista<sup>42</sup>, defendia que o autêntico processo revolucionário de uma sociedade deveria se dar de forma lenta e preparada, o que diferenciaria a revolução da rebelião, sendo esta o exercício da loucura (do ponto de vista moral)<sup>43</sup>.

Essa loucura, que deveria ser entendida como a “falta geral de sentido moral”<sup>44</sup>, ocorreria em razão de patologias mentais que acometiam os anarquistas<sup>45</sup>. Essas patologias poderiam ser a epilepsia (Lombroso chegou a essa conclusão após analisar o caso de Caserio, assassino do presidente francês Carnot), a histeria (com base no caso de Vaillant, que cometeu um atentado contra à Câmara de Deputados em Paris) ou simplesmente em razão de uma anatomia cerebral criminosa<sup>46</sup>. Essa última possibilidade, distanciava-se das outras por caracterizar, segundo Lombroso, um caso típico de *criminoso nato*. Seria, por exemplo, o quadro clínico em que se encaixaria o “lendário” anarquista Ravachol, pois para o médico italiano ele possuiria todas as descrições físicas da delinquência nata:

O que mais marcantemente se revela a primeira vista na fisionomia de Ravachol é a sua brutalidade. A cara, extraordinariamente irregular, caracteriza-se por uma grandíssima estenocrotafia, pelo exagero dos arcos superciliares, pelo desvio marcado do nariz para a direita, pelas orelhas em forma de asa e localizadas em diferentes alturas e, enfim, pela mandíbula inferior desmesuradamente grande, quadrada e muito saliente, que completa nesta

<sup>39</sup> GIRÓN. *Los anarquistas españoles y la Criminología de Cesare Lombroso (1890-1914)*, p. 85.

<sup>40</sup> LOMBROSO. *Los anarquistas*, p. 18.

<sup>41</sup> MONTEIRO, Fabrício Pinto. *O Niilismo Social – Anarquistas e terroristas no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 65.

<sup>42</sup> GIRÓN. *Los anarquistas españoles y la Criminología de Cesare Lombroso (1890-1914)*, p. 85.

<sup>43</sup> LOMBROSO. *Los anarquistas*, p. 17.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. *Los anarquistas*, p. 17.

<sup>45</sup> MONTEIRO. *O Niilismo Social*, p. 65.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. *O Niilismo Social*, p. 65.



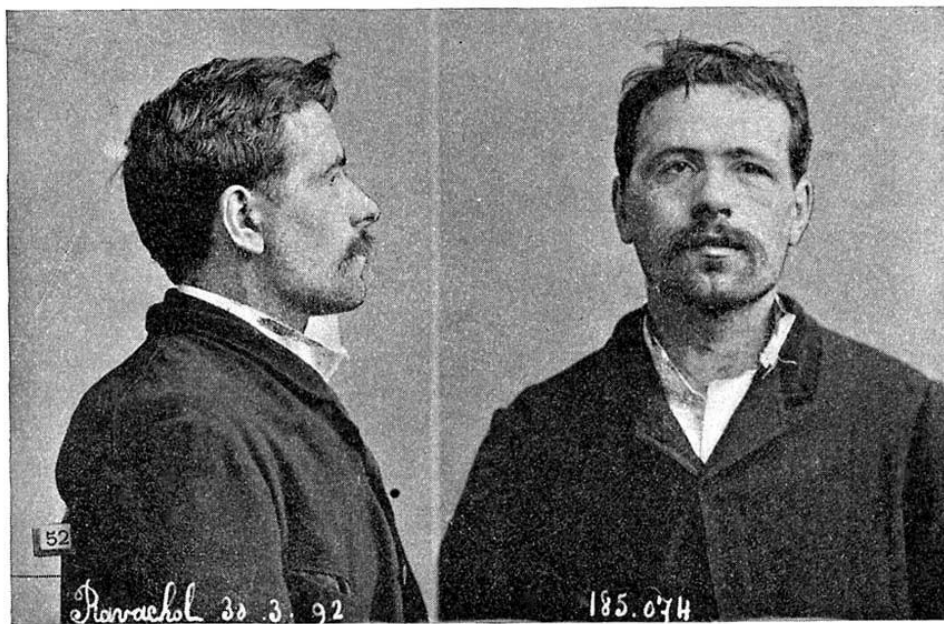


cabeça os caracteres típicos de um delinquente nato<sup>47</sup>.

Essa última linha de raciocínio montada pelo médico italiano, tornou-se uma regra para os casos que envolvessem anarquistas terroristas<sup>48</sup>. Entretanto, dois tipos de anarquistas se transformariam em pedras de tropeços para o seu método positivo-criminológico.

**I. — Observations anthropométriques.**

taille 1 <sup>m</sup> 66.6	tête.	long <sup>r</sup> 18.8	pied g. 27.9	n° de cl. 3	agé de 32
voûte		larg <sup>r</sup> 16.0			
enverg. 1 <sup>m</sup> 76	oreille dr.	long <sup>r</sup> 6.6	auric <sup>is</sup> g. 9.9	pér <sup>is</sup> 2.02 m	à St Chamond
buste 0 <sup>m</sup> 87.2		larg <sup>r</sup> 3.5			
					age app <sup>is</sup>



**II. — Renseignements descriptifs.**

front.	Arc <sup>sup</sup>	Racine (prof <sup>r</sup> )	bord. O. S. P. o.	barbe none	Pig <sup>is</sup>
	Inclin <sup>is</sup> 1				
noz.	Haut <sup>r</sup> g	Haut <sup>r</sup> Saillie Larg <sup>r</sup>	a trg. i. p. r. D.	Car <sup>is</sup> L <sup>is</sup> i <sup>is</sup>	Ceint <sup>is</sup>
	Larg <sup>r</sup> m				
part <sup>is</sup>		part <sup>is</sup>	part <sup>is</sup>	sig <sup>r</sup> dressé par M. Delroy	

Imagem 1: Dados antropométricos de Ravachol confeccionados pela polícia francesa.  
Fonte: MAITRON. *Ravachol e os anarquistas*, p. 35.

O primeiro caso que desestabilizaria a teoria elaborada por Lombroso para explicar a prática do anarquismo seria a existência de inúmeros libertários que não se enquadravam nas descrições fisionômicas (aquelas utilizadas para caracterizar Ravachol), já que não praticavam as

<sup>47</sup> LOMBROSO. *Los anarquistas*, p. 26.

<sup>48</sup> Fabrício Monteiro explica que o terrorismo anarquista alcançou o seu auge na “década de 90 do século XIX, mas a ‘propaganda pela ação’, como ficaria conhecida a opção de luta política que poderia envolver o terrorismo teria surgido como proposta entre os anarquistas quase duas décadas antes. (...) inicialmente se referia a um incentivo pessoal coletivo aberto (...) chegando ao ato terrorista em si, seja com uso de bombas, ou de revólveres e punhais” (MONTEIRO. *O Niilismo Social*, p. 58-59).



ações terroristas, mas consideravam-se ácratas com intensa militância. Diante disso, qual seria o argumento, do ponto de vista científico, que explicaria o “ser anarquista” nessa hipótese? A saída de Lombroso foi contra-argumentar, que nesses casos, não haveria a existência do *criminoso nato*, mas de patologias que acometiam os anarquistas resultantes de fatores hereditários (epilepsia) ou até mesmo hipnóticos (histeria), e que seriam agravadas por elementos sociais exógenos (desigualdades sociais). Para esses casos,

Os remédios mais radicais seriam aqueles que tendiam a impedir a excessiva concentração da propriedade, da riqueza, do poder, para que pudessem, os que tivessem talento e condições para o trabalho, ganhar a vida<sup>49</sup>

O segundo caso destabilizador das teorias lombrosianas sobre os anarquistas, seria a hipótese do ácrata não adepto às ações terroristas e que não fosse afetado por condições sociais precárias. De acordo com Cesare Lombroso, esses delinquentes seriam impulsionados “a consumação do delito por pura paixão”<sup>50</sup> tratando-se, assim como na hipótese anterior, de uma antítese do criminoso nato. Também não seria o caso de uma loucura, por se tratar de um ato puramente passional. Lombroso chegou a mencionar que nessas ações estariam enquadrados nomes como Reclus, Kropotkin, Bakunin, etc<sup>51</sup>.

Em ambos os casos, o que de fato incomodava o médico italiano era a incapacidade de reunir elementos antropométricos que pudessem comprovar cientificamente a loucura, a mente criminosa do anarquista ou o delito passional. Tentando contornar essas excepcionalidades, Lombroso fez uso de indícios indiretos, “pouco confiáveis”<sup>52</sup>, mas que serviriam para que a polícia investigativa pudesse “adivinhar” um suposto anarquista (seriam esses elementos: a tatuagem, a gíria, ações éticas e o lirismo)<sup>53</sup>.

Além de fazer uso dos dados antropométricos para chegar à conclusão de que Ravachol tratava-se de um delinquente nato, Lombroso fez questão de ressaltar que a irregularidade facial do anarquista francês também deve ser vista como indício de uma mente criminosa. Em outras palavras, a “feiura”<sup>54</sup> deveria ser levada em conta para a percepção de um indivíduo com fortes tendências à prática delincente.

De uma maneira geral, em diversos períodos históricos, o feio foi entendido como um

---

<sup>49</sup> LOMBROSO. *Los anarquistas*, p. 72.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. *Los anarquistas*, p. 40.

<sup>51</sup> \_\_\_\_\_. *Los anarquistas*, p. 40.

<sup>52</sup> MONTEIRO. *O Niilismo Social*, p. 66.

<sup>53</sup> LOMBROSO. *Los anarquistas*, p. 19-20.

<sup>54</sup> “Os conceitos de belo e de feio são relativos aos vários períodos históricos ou às várias culturas” (ECO. *História da Feiura*, p. 16).



sinal ou “sintoma da degenerescência”<sup>55</sup>, pois segundo Eco, é feio aquilo que é repelente, “horrendo, asqueroso, desagradável, grotesco, abominável” e odioso<sup>56</sup>. Ainda segundo o escritor italiano, um ponto importante para a história do feio foi o surgimento da fisiognomia, uma ciência “que associava traços do rosto a características e disposições morais”.

De qualquer maneira, tem razão Eco ao afirmar que Lombroso não chegara à simplificação de dizer que todo feio é sempre delinquente, mas, assim como nos casos dos anarquistas da espécie de Ravachol e de outros criminosos de delitos comuns (ou seja, aqueles distante de um viés político), o médico italiano tendeu a associar estigma físicos a estigmas morais<sup>57</sup>, como argumentos científicos, ao mencionar que “a tudo isto deve ser adicionado um problema de fala que muitos alienistas considera sinal frequente de degeneração. Sua psicologia corresponde em todas as suas lesões anatômicas”<sup>58</sup>.

Além disso, cabe ressaltar que, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma tendência por parte de alguns especialistas em desprezar as compreensões científicas que atualmente encontram-se ultrapassadas nomeando-as, desta forma, de pseudociências. Entretanto, como bem salientou Nancy Stepan ao fazer a mesma reflexão sobre a eugenia, essa atitude de desaprovação “é uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes” na elaboração destas ciências ditas obsoletas, “e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas”. Portanto, para a autora, a análise sobre tais ciências que hoje são consideradas moral e cientificamente inaceitáveis (como no caso da eugenia), deve ser feita, pelos historiadores, dentro de uma perspectiva de contextualização, e entendidas como sendo argumentos científicos válidos e portadores de credibilidade na época em que foram formulados, posto que muitos cientistas, médicos e ativistas sociais renomados endossaram-nos, considerando-os “o resultado apropriado do desenvolvimento da ciência”<sup>59</sup>.

Neste sentido, este mesmo tratamento histórico deve ser dado à criminologia lombrosiana, obstando o seu enquadramento na condição de ‘pseudociência’, pois apesar de sua desconstrução com as novas descobertas científicas, “ela pertence a um processo de reconhecimento do período”. Segundo Leonardo de Carvalho, isso de seu, talvez, em razão dos traumas que as consequências desses atos tenham se deflagrado, a tendência em reduzi-la a uma

---

<sup>55</sup> ECO. **História da Feiura**, p. 15.

<sup>56</sup> ECO. **História da Feiura**, p. 16.

<sup>57</sup> \_\_\_\_\_. **História da Feiura**, p. 261.

<sup>58</sup> LOMBROSO. **Los anarquistas**, p. 26.

<sup>59</sup> STEPAN, Nancy Leys. **A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 12).



falsa cientificidade “atua como um agente de ‘banimento teórico’ do conceito, elevando-a para uma desqualificação conceitual” e colocando essa teoria reinterpretada “em um caráter contextualmente genérico”<sup>60</sup>.

Ainda sobre este ponto, a Escola de Antropologia Criminalista italiana toma este contorno de ciência do século XIX. Deste modo, “ao invés de buscarmos o que a ciência trouxe de permanente, devemos procurar apresentar a integridade histórica daquela ciência, a partir de sua própria época”<sup>61</sup>. Por outro lado, a sua respectiva importação e reapropriação em diversas partes do mundo, demonstram a importância que elas representavam no debate científico, como no caso brasileiro onde Nina Rodrigues, teria sido chamado de “Apóstolo da antropologia criminal no Novo Mundo” pelo próprio Lombroso<sup>62</sup>.

Voltando à análise da “feiura” como indício de delinquência, é preciso considerar que deficiências físicas verificam-se com maior frequência em realidades sociais mais humildes, pois em muitos casos são reflexos de uma má alimentação e outras doenças, que por falta de recursos e auxílios médicos, tendem a ser mais frequentes entre os marginalizados. Esse é exatamente o caso do Ravachol, possuidor de um semblante ofuscado, uma postura curvada, cicatrizes faciais, problemas na fala, e uma estrutura corporal quase esquelética. Tais características são fruto de uma vida despojada de cuidados e não podem ser percebidas como indícios de uma “mente criminosa”. Por outro lado, a maior parte dos delitos praticados pelo anarquista francês possui uma razão econômica e social (e nem tanto política), premido que estava de uma necessidade pela sobrevivência durante a maior parte de sua vida, e não um aspecto biológico de caráter determinista.

De acordo com Pablo Ansolabehere, de uma maneira geral, o objetivo maior da literatura produzida em decorrência da criminologia positiva foi concentrar-se na tarefa de criminalizar os anarquistas<sup>63</sup>, exatamente como foi realizado por Lombroso, e defender a imperfeição fisionômica (aqui tratada como “feiura”) como indício para se aferir um possível delinquente.

De acordo com Michel Foucault, portanto, tais teorias médicas e psiquiátricas vão lentamente, na metade do século XIX, contribuindo para forjar a figura do “povo revoltado” (do anarquista, por exemplo) em inimigo político<sup>64</sup>, em criminoso do cotidiano, transformando-o em

---

<sup>60</sup> CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Um debate sobre a cientificidade da antropologia criminalista italiana no século XIX. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, a. 23, n.116, Set.-Out. 2015, p. 03.

<sup>61</sup> \_\_\_\_\_. *Um debate sobre a cientificidade da antropologia criminalista italiana no século XIX*, p.10.

<sup>62</sup> CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p. 63.

<sup>63</sup> ANSOLABEHRE. *El hombre anarquista delincuente*, p. 541.

<sup>64</sup> FOUCAULT. *Os anormais*, p. 119.



verdadeiros monstros jurídicos e sociais, em outras palavras, seres anormais<sup>65</sup>.

Ainda segundo o filósofo francês, tratando especificamente dos anarquistas, sendo possível provar que tais movimentos (insurreicionários e revolucionários) são obra de homens pertencentes “a uma classe biologicamente, anatomicamente, psicologicamente, psiquiatricamente desviante, então ter-se-á o princípio de discriminação”<sup>66</sup>, sendo possível criar fronteiras invisíveis e internas separando os normais daqueles que precisam ser marginalizados e excluídos, e nesse sentido a criminologia lombrosiana caiu “como uma luva”, principalmente contra o anarquismo.

### Considerações Finais

O artigo *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*<sup>67</sup> de Carlo Ginzburg trata de explicar a origem do método indiciário, a sua aplicação pelos historiadores da arte, na medicina e na área de conhecimento designada como humanidades. O artigo, da mesma forma, ressalta como esse paradigma de origem incerta foi (e vem sendo) aplicado em diferentes ramos e áreas do conhecimento acadêmico, inclusive como parâmetro teórico usado pelas polícias investigativas em todo o mundo, desde o século XIX<sup>68</sup>.

Até mesmo o universo jurídico absorveu as propostas do paradigma indiciário. Isso resta patente quando o magistrado, ao prolatar uma sentença, precisa fazê-la com base na leitura e no conhecimento dos autos do processo, só então, a partir dos dados – indícios – ali coletados, poderá proferir o veredito (do latim *veredictum*, “verdadeiramente dito”, ou “dizer a verdade”).

A aproximação entre o direito e a medicina contribuiu na formação de um campo próspero da medicina legal que, a partir dos vestígios biológicos de um determinado indivíduo, seja por lesões, cortes, queimaduras, perfurações, estrangulamento, entre outros; seja em decorrência de aspectos antropométricos e fisionômicos faciais (como pretendeu Cesare Lombroso), consegue descobrir a ação delituosa e conseqüentemente a sua autoria.

Entretanto, a criminologia lombrosiana foi além dessa mera possibilidade de se descobrir o delito e delinquente *pos facto*. A *grosso modo*, e como diria os juristas, *data maxima vénia*<sup>69</sup>,

---

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_. **Os anormais**, p. 126.

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_. **Os anormais**, p. 194.

<sup>67</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151 e 157.

<sup>68</sup> Ginzburg relata o surgimento da leitura de informações papiloscópicas, possibilitando um trabalho de investigação policial por meio de indícios que levaram ao autor do delito, como, por exemplo, a impressão digital.

<sup>69</sup> “Com a devida licença”.



Lombroso pretendeu elaborar uma teoria *a la Minority Report*<sup>70</sup> do século XIX. Uma teoria (felizmente hoje superada – será?) onde, por meios de certos indícios corporais, pode-se antever um provável delinquente antes mesmo da consumação ou execução do delito.

Certas ou erradas, as ideias lombrosianas em *Gli Anarchici*, contribuíram no processo de criminalização do anarquismo, aproximando-o de uma prática delituosa provocada por uma patologia psicológica e biologicamente já predisposta. Tal perspectiva teórica fez guarida no Mundo e inclusive no Brasil durante a Primeira República, mas isso fica para outra hora...

---

<sup>70</sup> Filme hollywoodiano (2002) dirigido por Steven Spielberg e estrelado por Tom Cruise. No filme, os agentes policiais trabalhavam com um programa alimentado por videntes (os precogs) que conseguem prever o momento e a autoria exatos do crime, intervindo preventivamente e assim inibindo a sua execução.





# Legislação e conflito no reino do Kongo do século XVI

Legislation and conflict in the kingdom of Kongo sixteenth and seventeenth centuries

**Bruno Pastre Máximo**

Mestre em Arqueologia

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

pastrebruno@gmail.com

**Recebido em:** 12/09/2017

**Aprovado em:** 25/11/2017

**Resumo:** Este artigo visa evidenciar aspectos do funcionamento do sistema jurídico do reino do Kongo no século XVI. Através da análise documental, buscamos compreender a sua organização até finais do século XVI e como este sistema foi se alterando a partir do contato e das influências europeias, em especial de Portugal e do Vaticano. Estes conflitos de sistemas jurídicos afloraram principalmente nas disputas de sucessão monárquica no Kongo, sendo este o foco privilegiado de análise. A documentação existente permite realizar uma reflexão sobre as questões envolvidas nos processos de transmissão do poder, permitindo assim constatar o papel dos portugueses e do cristianismo no período em questão. As leis e procedimentos jurídicos portugueses foram utilizados de forma diferente pelos monarcas kongo analisados, podendo concluir que a legislação foi incorporada conforme a vontade dos soberanos africanos, e não por imposição portuguesa.

**Palavras-chave:** Reino do Kongo, Legislação, Procedimentos jurídicos.

**Abstract :** This article aims to demonstrate aspects of the functioning of the legal system of the Kongo kingdom in the 16th century. Through documentary analysis, we sought to understand its organization up to the end of the sixteenth century and how this system was changing from the contact and European influences, especially from Portugal and the Vatican. These conflicts of juridical systems surfaced mainly in the monarchical succession disputes in the Kongo, being this the privileged focus of analysis. The existing documentation allows us to reflect on the issues involved in the processes of power transmission, thus allowing us to verify the role of the Portuguese and Christianity in the period in question. Portuguese laws and legal procedures were used differently by the kongo monarchs analyzed, and may conclude that the legislation was incorporated according to the will of the African sovereigns, and not by Portuguese imposition.

**Keywords:** Kingdom of Kongo, Legislation, Legal procedures.





## Introdução

Um dos principais debates historiográficos sobre os séculos XVI e XVII no Kongo consiste na questão da conversão do reino ao cristianismo. Esta questão é de fundamental importância, pois tem como pano de fundo a ocidentalização e a influência europeia na constituição do estado africano. Podemos dividir o debate em pelo menos três posições distintas: a primeira surgiu nos 1950 e 60 com as teses de Duffy<sup>1</sup> e Davidson<sup>2</sup>. Esses autores, em seus escritos, interpretaram a conversão do rei do Kongo ao cristianismo como um ato de submissão aos europeus, culminando numa aliança desigual e falha, já que Portugal, por ter maior nível de desenvolvimento, seria mais hábil para se beneficiar de sua posição que o Kongo. Decorrente disso teria havido um massivo envolvimento dos portugueses nos assuntos kongo, que culminaram na quebra do poder e da autoridade do reino tornando-o uma marionete nas mãos dos portugueses.

Em um segundo momento do debate, o autor David Birmingham refuta esta posição, alegando que a conversão ocorreu somente de forma superficial, tendo como objetivo o de ganhar representatividade e vínculos diplomáticos nas cortes europeias, mantendo-se no Kongo a religião tradicional, mesmo que incorporando algumas características cristãs. Anne Hilton seguiu esta interpretação, também defendendo que o monarca percebeu que poderia ter no cristianismo uma fonte de legitimação independente das questões internas, não necessitando da adesão dos senhores locais e sacerdotes para apoiá-lo. Além disso, ele teria um canal direto com novas mercadorias que, como eram bens de prestígio<sup>3</sup>, trariam mais poderes para o monarca.<sup>4</sup>

Buscando romper com estas interpretações, em um terceiro momento do debate, Thornton propôs que o cristianismo africano foi construído com base em uma mistura de cosmologias, tanto a católica quanto a cristã. Segundo o autor, este amalgama ocorreu, pois, a tradição africana permitia a incorporação destas novas práticas e neste momento elas foram aceitas pelos clérigos locais. Por parte do cristianismo, segundo Costa e Silva, se aproximando de Thornton, a religião católica não era conflituosa na região, já que “O cristianismo popular dos séculos XV a XVII tinha muitas semelhanças externas com as práticas religiosas dos kongo. Em ambos os sistemas espirituais, o divino impregnava a natureza e dirigia o destino das comunidades e dos homens.”<sup>5</sup>

<sup>1</sup> DUFFY, J. **Portuguese in Africa**. Cambridge: University of Harvard Press, 1959.

<sup>2</sup> DAVIDSON, B. **History of East and Central Africa**. Garden City: Anchor Books, 1969.

<sup>3</sup> Como bens de prestígio, podemos enumerar diversos itens europeus, em especial as vestimentas e tecidos.

<sup>4</sup> Ver mais sobre o assunto no capítulo três de HILTON, Anne. **The Kingdom of Kongo**. Oxford: Clarendon Press, 1985. pp.50-68.

<sup>5</sup> SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o Libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova



Pretendo neste artigo contribuir com o debate, porém não me concentrando na questão religiosa, mas sim no sistema jurídico kongo após a presença portuguesa. Este tema ainda não foi abordado de forma sistemática pela historiografia consultada, deixando um caminho fértil para futuras discussões. Nosso objetivo é discutir sobre duas questões: (1) comprovar a existência de um sistema jurídico africano; (2) como era a interpretação e utilização pelos monarcas kongo das leis portuguesas. O foco principal será no reinado de três reis – Afonso, Diogo I e Álvaro I. A escolha destes governos se deu principalmente pela maior documentação referente às questões jurídicas.

### **Documentação consultada**

A documentação analisada neste artigo consiste nas Ordenações do Reino do Portugal, e em documentação administrativa compilada na *Monumenta Missionária Africana*.

O sistema jurídico de Portugal na Época Moderna foi consolidado, sucessivamente, em três Ordenações: Afonsinas, em 1446, Manuelinas, em 1521, e finalmente as Filipinas, em 1603. A proposta dessas Ordenações era congregar todas as leis do reino, tratando dos costumes da corte, das instituições, da religião, do comércio e das questões penais. Com a expansão marítima do final do século XV, novos territórios foram anexados pela Coroa e necessitavam de uma nova legislação. Foi neste momento em que se produziram as Ordenações Manuelinas, que valeram até o final do século XVI, e são compostas por cinco livros, cada um com diversos títulos.

A *Monumenta Miss/onária Africana*<sup>6</sup> é uma grande obra de compilação de documentos presentes em arquivos europeus referentes ao período das grandes navegações para a África ocidental, e é composta principalmente de documentos administrativos, crônicas e relatos de viagem. Utilizaremos neste artigo os primeiros quatro volumes que compreendem o período entre 1482 até 1600. Há uma grande limitação que consiste principalmente na ausência de informações sobre questões cotidianas, especialmente a respeito das classes que estão fora do poder político. Isso se deve à natureza do corpo documental, que foi escrito por uma elite política destinando-se à outra. Outro grande problema, como apontou Thornton<sup>7</sup>, é que devido à composição dos arquivos, somos induzidos a dar uma grande ênfase à participação portuguesa na história do Kongo, fato que pode não ter ocorrido, já que não temos acesso a documentos internos do reino do Kongo e sim somente aqueles destinados a Portugal.

Uma característica peculiar para o período e para a História da África é que parte da

---

Fronteira, 2002. p. 365.

<sup>6</sup> BRÁSIO, António. **Monumenta missionaria africana**. África ocidental. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca, 1952-1954. vol. 1-4. Doravante citado como **MMA**.

<sup>7</sup> THORNTON, John K. Early Kongo-Portuguese Relations, 1483-1575: A New Interpretation. **History in Africa** v. 8, 1981, 183-204.



documentação foi escrita por africanos, em especial o rei do Kongo. Assim, podemos muitas vezes fugir do etnocentrismo europeu e tentar encontrar uma interpretação africana acerca dos temas debatidos nas cartas. Porém, devemos tomar toda a cautela possível para a análise da documentação, como ressaltou Ilídio do Amaral:

Não podemos esquecer que estamos em presença de documentos que, na maior parte dos casos, resultam de um ato de compromisso entre alguém (africano) (...) de uma cultura sem escrita, que ditava palavras e frases que compunham ideias e princípios muito específicos, e outro, de cultura muito diferente, instruído na leitura e na escrita de textos, que, ao recolher as informações do primeiro dificilmente podia registrá-las sem fazer intervir as suas percepções, os seus modelos (europeus) de compreensão dos assuntos. Por isso mesmo é natural que os escreventes introduzissem nos textos determinados por ideias e palavras de outrem as suas próprias interpretações dos fatos, as suas percepções particulares.<sup>8</sup>

### **A chegada dos portugueses no Kongo**

A história da presença portuguesa na região iniciou-se em 1483, com a chegada dos portugueses comandados por Diogo Cão à foz do rio Zaire. Eles se encontraram com um governante local presenteando-o com alguns objetos e deixando uma inscrição em pedra. Antes de se retirarem da região, como de costume, sequestraram quatro africanos para levar a Portugal com a finalidade de ensinar-lhes o português. Diogo Cão prometeu retornar após 14 luas, o que de fato cumpriu. A intenção principal dos contatos com os povos africanos pelos portugueses era a busca do reino cristão de Prestes João (Etiópia), para realizar uma aliança contra os mouros, encontrar metais preciosos e participar do vindouro, e rentável, comércio de escravos. Enquanto na região da Guiné a presença portuguesa se restringia a questões militares e econômicas, no Kongo foi diferente. Desde o início as relações entre reinos se mostraram muito amistosas e a presença portuguesa adquiriu um caráter inicial de eclesiástica. O monarca que encontrou os portugueses aceitou se converter, e desta forma, *Nzînga-a-Nkuvu*, se tornou o primeiro rei católico do Kongo, adotando o nome português de João I. Com a conversão de João I, seguiram-se embaixadores e capitães portugueses para o Kongo.

Com a morte de João I, iniciou-se uma guerra pela tomada do poder. Dois irmãos lutaram entre si: um baseado no direito católico da primogenitura e o outro com base na escolha dos tradicionais líderes locais. Afonso I, representante do partido cristão, com a ajuda dos portugueses, venceu a disputa e se tornou rei. Seu reinado foi o mais longo da história do Kongo, compreendendo o período de 1509 a 1542. Seu governo foi o responsável pela “consolidação” da

---

<sup>8</sup> AMARAL, Ilídio do. **O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), O Rei dos “Ngola” (ou de Angola), e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVI**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996. p. 15.



religião católica, a mudança no sistema de sucessão ao trono, a implantação de um código de leis e de uma nova rede comercial, envolvendo, principalmente, o comércio de escravos e outros bens em troca de produtos europeus. Entre tantos altos e baixos, ele conseguiu manter-se no poder e centralizá-lo cada vez mais na cidade real de *Mbanza Kongo*, que passou a se chamar São Salvador.

Afonso I tornou-se um aliado precioso na região e portugueses começaram a ir viver no seu reino. Nesta nova situação, o rei pediu a coroa portuguesa auxílio tanto nas questões religiosas quanto na administração dos seus súditos em território africano. Portugal então organizou uma embaixada com funcionários, presentes e enviou as Ordenações.

### **As Ordenações no Kongo**

A primeira menção das Ordenações em território kongoles se dá em 1512, no regimento da embaixada de Simão da Silva ao rei do Kongo Afonso I. Este, além de ir como embaixador também acumulou o trabalho de capitão e, a pedido do rei do Kongo, deveria ensinar por meio “(...) dos livros das ordenações que levais [como] em grosso o modo da justiça e a ordem em que se faz e os casos por que se mata por justiça e assim as outras condenações de casos crimes.”<sup>9</sup> Por outro documento, fica claro que a intenção de enviar um capitão não era para impor a lei portuguesa no Kongo, mas “(...) para fazer justiça dos Portugueses [dos portugueses vivendo no reino], que lá compreendesse em erros, assim crimes, como civis (...)”<sup>10</sup>, sendo que essa atitude cabia somente ao capitão, que deveria “(...) dar execução, segundo forma do poder e alçada nossa que levais.”<sup>11</sup> Essa alçada foi determinada por um artigo nas Ordenações Manuelinas, deixando bem claro o poder do capitão.<sup>12</sup> Ele poderia julgar sem apelação todos os crimes que não envolvessem pena de morte. Para estes, ele deveria mandar os autos e apelações para a Corte julgar se ele merecia a pena de morte ou não, com exceção de alguns crimes graves, tais como traição, furto e roubo de navio.

Sobre o regimento, discordo da tese de Amaral que interpreta esse regimento como uma maneira de Portugal fazer uma aculturação do Kongo. Para ele a dominação cultural portuguesa é “express[a] em vários passos do regimento, ao ponto de se terem preparado selo de armas, sinete do fac-símile da assinatura que o rei do Congo deveria utilizar em documentos régio e brasão feito no melhor estilo da heráldica portuguesa.” Penso que Portugal desejava que o Kongo seguisse suas normas como reino cristão, mas deixou a opção da aceitação ou não das mesmas para o monarca africano, havendo um espaço para discussão, não sendo, pois, uma imposição

<sup>9</sup> Regimento de D. Manuel a Simão da Silva, 1512. In: BRÁSIO. **MMA**, vol. 1, pp. 233-234.

<sup>10</sup> Embaixada de Simão da Silva ao Congo, 1512. In: \_\_\_\_\_. **MMA**, Vol. 1, p. 223.

<sup>11</sup> Regimento de D. Manuel a Simão da Silva, 1512. In: \_\_\_\_\_. **MMA**, vol. 1, pp. 233-234.

<sup>12</sup> Ordenações Manuelinas, Livro 2 Tit.27: **Da Jurisdiçam, que he dada aos Capitães dos Luguares d'Africa.**



européia.

Prevendo que o rei do Kongo se interessaria pelos julgamentos, D. Manuel I fez uma ressalva:

E querendo el-Rei do Congo estar presente no julgar dos feitos da sua gente, estareis com ele em todos os feitos que sua gente tocar e aquilo que ele quiser se faça (...) porque assim queremos que o façais no tocar a sua gente, dando-lhe porém vosso parecer do modo em que vos parece que deve passar.<sup>13</sup>

Ou seja, para Portugal, as ações cometidas pelos portugueses vivendo no Kongo deveriam ser submetidas às leis de Portugal, não às locais. Por isso podemos afirmar que Portugal desde o início da interação com o Kongo reconheceu sua independência política e jurídica<sup>14</sup>, confirmando um código de leis africano que deveria ser respeitado e que o seu sistema somente deveria ser aplicado aos nativos, caso o rei quisesse.

### **Sistema jurídico do Kongo**

Sabemos da existência de leis e de um sistema jurídico no Kongo por meio de documentos indiretos. A menção de funcionários kongo relativos à justiça aparece em citação de um vigário numa carta, para D. Manuel I, de maio de 1516. Nesta carta, o eclesiástico elogia muito o rei do Kongo, afirmando que este possui profundo conhecimento sobre as escrituras sagradas, estudando-as dia e noite, e que, possivelmente, recebia a intervenção do Espírito Santo nos seus sermões. Além do mais, ele é muito rígido contra a idolatria, como se pode verificar no trecho a seguir:

(...) isso mesmo saberá vossa Alteza que ele é muito justo, e pune grandemente os que adoram ídolos e com os ídolos manda queimar, e tem por todos seus Reinos oficiais da justiça para prenderem todos os que souberem que tem ídolos, ou fazer feitiçaria, e outras quaisquer maldades que toquem a nossa santa fé católica (...).<sup>15</sup>

Claramente, essa afirmação é um exagero do autor que queria acima de tudo elogiar a atuação de D. Afonso I, mas é plausível de se pensar que existia no Kongo uma rede de pessoas encarregadas de fiscalizar em nome do rei, que não se limitava às questões religiosas, mas que tratava também das pendências locais. Thornton aponta para a existência de um conselho real, que além de cuidar das questões da burocracia estatal também tinha a função de controlar os

<sup>13</sup> Regimento de D. Manuel a Simão da Silva, 1512. In: BRÁSIO. **MMA**, vol. 1, pp. 233-234. Vale ressaltar que Simão da Silva morreu antes de chegar a Mbanza Kongo sendo substituído por seu escrivão, Álvaro Lopez, causando grande confusão na sua chegada, o que analisaremos mais adiante.

<sup>14</sup> Para melhor efeito de análise seria interessante comparar a situação jurídica dos portugueses em outros lugares do império, ou em outros reinos católicos europeus.

<sup>15</sup> Carta do Vigário Rui de Aguiar a El-Rei D. Manuel, 25/05/1516. In: BRÁSIO. **MMA**, Vol. 1, p. 362. Grifo meu. Além desta carta existe outra posterior que também cita a existência de Oficiais de Justiça. “Era este um homem negro, que era Justiça Maior de Congo(...)” – Relação de Frei Diogo do Santíssimo Sacramento. In: \_\_\_\_\_. **MMA**, Vol. 4. p. 371.



juízos.<sup>16</sup>

Acreditamos que durante o século XVI a cultura da oralidade fosse muito mais utilizada entre os oficiais de justiça kongolesa, sendo à base dos seus juízos às tradições ancestrais. Esses provavelmente eram, segundo Hilton, encabeçados por anciões (*nkuluntu*) da família tradicional (*kanda*). “Os *nkuluntu* julgavam assuntos civis e penais (...)”<sup>17</sup>. Uma prática similar podia também ser observada na legislação portuguesa, se tomarmos por equivalente o direito costumeiro. Novamente lamentamos por não existir mais informações sobre essas tradições, mas por meio de reclamações dos portugueses e do maior interesse do rei em controlar o comércio de escravos podemos resgatar duas leis existentes no reino do Kongo. Elas foram criadas possivelmente após a presença europeia na região, durante o reinado de Afonso I e são distintas das Ordenações Manuelinas.

A primeira é uma lei que proíbe que qualquer morador do kongo envie cartas para fora do reino sem a autorização do rei. Esta é uma queixa constante durante todo o reinado de D. Afonso I e seguiu sendo no de seus sucessores. Ela prejudica, pela análise da documentação portuguesa, principalmente os lusitanos que faziam críticas à administração real ou informavam à Coroa portuguesa a existência de metais preciosos. Temos vários indícios da existência dessa lei, como, por exemplo, em uma carta de 1539, de um português habitante do Kongo para o rei D. João III, na qual ele descreve a censura existente, “(...) foi por que nesta terra hão por maior erro escrever a V. A. que fazer hum grande crime; e por [esta] causa tem guardas nos portos e passagens daqui até Sonho, que são quarenta léguas e todas as cartas que vão para o reino e Ilha e de lá vem tomam e trazem a Sua Real Senhoria (...)” O português também descreve o que aconteceria caso a carta retida contenha informação contrária a realeza kongo (como críticas a conduta moral do monarca e da Coroa ou pedidos para intervenção portuguesa em assuntos internos do Kongo) “(...) isto fazendo-lhe entender escreve mal dele a V.A. dá alguns agravos seus, [que] quá faz os tributos e leis novamente contra os homens, em dano as suas fazendas e trato.”<sup>18</sup>. A lei é uma amostra das tentativas do rei do Kongo em controlar as informações que entram e saem do reino, sendo fundamental esse monopólio para a manutenção e legitimidade de seu poder.

A segunda lei surge de um debate entre D. Afonso I e o rei de Portugal sobre o comércio de escravos. O rei do Kongo reclama da atuação dos mercadores portugueses, que levam seus preciosos produtos para os kongo deixando-os ávidos em obtê-los, cometendo todo tipo de

---

<sup>16</sup> THORNTON, John K. *The Kingdom of Kongo*. p. 44.

<sup>17</sup> HILTON, Anne. *The Kingdom of Kongo*. p. 20

<sup>18</sup> Carta de Gonçalo Nunes Coelho a D. João III, 20/04/1539. In: BRÁSIO. MMA, vol. 2, pp.76-77.



irregularidade, como escravizar forros e livres. Para combater essa prática nefasta, Afonso decreta:

(...) por lei que todo o homem branco que em nossos reinos estiver e comprar peças por qualquer maneira que seja, que primeiro o faça saber a três fidalgos e oficiais de nossa corte (...) para verem as ditas peças, se são cativos, se forros; e sendo por eles despachados, ao diante não terão nenhuma dúvida nem embargo e as poderão levar e embarcar. E fazendo o contrário perderão as ditas peças.<sup>19</sup>

Essa lei visava à preservação do monopólio real sobre o comércio, impondo sobre ele um controle burocrático para uma maior fiscalização e arrecadação. Por meio destes exemplos, podemos observar a existência de leis e de práticas jurídicas no reino do Kongo, mesmo que não estejam explícitas por causa do viés da documentação. As leis citadas surgiram para legislar em áreas possivelmente antes inexistentes dentro da tradição kongolesa e o mais interessante é que neste caso elas se aplicam aos portugueses, ocupando um espaço jurídico inexistente na legislação portuguesa.

### **A interpretação da lei portuguesa no Kongo**

Como melhor forma de analisar os dois sistemas jurídicos, confrontaremos as pendências jurídicas existentes no Kongo com a legislação portuguesa, para tentar evidenciar qual era o papel de Afonso I nos julgamentos e como ele utilizava a lei local algumas vezes, em detrimento da portuguesa para assuntos referentes aos lusitanos viventes na corte. Isso não significa que ele não conhecesse os livros, já que uma fonte afirma que ele recebeu os “(...) cinco livros de Ordenações os quais (...) o Rei D. Afonso os leu todos (...)”<sup>20</sup>

Através deste precioso documento podemos observar o julgamento de D. Afonso I quando lhe foram apresentadas as Ordenações. O documento é um trecho da crônica de Damião de Góis do ano de 1516, na qual o autor relata a apresentação do código de leis portuguesas para o rei do Kongo e sua reação. O rei não aceitou as leis, pois:

(...) v[ia] que era impossível reduzir seus sujeitos, e vassallos a tal ordem de viver (...)” e ainda as critica, “(...) [o rei do Kongo] disse um dia rindo, (...) falando do que lera, e achara daqueles livros [Ordenações]: Crasto em Portugal que pena se dá a quem põe os pés no chão, quase dizendo que eram tantas as leis, ordenações, artigos, cláusulas (...) que era impossível viver ninguém tão resguardado (...).<sup>21</sup>

Por este trecho, podemos concluir que ou o escrivão utilizou-se do nome do rei do Kongo para criticar as leis portuguesas ou realmente o rei do Kongo tinha autoridade e conhecimento, não só para recusar as leis para os seus súditos como, também, para considerar às suas melhores para o

<sup>19</sup> Carta do Rei do Congo a D. João III, 18/10/1526. In: BRÁSIO. **MMA**, Vol. 1, p. 490.

<sup>20</sup> Crônica de Damião de Góis, l. c., parte iv, cap. III, 1516 In: \_\_\_\_\_. **MMA**, vl, 1, pp. 373-375.

<sup>21</sup> Crônica de Damião de Góis, l. c., parte iv, cap. III, 1516 In: \_\_\_\_\_. **MMA**, vl, 1, pp. 373-375.





seu reino. E esta atitude não se notou somente na retórica real, mas também foi refletida nas suas atitudes futuras, quando teria que intermediar conflitos entre os portugueses.

O caso que será analisado a seguir ocorreu no mesmo ano daquela afirmação e se refere a um assassinato ocorrido em Mbanza Kongo em que um português foi assassinado por um patricio.

A confusão se iniciou com a morte de Simão da Silva no trajeto entre Mbanza Soyo e a capital. Por determinação de D. Manuel I o encarregado de substituí-lo, caso fosse necessário, era o seu escrivão Álvaro Lopez. O corregedor português no Kongo se revoltou com a decisão do monarca, não aceitando Álvaro como substituto, assim e eles discutiram. Para evitar maiores conflitos, Afonso I aceitou que o corregedor fosse dispensado e retornasse para Portugal. Enquanto este se dirigia para o porto de Mbanza Soyo, o rei do Kongo entrou em guerra contra populações rebeladas do reino, indo inclusive pessoalmente para o campo de batalha.

Em seu lugar como governante do reino, deixou como encarregado “(...) Álvaro Lopez por capitão com todo o meu poder, onde ficava a rainha minha mulher. E enquanto eu lá fui nunca Álvaro Lopez fez coisa de meu desserviço, mas antes fez tudo o que era Justiça”<sup>22</sup>. Quando o rei retornou, recebeu a informação de que o corregedor dispensado estava ainda no porto e que perdera o barco para Portugal, encontrando-se muito doente. Afonso I chamou-o de volta para Mbanza Kongo e concedeu abrigo para ele na corte, enquanto este aguardava uma próxima embarcação para Lisboa. Seu retorno à capital, o corregedor inicia uma trama contra Lopez, porque ele insistia em cumprir o estatuto e obrigações régias ao invés de servir aos interesses da comunidade portuguesa no kongo (que não correspondiam necessariamente ao desejo do monarca português).

A revolta se instalou, quando o corregedor dispensado se juntou a religiosos e outros oficiais portuguesa no Kongo e começaram a pedir a saída de Lopez, se recusando a servir o rei enquanto isso. Afonso I tentou resolver este impasse, buscando sua solução no código jurídico português, e desta forma solicitou as Ordenações do corregedor dispensado para consulta. Este se recusou a dar para o rei, alegando que ele possuía a lei velha.<sup>23</sup>

Depois disso, o padre pediu para que Afonso I assinasse um alvará para abrir um inquérito contra Álvaro Lopez com a pena de ser excomungado caso não o fizesse. O rei assinou e a investigação foi iniciada. Passados alguns dias, o rei fez doação para Álvaro Lopez de vinte e cinco escravizados. O corregedor não sabendo da mercê, em presença dos dois, acusou Álvaro de ter furtado os escravizados do rei. Afonso I se colocou em defesa de Álvaro, e o corregedor

<sup>22</sup> Carta do Rei do Congo a Manuel I, 04/03/1516. In: BRÁSIO. **MMA**, vol. 1, pp. 355.

<sup>23</sup> Referência as Ordenações Manuelinas da edição de 1514 que foram substituídas por uma versão de 1521.



dispensado, ao saber da verdade sobre a mercê, “(...) veio onde o Álvaro Lopez estava sentado diante de mim e lhe deu com um pau que trazia por bordão, três ou quatro pancadas.” O rei se espantou com a violência da ação, porém não tomou atitude. Álvaro ao se levantar jurou o corregedor dispensado de morte, o que aconteceu alguns dias depois. Para escapar dos outros portugueses ele se afugentou na igreja de Mbanza Kongo. “E outro dia todos os homens brancos me requeriam que o mandasse tirar da Igreja e que lhe mandasse cortar a cabeça. E eu não quis, mas esperei até que veio Manuel Vaz e mandei-lhe que o levasse à ilha [de São Tomé].”<sup>24</sup>

Para melhor análise das ações de Afonso I, buscamos comparar as suas atitudes tomadas (ou omissas) em relação às Ordenações Manuelinas, com as quais ele tivera contato.<sup>25</sup> Quando da primeira irregularidade cometida, se observou que o rei acolheu em sua residência o corregedor dispensado, mesmo este armando uma conspiração contra Álvaro Lopez, porque a comunidade portuguesa se recusava em cumprir o regimento. Podemos enquadrar esses fatos em diversos delitos; para essa análise recorrerei a dois: o primeiro - o da proibição de dizer injúrias a julgadores<sup>26</sup> e o segundo - desobedecer ou resistir à ordem do oficial de justiça<sup>27</sup>. De acordo com a primeira lei, ao saber que havia uma conspiração contra o nomeado de D. Manuel I e ouvir sendo-o caluniado<sup>28</sup>, Afonso I deveria ter se imposto como testemunha do ato e com isso “(...) o julgará, e o punirá segundo a qualidade das pessoas, e achar por Direito, e Nossas Ordenações que merece por dita culpa”. Ele não tomou atitude. Pela segunda lei, ao descumprir o regimento e as ordens do Capitão e do rei de Portugal, o corregedor (que nesta altura ainda não tinha agredido Álvaro) deveria ser “(...) degredado para Nossos Lugares D’Além por dez anos.” Além dessas duas infrações, a não punição do corregedor ia contra uma lei específica com relação ao poder do Capitão nos territórios africanos, já mencionada anteriormente<sup>29</sup>.

A solução do conflito também foi problemática. Pelo teor da carta, Afonso I em nenhum momento questionou as atitudes de Álvaro Lopez e, mesmo assim, o enviou para São Tomé, não explicando o porquê desta sua atitude. Para este caso, podemos concluir que as atitudes de D. Afonso I correspondiam à sua concepção de esfera jurídica. Ele só tomou atitude, no caso, quando a vontade dos portugueses foi contra a sua. Até então, ele deixou os portugueses

<sup>24</sup> Carta do Rei do Congo a Manuel I, 04/03/1516. In: BRÁSIO. **MMA**, vol. 1, pp. 355-358.

<sup>25</sup> Infelizmente para essa pesquisa não tive acesso as Ordenações da edição de 1514, desde modo basearei minhas interpretações na versão de 1521, disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>.

<sup>26</sup> Ordenações Manuelinas, Livro 5 Tit.66: **Dos que fazem, ou dizem injurias aos Julgadores, ou a seus Officiaes.**

<sup>27</sup> Ordenações Manuelinas, Livro 5 Tit.36: **Dos que resistem, ou desobedecem a qualquer Official da Nossa Justiça.**

<sup>28</sup> “(...) e depois veio o corregedor e quando achou Álvaro Lopez por capitão disse me que aquele homem era um idiota e que não era para ser Capitão, me dizendo muitas outras más palavras(...)”. Carta do Rei do Congo a Manuel I, 04/03/1516. In: \_\_\_\_\_. **MMA**, vol. 1, pp. 355-358.

<sup>29</sup> Ordenações Manuelinas, Livro 2 Tit.27: **Da Jurisdicam, que he dada aos Capitães dos Luguare d’Africa.**



resolverem entre si as suas pendências, já que possuíam legislação para isso. Para ele, havia uma clara divisão entre o direito português e kongoles, não os misturando na medida do possível.

Após a morte do monarca kongo Afonso I, deu-se uma disputa pela sucessão do trono. Novamente envolvendo as duas concepções de direito: D. Pedro defendendo a primogenitura e D. Diogo a eleição.<sup>30</sup> Após conflito bélico, D. Diogo assumiu e iniciou um turbulento reinado marcado pela divisão da nobreza kongo entre as duas facções conflitantes. O reinado de Diogo I nos mostra uma mudança clara de atitudes com os portugueses se comparado a seu antecessor. Ele, desde o princípio, na visão dos portugueses, se mostrou muito hostil à presença deles na região, criticando-os muito e fazendo incidir sobre eles penas pesadas. O seu governo (1545 - 1561) se sustentou no poder graças ao fortalecimento do monopólio real do comércio, mesmo com revoltas internas, principalmente, na região do *Ndongo*.

O primeiro indício da mudança de postura com Portugal é verificado em uma carta, de 1549, escrita por D. Diogo I para D. João III. Nesta carta ele critica duramente alguns padres que estão no seu reino, que ao invés de cumprirem suas funções se preocupavam mais em enriquecer com o tráfico e arrumar prostitutas. Conta que só não os repreendeu por serem vassallos de Portugal. Para resolver essa situação, ele alega que D. João II enviou uma carta<sup>31</sup> para seu antecessor, D. Afonso I, autorizando-o a praticar punições contra portugueses e,

(...) ped[indo] a V. A. [D. João III] que haja por bem nos confirmar a mesma carta, da maneira e substância dela, para ser repressão e temor dos que não fizerem o que devem em nosso Reino, e haverem temor de em cada um se fazer a execução que na dita carta se contém e por isso deixaram de fazer o que não for serviço de Deus (...).<sup>32</sup>

A diferença entre os dois reis se dá bem neste ponto. Enquanto Afonso I deixava os brancos resolverem os problemas jurídico entre eles, só intervindo quando os mesmos iam contra sua vontade, D. Diogo I buscou atribuir para si a função de legislador perante os portugueses e, principalmente, não separou a esfera jurídica do Kongo da de Portugal, buscando uma autorização de Portugal para fazer valer a sua vontade.

Um exemplo desta sua política se encontra em uma devassa pedida por D. Diogo I contra possíveis traidores e conspiradores. Em 1550 sua legitimidade e força política ainda eram questionadas por outros nobres do reino que armaram um complô para retirá-lo do poder. Porém este foi descoberto por Diogo I que mandou tirar devassa para “(...) que em Portugal seu Rei Irmão seja informado da verdade (...)”. As testemunhas consultadas foram onze no total, sendo

<sup>30</sup> O sistema consistia resumidamente na eleição de um dos chefes locais com base no seu poder militar, econômico e legitimidade perante os outros senhores e sua própria família. O sistema de eleição do Rei e as mudanças ocorridas durante os séculos estão descrito em HILTON, Anne. **The Kingdom of Kongo**. p. 36.

<sup>31</sup> Esta carta citada não foi publicada por Brásio, ou porque ela se perdeu ou devido a não existência da mesma.

<sup>32</sup> Carta do Rei do Congo a D. João III, 28/01/1549. In: BRÁSIO. **MMA**, Vol. 2, pp. 226-227.



que somente duas eram portuguesas. Elas não foram escolhidas pelos portugueses responsáveis pela devassa, mas mandados a depor pela vontade de “(...) sua R.S. (D. Diogo I)”. Os testemunhos envolveram denúncias de muitos outros líderes africanos, sendo que a participação dos europeus foi em favor da permanência do rei, incluindo uma quebra do sigilo religioso<sup>33</sup> por um padre, que ao escutar uma confissão de um traidor a revelou para um informante do rei.

Além dos testemunhos, temos a reprodução de uma carta do principal “traidor”, Pedro Camguano Bemba, enviada para seu irmão que vivia em São Tomé. Ela foi retida no porto de Mpinda e anexada ao processo como prova contra os acusados. Nesta carta, Pedro afirmou que D. Diogo I mandou matar toda a sua geração, e “(...) que me há de matar e que há de ficar seu filho na minha renda (...)”. As consequências da traição também afetaram a família do irmão, sendo que o filho dele ia ser separado do seu neto que ainda está por nascer, e “(...) ser degradado para todo e sempre jamais.” Desesperado, na carta, Pedro pedia para seu irmão o ajudar, escrevendo para Portugal e especialmente para o Papa, “(...) para nos socorrer com uma santa bula (...), porque este traidor [D. Diogo I] não tem outro medo senão da bula (...)”, e esta “(...) deve vir secretamente (...) porque se caso souber alguém logo a de matar todos geralmente.”<sup>34</sup>

Nesta devassa, utilizou-se o método português para conduzir um caso estritamente africano. Oposto a D. Afonso I, o rei do Kongo se utilizou do sistema jurídico português para resolver as pendências internas, ficando a dúvida de se ele o fez para uso próprio ou como o ouvidor escreve, para o rei de Portugal. A presença de D. Diogo I foi ativa na investigação, sendo ele quem elegeu as pessoas que deveriam ser interrogadas, respeitando o costume português. Destaca-se, também, que as penalidades apresentadas se aproximam das descritas nas Ordenações Manuelinas. Essa mudança não atingiu somente os africanos, mas também os portugueses infratores como nos mostram os dois documentos que comentaremos a seguir.

As duas cartas são importantíssimas, porque se referem ao mesmo conjunto de episódios e mostram duas posições distintas. A primeira foi escrita pelo Capitão de São Tomé e contém críticas no tratamento dado aos portugueses pelo rei do Kongo. A segunda é a defesa de Diogo I contra os argumentos apresentados. Para o Capitão de São Tomé, o rei está fazendo um grande desserviço para os lusos, cometendo muitos abusos contra os portugueses. Ele cita o caso de Fernão de Lopez Segura<sup>35</sup> que foi “(...) espancado e acutelado e roubado sem causa alguma por gente da guarda del-Rei (...)” e também o de Gaspar Ferreira, que foi “(...) desorelhado, por paixão que dizem ele ter pelo rei, sem causa (...) sem nenhuma ordem da justiça.”. As penas do rei

---

<sup>33</sup> Padre Brásio discute em nota de rodapé as consequências deste ato de acordo com as leis canônicas.

<sup>34</sup> Devassa de D. Diogo Rei do Congo, 10/04/1550. In: BRÁSIO. *MMA*, Vol. 2, pp. 248-262.

<sup>35</sup> Nesta época trabalhava como corregedor em São Tomé.



também iam contra os eclesiásticos, em especial os Jesuítas. Em represália pelo fato de os jesuítas terem se pronunciado publicamente contra o rei, D. Diogo I mandou que descessem “(...) dos púlpitos e deita[ssem] fora da igreja e que não pregassem(...)”<sup>36</sup>. Tentando encontrar soluções para esses problemas, o Capitão junto dos vereadores de São Tomé e homens importantes da região se reuniram e discutiram medidas a serem tomadas: (1) enviar uma carta pedindo para que o rei parasse de tomar essas atitudes e (2) comercializar com a região de Chamguala, recém-tomada pelo Kongo e que já mostrava sinais de revolta.

Na sua carta de defesa, D. Diogo I se mostrou muito bem informado sobre as acusações que lhe foram feitas. Ele se defendeu alegando que a remoção do padre do púlpito se deu porque este “(...) em sua pregação nos desonrou nomeando-nos de perro, de parvo, de pouco saber (...)”. Pediu como solução destas desordens que “(...) V. A. envi[e] aqui um homem de confiança para tirar devassa(...)”<sup>37</sup>. Nesta carta ele não se defendeu, nem negou as atitudes cometidas contra os seculares. Para ele, acreditamos, havia uma divisão jurídica somente entre clero e seculares (compreendendo tanto os portugueses quanto os kongo) e as atitudes que ele tomou contra os seculares estavam fundamentadas na jurisdição portuguesa, ou seja, ele se via como o único possível de julgar as situações.

Um padre citou esta característica em uma carta para outro clérigo. Ele reclamou muito do rei, chamando-o de autoritário e acusando-o de não tratar bem os portugueses. Como solução apontou a construção de um grande colégio, para ensinar toda a elite a ser “civilizada” “(...) e de aí passá-los a outras ciências, de maneira que por tempos venham a sair de eles (...) lecionistas que os dêem aqui leis, porque aqui a lei é a vontade do Rei, e por isso nascem e há aqui tantos males e tantas injustiças (...)”<sup>38</sup>. Essas tensões entre o rei e os portugueses atingiram o ápice em 1555. O mesmo padre da carta anterior, Cornélio Gomes, relatou o ocorrido.

Após ter chegado a Mbanza Kongo, ele discutiu com D. Diogo I a possibilidade de abrir um colégio na cidade, o que foi prontamente rechaçado. Além disso, o rei o proibiu de pregar no seu reino. Devido a essas atitudes, ele decidiu retornar a Portugal e se dirigiu para Mbanza Soyo, onde prestou auxílio a alguns viajantes portugueses.

Não tardou muito logo um alvará do rei do Congo, em que mandava que todos os brancos, que estavam naquele porto, logo se embarcassem para o reino de Portugal; o qual alvará vinha acompanhado de cinco ou seis mil homens de guerra para o fazerem executar por mal, se por bem não quisessem, o qual eu logo fiz com os moços, e assim o fizeram os que puderam.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> Carta do Capitão de S. Tomé a D. João III, 18/02/1549. In: \_\_\_\_\_. MMA, Vol. 2, pp. 231-237.

<sup>37</sup> Carta do Rei do Congo a D. João III, 10/03/1550. In: BRÁSIO. MMA, Vol. 2, pp. 242-245.

<sup>38</sup> Carta do Padre Cornélio Gomes a um Padre de Portugal, 29/10/1555. In: \_\_\_\_\_. MMA, Vol. 2, pp. 295-307. Grifo meu.

<sup>39</sup> Carta do Padre Cornélio Gomes a Santo Inácio, 04/09/1555. In: \_\_\_\_\_. MMA, Vol. 2, pp. 374-376.



Depois dessa atitude, os portugueses que viviam em Mbanza Kongo iniciaram uma conspiração que resultou no assassinato de D. Diogo I.

Com sua morte, dois outros reis ficaram pouco tempo no poder, Afonso II e D. Bernardo. Álvaro I (1568 – 1587) assumiu em seguida a estes dois e já se viu envolto em uma grande guerra com um grupo denominado Jagas. Seu reino foi invadido e ele fugiu para uma ilha segura no rio Zaire, onde buscou o auxílio de Portugal para restaurar o reino. D. Sebastião atendeu ao pedido e enviou 600 homens que restauram o reino. Suas ligações com Portugal se fortaleceram com o envio de mais padres, mercadores e a fundação de São Paulo de Luanda em 1575. Nesse período temos mais um relato envolvendo uma questão jurídica: é uma crônica de 1583, em que frei Diogo do Santíssimo Sacramento relata conflitos com os nativos. Após longa viagem, desde Lisboa até Mbanza Soyo, o frei visitou um vilarejo a caminho de Mbanza Kongo. Lá ele foi apresentado a autoridade local D. João, que era o responsável pela justiça local. Eles, após discussão, se desentenderam em questões ligadas a religião e o padre:

(...) imediatamente alça sua correia, e a dá com toda a força sobre a cabeça, o corpo reprechendo-o de seu descomedimento (...). Ele [de D. João] reclamou, e com as mãos na cabeça foi se queixar para o Rei. O Rei disse: que ele remediaria. Enviou para isto a chamar o provisor, para que procedesse contra mim. Mas respondeu que não está debaixo de minha jurisdição. Visto isto, todos se calaram e dissimularam então.<sup>40</sup>

O motivo da discórdia foi que padre desconfiou das atitudes desse servidor real e começou a investigá-lo, descobrindo que as mulheres da aldeia antes de se casarem iam à sua casa para que ele lhes “ensinasse” a doutrina e as “conduzisse” ao pecado. O padre viu também o seu D, João entrar em sua casa com umas cepas. Uma dessas mulheres que o visitou antes do matrimônio, descobriu que D. João estava planejando matar o rei. Ao saber disso Álvaro I, conforme registrado pelo padre, “(...) mandou prender e tirou o seu cargo e fazenda, e o vestido que trajava e o pôs como antes costumava andar. Não acostumam naquele Reino mandar a matar ninguém: e assim o Rei o desterrou.”<sup>41</sup> O rei então concluiu que o ato do padre o bater com a correia foi um sinal divino para descobrir a traição. Álvaro I o agradeceu, porque de um mal menor ele descobriu toda a verdade.

Esta nova fase da relação com a coroa lusitana se aproxima mais do reinado de D. Afonso I que o de D. Diogo I. Álvaro I não tomou nenhuma atitude ao saber que o provisor não tinha alçada para julgar clérigos. Não tentou nem recorrer à Coroa Portuguesa. Porém o que mais surpreende é o comentário do clérigo dizendo que não é costume matar ninguém no Kongo.

<sup>40</sup> Relação de Frei Diogo do Santíssimo Sacramento. In: BRASIO. **MMA**, vol. 4. p. 371.

<sup>41</sup> Relação de Frei Diogo do Santíssimo Sacramento. In: \_\_\_\_\_. **MMA**, vol. 4. p. 372.



Essa atitude contrasta, claramente, com o reinado de D. Diogo I que utilizou a pena de morte sempre que necessária.

\*\*\*

Com a conversão ao catolicismo, o reino do Kongo desfrutou de uma boa relação com a Coroa portuguesa recebendo diversos funcionários lusos, entre clérigos, pedreiros e etc., incluindo também juristas para auxiliar nas pendências jurídicas. A existência de um sistema jurídico próprio do reino do Kongo se mostra através de relatos indiretos de portugueses ou por meio de alvarás emitidos pela Coroa. Também se percebe a presença de um corpo de funcionários kongo específico para lidar com as questões jurídicas.

A relação com as Ordenações muda de acordo com o perfil do monarca, reforçando a ideia da centralidade da lei em torno do desejo real. D. Afonso I se mostrou receptivo às leis portuguesas, estudando-as, porém restringindo o seu uso para assuntos referentes à comunidade portuguesa, com exceção dos casos em que a lei vai contra a sua vontade pessoal. Quando não havia legislação correspondente, a sua vontade no conjunto de leis portuguesas criava outras novas que incluíam também os portugueses, demarcando o alcance das dessas. D. Diogo I já fez um uso mais amplo da lei portuguesa, aplicando tanto aos portugueses quanto aos seus súditos. O mais interessante é que ele se colocou na função de julgador dos conflitos dos portugueses, ordenando ações que não compreenderiam a sua alçada jurídica (segundo o direito português), enquanto D. Afonso I reconhecia autoridade do Capitão e deixava-o cuidar dos problemas entre os lusos. Álvaro I se aproximou de D. Afonso I ao separar as legislações do Kongo e a de Portugal e a de reconhecer a autoridade do indicado português para o seu reino. Acredito então que a ocidentalização do reino se deu conforme a vontade do soberano africano, e não por imposição europeia.





# Para uma história da ciência quinhentista: entre desafios e anacronismos

For a history of sixteenth-century science:  
between challenges and anachronisms

**Diego Pimentel de Souza Dutra**

Doutorando em História  
Universidade Federal Fluminense  
diego\_hist@hotmail.com

**Recebido em:** 13/11/2017

**Aprovado em:** 13/12/2017

**RESUMO:** O presente artigo inicia com um levantamento dos principais desafios existentes no estudo do conhecimento científico europeu, na passagem da Idade Média para a Modernidade. Em se tratando de um cenário anterior ao nascimento da Ciência Moderna, é muito comum se deparar com análises anacrônicas, no sentido de imputar conceitos e análises que não correspondem às problemáticas da época, atribuindo preocupações “modernas” demais para o período em questão. Temos assim, uma dupla intenção. Primeiramente, demonstrar brevemente como a concepção de ciência renascentista estava longe de ser um saber caótico, estando, muito pelo contrário, fortemente estruturada. E por fim, dar visibilidade a correntes de pensamentos que foram silenciadas no processo de edificação de uma cientificidade moderna, demonstrando que a Revolução Científica do século XVII guardou contribuições de segmentos que, no entanto, a historiografia tradicional tratou de negligenciar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ciência moderna, Renascimento, Descobrimientos.

**ABSTRACT:** This article begins with a survey of the main challenges in the study of European scientific knowledge, from the Middle Ages to Modernity. In the case of a scenario prior to the birth of Modern Science, it is very common to come across anachronistic analyzes, in the sense of imputing concepts and analyzes that do not correspond to the problems of the time, attributing too "modern" concerns to the period. Therefore, we have a double intention. First, we briefly demonstrate how the conception of Renaissance science was far from being a chaotic knowledge, being, on the other hand, strongly structured. And finally, we give visibility to currents of thought that were silenced in the process of building a modern science, demonstrating that the Scientific Revolution of the seventeenth century kept contributions from segments that, however, the traditional historiography tried to neglect.

**KEYWORDS:** Modern science, Renaissance, Age of discoveries.



Ainda que possamos afirmar que os estudos associados à História da Ciência no Brasil estejam adquirindo cada vez mais força, trabalhar com os aspectos científicos na Europa do século XVI, isto é, de um período anterior ao nascimento de uma mentalidade científica moderna, tem-se mostrado bem desafiador. Isso porque, para muitos estudiosos é complicado falar de prática científica num momento histórico como o Renascimento quinhentista, onde os limites que separavam ciência, magia e religião ainda eram móveis e quase imperceptíveis.

Há uma forte tendência em lançar sobre o passado um olhar que não condiz com as problemáticas da época, atribuindo um juízo de valores inexistente, por vezes moderno demais, para o período em questão. É como eleger de um dado personagem somente os aspectos que julgamos pertinentes para a consolidação da ciência moderna, ocultando aqueles tidos como supérfluos ou prejudiciais ao seu progresso. Chamamos isso de anacronismo. É anacrônico, por exemplo, selecionar no astrônomo e matemático Johannes Kepler (1571 – 1630) apenas as características que consideramos mais “científicas”, relegando aquelas mais próximas da astrologia ao campo da pseudociência. Ora, em se tratando do século XVI, a prática astrológica era tão científica quanto a medicina ou a matemática, sendo, portanto, imprudente atribuir a ela traços pejorativos como a superstição. Da mesma forma que esconder o seu perfil mágico, dando a entender que não sofreu qualquer tipo de influência por correntes místicas, quando na verdade, foi fortemente induzido por elas.

É igualmente anacrônico ver ciência e religião como universos historicamente opostos e incompatíveis, onde cada um defende uma verdade acerca da realidade, não cabendo espaço para o diálogo ou coexistência. Interpretar a Idade Média e a Renascença dessa maneira é não levar em consideração a importância que questões religiosas desempenharam nos homens de ciência mais ilustres, fornecendo a cada um deles motivações para seus estudos. É preciso ter em mente que a Filosofia Natural emerge no século XII como um questionamento religioso de compreender as leis da natureza criadas por Deus desde o início dos tempos. Seja no Medievo, ou até mesmo no Renascimento, o Criador permanece presente e exerce uma função de destaque na ordem física e metafísica do cosmos.

O processo inquisitorial de Galileu é um caso icônico da visão equivocada de rivalidade entre ciência e religião. Erroneamente interpretado como o embate entre um ilustre cientista e uma instituição religiosa retrógrada, hoje sabemos que esse episódio não pode mais ser visto como o efeito inevitável do conflito entre duas perspectivas supostamente contraditórias, mas sim como o resultado de fatores por deveras específicos. Longe de representar um perigo aos dogmas católicos, Galileu se preocupou em demonstrar que o atomismo e o copernicanismo,



teoria esta a qual foi condenado pela Inquisição ao silêncio forçado, eram perfeitamente compatíveis com vários enunciados bíblicos.

No primeiro quartel do século XVII, Galileu não só suscitou desconfiança de que era simpatizante de facções antipapistas, como conquistou muitos inimigos poderosos entre os grupos dos peripatéticos, que ainda defendiam a astronomia aristotélica. Estes, logo trataram de acusá-lo de heresia e ateísmo, graças a sua defesa do atomismo grego. Para os atomistas clássicos, a mobilidade da matéria dependia apenas dela mesma, e todas as coisas podiam ser explicadas em função do encontro fortuito das partículas. Esse pressuposto, se levado às últimas consequências, poderia acarretar problemas à cristandade, pois além de negar a participação de Deus na criação do mundo, já que tudo era efeito da colisão acidental dos átomos e não de uma vontade divina previamente definida, também reiterava o fato de não haver centro no universo, já que tanto a Terra quanto qualquer outro corpo celeste eram formados pela agregação casual dos átomos em um espaço vazio e infinito.<sup>1</sup>

Galileu não era ingênuo e conhecia perfeitamente o terreno em que estava situado. Obviamente, assim como os demais atomistas modernos, adequou sua teoria aos cristãos, negando a existência de um universo infinito e insistindo que Deus havia dotado a matéria de um princípio interno de movimento no ato da Criação, assegurando um papel de destaque ao Criador. Mesmo possuindo o apreço do Papa Urbano VIII e do cardeal e superintendente-geral dos assuntos eclesiásticos romano, Francesco Barberini, isso não foi o bastante para que seus inimigos jesuítas, dentre eles, o padre e superior no Colégio Romano, Orazio Grassi, associassem seu corpuscularismo ao ateísmo. Sabe-se que, se o processo fosse levado às últimas circunstâncias, Galileu seria condenado à morte pública na fogueira, da mesma forma que Giordano Bruno. Entretanto, o Papa Urbano VIII e seu sobrinho Barberini, demonstrando o poder que ainda detinham, conseguiram transferir as apurações dos fatos para uma Comissão Especial, que mudou o centro das acusações para o copernicanismo, que até então não era tido como um crime de morte.<sup>2</sup>

Sendo assim, por uma manobra interna, da morte na fogueira a sua sentença foi substituída pelo silêncio forçado, sendo proibido de escrever ou se pronunciar sobre assuntos científicos pelo resto de sua vida, punição que nunca cumprira. Logo, o seu caso não deve ser tomado como indicador geral da relação entre ciência e religião no início da modernidade, mas

<sup>1</sup> HENRY, John. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 82 – 83.

<sup>2</sup> SOARES, Luiz Carlos. **Do Novo Mundo ao Universo Heliocêntrico: os Descobrimentos e a Revolução Copernicana**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999, p. 193. Para o caso Galileu consultar: REDONDI, Pietro. **Galileu Herético**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



antes como a confluência de fatores políticos e pessoais bem peculiares.

Existe assim, um olhar de desconfiança ao estudo do progresso científico num cenário pré Revolução Científica. E essa atitude não se limita ao Renascimento e seu pensamento mágico-hermético. O mesmo olhar foi, e ainda é, dirigido à Idade Média, tida como uma era marcada pela ausência, ou melhor, pelo retrocesso científico; uma “Idade das Trevas” se preferir. Sabe-se que, a partir do século XII, inúmeros manuscritos contendo os pensamentos dos principais autores clássicos entraram no ocidente. Graças a isso, uma série de obras passaram a ser produzidas, tomando como base as Autoridades antigas. A partir de então, pudemos presenciar o nascimento daquele que, segundo Jacques Le Goff, seria o responsável pela evolução de todo o campo do conhecimento humano: o intelectual.<sup>3</sup>

Entre os séculos XII e XIII já era possível verificar profundas alterações na sociedade medieval. O crescimento e proliferação dos centros urbanos, o aumento populacional, as novas relações de trabalho que se estabeleceram no interior das cidades, a reanimação da circulação monetária, o dinheiro que se tornava instrumento de poder, a expansão das relações comerciais para além dos limites locais e as novas camadas sociais que adquiriam maior visibilidade. Essas mudanças estruturais, as quais chamamos de “Renascimento Comercial e Urbano”, viriam a impactar também a esfera epistemológica, pois junto com as trocas comerciais feitas entre ocidente e oriente, entrou na Europa uma série de documentos e fontes dos principais autores da antiguidade. Foi nesse momento que presenciamos o surgimento do intelectual, aquele profissional encarregado de traduzir, comentar, produzir e viver do conhecimento, tomando como base os pensadores clássicos. O palco de toda essa transformação se deu nas recém criadas universidades, ambientes urbanos por excelência e locais destinados à produção de saber. Assistimos também à proeminência da razão. Graças ao resgate da racionalidade, o homem seria capaz de estudar e compreender as leis da natureza, de chegar à clara compreensão de uma ordem natural.

Quando trabalhamos com o nascimento da Ciência Moderna, uma dificuldade que logo nos surge é quanto a sua origem. A Revolução Científica marcou a consolidação do pensamento científico moderno. Como consequência desse processo histórico, os fundamentos teóricos e metodológicos de um novo paradigma científico se impuseram pela primeira vez na civilização europeia. O período de ocorrência varia de acordo com a corrente historiográfica adotada pelo pesquisador, entretanto remete-se ao século XVII como o momento de sua eclosão, podendo-se resgatar no século XVI alguns de seus antecedentes.

---

<sup>3</sup> Consultar: LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.



Acrescenta-se uma segunda discussão, dessa vez voltada à gênese da ciência moderna. Há um desentendimento se ela teria sido, de fato, “revolucionária”, rompendo com todos os paradigmas científicos existentes até então, ou se, por outro lado, apresentava algum tipo de continuidade com o saber escolástico-aristotélico. Existe aqui um embate historiográfico. De um lado estão os partidários de um continuísmo histórico e do outro, aqueles que optaram pela descontinuidade. Um dos maiores nomes dentro da linha continuísta é o do historiador australiano A. C. Crombie. Como defensor dessa corrente, acredita que a ciência moderna teve sua origem ainda na Baixa Idade Média, onde os filósofos vinculados à Escola de Oxford já buscavam interpretar a natureza de uma maneira bem semelhante aos eruditos do século XVII. Foram os cientistas medievais dos séculos XIII e XIV que, ao se utilizarem do empirismo das artes e ofícios dos técnicos e artesãos, buscaram uma explicação racional para os fenômenos naturais.

Em seu livro *Historia de la Ciencia: De San Agustín a Galileo*, Crombie apresenta um breve resumo das principais contribuições realizadas no século XIII e que, segundo ele, foram as responsáveis pelo desenvolvimento da ciência da natureza na Europa. Citemos três dessas realizações. A primeira foi o aprimoramento do método experimental, que relacionava um conjunto de princípios gerais e apriorísticos à experiência, sendo esta última um recurso utilizado para validar ou refutar os pressupostos teóricos. Esse método, que já podia ser observado no estudo da ótica e do magnetismo nos séculos XIII e XIV, era exatamente igual ao da ciência moderna, com a ressalva de que ainda não se encontrava totalmente desenvolvido. Porém, mesmo não se achando amplamente divulgado, já havia um número razoável de eruditos que fazia uso dessa metodologia.<sup>4</sup>

A segunda contribuição foi a influência platônica de uma natureza compreendida por intermédio da quantificação, ainda que todo esse progresso tenha se dado no seio do aristotelismo. Para a Escolástica Tomista, a matemática era um recurso válido e importante no estudo do universo, entretanto por se apresentar em termos qualitativos, a lógica era a ferramenta mais importante para sua compreensão. Contudo, os empiristas da escola inglesa já demonstravam interesse em uma teoria explicativa matemática dentro do método experimental, mesmo não sendo capazes de levar esse postulado às últimas consequências, matematizando a natureza.

---

<sup>4</sup> CROMBIE, A. C. **Historia de la Ciencia: De San Agustín a Galileo** – siglos XIII – XVII. Madrid: Alianza Editorial, 1987, p. 101.



E por fim, o progresso no campo do que Crombie chama de “tecnologia”, terminologia da qual discordamos, por ser demasiadamente moderna, remetendo à ideia de uma ciência aplicada, algo inviável para o período em questão. Como bem assinalou, o medievo se viu marcado por novos métodos de aproveitamento da energia animal, hidráulica e eólica, além do desenvolvimento de máquinas com fins variados. Presencia-se o surgimento de criações técnicas como o relógio mecânico e as lentes de aumento, que seriam utilizadas como instrumentos científicos; de ferramentas como o astrolábio e o quadrante que nasceram da necessidade de medidas mais precisas.<sup>5</sup> Enfim, uma série de aparatos que auxiliariam a prática experimental.

Em síntese, a concepção metodológica de ciência em seus aspectos fundamentais, a saber, a utilização da matemática como linguagem para formular teorias e a experiência para sua verificação e sua falsificação, era idêntica à do século XVII. Foi o desenvolvimento matemático e experimental dos séculos XIII e XIV que iniciou o movimento de Revolução Científica.<sup>6</sup> Quanto à ciência do século XVII, pode-se dizer que não implicou qualquer mudança estrutural nos métodos existentes, substituindo unicamente o modelo qualitativo pelo quantitativo, além de adaptar à pesquisa experimental um novo tipo de matemática. Para Crombie, “tudo isso não representava senão progressos alcançados em procedimentos já conhecidos”<sup>7</sup>.

O filósofo francês Alexandre Koyré critica fortemente a análise continuísta. Ao tecer seu parecer, argumenta que o espírito ativo requisitado pelo historiador australiano para caracterizar a sociedade do século XIII era algo específico da modernidade. A valorização do saber técnico e inventivo só se desenvolveu em inícios da Era Moderna. O Medievo, por sua vez, ainda se via marcado pela oposição entre as chamadas Artes Liberais e as Artes Mecânicas. Enquanto que aquelas, representadas pelo *Trivium* ou ciências da Linguagem – Gramática, Retórica e Dialética – e o *Quadrivium* ou ciências Matemáticas – Geometria, Aritmética, Astronomia e Música, formavam o quadro das disciplinas ministradas nas escolas e nos ambientes universitários, e eram dotadas de prestígio e respeito, as artes mecânicas eram alvos de constante desvalorização. A explicação era que esse tipo de saber ainda estava associado a uma prática meramente manual, destituída de raciocínio e reflexão abstrata, além de ser tido como incompleto, sem autonomia, que dependia de fatores externos – ferramentas, materiais e a capacidade (*technê*) do homem – para ser produzido. Durante a Renascença, muitos eruditos ainda mantinham essa postura pejorativa, e não só aqueles de formação mais escolástica, mas também muitos humanistas de

<sup>5</sup> CROMBIE. *Historia de la Ciencia*, p. 103.

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. *Historia de la Ciencia*, p. 104.

<sup>7</sup> CROMBIE, A. C. *Robert Grosseteste and the origins of experimental Science, 1100 – 1700*. Oxford: Clarendon Press, 1953, p. 09 – 10 & KOYRÉ, Alexandre. *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991, p. 58.



inclinação platônica, que contrapunham a essência do saber – o intelecto – às enganosas aparências, representadas pelas atividades práticas.

Além disso, por maior que tenha sido o desenvolvimento comercial e urbano no período medieval, os intelectuais ainda se viam dentro e preso à uma Natureza animada. Eles até poderiam conhecê-la, graças à recuperação do elemento racional (Deus teria dotado o homem de racionalidade, e com esse elemento seria capaz de conhecer as leis do mundo natural). Contudo, o ideal de transformá-la a sua maneira, afim de proporcionar mais comodidade e conforto é algo que só ganharia força no momento em que a Natureza passasse a ser vista não mais como um conjunto de qualidades, mas sim como uma composição de matéria inanimada e, portanto, ausente de vida.

Koyré não nega – e nem poderia – o fato de muitas pessoas terem se dedicado ao desenvolvimento técnico, e com isso legarem à humanidade invenções de grande importância. Porém, nem o arado, o arreiro, a biela, a manivela, o leme a ré, ou qualquer outra invenção, se ancoravam em teorias científicas e tão pouco suscitaram o seu progresso. Inclusive, no que diz respeito aos instrumentos de navegação, podemos acrescentar que a Náutica europeia não podia sequer ser considerada um saber científico, pelo menos até o século XV, pois não mantinha qualquer laço com o campo teórico. Era realizada através de práticas cotidianas e repetidas, e os poucos instrumentos utilizados em nada recorriam aos pressupostos teóricos e acadêmicos. Era uma arte, no sentido exato da palavra. Retomando as ideias do filósofo francês, este concluiria dizendo que:

A cristandade medieval se achava muito mais preocupada com o outro mundo do que com este, e que o desenvolvimento do interesse dedicado à tecnologia está muito estreitamente associado à secularização da civilização ocidental e ao fato de que o interesse se desviou da vida futura para a vida no mundo<sup>8</sup>.

O que mais chama atenção de Koyré é a generalização atribuída à revolução metodológica pautada no experimentalismo, quando na verdade, fora de alcance bem limitado. Ao trabalhar com Robert Grosseteste (1168 – 123) e Roger Bacon (1214 – 1294), fica evidente que Crombie se dedica ao estudo da vertente escolástica vinculada ao empirismo de Oxford. Contudo, a escola inglesa não era a corrente hegemônica dentro do pensamento escolástico. Este papel cabia mais ao tomismo; e os pensadores tomistas ainda viam com certa desconfiança os dados obtidos por meio da experiência. Não que eles negassem a sua importância, mas o elemento racional ainda era o componente superior. Além disso, nenhum desses empiristas, como o próprio Crombie assinala, chegou a alguma descoberta revolucionária, nem mesmo no campo da ótica. Ademais,

---

<sup>8</sup> KOYRÉ. *Estudos de história do pensamento científico*, p. 68.





termina-se por cair em um paradoxo de uma metodologia nascida no seio do aristotelismo (lembramos que por mais afinidade que o empirismo tivesse com o platonismo, sua essência, assim como de qualquer outro segmento da Escolástica, era aristotélica) engendrar, séculos mais tarde, uma ciência antiaristotélica.<sup>9</sup>

Existe hoje uma aceitação maior à descontinuidade histórica. Nesse sentido, vamos de encontro às colocações de Paolo Rossi, ao afirmar que a Revolução Científica:

[...] teve realmente o caráter revolucionário que foi tantas vezes sublinhado, porque não consistiu na modificação de resultados parciais no âmbito de um sistema aceito, mas no questionamento de todo esse sistema, [...] na construção de um novo quadro do mundo no qual se tornam problemáticas ou privadas de sentido muitas ‘verdades’ que tinham sido óbvias por quase dois milênios, enfim, na elaboração de um novo conceito de ‘razão’, de ‘experiência’, de ‘natureza’, de ‘lei natural’<sup>10</sup>.

Entretanto, não é pequeno o número de historiadores que discordam da ideia de uma ruptura total com o passado. É possível averiguar elementos no século XVI, e até mesmo no século XV, que estariam presentes nos pensadores envolvidos no nascimento da ciência moderna. A crítica às autoridades, a valorização da experiência, a recuperação da matemática neoplatônica, todos esses elementos já podiam ser identificados no período anterior à Revolução Científica. Devemos evitar esse tipo de abordagem que tende a omitir personagens que desempenharam um papel relevante no campo científico.

Um exemplo de corrente epistêmica legada ao campo dos “vencidos” e vista, portanto, como um empecilho ao desenvolvimento da ciência é a magia renascentista. É notório a recusa em aceitar, seja por puro preconceito, ou até mesmo por não compreender a riqueza e complexidade do saber mágico, que algo que possa parecer tão irracional tenha tido algum impacto na construção de uma racionalidade científica. O papel pejorativo da magia é logo destacado quando estudamos a trajetória de algum personagem envolto no processo de formação da ciência moderna. Seu perfil mágico é normalmente descrito como uma fase de ingenuidade, uma faceta totalmente superada por argumentos racionais, no sentido de que, ao fugir das explicações mágicas, tornava-se um elemento de vanguarda na luta contra o obscurantismo representado pelo misticismo.

Foi no século XV, com a retomada do Neoplatonismo mágico-hermético, que o estudo da magia se expandiu pela Europa e ganhou proporções nunca antes vista. O Mago era aquele que acreditava na existência de forças ocultas na natureza. Na forte tradição platônica de Essência

<sup>9</sup> KOYRÉ. *Estudos de história do pensamento científico*, p. 71 – 72.

<sup>10</sup> ROSSI, Paolo. *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 34.



*versus* Aparência, admitia-se que o mundo natural apresentava segredos que se encontravam insensíveis aos homens. Insensível, justamente por não poder ser apreendido por meio dos sentidos. A partir do momento em que ele, fazendo uso de sua razão e prática cotidiana, alcançasse esses segredos, passaria a ter poder sobre os elementos da natureza. Eis o que os especialistas chamam de magia natural da Renascença. Fundava-se sobretudo, no pressuposto de que os corpos influenciavam-se mutuamente por intermédio de poderes escondidos, sendo por isso, capazes de realizar fenômenos inexplicáveis. E o sucesso do adepto dependia do conhecimento da natureza, bem como de um aprofundado estudo dos corpos, do modo como estes agiam uns sobre os outros.

Ao contrário do que se possa pensar, havia método, rigorosidade, empirismo, pressupostos teóricos adquiridos por meio das autoridades livrescas e pragmatismo, num sentindo de utilidade imediata e funcional de suas ações, na prática mágica. Se para um olhar descompromissado, a magia lidava com o sobrenatural, aos olhos dos magos, seus efeitos decorriam da manipulação de objetos e processos naturais. Em outras palavras, era um saber que dependia apenas do conhecimento da natureza. Somente Deus era capaz de produzir eventos sobrenaturais.<sup>11</sup>

Como a magia sempre tivera uma má reputação, e isso se explica pelas constantes tentativas de fraudes pelos mais variados charlatões e dos ataques incessantes da Igreja, há de se compreender os olhares preconceituosos direcionados aos seus adeptos. Entretanto, podemos averiguar contribuições conceituais e empíricas importantes para a ciência nascente. Tomemos como exemplo o médico e também alquimista Paracelso (1493 – 1541). Buscando uma alternativa à farmacopeia herbácea tradicional, contribuiu para a introdução de medicamentos de origem mineral no tratamento de doenças. Várias das suas ideias foram absorvidas pela medicina galênica, e remédios “químicos” apareceram nas farmácias oficiais, mas tanto Paracelso, quanto seus seguidores eram frequentemente difamados. Não devemos encarar com espanto essa atitude ambígua. Ao mesmo tempo em que se criticava a eficácia do saber mágico, os filósofos naturais também adotavam alguns de seus pressupostos que consideravam úteis. Talvez, a razão que explique essa ambiguidade seja o forte poder que as autoridades livrescas ainda detinham. Da mesma forma que o Aristotelismo, a medicina galênica ainda era vista com todo o peso de uma autoridade tradicional e, conseqüentemente, a adesão à escola paracélsica podia ser encarada como um ato subversivo.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> HENRY. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*, p. 54.

<sup>12</sup> \_\_\_\_\_. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*, p. 58.



Outro personagem preeminente no campo da ciência, mas que também caminhou pelo misticismo, é Isaac Newton (1643 – 1727). Vincular uma faceta mística a sua imagem não é algo que agrade os estudiosos mais ortodoxos. Sua alquimia foi por muito tempo desprezada pelos historiadores e vista como irrelevante para uma compreensão de seus esforços científicos. Contudo, pesquisas recentes apontam a importância da alquimia nos estudos sobre a natureza da matéria em Newton. Os resgates dessas fontes o mostram como alguém que fazia claramente o uso de concepções alquímicas sobre a atividade da luz e sua capacidade de interagir com a matéria. A noção de “força oculta” – algo que vinha do hermetismo mágico – estava presente na gravidade newtoniana, sendo esta capaz de atuar à distância através de vastas extensões de espaço. Mesmo que não seja o elemento mais importante em suas pesquisas, esse conceito de força oculta atesta a influência das tradições mágicas em seu pensamento.<sup>13</sup>

Bem semelhante à magia, a experiência dos homens práticos e principalmente dos marinheiros e navegantes, também fora relegada a um segundo plano. Com o intuito de diferenciá-la daquela praticada no século XVII, a historiografia descontinuista inferiu na experiência quinhentista características negativas, no sentido de verdadeiro obstáculo ao progresso científico. De maneira geral, é tida como uma atividade de senso comum, sem muito rigor ou precisão, baseada em funções sensoriais e que, por isso, inclinava-se constantemente ao erro. Consideramos essa linha de raciocínio um tanto quanto radical.

Graças aos Descobrimentos Marítimos que o conceito de experiência passou por um forte processo de valorização durante a Renascença. A Expansão Ultramarina mudou completamente a imagem do mundo. Ela foi obra de homens que, em sua maioria, guiavam-se muito mais pelo sentido prático da vida do que pela cultura acadêmica e erudita. Aos poucos, os marinheiros – com destaque para os ibéricos – foram desmistificando os postulados vistos como infalíveis. Primeiro, demonstraram que os mares eram inteiramente navegáveis e de condições bem parecidas em todas as partes. Depois descobriram que os trópicos eram habitáveis, rompendo com a teoria da Zona Tórrida inabitável e intransponível. Posteriormente verificaram, e tudo isso por meio da prática cotidiana, que havia terras ao sul do Equador e que a quantidade de terra seca no globo era muito maior do que haviam lhe ensinado, e que a forma dos continentes era bem diferente daquela representada nos mapas antigos. Enfim, vários postulados foram colocados em xeque.

---

<sup>13</sup> HENRY. **A revolução científica e as origens da ciência moderna**, p. 61. Para uma abordagem sobre a Alquimia e a Teoria da Matéria em Newton consultar: COHEN, Bernard & WESTFALL, Richard S. (Orgs.) **Newton: Textos, Antecedentes, Comentários**. Rio de Janeiro: Contraponto - EDUERJ, 2002, pp 363 – 393.



Dessa maneira, averiguou-se que existiam muitas coisas que os renascentistas não compreendiam ou conheciam de forma errônea, e ficou visível que o conhecimento que possuíam estava de certa forma incompleto e frequentemente errado. Fora, portanto, por meio da experiência sensível que os marinheiros, além de recusarem os argumentos das autoridades, propuseram novas realidades. A sua prática cotidiana ensinava que os glorificados autores clássicos eram tão falíveis e humanos quanto os seus contemporâneos.

Para o historiador holandês Reyer Hooykaas, o impacto da experiência assinalaria o começo de uma nova orientação, mais empirista e não unicamente racionalista na ciência. Os problemas passariam a ser resolvidos por meio da experiência refletida e não somente pelas discussões metafísicas, que – por mais inteligentes e lógicas que fossem – produziam apenas uma física de gabinete. Foi nos séculos XV e XVI, mediante o processo das Grandes Navegações, que surgiria no cenário europeu, aquilo que o autor chamaria de uma “nova História Natural”.<sup>14</sup>

Nesse interim, uma nova modalidade de saber começou a ganhar espaço e, ao mesmo tempo, passou a dialogar com o conhecimento acadêmico e científico: a Cultura dos Descobrimientos, um saber especializado e pragmático, adquirido por meio da prática empírica e da experiência sensível, valorizado principalmente pelos navegantes e eruditos ligados às atividades marítimas. Sendo assim, em relação ao campo epistemológico, a Expansão Ultramarina pode ser considerada não só como uma das grandes responsáveis pela desestruturação das velhas certezas acadêmicas, como também pela refutação do saber livresco, afirmando a importância da experiência como fundamento da razão teórica, e acima de tudo como a mãe de todas as coisas.

Até mesmo no campo artístico, os Descobrimientos e a noção de experiência deixou suas marcas, inaugurando uma nova perspectiva de tempo histórico na representação dos acontecimentos humanos e naturais. A abertura do globo forneceu um impulso à mentalidade aventureira, no sentido de mostrar a existência de muitas terras a serem conquistadas. À perspectiva de movimento vertical herdada da tradição cristã-medieval, apresentava-se uma nova concepção, na qual o tempo histórico passava a ser “representado por uma linha horizontal que simbolizava a marcha do movimento concreto do Homem sobre a Terra como um movimento ‘para frente’”.<sup>15</sup> Inclusive, foi com base nessa noção de horizontalidade de tempo e espaço

---

<sup>14</sup> HOOYKAAS, Reyer. Contexto e razões do surgimento da Ciência Moderna. In: BARRETO, Luis Filipe & DOMINGUES, Francisco Contento (Org.). **A abertura do mundo: estudos de história dos descobrimientos europeus em homenagem a Luís de Albuquerque**. Lisboa: Presença, 1986, p. 170 - 72.

<sup>15</sup> SOARES, Luiz Carlos. O Nascimento da Ciência Moderna: os Diversos Caminhos da Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII. In: SOARES, Luiz Carlos (Org.). **Da Revolução Científica à Big (Business) Science: Cinco Ensaios de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001, p. 39.



desenvolvida pelos intelectuais de uma forma mais teórica, que os navegantes, ao a aplicarem na prática, se lançaram ao desconhecido Atlântico.

Não queremos dizer com isso que o conceito de experiência do século XVI era o mesmo que o do século XVII. Deixemos claro que para o homem do Renascimento, ela adquiria um caráter empírico, sensível e de senso comum. Um saber cujo conhecimento viria de uma larga prática do cotidiano, e não mais do saber puramente teórico e livresco baseado no peso dos argumentos e no não-questionamento das autoridades, tal como preconizava a Escolástica.

Enquanto que a noção de experiência vinculada à Revolução Científica fazia uso de pressupostos matemáticos, era mecanicista e pluripessoal, a quinhentista ainda se limitava a aspectos predominantemente organicistas e qualitativos, fundamentada nas funções sensoriais. Historiadores portugueses de peso, como Luís Filipe Barreto e Joaquim Barradas de Carvalho, chegaram a postular o termo “experencialismo” para se referir ao movimento de valorização da experiência nos séculos XV e XVI e, ao mesmo tempo, diferenciar esse campo epistêmico daquele vivenciado no período do nascimento da ciência moderna. Considera-se assim, a existência de dois paradigmas antagônicos de conhecimento: o “experimentalismo” e o “experencialismo”.<sup>16</sup>

Quanto ao experimentalismo, método comum à ciência moderna, o cientista visa reproduzir em condições artificiais os fenômenos da natureza, atuando sempre como um agente externo e observador. A natureza, por sua vez, mostra-se como quantitativa, mensurável em dados matemáticos, pertencente a um universo mecanicista, ausente de vida e separada do homem. Já o experencialismo advoga uma visão de mundo qualitativa, isto é, detentora de um conjunto de qualidades perfeitas e harmônicas, cujo universo se apresenta dotado de vida e sentido, onde o homem participa ativamente e não como um mero observador. E é sob este paradigma que a Renascença se insere.

De fato, os pressupostos dos experimentalistas em nada se assemelhava com aqueles preconizados pelos renascentistas. Entretanto, em um número limitado de personagens do período, como o português D. João de Castro, a concepção de experiência se aproximava muito daquela adotada pelos eruditos do século XVII, que seriam o recurso aos aspectos majoritariamente quantitativos, observação e recolha de dados de maneira repetida, comparada, transmissível e interrogada criticamente. Contudo, por fazer parte de uma categoria tida como

---

<sup>16</sup> BARRETO, Luis Filipe. **Os Descobrimientos e a Ordem do Saber**: Uma análise sociocultural. Lisboa: Gradiva Publicações, 1989, p. 27 & CARVALHO, Joaquim Barradas de. **Rumo de Portugal. A Europa ou o Atlântico?** (Uma perspectiva histórica). Lisboa: Livros Horizonte, 1974, p. 37 – 40.



“vencida” na edificação da ciência moderna, Castro e seus semelhantes acabam não merecendo a devida importância.

Creemos que a maior limitação de personagens como Castro foi não ter levado às últimas consequências o aspecto quantitativo e não ter proclamado a matemática como a linguagem necessária para se estudar a natureza. Todavia, convenhamos que tamanha tarefa era praticamente inviável de ser realizada naquele momento, uma vez que exigiria a ruptura integral com a ideia de uma natureza qualitativa e orgânica prevalecente na Renascença. Tal ruptura só se mostrou possível no início do século XVII, com a emergência do atomismo grego e da filosofia mecanicista, esta sim, advogando a matematização e quantificação do universo.<sup>17</sup>

Assim sendo, antes mesmo de aderir à classificação da experiência renascentista como um obstáculo ao desenvolvimento científico, é necessário compreender as especificidades do contexto português, ao qual ela se inseria. No plano da cultura discursiva portuguesa, isto é, do campo mais intelectualmente estruturado da esfera cultural que é o sistema de produção e de produtos de linguagem e de pensamento, averiguamos a existência de três grandes paradigmas epistemológicos: o Escolástico, o Humanista e o Racionalismo Crítico-Vivencial dos Descobrimentos ou simplesmente Cultura dos Descobrimentos como também é designado. Os dois primeiros universos, a nível institucional, podem ser considerados os modelos dominantes de conhecimento. Já o último campo, mesmo se apresentando como uma expressão cultural marginal, seria na verdade uma das vertentes epistêmicas vanguardistas em Portugal. Tal atributo se assenta quer nos seus resultados temáticos e problemáticos de racionalidade investigativa, com um maior grau de criatividade e exigência frente ao Humanismo e à Escolástica, quer na estruturação sociocultural, isto é, na sua postura essencialmente objetiva, pragmática, estatal, laica e extra universitária, bem diferente das duas hegemonias predominantemente doutrinárias, subjetivas e universitárias.<sup>18</sup>

É de surpreender que no século XVI, tanto a Escolástica quanto o Humanismo ainda mantinham um interesse marginal pelos Descobrimentos e seu impacto cultural. Soma-se a esse desinteresse, o desprezo pela observação e prática empírica enquanto método para produção de conhecimento, atribuindo importância apenas à dedução abstrata e à análise formal. Os escritos de Garcia da Orta, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro e de tantos outros roteiristas e homens do mar não encontraram espaço na erudição desses acadêmicos. Se eram feitas

---

<sup>17</sup> SOARES. O Nascimento da Ciência Moderna: os Diversos Caminhos da Revolução Científica nos Séculos XVI e XVII, p. 45.

<sup>18</sup> BARRETO. **Os Descobrimentos e a Ordem do Saber**, p. 26 – 27 & BARRETO, Luis Filipe. **Portugal, mensageiro do mundo renascentista**. Problemas da cultura dos descobrimentos portugueses. Lisboa: Quetzal Editores, 1989, p. 20 – 22.



referências às navegações e suas conquistas, todas eram bem esquemáticas e de maneira superficial, como a derrubada do mito da ausência de vida para além da zona tórrida ou da inexistência dos antípodas.

Percebe-se um enorme contraste entre os processos e ideais culturais dos universitários e dos homens do mar em Portugal do século XVI. Pode-se dizer que a Expansão Ultramarina foi um processo ligado apenas a estes últimos personagens. Para os acadêmicos, pouca foi a atenção dada a este acontecimento, bem como à experiência enquanto ferramenta que auxiliaria na construção de saberes por meio da observação sensível. Esses agentes ainda se prendiam às doutrinas livrescas e filosóficas do Humanismo mais ortodoxo e da Escolástica, concedendo pouco ou quase nenhum valor à prática empírica.

Há de se esclarecer que tamanha postura não era exclusiva do cenário português. De maneira geral, os setores universitários eram bem conservadores em temas epistêmicos, seja em Portugal, ou em qualquer região da Europa. Contudo, causa-nos espanto ver que os intelectuais do país pioneiro no processo das Grandes Navegações não dedicaram a devida importância a esse processo histórico. Sendo assim, ainda que personagens como D. João de Castro desempenhem um papel crucial nas análises historiográficas atuais, enquanto atores quinhentista, não representaram senão uma mínima parcela da sociedade. Com isso, podemos concluir que não foi a experiência desses homens a responsável pelo atraso científico do país, mas antes a falta de apreço a ela pelos setores mais eruditos, se prendendo a uma concepção de conhecimento já defasada e retrógrada.

Isto posto, partimos do princípio de que houve sim uma ruptura epistemológica entre os componentes escolásticos e modernos. Nesse ponto concordamos com Alexandre Koyré e Paolo Rossi. Não obstante, acreditamos igualmente que determinadas correntes de pensamento do século XVI também legaram sua contribuição ao nascimento de uma nova mentalidade científica, como é o caso da experiência empírica, indo contra, portanto, a noção de ruptura total com o passado. Numa tentativa de demonstrar que a ciência moderna era algo totalmente original e inovador, Koyré limita a importância de saberes medievais e renascentistas. Assim o faz com o Humanismo, alegando que devido a sua influência, a época deu mais atenção à retórica e às letras do que ao progresso científico. O Renascimento seria para o autor um período de inspiração artística e poética, e não científica.

Diferentemente, Crombie acredita que este movimento literário também trouxe algumas contribuições ao panorama científico como a simplificação da linguagem e a fuga do latim medieval, tido por muitos como incompreensível, o impulso às disciplinas matemáticas, as novas





traduções promovidas por humanistas e a divulgação de todo esse material pela recém criada imprensa, colocando, inclusive, à disposição da sociedade europeia novos autores greco-romanos. A própria concepção de natureza, afetada mais tarde pelo atomismo grego, esteve presente no *De Rerum Natura* de Lucrécio, descoberto por um erudito humanista ainda em 1417.

No primeiro capítulo do livro *A Revolução Científica e as origens da ciência moderna*, John Henry alega que, mesmo com as devidas críticas, a vertente continuísta permanece válida por dar voz a todas as correntes, vitoriosas ou derrotadas, que antecederam esse processo revolucionário. Ali, onde a Idade Média e a Renascença foram apresentadas como terreno de esterilidade e estagnação pelos adeptos do descontínuismo histórico, é possível enxergar os feitos dos seus pensadores, e tudo isso graças ao excelente trabalho de historiadores como o já mencionado A. C. Crombie, Pierre Duhem, Lynn Thorndike, entre outros.<sup>19</sup> Concordamos com o ponto de vista de Henry, no entanto acreditamos que o autor exagera ao afirmar que o continuísmo, e seu olhar voltado para trás, seria um antídoto às interpretações anacrônicas. Ora, em nossa concepção, atribuir características modernas ao século XIII, como o aprimoramento “tecnológico”, é tão anacrônico quanto não enxergar nas correntes de pensamento quinhentistas qualquer ligação com uma mentalidade científica moderna.

Contudo, não há dúvidas de que, com sua preocupação em dar voz às vertentes derrotadas, o continuísmo chama a nossa atenção por buscar compreender os pensadores e suas teorias de um ponto de vista da própria época. Esse raciocínio é importante, inclusive, para abolir a concepção de ciência enquanto uma progressão contínua e linear, que não conhece dispersões, erros, tentativas falhas e crises intelectuais.<sup>20</sup> A noção de uma tradição científica homogênea passa a dar espaço a interpretações que vislumbram uma série de teorias e especulações, algumas convergentes, outras que divergem entre si, mas que em determinado momento se encontraram e abriram caminho para a edificação de uma nova mentalidade científica.

---

<sup>19</sup> HENRY. *A revolução científica e as origens da ciência moderna*, p. 14.

<sup>20</sup> ROSSI. *A Ciência e a Filosofia dos Modernos*, p. 32 – 33.



# A nova história política

## The new politic history

**Fabício Ferreira Medeiros**

Mestrando em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

fabricao.f.medeiros@hotmail.com

**Recebido em:** 26/09/2017

**Aprovado em:** 18/12/2017

**RESUMO:** A partir da década de 1970, se desenvolveu um processo significativo de renovação da história política, corrente de estudos que até então sofria acusações de todo tipo, senão a indiferença de diversos historiadores. O interesse pela política foi, finalmente, revigorado, consoante a influência de circunstâncias exteriores a produção histórica e diante de mudanças de perspectivas germinadas dentro da própria historiografia, em especial, de origem francesa. Ao revisar a historiografia desse processo, pretende-se identificar as contribuições teóricas e suas principais características que nos inclina a falar não de qualquer História, mas de uma *nova* história política. Sugere-se que a atual história política se encontra renovada em relação à *história política tradicional*, de modo que foi ampliada a noção de poder, seu objeto privilegiado.

**Palavras-chave:** História política, Historiografia, Poder.

**ABSTRACT:** Since 1970 it was developed a significant renovation process of politic history, current of studies that until then suffered all kind of accusations or the indifference of several historians. The interesting about politic was, finally, revigorated, according to the influence of exterior circumstances of historic production and against changes of perspectives generated inside of historiographic, specialty, from France. By reviewing the historiographic of this process, it is intended to identify theoretical contributions and its principal characteristics that lead us to talk not just about any history, but the new politic history. It is suggested that the actual politic history is renewed in relation to the traditional politic history, so that it was enlarged the notion of power, its privileged object.

**Keywords:** Politic history, Historiographic, Power.



## Introdução

Hoje seria difícil argumentar que a história política não goza de prestígio. Em diálogo com a Ciência Política ou com a Psicanálise, próxima da história social ou em parceria com a história do imaginário, nos interstícios entre a longa e a curta duração, ela retornou do ostracismo a que foi relegada, apresentando-se, porém, resignificada. O Estado não é mais seu objeto privilegiado, muito menos os “grandes homens”, as guerras e os fenômenos militares - embora também não se abra mão de estudá-los. A história política, dentro e fora da historiografia francesa, tem se apresentado mais interessada nas diversas formas assumidas pelo poder, considerando-se não apenas seu caráter repressivo, mas inclusive o simbólico; sem que se recuse sua capacidade de coagir, mas observando-se seu potencial de produzir sentidos, parâmetros para a ação individual e coletiva dos homens.

Ao se desenvolver uma revisão bibliográfica, ainda que seletiva e limitada, acerca do movimento de renovação da história política, propõe-se apontar seus principais fundamentos teóricos, bem como as tendências de sua produção mais recente, no que concerne aos objetos de estudo, aos conceitos-chave, enfim, às novas perspectivas e aos problemas colocados pelos historiadores que se dedicam ao estudo do campo político. Sugere-se que o processo que reabilita a esfera política no debate historiográfico não indica somente um “retorno” da história política. Na verdade, seu resgate envolve algo mais. Trata-se de uma história política diferente daquela praticada por historiadores do século XIX e início do século seguinte. É uma história nova, reformulada, resignificada, sinal de uma reação e indício da necessidade de adaptar-se a pesquisa às questões do tempo vivido pelo historiador.

### Da história política tradicional aos *Annales*

Se for verdade que o “retorno” à política, na década de 1970, surgiu como reação ao determinismo economicista, cuja ênfase recaía nas estruturas em detrimento do agir humano e dos fenômenos políticos,<sup>1</sup> nota-se que o movimento de renovação historiográfica iniciado com os *Annales* teve sua origem na crítica sistematizada contra a concepção de história vigente até então, chamada de história política tradicional,<sup>2</sup> história metódica ou científica,<sup>3</sup> história erudita ou

---

<sup>1</sup> JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novas abordagens**. Tradução Henrique Mesquita; rev. téc. Dirceu Lindoso e Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 181-196; GOMES, A. M. C. Política: História, Ciência, Cultura etc. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996, p. 58-84; BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997; TÉTART, Philippe. **Pequena história dos historiadores**. Tradução Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 2000; REIS, J. C. **Escola dos Annales – a inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>2</sup> FALCON, F. J. C. História e Poder. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 61-89.



simplesmente positivista.<sup>4</sup>

A história se consolidou como disciplina autônoma no século XIX, sendo, contudo, entendida como uma modalidade específica de história política,<sup>5</sup> cujo representante maior foi o historiador alemão Leopold von Ranke. Entre as principais características do paradigma da história política tradicional, destaca-se: 1) a centralidade do Estado-nação, de revoluções e eventos militares, tais como guerras e batalhas localizadas; 2) o foco nos atos dos “grandes homens”, ou seja, em estadistas e líderes militares quando não em personagens eclesiásticos;<sup>6</sup> 3) a aspiração a ser objetiva, científica, buscando-se narrar o passado humano com a maior fidedignidade possível aos fatos, através de seu encadeamento e organização, do levantamento e da crítica sistemática dos documentos; 4) a primazia dos documentos oficiais como critério para se produzir uma história científica<sup>7</sup> – daí a tendência a privilegiar os relatos das autoridades, bem como seus interesses particulares; e 5) como corolário da busca pela objetividade, um desprezo pela história do tempo presente ou contemporânea.<sup>8</sup> Para os historiadores da escola alemã do oitocentos, só era possível ser objetivo com o devido recuo no tempo, na tentativa de resgatar um “passado morto”, para o qual não se encontrassem mais testemunhos vivos.<sup>9</sup>

Ainda que com as devidas especificidades locais, esse modelo deitou raízes no Brasil, na medida em que se ajustou aos interesses das autoridades que visavam à formação de uma “unidade nacional”, em meados do século XIX. Com o objetivo de construir uma história do Brasil e de sua nação, promotora do espírito nacional e possibilitadora da construção de uma identidade brasileira - ainda que orientada por valores europeus -, o Estado imperial reuniu diversos intelectuais, agrupando-os no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - caso de

---

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_. **Pequena história dos historiadores.**

<sup>4</sup> REIS, J. C. **A História entre a Filosofia e a Ciência.** São Paulo: Editora Ática, 1996; \_\_\_\_\_. **Escola dos Annales – a inovação em história.**

<sup>5</sup> TÉTART. **Pequena história dos historiadores;** BARROS, José D’Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário. **Escritos**, Tocantins, v. 1, 2008; MENDONÇA, Sonia R. de; FONTES, V. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F. S. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 55-71.

<sup>6</sup> BORGES, V. H. F. P. História e Política: laços permanentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, nº 23/24, setembro de 1991-agosto de 1992, p. 6-18; BURKE. **A Escola dos Annales (1929-1989):** a Revolução Francesa da historiografia; TÉTART. **Pequena história dos historiadores;** REIS. **A História entre a Filosofia e a Ciência;** REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história;** RÉMOND, René. Uma História Presente. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política.** Tradução de Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a. p. 13-36.

<sup>7</sup> \_\_\_\_\_. **A História entre a Filosofia e a Ciência;** \_\_\_\_\_. **Escola dos Annales – a inovação em história;** \_\_\_\_\_. **Pequena história dos historiadores;** \_\_\_\_\_. História e teoria política.

<sup>8</sup> \_\_\_\_\_. **Pequena história dos historiadores.**

<sup>9</sup> BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas.** Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 7-38; NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). **História: novos problemas.** Tradução Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995. p. 179-193; FALCON. História e Poder; FERREIRA, M. M. História do tempo presente: desafios. **Cultura Vozes**, Petrópolis, v. 94, nº 3, maio-jun. 2000. p. 111-124.



Varnhagen -, para elaborar uma história oficial própria aos interesses da elite política brasileira.<sup>10</sup> Portanto, no Brasil também foram seguidos os princípios da história política tradicional, com a primazia do Estado enquanto sujeito histórico, a ênfase na narrativa (sem problematização) de certos acontecimentos, nos personagens mais preeminentes e nos eventos militares.<sup>11</sup>

Mas tal concepção de história não pôde vigorar: a perspectiva elitista, factual, particularista e oficial não atendeu aos problemas suscitados pela ascensão do movimento operário, ou pelo advento das massas no campo político, expresso na conquista do sufrágio universal. E a partir de 1929, data de criação da revista francesa dos *Annales*, como reação à história política tradicional, foi dado o ponto de partida para um amplo movimento de renovação da historiografia, responsável por impor o declínio daquela concepção de história: era um custo a ser pago, devido a sua denunciada obsolescência.<sup>12</sup>

Segundo José Carlos Reis,<sup>13</sup> os historiadores dos *Annales* - com destaque inicial dos fundadores: Marc Bloch e Lucien Febvre - trouxeram como principais contribuições para a disciplina a transformação da concepção de tempo histórico, que passou a ser pautada pelo conceito de “longa duração”, desenvolvido posteriormente por Braudel; o diálogo com as Ciências Sociais (Geografia, Economia, Psicologia, Antropologia etc.), ou seja, a elaboração do conhecimento histórico norteado pela interdisciplinaridade, pelo rompimento de fronteiras entre as referidas ciências. Além disso, os pesquisadores reunidos sob a revista francesa contribuíam com a ampliação e a multiplicação dos objetos de estudo. Reformularam métodos e técnicas de análise e lançaram a perspectiva de uma história-problema, que deveria orientar o pesquisador no que tange à seleção de fontes, métodos, técnicas, recorte temporal e espacial, hipóteses, ou seja, no que diz respeito à formulação de todo o corpo teórico da investigação. Nas palavras de Reis,

É o problema posto que dará a direção para o acesso e construção do corpus necessário à verificação das hipóteses que ele terá suscitado. A história-problema devolve ao historiador a liberdade na exploração do material empírico. O fato histórico não está presente ‘bruto’ na documentação. O historiador não é um colecionador e empilhador de fatos. Ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. [...]

Portanto, a grande renovação teórica propiciada pela reconstrução do tempo histórico pelos *Annales* foi a história-problema. [...] Nela, o historiador sabe que escolhe seus objetos no passado e os interroga a partir do presente. Ele explicita a sua elaboração conceitual, pois não pretende se apagar na pesquisa, em nome

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. História e Política: laços permanentes.

<sup>11</sup> GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc.

<sup>12</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes; FALCON. História e Poder; REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história**; RÉMOND. Uma História Presente.

<sup>13</sup> \_\_\_\_\_. **Escola dos Annales – a inovação em história**.



da objetividade.<sup>14</sup>

De qualquer forma, o surgimento, seguido da consolidação institucional dos *Annales*, se deu em oposição à valorização da política, associada prontamente ao paradigma positivista que prevalecia na academia até as primeiras décadas do século XX: uma confusão de métodos com seu objeto. Ao que se lê em Jacques Julliard, historiador francês dedicado a identificar os primeiros passos desse movimento de retorno da política, não é difícil perceber os motivos do desprezo dos *Annales* pela história política tradicional. A caracterização não poderia ser mais negativa. Conforme sintetiza o autor:

A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; o seu objetivo é particular e, portanto, ignora a comparação; e narrativa e ignora a análise; é idealista e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa os pontos precisos, e ignora o longo prazo; em uma palavra, já que esta palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história *factual*.<sup>15</sup>

No que pese as críticas de Fernand Braudel sobre essa vertente historiográfica “atenta ao tempo breve, ao indivíduo e ao acontecimento”, de “narração precipitada, dramática” e “de pouco fôlego”,<sup>16</sup> há historiadores que relativizam o esquecimento da política como campo de investigação,<sup>17</sup> destacando uma série de obras publicadas quando da vigência do modelo estruturalista (c. 1946-1968). Trata-se de trabalhos dedicados ao estudo de fenômenos políticos, em parte ou em sua totalidade<sup>18</sup>, mas também de outros tipos de produções dedicadas a representar o passado humano, como textos predominantemente narrativos e biográficos. Isso sem contar que os eventos políticos permaneciam como opção privilegiada para a periodização em história, na avaliação de Julliard.<sup>19</sup>

De qualquer forma, é inegável que a história política perdeu seu protagonismo frente a uma nova concepção de história, na qual a economia, ao lado do social, foi tomada como a esfera mais significativa de explicação do passado humano, na busca de questões a que se pudesse analisar em sua regularidade e permanência.<sup>20</sup> A tendência ao determinismo da economia e das estruturas sobre o agir humano foi responsável por conter a política em posição inferior, por

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. **Escola dos Annales – a inovação em história**, p. 24 e 25.

<sup>15</sup> JULLIARD. *A política*, p. 180-181.

<sup>16</sup> BRAUDEL, Fernand. *A longa duração*. In: \_\_\_\_\_. **História e Ciências Sociais**. Tradução Rui Nazaré. 6 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1990. p. 9.

<sup>17</sup> FALCON. *História e Poder*.

<sup>18</sup> BURKE. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *A política*.

<sup>20</sup> TÉTART. **Pequena história dos historiadores**; REIS. **Escola dos Annales – a inovação em história**.



alimentar seu desprezo no conjunto do campo histórico.<sup>21</sup> No entanto, esta tendência, que pode ser representada pelos estudos de Braudel, também foi sucedida no tempo, de modo que a partir da década de 1970 se iniciou um processo de transformação historiográfica. Foi dessa maneira que promoveu-se, dentre outras coisas, o “retorno”, a “resignificação”, a “refundação” ou a “ressurreição” da história política.

### **A nova história política**

#### **O contexto histórico e as novas perspectivas historiográficas**

O contexto de renovação da história política é marcado pela expansão da ação do Estado, ou seja, pelo aumento da participação das instituições públicas nos mais variados espaços sociais. Para René Rémond, historiador francês considerado pioneiro no movimento de renovação da história política, a história sofreu as influências do “ambiente intelectual e político”, dado “o advento da democracia política e social, o impulso do movimento operário”, bem como “a difusão do socialismo” em diversas partes do globo.<sup>22</sup> Já no entendimento de Maria Helena Capelato, atenta à realidade da América Latina e do Brasil, “o deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais produziu um tipo de revisão historiográfica que acabou privilegiando os estudos sobre os movimentos sociais, grupos minoritários e cultura”.<sup>23</sup> Na síntese de Rémond,<sup>24</sup> compreende-se que a história política não poderia mais ser ignorada, pois as questões suscitadas pelo tempo histórico exigiram sua reabilitação:

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objeto geri-las?<sup>25</sup>

A conjuntura política de meados do século XX em diante contribuiu para que os historiadores passassem a repensar sua própria concepção de história, pois nessas condições seria difícil negar a importância social do estudo do campo político. O político, visto como “um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”, na

---

<sup>21</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes; \_\_\_\_\_. A política; \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia; \_\_\_\_\_. História e Poder; \_\_\_\_\_. Escola dos Annales – a inovação em história.**

<sup>22</sup> RÉMOND. Uma História Presente, p. 19.

<sup>23</sup> CAPELATO, M. H. R. História política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, 1996. p. 162.

<sup>24</sup> Para Tétart, a coletânea *Pour une histoire politique*, dirigida por Rémond e publicada pela primeira vez na França, em 1988, surgiu como uma espécie de manifesto da nova história. A obra “apresenta a historiografia, a metodologia, as problemáticas do objeto político (eleições, partidos, associações, biografia, opinião, mídia, lingüística, idéias, religião, guerra) e comprova o dinamismo intelectual, científico e universitário (teses) dos novos enfoques”. \_\_\_\_\_. **Pequena história dos historiadores**, p. 127.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. Uma História Presente, p. 24.





definição de Pierre Bourdieu,<sup>26</sup> “o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”, nas palavras de Pierre Rosanvallon,<sup>27</sup> surgiu como esfera privilegiada da produção histórica, na medida em que sua expansão exigiu a atenção do historiador.

De outro lado, nota-se que o movimento de resignificação da história política estabeleceu uma “ponte” de continuidade com a tradição dos *Annales*, na medida em que teve como um de seus traços característicos a interdisciplinaridade.<sup>28</sup> Ao dialogar com a Ciência Política, a Psicanálise, a Sociologia ou com a Antropologia, mas também ao se aproximar de outras correntes historiográficas, tais como a história cultural e a história social, os historiadores do político não só tiraram esse campo do ostracismo como, inclusive, renovaram suas problemáticas, multiplicaram os objetos, enfim, o reabilitaram, valendo-se de novas perspectivas historiográficas.

A apropriação de conceitos marxistas, quer oriundos de Gramsci (hegemonia, bloco histórico, Estado ampliado, intelectuais tradicionais e orgânicos),<sup>29</sup> quer de Althusser (autonomia relativa, sobredeterminação, aparelhos ideológicos de Estado),<sup>30</sup> bem como a incorporação de noções gestadas, sobretudo, na Antropologia e na Filosofia, permitiram a transformação da história política, que não mais se identifica com a concepção tradicional de poder, essencialmente repressor.

Buscando adaptar-se a uma nova concepção de tempo histórico, a nova história política não se confundiu com a chamada *histoire événementielle* (história factual), historizante e de “pouco fôlego”. Tanto é que diversos autores ressaltaram a necessidade de os historiadores do político lidarem com a longa duração, não somente com as mudanças, mas também com as permanências, considerando-se o diálogo entre o tempo curto e o tempo mais longo.<sup>31</sup> Para tanto, destacam-se as pesquisas sobre: as eleições, a opinião pública, as ideias políticas ou sobre a cultura política, conforme sugerem Rémond,<sup>32</sup> Jean-Jacques Becker,<sup>33</sup> Michel Winock<sup>34</sup> e Serge Berstein,<sup>35</sup>

---

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 5, Brasília, janeiro-julho de 2011, p. 194-195.

<sup>27</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n° 30, 1995, p. 12.

<sup>28</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes; JULLIARD. A política; BARROS. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário; BARROS, José D’Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004; RÉMOND. Uma História Presente; \_\_\_\_\_ . Por uma História Conceitual do Político; FALCON. História e Poder; TÉTART. **Pequena história dos historiadores**.

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_. História e Poder; MENDONÇA; FONTES. História e teoria política.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. História e Poder; BORGES. História e Política: laços permanentes.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. A política; \_\_\_\_\_. **Pequena história dos historiadores**; RÉMOND, René. As eleições. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003c. p. 37-55.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. As eleições.



“estudos que dariam enfim à história política uma respiração mais profunda, mais ampla, em lugar da respiração curta a que parecia destinada por causa de sua dedicação aos acontecimentos”, seria possível concluir referindo-se a Julliard.<sup>36</sup>

No caso da noção de cultura política, é possível argumentar que sua apropriação é de fundamental importância para o conhecimento histórico, haja vista que seu estudo permite desvendar a adoção de determinado comportamento político, tomado em sua dimensão individual e coletiva, e assim

[...] compreender as motivações dos actos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que compartilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro, das suas representações da sociedade, do lugar que nele têm e da imagem que têm da felicidade.<sup>37</sup>

Ao se aproximar a história cultural da história política, e vice-versa, a apropriação do conceito de cultura política permite ao historiador “recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes”, sem deixar de lado as pessoas anônimas, “bem como as representações do poder expressas por toda parte”.<sup>38</sup> Afirma-se o traço interdisciplinar da resignificação da história política, ao serem combinados conceitos e métodos de diversas disciplinas, a exemplo da Antropologia, da Psicologia e da Sociologia, e ao se analisar as relações “entre os sistemas políticos propriamente ditos e os aspectos imaginários de uma sociedade, seus rituais, práticas, discursos e representações políticas”,<sup>39</sup> em uma demonstração de que as fronteiras da política são mais ou menos fluídas, ora dilatando-se seu raio de ação, ora assistindo-se a um recuo.<sup>40</sup>

Deve-se considerar, por fim, que a resignificação da história política é acompanhada: da reabilitação da história do tempo presente ou simplesmente contemporânea, que até então havia

---

<sup>33</sup> BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 185-211.

<sup>34</sup> WINOCK, Michel. As idéias políticas. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 271-294.

<sup>35</sup> BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Dir.). **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

<sup>36</sup> JULLIARD. A política, p. 185.

<sup>37</sup> \_\_\_\_\_. A Cultura Política, p. 363.

<sup>38</sup> CAPELATO. História política, p. 164-165.

<sup>39</sup> BARROS. **História Política**: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário, p. 11.

<sup>40</sup> GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc; RÉMOND, René. Do Político. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003b. p. 441-450.



sido desprezada por Braudel e seus seguidores;<sup>41</sup> da narrativa;<sup>42</sup> de uma “história vista de baixo”,<sup>43</sup> “ora preocupada com as grandes massas anônimas, ora preocupada com o ‘indivíduo comum’”,<sup>44</sup> e do acontecimento.<sup>45</sup> Este objeto deixou de ser visto como “simples produto” das estruturas e passou a ser ele mesmo considerado potencialmente enquanto “produtor de estrutura”,<sup>46</sup> como instrumento político fundador de mentalidades,<sup>47</sup> investido de um valor particular que se relaciona com as diversas significações que os contemporâneos lhes dão.<sup>48</sup>

### História e poder

É consenso entre os historiadores que a história política trata necessariamente do poder. História e poder, segundo Francisco Falcon, “são como irmãos siameses”, de modo que “separá-los é difícil”, pois “olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível”.<sup>49</sup> E de outro lado, com a política não é diferente, pois esta também está ligada a noção de poder. Portanto, e no essencial, a história política toma como objeto de investigação tudo o que se relaciona com o poder e com a sua devida repartição,<sup>50</sup> não se restringindo à esfera do Estado. Nessa perspectiva, o poder não se confunde com a “repressão. É tanto repressão quanto persuasão e busca de legitimidade”.<sup>51</sup>

Entre os teóricos, com a devida contribuição de Gramsci, foi possível estabelecer relações significativas entre o campo político e a esfera cultural,<sup>52</sup> ao passo que o desenvolvimento dos conceitos de Estado ampliado e hegemonia tiveram como efeito o deslocamento da primazia do poder exercido sob a forma repressiva, através dos aparatos do Estado (policiais, militares e administrativos), em direção aos diferentes mecanismos de manifestação do poder, como a imprensa, os sindicatos, as escolas etc. Atentos à imensidade de formas assumidas pelo exercício do poder e às disputas políticas, os historiadores do político conseguiram superar o fosso existente entre sociedade civil e sociedade política, buscando os pontos de contato entre ambas,

<sup>41</sup> DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis - SC, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2012, p. 5-23.

<sup>42</sup> STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. Tradução Denise Bottmann. **Past and Present**, nº 85, nov. 1979, p. 3-24.

<sup>43</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. p. 39-62.

<sup>44</sup> BARROS. **História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário**, p. 5-6.

<sup>45</sup> NORA, Pierre. **O retorno do fato**.

<sup>46</sup> JULLIARD. A política, p. 188.

<sup>47</sup> RÉMOND. Do Político.

<sup>48</sup> GOMES. Política: História, Ciência, Cultura etc.

<sup>49</sup> FALCON. História e Poder, p. 61.

<sup>50</sup> \_\_\_\_\_. A política.

<sup>51</sup> SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Política. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário de conceitos históricos**. 2 ed. 2 reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009. p. 336.

<sup>52</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes.



entre infraestrutura e superestrutura.

Tendo como referência a *Microfísica do poder*, de Michel Foucault, os historiadores puderam considerar o poder enquanto instância produtora de significados, de sentidos, como força que permeia todo o corpo social sem ter como função exclusiva reprimir.<sup>53</sup> Concluiu-se que “o Poder não se encontra necessariamente no aparelho estatal e em outras formas de centralidade política, e nem mesmo exclusivamente no seio das classes dominantes”,<sup>54</sup> como até então se pensava. “Tratava-se, agora, de localizar nos mínimos espaços sociais as formas pelas quais se multiplicavam poderes que, por um lado, reproduziam as estratégias de dominação e, por outro, criavam novos mecanismos de opressão/subordinação”.<sup>55</sup>

A renovação da história política também se valeu dos estudos de Pierre Bourdieu, cujo *Poder simbólico* chamou a atenção dos historiadores, assim como fizeram Gramsci e Foucault, para a existência de múltiplos mecanismos de reprodução e legitimação do poder. O poder simbólico, na definição de Bourdieu, dada sua relativa invisibilidade, surge diante “daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ao ser “ignorado como arbitrário”, esse poder, ainda que sutilmente, permite “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, desse modo, a acção sobre o mundo [...]”.<sup>56</sup>

Portanto, ao dialogar com outras disciplinas e ao se apropriar de seus conceitos, reformulando-os, em alguns casos, a história política se viu renovada, resignificada, como salienta Borges,<sup>57</sup> não mais se definindo por seus objetos tradicionais: o Estado, os eventos militares, as ações de líderes eclesiásticos e os feitos de grandes personagens. Ampliou-se a noção de poder, examinado sob formas “culturais, midiáticas, linguísticas, ideológicas e representacionais sob as quais os agentes significam suas existências”.<sup>58</sup> E por outro lado, o tratamento temporal passou a considerar a dialética entre mudanças e permanências, entre a curta e a longa duração. O fato foi investido de valor próprio, ao ser encarado como produtor de estrutura, fundador de mentalidades e no geral apropriado e vivenciado pelos contemporâneos.

O poder investido de caráter simbólico (Bourdieu), em seu aspecto “positivo” e micro, exercido através de organizações hospitalares, do controle sobre o corpo e a sexualidade, por

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Graal, 2012.

<sup>54</sup> BARROS. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e o imaginário, p. 10.

<sup>55</sup> MENDONÇA; FONTES. História e teoria política, p. 58.

<sup>56</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 7-8 e 14.

<sup>57</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes.

<sup>58</sup> \_\_\_\_\_. História e teoria política, p. 60.



meio do discurso (Foucault), como força e consenso, capacidade de direção intelectual e moral, ou melhor, visto enquanto elemento do exercício da hegemonia (Gramsci) que atravessa todo um imaginário social,<sup>59</sup> é o que pode caracterizar, essencialmente, a nova da história política. É verdade que o historiador do político se apropria de forma seletiva de tais conceitos, se aproximando mais de um teórico do que de outro, mas em todo caso fica evidente que a noção de poder foi ampliada, superada a concepção da política em sua forma macro, presa ao Estado, cuja implicação direta foi “restringir o âmbito do ‘político’ quanto ao ‘social’ [...]”.<sup>60</sup> As fronteiras do político foram dilatadas nitidamente na historiografia e na própria sociedade. Essa perspectiva deve ser encarada como um dos grandes avanços da nova história política.

### A importância da história política

Ao revisar o que podemos chamar de historiografia da história política contemporânea e constatar a existência de uma série de relações que o campo político possibilita estabelecer com os demais campos ou esferas sociais, a exemplo da economia e da cultura, será possível argumentar que este tipo particular de história está em declínio ou que pouco importa para o conjunto da pesquisa e do conhecimento históricos, se comparado com outras correntes historiográficas? Penso que não.

Apesar de o político operar enquanto campo autônomo, ele não deixa de interagir com outras esferas sociais: “O político não constitui um setor separado [...]”,<sup>61</sup> pois é um campo de interdição “onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo”.<sup>62</sup> E certamente o político, na perspectiva do controle do Estado, é cada vez mais “o espaço último da decisão, como o nível onde todas as disputas sociais se decidem [...]”.<sup>63</sup>

O político adquire importância na medida em que não existe por si só, articulando-se com a religião, a cultura e o cotidiano etc.. Porém, ao mesmo tempo, “o político é o lugar de gestão da

---

<sup>59</sup> Segundo Bronislaw Baczko, a imaginação social corresponde a uma rede de sentidos, signos e representações que os homens constroem para melhor interpretar o mundo a sua volta, em outras palavras, para torná-lo inteligível, ao mesmo passo que buscam se comunicar, enquanto coletividade, e fixar parâmetros ou códigos para a ação em sociedade. A construção de imaginários implica uma atividade que não se confunde com a mera abstração de ideias. Pelo contrário, trata-se de produzir sentido e legitimidade a determinados tipos de relações sociais, que se expressam em ordens de “hierarquia, dominação, obediência, conflito etc.” BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund [et al.]. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-314, p. 309.

<sup>60</sup> BOBBIO, Norberto. Política. In: \_\_\_\_\_; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Vol. 2. 11 ed. Tradução Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mónaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini; coord. da trad. João Ferreira; rev. ger. João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 954-962.

<sup>61</sup> RÉMOND, René. Uma História Presente, p. 35-36.

<sup>62</sup> ROSANVALLON. Por uma História Conceitual do Político, p. 12.

<sup>63</sup> BORGES. História e Política: laços permanentes, p. 14.



sociedade global, ele dirige em parte as outras atividades; define seu *status*, regulamenta seu exercício”.<sup>64</sup> Relaciona-se com as demais atividades sociais, mas essa relação não se dá com ambos os lados tendo o mesmo peso, pois o político se apresenta como a expressão máxima do poder, dotado de uma lógica própria de funcionamento por meio do qual é possível reunir as influências econômica, ideológica e repressiva, ou política no sentido *stricto*, salienta Norberto Bobbio.<sup>65</sup> Assim, mais correto do que “saber se a história política pode ser inteligível”, deve se questionar a possibilidade de “existir uma inteligibilidade da história, fora da referência ao universo político”.<sup>66</sup>

A revisão da história política atesta a importância que este campo tem para a História enquanto disciplina acadêmica e instrumento de conhecimento. Ainda são os eventos políticos que definem a periodização da história e da história do Brasil, em particular. Sua dilatação, de outro lado, impõe aos historiadores a apropriação de novos métodos e conceitos, a (re)formulação de novos problemas que possam satisfazer às exigências da nova história e, principalmente, às questões sociais passíveis de reflexão sistematizada. Os trabalhos que tomam como objeto o poder se multiplicam, como se multiplicam as relações entre a política e outros campos e ciências. Política e cultura, política e sociedade, política e economia, política e religião; História e Antropologia, História e Ciência Política, História e Sociologia... O repertório da história política não se esgota, pelo contrário, se torna mais dinâmico, dilatado, consistente teoricamente e mais válida deve ser a sua exploração. Embora a análise seja sucinta, pode-se dizer que este é o “estado da arte” da nova história política.

---

<sup>64</sup> RÉMOND. Do Político, p. 447.

<sup>65</sup> BOBBIO. Política.

<sup>66</sup> JULLIARD. A política, p. 184.



# A crônica e o jornal: Lourenço Diaféria na Folha de S. Paulo

The chronicle and the newspaper:  
Lourenço Diaféria in Folha de S. Paulo

**Kelly Yshida**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Santa Catarina  
kellyshida@gmail.com

**Recebido em:** 17/10/2017

**Aprovado em:** 07/12/2017

**Resumo:** A análise da crônica jornalística permite ao historiador compreender diversas questões sobre o contexto no qual foi elaborada e circulou, especialmente quando estamos diante da imprensa do século XX. Este tipo de texto tem como uma de suas principais especificidades o diálogo entre jornalismo e literatura, pois é marcado pelo suporte no qual está inserido. Sendo assim, atentar para esta relação nos permite perceber a dinâmica de elaboração da crônica, bem como as críticas presentes nela e os acontecimentos com os quais dialoga. Com este intuito, neste artigo busca-se explorar algumas das potencialidades do gênero a partir de uma das publicações do cronista Lourenço Carlos Diaféria, escritor que atuou na *Folha de S. Paulo* durante a vigência da ditadura militar.

**Palavras-chave:** Crônica jornalística, Literatura, Lourenço Diaféria.

**Abstract :** The study of the journalistic chronicle brings several questions to historians about the context where it was published and read, mainly when we analyse the 20th century press. This literary genre has as a specificity: the dialogue between journalism and literature, particularly because of the media where it is published. This relation is important to observe the elaboration of the chronicle and the events that dialogues with the text. To present the analysis and explore some of the potentialities of this literary genre, the exercise here is about a journalistic chronicle of Lourenço Carlos Diaféria published in *Folha de S. Paulo* during the context of the military dictatorship.

**Keywords:** Journalistic chronicle, Literature, Lourenço Diaféria.





Esta análise da crônica jornalística parte do entendimento de que a literatura está vinculada à vida material e é expressiva das experiências possíveis em determinado momento histórico. A literatura, nesse sentido, não é autônoma em relação à sociedade, tampouco se insere em uma esfera distante desta<sup>1</sup>. E as crônicas, compostas na perspectiva do “simples rés-do-chão” ou das “cousas miúdas”, são objetos ricos em detalhes da vida comum e possibilitam – não menos que outras formas literárias – percepções sobre o contexto em que foram produzidas.

Os estudos sobre as crônicas jornalísticas contam com contribuições de diferentes áreas de conhecimento e tendem a ser vistas como “gênero híbrido”, evidenciando as relações entre jornalismo e literatura. A reflexão deste artigo é sobre esta vinculação e, como forma de dar visualidade a ela, o exercício é feito a partir de uma publicação do cronista Lourenço Carlos Diaféria, que escreveu para a *Folha de S. Paulo* entre 1964 e 1980 e que foi personagem importante neste periódico, especialmente durante os anos de reabertura política.<sup>2</sup>

### A crônica jornalística

O início da trajetória do gênero remete aos folhetins. “O *feuilleton* designava um espaço determinado no jornal – o *rez-de-chaussée* (rés-do-chão)”<sup>3</sup>. Surgiu a partir dos escritos jornalísticos na França e, com a circulação dos periódicos, alastrou-se pela Europa e pelo Brasil.<sup>4</sup> A crônica jornalística talvez encontre uma de suas melhores definições no título *Comentários da semana*, atribuído às publicações de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861. Nelas, o cronista discutia fatos da semana anterior, dialogava com as notícias e comentava o que lhe fosse interessante. Cabiam nestes textos “a política, os acontecimentos sociais da corte, um pouco das notícias do exterior, as novidades da semana, o teatro, a literatura, entre outros”<sup>5</sup>.

Ela foi se moldando ao leitor e ao cenário nacional. Para o crítico literário Antonio Candido, firmou-se quando o jornal se tornou cotidiano, de tiragem relativamente grande,

---

<sup>1</sup> A literatura é entendida como parte da cultura, esta compreendida como “todo um modo de vida”, onde “as artes são partes de uma organização social que é claramente afetada de forma radical por mudanças econômicas” (WILLIAMS, Raymond. *Culture is ordinary*. In: Gable, Robin (ed.). **Resources of hope**. London. Verso, 1989).

<sup>2</sup> Este artigo constitui parte da Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. YSHIDA, Kelly. **O falso cômico e o circo urbano: Lourenço Diaféria e o processo desencadeado pela crônica jornalística Herói. Morto. Nós. (1977-1980)**. 284f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

<sup>3</sup> GRANJA, Lucía. **Machado de Assis - as primeiras crônicas: o surgimento do grande cronista**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p.9

<sup>4</sup> A trajetória da crônica no país tem suas explicações em diferentes modelos. Há, por exemplo, a de Jorge de Sá (1987, p.5-7) que coloca Pero Vaz de Caminha, em sua carta ao rei português, como o primeiro cronista do cenário brasileiro. O crítico afirma que a carta estabeleceu um dos princípios da crônica, ou seja, o registro do circunstancial.

<sup>5</sup> \_\_\_\_\_. **Machado de Assis - as primeiras crônicas**, p.15.



podendo até ser considerada um “gênero brasileiro”, pelo modo como se desenvolveu no país<sup>6</sup>. Nesse caminho, a crônica foi se estruturando, adquirindo expressões como o humor, a sátira e a crítica social. Para o autor, isto configurou o amadurecimento do gênero, que ia deixando seu caráter informativo e ganhava uma forma mais coloquial de expressão. Caracterizava-se, então, a “fórmula moderna”, próxima da poesia e do humor<sup>7</sup>.

Vista como “balão de ensaio”, a crônica serviu como meio de testar elaborações literárias que posteriormente seriam publicadas em suportes mais duradouros. Na carta de um dos leitores da *Folha de S. Paulo* as crônicas de Lourenço Diaféria foram qualificadas de “sobremesas”<sup>8</sup>, em consonância com a descrição do crítico Antônio Dimas, de um “oásis lúdico em meio à aridez das notícias secas”<sup>9</sup>, um “descanso para o leitor”<sup>10</sup>. Contudo, cabe destacar que o convívio entre o caráter literário, o aspecto lúdico e a atuação informativa é possível. No caso da crônica, é a aparente leveza que parece tornar as problematizações que aponta mais acessíveis e procuradas pelo público.

A trajetória da crônica jornalística no país demonstra não apenas a ligação com a literatura nacional, mas também com a constituição do jornal impresso. À primeira vista leves, estes textos abarcam relevantes críticas sociais. E há particularidades quando pensamos sobre a imprensa no século XX, pois seu alcance e modo de operar se tornaram cada vez mais ligados a estrutura mercadológica das empresas de comunicação. Assim, a crônica, quando inserida em um meio de comunicação empresarial, objeto de consumo, veicula-se largamente, tendendo a alcançar um grande público.

O jornal faz parte dos embates e do imaginário de uma época, suas publicações ordenam a compreensão dos acontecimentos e dão sentido a uma gama de informações fragmentadas. Quando o texto literário está no jornal sua duração acompanha a do suporte. Para Antônio Dimas, esta vinculação está tanto na brevidade dos temas quanto na velocidade da demanda imposta pela produção do impresso. A crônica necessita da agilidade do jornal. Os revezes do tempo atuam nela “enquanto interpretação parcial de um fato; enquanto matéria breve; enquanto urgência de elaboração”<sup>11</sup>. Para o historiador Fernand Braudel, as produções do jornal são

---

<sup>6</sup> CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

<sup>7</sup> CANDIDO. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. p.14-15.

<sup>8</sup> DUTRA, Lazaro. Sobremesa. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de abril 1988, p.3

<sup>9</sup> DIMAS, Antônio. Ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo?. **Revista Littera**. n. 12, Ano IV, set/dez, Rio de Janeiro, 1974, p. 47.

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. **Revista Littera**, p. 49.

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. **Revista Littera**, p. 48.



exemplares da curta duração:

O tempo curto, à medida dos indivíduos, da vida cotidiana, de nossas ilusões, de nossas rápidas tomadas de consciência – o tempo, por excelência, do cronista, do jornalista. Ora, notemo-lo, crônica ou jornal fornecem, ao lado dos grandes acontecimentos, ditos históricos, os mediócrs acidentes da vida ordinária: um incêndio, uma catástrofe ferroviária, o preço do trigo, um crime, uma representação teatral, uma inundação. Assim, cada um compreenderá que haja um tempo curto de todas as formas de vida, econômica, social, literária.<sup>12</sup>

Por suas especificidades, cabe perceber que mesmo os “mediócrs acidentes” ou as “rápidas tomadas de consciência” são lugares legítimos de percepção da realidade. Por ter sido, muitas vezes, entendida apenas como texto breve sobre banalidades, a crônica jornalística acabou sendo considerada uma “espécie de filha bastarda da arte literária”<sup>13</sup>.

Nesse sentido, Dimas questionou o hábito de desprestigiar a crônica, a “má vontade” com a gênero, devido ao seu financiamento e fugacidade. Seu caráter utilitário a tornava pouco interessante para alguns olhares, que a viam apenas como fonte de renda do escritor – “inserido numa sociedade em que a divisão do trabalho ainda não atingiu um nível ideal, aborrece ao intelectual-jornalista ser coagido a dispensar seu esforço em benefício da sobrevivência imediata”; mais que isso, “sua liberdade de criação se vê ameaçada não só pela premência do tempo, que não lhe permite trabalhar o texto, como também pelo inevitável condicionamento da matéria frente à direção do jornal e frente ao gosto do grande público.”<sup>14</sup>

Contudo, não há um sentimento homogêneo diante da crônica, Lourenço Diaféria, por exemplo, considerava-se um cronista de jornal sem julgamentos negativos sobre sua atividade. E, para a análise, não é necessariamente negativo percebê-la nos termos de uma coluna que busca atingir um público específico e, por vezes, auxiliar a vendagem do jornal ou mesmo garantir uma fonte de renda ao seu autor. Para Antonio Candido, o *status* diferente em relação às demais literaturas não é mal visto, seu caráter “menor” a tornaria mais acessível, a exaltava afirmando: “‘Graças a Deus’, – seria o caso de dizer, porque sendo assim ela fica perto de nós. (...) Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo dia.”<sup>15</sup>

Para o crítico, esta simplicidade e a acessibilidade da narrativa permitem “recuperar com a

---

<sup>12</sup> BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1978, p. 45.

<sup>13</sup> CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Afonso de Miranda. **História das coisas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2005, p.11.

<sup>14</sup> DIMAS. **Revista Littera**, p.47.

<sup>15</sup> CANDIDO. **A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**, p. 13.



outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada, embora discreta candidata à perfeição”<sup>16</sup>. Ser simples não impossibilita o comprometimento do autor e sua atuação na sociedade, o trabalho sobre a linguagem é parte constitutiva de sua produção, não um acaso. Afinal, “aqueles traços constitutivos da crônica são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que, divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”<sup>17</sup>.

Lourenço Diaféria afirmou que “as coisas banais não significam coisas desimportantes. São apenas coisas que nunca chegam às manchetes da imprensa e ao horário nobre da televisão”<sup>18</sup>. Para Dimas, graças a seu caráter de “depoimento sobre o tempo circundante”, elas constituem um lugar precioso para compreender a cosmovisão dos autores, “pois seus (pré)juízos, decorrentes de uma visão de mundo que se estratifica, afloram com espontaneidade ou se deixam surpreender”<sup>19</sup>. Mas também cabe questionar essa “espontaneidade” do cronista. Não seria uma imagem que o próprio autor se esforçaria para construir? Mesmo que tenham caráter opinativo, as crônicas se fazem no regime de trabalho do jornal. É difícil estabelecer até que ponto o texto feito em um veículo comercial, que tem uma relação tão próxima com diversos tipos de censura, é um lugar privilegiado de acesso às concepções mais “espontâneas”.

Não se nega que a linguagem coloquial ou o ritmo rápido de produção permitam possibilidades particulares de expressão, mas coloquialismo e espontaneidade são subterfúgios que, quando bem articulados, permitem que a crônica transite entre a reflexão do autor e a notícia. Por isso, quando publicada em livro, ela perde parte de sua eficácia inicial, mesmo que ganhe outras possibilidades de leitura. Afinal, é “filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa”<sup>20</sup>. Em seus moldes jornalísticos, é feita para ser impressa em um veículo de informação transitório, como o periódico. Sua durabilidade pode se expandir com a publicação em livro, mas “como no preceito evangélico, o que quer salvar-se acaba por perder-se; e o que não teme perder-se acaba por se salvar”<sup>21</sup>.

Ao ter suas crônicas reunidas em livros, Diaféria as agrupou em eixos temáticos. Seus sentidos acabam diferindo daqueles iniciais, mesmo que suas questões centrais permaneçam. Podem, por exemplo, tratar da violência em determinada obra, passível de ser relacionada de forma mais abrangente ao momento político de sua produção, porém, a leitura dificilmente será a

---

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p.13-14.

<sup>17</sup> CANDIDO. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 19.

<sup>18</sup> DIAFERIA, Lourenço. *A longa busca da comodidade*. São Paulo: Editora Ceres, 1988, p. 12.

<sup>19</sup> DIMAS. *Revista Littera*, p. 48.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 14.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *A Crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*, p. 15.



mesma proposta no jornal. Não há consenso sobre ganhos ou perdas de crônicas jornalísticas reunidas em livros, mas na análise histórica, parece faltar algo na crônica posta apenas diante de suas semelhantes.

Fator relevante é a mudança do leitor ou do modo de recepção do texto, no que tange a acessibilidade e tempo de apreensão. Para o crítico literário Jorge de Sá, esta mudança é positiva na medida em que “as possibilidades de leitura crítica se tornam mais amplas, a riqueza do texto, agora liberto de certas referencialidades, atua com maior liberdade sobre o leitor – que passa a ver novas possibilidades interpretativas a partir de cada releitura”<sup>22</sup>. Esta transição é significativa para análise no âmbito da história, pois os meios de publicações permitem perguntas diferentes. Em jornal, temos o acesso às referências de sua produção, aos embates políticos e econômicos. Por outro lado, é certo que a crônica em um suporte mais duradouro facilita o estudo intertextual.

Enfim, considerar a relação com o jornal é de grande relevância para o estudo da crônica, o que não significa reduzi-la às referências diretas. As vivências que ultrapassam os limites da redação do jornal são importantes para perceber e fundamentar as próprias escolhas do autor. Há, para além das notícias, outras questões das quais lançam mão os escritores, seja de sua própria trajetória – como educação, trabalho, família e outras relações em sua vida privada – ou de cenários externos. É importante pontuar que, mesmo sem notícias ou outras referências explícitas, os debates são sempre relacionados às possibilidades de seu contexto.

### **O cronista e o jornal: Lourenço Diaféria e a *Folha de S. Paulo***

Sou um artesão de variedades, um falso cômico de entreato, mas levo uma desvantagem em relação aos palhaços. Não tenho direito de usar a máscara da pintura. Não posso esconder o meu riso, e não posso esconder o meu choro.

Tenho de aparecer aqui – franqueado, aberto, inteiro.

Em cada linha, em cada letra, em cada sinal, eu me traio e eu me entrego e eu me jogo, como se lança no ar o trapezista no seu salto triplo cotidiano. Sem rede.<sup>23</sup>

Lourenço Diaféria foi descrito como um “fotógrafo do cotidiano”<sup>24</sup> e se identificava como cronista de jornal. Em seus textos dava ênfase tanto às situações triviais quanto aos fatos políticos e econômicos de grande alcance. Tinha como uma de suas temáticas mais recorrentes a vida dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade de São Paulo. Mesmo que suas crônicas fossem construídas com o intuito de caracterizar uma “narrativa de improviso”, eram elaboradas com

<sup>22</sup> SÁ, Jorge de. **A Crônica**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 2001, p. 85-86.

<sup>23</sup> DIAFERIA, Lourenço. Duas ou três palavras de saudade. *Folha de S. Paulo*, 10 de maio 1975. p. 29.

<sup>24</sup> Como qualificam os jornalistas Jorge Vasconcellos e Claudiney J. Ferreira, na referência de contracapa do livro **A longa busca da comodidade**, de Lourenço Diaféria, publicado em 1988.



riqueza de detalhes. Nelas, seus personagens desfilam e interagem em espaços da vida privada e de atividades sociais.

Inspirava-se, majoritariamente, nas notícias diárias e memórias que tinha do Brás, bairro paulistano onde passou a infância. O lugar era seu principal elo com a cidade de São Paulo, de onde partiram muitas de suas reflexões sobre os imigrantes, fábricas, trabalho e mudanças decorrentes da expansão urbana. Diaféria possuía forte vínculo com a Igreja Católica, não apenas espiritual, mas como lugar de participação política e social, de onde trazia muitos de seus valores e posturas, inclusive em oposição à ditadura instaurada em 1964. O cronista também foi um notório torcedor do Sport Club Corinthians Paulista.

Seu desejo explícito era mostrar parte da “multidão de mudos e silenciados”<sup>25</sup>, em oposição às manchetes, nas quais se estampavam figuras de respaldo na cena pública. Alguns personagens tinham nomes de pessoas reais enquanto outros representavam figuras recorrentes entre a população: a família de Dona Maria do Rosário, pernambucanos que tentavam uma vida melhor em São Paulo, cujo filho fora assassinado por um policial dentro do próprio “barraco”<sup>26</sup>; o rapaz que, desempregado, decidiu ser vendedor de bandeiras durante a Copa de 1974<sup>27</sup>; Zé da Bóia, considerado o “campeão mundial brasileiro de iatismo fluvial” graças às enchentes e à falta de saneamento em São Paulo<sup>28</sup>; o Sr. Henrique Maia, também vítima das enchentes, que reclamava do descaso de políticos com a cidade<sup>29</sup>; além de Almeida de Tal, que conseguiu o cargo de “controlador de supérfluos” e acabou despedido por ter sido considerado “altamente supérfluo”, já que seu trabalho bem realizado e seus cortes prejudicaram os interesses em jogo no serviço público<sup>30</sup>.

Desde 1964 publicava na *Folha de S. Paulo*, jornal de expressividade no campo midiático brasileiro, com grande alcance e influência tanto no espraiamento de informações quanto na formação de opiniões. Com relevância anterior ao período militar, sua consolidação esteve vinculada à própria modernização dos meios de comunicação. Mas, sabe-se que a imprensa não é neutra e que a chamada “grande imprensa” – com reconhecidos interesses comerciais – é ainda menos e, na década de 1960, a *Folha* foi uma entusiasta da intervenção militar que culminou no golpe de 1964.

---

<sup>25</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. **O invisível cavalo voador**. São Paulo: FTD, 1990, p.10.

<sup>26</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. Desculpe o que fizemos, garoto. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de abril 1974, p. 41.

<sup>27</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. O vendedor de bandeira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 de jun. 1974, p. 33.

<sup>28</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. O incrível campeão Zé da Bóia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 31 de jan. 1976, p. 25.

<sup>29</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. A falta que faz um monstro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de abril 1976, p. 27.

<sup>30</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. O terrível controlador de supérfluos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 de mar. 1976, p. 35.



Durante o governo do presidente Ernesto Geisel, a *Folha de S. Paulo* se moldou a uma nova perspectiva, por meio da reforma promovida por Cláudio Abramo, jornalista experiente que ali atuara entre 1969 e 1972 e, posteriormente, em 1975. Na chefia da redação, propôs mudanças que visavam a aproximação com as reivindicações civis, num momento em que questionamentos acerca da reabertura política se aproximavam do ideal de democracia participativa. Abramo foi, assim, considerado o principal responsável pelo caráter questionador que a *Folha* assumiu nessa sua nova fase. É interessante perceber que, dentro do novo projeto para o jornal, um de seus incômodos era a coluna *Prata da casa*, a qual caracterizou como “uma seção de crônicas de pessoas da redação, um lixo”<sup>31</sup>. Era justamente a coluna na qual Lourenço Diaféria começou a publicar, em 1964.

Em 1977, Diaféria foi acusado de ofensa às Forças Armadas devido à publicação da crônica *Herói.Morto.Nós.*, na qual dizia, entre outras ironias e críticas, que “o povo urina nos heróis de pedestal”. Era uma referência a cultuada imagem do patrono do Exército, Duque de Caxias, em oposição ao sargento Silvio Hollembach, que havia morrido após pular em um fosso de ariranhas para salvar um menino, evento estampado na capa do jornal. Após o cronista ser preso, a *Folha* publicou sua coluna em branco, o que foi um de seus principais atos de oposição após as atitudes positivas no momento do golpe.

O processo contra o jornalista se estendeu até 1980, foi acompanhado pela imprensa e mobilizou diversas instituições, chegando ao Supremo Tribunal Federal e ao Supremo Tribunal Militar. Diaféria foi absolvido após o longo processo jurídico. Embora *Herói.Morto.Nós.* seja uma crônica significativa do autor, era recorrente fazer suas críticas a partir dos acontecimentos recentes e presentes no jornal. Lourenço Diaféria foi um dos principais cronistas da *Folha de S. Paulo* e foi pelo conteúdo de sua obra e atuação social que ele se tornou vigiado pelos militares.

### **A crônica no jornal: “Quem está torta não é a colher. É a situação.”**

A estruturação da *Folha de S. Paulo* como jornal empresarial e suas consequentes relações com o regime estabelecido em 1964 constituíram o meio no qual Lourenço Diaféria atuava. Sua literatura esteve imbricada na relação com a empresa de comunicação, ou seja, o jornal não era apenas suporte ou local de diálogo entre notícias e texto literário. Problematizar a crônica de Diaféria como parte de um quadro ainda mais amplo é importante para compreendermos os conteúdos e consequências de sua produção na *Folha*, como a apresentada anteriormente. É

---

<sup>31</sup> ABRAMO, Cláudio. **A Regra do Jogo**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 86.





possível um exercício para demonstrar a proximidade da crônica com o jornal e com os eventos próximos de sua publicação.

Em 17 de julho de 1976, a *Folha* publicou *Quem está torta não é a colher. É a situação*, assinada por Diaféria. No texto, as questões sociais e econômicas emergem a partir de problemáticas rotineiras:

Entortar colher e garfos?  
Ora, minha senhora, isso é fácil.  
Difícil é viver com salário mínimo.  
Difícil é saber em quem votar nas próximas eleições.  
Difícil é descobrir onde está o governador.  
Difícil é prever quando vai terminar a censura.  
Difícil é informar quando será o próximo aumento da gasolina.  
Difícil é arranjar a solução para o problema da habitação popular.  
Difícil é atravessar a Avenida 23 de Maio na hora do “rush”.  
Difícil é melhorar o nível do ensino nas escolas.  
Difícil é evitar fraudes nos vestibulares e nos exames supletivos.  
Difícil é saber quando o leite não está contaminado.  
Difícil é levantar a moral da torcida.  
Difícil é fazer andar a burocracia nas repartições públicas.  
Difícil é endireitar as filas da Previdência Social.  
Difícil é informar quem vai ganhar a corrida armamentista,  
Difícil é saber quando será o próximo aumento do dólar.  
Difícil é garantir onde vai parar esta inflação.  
Difícil é tomar água mineral sem susto e sem preocupações.  
Difícil é desentortar o país.  
Difícil é contar a verdade ao telespectador.  
Difícil é aceitar críticas e sugestões.  
Difícil é ter de sorrir.  
Difícil é ter de enfrentar o supermercado e a feira-livre.  
Difícil é conseguir poupança para botar na caderneta.  
Difícil é ter de concluir que nada mudou na casa do Joca.  
Difícil é a gente ter de continuar confiando no futuro, porque no presente já não dá mais.  
Difícil é viajar nos trens de subúrbio às 6 da manhã.  
Difícil é falar aos filhos o que realmente pensamos a respeito disto e daquilo.  
Difícil é arrumar um garfo e uma colher que já não estejam tortos.  
Difícil é conseguir o que pegar com o garfo e a colher.  
Difícil é obter um relógio funcionando.  
Difícil é consertar a telha quebrada em cima do barraco.  
Difícil é desentortar a folha de zinco da favela.  
Difícil é ajustar as antenas do povo.  
Difícil é transformar o branco-e-preto da vida num programa em cores.  
Difícil é a gente ter de se mancar diante disso que está aí.  
Difícil é o povo só ser consultado pelo homem do Ibope.  
Difícil (e espantoso) é observar que existem tantos relógios parados, há tanto tempo, na casa de tanta gente.



Ou seja: se não somos sequer capazes de acertar os ponteiros do relógio, imaginem o resto.<sup>32</sup>

Aos leitores de hoje, a crônica apresenta-se como uma crítica ao quadro político e social da ditadura. Diaféria demonstrou seu incômodo com o descaso do governo e usou da anáfora para enfatizar suas críticas. A imagem do relógio sem os ponteiros acertados mostrava o descontentamento com a acomodação de parte da sociedade diante dos problemas sociais e dos militares. Esta crônica, uma lista de situações pouco elogiosas, servia como uma apresentação da realidade em que foi escrita.

O próprio título mostra a sutileza e a ironia ao comentar o que ocorria naquele momento. Em julho de 1976, era frequente o anúncio sobre Uri Geller, com os dizeres “não se esqueçam de levar objetos de metal, como garfos e colheres, e também relógios enguiçados”. Figura bastante popular na mídia do período, Geller era um israelense que, “com o poder da mente”<sup>33</sup>, entortava metais durante entrevistas na televisão. Para Diaféria, os problemas reais – que não estavam sob o controle da população – não seriam facilmente resolvidos sem atitudes efetivas nem com o “poder da mente”, como fazia a figura midiática.

Pode-se afirmar que há críticas ao descaso do governo em uma de suas frases, ao dizer que é “difícil descobrir onde está o governador”. Mas três dias antes da publicação de *Quem está torta não é a colher. É a situação*, a *Folha de S. Paulo* publicou o texto *Afinal, onde se encontra o governador?*, questionando a ausência de Paulo Egydio Martins, governador de São Paulo de 1975 a 1979; de acordo com o chefe da Casa Civil, Péricles Eugenio da Silva, Paulo Egydio continuava respondendo pela administração estadual<sup>34</sup>. Na mesma edição, a reportagem intitulada *Péricles explica as férias* indicava que o chefe da Casa Civil sequer sabia se o governador estava em férias no Mato Grosso, como informado por um assessor de imprensa. Mesmo que Diaféria deixasse para o leitor a ambiguidade da frase, há nela uma ligação com os acontecimentos que deve ser levada em conta, pois fez parte da sua construção.

Se também era difícil informar o próximo aumento da gasolina, não foi por acaso que a questão se colocou. A crise do petróleo é uma forma legítima de se entender a crítica, tal crise já havia levado à criação do Pró-Álcool, em 1975, programa governamental para substituição de derivados do petróleo por álcool combustível. Mas no dia anterior à crônica, a *Folha* publicara:

<sup>32</sup> DIAFÉRIA, Lourenço. Quem está torta não é a colher. É a situação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 de jul. 1976, p. 23.

<sup>33</sup> Parapsicologia: Uri Geller (anúncio). *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 08 de jul. 1976, p. 11.

<sup>34</sup> Afinal, onde se encontra o governador? *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de jul. 1976, p.1.



*Gasolina sobe 19,72% hoje à meia-noite*<sup>35</sup>. O que aproximava o texto do cotidiano do leitor era, entre outros fatores, que tanto as considerações positivas quanto suas reivindicações partilhavam de situações vividas por um grande percentual da população. A manchete *Corrida aos postos de gasolina* tratou das filas para abastecimento, mostrando o descontentamento dos consumidores: “vou ter que comprar gasolina amanhã, depois de amanhã e assim todos os dias, porque eu preciso dela. O negócio é me acostumar, de uma vez, com o novo preço”<sup>36</sup>. Talvez fossem essas as “coisas miúdas” que Machado de Assis buscou explicar ao falar sobre a crônica, embora em outro contexto.

As fraudes nos vestibulares e supletivos ocorreram no período e também foram acompanhadas pelo jornal, com investigação policial e mobilização do Secretário de Educação<sup>37</sup>. Da mesma forma, para o cronista, “difícil é melhorar o nível do ensino nas escolas”, quando a *Folha* havia publicado, no início daquele mês, matéria sobre o descontentamento de docentes de uma escola na periferia de São Paulo, por falta de condições em oferecer merenda e água na escola, tendo apenas um banheiro e em meio a uma “epidemia de piolho e sarna”<sup>38</sup>.

Quanto ao problema do leite, havia sido desencadeada a *Operação Leite*, por fiscais da Secretaria da Saúde, que coletavam amostras nas fábricas, pois “400 mil litros de leite do tipo C vinham sendo vendidos diariamente na Capital como se fossem do tipo B”<sup>39</sup>. Já a dificuldade de “tomar água mineral sem preocupações” vai além de uma leitura acerca de falhas de saneamento básico decorrentes da expansão urbana, pois naquela mesma semana houve problemas de decantação na Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) e redução de 30% no fornecimento de água na cidade<sup>40</sup>.

Há também referências que transcendem o jornal e notícias próximas: são da bagagem cultural do autor. “Difícil é ter de concluir que nada mudou na casa do Joca”, afirmava, dialogando com o samba de Adoniran Barbosa. Este era um dos interlocutores num tema caro ao cronista: a cidade de São Paulo. Pouca coisa tinha mudado na “maloca” do personagem do samba *Saudosa Maloca*, de 1951, no qual era apresentada a cidade em transformação pelo crescimento urbano da década. Na canção, a morada de Mato Grosso e Joca era derrubada para dar lugar a um “ardifício arto”; sem ser o dono do lugar, Joca acredita que “os home tá com razão. Nós arranja outro lugar”. Duas décadas depois, a população posta às margens era personagem do

<sup>35</sup> Gasolina sobe 19,72% hoje à meia-noite. *Folha de S. Paulo*, 30 de jun. 1976, São Paulo, p. 17.

<sup>36</sup> Corrida aos postos de gasolina. *Folha de S. Paulo*, 01 de jul. 1976, São Paulo, p. 18

<sup>37</sup> Fraude no supletivo está sendo apurada. *Folha de S. Paulo*, 05 de jul. 1976, São Paulo, p. 01.

<sup>38</sup> CARDOSO, Ireda A. Uma escola cheia de problemas. *Folha de S. Paulo*, 03 de jul. 1976, São Paulo, p. 11.

<sup>39</sup> “Comandos” da Saúde contra o leite contaminado. *Folha de S. Paulo*, 01 de jul. 1976, São Paulo, p. 01.

<sup>40</sup> Sabesp promete: não faltará água. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 14 de jul. 1976, p. 13.



cronista da *Folha*, que apontava que a dificuldade estava em consertar o barraco, questionando problemas decorrentes da urbanização, como a favelização e a periferação.

Se “difícil é prever quando vai terminar a censura”, este era um tema recorrente em sua coluna. Além disso, o próprio nome do cronista constava no ofício de 12 de janeiro de 1976, da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo enviado à Auditoria Militar do mesmo estado, pedindo informações do inquérito sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog. Além de Diaféria, outros 465 jornalistas assinaram a lista. Meses depois, de acordo com o relatório de 10 de setembro de 1976 da Delegacia de Presidente Prudente, Diaféria realizou uma conferência na Faculdade de Direito da Instituição Toledo de Ensino. Nesta ocasião falou das dificuldades que encontrava em seu trabalho, apresentou seu livro *Um gato na terra do tamborim*<sup>41</sup> e, entre outras questões, respondeu sobre o tema *Liberdade de imprensa*, afirmando que “a mesma melhorou bem a partir de 1964, pois hoje em dia o Governo tem se preocupado em colocar técnicos especializados no assunto”<sup>42</sup>. Nestes documentos reunidos pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) não há mais informações sobre o evento, contudo, nota-se a ironia na resposta do escritor que sabia da presença de informantes do governo no local.

Publicada na primeira página do caderno cultura *Ilustrada*, a crônica *Quem está torta...* indica uma série de eventos cotidianos que expõem uma realidade opressora, social e politicamente conturbada, marcada pela violência e pela desigualdade social. Sua interpretação fez parte de um enredo específico e datado e ela se dirigia, voluntariamente, ao seu momento. Mesmo assim, o texto não é uma fotografia, nem mesmo um reflexo da realidade. Há evidentes questionamentos sobre o poder vigente, mesmo que sutis, mas que dão espaço para discursos que estavam em consonância com as crescentes reivindicações contra a atuação dos militares e pela reabertura política. Na análise destas publicações e na convergência dos diversos fatores, nas suas interações, vislumbram-se mudanças ocorridas e desejadas no período – neste caso, utilizando como objeto de estudo as crônicas, a fim de pensar sobre um momento de grande tensão política e social, levando em conta situações vivenciadas fora dos gabinetes políticos.

Essas articulações entre notícias e experiências do autor são essenciais para se entender a densidade de uma crônica jornalística que, mesmo em suas aparentes despreensão e trivialidade, é capaz de expressar contextos vividos pelo escritor, seus leitores e contemporâneos.

---

<sup>41</sup> Obra com uma reunião de crônicas, lançado em 1976, e primeiro livro publicado por Lourenço Diaféria.

<sup>42</sup> *Lourenço Carlos Diaféria*. 12/03/81. Arquivo do Estado de São Paulo. Divisão de Informações - Deops. 52-Z-0-28547



## Considerações finais

O “hibridismo” da crônica jornalística exige uma análise que atente para os aspectos jornalísticos e literários. Mesmo que muitas vezes seja pautada pelas notícias, a crônica não é compreendida aqui da mesma forma. A imprensa, e a mídia de forma geral, constitui mais do que um quadro de informações pretensamente neutras<sup>43</sup>, e os cronistas são, eles próprios, leitores que interpretam e julgam, carregando consigo tanto suas opiniões e valores quanto a necessidade de se manterem no mercado de trabalho.

Nenhuma produção midiática é imparcial e livre das subjetividades de quem a produz e das relações dispostas nas empresas, pois há uma expectativa em relação ao suporte que anseia vendagem e visibilidade. A liberdade de criação que o autor tem diante de seus personagens, cenários, diálogos e de toda a estrutura que compreende a obra ficcional, não é ilimitada. Mesmo considerando a potencialidade criativa, há um vínculo entre a obra e o autor que não é, de forma alguma, alheio à sociedade e ao tempo em que vive. O escritor tem seus limites, suas condições, e aquilo que produz não é imune a isto.

Se somos produto de nosso tempo, este pode ser analisado em seus diferentes aspectos, sejam políticos, sociais, econômicos, artísticos, afinal, indivíduos não vivem em zonas isoladas, e tais questões se imbricam na constituição da própria sociedade. Isto justifica a possibilidade de percebermos as crônicas jornalísticas, por vezes vistas como objetos menos relevantes, como documentos legítimos para a pesquisa histórica.

---

<sup>43</sup> Para Nanami Sato, “a vocação da notícia é representar o referente, o que torna a notícia, em princípio, verificável”. Isso é feito com o uso da linguagem na terceira pessoa, para garantir a impessoalidade e o “efeito de objetividade”, ou seja, os acontecimentos são expostos de forma que pareçam constituir a totalidade do real. In: SATO, Nanami. *Jornalismo, literatura e representação*. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (orgs.). **Jornalismo e literatura**. A sedução da palavra. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 31



## **Arte e imaginário: representações da natureza nos vitrais da Catedral de Barcelona (séculos XIV e XV)**

Art and imagination: representation of nature in the stained glass windows of the Cathedral of Barcelona (centuries XIV and XV)

**Lorena da Silva Vargas**  
Graduada em História  
Universidade Federal de Goiás  
lorenasvargas@hotmail.com

**Recebido em:** 08/12/2017

**Aprovado em:** 30/01/2018

**RESUMO:** O presente artigo visa compreender a relação do homem com o meio físico e espiritual durante a Baixa Idade Média, por meio do estudo de elementos artísticos da arquitetura gótica, especificamente os vitrais da Catedral de Barcelona - Região da Catalunha, Espanha - entre os séculos XIV e XV. Pretende-se conhecer, no âmbito da história do imaginário, os aspectos simbólicos atribuídos ao ambiente natural que, por conseguinte, se faziam presentes em suas representações – neste caso, nos vitrais –, tendo tomado a arte por veículo de afirmação da memória, reconhecimento e difusão do imaginário no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Natureza, Imaginário, Vitrais.

**ABSTRACT:** This article is proposed to find the relationship of medieval men with the spiritual and physical environment during the Late Middle Ages through the study of artistic elements of Gothic architecture, specifically the stained glass of the Cathedral of Barcelona - Catalunya, Spain - between the 14th and 15th centuries. It is intended to identify in the context of the history of the imaginary, the symbolic aspects assigned to the environment that consequently were presents in their representation – in this case, in the stained glass windows –, having taken the art as a vehicle of affirmation of memory, recognition and diffusion of the imaginary in the medieval period.

**KEY-WORDS:** Nature, Imaginary, Stained glass window.



## **Introdução**

A História pode ser compreendida, dentre tantas outras formas, a partir da interação do homem com o ambiente que ocupa, compreende, transforma. Campos como o da História Ambiental visam analisar as mútuas influências existentes entre ser humano e natureza que levam a conhecer, não apenas os passos do desenvolvimento humano no ambiente, mas a forma como esse influenciou e atuou ativamente nos caminhos tomados pelas sociedades ao longo do tempo. Os organismos e fenômenos ecossistêmicos alcançaram, na Baixa Idade Média, níveis de compreensão que possibilitaram assegurar a vida humana e, mais do que isso, estreitar os laços entre homem e ambiente a partir de uma nova concepção de meio.

A natureza, entretanto, não se limita ao físico. No âmbito da História do Imaginário, identifica-se, na Idade Média, uma relação intimamente forte entre o ambiente natural e aquilo que se cria sobre ele. Transitando entre o pensamento cristão e as heranças clássicas, o imaginário é uma das bases mais fortes de construção ideológica medieval, aproximando mitos e práticas a uma única esfera digna de crença, presente nos setores sociais indistintamente. Enquanto seres culturais, muito representam os homens os aspectos simbólicos, que carregam o imaginário social. A arte, nesse sentido, configura-se enquanto meio de promoção da ideologia, criada a partir de seu aspecto figurativo, acessível e que se apropria, a partir do século XIII, daquilo que faltava para o completo sucesso do ambiente artístico no corpo social: a sensibilidade<sup>1</sup>.

Adentrando-nos à História da Arte, a interpretação simbólica dos usos e conteúdo das representações provenientes dos últimos séculos da Idade Média muito refletem a interação e concepção dos homens com o meio artístico. As mudanças na percepção do que hoje se conhece por Arte é uma bela forma de se compreender a relação do homem consigo mesmo, com aquilo que cria e, da mesma maneira, modifica. A arte dialoga com o ambiente, e juntos são a expressão do imaginário e da memória de uma época.

### **A natureza medieval**

De caráter fundamentalmente cristão, o Ocidente medieval compreendia a natureza como criação divina, na qual o ser humano, enquanto imagem e semelhança de Deus, detinha o lugar de perfeita criatura, segundo a tradição bíblica. Nessa acepção, com o pecado original, o homem haveria sido expulso do Paraíso e levado a lutar pela própria sobrevivência, fazendo-se necessário conhecer mais profundamente o ambiente que o cercava. O domínio desse espaço referia-se à

---

<sup>1</sup> Referimos, aqui, às mudanças introduzidas na arte, sobretudo a partir do século XIII, com uma nova percepção da natureza e, conseqüentemente, com novas formas de representá-la. Voltaremos ao tema no tópico *A Arte Medieval*.





percepção e assimilação de seu funcionamento, ao uso da racionalidade, respondendo ao instinto humano de supervivência, e não ao sentido moderno da palavra, com a ideia de apropriação e violação. Pertencer à natureza era um sentimento próprio do homem medieval. Diferentemente das concepções modernas, a sociedade da Baixa Idade Média entendia-se como parte indissociável do ambiente na condição de criatura, encontrando em sua própria composição fragmentos desse universo regado por simbolismos, que por sua vez andavam lado a lado à consciência cristã. Citando Jacques Le Goff, Pablo Castro Hernández salienta que o homem era o próprio microcosmos, formado pela natureza: “En efecto, está compuesto de tierra, la carne; de agua, la sangre; de aire, el aliento; de fuego, el calor.”<sup>2</sup>.

“O reconhecimento do maravilhoso no cotidiano [medieval] é natural.”<sup>3</sup>. O medieval carrega uma simbiose entre religiosidade cristã e cultura pagã, ao reconhecer influências orientais e da antiguidade clássica em meio ao cotidiano católico, utilizando de símbolos e imagens que encontravam raízes no meio natural: animais, plantas, mares, estrelas.<sup>4</sup> Além da simbologia de elementos essencialmente naturais, o imaginário dava espaço à criação de seres maravilhosos que também poderiam habitar o ambiente, como dragões, unicórnios, sereias e monstros, sendo que cada ser – real ou não – correspondia a uma função determinada por Deus na vida humana. O forte simbolismo criado no ambiente foi capaz de ordená-lo de forma dicotômica, como define Carlos Barros: por um lado, a natureza que auxiliava o homem, contribuindo com seu sustento por meio de tudo o que dela provinha; por outro lado, era punitiva, hostil, instrumento da ira divina sobre os homens.<sup>5</sup> A primeira forma era representada pelo Paraíso – do persa, “jardim amuralhado”<sup>6</sup> – presente na Bíblia e na tradição oriental, ilustrando a ideia do *locus amoenus*, local pacífico, propício ao homem, no qual os animais são mansos e o alimento é farto. O próprio conceito de jardim referia-se à natureza dominada, conhecida pelo homem. A segunda perspectiva de natureza era apresentada pelo *locus agrestis*, que utilizava a imagem do bosque enquanto elemento

---

<sup>2</sup> CASTRO HERNÁNDEZ, Pablo. La naturaleza y el mundo en la Edad Media: perspectivas teológicas, cosmológicas y maravillosas. Uma revisión conceptual e historiográfica, **Revista Historias del Orbis Terrarum**, Santiago de Compostela, n.10, p. 1 – 35, 2015. p. 16.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. **O imaginário medieval**. Editorial Estampa, 1994, p. 60.

<sup>4</sup> Um bom exemplo do simbolismo da natureza, apresenta Etelvina Fernández González, em um estudo específico sobre as árvores e suas representações na Idade Média. A autora faz um levantamento de determinadas espécies de alto valor simbólico, originário dos textos bíblicos, como a palmeira, símbolo da vitória do justo e representante da Árvore da Vida; a figueira e a macieira, possíveis representações da Árvore da Ciência do Bem e do Mal, a árvore da tentação; a romã, símbolo de vida e abundância.

Ver: FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Etelvina. Los árboles no dejan ver el bosque. Apreciaciones plásticas e iconográficas en la Edad Media, **Cuadernos del CEMYR**, n. 21, p. 11-48, 2013, p. 16 – 20.

<sup>5</sup> BARROS, Carlos. La humanización de la naturaleza en la Edad Media, **Edad Media**, Valladolid, n. 2, p. 169 – 194, 1999, p. 176-190.

<sup>6</sup> FERNÁNDEZ GONZÁLEZ. Los árboles no dejan ver el bosque. Apreciaciones plásticas e iconográficas en la Edad Media, p. 11 – 12.



de temor, desconhecido, caracterizando o ambiente punitivo, morada de feras e monstros no qual o homem era submetido a tempestades e desastres naturais como forma de imposição do castigo de Deus.<sup>7</sup> Carlos Barros defende o caráter salutar da luta do homem com o meio: “El hombre era el amigo-enemigo del hombre, de la misma forma que era el amigo-enemigo de la naturaleza (...).”<sup>8</sup>, percebendo como processo natural e necessário para o bom funcionamento do ecossistema o trabalho e a superação humana no ambiente.

Percebia-se a natureza como auxiliar de Deus e manifestação divina, pois a partir dela os organismos se desenvolveram na Terra. Assim como ressalta Adeline Rucquoi, a ocorrência de fenômenos naturais, desconhecidos ou raros – eclipses, terremotos, más colheitas, raios - indicavam a chegada de acontecimentos importantes ou a aproximação de um castigo divino, como a morte de um rei ou a propagação de pestes.<sup>9</sup> A natureza precisou ser decifrada, pois nela estaria o mistério de Deus. O conhecimento das plantas deixa de ser magia quando o homem adentra ao cientificismo, utilizando da sabedoria dada pelo próprio Deus para seu autodesenvolvimento. Nos séculos XIV e XV avançaram-se os estudos científicos voltados ao saber da natureza e do ser humano, resultado, segundo a escolástica<sup>10</sup>, de um processo evolutivo de compreensão dos mistérios divinos. Com a transição à Idade Moderna, tal desenvolvimento científico, agregado ao filosófico, econômico, urbano e social, deu início ao processo humano de repensar seu estado de criatura e aproximar-se ao de criadora, dominando os recursos da natureza e preocupando-se com a mesma por se tratar do próprio meio de sobrevivência humana.<sup>11</sup> O saber obtido capacitaria o homem no que diz respeito ao autoconhecimento físico e ao funcionamento da natureza, possibilitando-o se preparar frente os castigos divinos em forma de desastres naturais, ainda que não sendo humanamente possível evita-los. A partir do século XIII, um novo sentimento religioso difundiu-se por meio das ordens mendicantes, ressaltando-se aqui a figura de São Francisco de Assis enquanto precursor de uma maneira sensível de se perceber o ambiente: voltando-se a ele. As ordens mendicantes, propriamente urbanas, retiravam-se ao meio rural em busca de paz, a fim de aproximar-se a Deus. A natureza passou a ser vista a partir das emoções humanas, envoltas por sentimentos, e enquanto criação divina continha algo do próprio Criador. Aos monges, nesse

<sup>7</sup> RODRÍGUEZ BOTE, María Teresa. La visión estética del paisaje en la Baja Edad Media, **Medievalismo**, n. 24, p. 371 - 397, 2014, p. 383-385.

<sup>8</sup> BARROS. La humanización de la naturaleza en la Edad Media, p. 193.

<sup>9</sup> RUCQUOI, Adeline. La percepción de la naturaleza en la Alta Edad Media, **Natura i desenvolupament. El medi ambient a l'Edat Mitjana**, Lleida, p. 73-98, 2007, p. 76.

<sup>10</sup> Escolástica: Método de ensino utilizado nas escolas e universidades a partir do século XII, dando importância ao processo racional do pensamento, a fim de sustentar teoricamente as verdades do cristianismo. Compreendia-se, dessa forma, a uma teologia científica.

<sup>11</sup> KESSELRING, Thomas. O conceito de *natureza* na história do pensamento ocidental, **Episteme**, Porto Alegre, n. 11, p. 153-172, jul. /dez. 2000, p. 161.



sentido, foi atribuído o caráter desbravador perante a natureza, possibilitando a urbanização frente à domesticação do meio, embora o homem campestre ainda mais interagira que agia sobre a natureza. Não se limitando apenas aos seres reais, a natureza abarcava também criaturas extraordinárias presentes nos bestiários, no imaginário sobre as Índias e nas formas artísticas do Ocidente.

A consciência ecológica emerge nesse momento. Enquanto parte do meio ambiente, o homem baixo medieval passava a sentir o medo da autodestruição e da resposta da natureza frente às modificações sofridas - especialmente com o crescimento dos centros urbanos - além da necessidade, no sentido religioso, de zelar pela criação divina. Medidas passaram a ser tomadas pela sociedade, indo contra a quebra do equilíbrio entre bosques, terras de cultivo e pastos. Os bosques, que vinham sendo ocupados e sua madeira explorada, tornaram-se área protegida por reis como Alfonso X, que proibiu incêndios e posteriormente o corte de árvores sem autorização real. São Francisco de Assis, por sua vez, fazia recomendações aos religiosos sobre a forma de cortar as árvores, para que pudessem brotar novamente, além de incentivar o plantio de flores e ervas aromáticas, a fim de impulsionar louvores a Deus.<sup>12</sup> A contaminação do ar, da água, dos animais e do homem são também preocupações que ganharam espaço na Idade Média, mas que retrocederam séculos mais tarde.

### **A arte medieval**

A iconografia, segundo Hilário Franco Júnior, é a tentativa medieval de aproximar Deus aos homens de maneira visível, em sua imagem e semelhança.<sup>13</sup> “Feito carne, (...) o Verbo se fez também imagem.”<sup>14</sup> Preocupar-se com o visual, portanto, foi durante a Baixa Idade Média fator primordial para a adesão e permanência da sociedade ao culto religioso, enquanto atrativo aos olhos e à alma. Nos primeiros séculos do medievo, a arte preocupava-se menos em atender a um sentido estético que à necessidade de culto. O românico, caracterizado na arquitetura por templos de espessas paredes e pouca luminosidade, atendia a presença das artes visuais por meio de imagens representativas, esteticamente pouco ou nada elaboradas. O ambiente tinha seu espaço na composição dos cenários, em segundo plano, sendo ilustrado com base nas passagens bíblicas, propondo a expressão de um simbolismo voltado à religião.

<sup>12</sup> CHAFUEN, Alejandro. El pensamiento católico medieval sobre los bosques, los animales y el subsuelo, **Revista Cultura Económica**, v. 31, n. 86, p. 7 – 18, p. 9.

<sup>13</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval, **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre**, Auxerre, n. 2, 2008, p. 15.

<sup>14</sup> PEREIRA, Maria Cristina Correia Leandro. Exposition des ymages des figures qui sunt: discursos sobre imagens no Ocidente Medieval, **Antíteses**, v. 9, n. 17, p. 36-54, 2016, p. 37.



Em meados do século XII, o gótico<sup>15</sup> surge na França como novo modelo artístico, influenciando diversas regiões da Europa. Na Hispania, tal estilo foi bem acolhido pela cristandade devido às características que o classificariam mais tarde como arte religiosa: altos templos que pareciam tocar o céu, interligando o mundo terreno e o divino; a presença de gárgulas, estatuárias de criaturas medonhas localizadas no exterior das catedrais, que expulsavam de seu entorno o mau que pairava no universo mundano; a utilização de vitrais, altas e coloridas janelas de vidro com representações de cenas bíblicas e de santos, servindo de instrumento de efetivação dos ensinamentos religiosos a todos os fiéis por meio da materialização do espiritual. São ainda características desse estilo os arcos pontudos, as abóbodas de cruz, e a rigidez da edificação. Caracterizados pela luz e pelo colorido trazidos ao interior monocromático dos templos góticos, os vitrais aproximavam os fiéis a Deus, uma vez que a luz que os atravessava e chegava ao interior das catedrais era percebida como a própria luz divina que tocava o homem, em oposição à luz natural presente no exterior das igrejas.<sup>16</sup>

Na Catalunha, os primeiros fragmentos do gótico apareceram mesclados ao românico, distinguindo-se do restante da Europa pela simplificação das formas, pelas estruturas prismáticas nos campanários e a construção de uma única e ampla nave com capelas laterais. Tal transição artística teve por precursores os mosteiros enquanto fomentadores do ressurgimento cultural, bem como dos avanços científico e urbano, fazendo da Idade Média período de auge da cultura catalã, propriamente.<sup>17</sup> A arte passou a ser apreciada esteticamente e a natureza ganhou destaque, assumindo primeiro plano nas produções artísticas e, além da importância simbólica já atribuída, apropriou-se da valorização sentimental. Tomando por princípio a exegese aristotélica e o campo evolutivo da ciência, a natureza ganhou uma percepção mais detalhista de sua composição, cabendo às artes representá-la em sua essência, de onde provém o realismo artístico, sendo tais representações de grande auxílio para o avanço dos estudos ambientais. Além do “naturalismo realista”, as artes procuraram expressar as emoções tão em voga no momento. Ao mesmo tempo em que se caminhava rumo ao antropocentrismo, emergia-se um forte sentimento religioso voltado para a natureza e para o contato profundo com o Criador, citando aqui as ordens mendicantes e os alumbrados como exemplos das novas formas de se viver a fé, ressaltando, em ambos os casos, o essencial espaço dado às emoções. A arte aderiu ao maior uso da expressão desde aproximadamente

<sup>15</sup> Gótico: Derivado pejorativa de godo/bárbaro, o termo foi utilizado primeiramente no Renascimento para referir-se ao estilo artístico desenvolvido na França e difundido pela Europa a partir do final do século XII, em voga até o século XVI. Sinônimo de “grosseiro”, o gótico opunha-se à ideia renascentista de perfeição da arte clássica, fazendo-se presente na pintura, escultura e destacando-se na arquitetura, principalmente com as construções religiosas.

<sup>16</sup> MEDINA DEL RÍO, Juan Manuel; CASSINELLO PLAZA, María Josefa. La luz gótica. Paisaje religioso y arquitectónico de la época de las catedrales, **Hispania Sacra**, n. 65, p. 95-126, 2003, p. 123.

<sup>17</sup> AUGUSTÍ, David. **Historia Breve de Cataluña**. Madrid: Sílex, 2007, p. 50 – 54.



a transição do românico ao gótico – século XII – utilizando o ambiente natural e enfatizando seu conteúdo simbólico e já conhecido do cotidiano social. Foi de interesse artístico, a partir de então, chegar-se ao belo, procurar o alcance do divino expresso no ambiente de maneira análoga.

O conceito de paisagem, discutido por María Teresa Rodríguez Bote, relaciona-se profundamente ao subjetivo, a uma “interpretação emocional” do homem para com o objeto. A natureza transformou-se em paisagem a partir da aplicação humana de suas esferas racional e emocional, que possibilitaram conhecer e interpretar de forma subjetiva o ambiente. Tal conceito resultou das modificações sofridas nos âmbitos artístico, religioso e científico no que diz respeito à concepção de natureza desde a Idade Média Central, permitindo-nos identificar os pontos convergentes de tais aspectos no período. A pintura ensinou o ser humano a observar, a religião a contemplar e a ciência a conhecer. Física e espiritualmente, a natureza foi ponto de reflexão do homem medieval e ganhou protagonismo na arte, distinguindo-se de sua função secundária expressa nos cenários das pinturas de períodos anteriores. Segundo Rodríguez Bote, a própria distinção maniqueísta entre natureza bondosa e punitiva, *locus amoenus* e *locus agrestis*, partiria do sentimento e da atitude dos homens frente ao ambiente habitual ou desconhecido, a partir do qual emerge o imaginário.<sup>18</sup> A apreciação estética foi tomando forma mais sensível em detrimento da razão expressa na interpretação das imagens; o belo, que segundo Panofsky “representa apenas o reflexo de uma beleza invisível, sendo esta, por sua vez, apenas o reflexo da absoluta beleza”<sup>19</sup>, implicando, assim, na exteriorização de uma beleza superior a partir do artesão, fazia-se instrumento do incentivo à comoção e da fiel representatividade da natureza na arte, auxílio ao campo científico que passa a buscar não apenas nos manuscritos árabes o conhecimento da flora e fauna, mas na própria natureza, a partir de ilustrações. Entretanto, como destaca Marta Cendón Fernández: “(...)esta aproximación a lo real, no impidió que siga triunfando el mundo de lo fantástico, de lo maravilloso o incluso de lo absurdo o casi lo onírico.”<sup>20</sup>

### **A Catedral de Barcelona e seus vitrais**

A *Catedral Basílica de la Santa Cruz y Santa Eulalia de Barcelona*, ou simplesmente Catedral de Barcelona, é a segunda igreja gótica mais antiga da cidade, construída entre 1298 e 1448. As origens do edifício, entretanto, datam de períodos anteriores ao ano 343 d. C., quando havia ali, na mesma localização, a igreja visigoda. Devido às invasões árabes do século VIII, a Catedral ficou devastada,

<sup>18</sup> RODRÍGUEZ BOTE. La visión estética del paisaje en la Baja Edad Media, p. 384.

<sup>19</sup> PANOFSKY, Erwin. **Idea: Contribuição à história do conceito da antiga teoria da arte**. São Paulo: Martins Fontes, 2013, p. 35.

<sup>20</sup> CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta. La naturaleza y el paisaje en el gótico. La naturaleza en los conjuntos funerarios, **Cuadernos del CEMYR**, n. 7, p. 167 – 224, 1999, p. 201.



embora o edifício antigo tenha permanecido de pé até o ano de 1046, quando o então conde Ramón Berenguer e o bispo Guislabert deram início às construções do templo românico, finalizado e consagrado em 18 de novembro de 1058. Por fim, durante o pontificado do bispo Bernardo Pelegrí e o reinado de Jaime II de Aragão, iniciaram-se as construções da catedral gótica, em 01 de maio de 1298, a qual se mantém atualmente.

Composta por três naves, cinco portas, duas torres, um órgão, coro e vinte e nove capelas contendo retábulos e pinturas góticas, a Catedral de Barcelona conta com cento e oito vitrais, que junto dos arcos e das gárgulas, compõem o principal cenário dos templos góticos. As obras do edifício da Catedral gótica foram finalizadas em 1417 sem a elaboração de uma fachada, embora seria apenas em 1448 com o término da construção do claustro que o edifício se daria por concluído. Em 1882 em ocasião da Exposição Universal de Barcelona promoveu-se um concurso para a realização da fachada em estilo neogótico, sendo Josep Oriol Mestres o arquiteto responsável pela obra.

Embora já utilizados no românico com sentido decorativo, ainda que em menor medida, foi no gótico que os vitrais encontraram espaço. A Igreja percebeu na arte uma forma simples e eficaz de se comunicar com a população, sendo os vitrais tomados pela missão de decorar, iluminar e catequizar. Construídos entre 1335 e 1495, os cento e oito vitrais góticos da Catedral de Barcelona são um exemplo da ruptura com a arte românica: as espessas paredes dão lugar a vidros coloridos, trazendo luz e vida ao templo e quebrando, em certa medida, seu interior monocromático. O propósito de iluminação é cumprido com riqueza de detalhes, cor, delicadeza e muito esforço, uma vez que a escassez de técnicas e materiais tanto para a pintura quanto para o corte e montagem das peças dificultava muito sua produção.

Em uma perspectiva religiosa e política, os vitrais eram uma forma de falar aos fiéis, por meio da representação de cenas do Evangelho e da vida cotidiana dos santos, que dividiam espaço com escudos da cidade, de bispos e brasões da aristocracia. A constante visualização das imagens nos vitrais auxiliaria em uma catequização pautada no reconhecimento simbólico e emotivo, em uma interpretação individual com base no imaginário social. A ideia de que as imagens eram a “Bíblia dos iletrados” é hoje criticada pela historiografia, uma vez que deveriam, em muitos casos, ser associadas a textos, discursos ou legendas para serem compreendidas, já que a interpretação da imagem não é dada, mas deve ser sempre reconstruída, decifrada;<sup>21</sup> além disso, a emoção proposta pelas cenas e a intenção catequética a partir da visualização daquilo que até então era apenas mental,

---

<sup>21</sup> RUSSO, Daniel. O conceito de imagem-presença na arte da Idade Média, **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 37-72, jul. /dez. 2011, p. 44.



espiritual, era suscetível a todos os níveis sociais e não apenas aos iletrados. Em termos metafóricos, a simbologia da luz foi sem dúvida uma das mais importantes características dos vitrais medievais, associado ao sentido de catequização. A luz e o brilho no gótico remetem ao sagrado, à visão de Deus como luz do mundo. É nesse sentido que a luminosidade que adentrava o templo - colorida, ressaltando a iconografia que compunha os vitrais translúcidos - era tida como a própria luz divina, *lux spiritualis*, que se opunha à luz natural do ambiente externo, *lux corporalis*. Associada também ao estético, a luz é destacada por São Boaventura como “fonte de toda perfeição”.<sup>22</sup> Era a emersão da estética na arte religiosa, criticada por ser alimento aos olhos e não à alma, como defendiam os cistercienses, embora fossem bem definidas as barreiras da veneração e da adoração.<sup>23</sup>

Sob a influência do gótico francês, da arte italiana, de vitrales de formação nórdica e do realismo, os vitrais da Catalunha eram pintados com a técnica do esmalte, detalhados e sombreados com grisalha, embora, como destaca Silvia Cañellas, apresentassem maior naturalidade nas formas e maior riqueza ornamental e figurativa.<sup>24</sup> Os personagens são representados em primeiro plano, sem muita referência de espaço, profundidade ou volume, tendo as figuras como ponto forte as linhas e o movimento. Localizados acima das capelas da Catedral (Figura 1), os vitrais possuem aproximadamente 9,20 metros de altura por 2,20 m de largura com formato retangular e extremidade em arco, adornados com formas geométricas que resultam em mosaicos. Além dos 108 vitrais coloridos e ilustrados, há outros seis que correspondem a janelas sem coloração ou fechadas, localizadas em determinadas capelas. Há ainda um segundo segmento de vitrais na Catedral de Barcelona: as rosáceas. Localizadas na parte mais alta das paredes e nas abóbodas, possuem desenhos geométricos que remetem ao vegetal, floral e estelar, apresentando uma simetria radial e coloridos com fortes tonalidades.

---

<sup>22</sup> NIETO ALCAIDE, Víctor. **La Luz, símbolo y sistema visual: el espacio y la luz en el arte gótico y del Renacimiento**. Madrid: Cátedra, cop. 1978, p. 44 – 45.

<sup>23</sup> Exemplo da crítica cisterciense, São Bernardo de Claraval questiona a necessidade do “esbanjamento” de detalhes nos templos, que serviam, segundo ele, mais aos olhos que à alma. Inapropriada aos fiéis, a ornamentação do interior das edificações religiosas deveria ser evitada, vedando-a no que diz respeito aos claustros, como forma de afastar os monges da estética mundana.

<sup>24</sup> CAÑELLAS, Sílvia. Notícias sobre les vidrieres gòtiques de l'absis de la seu, **D'Art: Revista del Departament d'Història de l'Art**, Barcelona, n. 19, 1993, p. 113.



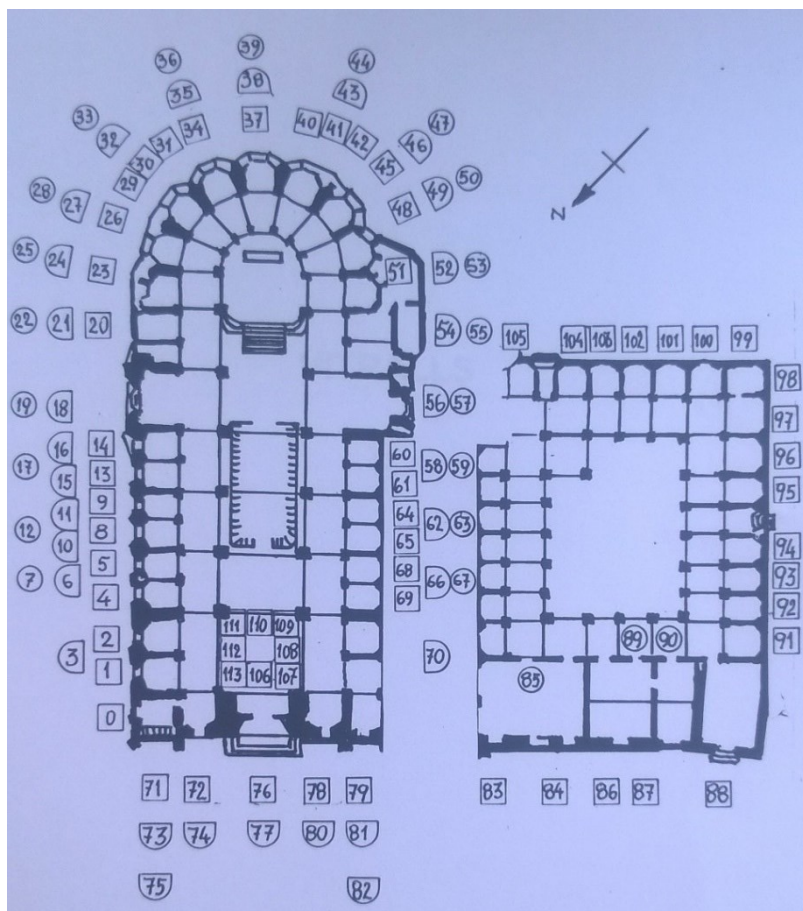


Figura 1: Disposição dos vitrais na Catedral de Barcelona. Fonte: FARRANDO BOIX, Ramon. **Els 108 vitralls de la Catedral de Barcelona**. Barcelona: Escola de Monitors i Voluntaris de la Catedral i Museu Diocesà de Barcelona, 2000, p. 9.

Após a Guerra Civil Espanhola e devido ao Congresso Eucarístico, iniciaram-se as reconstruções dos vitrais destruídos em 1937, após a queda de uma bomba sobre parte da Catedral. Trabalhos de reparação passam a ser realizados a partir de 1401, podendo-se citar como referências na conservação e restauro os mestres vitreiros Gil Fontanet e Jaume Fontanet. Sílvia Cañellas destaca também o menor aperfeiçoamento dos vitrais localizados mais ao alto da Catedral.<sup>25</sup> De menor visibilidade, esses vitrais teriam imagens com menos volume e personagens com vestimentas distintas, resultado de várias mãos que interferiam nos trabalhos, ao contrário da construção dos vitrais de maior visibilidade, para os quais eram encarregados profissionais especializados. A formação nórdica dos artistas que compuseram os vitrais confirma o desenvolvimento dos países do norte da Europa medieval no que se refere à percepção da natureza e à construção da paisagem nas obras de arte, como defende Alain Roger.<sup>26</sup> Enquanto a França foi a mãe do gótico e a Itália o berço das técnicas artísticas modernas, Flandres e os Países Baixos destacaram-se a partir do

<sup>25</sup> CAÑELLAS. Notícies sobre les vidrieres gòtiques de l'absis de la seu, p. 116.

<sup>26</sup> ROGER, Alain. **Breve tratado del paisaje**. Madrid: Biblioteca nueva, 2013, p. 74.



momento em que não apenas representaram plantas e animais isoladamente, mas inseridos em seu meio natural.

Daremos ênfase no presente estudo à análise especificamente de dois vitrais da Catedral, devido ao intuito de abranger, nesta avaliação, um que seja representante da exceção da temática usual e outro que se faça exemplo da mesma. O primeiro – único que apresenta cena bíblica, fugindo do padrão predominante na Catedral de representação da imagem de santos isoladamente – é o denominado *Noli me tangere*, obra de Gil Fontanet com desenhos de Bartolomé Bermejo que datam de 1495 e que se localiza na capela do batistério; o segundo, é o vitral de São Nicolau de Bari, aproximadamente de 1405, que segue o tema em voga no templo. De forma geral, os vitrais da Catedral de Barcelona, procuram ressaltar a imagem dos santos – como é o caso do segundo vitral a ser analisado – ainda que haja cenas do Evangelho – como ocorre no *Noli me tangere*. A presença de escudos reais, bispais e brasões de famílias que contribuíram financeiramente com a elaboração de determinado vitral é comum ao longo das obras, dividindo espaço com as cenas religiosas e garantindo sua promoção e prestígio na Catedral.

### **A natureza nos vitrais: memória e imaginário**

Imaginário: do latim, *imaginarium*, “formar uma imagem mental de algo”, derivação de *imago*, “imagem, representação”, procedente da mesma origem de *imitari*, “copiar, fazer semelhante”. Pode-se ainda definir o imaginário como “um tradutor histórico e segmentado do intemporal e do universal”<sup>27</sup>, onde se reflete mentalidades e culturas dos variados espaços temporais. Segundo Marc Bloch, a Idade Média é adepta ao semelhante e não ao idêntico, e tanto Platão quanto Santo Agostinho compartilhavam da ideia de que “a imagem nunca seria da ordem da verdade”, mas um caminho para se chegar a ela.<sup>28</sup> A semelhança permite, ainda que de maneira sutil, estabelecer originalidade e compor identidades tão ricamente elaboradas em termos culturais quanto as da Hispania do medievo. Sob um céu de sincretismo, nasce o imaginário medieval, sustentado pelas artes visuais enquanto germe da imagem.

“A cidade, por meio de suas muralhas e suas torres, é um imaginário que se eleva em direção a Deus.”<sup>29</sup>. De fato, a urbanização possibilitou novos caminhos ao imaginário, partindo especialmente do nascimento do gótico e aliando-se ao ambiente natural no qual estava estabelecida. Era o tempo em que, convictamente, a arte do homem urbano deveria imitar a

<sup>27</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Os três dedos de Adão. Ensaios de Mitologia Medieval II**. São Paulo: EDUSP, 2010, p. 70.

<sup>28</sup> FRANCO JÚNIOR. Modelo e imagem. O pensamento analógico medieval, p. 2.

<sup>29</sup> LE GOFF, Jacques. O imaginário medieval, *Signum*, n. 10, p. 63-72, 2008, p. 69.



natureza, assemelhando-se à perfeição das criaturas de Deus.<sup>30</sup> As representações feitas nos vitrais preocupavam-se em se fazer reconhecíveis à população, facilmente identificáveis com o ambiente no qual o templo estava inserido. Representar determinadas espécies de plantas e animais próprios da cidade ou região dos fiéis, foi uma forma dos mesmos identificarem-se com o que expressavam as imagens nos vitrais. Tudo isso foi o resultado, como destaca Alain Roger, da laicização da arte, que não mais abrange apenas aspectos da natureza bíblica, mas abre espaço ao ambiente conhecido do homem medieval, com destaque naturalista e independente da tradição religiosa.<sup>31</sup> Motivos vegetais e florais ornamentam as obras, chamando a atenção para o simbolismo das flores que se identificavam com a beleza, paz e pureza, sentimentos e impressões que pretendiam ser valorizadas no interior do templo. Os santos eram representados com seus respectivos elementos simbólicos, fundamentalmente originários do ambiente circundante: São Pedro e o galo; Santa Eulália e a palma; São Nicolau e o mar.

Na Capela do Batistério, localiza-se o vitral de Santa Maria Madalena, também conhecido como *Noli me tangere* (Figura 2), correspondente ao número 72 na distribuição dos vitrais (Figura 1), sendo reconhecido como um dos principais vitrais da Catedral de Barcelona por ser o último a ser construído, já ao fim do medievo, marcando a transição do estilo gótico ao renascentista, como veremos adiante. Datado de 1495, foi desenhado por Bartolomé Bermejo e produzido por Gil Fontanet, compondo-se por duas colunas representando a ressurreição de Jesus, presenciada por Maria Madalena. Esta, aparece ajoelhada diante de Jesus ressuscitado, portando véu, túnica em tons de azul, lilás e verde e manto vermelho, enquanto Jesus está envolto por lençol branco com borda dourada, segurando uma cruz<sup>32</sup>. Ao fundo, a vegetação é frondosa, composta por folhagens e flores azuis e ornamentação floral ao lado de Maria Madalena, o que auxilia na criação da ideia de um ambiente pacífico, desprovido de feras ou qualquer elemento que interferisse na mensagem sublime a ser transmitida aos fiéis: Cristo que vence a morte. A escolha dos elementos componentes das obras, ainda que presentes de forma ornamentativa, resultava na adequação à mensagem proposta, nos sentimentos e sensações que se procurava ressaltar; nesse sentido, a natureza atuaria como chave interpretativa frente a seu conteúdo simbólico. Acima, há anjos de túnica amarela em fundo azul que recria o céu, e mais ao alto a cruz de Barcelona. Aos pés das imagens, há a inscrição *Noli me tangere* em letra grega amarela e fundo azul, em referência ao que Jesus teria dito a Maria Madalena ao ressuscitar: “Não me toques”.

<sup>30</sup> KESSELRING. O conceito de *natureza* na história do pensamento ocidental, p. 158.

<sup>31</sup> ROGER. *Breve tratado del paisaje*, p. 79.

<sup>32</sup> VILA-GRAU, Joan; VILA I DELCLÓS, Antoni. *Els vitralls de la Catedral de Barcelona i del Monestir de Pedralbes – Corpus Vitrearum Medii Aevi*. Barcelona, 1997, p. 198.



Figura 2: *Noli me tangere*, 1495. Fonte: Arquivo pessoal.

A luz na Idade Média, como já foi dito, associava-se à presença divina, “Deus é luz”. Nesse sentido, outro aspecto a ser ressaltado é a presença variada da cor e o imaginário existente, naquele contexto, acerca de cada uma, individualmente. Comumente percebida como fração de luz, as cores seriam a expressão de Deus, e ainda que seu uso tenha sido criticado por religiosos nos primeiros séculos da Idade Média e mesmo em meados do século XII, impreterivelmente por São Boaventura, de forma especial por seu uso e simbolismo ser pouco tratado na Bíblia, a utilização das cores foi percebida muito mais como aliada da Igreja, firmando espaço no contexto religioso e sociocultural. Segundo Isidoro de Sevilla, as cores nascem do calor proveniente do fogo ou do sol, vinculadas, portanto, à luminosidade. Nos vitrais, de forma especial, a junção das cores enquanto formas luminosas e da luz natural propriamente dita, provinda do ambiente, dão um caráter ainda mais sagrado aos vidros: por meio deles o próprio Deus falaria aos homens e derramaria sua luz, seu calor e um sopro de vida sobre eles. Toda essa junção de fragmentos naturais que dão vida às



imagens e possibilitam a aproximação entre o humano e o divino, fazem com que o vitral seja, na perspectiva simbólica do templo enquanto microcosmo, um organismo vivo, parte da natureza, submetido ao curso do sol, das estações, do tempo meteorológico e histórico. “Se encienden y se apagan, viven y mueren.”<sup>33</sup>. É por serem constituídos parte pela natureza e parte pela criação humana que os vitrais possibilitam o encontro de Deus com os homens.

A multiplicidade do uso de cores nos vitais, em especial neste em análise, reflete mais que sua aceitação pelos religiosos, mas a apreciação artística e religiosa para com as mesmas a partir do século XII, cujos benefícios foram valorizados pelo gótico, tendo cada vez mais espaço nos séculos finais do medievo e adentrando à Idade Moderna. O colorido torna-se parte dos ritos litúrgicos, auxilia na compreensão das imagens e, tal como a ornamentação arquitetônica, passa a ser vista como instrumento de exaltação a Deus, a partir da percepção do belo. Simultaneamente, expande-se a paleta de cores como consequência, não apenas de sua aceitação, mas do olhar atento do homem à natureza em busca do conhecimento científico.

“El *Noli me tangere*, (...) es un vitral llave para marcar el paso del gótico al Renacimiento.”<sup>34</sup> Último vitral medieval a ser elaborado para a Catedral, apresenta influências do clássico renascentista nas cores, nos detalhes da obra e nas expressões das personagens. Fica destacada a necessidade de o artista medieval ilustrar o ambiente no qual está inserido, a natureza que não se desvincula ao homem, da qual encontram-se fragmentos mesmo em imagens com cenários urbanos. A perspectiva pode ser citada como um dos principais aspectos que fazem desse vitral uma transição do gótico ao clássico. A luz presente nos personagens principais em oposição à paisagem ligeiramente menos iluminada, indicando distanciamento, remete à definição espacial da cena e quebra com as antigas exibições em único plano.

O segundo vitral a ser analisado será o de São Nicolau de Bari (Figura 3), número 46 na distribuição dos vitrais. Construído em 1405, distingue-se ao apresentar mosaicos em coloração predominantemente verde, branca e azul, com um estilo geométrico e detalhes vermelhos, lilás, amarelos e rosa, principalmente nas colunas laterais.

<sup>33</sup> PASTOUREAU, Michel. **Una historia simbólica de la Edad Media occidental**. Madrid: Katz, 2013, p. 157.

<sup>34</sup> BARRAL I ALTET, Xavier. **Vitralls medievals de Catalunya**. Barcelona: Lunwerg: Institut d'Estudis Catalans, DL 2000, p. 19.



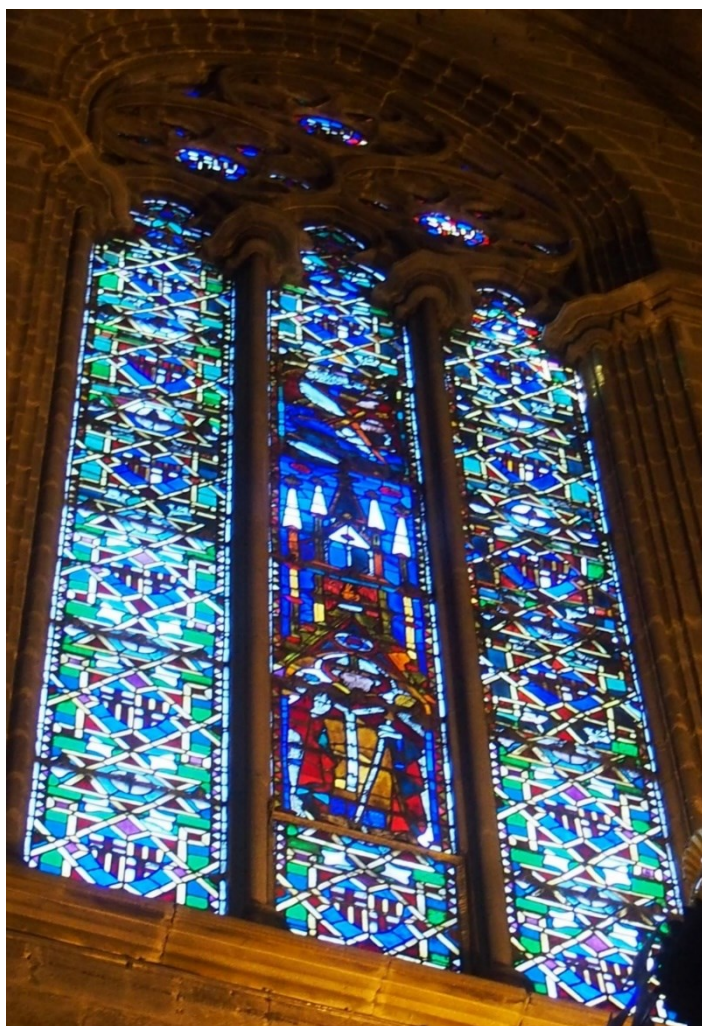


Figura 3: Vitrail de São Nicolau de Bari, 1405. Fonte: Arquivo Pessoal

Ao centro, há a imagem de São Nicolau, com casula amarela de barra azul, manto vermelho com fundo verde e estola branca, levando mitra na cabeça e báculo na mão esquerda, seguindo a mesma estética facial e arquitetônica de representação frontal da figura em destaque. Acima do santo, encontram-se as torres de uma igreja, fragmento urbanístico e religioso a ser destacado em um contexto de expansão da urbe, e logo acima, a cena de um naufrágio. É possível destacar ainda a presença do escudo de Barcelona ao longo da obra, intercalado por estrelas de seis pontas.

Localizado na capela de São Nicolau, identifica-se a evocação simbólica do *locus agrestis* na cena do naufrágio presente no vitral, no qual o mar personificava o desconhecido, incógnito. Tomando por ponto de partida a tradição bíblica, os medievais compreendiam o mar como uma grande ameaça ao homem, que o colocava em risco mediante naufrágios, piratas, escassez de alimento e horrendas criaturas marinhas. Entretanto, este elemento é, no vitral, antes de mais nada uma referência simbólica a São Nicolau, padroeiro dos navegantes, que ganha espaço na Catedral de Barcelona, cidade referência na navegação mediterrânea. Dedicar um vitral ao santo padroeiro



dos navegantes, seria pertinente naquela cidade que tanto voltava-se ao meio marítimo, afinal, a religiosidade, a partir da figura do santo, faria parte da vida da população, bem como o cotidiano poderia ser reconhecido na Catedral. A fé seria difundida por meio da identificação, por parte dos fiéis, do ambiente cotidiano nos vitrais. Segundo o milagre representado na cena, após quatro navegantes clamarem pela ajuda de São Nicolau em auto mar, ele aparece sobre uma nuvem e os salva do naufrágio (Figura 4). Independentemente de ser o poder do santo que vence a água ou a água que se submete ao santo, o que deve ser destacado é que o mar é também espaço de milagres.

No medievo, o culto aos padroeiros dos navegantes era tal, que as embarcações levavam seus nomes já como uma garantia de proteção. Além do mais, os navegantes reforçavam a devoção com promessas e não faltavam constantes orações em terra e em auto mar a fim de garantir uma viagem segura, afinal, como destaca Jorge Lebrero Cocho, os homens tinham consciência dos perigos físicos e imaginários que tomavam mares e rios.<sup>35</sup> Além dos perigos já mencionados, somam-se os problemas climatológicos, como os ventos desfavoráveis e as tempestades, que levavam ao temor por longas viagens, especialmente pelo Atlântico. Outro grande problema naval eram os encontros com piratas e corsários. Regulados pelo estado, os corsários eram utilizados tanto em períodos de guerra quanto em períodos de crise econômica, especialmente nas cidades do litoral mediterrâneo. Entretanto, o que mostra Ángel Luis Molina Molina é que em nenhum momento as navegações foram interrompidas pelos perigos a que os navegantes estavam sujeitos, havendo seguros marítimos que cobriam os riscos das jornadas, além do preparo na escolha da rota e da navegação em comboios.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> LEBRERO COCHO, Jorge. Hidrofobia medieval: miedos y peligros vinculados al agua en la literatura castellana del XV, *Medievalismo*, n. 25, p. 261-284, 2015, p. 282 e 284.

<sup>36</sup> MOLINA, Ángel Luis. Los viajes por mar en la Edad Media, *Cuadernos de Turismo*, n. 5, p. 113-122, 2000, p. 114.





Figura 4: Vitral de São Nicolau de Bari, 1405, detalhe. Fonte: AINAUD, Joan. **Els vitralls de la catedral de Barcelona i del monestir de Pedralbes**. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Àmbit Serveis Editorials, 1997.

O avanço da ciência náutica abriria as portas para o conhecimento de novos horizontes. A bússola, primariamente conhecida em meados de 1200; a utilização do timão nos barcos a partir do século XIII, introduzido pelos islâmicos, bem como o uso das velas triangulares a partir do século XII; mapas terrestres desde a segunda metade do XIII. Tais instrumentos possibilitaram navegar de forma mais eficaz e econômica a águas mais profundas, rompendo com as técnicas utilizadas até então, como a de soltar pássaros em alto mar para descobrir qual rumo seguir. Pode-se citar ainda o astrolábio, os quadrantes e as tábuas de medição da latitude enquanto sua origem medieval, embora passem a ser utilizados apenas ao final do século XV, quando os conhecimentos matemáticos dos navegantes já os permitem utilizá-los.<sup>37</sup> Os rios também eram frequentemente navegados e, além de serem vias mais baratas que as terrestres, aparentemente apresentavam menos perigos que as viagens marítimas, embora pudessem ser tomadas por fortes correntes e habitadas por animais diversos, que da mesma forma seriam obstáculos aos navegantes.

As cenas bíblicas marítimas bem como os relatos de navegação, somavam-se ao desconhecimento popular e fomentavam o imaginário medieval, associando-se às viagens ao Oriente principalmente pelo Mediterrâneo, regadas por seres maravilhosos e fenômenos extraordinários. A navegação na Europa, ainda que fosse prioritariamente comercial, poderia também ser de passageiros, como as viagens que transportavam peregrinos até a Terra Santa. Em

<sup>37</sup> MOLINA. Los viajes por mar en la Edad Media, p. 114 – 116.



todo caso, as águas não eram propriamente o local mais seguro ao homem. Suas profundezas, ainda desconhecidas, eram moradas de monstros marinhos das mais variadas espécies, bestas e sereias. Navegar não necessariamente era uma opção, pelo contrário: frente às más condições de vida e necessidades econômicas, restava aos viajantes enfrentar mares e rios mesmo sabendo dos perigos que os cercavam. Ainda assim, a navegação nem sempre foi uma tarefa unicamente de sacrifícios, chegando por vezes a aproximar-se ao *locus amoenus* em relatos e paisagens:

(...) navegar con buen tiempo podia resultar maravilloso, había noches claras de verano, en las que el barco avanzaba silencioso empujado por ligeras brisas cálidas, bajo el resplandor de la luna proyectando las sombras de las velas en el agua tranquila, los bellos amaneceres, las alegres carreras de los delfines y los indicios de la vegetación con la brisa terrestre al acercarse a la costa al atardecer.<sup>38</sup>

### Conclusão

A sensibilidade e compreensão dos sentimentos humanos confere um nobre desfecho à Idade Média e um importante ponto de partida para a Modernidade. A originalidade das catedrais góticas insere os vitrais e a luz em lugar de destaque, ressaltando a função de materializar o espiritual, evocando emoções e expressando uma perspectiva simbólica acerca da natureza que dava forças, por exemplo, à visão maniqueísta de luz e trevas. Enquanto elemento cultural, o simbólico apresenta-se de maneira sincrética, munido de religiosidade e influências pagãs num mundo medieval análogo.

Enquanto força propulsora de identidade e conteúdo simbólico, a arte – aqui representada pelos vitrais da Catedral de Barcelona - foi capaz de falar à sociedade enquanto porta-voz da Igreja, trazendo à tona a memória e fomentando uma sensibilidade cada vez mais frequente no que se refere à evocação espiritual e à apreciação artística. Era transcendendo o mundo físico que o homem medieval interpretava o ambiente ao atribuir a plantas, animais – reais e imaginários - e aos quatro elementos, emoções humanas e significados próprios, ressaltando seu caráter místico de criação divina que, a partir do século XIII, aproxima ainda mais o homem ao Criador. Foi através da natureza que o ser humano primeiramente encontrou respostas aos mistérios do cosmos: a ira divina e os avisos celestes eram as causas dos desastres naturais. Entretanto, fazia-se cada vez mais necessário conhecer a natureza de forma aprofundada, a fim de se chegar a Deus. Os monges, nesse sentido, impulsionaram a compreensão ambiental por meio da compilação de documentos árabes, dos estudos aristotélicos e, principalmente, voltando-se à própria natureza, atitude compartilhada pela arte gótica do século XII e pela religiosidade das ordens mendicantes do século XIII.

<sup>38</sup> MOLINA. Los viajes por mar en la Edad Media, p. 121.



Enquanto espaço no qual o ser humano se vê profundamente inserido, nada mais natural que o meio ambiente tivesse espaço nas artes da Idade Média, fosse enquanto cenário ou em primeiro plano, assumindo papel principal nas obras. Nos vitrais aqui estudados, a natureza aparece carregada de imaginário, propondo não apenas uma referência ornamentativa, mas uma representação que se aproxime do real num sentido estético e suscite emoções nos observadores. Os vitrais são, assim, representações pictóricas da natureza, compostas materialmente em parte pela mesma e pelas mãos do homem, ganhando vida na perspectiva religiosa e simbólica do templo enquanto microcosmo. As cores, formas, personagens e paisagens de cada vitral foram delimitadas segundo a mensagem a ser transmitida e, claro, seguindo o modelo artístico do período, característica do espaço e tempo que compreende a Barcelona dos séculos XIV e XV. Carregados de uma rica carga histórica, os vitrais nos levam mais que ao estudo de elementos naturais e culturais de uma determinada sociedade: eles nos adentram à própria experiência da apreciação e contemplação, induzindo a capacidade de maravilhar-se mesmo aos homens e mulheres do século XXI. Essa é, sem dúvidas, a mais sublime herança da Arte.



# A fábrica Bangu: um olhar sobre a história do Brasil através do local

The Bangu Factory: a look at the Brazilian History through the place

**Matheus Mendanha Cruz**

Graduado em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

matheusmcruz@live.com

**Recebido em:** 11/02/2017

**Aprovado em:** 28/01/2018

**RESUMO:** O presente trabalho visa problematizar o ensino de história pelo viés da História Local. Para isso trabalhamos com a história da Fábrica Bangu por ela estar inserida num contexto de desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passou na virada do século XIX para o XX. Também é possível pensar a inserção do modelo fabril inglês no cotidiano brasileiro, bem como os aspectos cotidianos da vida do operário no interior e no exterior dos muros das fábricas. Apresenta-se aqui o futebol como uma das vivências dos operários cariocas do início do século XX para ser um provocador da reflexão diacrônica do papel empregado ao esporte.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fábrica Bangu, Ensino de História local e do Brasil, Imigração.

**ABSTRACT:** This work has, as a goal, discuss the teaching of history by the bias of Local History. To do it, we worked with the Bangu Factory's history for this to be inserted in a context of industrial development by wich Brasil did in the end of XIX century and begin of the XX century. It is also possible to think the insert of English manufacturing model in Brazilian daily life, as well as everyday aspects of worker's life inside or outside of the factory's walls. Here present the soccer as a Cariocas workers' habit in begin of XX century to be a provocateur of diachronic reflection of sport's function.

**KEYWORDS:** Bangu Factory, Teach of Local and Brazilian History, Immigration.



## Introdução

A linha que nos guiará durante o texto é a reflexão de como abordar o tema da industrialização e suas consequências em sala de aula, de modo que o aluno se veja como sujeito da História e consiga construir inter-relações entre passado, presente e futuro.

Para discutirmos esse processo, utilizaremos a Fábrica Bangu, hoje desativada de sua função original, mas que ainda faz parte do cotidiano de muitos jovens deste bairro e adjacências por ter sido transformada em um *Shopping Center* que preserva a estrutura arquitetônica fabril.

Primeiramente discutiremos o fluxo migratório pós 1850 que o Brasil recebe e como este se relaciona com a industrialização do país. Também abordaremos a situação histórica do Brasil ser um Estado centralizado e, por isso, ter o governo grande participação no processo de industrialização, pensando, para isso, a relação entre Império e Irineu Evangelista de Souza. Este, conhecido como Visconde de Mauá, foi uma importante personagem durante o Império, sendo pioneiro em várias áreas da economia do Brasil, como a implantação da primeira ferrovia brasileira, a criação do primeiro Banco do Brasil, dentre outras realizações. Por essas razões, é fundamental para qualquer reflexão sobre esse período discorrer ao menos um pouco sobre esse industrial.

Também trabalharemos mais atentamente a própria história da Fábrica Bangu como exemplo de indústria surgida no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, na virada do século XIX para o XX, também ressaltando a vivência operária, os movimentos sociais e o futebol como opção de vida.

Por fim, discutiremos a importância de se abordar a História a partir da vivência do aluno, possibilitando que com isso ele passe a ser parte integrante da construção do conhecimento e não mero receptor. Na última parte elaboramos uma proposta para se abordar Revolução Industrial, Movimento Operário, Industrialização no Brasil e a Ideia de Progresso através do eixo condutor: Fábrica Bangu.

## Imigração

A imigração para o Brasil teve várias facetas. Após a proibição do tráfico de escravos, o país passou a requerer mão de obra branca. Dentre os motivos para esse esforço se encontra o projeto de eugenia das elites brasileiras. Outro aspecto que contribuiu para a busca de mão de obra branca foi a necessidade que o país tinha de ocupar territórios em seu interior para garantir suas fronteiras. Entretanto, essa proposta nem sempre saiu como deveria. O incentivo estatal para trazer europeus para o Brasil começa no Segundo Reinado e apenas no período Republicano consegue



ganhar força e vulto nos movimentos demográficos<sup>1</sup>. Ainda há, para contribuir com esse movimento migratório, a industrialização que começa a passos curtos ainda no século XIX e que precisa de mão de obra especializada, uma vez que os escravos africanos não estavam habituados a esse tipo de serviço.

A imigração no Rio de Janeiro foi composta, em sua maioria, por portugueses, até pelas relações que estes já tinham na cidade facilitando a adaptação no Brasil. São esses que caracterizam a economia do Rio de Janeiro como comercial e também injetam capital na indústria. Manolo Florentino e Cacilda Machado<sup>2</sup> discorrem sobre essa construção econômica da cidade do Rio de Janeiro, assim como sobre os traços imigratórios que permitiram aos habitantes do norte de Portugal virem para o Brasil.

As primeiras experiências de apoio do governo à imigração ocorrem com Nicolau Campos Vergueiros, vinculadas à colonização, e não alcançam o objetivo esperado, pois acabam por instalar uma escravatura branca<sup>3</sup>. Essa escravatura ocorria devido aos colonos não conseguirem devolver o dinheiro investido em suas passagens, além de se verem obrigados a comprarem produtos apenas dos donos das fazendas, o que, conseqüentemente, fazia com que suas dívidas nunca cessassem. Esse sistema de monopólio do comércio que gerava essa *dependência* dos imigrantes não se deu apenas no século XIX e muito menos apenas no campo. Dentro das iniciativas fabris também foi empregado esse modelo, inclusive havia fábricas que incentivavam a agricultura dentro das terras pertencentes à Cia. dona da fábrica para que pudessem vender aos operários. A Fábrica Bangu é um dos exemplos deste modelo<sup>4</sup>.

### Estado e Indústria

Um dos principais aspectos da cultura industrial no Brasil é a influência estatal. Os interesses políticos, muito ligados aos particulares, acabavam por tecer acordos e leis que ditavam a organização econômica brasileira. Carlos Bertero e Tatiana Iwai<sup>5</sup> afirmam que:

[...] a elite política e econômica tinha duas bases de sustentação que poderiam mesclar-se e frequentemente se mesclavam: a propriedade fundiária e o Estado, através de cargos na administração pública ou pelo clientelismo pelo qual se usava o poder e os recursos do Estado para o atendimento de interesses privados.

<sup>1</sup>FAUSTO, B. **História Concisa do Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2012. p. 113-114.

<sup>2</sup>FLORENTINO, M.; MACHADO, C. Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX). **PSR**, 1, p. 58-84. 2002.

<sup>3</sup>FAUSTO. **História Concisa do Brasil**, p. 114

<sup>4</sup>JUNIOR, N. J. D. S. Quando a Fábrica cria o Clube: O Processo de Organização do Bangu Athletic Club (1910). **Recorde: Revista de História do Esporte**, 6, n. 1, p. 1-19, 2013.

<sup>5</sup>BERTERO, C. O.; IWAI, T. Uma Visita ao Barão. In: **Rev. adm. contemp**, Curitiba, v. 9, n. 2, 2005. p.2





A industrialização, assim como a República, são frutos de uma nova oligarquia que chega ao poder no Brasil. A velha oligarquia cafeeira-escravista fluminense estava muito ligada à monarquia, que empregava uma política de restrição de crédito industrial e manutenção da estrutura mercantilista originária do clientelismo colonial<sup>6</sup>. Com o fim do tráfico negreiro essa antiga estrutura político-econômica se vê enfraquecida, possibilitando a ascensão dos Barões do Café paulistas, os quais se utilizavam da mão de obra imigrante da Europa, e também o surgimento de um novo partido político sob a defesa de descentralização do poder, o primeiro Partido Republicano do Brasil: PRP (Partido Republicano Paulista)<sup>7</sup>. Não é diferente com a industrialização. Ela ganha força no Brasil com o enfraquecimento da elite agroexportadora, até então dominante no Brasil.

Durante o século XIX, a indústria brasileira passa a ganhar força e isso principalmente através do empreendedorismo de Irineu Evangelista, mesmo tendo D. João VI permitido logo depois de sua chegada a implantação de indústrias em território nacional. Esse desenvolvimento tem ligação com a cultura do café, com a abolição da escravatura e com o processo imigratório europeu.

Hebert Klein<sup>8</sup> demonstra que a economia do café era baseada na mão de obra escrava africana e em seu comércio, fazendo um alto giro de capital. A lei de 1850, que proíbe o tráfico negreiro, acaba por gerar a sobra desse capital, uma vez que o comércio externo da escravaria deixa de existir oficialmente e os comerciantes desse setor passam a investir no inovador setor industrial. Este movimento fortalece a chegada de imigrantes que já estavam habituados às máquinas e ao modelo fabril de organização do trabalho, diferentemente dos escravizados que trabalhavam no Brasil.

Após 1850, o café continua como produto em ascensão e extrapola os limites do Vale do Paraíba. Enquanto a primeira etapa era basicamente fluminense e ligada à escravatura, após 1850 os cafeicultores paulistas já começaram a produzir com mão de obra livre fornecida pela imigração europeia. É nessa segunda etapa que o Brasil se torna a potência mundial na exportação deste produto, o que permite o investimento em outras áreas da economia, no caso a indústria,

---

<sup>6</sup> \_\_\_\_\_. Uma Visita ao Barão, p.2

<sup>7</sup> RAMOS, P. D. A. **Partido Republicano Paulista (PRP)**. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20\(PR\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTIDO%20REPUBLICANO%20PAULISTA%20(PR).pdf)>. Acesso em: 06 Janeiro 2017.

<sup>8</sup>KLEIN, H. S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX. **Análise Social**, XXVIII, n. 121, p. 235-265, 1993. p. 241.





principalmente em momentos de baixa do preço do café<sup>9</sup>.

A forte influência estatal na indústria nacional, segundo Suzigan<sup>10</sup>, levou “a uma indústria ineficiente, tecnologicamente atrasada e pouco competitiva a nível internacional”. A crítica ao intervencionismo já vem desde o Barão de Mauá, quando o mesmo coloca o Império e suas manobras políticas como fator decisivo de sua falência<sup>11</sup>.

Essa influência vem desde o século XIX devido à organização altamente centralizada que foi implantada no Brasil, isso sem contar com os anos de colônia portuguesa. A permanência da necessidade de anuência governamental para o desenvolvimento do setor econômico pode ser percebida por meio da ação do “ministro da Fazenda, Alves Branco, (que) criou novas taxas alfandegárias, a partir das quais as mercadorias estrangeiras que desembarcassem no Brasil teriam que pagar de 20 a 60 por cento de impostos alfandegários”<sup>12</sup>. Com a nova tarifa alfandegária buscou-se apoiar a indústria nacional.

Nos parágrafos a seguir, iremos nos deter em fazer um breve histórico de algumas ações que demonstram a grande influência do Estado português, mais tarde do brasileiro também, no setor econômico, sempre buscando defender interesses particulares. Um dos exemplos a ser considerado para perceber esse rastro histórico da intervenção estatal ainda no período colonial, mais especificamente na década de 1750, são as propostas pombalinas (Estatuto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão; Lei de Proibição dos Comissários Volantes) e o *Pacto Colonial* que colocava na mão das Companhias o comércio, dando a elas monopólio, o que, na prática, inibia a criação de indústrias no Brasil. Também é possível destacar que com D. Maria I passa a ser proibida expressamente a construção de fábricas e a produção de manufatura (Alvará que proíbe as Fábricas e Manufaturas no Brasil – 1758), sendo esta justificada pela ausência de mão de obra no Brasil, o que, conseqüentemente, desviaria o foco dos colonos que deveria ser apenas a produção de matéria-prima para exportação. Estas ações reduziram o mercado brasileiro oficial apenas à metrópole, fazendo com que o Brasil exportasse a preços mínimos e importasse os débeis produtos manufaturados portugueses a preços mais elevados.

No ano de 1808 ocorreu nova intervenção na questão industrial, dessa feita com a vinda da família real para o Brasil. Já na chegada do regente na Bahia foi assinada a Abertura dos Portos às

---

<sup>9</sup>SOUZA, R. R. R. **Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil**. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2007, p. 46-54.

<sup>10</sup>SUZIGAN, W. Estado e Industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 4, p. 5-16, 1988. p.15.

<sup>11</sup>BERTERO; IWAI. Uma Visita ao Barão, p.2.

<sup>12</sup>SILVA, F. D. A.; BASTO, P. I. D. A. **História do Brasil**. 2. ed. ed. São Paulo - SP: Editora Moderna, 1990, p. 165.



Nações Amigas a pedido dos comerciantes dali e do acordo já feito com a Inglaterra na Europa, sendo esse tratado também a liberdade para a construção de indústrias em terras brasileiras.

Interessante observar que o acordo que permitia a abertura de indústrias é complementado por outro datado do ano de 1810 que leva a taxa alfandegária dos produtos ingleses a uma porcentagem de 15%, enquanto os portugueses eram de 16% e os demais de 24%,<sup>13</sup> tornando deste modo desleal a concorrência, tanto interna como externa, sendo nada vantajoso o investimento no setor industrial nacional.

No ano de 1844, ao caducar o acordo feito em 1810 e renovado por D. Pedro em 1827, não mais se manteve os privilégios ingleses, pelo contrário, foi promulgada a *Tarifa Alves Branco* que previa a taxa de 30 a 60% sobre os produtos importados. “A finalidade básica da tarifa era obter rendas para o Estado e, indiretamente, proteger a indústria nacional da concorrência dos produtos estrangeiros mais baratos, melhores e vendidos em grande quantidade”<sup>14</sup>.

Mesmo com a proposição da Tarifa Alves Branco o mercado consumidor interno continuava enfraquecido e vulnerável, uma vez que a aristocracia nacional era, segundo Barbeiro<sup>15</sup>, “exígua e preferia fazer compra no exterior. Além disso, as importações a baixo preço desincentivavam o produto nacional”.

### **Mauá**

A atuação do Visconde de Mauá ocorreu durante o Segundo Reinado, sendo ele um dos principais vetores para o avanço industrial do Brasil. Irineu Evangelista de Souza passou a Barão e depois a Visconde de Mauá pelos seus investimentos no Brasil, inicialmente pela primeira ferrovia a funcionar em território nacional e depois por concatenar Brasil a Europa através de um cabo submarino para ligações telegráficas.

Mauá ainda foi responsável por outros empreendimentos, como a iluminação à gás do Rio de Janeiro, bancos que funcionavam tanto na América Latina como na Europa e o estaleiro Ponta da Areia que em poucos anos empregou cerca de mil trabalhadores<sup>16</sup>. Esses empreendimentos se chocaram com aquilo que a elite brasileira buscava manter para o Brasil: uma economia de exportação de produtos agrícolas. Barbeiro<sup>17</sup> explica essa posição do Brasil no mundo afirmando

---

<sup>13</sup> RICUPERO, Rubens. O Problema da Abertura dos Portos. **Instituto Fernand Braudel de Economia**. 2008. p. 13-14. <Disponível em: <http://pt.braudel.org.br/pesquisas/arquivos/2008/o-problema-de-abertura-dos-portos.php>>. Acesso em: 29/05/17.

<sup>14</sup> BARBEIRO, H. **História do Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1978. p. 198

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. **História do Brasil**, p. 199

<sup>16</sup> SOUZA, R. R. R. **Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil**. pp. 46-47.

<sup>17</sup> BARBEIRO. **História do Brasil**, p. 199.



que “o capitalismo financiou o desenvolvimento das áreas industriais e manteve o resto do mundo como dependente na periferia do sistema”.

Rafael Souza, em sua dissertação, destaca a caminhada do menino que se tornaria o Visconde de Mauá, desde o início da carreira como caixeiro e depois de seus relacionamentos com empreendimentos ingleses. É essa influência inglesa que lhe permite compreender a lógica industrial, mais independente do Estado, tanto que conseguiu muitos investimentos e também mão de obra de confiança na Inglaterra<sup>18</sup>.

Embora Mauá tenha sido um dos principais nomes desses primórdios do fortalecimento da indústria nacional, acabou por construir fortuna se tornando o homem mais rico do Brasil, mais do que o próprio Imperador<sup>19</sup>. Esse império industrial acabou por falir, entretanto deixou como legado uma das principais figuras que passou a representar o empreendedorismo nacional bem sucedido.

O desenvolvimento industrial pelo qual o Brasil passou nos anos de 1850, conjugado com a Lei de Terras (1850) - lei que obrigava comprar a terra para ter sua posse-, são traços da política confusa do século XIX no Império do Brasil. No mesmo ano que se proíbe o tráfico negreiro, se elitiza o acesso à terra, começa a haver imigração organizada e apoiada pelo governo. O mercado de trabalho do Brasil só se tornará mais industrial na década de 1950<sup>20</sup>, até lá o país continuou esmagadoramente agrícola, passando apenas da mão-de-obra escrava para livre (imigrante), mas, mesmo assim, não havendo condições que possamos considerar, para os nossos padrões, básicas para o trabalho e a sobrevivência.

### **Fábrica Bangu e o Futebol**

Bangu é um dos bairros mais populosos e tradicionais da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, conhecido pelo calor excessivo e também pelo clube de futebol do bairro. As origens deste local remontam à Fábrica Bangu, que foi organizada no final do século XIX pela Cia. Progresso Industrial do Brasil onde hoje se encontra o centro do bairro.

Atualmente a fábrica foi transformada em um *Shopping Center* que manteve a estrutura externa dos prédios que compunham a fábrica e na parte interior manteve locais e investiu em quadros que oportunizam a rememoração do desenvolvimento da Fábrica Bangu e do próprio bairro.

---

<sup>18</sup>SOUZA. **Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil**, p. 46-47, 55.

<sup>19</sup>BERTERO; IWAI. Uma Visita ao Barão, p.2

<sup>20</sup>SUZIGAN. Estado e Industrialização no Brasil, p. 6.



A Cia. Progresso Industrial do Brasil foi criada em 1889 com o projeto de construir uma fábrica têxtil sob o modelo inglês. A Cia. adquiriu algumas fazendas e escolheu o território da Fazenda Bangu para instalar a fábrica. Esta escolha se dá principalmente pela proximidade da estação de trem, demonstrando a importância da ferrovia para o modelo fabril, já que a região estava distante dos portos e do centro da cidade dificultando, se não fosse o transporte ferroviário, o escoamento da produção e também a chegada de matéria-prima<sup>21</sup>.

A vila operária termina de ser construída em 1892, transformando a imagem rural de até então<sup>22</sup>. A fábrica é inaugurada oficialmente um ano depois, sendo que desde o ano anterior já estava em atividades de testes e recebendo os empregados, boa parte deles britânicos<sup>23</sup>. Essa imigração europeia para trabalhar na Fábrica Bangu, principalmente advinda do Reino Unido, confirma as tendências, já exploradas anteriormente, dos fluxos migratórios pós 1850.

É através da influência inglesa que a fábrica acaba por marcar a história da cidade como sendo a primeira a permitir e depois investir em um clube operário. Este tem sua origem na disposição dos próprios funcionários habituados com o esporte em sua terra natal, e posteriormente acaba recebendo apoio dos patrões<sup>24</sup>, tendência que será seguida por outras empresas da cidade<sup>25</sup>.

Além de ser o primeiro clube operário que realmente coloca operários para jogar e não jogadores que são apenas registrados como tal<sup>26</sup>, Bangu defende em sua memória o pioneirismo do futebol nacional. Essa memória ocorre sob a afirmação de que foi na fábrica que ocorreu a primeira partida de futebol no Brasil com uma bola trazida da Escócia pela esposa de um operário que havia vindo meses antes e que, através de uma carta, pediu para sua esposa que trouxesse uma bola quando viesse, pois aqui no Brasil ainda não se tinha inserido o costume de jogar futebol.

Essa memória é reforçada no bairro, tanto que há no *Shopping* uma estátua em memória a Thomas Donohoe, operária que mandou vir a bola da Escócia. É inegável que houve um esforço dos operários para jogar futebol, o que deu início a organização do clube Bangu. Entretanto, não há como comprovar que realmente a primeira partida de futebol aconteceu na fábrica os em suas

---

<sup>21</sup>OLIVEIRA, M. P. D. Quando a fábrica cria o bairro: estratégias do capital industrial e produção do espaço metropolitano no Rio de Janeiro. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, v. X, n. 218 (51), 1 Agosto 2006.

<sup>22</sup>JUNIOR. Quando a Fábrica cria o Clube: O Processo de Organização do Bangu Athletic Club (1910), p. 9.

<sup>23</sup>SEVERINO, C. M. R. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA e 12ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, Vitória - ES: [s.n.]: 2015. p. 1-29. p.4.

<sup>24</sup>JUNIOR. Quando a Fábrica cria o Clube: O Processo de Organização do Bangu Athletic Club (1910), p. 2.

<sup>25</sup>ANTUNES, F. M. R. F. O Futebol nas Fábricas. **Revista USP**, São Paulo, v. 22, p. 102-109, 1994. p. 106.

<sup>26</sup>\_\_\_\_\_. O Futebol nas Fábricas.



imediações. O site do Globo Esporte<sup>27</sup> discute a história e deixa claro que não há documentos concretos que a comprovem, entretanto o site dedicado ao Bangu Atlético Clube<sup>28</sup> e o site do Museu de Bangu<sup>29</sup>, baseado principalmente em Carlos Molinari e Rogério Melo, tratam a discussão como encerrada a favor da comprovação de que o bairro foi o berço do futebol no Brasil.

Essa memória fortalece o sentimento de pertencimento e auxilia a pensar a relação entre os imigrantes e os demais operários. A maioria das fábricas não aceitava outras nacionalidades que não as britânicas em seus times, o que demonstra a superioridade numérica destes no setor fabril e também sua relação com o esporte. Em Bangu, devido à falta de britânicos para jogar, passa-se a aceitar outros operários, o que, segundo Fátima Antunes<sup>30</sup>, começa a democratizar o futebol.

A relação entre futebol e mundo fabril vai além de simplesmente um *hobby*. Fátima Antunes discute sobre esse processo de inserção do futebol na relação de negócios de empresas e também do próprio Estado, principalmente com Getúlio Vargas. Para a autora, “os industriais brasileiros perceberam cedo que o futebol praticado pelos operários poderia funcionar como um ótimo mercado publicitário”<sup>31</sup>, além dos operários ficarem orgulhosos de trabalhar numa empresa com um time vencedor.

Não é só pelo Estado e pelos patrões que o futebol passou a ser tido como estratégia. Os movimentos sociais de tendência comunistas e anarquistas também se posicionam sobre o esporte e por este ser praticado pelos operários. No final da década de 1920 tanto anarquistas como comunistas se colocam contra a prática do futebol por este desvirtuar a luta. Somente na década de 30 que os comunistas passam a apoiar o esporte como meio de agregar<sup>32</sup>.

O futebol também se tornou uma opção de melhoria de vida aos operários. Muitos empregados foram admitidos por jogarem bem e, deste modo, tinham acesso a trabalhos mais leves dentro da fábrica e, também, a promoções mais rápidas, entretanto não deixavam de ser operários<sup>33</sup>.

### Vivência na Fábrica Bangu

A estrutura que a Cia. Progresso Industrial do Brasil organizou a torna praticamente

---

<sup>27</sup> ALLIATTI, Alexandre. **Charles Miller? Em Bangu, futebol brasileiro é cria de escocês**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2012/04/charles-miller-em-bangu-futebol-brasileiro-e-cria-de-escoces.html>. Acesso em: 31/01/17.

<sup>28</sup> **1889 a 1903**. Disponível em: <http://www.bangu.net/informacao/livros/nosequesomosbanguenses/1889a1903.php#sobe>. Acesso em: 31/01/17.

<sup>29</sup> Disponível em: <http://www.bangu.org.br/?p=79>. Acesso em: 14/01/17.

<sup>30</sup> ANTUNES. O Futebol nas Fábricas, p. 104

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. O Futebol nas Fábricas, p. 106.

<sup>32</sup> \_\_\_\_\_. O Futebol nas Fábricas, p. 107-8.

<sup>33</sup> \_\_\_\_\_. O Futebol nas Fábricas, p. 106.



independente do poder público. É a própria fábrica, segundo Nei Júnior<sup>34</sup> e Oliveira<sup>35</sup>, que fornece luz artificial, água encanada, serviços médicos e farmacêuticos, assim como arrenda as terras para a produção dos alimentos vendidos nos armazéns. Neste sistema de armazéns abria-se a conta para os operários adquirirem os produtos e cobrava-se diretamente na folha de pagamento, o que tornava-se a única opção de consumo dos empregados, prática muito semelhante ao modelo vigente durante a iniciativa de Campos Vergueiro, já mencionado anteriormente neste texto, referente ao colonato europeu no Brasil.

Essa estrutura permite que se crie de fato um bairro em torno da fábrica, inclusive com uma escola denominada Rodrigues Alves, que não atendia a todos os filhos de operários. Carlos Severino<sup>36</sup> discute a diferenciação ocorrida dentro das fábricas entre os operários, sendo os europeus mais valorizados, principalmente os ingleses, permitindo que seus filhos tivessem prioridade tanto nos times juvenis de futebol como na escola criada pela própria fábrica.

Mesmo com a escola, o trabalho na fábrica continuou sendo importante para a lógica da época, já que era motivo de orgulho poder dizer que se trabalhava desde os 10 anos de idade<sup>37</sup>. Sendo assim, mesmo com tantas mortes e perigos que Severino trabalha em seu texto, era motivo de orgulho ser funcionário da Fábrica Bangu.

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a relação da fábrica e o bairro é o reflexo da Lei de Terras que define as linhas para a formação do bairro atual. A partir de 1930 a fábrica começa a lotear suas terras vendendo-as para os arrendatários e descontando em folha as parcelas. Em 1950 passou também a vender para terceiros, deste modo surgindo conjuntos habitacionais como Vila Kennedy (1964) e Vila Aliança (1962)<sup>38</sup>.

### **História Local em sala de aula**

A educação tem por objetivo, dentro da Constituição brasileira, permitir que o educando, ao sair da escola, possa estar minimamente preparado para a vida numa sociedade democrática e também para se estabelecer no mercado de trabalho. A História é uma das disciplinas que tem a possibilidade de lhe fornecer, de forma muito prática, o bojo de habilidades para o respeito à alteridade, a escolha de modelos políticos, econômicos e sociais e também leitura de mundo. Selva

---

<sup>34</sup>JUNIOR. Quando a Fábrica cria o Clube: O Processo de Organização do Bangu Athletic Club (1910), p. 10.

<sup>35</sup>OLIVEIRA. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.

<sup>36</sup>SEVERINO. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República, p. 15-16.

<sup>37</sup>\_\_\_\_\_. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República, p. 25.

<sup>38</sup>OLIVEIRA. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.



Fonseca e Marco Antônio reforçam essa ideia ao afirmarem que “aprender História é ler e compreender o mundo em que vivemos e no qual outros seres humanos viveram”<sup>39</sup>.

Essa leitura de mundo, que se refere a compreender aquilo que está no entorno e saber ler além do que está posto, é fundamental para a atuação dentro do regime democrático. Para isso é ideal que o aluno parta de suas experiências e cotidiano para que possa compreender-se como sujeito histórico e perceber que a História não é algo feito por intelectuais afastados do cotidiano, pelo contrário, a História é área de vivência comum.

Para este modelo de ação pedagógica dentro da disciplina histórica é fundamental que se permita ao aluno encontrar-se como sujeito de fato na construção do conhecimento. Não se trata apenas de falar de lugares ou fatos que lhe são familiares, mas permitir que o mesmo construa sua própria autonomia para que, ao estar além dos muros escolares, possa desenvolver as habilidades adquiridas.

Selva Fonseca<sup>40</sup> defende que a formação do aluno começa no meio em que este está inserido, sendo assim, o ensino escolar não pode simplesmente desvalorizar essa bagagem que o aluno traz de seu cotidiano. Por mais que seja difícil reconhecer essa multiplicidade de cotidianos é importante que ao apresentar um tema este esteja vinculado ao meio em que a maioria daqueles alunos está inserida.

Um dos passos essenciais para que a vivência do aluno influa nas aulas é que o professor se desnude da sua armadura de conhecimento e permita-se construir, como parceiros, junto com o aluno, o saber histórico<sup>41</sup>. Esse processo pode dar-se com a utilização de fontes, através de questionamentos dos alunos diretamente ao documento, privilegiando uma história-problema que tomará o caminho do interesse e curiosidade científica do aluno.

Flávia Caimi<sup>42</sup> demonstra em um de seus trabalhos que não é nova a utilização de fontes dentro de sala de aula, entretanto essas são utilizadas comumente apenas como exemplos, não sendo problematizadas para que os estudantes possam lê-las e compreender/participar do processo de formação do conhecimento histórico.

Ao trabalhar com a história local, algo tão próximo dos alunos, o professor acaba por

---

<sup>39</sup>SILVA, M. A. D.; FONSECA, S. G. Ensino de História Hoje: Errâncias, Conquistas e Perdas. **Revista Brasileira de História**, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010. p. 24.

<sup>40</sup>FONSECA, S. G. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados**. Campinas - SP: Editora Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 2003.

<sup>41</sup>CERRI, L. F. **Ensino de História e Consciência Histórica: implicações didáticas de uma discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2011. p. 75.

<sup>42</sup>CAIMI, F. E. Fontes históricas na sala de aula: Uma possibilidade de produção do Conhecimento histórico escolar? **Anos 90**, v. 15, n. 28, p. 129-150, 2008.





adentrar no campo de luta da memória. No presente texto esse debate passa pela questão da origem do futebol nacional. Embora a memória não se embase na metodologia histórica<sup>43</sup>, ela pode ser utilizada a fim de problematizá-la, gerando construção de conhecimento histórico-científico. Afinal, como defende Flávia Caimi<sup>44</sup>, a memória cumpre a função da constituição e manutenção das sociedades.

### **A Fábrica Bangu em sala de aula**

O Rio de Janeiro se torna ainda no século XVIII a capital da colônia. Com a vinda da família real para o Brasil, passa a ser capital do Império português e é no bojo desse desenvolvimento político que o crescimento econômico é intensificado, a ponto de se tornar o coração financeiro do país<sup>45</sup>.

Nossa proposta é pensar o desenvolvimento fabril do Brasil através do bairro de Bangu na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente a fábrica que deu origem ao bairro. Por meio de fontes e textos que tratem da fábrica, também do time de futebol oriundo da mesma, da vivência operária dentro e fora dos portões da fábrica, serão colocadas questões geradoras para que os educandos possam, junto ao professor, construir conhecimento. É pensando nesse objetivo que trabalhamos anteriormente o contexto do processo de formação das bases para a industrialização nacional.

Os temas propostos para serem discutidos através da fábrica estão na tabela a seguir para leitura ampla e geral da proposição. Seguem esses temas acompanhados de sugestões de fontes históricas a serem utilizadas nas aulas e também dos objetivos específicos.

<b>Tema</b>	<b>Fonte Histórica</b>	<b>Objetivos Específicos</b>
Pioneirismo Inglês	Fotografia da Fábrica por fora; Fotografia de Fábricas Inglesas e da Fábrica Bangu na linha de Produção; Tabela de acionistas da Fábrica Bangu.	- Compreender o surgimento das fábricas; - Entender o sistema de divisão de trabalho; - Estabelecer relação do surgimento da indústria no

<sup>43</sup>NORA, P. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993. p. 9.

<sup>44</sup>CAIMI, F. E.. História Escolar e Memória Coletiva: Como se Ensina? Como se Aprende? In: ROCHA, H. A. B.; MAGALHÃES, M. D. S.; GONTIJO, R (orgs.). **A escrita da História Escolar: Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 65-79. p. 73.

<sup>45</sup>SOUZA. **Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil**, p. 30.



		<p>Brasil com a imigração europeia utilizando o exemplo dos ingleses na Fábrica Bangu;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Refletir sobre a relação entre capital investidor da indústria e o fim da escravidão;</li><li>- Observar traços de imigração através da tabela de acionistas.</li></ul>
Cotidiano nas Fábricas	Trecho que fala sobre a Morte de Crianças na Fábrica; Mapa da área que pertencia a Cia.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Compreender o cotidiano dos Operários dentro das fábricas;</li><li>- Estabelecer relação entre o surgimento dos Movimentos operários (Ludismo, Cartismo, Anarco-Sindicalismo no Brasil, Comunismo no Brasil) e a vivência dos operários nas fábricas;</li><li>- Diferenciar Anarquismo e Comunismo.</li></ul>
Futebol nas relações fabris	Foto e Biografia do Garrincha; Site Oficial do Bangu Atlético Clube; Nome Original do Bangu.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Relacionar o Futebol como opção de vivência dentro da fábrica;</li><li>- Relacionar o nome original do clube com a influência inglesa na fábrica;</li><li>- Estabelecer a relação do Patrão com o futebol dentro das fábricas;</li></ul>



		- Refletir sobre a função do futebol atualmente.
Progresso e Industrialização	Trecho que fale sobre a criação da Fábrica e sua relação com a Ferrovia; Foto da inauguração da Ferrovia Mauá.	- Relacionar a ideia de progresso com a construção da ferrovia; - Perceber a influência política do Estado brasileiro na industrialização nacional através das relações Estado-Empresariado; - Desnaturalizar o papel de fornecer infraestrutura do Estado.

Tabela 1: Relação de temas e fontes históricas. (autoria própria)

Como primeiro tema a ser abordado, sugerimos o Pioneirismo Inglês na indústria, perpassando a Revolução Industrial do século XVIII. A Fábrica Bangu tem uma série de identificações com as que surgiram na Inglaterra anos antes, isso se pode notar pela arquitetura, como discute em seu texto Fernando de Andrade<sup>46</sup>, e também pela grande quantidade de britânicos que vêm para trabalhar<sup>47</sup>.

Com as fotos da fábrica Bangu por fora é possível colocar alguns questionamentos para os alunos para que eles possam refletir, desde se eles conhecem aquele lugar até sobre a origem daquela arquitetura e modelo de organização.

Com as fotos<sup>48</sup> da parte interna surge a oportunidade de comparar os modelos até então estudados com a forma capitalista-fábrica de divisão do trabalho e a partir daí perceber como se dariam as relações trabalhistas dentro das fábricas no Brasil na virada do século.

A mão de obra que dá a base para a fábrica funcionar é a inglesa e a partir disto é possível traçar alguns aspectos da imigração no Brasil e relacioná-la com a abolição da escravidão. A Fábrica

<sup>46</sup> ANDRADE, F. T. D. Práticas Fotográficas e Memória: a Fábrica Bangu. In: XIII Encontro de História Anpuh-RJ. Rio de Janeiro: [s.n.]. 2008. p. 1-8. p. 3.

<sup>47</sup> JUNIOR. Quando a Fábrica cria o Clube: O Processo de Organização do Bangu Athletic Club (1910), p. 3; SEVERINO. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República, p. 8.

<sup>48</sup> As fotos referentes à fábrica Bangu podem ser encontradas no Acervo do Museu de Bangu – Grêmio Literário José Mauro de Vasconcelos.



Bangu é da década de 1890, ou seja, pós-abolição, e para adentrar essa discussão é possível provocar os estudantes a respeito de quem trabalhava nessa fábrica. Com as respostas advindas da turma, se pode trabalhar a imigração como opção ao trabalho escravo, por questões de eugenia e também pela diferenciação do sistema de trabalho, tanto que para as fábricas trazem-se ingleses, o que não ocorre para a colonização do interior do país que é feita com italianos, alemães, poloneses, etc.

Apresentar a tabela de acionistas que inauguram a Cia. que dará origem à Fábrica Bangu permite a reflexão sobre aspectos de investimentos na indústria, demonstrando a readaptação de capitais do comércio e também dos excedentes do café<sup>49</sup>.

<b>Origem</b>	<b>Num. accionistas (absoluto)</b>	<b>Nº de ações %</b>	<b>absoluto</b>	<b>%</b>
Comércio em geral (exceto tecidos e café)	40	31,50	5.560	37,07
Comércio de café	10	7,87	1.275	8,50
Comércio de tecidos	6	4,72	375	2,50
Bancos e banqueiros	9	7,09	4.418	29,46
Indústrias e industriais	5	3,94	320	2,13
Capitalistas e Proprietários	7	5,51	705	4,70
Profissionais liberais	17	13,39	950	9,31
<b>Total</b>	<b>127</b>	<b>100</b>	<b>15.000</b>	<b>100</b>

Tabela 2: Origens do capital. Fonte: CPIB – Lista de acionistas em 06/02/1889

Após o pioneirismo inglês, sugerimos o estudo sobre o cotidiano das fábricas, pensando a partir da Fábrica Bangu o sistema de trabalho fabril e os movimentos contra as más condições de trabalho na indústria.

O texto de Carlos Severino<sup>50</sup> discute o processo de emprego de menores nas fábricas. É interessante começar a discussão sobre a vivência dentro da indústria pela questão das crianças até pela proximidade etária entre estes sujeitos e os educandos (de ensino fundamental ou médio).

Um dos trechos mais chamativos do texto de Carlos Severino é o recorte que ele faz d'O *Paiç* datado de 11 de junho de 1916 sobre a morte de uma criança dentro da Fábrica Bangu em que a mãe presenciou:

Horível desastre o que ocorreu ontem na Fábrica de Tecidos do Bangu. (...) Ontem, quando o infeliz menino esperava o elevador em que subiria ao pavimento em que trabalha sua mãe, distraiu-se, sendo apanhado pelo elevador que descia, ficou imprensado entre as grades, falecendo instantaneamente. O

<sup>49</sup> OLIVEIRA. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.

<sup>50</sup>SEVERINO. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República.



horrível desastre causou geral consternação entre os operários e a infeliz Maria de Sá, ao deparar com seu filho morto, foi presa de uma crise de nervos<sup>51</sup>.

A partir deste trecho é possível provocar os estudantes a pensarem sobre opções que estes trabalhadores tinham para que estes fatos deixassem de ocorrer e pudessem ter segurança no seu cotidiano de trabalho. Com essa reflexão é possível adentrar o tema dos movimentos operários, desde os primeiros (Ludismo e Cartismo) até o desenvolvimento destes aqui no Brasil no início do século XX sob o comando dos anarquistas, principalmente os italianos, e depois dos comunistas, sobretudo a partir da década de 1920.

Também é possível discutir se estes operários tinham liberdade ou não. No período do recorte aqui adotado a escravidão já havia sido abolida oficialmente, entretanto fazer paralelos sobre as relações de trabalho fabril e escravocrata permite ao educando desnaturalizar os modelos de trabalho. Uma das bases para se pensar esse paralelo vem da ação da Fábrica Bangu de criar armazéns para a venda de produtos que seriam descontados nas folhas de pagamento<sup>52</sup>, modelo muito semelhante ao utilizado nas imigrações de Campos Vergueiros que instalou uma espécie de escravatura branca.

O mapa<sup>53</sup> do território que a fábrica era dona permite pensar com os alunos como os operários se viam obrigados, não de maneira direta, mas indiretamente, a consumir aquilo que era vendido no armazém da própria fábrica. Isso se dá pela extensão do território pertencente à Companhia, tornando inviável a saída destes operários dos limites dos terrenos pertencentes à fábrica.

Outro aspecto que também pode ser analisado através deste mapa são as consequências das Leis de Terras (1850) e como a partir destas os mais pobres, incluindo ex-escravos e alguns imigrantes, ficaram reféns dos grandes latifundiários. Refletir com os alunos a função da terra para as comunidades humanas e para a formação da sociedade brasileira, assim como a concentração dela que obrigou a compra das mesmas pelos operários se quisessem continuar morando nas localidades aonde haviam estabelecido a sua vida, oportuniza a desnaturalização da ideia de morar e de terra.

Ainda sobre a vivência dos operários é possível ver no futebol uma das saídas para a vida que eles levavam. Fatima Antunes<sup>54</sup> em seu texto discorre sobre essas relações do futebol e a

---

<sup>51</sup>\_\_\_\_\_. Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República, p. 14.

<sup>52</sup>OLIVEIRA. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.

<sup>53</sup>\_\_\_\_\_. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.

<sup>54</sup>ANTUNES. O Futebol nas Fábricas, p. 109.



vivência dentro das fábricas, inclusive fazendo menção a Garrincha que foi um jogador que começou em clubes de fábrica. Através de apresentação da biografia de Garrincha, que a maioria dos alunos, ao menos, devem ter ouvido falar, é possível relacionar o futebol como opção de melhoria de vida.

O futebol é um dos indicadores das acepções dentro das fábricas. Primeiramente entre os próprios empregados devido a questões de nacionalidades, e isso nota-se quando Fatima Antunes afirma que o Bangu é um dos primeiros times a permitir, por falta de opção de jogadores britânicos, o acesso de outras nacionalidades ao futebol, sendo, segundo a própria autora, um dos primeiros passos para a democratização do futebol.

O outro aspecto das acepções estava voltado ao patronato. O futebol nas fábricas teve iniciativa dos operários, mas cresceu com o apoio dos industriais<sup>55</sup>. A foto<sup>56</sup> do primeiro campo do time do Bangu pode ser tomada como ponto de partida para a reflexão sobre a influência destes industriais nos clubes que estavam surgindo durante esse período e quais as suas intenções com os mesmos.

Através dessa abordagem é possível relacionar o futebol de maneira específica, e o esporte de maneira mais geral, as expectativas que temos atualmente sobre eles.

O futebol visto como opção à vida do operário convencional passa pela ideia de progresso social. A Fábrica Bangu só se tornou viável devido a outro símbolo do progresso: a Ferrovia.

Márcio de Oliveira afirma em seu texto que:

[...] a ferrovia para a Fábrica Bangu é um fator de fundamental importância na compreensão de sua localização e organização do seu espaço fabril, ao contrário do que ocorreu com as demais indústrias têxteis do mesmo surto dela, no qual o sistema de carris urbanos teve um papel mais preponderante<sup>57</sup>.

Apresentar aos alunos este trecho, lembrando-os do mapa do território pertencente à Cia. Progresso Industrial do Brasil, e provocá-los a pensar sobre a importância da ferrovia para este empreendimento, o que ajuda a construir a compreensão da visão de progresso que era simbolizada na ferrovia à época, como afirmado por Rafael Souza<sup>58</sup>.

Com a problemática da ferrovia e com a pergunta reflexiva de como esta chegou até ao Brasil é possível adentrar o tema da industrialização nacional de maneira mais geral estudando a

<sup>55</sup>ANTUNES. O Futebol nas Fábricas, p. 2.

<sup>56</sup>Site oficial do Bangu Atlético Clube. Disponível em: <http://72.29.89.126/~banguacom/bangu/sua-historia/>. Acesso em: 12/01/17.

<sup>57</sup>OLIVEIRA. Quando A Fábrica Cria O Bairro: Estratégias Do Capital Industrial E Produção Do Espaço Metropolitano No Rio De Janeiro.

<sup>58</sup>SOUZA. *Mauá e a tradição da modernização industrial no Brasil*, p. 38.



figura emblemática do Visconde de Mauá e das relações do Estado brasileiro com a industrialização do país.

Apresentar a foto d'*A Baronesa*<sup>59</sup>, primeira locomotiva a circular no Brasil, permite adentrar as construções feitas pelo Visconde de Mauá, explorando suas relações com o governo imperial, principalmente pelos seus títulos nobiliárquicos mesmo sem ter o “sangue nobre”.

A reflexão sobre o reconhecimento, através dos títulos nobiliárquicos, das obras empreendidas por Irineu Evangelista de Souza, alinhada também com as feitorias da Cia. Progresso Industrial do Brasil, oferece a oportunidade de fazer uma crítica sobre a função do Estado e desnaturalizar as ações assistenciais do mesmo, percebendo-o como construção feita com tensões políticas, econômicas e sociais.

### **Conclusão**

Este texto não tem a ousadia de querer ensinar ao professor a lecionar, mas de oferecer uma sugestão que pense o cotidiano do aluno e a história local para ensinar outras histórias.

A Fábrica Bangu é emblemática dentro do cotidiano que está inserida. É importante até mesmo pensar com os alunos as funções da mesma hoje e décadas atrás, pois ela nasce com objetivos capitalistas e assim permanece até a atualidade, primeiramente e sob a influência do capitalismo industrial britânico, hoje sob a febre consumista estadunidense.

Desconstruir e reconstruir com os alunos significados frente a algo que está inserido no seu cotidiano de maneira tão naturalizada é um exercício que oferece a oportunidade ao jovem de repensar suas ações através da crítica e do olhar sempre arguidor. É esse tipo de olhar que gera a autonomia no educando, permitindo-o viver dentro da sociedade democrática como sujeito da sua própria história e da história do seu local.

---

<sup>59</sup> Site do Museu do trem. Disponível em: <<http://www.rffsa.gov.br/imagem/Baroneza.JPG>. Acesso em: 13/01/17>.





# Administração por escrito: a circulação de notícias entre Brasil e Portugal (XVII-XIX)

Administration by epistles: the circulation of news between Brazil and Portugal (XVII-XIX)

**Nayara Vignol Lucheti**

Mestranda em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

n.vignol@gmail.com

**Recebido em:** 15/05/2017

**Aprovado em:** 06/11/2017

**Resumo:** Principalmente a partir dos Seiscentos – com as prescrições da Coroa, a publicação dos manuais de escrita e a criação do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado do Brasil –, dar notícias a respeito do que ocorria nas terras do Brasil foi um ato cotidiano às autoridades locais. Analisando as prescrições nos Regimentos dos Governadores do Brasil e a correspondência administrativa enviada, principalmente, ao Conselho Ultramarino, buscaremos, nesse trabalho, compreender o sistema de governação por escrito na América portuguesa. Para mais, queremos apreender a importância das epístolas administrativas para contar, na esfera dos membros da administração e governança brasílicos, o que ocorria no além-mar. Partindo da ideia de que a correspondência foi a principal forma de comunicação entre os distantes naquele tempo, buscaremos pensar como se desenvolveu o governo ultramarino lusitano por meio do trâmite de informações entre os membros da administração do Estado do Brasil e Portugal entre meados do Seiscentos e início do Oitocentos.

**Palavras-chave:** Correspondência, Governo ultramarino, Brasil colônia.

**Abstract:** Especially from the Six hundred – with the requirements of the Crown, the publication of written manuals and the creation of Conselho Ultramarino and Secretaria de Estado do Brasil –, giving news about what happened in the lands of Brazil was an everyday act to local authorities. Analyzing the prescriptions in the Regimentos dos Governadores do Brasil and the administrative epistles sent, mainly, to Conselho Ultramarino, we are looking for, in this work, understand the written governance system in Portuguese America. Furthermore, we want to learn the importance of administrative epistles to tell, in the sphere of members of the Brazilian administration and governance, what happened in the overseas. Coming of the precept that the missive was the main form of communication between distant at that time, we will seek to think how it developed the Lusitanian ultramarine government through the displacement of information between members of the administration of State of Brazil and Portugal between the middle of the sixteenth and the beginning of the eighteenth centuries.

**Keywords:** Correspondence, Ultramarine government, Colonial Brazil.



Desde a chegada das primeiras naus ao Brasil, os portugueses mandaram a Portugal notícias escritas sobre o Novo Mundo. As cartas foram, nesse sentido, uma das principais formas pela qual os administradores e governantes da colônia apresentaram o Brasil, os problemas da América portuguesa, o cotidiano da administração e da população do Novo Mundo, em suma, a correspondência foi um dos espaços que os homens daquele tempo retrataram suas impressões acerca dessas terras. Entre o rol de fontes existentes para se pensar o Novo Mundo, escolhemos refletir sobre a correspondência administrativa e o porquê de o envio de notícias por escrito ter se tornado uma prática daquele tempo. Para compreender o processo de administração por meio da escrita utilizaremos os Regimentos dos governadores do Brasil, os manuais de escrita e os relatos das autoridades a respeito, principalmente, do envio de cartas administrativas. Objetivamos, enfim, analisar a circulação de informações entre Brasil e Portugal a partir das prescrições reais, observando como, a partir do governo filipino, foi estabelecido um rigor sobre o envio de notícias, e, mais do que isso, como foi efetivada a administração por escrito no Brasil entre os séculos XVII e XIX.

### **A prática escrita**

Não há coisa mais comum que o escrever Cartas, e, contudo, não é coisa comum sabe-la compor. A necessidade da vida faz com que cada um entre a faze-las; porque tanto aos ignorantes como aos sábios frequentemente é preciso o comunicar-se por meio de cartas com os ausentes. Porém, pelo ordinário só é próprio de pessoas inteligentes o compô-las com método e boa forma<sup>1</sup>.

O ato de escrever cartas, como colocado por Francisco Freire no manual originalmente escrito no século XVIII, foi uma prática daquele tempo. Era, pois, a única forma de comunicar-se com os distantes ou, em outros termos, de fazer ouvir àqueles que não conseguia alcançar por voz. Narrar as notícias tanto no âmbito do cotidiano familiar quanto nos dos acontecimentos do reino por meio destes manuscritos foi fundamental aos que não conseguiam chegar fisicamente aqueles que queriam comunicar. No Brasil, mesmo com poucos capazes de ler e, mais ainda, de escrever, a correspondência foi um meio eficaz de noticiar, na esfera dos membros do governo, sobre o que acontecia nestas terras.

Ainda sobre o envio de cartas pelos oficiais do governo, essa prática decorreu, principalmente, da necessidade de diminuir a distância decorrente de um império ultramarino e de informar à Coroa os acontecimentos do Estado o Brasil. Devido ao aumento das conquistas

---

<sup>1</sup> FREIRE, Francisco José. **O secretário português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meio de huma instrução preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos e hum grande numero de cartas em todas as espécies que tem mais uso com varias cartas discursivas sobre as obrigações, virtudes e vícios do novo Secretario**. Lisboa: João Nunes Esteves, 1823, p. I. Utilizamos aqui uma edição posterior da obra, sendo a primeira edição datada de 1745. Cabe destacar, também, que optamos pela atualização da escrita em nossas citações.



ultramarinas, à sedentarização do reino – com o centro do governo localizando-se em Lisboa –<sup>2</sup> e às prescrições dos regimentos acerca do envio de cartas e a distância entre Portugal e suas posses no além-mar, o antigo modelo de governar por meio da oralidade se tornou inviável e foi substituído pela escrita na tarefa de informar o que acontecia nos domínios lusitanos. A composição de correspondência administrativa foi, por isso, responsável por fornecer informações sobre o que ocorria nas terras brasileiras, com as cartas constituindo um conjunto de escritos que circularam entre a América portuguesa e o Velho Mundo; as epístolas eram uma forma recorrente de resolver, de maneira de maneira oficial, os conflitos que aconteciam nas vilas e cidades do Brasil.

Nos Regimentos dos governadores publicados a partir do Seiscentos, como será melhor explicado em momento posterior, foi instaurada a obrigação dos governantes em enviar correspondência à Coroa em Portugal. Este compromisso, de fato, era bem acatado pelas autoridades brasileiras que, em cumprimento dele, relatavam como achavam o governo em sua chegada e as necessidades a serem supridas no local. Havendo o dever de reportar os conflitos e interesses de todas partes do reino à monarquia, a escrita epistolar no Brasil, prática fortemente vinculada aos setores administrativos, tornou-se o principal local de fala das autoridades. À vista disso, o modo de governar as Américas no império ultramar lusitano ocorreu por meio das cartas, provisões, leis, prescrições, ofícios, representações, entre outras formas de práticas de escrita transitadas entre as próprias cidades brasileiras e entre Brasil e Portugal. Responsáveis por configurar o Estado, dar aporte burocrático às instâncias administrativas e da justiça e criar um ramo de funcionários que lessem e escrevessem, as epístolas foram essenciais à resolução dos assuntos do ultramar. Mesmo quando ainda não havia um aparelho de poder centralizado por parte da monarquia portuguesa e com os plurais modos de governar nos primeiros séculos do Estado do Brasil,<sup>3</sup> houve a preocupação em dar voz aos distantes e governar, mesmo que a distância, as terras do Novo Mundo.

---

<sup>2</sup> Até o século XV, a corte portuguesa foi uma corte itinerante. Em outros termos, a corte viajava pelos seus territórios, havendo diversos lugares de vivência do monarca. A partir do Quatrocentos, todavia, a monarquia portuguesa passou por um processo de sedentarização, organizando-se em Lisboa. Devido ao fim da mobilidade da corte, a comunicação entre os súditos e o rei foi modificada, de modo que o contato com a coroa passou a ocorrer, principalmente, a partir da escrita. Para mais sobre a corte itinerante, o processo de sedentarização da corte portuguesa e a importância de Lisboa naquele tempo, cf. GOMES, Rita Costa. **A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média**. Lisboa: DIFEL, 1995, p. 241-285.

<sup>3</sup> Mesmo concordando com Manuel Hespanha a respeito da difusão do poder político no império português e da falta de centralização dos aparelhos de poder no período anterior ao século XVIII que forneceram maior autonomia aos poderes locais, partimos da ideia de que, mesmo às vésperas do governo pombalino, alguns assuntos, como no caso da justiça, não estavam totalmente atrelados aos poderes regionais, sendo necessária a comunicação, aconselhamento e aval, senão do governo lisboeta, de autoridades brasileiras que perpassavam dos assuntos da municipalidade, como, por exemplo, os vice-reis. Acreditamos, também, que mesmo com a lentidão do ir e vir da



Quanto aos modos de escrita e de envio destas cartas, cabe apontar que a correspondência administrativa era emitida com especial rigor e frequência em determinados pontos do Brasil. Mesmo que estas fossem utilizadas em bases diárias e pudessem ser enviadas por qualquer habitante,<sup>4</sup> foram as principais unidades administrativas – Estado do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e, depois do aumento da importância do circuito do ouro, Minas Gerais – os locais que mais se comunicaram por meio das missivas. Foi através de tais capitânias, além de Lisboa e da cidade do Porto em Portugal, que o trajeto de correspondência sobre os assuntos do Brasil foi formado. Além dos locais supracitados, o percurso da correspondência também abrangia uma série de órgãos que tratavam da administração destas terras, a saber: a Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, o Conselho da Fazenda, as câmaras municipais e o Conselho Ultramarino. Por mais que significasse uma demora burocrática na resolução das questões administrativas, tais órgãos foram indispensáveis à manutenção das colônias portuguesas.

Quanto aos modos de escrita da correspondência é necessário atentar-se ao fato de que aqueles que escreviam a correspondência oficial nem sempre eram as mesmas pessoas que as assinavam. Mesmo que a correspondência viesse em nome dos conselheiros<sup>5</sup>, vice-reis, governadores, funcionários da câmara e outros membros do governo detentores de elevados cargos,<sup>6</sup> havia uma esfera de homens responsáveis por redigir tais documentos. Não existindo um grande número de pessoas que dominassem as letras, tais documentos eram, em grande parte, redigidos e lidos por membros letrados do governo lusitano – tabeliães, secretários e escrivães –, além dos magistrados.<sup>7</sup> Destarte, com a gama de funções e jurisdições existentes nos vários ramos

---

correspondência, havia entre o Estado do Brasil e Portugal a tentativa do governo por escrito, fato esse que, além de não anular as particularidades das governanças das vilas e cidades, causava demora na resolução dos assuntos destas terras. Para mais sobre o aspecto plural do Estado Moderno português cf. HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan: instituições e poder político.** Portugal – séc. XVIII. Coimbra: Almedina, 1994.

<sup>4</sup> Tais manuscritos podiam ser enviados pelas mais diversas pessoas, indo desde habitantes sem títulos nobiliárquicos necessitando de conselho ou aval da Coroa, até funcionários da administração pública local e os membros da monarquia portuguesa Cf. FREIRE. **O secretário português compendiosamente instruído no modo de escrever cartas por meio de uma instrução preliminar, regras de Secretaria, Formulário de tratamentos e um grande número de cartas em todas as espécies que tem mais uso**, p. I. A comunicação com o rei era, pois, uma prerrogativa do governo monárquico, e aconteceu, principalmente, por meio das câmaras municipais. Para mais sobre o papel da câmara como mediadora da comunicação entre os moradores do Brasil e o reino, cf. BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: O Rio de Janeiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.352-361.

<sup>5</sup> Os conselheiros são aqui representados pelos membros do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado que auxiliavam o monarca com as questões referentes ao além-mar.

<sup>6</sup> Considerando-se os elevados cargos que esses autores ocuparam, seus testemunhos escritos vão de acordo à ideia de que “a escrita comanda tudo e todos, mesmo aqueles que não a sabem fazer nem a podem ler: Controla, fiscaliza, legítima, estabelece direitos e deveres, cria memória individual e coletiva, perpetua acontecimentos”. Cf. SANTOS, Maria José Azevedo. **Assina quem sabe e lê que, pode.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 2004, p.13.

<sup>7</sup> Tal meio costumava ser composto por membros da mesma família, formados em Portugal e, como ocorria constantemente no Brasil, por homens com pouca vontade ao trabalho, que forneciam inúmeras desculpas para não



de governo dificultando a administração e trazendo desentendimentos, foi necessário à Coroa estabelecer órgãos de consulta direta aos desejos reais, expressos, principalmente, através dos conselheiros.<sup>8</sup>

A resolução de uma única questão sobre a América Portuguesa passava, como demonstrado até aqui, por uma rede de discussões em forma escrita que abrangia tanto o Brasil quanto Portugal. As autoridades bráslicas, muitas vezes distantes umas das outras e precisando relatar posteriormente à monarquia o que acontecia nessas terras, usavam da correspondência como forma de comunicação. A necessidade do fornecimento de notícias sobre as questões relacionadas ao funcionamento do reino exigiu, portanto, a criação e a manutenção de um circuito de informações em forma escrita responsável pela tomada de decisões por parte do rei e outros membros da administração do império.

Em decorrência da distância e da necessidade de as cartas passarem pelos órgãos de controle do ultramar, mais um aspecto dessa circulação de notícias é a lentidão. Havendo um grande número de locais para a correspondência circular antes de chegar em seu destino final, a resolução de qualquer problema no Estado do Brasil poderia durar meses, quiçá anos.<sup>9</sup> Mesmo sendo prescrito que as autoridades informassem os principais acontecimentos destas terras, havia também uma série de impasses a esse trâmite de informações. O antigo ouvidor-geral do crime da Bahia, em documento anexado ao ofício do Conde da Ponte, culpa tal demora aos

vastíssimos e desmatados sertões das capitanias da América, do que as Relações do Rio e Bahia não permitem que asavas [de correspondência e processos] se façam em todas as estações do ano, e, por isso, retardadas, muitas vezes, negam o mesmo tempo, e fazem que se ajuntem muitos rios de culpas capitais a que se não pode dar aquela pronta expedição que castigue a saúde da república<sup>10</sup>.

A distância entre as vilas, cidades e capitanias era extensa e, somando o percurso a ser percorrido entre o Brasil e Lisboa, as cartas tinham um longo caminho a percorrer antes de conseguir pôr

---

ter que ocupar o cargo. Cf. SCHWARTS, Stuart B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a Suprema Corte na Bahia e seus juizes (1609-1751). São Paulo: Perspectiva, 1979, p.43. É ainda colocado em carta à rainha que a justiça é o primeiro dever do magistrado e, por isso, “a humanidade é a sua primeira virtude em representar a v. majestade o estado das cadeias daquela relação, e a multidão de culpados, que estão há longo tempo em cerrão”. Os apontamentos sobre as cadeias por parte dos magistrados são, assim, colocados como, mais do que úteis, necessários. Cf. CARTA do ouvidor-geral do Crime [do Rio de Janeiro]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 11758, 6 de outubro de 1796.

<sup>8</sup> SCHWARTS. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**, p. 154.

<sup>9</sup> Devido a distância a ser percorrida entre a metrópole e o Novo Mundo, o tempo médio de espera para obter uma resposta entre Brasil e Portugal era de cento e cinquenta dias. A resolução final poderia demorar anos para ser feita. Cf. CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. **Sentir, escrever e governar**: a prática epistolar e as cartas de D. Luís de Almeida, 2º marquês do Lavradio (1768-1779). 384 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.p. 36.

<sup>10</sup> OFÍCIO do [governador da Bahia] conde da Ponte [João de Saldanha da Gama] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] visconde de Anadia [João Rodrigues de Sá e Melo]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Bahia, D. 16615, 1 de abril de 1806.



um fim aos dilemas brasílicos. Um exemplo disto foi a discussão a respeito da reforma da cadeia do Rio de Janeiro.

Um problema comum encontrado nas cadeias da colônia foi a precariedade dos edifícios, que vinham sempre retratados como em destroços. Mas o local responsável pelo pagamento das despesas das obras era sempre motivo de discórdias entre as autoridades. Mesmo com, escrevem os oficiais da câmara do Rio de Janeiro, “as repetidas ordens de V. Majestade para que se consiga fazer nesta cidade a obra da cadeia, sendo tão necessária que já não há capacidade segura para se recolherem nela os presos”<sup>11</sup>, a câmara, a alcaidaria e o governador não decidiam sobre quem pagaria os emolumentos. Para resolver essa questão uma série de cartas foi enviada à Coroa<sup>12</sup> a fim de selecionar um responsável por tal despesa. Mais de um ano levou para que a discussão tivesse fim, acabando apenas depois de uma atitude drástica do governador do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro, que mandou mestres-de-obras e pedreiros “desmancharem a velha casa da câmara sem autoridades deste senado e de propósito a fazer ludíbrio dos oficiais dele por insinuação sua, sendo este desmanche em dia de vereança”<sup>13</sup> onde os oficiais se achavam “em corpo de câmara, quebrando os tais empreiteiros os armários da câmara, e arrombando o cofre dos padrões da cidade”<sup>14</sup>. O ir e vir de correspondência por mais de um ano sobre o assunto, somada às discórdias entre o governador e à câmara, acabou levando à ações extremas, mas bem retratadas ao rei pelos envolvidos no conflito.

A correspondência administrativa foi, como visto até aqui, fundamental para a conversação entre os administradores e governantes. Com a cidade de Lisboa representando o centro do governo português – era, pois, a sede da Corte – e a obrigação descrita nos Regimentos dos governadores, que serão apresentados à frente, criou-se uma rede responsável por informar ao rei os acontecimentos do além-mar. Redigidas pelos escrivães e secretários, assinadas por uma autoridade brasílica e circulada entre as vilas e cidades do Brasil e Portugal, as missivas dos

---

<sup>11</sup> CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2272, 18 de fevereiro de 1730.

<sup>12</sup> A discussão sobre a arrematação das obras da cadeia do Rio de Janeiro foi encontrada em diferentes correspondências, a saber: CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Luís Vaía Monteiro, ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, D. 2251, 4 de janeiro de 1730; CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2272, 18 de fevereiro de 1730; CARTA do [governador do Rio de Janeiro], Luís Vaía Monteiro, ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D.2337, 2 de julho de 1730; CARTA dos oficiais da câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2430, 2 de maio de 1731; CARTA do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro [Bartolomeu de Sequeira Cordovil] ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2478, 2 de agosto de 1731.

<sup>13</sup> CARTA dos oficiais da câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2430, 2 de maio de 1731.

<sup>14</sup> CARTA dos oficiais da câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V]. In: **Arquivo Histórico Ultramarino**, Rio de Janeiro, D. 2430, 2 de maio de 1731.





oficiais portugueses e brasílicos formaram um círculo de governação em forma escrita responsável por dar conta do que ocorria no ultramar português. Por fim, com os primórdios desta prática ocorrendo por meio dos Regimentos, a escrita de cartas consolidou-se como uma das principais peças para a governação e administração das vilas e cidades brasílicas.

### **Prescrições sobre a escrita**

Corria o ano de 1691 quando o então governador da Bahia, Antônio Luís da Câmara Coutinho, enviou ao rei D. Pedro II de Portugal uma carta a respeito do estado em que se encontravam as terras do Brasil quando desembarcou na cidade de Salvador em sete de outubro do ano anterior. A cidade, diz o governador, estava “tão confusa, que certamente me pareceu Bicha de Sete Cabeças, porque cada qual governava como lhe parecia”<sup>15</sup>. Os assuntos da justiça, continua Coutinho em sua carta, andavam com lentidão e os militares trabalhavam com morosidade, de modo que o governador interviu no andamento destas matérias. De fato, Coutinho julgou que, após sua intervenção, “se aquietou tudo”<sup>16</sup>, resolvendo-se grande parte dos problemas da cidade de Salvador.

A carta enviada pelo governador da Bahia ao rei foi, como visto, um documento com teor de notícias. Ele notificou ao rei a situação na qual encontrou Salvador quando desembarcou nestas terras, apontando os problemas encontrados e não dispensando elogios aos governantes anteriores. Além dessas notícias, Coutinho apresentou ao rei as bonanças de seu mandato, sendo a correspondência a forma que as autoridades do período dispunham para mostrar seus feitos ao reino. Contudo, mesmo que mostrar os bons elementos de sua governança ao rei fosse indispensável ao envio de cartas, a troca de correspondência entre as autoridades do ultramar e Lisboa não foi guiada por isso.

Como colocado no início da carta de Coutinho, era “do regimento deste Estado dar conta à Vossa Majestade por carta. E em cumprimento dele me é preciso dizer à Vossa Majestade como achei este governo quando cheguei a ele, e do estado em que fica”<sup>17</sup>. Sendo o império português formado por diversos territórios no ultramar, a governação dos domínios ultramarinos deu-se por meio de correspondência. Não havendo como comunicar-se com os distantes de outra forma – era, pois, um império de grandes dimensões –, os reis e rainhas de Portugal usaram da escrita

---

<sup>15</sup> CARTA GERAL que foi a Sua Magestade sobre diversos particulares de 25 de junho de 1691. In: BIBLIOTECA NACIONAL. **Documentos Históricos**: Provisões, Patentes, Alvarás, Cartas (1648-1711), vl. XXXIII. Rio de Janeiro: Typ.Arch. de Hist. Bras., 1936, p. 356. Disponível em:

<[http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536\\_1936\\_00033.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1936_00033.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2016.

<sup>16</sup> CARTA GERAL que foi a Sua Magestade sobre diversos particulares de 25 de junho de 1691. In: \_\_\_\_\_. **Documentos Históricos**, p. 356.

<sup>17</sup> CARTA GERAL que foi a Sua Magestade sobre diversos particulares de 25 de junho de 1691. In: \_\_\_\_\_. **Documentos Históricos**, p. 356.





para serem informados sobre o que acontecia em seus domínios e prescreverem medidas a serem tomadas naquelas terras. A preocupação com a comunicação por escrito não veio, todavia, dos primórdios do império além-mar.

Na correspondência de Coutinho, o governador cita a necessidade de enviar cartas ao rei com as novidades das Américas, mas isto não foi uma preocupação antiga do governo português. De fato, no Regimento de Tomé de Sousa, escrito em 1548, foram poucas as recomendações que D. João III forneceu ao governador no que concerne informar à Coroa o que ocorria nas colônias portuguesas, havendo somente duas orientações, em meio aos quarenta e seis capítulos do regimento, que remeteram à escrita de cartas, a saber: o rei deveria ser informado sobre o acontecimento de situações não-listadas no Regimento e acerca da defesa do novo território.<sup>18</sup> Informar ao rei a respeito do que ocorria nas terras do Brasil não foi, diante disso, uma grande preocupação durante os primeiros anos de colonização, com as prescrições reais remetendo, majoritariamente, à defesa das novas terras de corsários e invasores.

As raras prescrições de escrita presentes no primeiro regimento enviado a um governador do Brasil continuaram durante a governação de alguns sucessores de Tomé de Sousa, havendo uma mudança efetiva nesta matéria somente em 1612 com a redação do Regimento de Gaspar de Sousa. Antes dele, e principalmente após a tomada do governo por Filipe II, houve um aumento nas prescrições do envio de notícias, havendo, no Regimento de Francisco Giraldes<sup>19</sup> entregue em 1588, a referência ao cargo de escrivão da câmara e à obrigação de retratar em palavras alguns acontecimentos do Brasil. Nesse sentido, Filipe II, ao mandar o Regimento a Francisco Giraldes, deixou clara a obrigação do governador em escrever cartas a respeito da conversão dos nativos,<sup>20</sup> dos avanços da Companhia de Jesus,<sup>21</sup> dos insultos e danos à Fazenda que os índios e negros causavam,<sup>22</sup> do envio de mercadorias e açúcar,<sup>23</sup> dos descuidos dos desembargadores do Tribunal da Relação,<sup>24</sup> da defesa e segurança das fortalezas,<sup>25</sup> da venda de armas,<sup>26</sup> entre outras matérias

---

<sup>18</sup> REGIMENTO de Tomé de Sousa, escrito em Almerim aos 17 de dezembro de 1548. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**. V. 1. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Conselho Federal da Cultura, 1972, p. 49.

<sup>19</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 259-277.

<sup>20</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 261.

<sup>21</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 261.

<sup>22</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 264.

<sup>23</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 265.

<sup>24</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: MENDONÇA. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p.266.



que o rei considerava importante para a governação do Brasil. Malgrado já houvesse, como visto, prescrições de informar ao rei nos primeiros regimentos dos governadores, as referências a esta matéria continuaram raras, com designações claras sobre a importância de escrever cotidianamente ao rei não aparecendo nos regimentos anteriores ao governo de Gaspar de Sousa. A partir daí, a prática de relatar em miudezas as decisões tomadas pelos governadores passou a ser recorrente, sendo necessário aos membros do governo relatarem as notícias através das cartas.

Assim, em contrapartida aos regimentos anteriores que mal tiveram recomendações de escrita, o rei Filipe III é claro ao apresentar a Gaspar de Sousa a necessidade do governador em escrever a ele cotidianamente. Essa mudança na prática escrita foi, pois, parte da estratégia do governo filipino: a solução dos Filipes para administrar o reino de um monarca ausente foi construir uma rede de comunicação regular por meio das letras, de modo que os membros da administração do governo filipino tiveram a obrigação de relatar, por escrito, os assuntos do Novo Mundo.<sup>27</sup> Dessa forma, o segundo regimento dos governadores brasileiros elaborado durante o governo dos Filipes já apresentava diversas orientações sobre a prática escrita e o estabelecimento de uma comunicação regular entre a colônia e o reino. “Sejas mui contínuo em me escrever”, começa o Regimento de Gaspar de Sousa,

e avisar de todas as coisas que sucederem, e de que entenderdes convém ser avisado, assim do que a experiência vos mostrar ser necessário para bom governo dele, como do procedimento das pessoas que nele me servem, o que fareis com todos os navios que partires das partes e lugares onde vos achardes sem vir nenhum sem carta vossa, inda que seja repetido o já escrito<sup>28</sup>.

Logo, a escrita começou a fazer parte do cotidiano da governação e, no início do Seiscentos, a governação por escrito tornou-se obrigação àqueles que ocupavam um cargo importante no Brasil.

Assim, as instâncias administrativas e da justiça tiveram seu aporte burocrático concretizado e seus conflitos resolvidos em razão da sedimentação do governo por escrito.

---

<sup>25</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 268.

<sup>26</sup> REGIMENTO do governador Francisco Giraldes. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 268.

<sup>27</sup> As particularidades do governo dos Filipes, principalmente em relação à prática escrita, foram notadas em diversas ocasiões. Fernando Bouza Alvarez, por exemplo, afirmou que o governo por escrito foi tão característico do regime filipino que o rei Filipe II pode ser chamado de rei oculo e rei papeleiro. Para mais sobre a importância da escrita no governo filipino, cf. BOUZA ALVAREZ, Fernando. **Portugal no Tempos dos Filipes**. Política, Cultura e Representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000; MILLÁN, José Martínez (Org.). **La Corte de Felipe II**. Madrid: Alianza Editorial, 1998; SANTOS, Marília Nogueira. **Escrevendo cartas, governando o império: A correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)**. 267 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

<sup>28</sup> REGIMENTO de Gaspar de Sousa. In: \_\_\_\_\_. **Raízes da Formação Administrativa do Brasil**, p. 437.



Mesmo sem um aparelho de poder centralizado e com o poder das municipalidades durante os primeiros séculos da colônia, havia a preocupação em dar voz aos distantes para resolver os problemas das terras brasileiras. Seja entre os governadores, vice-reis, capitães-generais, membros da câmara, juízes e ouvidores, seja entre eles e o monarca, a comunicação entre estes homens ocorreu por meio da circulação de correspondência. Foi, portanto, por meio de cartas, leis, prescrições, provisões e outros diversos tipos de manuscritos que se deu o trâmite de informações necessário à manutenção do poder e do modelo colonial de administração que pensava o Brasil como parte essencial ao império.

Contudo, mesmo com os regimentos sendo partes fundamentais no que tange à escrita de cartas como modo de governação, outras mudanças foram necessárias à institucionalização da correspondência como principal forma de administração das terras do Brasil. Com o aumento do volume de correspondência a respeito dos mais diversos assuntos do Estado do Brasil, houve também a necessidade de estabelecer órgãos de consulta direta aos desejos reais, de forma que a Coroa pudesse informar-se sobre seus principais interesses e despachar as resoluções dos conflitos que lhe interessava. Dentre os órgãos de consulta, pode-se destacar o papel da Secretaria de Estado do Brasil e do Conselho Ultramarino.

A Secretaria de Estado do Brasil foi criada por provisão régia em 1646 e teve como objetivo receber e despachar as questões relacionadas às mercês, Fazenda, negócios, justiça e guerra na América Portuguesa. Em 1736, a Secretaria viu o aumento de suas funções, sendo renomeada para Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar e tendo entre suas obrigações a administração da justiça, comércio e Fazenda do ultramar português, além da nomeação de cargos civis, militares e do governo. Todavia, mesmo com dois momentos de jurisdição, durante toda existência do órgão foi por lá que passaram as principais preocupações e apelações dos governantes ao rei, de modo que grande parte da correspondência administrativa foi remetida à Secretaria para, posteriormente, ser encaminhada ao rei.

Já o Conselho Ultramarino teve funções mais abrangentes do que a Secretaria de Estado. Criado por D. João IV para substituir o Conselho da Índia no que concerne às relações do ultramar, o Conselho Ultramarino foi inaugurado no século XVI, concomitantemente ao uso da palavra Estado para designar à nova colônia portuguesa nas Américas.<sup>29</sup> Mais do que a Secretaria de Estado, a criação do Conselho Ultramarino representou a facilitação da comunicação direta, não apenas entre as principais instâncias da administração brasileira e a Coroa, como também

---

<sup>29</sup> CAETANO, Marcello. **O Conselho Ultramarino**: esboço da sua história. Rio de Janeiro: Sá Cavalcante, 1969, p.41.



entre os moradores do além-mar e Lisboa, representando uma nova relação entre Brasil e Portugal.<sup>30</sup>

Quanto as funções do Conselho Ultramarino, seu regimento destaca a necessidade de

tratar de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que forem, tocante aos ditos Estados da Índia, Brasil e Guiné, Ilhas de S. Tomé e Cabo Verde, e de todas as mais partes Ultramarinas, tirando as Ilhas dos Açores e da Madeira, e lugares da África; e por ele há de correr a administração da fazenda dos ditos estados<sup>31</sup>.

O Conselho era, portanto, um órgão de mediação, sendo responsável por resolver os conflitos do além-mar, administrar algumas matérias da Fazenda, da Justiça e da Guerra, e, até a mudança nas funções da Secretaria de Estado, tratar das naus que transitavam no ultramar. Com isso, passavam pelo Conselho as mais diversas formas de correspondência, tratando de questões como comércio, escravidão, defesa, apelação em processos, prisões e outras tantas matérias referentes à administração e ao governo das terras do Brasil. Havendo um grande número de jurisdições e conflitos no governo brasílico, além do fato de ter, como se observa ao consultar as bases de dados dos órgãos citados, um volume extenso de correspondência tratando dos mais variados assuntos remetidos ao rei, não havia como administrar o ultramar sem estes intermediários. Era, portanto, necessária a existência de instâncias que recebessem, organizassem e remetessem a correspondência, além de aconselhar ao rei na resolução de tantas matérias.

Conforme a administração das terras do ultramar nas Américas tornou-se uma tarefa de suma importância ao império português e o envio de notícias passou a ser uma obrigação cotidiana aos membros do governo brasílico, ascendeu, também, a preocupação sobre a forma de escrita de correspondência.<sup>32</sup> Como se sabe, houve, pelo menos desde o Quinhentos e em diversos territórios do Velho Mundo, a escrita, edição e divulgação de manuais de escrita, para que, assim, os homens conhecessem as letras e a arte da escrita. Com o estabelecimento da governação por escrito em terras brasílicas aumentaram, por conseguinte, as preocupações com as narrativas, os modos de escrita e a burocratização da correspondência enviada à Coroa; era necessário que os secretários, governantes e escrivães conhecessem as normas de escrita para que a

---

<sup>30</sup> DIAS, Érika S. de Almeida Carlos. Informação e memória: o projeto resgate e a administração do Brasil colonial no século XVIII. *IRIS*, Recife, v.1, n.1, pp.43-66, jul./dez. 2012, p.46.

<sup>31</sup> **REGIMENTO de que hão de enviar o Presidente e Conselheiros do Conselho Ultramarino, que Vossa Majestade ordenar, para Vossa Majestade ver.** Lisboa: [s.n.], 1644 apud \_\_\_\_\_. **O Conselho Ultramarino**, p.65.

<sup>32</sup> **REGIMENTO da Secretaria de Estado em que se contém o modo porque os Senhores Reis de Portugal escrevem a seus vassallos, e os Príncipes e outras pessoas de fora do Reino, além dos estilos pelos quais se hão de firmar e fazer as cartas na Secretaria para o Rei assinar apud KOROBTCHEKOV, Júlia Platonovna. A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guerra: a instituição, os instrumentos e os homens (1736-1756).** 198 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Lisboa, Departamento de História da Faculdade de Letras, Lisboa, 2011, Anexo Documental, pp.10-53.



narrativa fluída de epístolas se tornasse uma prática, havendo, portanto, o aumento da importância dos manuais de escrita de cartas.

Filipe II, por exemplo, destacou a importância do estabelecimento de regras a escrita de cartas administrativas, pois sem tais normas ocorriam

grandes desordens e abusos, que se tem introduzido no modo de falar, escrever e que vão continuamente em crescimento e tem chegado a muito excesso, de que tem resultado em muitos inconvenientes e que conviria muito a meu serviço e ao bem e sossego de meus vassalos reformar<sup>33</sup>.

Acreditando na necessidade de escrever uma carta corretamente, o monarca estabeleceu o *Regimento e Estilos da Casa Real e Secretaria de Estado*<sup>34</sup> para que, assim, a escrita dos oficiais do governo fosse regulamentada. Assim, Filipe II ordenou a comunicação por escrito, reformando o estilo de escrita da correspondência administrativa e padronizando o modelo dos documentos e a grafia de determinados termos. Sendo uma ferramenta para os oficiais do governo ibérico, o rei concretizou um protocolo de escrita de cartas que foi utilizado como base para manuais que procederam seu reinado – como *O secretário português* de Francisco José Freire –, definindo regras específicas para quem redigisse uma carta administrativa.

Por fim, as recomendações sobre a escrita, a publicação de manuais e as prescrições nos Regimentos cresceram em meados do século XVII mediante influência do governo filipino e, daí, enraizou-se mais profundamente no império português a tentativa do governo por escrito. Assim, do Seiscentos até a chegada da Corte no Rio de Janeiro a relação entre os membros do governo do Estado do Brasil com a Coroa foi construída pela escrita e pautada na circulação de correspondência. Como forma de comunicação entre os distantes e administração das questões destas terras, as epístolas foram essenciais não apenas à governação das Américas, mas à manutenção de um império com dimensões ultramarinas.

### Conclusão

Havendo a necessidade de comunicação entre os responsáveis pela administração do Brasil, confiava-se aos manuscritos a difusão dos apontamentos sobre o que acontecia nestas terras. Enviadas por membros de alta importância no governo brasileiro, a correspondência sobre o Novo Mundo foi necessária à manutenção do império ultramarino português. Escritas pelo escrivão ou secretário, narrado e assinado por um funcionário da administração e enviado à

<sup>33</sup> Lei sobre os estilos de agosto de 1597 apud COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. **Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVIII)**. Ofícios, regimentos governação e trajetórias. São Paulo: Annablurne, 2009, p. 55.

<sup>34</sup> REGIMENTO e Estilos da Casa Real e Secretaria de Estado apud COSENTINO, Francisco Carlos Cardoso. **Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVIII)**, 2009, p.75.



câmara, a outros funcionários régios ou ao próprio monarca, as notícias em forma escrita circularam no período anterior ao estabelecimento da imprensa no Brasil por meio da correspondência manuscritas. Destarte, as cartas dos membros do governo régio compuseram uma das principais formas de resolução de conflitos na América portuguesa. Afinal, com a distância entre o Estado do Brasil e Lisboa não era viável manter uma administração de caráter centralizado por meio da oralidade. Desta forma, as notícias teriam que correr, seja entre os funcionários do Brasil, seja entre eles e o monarca, por meio da correspondência. As cartas, pareceres, requerimentos, entre outros modos de manuscritos corriqueiros representavam a voz de seus remetentes e permitiam, mais do que a comunicação entre os distantes, a administração das terras no ultramar. Destarte, as questões de maior preocupação acerca das terras do ultramar foram discorridas por meio da escrita epistolar, com ela atuando em diversos assuntos da governança. Em suma, as epístolas oficiais foram uma forma constante de apresentar os acontecimentos do Estado do Brasil, com as cartas sendo espaços fundamentais para a comunicação durante os anos em que as terras brasílicas foram governadas de modo além-mar.



# Relações entre magia e astrologia na Idade Média

## Intercourses between magic and astrology in the Middle Ages

**Thainan Noronha de Andrade**

Mestrando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

tnoronhadeandrade@outlook.com

**Recebido em:** 28/08/2017

**Aprovado em:** 15/11/2017

**RESUMO:** Este artigo tem o objetivo de fazer uma breve descrição dos percursos históricos da magia e da astrologia na Idade Média, ressaltando principalmente a recepção destas doutrinas dentro da ortodoxia religiosa no período medieval, demonstrada aqui pelas visões de autoridades cujas visões foram predominantes na concepção do período sobre estes campos. Ao final do artigo, há uma síntese entre as trajetórias da magia e da astrologia no período medieval, bem como uma breve discussão metodológica acerca da historiografia sobre o assunto, pretendendo contribuir para um melhor entendimento sobre o Esoterismo Ocidental e as relações entre as disciplinas aqui expostas, bem como seus confrontos e adequações com as autoridades religiosas, que cujas problemáticas ocuparam um lugar particularmente relevante na cultura medieval.

**PALAVRAS-CHAVE:** Magia, Astrologia, Idade Média.

**ABSTRACT:** This paper has the objective to describe briefly the historical trajectories of magic and astrology in the Middle Ages, highlighting mainly the reception of these doctrines within medieval religious orthodoxy, shown here through the views of authorities whose opinions were prevailing in the conception of the period on these fields. At the end of the article, there is a synthesis between the paths of magic and astrology, as well as to provide a brief methodological discussion about the field's historiography, intending to contribute for a better understanding on Western Esotericism and the intercourses between the disciplines here exposed, which occupied a relevant place in medieval culture.

**KEYWORDS:** Magic, Astrology, Middle Ages.





## Introdução

O estudo do chamado Esoterismo Ocidental e correntes relacionadas tem se difundido nas últimas décadas. Novas abordagens em relação a estes movimentos filosóficos, encarando-os de um novo ponto de vista, tem proposto alternativas metodológicas ao religionismo e ao positivismo que tem dominado os trabalhos anteriores relativos a estas ideias, cujos respectivos exemplos destas interpretações podem ser encontrados nos trabalhos do grupo Eranos<sup>1</sup> e de autores como Lynn Thorndike<sup>2</sup> e, em menor grau Frances Yates<sup>3</sup>, cuja obra pioneira, embora ainda permeável à ideia de progresso histórico, serviu como modelo para o atual debate sobre o assunto. Desta forma, surge a necessidade de um estudo mais adequado do Esoterismo Ocidental e diversas relações com a ciência e a religião, em um tempo que as divisões entre estes campos não eram definidas.

Doutrinas compostas por ensinamentos heterodoxos constituíram um aspecto fundamental de diversas sociedades. Na Idade Média, as diversas tradições esotéricas ocidentais se deram, principalmente, como uma posição intermediária entre as crenças religiosas, a filosofia e a ciência. No presente trabalho, serão abordadas as trajetórias de duas influentes correntes esotéricas do período medieval: a magia e a astrologia, de modo a identificar as diferentes razões religiosas e filosóficas por trás dos diversos papéis que desempenharam no imaginário medieval, entendido como o conjunto de representações e símbolos que, consciente ou inconscientemente, permeavam as muitas relações sociais, culturais e políticas.

Como astrologia, será entendido no seguinte artigo, como um conjunto de conhecimentos relativos ao posicionamento das estrelas e planetas que se baseiam em correspondências sutis entre estes corpos, o mundo terreno e a humanidade, os quais seriam sujeitos a estas influências celestes e cujo sistema é interpretado de modo diverso por diversos autores, aceitando alguns aspectos em detrimento de outros por diferentes razões filosóficas e/ou religiosas.

O termo magia, tal como apontado no decorrer deste texto, tem sua origem ainda na Antiguidade, e tem como fundamento a manipulação de leis ocultas da Natureza por meio de

---

<sup>1</sup> Encontro de pesquisadores de temas ligados à espiritualidade, cujo primeiro encontro se deu em 1933 na Suíça, e contava com nomes como o de Carl Gustav Jung e Mircea Eliade. Para uma problematização da abordagem utilizada pelo grupo cf. HANEGRAAFF, Wouter J.. **Esotericism and the academy**. New York: Cambridge University Press, 2014. p. 295 s..

<sup>2</sup> THORNDIKE, Lynn. **History of Magic and Experimental Science**. 8 vols. New York/ London: Columbia University Press. 1923-1958.; Para uma problematização desta abordagem, cf. HANEGRAAFF. **Esotericism and the academy**, pp. 183-192, 326 s.

<sup>3</sup> YATES, Frances Amelia. **Giordano Bruno e a tradição hermetica**. [2. ed.]. São Paulo: Cultrix, 1995. 505p.; Para uma discussão sobre a metodologia empregada por Yates cf. \_\_\_\_\_. **Esotericism and the academy**, p. 326 s.



processos invisíveis ou mentais estimulados por aparatos e práticas cerimoniais visando a criação de efeitos físicos. A ideia de correspondência presente em ambas as práticas aqui abordadas será um dos fatores comuns a estes campos que teria fornecido um substrato nas reprovações por parte da ortodoxia cristã.

Conforme Faivre pontua, a ideia de que a natureza esconderia uma realidade misteriosa é presente em diferentes culturas, assumindo, entretanto, concepções variáveis entre si, tendo em comum o mistério sob o qual a realidade última se localizaria. O termo “esotérico”, neste sentido, remeteria às diversas correntes de pensamento que teriam determinados aspectos em comum (como a ideia de correspondências universais; a presença de propriedades ocultas na natureza; o papel reservado à imaginação e meditação e o processo de transmutação do ser), possuindo, inclusive, interconexões em diversos momentos históricos. Entre estas correntes, destacam-se na história ocidental: o Hermetismo alexandrino<sup>4</sup>, o Gnosticismo cristão<sup>5</sup>, diversas formas de crenças neo-pitagóricas, a astrologia, a alquimia, a magia, o Hermetismo neo-alexandrino renascentista, a Kabbalah cristã, a *Philosophia Occulta* de Henry Cornelius Agrippa (1486-1535) e as correntes derivadas do pensamento de Theophrastus Bombastus von Hohenheim (1493-1541), popularmente conhecido como Paracelso. Tendo um prolongamento desta tendência, após o Renascimento, com o movimento Rosa-Cruz, a Teosofia cristã, o pensamento “ocultista” de fundo romântico do século XIX e os movimentos da Nova Era no século XX.<sup>6</sup>

O trabalho abrangerá as relações entre estas correntes esotéricas durante o período medieval e suas recepções por parte de autoridades cristãs, encerrando, com uma breve conclusão, acerca dos percursos trilhados por estas correntes e da historiografia sobre o assunto, visando destacar as relações com a ortodoxia eclesiástica, procurando entender como este processo se deu. Devido à natureza deste texto, serão levantados apenas as discussões principais de cada objeto de estudo, visando a uma síntese que possa contribuir para um melhor entendimento das relações entre as disciplinas aqui expostas.

## A Astrologia

Tradicionalmente considera-se que a astrologia tenha surgido na antiga Babilônia, atual Iraque, sociedade que possuía o costume de confeccionar horóscopos natais, datando do início do século V a.C. Todavia, sua versão sistematizada como um corpo de conhecimento se dá no

<sup>4</sup> Textos gregos escritos entre os séculos II e III d.C. atribuídos à figura mítica de Hermes Trismegisto.

<sup>5</sup> Fusão de símbolos bíblicos à religiões de mistérios pré-cristãs, unidas ao cristianismo no período helenístico. O caminho para a salvação se daria através de formas místicas de conhecimento. Cf. BRAATEN, Carl E.; JENSON, Robert W.. **Dogmática Cristã**. [S.I.]: Editora Sinodal, 2007. 552 p.

<sup>6</sup> FAIVRE, Antoine. **Western Esotericism: A concise History**. Albany: State University Of New York Press, 2010. 128 p. (Sunny series in Western esoteric traditions).



Egito durante o período Helenístico, a partir do século II a.C., sendo difundido a partir de então pelo mundo greco-latino e posteriormente integrado no período medieval pelo Império Bizantino, pelo Islão e pelo Ocidente latino.<sup>7</sup>

Sobre sua presença na Europa ocidental, Wedel definiu o percurso da astrologia medieval em duas fases: uma que se dá a partir do encerramento da Antiguidade tardia até o século XII, e outra a partir deste século até o século XV. Esta doutrina atravessou um período de relativa indiferença a partir dos primeiros séculos da Idade Média, se associando por vezes a práticas suspeitas (como a magia) ou a ciências como a medicina, mencionada de forma marginal por parte de autoridades eclesiásticas como Santo Agostinho, Isidoro de Sevilha e Macróbio, principais autores considerados sobre o assunto por escritores medievais até o século XII.<sup>8</sup> O argumento utilizado por Isidoro, escritor mais consultado no que dizia respeito às práticas astrológicas, sintetiza as opiniões com respeito à astrologia no período em questão.

Em suas *Etymologiae*, diferencia a astronomia da astrologia. A astrologia é parte *naturalis* e parte *superstitiosa*. É natural no que tange à observação do movimento do sol, da lua, das estrelas e das estações do ano, e supersticiosa quando segue os “matemáticos”, “[...] qui in stellis augurantur, quique etiam duodecim signa per singule animae vel corporis membra disporunt, siderumque cursu navitates hominum et mores praedicere conantur”<sup>9</sup>.

Isidoro, enquanto condena a associação das partes do corpo com os signos zodiacais, tomando-a como supersticiosa, no capítulo seguinte recomenda que o médico leve em conta a posição dos astros. “Postremo et astronomiam notam habebit, per quam contempletur rationem astrorum, et mutationem temporum, nam sicut ait quidam medicorum, cum ipsorum qualitatibus et nostra corpora commutantur”<sup>10</sup>. Deste modo, a prática astrológica não é integralmente condenada, apenas quando utilizada de acordo com os “matemáticos”, os *magi* do oriente, que praticavam as previsões do futuro através do posicionamento dos astros. Isidoro deixa claro, todavia, a influência dos corpos celestes no corpo humano. Este argumento posteriormente será retomado e desenvolvido por Tomás de Aquino.

---

<sup>7</sup> CAREY, Hilary M. Astrology in the Middle Ages. **History Compass**, [S.I.], v. 8, n. 8, p.888-902, 4 ago. 2010. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1478-0542.2010.00703.x>.

<sup>8</sup> WEDEL, Theodore Otto. **Astrology in the Middle Ages**. Nova York: Dover Publications, Inc., 2005. 163 p.

<sup>9</sup> SANCTI ISIDORI HISPALENSIS EPISCOPI. Opera Omnia. In: **Patrologiae cursus completus: Series Latina**. Ed. J. P. Migne. Parisiis: Migne, 1845, vol. 82, p.170. [...] que, interpretando sinais das estrelas, distribuem doze signos para cada alma ou membro do corpo onde, pelo movimento dos céus, tentam predizer os nascimentos e os costumes dos homens. (tradução do autor).

<sup>10</sup> \_\_\_\_\_. Opera Omnia, vol. 82, p. 198. Finalmente, deverá conhecer de astronomia, pela qual contemplará a razão dos astros e a mudança do tempo, pois assim como se sabe, nossos corpos mudam com as variações do tempo e das estrelas. (tradução do autor)



Em seu *De natura rerum*, compara as funções da lua e da Igreja, onde aquela refletiria a luz do sol, esta refletiria a luz de Cristo, a seguir, fala sobre o poder fertilizante da lua, pela qual “[...] crescunt omnes fructus.[...]”<sup>11</sup> e também de sua influência sobre os animais. Na mesma obra, Isidoro aceita plenamente os cometas como mensageiros de guerras, revoluções e pestilências. Logo, a problemática desde o início se dá com respeito à previsão do destino individual, o que representava um perigo para o livre arbítrio do homem.

Nas primeiras décadas do século XII, entretanto, esta visão se alteraria. Graças a intensa difusão de textos árabes que se propagaram pelo ocidente europeu, uma nova concepção da astrologia teve lugar, principalmente graças à conveniente recepção da resgatada doutrina de Aristóteles, cujos textos também foram traduzidos da língua árabe neste período, filosofia com a qual a astrologia tornou-se ligada por intermédio de estudiosos árabes e judeus do oriente, validando-a como ciência natural para o público cristão ocidental e sendo prontamente aceita pela ortodoxia eclesiástica.<sup>12</sup> Entre estes textos está o *Introductorium in astronomiam*, de Abu Ma’shar, astrólogo mais influente do período medieval e autor de mais de quarenta livros sobre o assunto.

Nesta obra, após dividir a ciência estelar em duas principais atividades, como já o fizera Isidoro, parte para uma defesa aberta da astrologia em seu segundo capítulo. Logo no início, cita o tratado *De generatione et corruptione* de Aristóteles e sua doutrina da quintessência dos corpos celestes, visto que não são compostos por nenhum dos quatro elementos terrestres, não estariam sujeitos à lei do crescimento e queda como estão os elementos físicos, sendo, por sua vez, formados por um quinto elemento.

O movimento circular é encontrado no reino sublunar, assim como no reino celeste, ao se observar que o crescimento e declínio obedece a uma ordem cíclica, em constante movimento circular, ao passo que uma substância, quando decomposta, dá origem a uma nova substância. “Superior etenim mundus inferiorem perpetuo ambiens cum sibi alligatum trahat motus mundi materias agitans actus et passiones miscet generationum omnium causas”<sup>13</sup>.

Para Abu Ma’shar, tudo que vive e morre no mundo terreno é sujeito ao movimento das estrelas. Os sete planetas errantes, como se movem mais rapidamente pelo círculo zodiacal do

---

<sup>11</sup> \_\_\_\_\_. *Opera Omnia*. In: **Patrologiae cursus completus**: Series Latina. Ed. J. P. Migne. Parisiis: Migne, 1845, vol. 83, p. 992. Crescem todos os frutos. (tradução do autor).

<sup>12</sup> CAREY, Hilary M. **Counting disaster**: Astrology at the English Court and University in the Later Middle Ages. [s.i.]: St. Martin's Press, 1992. 282 p.

<sup>13</sup> ABUMAZARIS, Abalachi. **Introductorium in astronomiam Albumasaris Abalachi octo continens libros partiales**. Veneza: Sessa; Pentium, 1506. fl.13 (ETH-Bibliothek Zürich, RAR 1096). [Http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-207](http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-207). Logo, o mundo superior abarca perpetuamente o mundo inferior, e este tem seu movimento atrelado ao daquele, que age sobre os atos e fenômenos, misturando as essências de todas as gerações do mundo inferior. (tradução do autor)



que as constelações, tem uma maior proximidade com a terra (que se caracteriza sobretudo pelo movimento e transformação), e conseqüentemente tem efeitos mais poderosos sobre o mundo inferior dos quatro elementos. As constelações seriam responsáveis por uma influência mais ampla e geral no reino terreno, enquanto os planetas lidariam com situações específicas do mundo material. Assim, considerando que os movimentos planetários são intermináveis, também serão seus efeitos no mundo físico, e só compreendendo os movimentos dos planetas poderia se compreender o funcionamento dos fenômenos da natureza.<sup>14</sup> A obra também trata a controvérsia do fatalismo, onde contrapõe esta visão e afirma que fenômenos contingentes existem, entretanto, o poder das estrelas é presente tanto na esfera do necessário quanto da liberdade. O processo pelo qual os elementos dos corpos se juntam e se combinam é objeto da necessidade, visto que os corpos superiores têm domínio sobre as coisas inferiores. Todavia, a alma humana, que domina o corpo, é dotada de livre vontade. Logo, os planetas agem nos seres humanos por intermédio do corpo, podendo alterar a harmonia entre este e a alma, mas nunca diretamente na alma.

A principal controvérsia, novamente, gira em torno da astrologia judicial. Posteriormente Tomás de Aquino desenvolverá este argumento (já iniciado por Isidoro), afirmando que os planetas agem sobre o corpo, e só indiretamente na alma, defendendo que o homem, pela força de vontade, poderá superar as influências planetárias. Como o intelecto humano é imaterial, logo, ele escapa das influências planetárias, entretanto, estas influências afetam o intelecto, que é ligado à vontade, ao passo que ambos se conectam ao corpo.

O intelecto é afetado quando a imaginação, ou a memória estão de alguma forma debilitados, mas a vontade não necessariamente se inclina perante as paixões inferiores, embora estas possam influenciar a vontade, cabendo a esta resistir a estes estímulos.

Daí que a ação dos corpos celestes, na medida em que podem agir sobre as potências inferiores, tem menos influência sobre a vontade, causa imediata dos atos humanos, que sobre o intelecto.[...] Uma vez que o intelecto e a vontade não são atos dos órgãos corpóreos, é impossível que os corpos celestes sejam causa dos atos humanos.<sup>15</sup>

As influências espirituais, por sua vez, agem sobre os corpos físicos por meio dos corpos celestes e diretamente sobre o intelecto sem intermediários, não possuindo, por outro lado, qualquer poder sobre a vontade.

S. Tomás afirma ainda que, como muitos homens vivem pelas paixões, tendências ligadas

---

<sup>14</sup> \_\_\_\_\_. *Introductorium in astronomiam Albumasaris Abalachi octo continens libros partiales*. n.p.

<sup>15</sup> TOMAS, de Aquino Santo. *Suma teológica*. Vol. 2. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 851.



aos sentidos corpóreos, estes se sujeitam ao poder das estrelas, por isso os astrólogos poderiam dizer a verdade na maior parte dos casos, mas não em ocasiões específicas, pois nada impede que alguém possa resistir a estes instintos. A este respeito, conclui que os astrólogos estão corretos ao afirmar que o “sapiens homo dominatur astris”<sup>16</sup>.

O santo, embora aceite a astrologia como parte das ciências naturais, reprovava explicitamente seu uso na previsão do futuro de indivíduos. Neste argumento, a visão de Agostinho é expressa e afirma que

[...] na adivinhação proveniente da falsa ou vã opinião interfere o demônio, para levar as almas ao que é falso e vão. Em vã e falsa opinião incorre quem pretende, mediante a observação dos astros, descobrir coisas futuras que não se podem conhecer por elas.<sup>17</sup>

Dois tipos de fenômenos não poderiam ser previstos pela observação dos astros: os acontecimentos incertos de natureza humana ou natural e os atos do livre-arbítrio, cuja tentativa de prever Aquino condenou na passagem acima. Este pensamento marca a aceitação da astrologia pela ortodoxia da Igreja.

Raimundo Lúlio emerge como outra figura de grande importância na concepção astrológica do século XIII. Seu *Novo Tratado de Astronomia* (1297), se propõe a explicar os fenômenos astrológicos de acordo com sua “Arte geral para todas as ciências”, que poderia comprovar a razão de grande parte das previsões astrológicas serem falsas. Entretanto, a seguir revela sua busca por encontrar novos métodos para o homem conhecer os segredos da natureza, de modo a adquirir maior conhecimento da astronomia. Ainda em sua introdução, deixa claro que o propósito de seu tratado é em direção aos “Príncipes e os Grandes”, de modo a preveni-los contra “astrônomos enganadores”.<sup>18</sup>

Lúlio divide a astrologia em duas partes: a primeira visa o estudo dos movimentos dos sete planetas, suas conjunções e suas posições nos doze signos; a segunda trata das previsões possíveis mediante estes posicionamentos.<sup>19</sup> Analisa a astrologia dos antigos de acordo com sua Arte, que consiste na sua Tábua Geral, cujos princípios são: a Bondade, a Magnitude, a Duração, o Poder, a Sabedoria, a Vontade, a Virtude, a Verdade, a Glória, a Diferença, a Concordância, a Contrariedade, o Princípio, o Meio, o Fim, a Maioridade, a Igualdade e a Minoridade. E com estes dezoito conceitos gerais é possível conhecer “todos os objetos da ciência possíveis de serem

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. **Suma teológica**. Vol. 2, p. 852. O homem sábio domina as estrelas (tradução do autor).

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **Suma teológica**. Vol. 6. São Paulo: Edições Loyola, 2001, p. 460.

<sup>18</sup> LÚLIO, Raimundo. **Astrologia Medieval: O Novo Tratado de Astronomia de Raimundo Lúlio**. Tradução de Esteve Jaulent. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência “Raimundo Lúlio”, 2011, p. 19.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. **Astrologia Medieval**, p. 21.



conhecidos.”<sup>20</sup> Além disso, autor divide os planetas por elementos, que são classificados por temperamentos: A (quente e úmido), B (quente e seco), C (frio e seco) e D (frio e úmido)<sup>21</sup>. Utiliza este sistema para interpretar o funcionamento dos astros, suas relações entre si e seus impactos no mundo sublunar.

Lúlio defende a tese de que o céu e os astros são responsáveis diretos pelo funcionamento da natureza, na gestação, corrupção, pelo tempo e pelas estações. “Por exemplo, sem a ajuda do Sol o fogo não poderia fazer ferver a água na marmitta para cozer a carne em lugar de esfriá-la. O fogo faria com que a água se comportasse de modo contrário à sua natureza, isto é, esfriar.”<sup>22</sup>. O céu e os astros existem para manter o funcionamento dos fenômenos naturais. Todavia, repreende os antigos astrônomos por não considerarem o funcionamento dos astros de acordo com as qualidades dos quatro elementos e dos dezoito princípios expostos por Lúlio, bem como suas relações de dominação de um sobre o outro, o que teria provocado previsões enganosas.<sup>23</sup> É emblemático que a principal condenação feita por Lúlio aos antigos é devido a uma falta de sistematização do saber astrológico.

Porém, Lúlio considera que a prática astrológica é desnecessária por duas razões. A primeira se dá ao constatar que todos os planetas e constelações estariam sujeitas à vontade divina, assim, o funcionamento destes corpos poderia ser alterado através de orações apropriadas, de forma que Deus poderia interferir facilmente no sistema planetário para atender aos pedidos dos fiéis. “[...] na natureza de Áries, Júpiter e Marte, pela qual deveria haver fome ou enfermidade e alguma região; todavia, não obstante isto, pela oração ou santidade de alguém ou de alguns homens, Deus dará saúde, chuva e abundancia de bens temporais.”<sup>24</sup> A segunda é com respeito ao funcionamento da astrologia judicial, sobre a qual Lúlio acompanha outros autores cristãos ao afirmar que os astros não tem qualquer poder sobre o destino e as decisões dos homens.

Gêmeos, Júpiter e Mercúrio formam uma boa constelação; se algum homem que nasceu nesta constelação estivesse em pecado morta, seguir-se-ia que, se a astronomia fosse uma ciência necessária, nesta constelação ele se arrependeria do pecado, aceitaria fazer penitência e praticaria boas obras por meio desta constelação que é boa. Porém o que se observa é que muitos homens permanecem em pecado mortal [...].<sup>25</sup>

Embora sistematize a astrologia dos antigos de acordo com sua própria teoria da natureza, Lúlio reconhece a futilidade do conhecimento destes fenômenos por serem sempre sujeitos à vontade divina e por serem incapazes de fornecer previsões confiáveis sobre o destino

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 49.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 50-51.

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 59.

<sup>23</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 151.

<sup>24</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 155.

<sup>25</sup> \_\_\_\_\_. *Astrologia Medieval*, p. 157.





e a vontade dos homens.

Para Curry e Carey, apesar da grande difusão do pensamento astrológico na Idade Média tardia (passando a desfrutar, inclusive, do apoio das autoridades religiosas), a astrologia medieval foi um movimento principalmente orientado às elites políticas e intelectuais (como demonstrado por autores como Raimundo Lúlio), cujo debate se dava em ambientes restritos, e distinguiu-se (ao menos até o século XII) da magia no que diz respeito ao seu ambiente de debate, embora, até este período, ambas fossem igualmente condenadas pela ortodoxia teológica e vistas como práticas semelhantes. As práticas astrológicas passaram, a seguir, por um acentuado crescimento a partir do século XV, se popularizando por toda a Europa ocidental em todas as camadas sociais.<sup>26</sup>

### A Magia

O termo “magia”, como revelam Kieckhefer, Hanegraaff e Bremmer, tem sua raiz etimológica da palavra *magi*, que se referia às artes dos sacerdotes persas de Zoroastro, conhecidos pelos gregos a partir do século V a.C. Embora não possuíssem uma ideia clara da função destas pessoas, eram conhecidos por gregos e romanos, devido às suas alegações que, entre outras, consistiam em interpretar fenômenos por meio de estrelas, curar outras pessoas utilizando complexos procedimentos cerimoniais e conhecerem o funcionamento de leis ocultas da natureza. “Whatever they did, however, was by definition ‘the arts of the magi,’ or ‘the magical arts,’ or simply ‘magic.’”<sup>27</sup> Referindo-se a povos estrangeiros, o termo *magi* (que para os gregos que o utilizavam a partir do século VI a.C., continha um sentido positivo), para os romanos no período helenístico possuía uma conotação negativa, servindo para classificar tudo o que possuísse habilidades ou costumes exóticos e contraindicados.<sup>28</sup>

A magia, deste modo, era algo obscuro e perigoso. Os primeiros escritores cristãos utilizavam desta abordagem para se referir aos costumes pagãos romanos, visto que, se eles podiam fazer predições ou curar ferimentos, isso se devia aos seus deuses, tidos como falsos e demoníacos pelos primeiros escritores cristãos. Logo, a religião pagã, também apreensiva em relação à magia do oriente, tornou-se, ela própria, uma forma de magia demoníaca e sinistra para os sucessores cristãos. A partir de então, as práticas mágicas e, conseqüentemente, os magos passaram a ser categoricamente associados aos demônios.

<sup>26</sup> CURRY, Patrick. **Prophecy and Power: Astrology in Early Modern England**. Nova Jersey: University Press, 1989. 248 p.; CAREY. **Counting disaster**, 282 p.

<sup>27</sup> KIECKHEFER, Richard. **Magic in the Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p.10. Tudo o que eles faziam, entretanto, era por definição “as artes dos *magi*”, ou “artes mágicas”, ou simplesmente “magia”.(tradução do autor)

<sup>28</sup> HANEGRAAFF. **Esotericism and the academy**, 2002. p. 1-12.



Assim como a astrologia, a magia se localizou em um ponto de cruzamento entre as práticas religiosas e a ciência. A magia medieval teria como base duas principais fontes: a cultura pagã greco-romana e a cultura nativa de povos celtas e germânicos. Por outro lado, a magia também se encontra no ponto de contato entre a cultura popular e a erudita. Ainda que determinadas práticas fossem de origem popular, algumas eram tão difundidas que chegavam a ser compartilhadas por diversos estratos sociais, como entre clérigos, leigos, nobres e cidadãos comuns. Concepções populares foram com frequência utilizadas por estudiosos medievais e autoridades eclesiásticas e, posteriormente, retornadas para a sociedade forma de pregações e costumes. Embora não constituíssem necessariamente as mesmas práticas, possuíam todavia, uma similaridade em suas formas básicas. Esta difusão teria se acentuado durante a Baixa Idade Média, com a recepção de textos de magia árabes.<sup>29</sup>

Em geral, a teologia medieval via duas principais formas de magia: a *magia naturalis* (magia natural) e a magia demoníaca. A magia natural não era vista separadamente da ciência, mas sim como um de seus campos, e se preocupava com a investigação de suas *qualitates occultae* da natureza. Por outro lado, a magia demoníaca se ligava diretamente à religião, e era encarada como uma perversão desta, recorrendo a forças demoníacas em troca de favores diversos e se afastando de Deus. Entretanto, esta separação estava longe de ser bem definida. Curas feitas com auxílio de ervas poderiam, por exemplo, ser encaradas por autoridades religiosas como sendo um tipo de magia demoníaca. As opiniões de autoridades como S. Agostinho e Isidoro de Sevilha, enormemente consideradas em tópicos como a magia e astrologia, fez com que “[...] for many writers in medieval Europe all magic was by definition demonic; not everyone agreed that there was such a thing as natural magic”<sup>30</sup>.

É preciso ressaltar que, até o século XIII, a magia era vista intimamente relacionada à astrologia. A construção desta associação se deve, entre outros fatores, pela autoridade dos Padres da Igreja (que as viam como práticas relacionadas condenáveis e enganosas), repercutindo em diversos autores da posteridade. É emblemático o comentário de Isidoro de Sevilha em suas *Etymologiae*, um dos autores mais consultados a respeito destes assuntos, que coloca os representantes da magia ao lado dos *mathematici*, ou seja, os astrólogos, responsáveis pelos cálculos celestes, ambos como atores de práticas condenáveis. Isidoro os considera supersticiosos, embora o associe aos Magos do Evangelho. “Primum autem iidem stellarum

---

<sup>29</sup> \_\_\_\_\_, *Magic in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. 240 p.; BAILEY, Michael D., *Battling Demons: Witchcraft, Heresy, and Reform in the Late Middle Ages*. University Park, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2003. 212 p.

<sup>30</sup> KIECKHEFER, *Magic in the Middle Ages*, p. 9.



interpretes *magi* nuncupabantur, sicut de his legitur qui in Evangelio natum Christum annuntiaverunt; postea hoc nomine soli *mathematici*<sup>31</sup>.

Posteriormente, Rabano Mauro em seu *De magicis artibus*, apresenta a visão geral adotada pelos Padres da Igreja acerca dos demônios e suas supostas participações nas artes divinatórias (associadas, novamente, à magia). Deste modo, a geomancia, hidromancia, aeromancia e a piriomancia, embora afirmem serem divinas “[...] quasi Deo pleni. Divinitate enim plenos se esse assimilant, et astuta quadam fraudulentia, hominibus futura coniectant”<sup>32</sup>.

Entretanto, durante o intenso contato cultural com o mundo árabe a partir do século XII, a magia, assim como a astrologia, a alquimia e outras “ciências ocultas”, também teria sua imagem reformulada a partir de então. A partir do século XII, muitos livros sobre magia, como o *Picatrix* do século X, e aqueles de *Ars Notoria*, que se baseavam na invocação de espíritos angélicos, foram traduzidos do árabe para o latim. A *magia naturalis* adquiria um novo fôlego com a aceitação das obras de Aristóteles (fato que também favoreceu enormemente o desenvolvimento da astrologia), bem como da nova aceitação da Natureza, beneficiada pela recepção dos textos árabes. Novos modos de transformação espiritual, operados a partir da natureza, floresceram. O pensamento franciscano e seu amor à natureza, influente a partir do século XIII, serviu como apoio a esta concepção. A escola de Oxford também contribuiu para esta mudança, através de nomes como Roger Bacon (1214-1294) no campo da alquimia e da astrologia, e de Robert Grosseteste (1168-1253) no saber teológico.<sup>33</sup>

É preciso, entretanto, levar em conta que a magia até o século XIII era vista não como um contrário da religião de modo geral, mas sim como tudo o que fosse externo aos dogmas religiosos e suas normas. Complementando Faivre, estes autores revelam ainda que, a partir do século XIII, a *magia naturalis* se impõe em relação à magia demoníaca, possibilitada pelo recém incorporado conhecimento árabe embebido na ciência e nas doutrinas esotéricas helenísticas, como o Neoplatonismo, a filosofia grega, a magia oriental persa, a *Kabbalah* judaica e o Hermetismo alexandrino. Iniciada a partir dos centros de tradução da Península Ibérica e do sul da Península Itálica, a magia natural adquiriu um novo status na cultura europeia.<sup>34</sup>

<sup>31</sup> SANCTI ISIDORI HISPALENSIS EPISCOPI. *Opera Omnia*, vol. 82, p. 313. Inicialmente, entretanto, os mesmos interpretes das estrelas eram chamados de *magos*, assim como se lê no Evangelho acerca daqueles que anunciaram o nascimento de Cristo; posteriormente foram chamados somente por *matemáticos*. (tradução do autor).

<sup>32</sup> B. RABANI MAURI. *Opera Omnia*. In: *Patrologiae cursus completus: Series Latina*. Ed. J. P. Migne. Parisiis: Migne, 1845, vol. 110, p. 1098. [...] quase plenas de Deus. Embora se consideram cheias de divindade, com uma fraudulentia astuta delineiam os futuros para os homens. (tradução do autor)

<sup>33</sup> FAIVRE. *Western Esotericism*, 128 p.

<sup>34</sup> HANEGRAAFF. *Esotericism and the academy*. 480 p.; KIECKHEFER. *Magic in the Middle Ages*. 240 p.



Hanegraaff pontua que, embora Isidoro tivesse condenado diversos tipos de divinação associados à práticas mágicas, também dividiu a astrologia entre um tipo supersticioso e outro natural, ou seja, este último sendo legítimo. Foi preciso uma pequena adaptação para validar a magia como um todo, e argumentar que as práticas demoníacas e idólatras não deveriam ser confundidas com os dignos estudos das leis ocultas da natureza, a *magia naturalis*. “This new term should therefore be understood *not* as an attempt to present magic as scientific, but as an apologetic concept intended to protect the study of the ancient sciences against theological censure”<sup>35</sup>.

O bispo William de Auvergne (1180/90-1249), foi um dos primeiros autores a utilizar deste novo sentido de magia. William afirmava que, enquanto uma parte da magia estava legitimamente interessada em investigar os fenômenos naturais, uma outra, com a qual possuía certas ligações, se preocupava com os ritos pagãos e demoníacos, e deveriam ser combatidas sumariamente. É preciso ainda ressaltar que o mesmo autor cita uma passagem presente em S. Agostinho, sobre os produtores de imagens de deuses presentes no texto hermético do *Asclépius*, onde Hermes exalta a habilidade dos construtores egípcios em criar representações de divindades e anima-las, inserindo as almas destes deuses nestas imagens.<sup>36</sup>

O texto do *Asclepius* 23-24/37-38<sup>37</sup> a partir de William de Auvergne, foi alvo de intenso debate sobre a “magia astral” durante a Renascença, que absorvia forças ou *qualitates* das estrelas, e, conseqüentemente, entrou em jogo o uso de talismãs e imagens astrológicas. Se os talismãs fossem dedicados a entidades específicas, em relação com os corpos celestes, cujo poder poderia ser canalizado no receptáculo (ou seja, na representação), este ato poderia ser visto como um culto a demônios astrais. Entretanto, se a imagem possuísse suas qualidades somente das forças “naturais” das estrelas, isso poderia ser aceito como magia natural, como expresso no *Speculum Astronomiae*, por volta de 1260, de Albertus Magnus (c.1193-1280), tratado que desfrutou de grande repercussão no século XIII. Enquanto a magia natural ilícita se baseava em imagens devotadas a inteligências, a magia natural lícita se assentava em relações de causalidade dentro de

---

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. **Esotericism and the academy**, p.173. Este novo termo deve ser entendido, entretanto, não como uma tentativa de mostrar a magia como científica, mas como um conceito apologético, com a intenção de proteger o estudo das ciências antigas da censura teológica. (tradução do autor)

<sup>36</sup> HANEGRAAFF. **Esotericism and the academy**. 480 p.; KIECKHEFER. The Specific Rationality of Medieval Magic. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 99, n. 3, p.813-836, jun. 1994. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/2167771>.

<sup>37</sup> Asclepius. In: COPENHAVER, Brian P. (Ed.). **Hermetica: The Greek Corpus Hermeticum and the Latin Asclepius in a New English Translation, with Notes and Introduction**. 1995: Cambridge University Press, 1995. p. 67-92. BAILEY. **Battling Demons: Witchcraft, Heresy, and Reform in the Late Middle Ages**. University Park, Pennsylvania: **The Pennsylvania State University Press**, 2003. 212 p.



um enquadramento predominantemente naturalista.<sup>38</sup>

Por outro lado, embora legitimando a magia natural em teoria, a racionalidade teológica colocou os apologistas da *magia naturalis* em uma posição extremamente defensiva, tendo sempre que justificar perante as autoridades religiosas que suas práticas não eram do tipo ilícito, ou seja, que eram participantes de processos plenamente naturais e não a inteligências invisíveis. Este fato viria a se alterar com as influências neoplatônicas, vindas também de fontes árabes, cujo texto *De radiis* de Al-Kindi, disponível em latim a partir do século XIII, oferecia uma concepção oposta, que guiaria a magia e a astrologia rumo ao Neoplatonismo do século XV, representado por nomes como Marsílio Ficino (1433-1499), cujo tratado de Al-Kindi figurou como uma de suas fontes.<sup>39</sup>

### Conclusão

A magia e a astrologia foram componentes importantes da cultura medieval. O intercâmbio com o mundo árabe proporcionou a estas correntes um intenso desenvolvimento. A astrologia, que desde a Antiguidade Tardia, era vista com relativa indiferença na cultura ocidental (presente, sobretudo em calendários e práticas medicinais), particularmente devido aos comentários reprobatórios dos Padres da Igreja, passaria a ser um ramo de conhecimento legítimo a partir do século XII, sendo, inclusive, presente em currículos universitários e desenvolvendo-se ainda mais até os séculos XV e XVI.

A magia, por um percurso semelhante, a partir do contato com o conhecimento árabe passou a se afirmar como um campo de conhecimento legítimo no estudo da natureza, embora jamais tenha desfrutado do prestígio da astrologia, devido, sobretudo à necessidade constante de se justificar perante as autoridades teológicas. Entretanto, com a influência de textos neoplatônicos (como o *De radiis* de Al Kindi), a magia adquiria uma carga filosófica de cunho metafísico, que ganhou extrema aceitação por parte de homens de cultura com o advento do Renascimento, como mostra a grande repercussão das obras de autores como Marsílio Ficino e Pico della Mirandola no decorrer dos séculos XV e XVI.

Como elemento chave na aceitação e na difusão destes dois sistemas de pensamento, está a cultura árabe e a ciência aristotélica, cuja recepção no ocidente latino fora profunda. (embora posteriormente estas correntes tenham se ligado, sobretudo, ao Neoplatonismo e ao Hermetismo

<sup>38</sup> \_\_\_\_\_. **Esotericism and the academy.** 480 p.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. **Esotericism and the academy.** 480 p.; WEILL-PAROT, Nicolas. Astral Magic and Intellectual Changes (Twelfth-Fifteenth Centuries): 'Astrological Images' and the Concept of 'Addressative' Magic. In: BREMMER, Jan N.; VEENSTRA, Jan R. (Ed.). **The Metamorphosis of Magic from Late Antiquity to the Early Modern Period.** Leuven: Peeters Publishers, 2002. p. 167-187.



neo-alexandrino). A magia e a astrologia, a partir de então, passarão a ser vistas em estreita relação, (especialmente devido a textos influentes como o *Asclepius*), união que se tornará um aspecto importante na filosofia e na cultura renascentistas posteriormente.

O estudo dos sistemas de pensamento esotéricos é consideravelmente recente na historiografia. Isto se deve, entre outros fatores, concepções tendenciosas acerca do assunto, fazendo com que mesmo os primeiros autores a tratar do campo expressassem um juízo qualitativo sobre os objetos de estudo, produzindo, em muitos casos, trabalhos que não apresentassem de modo adequado a complexidade das relações e conceitos envolvidos nestas correntes de pensamento.

Pesquisadores como Wouter Hanegraaff, Richard Kieckhefer e Antoine Faivre entre diversos outros, têm proposto novos métodos para abordar o assunto, na tentativa de entender estes movimentos (que compõem o assim chamado Esoterismo ocidental) segundo suas próprias exigências metodológicas, em contraposição à racionalismos presentes em visões modernas de raiz positivista, que ainda encaram as correntes esotéricas como “superstições”, “irracionalidades” ou “pseudociências”.

Neste sentido, uma metodologia de base empírica, como defende Hanegraaf, pode ser adequada para se afastar, tanto do religionismo (que dominou parte da historiografia sobre o assunto), quanto do apologismo de natureza racionalista. Estes ramos de conhecimento possuem uma lógica própria<sup>40</sup> e, ao contrário do que se possa pensar, constituíram grande parte das práticas “científicas” e religiosas de muitos períodos históricos<sup>41</sup> (como o emblemático interesse pelo Esoterismo de Isaac Newton), e devem ser tomados de acordo com suas próprias particularidades.

A abertura para outros campos de conhecimento (como a antropologia e a psicologia), assim como a desconstrução dos ideais da Modernidade contribuiu muito para este novo modo de ver o objeto. O combate às correntes filosóficas aqui parcialmente expostas veio de um esforço conjunto do monoteísmo cristão aliado a uma racionalidade de origem grega (cujo ápice se deu no Iluminismo) contra os traços do conhecimento e da tradição pagãos e não, como muito tempo se pensou, um processo natural de desconstrução de “concepções supersticiosas”. Em outras palavras, a ridicularização destas correntes foi uma iniciativa predominantemente ideológica e religiosa e não puramente científica. O combate a estas tradições se deu em terreno filosófico-religioso, cuja “ciência oficial” de cada período (sobretudo a partir do século XVIII),

---

<sup>40</sup> KIECKHEFER. *The Specific Rationality of Medieval Magic*, p.813-836.

<sup>41</sup> FAIVRE. *Western Esotericism*, 128 p.



simplesmente acatou o discurso teológico.<sup>42</sup> Deste modo, historicizando o próprio modo com o qual se viu o objeto até então e, a partir disto, voltar-se a este tema de estudo com outros olhos, tem gerado resultados inovadores e importantíssimos sobre o assunto, trabalhos estes que foram fundamentais para a elaboração deste texto.

---

<sup>42</sup> HANEGRAAFF. *Esotericism and the academy*, 480 p.





# A devoção mercedária e o associativismo leigo da Europa ao Novo Mundo: redenção dos cativos, salvação das almas e apropriações do culto

The devotion of Nossa Senhora das Mercês and the lay associationism from Europe to the New World: captives redemption, salvation of souls and the cult appropriations

**Vanessa Cerqueira Teixeira**

Doutoranda em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
vanessa.teixeira@ufv.br

**Recebido em:** 17/09/2017

**Aprovado em:** 08/12/2017

**RESUMO:** No presente artigo adentraremos no universo religioso das associações leigas, abordando a devoção a Nossa Senhora das Mercês. A partir de uma breve contextualização, nosso objetivo foi compreender as origens e o desenvolvimento da devoção da Europa ao Novo Mundo, dos séculos finais do medievo ao decorrer do Antigo Regime. O ponto de partida foi seu surgimento na Espanha, e, em seguida, o caso português e de seus domínios na América, como sua constituição nas Minas Setecentistas, visto que uma apropriação do culto foi realizada por parte dos crioulos, os negros nascidos no Brasil, entre escravos ou forros. Além da ressignificação cultural e da religiosidade vivenciada no meio confrarial, discutiremos também os temas da libertação dos cativos e da salvação das almas do purgatório, intimamente entrelaçados ao histórico da devoção mercedária.

**PALAVRAS-CHAVE:** Associações leigas, Irmandades religiosas, Nossa Senhora das Mercês.

**ABSTRACT:** On this article we'll delve into the religious universe of the lay associations, discussing the devotion dedicated to Nossa Senhora das Mercês. Based on a brief contextualization, our main goal was to comprehend the origins and the development of the Europe's devotion to the New World, from the Middle Age's final centuries until the Old Regime. The start point was its advent on Spain, and, after that, the portuguese case with domains on America, as its establishment at the Eighteenth Minas Gerais, since an appropriation of the cult was performed by the creole or released slaves. Besides the cultural redefinition and the religiosity experienced on the brotherhood's environment, we shall discuss themes like liberation of slaves and the salvation of the souls from the Purgatory, intimately bound to the Nossa Senhora das Mercês devotion's background.

**KEYWORDS:** Lay associations, Religious brotherhoods, Nossa Senhora das Mercês.



Divididas por critérios como cor, condição, naturalidade ou profissão, as associações leigas<sup>1</sup> foram organizações de pessoas que se uniam por interesses e devoções em comum a partir de um santo protetor. Sua origem remete à Idade Média Ocidental, mais exatamente ao século XIII, e representaram a conquista dos fiéis pela participação na vida religiosa, também inspiradas nas ordens mendicantes.<sup>2</sup> Elas edificavam seu templo, administravam a vida religiosa local, prestavam assistência e auxílio mútuo entre seus membros durante a vida, seus momentos finais e após a morte. Na Idade Moderna disseminaram-se da Europa para os novos territórios recém-povoados com a expansão marítima, chegando também à América portuguesa, onde tiveram papel preponderante durante os períodos colonial e imperial, com destaque para a região mineira, tendo em vista as restrições de entrada do clero regular. De forma geral, possibilitaram a maior participação dos homens de cor que ganhavam voz e representatividade em um espaço específico. Enquanto instituições sociais e devocionais, tais agremiações reforçavam demarcações hierárquicas, constituindo e compartilhando estatutos sociais e identidades, além de representarem uma via possível para a mobilidade social e a interação cultural.<sup>3</sup>

No presente artigo adentraremos no universo das irmandades religiosas, abordando a devoção a Nossa Senhora das Mercês. A partir de uma breve contextualização, o objetivo foi compreender suas origens e seu desenvolvimento da Europa ao Novo Mundo, dos séculos finais do medievo ao decorrer do Antigo Regime. Nosso ponto de partida foi o surgimento das primeiras associações leigas na Espanha, tendo em vista seu ideal caritativo de libertação dos escravos cristãos aprisionados sob o poderio dos mouros, para, em seguida, discutirmos o caso português e de seus territórios além-mar. Por fim, ressaltaremos o caso das Minas Setecentistas, visto que uma apropriação do culto desenvolveu-se por parte dos crioulos, os negros nascidos

---

<sup>1</sup> Embora o termo genérico “associações leigas” seja utilizado para fazer referência a diferentes formas de agremiação com o intuito de promover o culto a uma particular devoção, devemos distinguir outros três termos importantes: irmandades, confrarias e ordens terceiras. De acordo com o Código Canônico e as análises de Fritz Teixeira de Salles, Caio Boschi e Célia Borges, quando as instituições fossem reguladas por Estatutos, formando uma organização hierarquizada com caráter seletivo e restritivo de admissão de seus membros, seriam chamadas de irmandades. Já as confrarias seriam as associações mais voltadas à promoção de eventos e cultos religiosos públicos. Entretanto, muitos autores preferem não fazer distinção entre os termos, pois em diferentes casos uma irmandade se denominava confraria e vice-versa. É preciso destacar que quando uma confraria tem o poder de agregação e concede privilégios e indulgências, estamos diante de uma arquiconfraria. Quanto às ordens terceiras, estas eram as associações que se preocupavam com os ideais de perfeição da vida cristã, sendo administradas pelas normas e costumes específicos da ordem a que pertenciam. Em suma, as irmandades respondiam ao bispo diocesano e eram subordinadas ao clero secular, enquanto as ordens terceiras respondiam à ordem primeira à que se filiavam, ao clero regular. SALLES, Fritz Teixeira de. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**. Belo Horizonte: UFMG, 1963; BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder**. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986; BORGES, Célia Maia. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: Devoção e Solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

<sup>2</sup> VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na Idade Média ocidental: séc. VIII-XIII**. Lisboa: Estampa, 1995.

<sup>3</sup> SALLES. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro**; BOSCHI. **Os Leigos e o Poder**; BORGES. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**.



nos domínios portugueses da América, principalmente enquanto escravos ou forros.

### **Devoção e caridade: os pilares do associativismo leigo desde suas origens medievais**

O alvorecer do associativismo leigo data do século XIII, vindo de um longo percurso de luta por espaço e participação iniciado na Baixa Idade Média. Segundo André Vauchez<sup>4</sup>, o grande salto na atuação dos fiéis na direção da vida religiosa foi o surgimento das confrarias, pois eles procuravam uma religião mais prática e acessível, e essa acessibilidade seria encontrada através dos mediadores celestes. Consagradas sob a proteção de um santo, as confrarias religiosas se destacaram pela caridade e pelo auxílio mútuo assumido no momento de sua constituição, promovendo a doação de esmolas aos membros pobres, a assistência aos doentes ou a realização de preces e sufrágios aos irmãos defuntos.

As associações leigas variavam de região para região, tendo leigos e clérigos em pé de igualdade. Muitas se mantinham ligadas aos mosteiros e conventos que as aceitavam, enquanto outras só recorriam aos clérigos na hora da realização das missas. O traço comum em todas elas era o fato de dirigirem a si próprias, elegendo seus próprios administradores. Seu grande sucesso nos séculos finais do medievo “deveu-se às altas taxas de mortalidade, às migrações, à desagregação das famílias, levando homens e mulheres a organizarem-se em associações de solidariedade”<sup>5</sup>. Sendo assim, elas possibilitaram a identificação grupal e a formação do parentesco artificial, sempre pautadas na solidariedade fraternal nesse mundo e no além.<sup>6</sup>

Durante o século XII várias vias de acesso para a participação dos fiéis na vida religiosa já estavam em desenvolvimento, como sua integração em comunidades nos entornos dos mosteiros, em ordens militares, em uma vida penitencial ou em diferentes grupos religiosos que se proliferavam. Também durante a Baixa Idade Média novas concepções sobre a pobreza e a caridade foram geradas, visto que as esmolas, as doações e a benemerência adquiriram grande destaque.<sup>7</sup> Segundo Isabel dos Guimarães Sá<sup>8</sup>, formava-se um processo de “sacralização da pobreza”.

A simplicidade e a recusa da riqueza coletiva começaram a ganhar força entre alguns

---

<sup>4</sup> VAUCHEZ. **A espiritualidade na Idade Média ocidental.**

<sup>5</sup> BORGES. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**, p. 45.

<sup>6</sup> BOSSY, John. **A cristandade no Ocidente. 1400-1700.** Lisboa: Edições 70, 1985; CHAUNU, Pierre. **O Tempo das Reformas (1250-1550).** História religiosa e sistema de civilização. Trad. Cristina Diamantino. Lisboa: Edições 70, 2002; ROSA, Maria de Lurdes. **Sociabilidades e espiritualidades na Idade Média: a historiografia portuguesa sobre os comportamentos religiosos dos leigos medievais.** *Lusitania Sacra*, 2ª série, 21, p. 75-124, 2009.

<sup>7</sup> VAUCHEZ. **A espiritualidade na Idade Média ocidental.**

<sup>8</sup> SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português, 1500-1800.** Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.



segmentos religiosos, como os cistercienses que surgiram em oposição à extrema exaltação material de Cluny. Em meio ao desprezo pelo mundo e ao isolamento dos claustros, novas concepções floresciam diante da atuação dos religiosos junto aos leigos, formando-se uma espiritualidade da ação. Contudo, apenas no século XIII surgiriam as ordens mendicantes, que seriam os grandes exemplos do desprezo aos bens materiais com o ideal de pobreza e o destaque do Cristocentrismo. A Idade Média foi um período de muitas mudanças que são indispensáveis para compreensão da história da Igreja Católica, mas o papel desempenhado pelos indivíduos também é fundamental, pois surgia uma cristandade que se dedicava ao mundo e acreditava no esforço do homem em cooperar com a graça divina.<sup>9</sup>

Ao mesmo tempo em que a caridade tomava novas formas e significados, uma predileção mística pela pobreza surgia, pois até o século XII a indigência era vista como castigo e preço do pecado. Os religiosos se viram diante do problema da riqueza e de um número crescente de pobres, levando ao surgimento de muitas fundações hospitalares e caritativas no Ocidente, muitas vezes originando a formação de congregações religiosas.<sup>10</sup> Algumas confrarias leigas se estabeleceram pelas estradas de peregrinação, também como alojamento de viajantes. Além de um período de reformas na Igreja, o século XII veria o desenvolvimento das lutas contra o Islã e a espiritualidade das Cruzadas, sendo a guerra religiosa uma das formas encontradas para a participação do leigo nos assuntos da fé. As Cruzadas, antes pautadas em perspectivas escatológicas e messiânicas, passaram a ser baseadas no exercício da caridade pela libertação dos cativos. Os Trinitários, por exemplo, foram instituídos em 1198 por São João de Matha, e buscavam a libertação dos escravos cristãos nos países muçulmanos.<sup>11</sup> Nesse mesmo contexto se constituía a devoção mercedária, e é sobre ela que discutiremos a seguir.

### **O histórico da devoção mercedária e a redenção dos cativos**

A história de Nossa Senhora das Mercês tem origem espanhola, no século XIII, período marcado pela dominação dos mouros que tomavam parte da Península Ibérica e obrigavam os

---

<sup>9</sup> VAUCHEZ. **A espiritualidade na Idade Média ocidental**; DELUMEAU, Jean. **O Pecado e o Medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, v. 1 e 2.

<sup>10</sup> Em contrapartida, a partir do século XVI a pobreza começa a ser vista com desconfiança e o pobre passa a ser tratado de forma mais excludente e marginalizada. “As ‘representações’ do mendigo, em geral, tenderão a estar inseridas no âmbito da marginalidade. Pergunta-se que doenças estará prestes a transmitir, se não será um bandido, porque razões não permaneceu no seu lugar de origem, porque não tem uma ocupação qualquer. Assim mesmo, quando um mendigo forasteiro aparecia em uma cidade, no século XVI ele ainda era tratado e alimentado antes de ser expulso. Já no século XVII, ele teria a sua cabeça raspada, como um sinal representativo de exclusão, passando algumas décadas depois a ser açoitado, e já no fim desse século a mendicância implicaria na condenação”. BARROS, José D’Assunção. História e Saberes Psi – Considerações Interdisciplinares. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**. Florianópolis, v. 8, n. 2, Jul./Dez. 2011, p. 49.

<sup>11</sup> VAUCHEZ. **A espiritualidade na Idade Média ocidental**.



cristãos a se tornarem seus cativos. Estes só alcançariam a liberdade se convertidos à fé islâmica.<sup>12</sup> A Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês da Redenção dos Cativos foi fundada em 10 de agosto de 1218 no Reino de Aragão na Espanha, pelos investimentos de São Pedro Nolasco e São Raimundo da Penaforte, junto ao rei D. Jaime I. Pedro Nolasco era um fidalgo de origem francesa, além de militar e comerciante, e já se dedicava à prática de resgate dos cristãos aprisionados pelos mouros através do pagamento pelas libertações.<sup>13</sup> Com o desejo de se tornar redentor, à semelhança de Cristo, propôs ainda a entrega de sua vida pelos cristãos cativos, estabelecendo um voto especial chamado “voto de redenção”.<sup>14</sup> Já Raimundo da Penaforte era padre e um dos mais destacados teólogos do período, enquanto D. Jaime I, o Conquistador, foi monarca de Aragão, conde de Barcelona, príncipe da Catalunha e senhor de Montpellier.<sup>15</sup>

Segundo os relatos da Ordem, a Virgem teria aparecido em sonho para os três homens em uma mesma noite. Ao consultar seu confessor, o teólogo Raimundo da Penaforte, Pedro Nolasco descobriu que a Virgem havia aparecido para ambos, fazendo o mesmo pedido de intercessão pelos cristãos cativos. Ao recorrerem ao monarca de Aragão, ficaram ainda mais surpresos ao perceber que ele também havia recebido o mesmo chamado. Após a constatação da mesma aparição, eles constituíram a Ordem com os votos de castidade, obediência e pobreza.<sup>16</sup> Além disso, como deveriam proporcionar a libertação dos cativos, desempenhavam também seu fim militar.<sup>17</sup> Em vista disso, esses religiosos tornavam-se então “prisioneiros dos mouros se tal fato fosse necessário para a libertação dos cativos”, e ainda “dedicavam-se também ao cuidado dos doentes e peregrinos, sem excluir a contingência da guerra sempre que as circunstâncias

---

<sup>12</sup> TRINDADE, Cônego Raymundo. Igreja das Mercês de Ouro Preto. Documentos do seu arquivo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, vol. 14, pp. 161-162, 1959; SILVA, Kellen Cristina. **A Mercês Crioula**: estudo iconológico da pintura de forro da igreja de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José Del Rei, 1793-1824. 2012. 271f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João Del – Rei, Departamento de Ciências Sociais Política e Jurídicas, São João Del – Rei, 2012.

<sup>13</sup> PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor**: pardos e crioulos em ordens terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808). 2014. 356 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2014. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1639.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2017.

<sup>14</sup> AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

<sup>15</sup> PRECIOSO. **Terceiros de cor**.

<sup>16</sup> Há, entretanto, uma segunda versão para a criação da Ordem Mercedária. De acordo com Frei Fernando Henrique, a Ordem não foi fundada por Raimundo da Penaforte e Jaime I, mas apenas por Pedro Nolasco, que era de origem espanhola e contou com a ajuda do Bispo de Barcelona, Berenguer de Palou. Este teria cedido o símbolo da Catedral de Barcelona para os mercedários, enquanto Jaime I teria doado seu escudo para que a Ordem tivesse livre passagem por suas terras. Com a união de ambas as doações os mercedários forjaram seu próprio escudo. Um ponto importante para essa versão é que uma ordem fundada apenas por um leigo teria menos valor, justificando assim a junção do Bispo e do Rei, responsáveis apenas pelo auxílio em sua consolidação, e não na fundação. SILVA. **A Mercês Crioula**.

<sup>17</sup> \_\_\_\_\_. **A Mercês Crioula**.



assim o determinassem”<sup>18</sup>.

O histórico da religião mercedária foi apresentado pelo Padre Antônio Vieira em um de seus sermões, publicado posteriormente. Além de reafirmar tal versão da aparição da Virgem, abordou também a vida de Pedro Nolasco, principal idealizador da Ordem. Segundo o jesuíta, Pedro Nolasco poderia ser caracterizado como “um santo dotado da natureza”, “favorecido da fortuna”, “mimoso da graça” e “imitador de Cristo”. Era considerado um santo soldado, valente, forte e invencível. Antônio Vieira ressaltou constantemente em sua obra que Pedro Nolasco se diferenciava dos outros santos porque professou na função de pedinte para remir os cativos em terras de mouros. Ou seja, a perfeição de sua ação era o fato de pedir para dar, e se havia algo que repugnasse os homens era o ato de pedir.<sup>19</sup>

Após instituir a Ordem, Pedro Nolasco ordenou que seus seguidores professassem pobreza, deixando tudo que tinham, e se comprometessem com o voto da redenção dos cativos cristãos. O jesuíta ressalta em todo o sermão as vantagens da Religião das Mercês, não comparável às outras religiões, dando sempre grande ênfase a sua importância ímpar ao priorizar a salvação dos aprisionados. Para ele, dentre todas as obras humanas, a esmola era a que mais dispunha de misericórdia divina diante da remissão dos pecados. Por isso os mercedários possuíam uma dupla função de salvação, tanto entre os livres que pediam e doavam quanto entre os cativos que libertavam. Os mercedários se preocupavam, portanto, com a redenção dos corpos e das almas, privando-se de sua liberdade em prol de uma ação caritativa maior. O empreendimento desses religiosos não era apenas o resgate físico dos escravizados, mas a libertação frente ao perigo da perda da fé.<sup>20</sup>

Após os empreendimentos de Pedro Nolasco, a fundação da Ordem Mercedária foi finalmente concluída quando Raimundo da Penaforte adotou a Regra de Santo Agostinho, recebendo a confirmação do papa Gregório IX em 1235. Logo no início de seu desenvolvimento, a Ordem situava-se no antigo Hospital de Santa Eulália, que fazia parte do Real Palácio de Barcelona. Com o objetivo de conseguir uma melhor localização para a edificação de um convento e uma capela, Pedro Nolasco incentivou a realização de uma nova construção, autorizada pelo bispo de Barcelona em 1249, sendo o rei de Aragão considerado o principal patrono da obra.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> AZEVEDO. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, p. 194.

<sup>19</sup> VIEIRA, Padre Antônio. Sermão de S. Pedro Nolasco. In: **Sermões**. Erechim: Edelbra, 1998. Disponível em: <[http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/\\_documents/0006-02046.html](http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/_documents/0006-02046.html)>. Acesso em 24 mar. 2017.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. **Sermão de S. Pedro Nolasco**.

<sup>21</sup> PRECIOSO. **Terceiros de cor**.





A Ordem Mercedária desenvolveu-se rapidamente pela Catalunha, Aragão, Castela e França. Já a Ordem Terceira de Nossa Senhora das Mercês foi iniciada em 1265, quando um grupo de mulheres moradoras nos arredores do convento da Ordem de Barcelona solicitou o hábito de terceiras. A devoção se disseminaria por toda Europa, principalmente através das associações leigas que se formariam ao longo do século XIII, também inspiradas pelo surgimento das ordens mendicantes. De forma geral, uma de suas grandes funções era a arrecadação das somas necessárias para o resgate dos cativos em terras islâmicas.<sup>22</sup>

Distintas invocações da Virgem possuíam a carga simbólica de combate aos não-cristãos, como Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora dos Remédios, o que também expressava o discurso catequético produzido na expansão das devoções marianas.<sup>23</sup> Como apontou John Bossy<sup>24</sup>, o Islão era o grande inimigo do Reino Cristão, e tal fato seria constantemente reafirmado nos âmbitos político e religioso. Dessa forma, é de suma importância ter em vista a imagem de tais inimigos do mundo cristão na Europa e, em particular, nos casos da Espanha, de Portugal e de seus domínios. Essa imagem era formada pelas visões do “inimigo infiel” e das “raças infectas”, juntamente à rejeição da religião do “outro”.

Maximiliano Gozalo<sup>25</sup> realizou um amplo estudo sobre a escravidão de espanhóis em terras muçulmanas, a escravidão dos mouros em terras cristãs, as ações de resgate promovidas por ambos os lados e o papel desempenhado pelas ordens religiosas. Segundo o autor, a escravidão no medievo europeu era doméstica, em grande parte feminina e alimentada pelo envio de indivíduos de regiões da Ásia Central, próximo ao Oriente e Balcãs. Houve uma fase de expansão nos séculos XIII e XIV, mas foi gradualmente declinando até o século XVI. Nesse período a escravidão adquiria novas características como consequência da expansão turca, da abertura das rotas atlânticas – com destaque para a África e América – e do novo impulso no conflito cristão-muçulmano. Para ambos os mundos, o infiel era feito prisioneiro e considerado um escravo. Quanto a isso, devemos esclarecer que

tanto o direito canônico como o direito alcorânico legitimavam a apreensão de cativos considerados infiéis por ambos os credos. Estava em causa não só a possibilidade de uma futura conversão como o ganho a obter com o resgate do

---

<sup>22</sup> \_\_\_\_\_. **Terceiros de cor.**

<sup>23</sup> SOUZA, Daniela dos Santos. Devoção e Identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João del-Rei – séculos XVIII e XIX. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História.** São Paulo, julho 2011; DELFINO, Leonara Lacerda. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos: Fronteiras, Identidades e Representações do Viver e Morrer na Diáspora Atlântica.** Freguesia do Pilar-São João Del-Rei (1782-1850). 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2015.

<sup>24</sup> BOSSY. **A cristandade no Ocidente.**

<sup>25</sup> GOZALO, Maximiliano Barrio. **Esclavos y Cautivos.** Conflicto entre la cristiandad y el Islam en el siglo XVIII. Junta de Castilla y León: Consejería de Cultura y Turismo, 2006.





prisioneiro. O valor era calculado com base na posição social da pessoa aprisionada e na possibilidade de uma futura troca por outros cativos.<sup>26</sup>

Nesse novo contexto, não se modificava apenas a forma de aquisição do escravo por parte dos europeus, mas também a procedência desse escravo. A maioria era de origem *magrebi*, ou seja, do noroeste da África, como Argélia e Marrocos; mas havia também os chamados “mouros”, indivíduos do norte da África. A presença de escravos cristãos em terras muçulmanas e de muçulmanos em terras cristãs levava as autoridades a estabelecerem um tratamento diferenciado, com certas vantagens e evitando excessos nos castigos. Muitos escravizados conseguiam trabalhar e deixavam parte do seu lucro com seus donos, podendo ser escravos particulares ou públicos. Sendo assim, alguns conseguiam ainda comprar sua liberdade.<sup>27</sup>

Ao longo da Idade Moderna, a Congregação para a Propagação da Fé ou *Propaganda Fide*, movimento missionário ligado à Santa Sé fundado em 1622, foi responsável por enviar missionários não-lusitanos às regiões africanas e asiáticas no contexto do Padroado Régio<sup>28</sup>, se preocupando com o espiritual dos milhares de cristãos cativos em Magreb. Os sacerdotes que estavam cativos já deveriam prestar assistência espiritual aos seus companheiros, mas havia também os que iam até os escravos para negociar os resgates. Em meados do século XVII se reorganizaram as missões, com destaque para a atuação dos franciscanos e dos capuchinhos, sendo estes os representantes de uma ordem própria que é também um ramo da família franciscana. Contudo, tal atuação deixava de lado a ação dos trinitários que já estavam presentes em terras muçulmanas desde o século XVI, o que gerava grandes problemas de jurisdição. Em cada região uma ordem específica ficava a cargo da assistência espiritual dos cativos cristãos. Na Espanha, por exemplo, mercedários e trinitários dividiram a missão de libertação dos cativos.<sup>29</sup>

*La redención de cautivos es tan antigua como el cautiverio, aunque la forma de realizarla experimenta profundas modificaciones con el passo del tiempo. Em España son las órdenes religiosas de la Merced y la Trinidad las que desarrollan esta función, pues la Orden Tercera de San Francisco y las obras pías que tienen por fin rescatar cautivos, normalmente, entregan el caudal disponible a los mercedarios o trinitarios para que lleven a cabo el rescate.*<sup>30</sup>

Segundo Gozalo<sup>31</sup>, até o reinado de Felipe II, em meados do século XVI, as ordens religiosas gozavam de autonomia no desempenho do resgate, porém este reinado passou a controlar tal ação através do Conselho Real. As ordens, que desempenhavam todo o trabalho,

<sup>26</sup> AZEVEDO. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, p. 94.

<sup>27</sup> GOZALO. **Esclavos y Cautivos**.

<sup>28</sup> SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e palavra: discursos, contendas e direito de Padroado em Mariana (1748-1764)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 2007; BOXER, R. Charles. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica (1140-1770)**. Trad. Vera Maria Pereira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

<sup>29</sup> GOZALO. **Esclavos y Cautivos**.

<sup>30</sup> \_\_\_\_\_. **Esclavos y Cautivos**, p. 231.

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. **Esclavos y Cautivos**.



ficavam então subordinadas ao Conselho e obrigadas a lhe prestar contas. Com o passar do tempo, muitos passaram a questionar a prática da redenção dos cativos, o que acarretou sua profunda diminuição. Um dos motivos eram os altos gastos e as críticas na funcionalidade de tal prática. Um ideal de “é melhor prevenir do que remediar” começou a tomar maior espaço junto à visão de que o dinheiro investido nas redensões seria mais bem utilizado na defesa contra os mouros para que não existissem mais escravizados.

As formas de conseguir o dinheiro necessário para as redensões eram as esmolas, doações, rendas particulares dos interessados ou fundações próprias para o resgate. Contudo, cabia apenas ao monarca legislar sobre os assuntos referentes à redenção dos cativos, inclusive em relação ao dinheiro arrecadado. No caso específico dos mercedários, muitas esmolas vinham da América, como de Lima, Potosí, Panamá e México.<sup>32</sup> Os frades mercedários realizaram amplo trabalho missionário com os povos indígenas na América, e acompanharam Cristóvão Colombo em sua primeira viagem.<sup>33</sup>

O resgate deveria seguir um processo criterioso, passando pelo acúmulo de dinheiro necessário através de esmolas, pela autorização real, pela permissão do Conselho de Castela, pela divulgação do resgate nas cidades e vilas (momento em que as famílias podiam solicitar resgates específicos), pela negociação com as autoridades muçulmanas e pela busca dos cativos. Com a chegada dos fiéis resgatados e após um período de quarentena, celebrava-se a graça concedida com procissão. Segundo relatos, alguns cativos costumavam levar as imagens da Virgem das Mercês e de São Pedro Nolasco, além de velas acesas. Em caso citado por Gozalo<sup>34</sup>, a procissão ocorria com música e salmos, indo até o convento de São Domingos, onde era realizado sermão por um dos redentores. O percurso terminava com o retorno ao hospício que os mercedários possuíam em Cartagena. Ao chegar, cantava-se o Salve à Virgem e concluía-se a procissão. Ao fim do processo era feita ainda a prestação de contas pelos religiosos ao Conselho de Castela.

Também em Portugal muitas ordens de esmoleiros dedicaram-se aos resgates. Através da perpetuação da “guerra justa” e por meio da Bula da Santa Cruzada os portugueses buscaram constantemente ressaltar os aspectos culturais do “outro”, dos inimigos dos cristãos.<sup>35</sup> Segundo Daniel Precioso<sup>36</sup>, em Portugal a devoção a Nossa Senhora das Mercês foi difundida de Alenquer

---

<sup>32</sup> GOZALO. *Esclavos y Cautivos*.

<sup>33</sup> AZEVEDO. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*.

<sup>34</sup> GOZALO. *Esclavos y Cautivos*.

<sup>35</sup> BOSSY. *A cristandade no Ocidente*; FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. *Os esmoleiros do rei: a Bula da Santa Cruzada e seus oficiais no Bispado de Mariana – 1748-1828*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2009.

<sup>36</sup> PRECIOSO. *Terceiros de cor*.



para Santarém e Lisboa através de ordens religiosas e confrarias. Os fiéis mercedários chegaram ao país em 1284, acompanhados pela rainha Santa Isabel. Não se sabe, porém,

se foi nessa altura que fundaram casa em Portugal. No entanto, certos autores defendem que, pelo ano de 1300, a rainha Santa Isabel fundara no termo de Beja o Convento de Santa Vitória da Ordem de Nossa Senhora das Mercês. Há notícia de que este seria governado por um comendatário em 1415. Durou até 1503, ano em que foi incorporado com seus bens no Convento de Santa Clara daquela cidade, não sendo possível determinar com exatidão o motivo por que entrou em decadência este convento mercedário.<sup>37</sup>

Houve também um convento em Lisboa, extinto em 1504. Tudo indica que a decadência das instituições foi ocasionada pela escassez de religiosos e esmolas para a realização dos resgates. Como já mencionado, as Ordens de Nossa Senhora das Mercês e da Santíssima Trindade dividiam a responsabilidade na função de resgate dos cativos, mas se envolveram em muitos conflitos entre si. Uma questão muito discutida quanto à dificuldade de fixação dos mercedários em Portugal diz respeito à forte oposição estabelecida pelos frades trinitários. Além disso, o crescente aumento de cristãos escravizados levou, em meados do século XV, à criação do Tribunal da Redenção dos Cativos por D. Afonso V, fato que direcionava ao Rei o controle na função de resgate. Dessa forma, a ação do Tribunal também enfraquecia as ordens religiosas estabelecidas para esse fim.<sup>38</sup>

Em 1590, os mercedários tentaram se estabelecer novamente em Portugal, mas os próprios monarcas impediriam sua fixação. Tal situação continuaria complicada no século seguinte.

Em 1672, durante o reinado do príncipe regente D. Pedro, é determinado que os religiosos da Ordem de Nossa Senhora das Mercês se ausentassem do reino, devendo todos aqueles que por qualquer razão permanecessem em Portugal obedecer ao provincial da Ordem da Santíssima Trindade. No entanto, dez anos mais tarde, são autorizados a edificar em Lisboa um hospício, no Mocambo, destinado aos que chegavam do Brasil, prolongando assim as missões que detinham no Maranhão.<sup>39</sup>

Independente dos problemas encontrados para a instalação e atuação dos mercedários em Portugal, eles chegariam aos domínios portugueses da América e a devoção se disseminaria principalmente através do associativismo leigo, embora adaptada aos novos contextos.

<sup>37</sup> AZEVEDO. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, p. 194.

<sup>38</sup> AZEVEDO. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**.

<sup>39</sup> \_\_\_\_\_. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**, p. 194-195.



## O associativismo leigo e a mediação da Virgem em Portugal e seus domínios além-mar

O movimento leigo e a importância da vivência coletiva da fé foram observados em Portugal, segundo Maria Helena da Cruz Coelho<sup>40</sup>, desde os fins da Idade Média e principalmente nas regiões entre o Minho, Douro e nas proximidades do Tejo. De acordo com Pedro Penteado<sup>41</sup>, sua importância deve ser sempre legitimada, visto que eram estruturas orgânicas aceitas pela Igreja, e se proliferaram por todo o país e domínios além-mar. Sempre destacando seu papel na manutenção do culto e no esplendor das festividades, o autor mostrou que elas garantiam a maior procura dos atos públicos de fé, uma melhor orientação doutrinal, uma maior procura dos sacramentos e das indulgências, um intenso estímulo do amor ao próximo e o auxílio material e espiritual aos mais necessitados. A respeito disso podemos citar ainda o forte papel desempenhado pelas Santas Casas de Misericórdia em Portugal, que foram criadas a partir do século XV e posteriormente alcançaram certo monopólio da assistência.<sup>42</sup>

Desde fins da Idade Média a Coroa portuguesa almejou regular a vida das associações religiosas leigas, tendo grande interesse em sua maior difusão. Paralelamente, as autoridades eclesiásticas, no âmbito das paróquias, também se esforçaram para a disseminação das confrarias ao longo de toda a Idade Moderna, visto que elas seriam úteis aos objetivos propostos pela Reforma Católica e pelo Concílio de Trento. Tais objetivos também visavam um maior impulso da crença iniciada no medievo “de que o indivíduo pode, e deve, cooperar com Deus, e que a fé cristã é mais bem vivenciada na atividade terrena”<sup>43</sup>, o que também legitimava a proliferação do associativismo leigo.

Em vista disso, é interessante ressaltar que somente depois de Trento as confrarias

---

<sup>40</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz. As confrarias medievais portuguesas: espaços de solidariedade na vida e na morte. In: **Confradias, grêmios, solidariedades em la Europa medieval**: XIX Semana de Estudios Medievales. Estella. Gobeierno de Navarra: Departamento de Educación y Cultura, 1992.

<sup>41</sup> PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). **História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v. 2.

<sup>42</sup> Isabel dos Guimarães Sá analisou a difusão das Misericórdias em Portugal, juntamente ao aparecimento do “hospital moderno”, considerando ambos os vetores da reforma da assistência no século XVI. A salvação das almas era a grande prioridade quando os hospitais eram criados, e havia a proibição de se desviar os bens deixados pelos testadores. Contudo, na Baixa Idade Média se tornou prática comum o desvio indevido dos bens por parte dos administradores, o que resultou na tentativa de centralização, unificação e fiscalização dos hospitais pelo poder régio nos séculos XV e XVI. Segundo a autora, as Misericórdias não foram criadas como parte de um plano da Coroa portuguesa, pois se desenvolveram segundo lógicas de afirmação local autônomas, e correspondiam a um espírito de forte tradição medieval. Entretanto, sua expansão foi resultado de interesses políticos claros. A partir do Concílio de Trento a administração dos principais hospitais portugueses ficaria a cargo das Misericórdias; mas “considera-se que Trento não iniciou nenhum processo de mudança da organização da caridade em Portugal, mas apenas constituiu o seu remate e, mais importante ainda, a homologação por parte da instância suprema em matéria doutrinal – a Igreja – da reforma iniciada na década de 1490”. SÁ, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto europeu, 1490-1600, **Cadernos do Noroeste**, v. 11, n. 2, 1998, p. 32-33.

<sup>43</sup> DAVIDSON, N. S. **A Contra-Reforma**. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 39.



tiveram que submeter seus Estatutos, os documentos que oficializavam suas principais normas e diretrizes, à jurisdição episcopal. Durante a Idade Média elas não estavam submetidas à autoridade eclesiástica, pois se constituíram enquanto instituições religiosas apenas por seu caráter devocional. A partir do século XVI, com o maior crescimento das populações urbanas em geral e do número de pobres, bem como com a ação tridentina de corrigir os comportamentos desviantes, surge ainda um intenso interesse em “disciplinar” a caridade.<sup>44</sup>

Ao longo da Idade Moderna o culto e o papel dos mediadores celestes foram fortalecidos com a Reforma Católica e disseminados com a expansão da fé proposta pelos empreendimentos coloniais.<sup>45</sup> Durante a vigésima quinta sessão do Concílio de Trento, em dezembro de 1563, as resoluções de Nicéia (787) foram reiteradas com o intuito de esclarecer sobre a questão das imagens e tomar uma posição contra as críticas iconoclastas. As imagens de Cristo, da Virgem e dos santos deveriam estar presentes, ser conservadas e veneradas nas igrejas, mas não pela crença de haver nelas alguma divindade ou virtude. A Igreja se preocupava com a relação de proximidade existente entre os fiéis e as imagens, e esclareciam que não eram elas que deveriam ser cultuadas, mas a quem elas estavam representando.<sup>46</sup>

As diversas invocações da Virgem eram exemplos a serem seguidos enquanto modelo de comportamento, sendo legitimadas pela Reforma Católica, discutidas no Concílio de Trento e frequentemente utilizadas na catequese durante os processos de conversão no contexto colonial no ultramar. A ação eclesiástica incentivava, assim, certas devoções que beneficiassem seus interesses.<sup>47</sup> Tal fato pode ser observado claramente para a América portuguesa com as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, consideradas uma resposta à Reforma Católica

---

<sup>44</sup> Além disso, na Idade Moderna é possível pensar a caridade incorporada às mesmas lógicas das relações sociais do Antigo Regime, como através da economia do dom: “O ato de dar, por sua vez, não envolvia apenas os ricos: generalizava-se a todos os que estivessem na situação de prescindir de algum bem material e, sobretudo, que quisessem servir os outros. Na sociedade do dom, dar era um ato acessível a todos, e não envolvia apenas bens materiais mas sobretudo serviço. Servir constituía uma das lógicas da vida em sociedade e era comum a todos, ricos e pobres. O ato de dar não se regia por critérios econômicos uma vez que não era forçosamente proporcional aos meios de fortuna do doador. O ato de receber, por outro lado, também não se pautava necessariamente pela pobreza do receptor: aceitava-se ajuda em nome de um estatuto social perdido ou em nome de valores como a honra no caso das mulheres. À partida, a caridade era acessível a todos: todos podiam dar e todos podiam receber. Do ponto de vista estritamente teórico a caridade baralhava as hierarquias e as desigualdades econômicas e sociais; no entanto, para que as pudesse reafirmar em seguida era necessário que fosse protagonizada pelos grupos dominantes”. SÁ. **Quando o rico se faz pobre**, p. 12.

<sup>45</sup> ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. **Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José del Rei (1716-1804)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, 2013.

<sup>46</sup> SANT’ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 A 1822)**. 2006. Dissertação. (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2006.

<sup>47</sup> DAVIDSON. **A Contra-Reforma; PENTEADO. Confrarias; FERNANDES, Maria de Lurdes C. Da reforma da igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade**. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). **História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, v. 2.



e ao Concílio de Trento a partir das necessidades locais, visto que entre as principais devoções incentivadas, se destacavam principalmente “Santíssimo Sacramento, e do Nome de Jesus, a de Nossa Senhora, e das Almas do Purgatório, quanto for possível, e a capacidade dos fregueses o permitir, porque estas Confrarias é bem as haja em todas as Igrejas”.<sup>48</sup>

Os mediadores celestes, com destaque para a Virgem Maria, foram apropriados pelos africanos escravizados e seus descendentes, sendo também fundamentais no processo de resignificação cultural empreendido no interior das associações religiosas leigas em todo Império português. Para compreender esse processo, Célia Borges<sup>49</sup> observou, baseada em Pierre Sanchis<sup>50</sup> e Renato Ortiz<sup>51</sup>, que as matrizes culturais são reelaboradas em um novo ambiente, que lhe é estranho. Quando duas ou mais tradições interagem, uma dominante acaba fornecendo o caminho a ser seguido pelas demais. Contudo, o processo de resignificação ocorre de forma coerente em relação às culturas envolvidas, assimilando e apropriando-se do que é familiar. “Dessa forma, elementos próximos de matrizes distintas eram resignificados, permanecendo os sentidos próximos às culturas de origem”.<sup>52</sup>

Devido à importância do processo de resignificação, rompendo com antigas visões que acreditavam que o catolicismo era utilizado pelos africanos e seus descendentes a fim de mascarar suas tradicionais religiões, se torna indispensável o desenvolvimento de algumas considerações teóricas expostas por pesquisadores que analisaram a religiosidade vivenciada a partir da experiência da diáspora atlântica, e é sobre isso que discutiremos a seguir.

### **A diáspora africana: religiosidade, vivências e resignificações na América portuguesa**

Como bem apontou Marina de Mello e Souza<sup>53</sup>, as pesquisas sobre a inserção dos africanos e seus descendentes nas Américas ganharam amplo destaque, principalmente através da discussão de conceitos e processos como sincretismo, aculturação, transculturação, encontro de culturas, miscigenação cultural, resignificação e tantos outros. A partir dos trabalhos de autores

---

<sup>48</sup> VIDE, Sebastião Monteiro da. (Arcebispo, 1643-1722). **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia** feitas, e ordenadas pelo Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Livro Quarto, Tít. LX, n. 869. São Paulo: Tipografia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853. Disponível em: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/222291>>. Acesso em 24 mar. 2017.

<sup>49</sup> BORGES. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**.

<sup>50</sup> SANCHIS, Pierre. **Arraial: festa de um povo**. As romarias portuguesas. Lisboa, Dom Quixote, 1992.

<sup>51</sup> ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada**. Ensaios de cultura popular e religião. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

<sup>52</sup> BORGES. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**, p. 129.

<sup>53</sup> SOUZA, Marina de Mello. **Catolicismo negro no Brasil: santos e minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural**. *Afro-Ásia*, 28, p. 125-146, 2002.





como Nina Rodrigues<sup>54</sup>, legitimou-se a necessidade de se conhecer as sociedades, culturas e religiões dos africanos traficados, assim como as possibilidades de conexões entre as culturas de origem e as novas construções produzidas na experiência colonial.

Sidney Mintz e Richard Price<sup>55</sup>, por exemplo, a partir de uma perspectiva antropológica, reconheceram em suas análises que os escravos africanos eram portadores de uma “herança cultural” em comum, apesar das grandes diferenças etnolinguísticas existentes. Em meio às distinções, os escravos africanos buscariam a identificação de padrões valorativos em comum, configurando novos signos e códigos, desenvolvendo uma nova sensibilidade coletiva de pertencimento e formulando uma reorientação identitária. Os autores rejeitavam a ideia de “transposição cultural” e abordavam as “recriações culturais” a partir de suas heranças e memórias, mas em um novo contexto e com novas relações sociais.<sup>56</sup> Stuart Hall<sup>57</sup> também demonstrou que os indivíduos estrangeiros nunca perderiam a referência de suas culturas de origem, mas elas não seriam mais sua única fonte de identificação. Em um novo território e diante do contato entre diferentes tradições não ocorreria uma transferência integral de sua cultura, mas um processo de ressignificação a partir de suas memórias em um novo contexto, como um constante “reinventar-se”. Suas “heranças culturais” seriam reeditadas em meio às coerções e limitações que lhe eram impostas, pois as interações socioculturais ocorrem entre conflitos e negociações.

A importância dos estudos sobre o estabelecimento do catolicismo em diferentes territórios africanos, visto que muitos dos escravos que aqui chegavam já possuíam uma experiência anterior à travessia, foi outro ponto destacado por Marina de Mello e Souza<sup>58</sup> e debatido por diversos autores. Como apontaram os estudos de Linda Heywood<sup>59</sup> para a África Central, os escravos “levaram elementos desse catolicismo centro-africano com eles, e essas práticas acabaram passando por novas transformações ao se tornarem parte da diáspora americana”<sup>60</sup>. As pesquisas de John Thornton<sup>61</sup> também alcançaram amplo destaque por

---

<sup>54</sup> RODRIGUES, Nina. **Os Africanos no Brasil**. São Paulo/Brasília, Editora Nacional/Editora da Universidade de Brasília, 1988.

<sup>55</sup> MINTZ, S. & PRICE, R. **O nascimento da Cultura Afro-americana**. Uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Editora Pallas/Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Cândido Mendes, 2003.

<sup>56</sup> DELFINO. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos**; SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>57</sup> HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

<sup>58</sup> SOUZA. **Catolicismo negro no Brasil**.

<sup>59</sup> HEYWOOD, Linda. De português africano: a origem centro-africana das culturas atlânticas crioulas no século XVIII. In: HEYWOOD, (Org.). **Diáspora negra no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

<sup>60</sup> \_\_\_\_\_. **De português africano**, p. 112.

<sup>61</sup> THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.





discutirem o processo de interação cultural entre europeus e africanos ainda na África, e trouxeram uma nova visão para os que consideravam o processo posterior ao tráfico. O contato vivenciado, principalmente no Congo e em Angola, teria levado a uma africanização de símbolos católicos e uma produção de novos sentidos, o que não deve ser considerado como uma manifestação superficial por se distinguir do catolicismo ortodoxo. O autor cunhou o termo “catolicismo africano” como “uma nova religião afro-atlântica identificada com frequência como cristã, especialmente no Novo Mundo, mas, na verdade, era um tipo de cristianismo que podia satisfazer o entendimento das religiões africana e europeia”<sup>62</sup>.

Em sua tese de doutorado, Mary Karasch<sup>63</sup> também abordou o tema da religiosidade a partir da diáspora, e destacou que as tradições religiosas africanas centro-ocidentais eram mais “flexíveis”, o que justificava sua melhor assimilação do catolicismo segundo os códigos culturais bantus. Contudo, mostrou que ao invés de se adaptarem a uma nova religião, ocorreria a introdução de símbolos católicos às religiões africanas. Vale destacar aqui que outro autor que parte de ponto de vista semelhante, mas de forma mais radical, é James Sweet<sup>64</sup>, ao estipular que as religiões africanas se apropriaram e reformularam crenças e práticas católicas, mas não foram suplantadas por elas. O autor ressalta as diferenças existentes entre os dois mundos, retomando uma antiga visão de que, mesmo ao partilhar ritos e crenças, em essência os africanos não se tornavam cristãos, pois não teriam abandonado suas tradições religiosas.

Ao analisar o Rio de Janeiro, Mary Karasch demonstrou que era comum entre os “centro-africanos formar novos grupos religiosos e aceitar novos rituais, símbolos, crenças e mitos. Portanto, eles não tinham de abandonar sua religião quando escolhiam venerar a imagem de um santo católico”<sup>65</sup>. A partir disso, ela separou os africanos que se convertiam dos que não se convertiam e continuavam com suas crenças africanas, pois existiam outras possibilidades de manifestações religiosas. A pluralidade étnica gerava a necessidade de um culto mais universal, podendo ser o catolicismo, o islamismo ou alguma religião africana; mas é preciso destacar que estas últimas se desenvolviam no Brasil de forma diferenciada do seu contexto de origem.

Consideramos que Mary Karasch<sup>66</sup> traz uma importante reflexão sobre a flexibilidade em aderir novas crenças, ritos e símbolos, mas não a utiliza como uma forma de analisar a adesão ao catolicismo. A autora aborda a flexibilidade principalmente para mostrar a não-conversão e a

---

<sup>62</sup> \_\_\_\_\_. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)**, p. 312.

<sup>63</sup> KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

<sup>64</sup> SWEET, James. **Recriar África**. Cultura, parentesco e religião no mundo afro-português (1441-1770). Lisboa: Edições 70, 2007.

<sup>65</sup> KARASCH. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**, p. 355.

<sup>66</sup> \_\_\_\_\_. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**.



permanência das religiões africanas. Ressaltamos, assim, que concordamos com alguns pontos de suas análises, mas discordamos de outros. Realmente muitos africanos podem não ter se convertido, mas acreditamos que este não foi o caso dos que buscaram a participação no meio confrarial, pois essa vivência religiosa não deve ser vista como uma forma de mascarar crenças originárias tidas como reais e proibidas pelo culto oficial. O contato com o catolicismo não impedia a permanência das tradições africanas, pois eram essas tradições que guiavam sua reelaboração; por isso a vivência do catolicismo pelo africano é diferente da vivência do europeu. Compreendendo a ressignificação a partir das próprias tradições africanas reformuladas em um novo contexto de contato com o catolicismo, a existência de crenças e práticas católicas juntamente às herdadas de suas religiões tradicionais não implica que o catolicismo vivenciado pelo africano e seus descendentes fosse apenas uma camuflagem. Eles poderiam ser católicos sem negar sua africanidade, recheando o catolicismo com aspectos de suas tradições, pois não consideravam tais coisas inconciliáveis ou incoerentes.<sup>67</sup>

De forma geral, a partir das discussões expostas acima e como bem abordou Lucilene Reginaldo<sup>68</sup>, a opção pela abordagem da existência de um catolicismo africanizado ou da incorporação de elementos católicos às religiões africanas é muito mais relativa na prática do que na teoria, devendo ser sempre analisada a partir de cada experiência. Não é preciso fazer uma oposição entre as duas coisas. Diferentes vivências religiosas mesclaram possibilidades de apropriação em distintas circunstâncias, e o que deve se sobressair é a experiência do contato e da interação cultural e religiosa, sem descartar as tensões existentes.<sup>69</sup> Como foi dito, a não-conversão pode ter sido a realidade de muitos indivíduos, mas os que participavam dos rituais e crenças católicas, como das irmandades, certamente acreditavam no que estavam vivenciando, não sendo necessário desacreditar de suas tradições, mas promover reformulações a partir das similaridades.

As diversas etnias africanas que cultuavam seus ancestrais se aproximaram com maior facilidade do culto aos santos, apropriando-se das novas informações e criando suas próprias reformulações. “A oferta aos santos católicos como aos orixás, embora com formas diferenciadas, inseria-se numa estrutura de trocas, que possibilitava aos confrades africanos uma

---

<sup>67</sup> SOUZA. **Catolicismo negro no Brasil**; DELFINO. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos**; QUINTÃO, Antônia. A. **Lá vem meu parente**: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e Pernambuco. 1997. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, FFLCH, São Paulo, 1997.

<sup>68</sup> REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades negras, experiências escravas e identidade africanas na Bahia Setecentista. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, Campinas, 2005.

<sup>69</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.



reorganização simbólica”.<sup>70</sup> Ocorria, portanto, uma adaptação à nova realidade, e a interação de diferentes grupos no interior das irmandades favorecia o desenvolvimento de trocas materiais e simbólicas. Entretanto, é preciso esclarecer que essas interações sociais coexistiam com as relações de poder em meio às práticas devocionais. Segundo Marina de Mello e Souza<sup>71</sup>, os negros e seus descendentes,

ao terem que se inserir numa sociedade dominada pelo colonizador cristão, que impunha sua religião, traduziram-na para seus próprios termos, atribuindo aos santos significados inacessíveis àqueles que não partilhavam seus códigos culturais. Dessa forma, os elementos da cultura dominante de origem europeia, ao serem incorporados pelas comunidades afrodescendentes, receberam sentidos por elas criados.<sup>72</sup>

Branco, negro e seus descendentes tinham seus santos preferenciais, pois se identificavam com suas histórias e cada um possuía um “poder” diferente no mercado de bens simbólicos, promovendo uma “assistência” diferenciada. Ao pesquisar irmandades de negros, Célia Borges<sup>73</sup> identificou os oragos mais comuns, como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santa Efigênia, São Elesbão e Santo Antônio de Catalagerona. Lucilene Reginaldo<sup>74</sup> também afirma que as afinidades epidérmica e geográfica devem ser consideradas na escolha dos santos patronos pelos negros; contudo, faz um alerta para mostrar que as escolhas eram muitas vezes circunscritas, visto que havia um grande investimento das ordens religiosas na disseminação de protetores negros para homens negros. Independente dos incentivos, os africanos e seus descendentes se apropriaram dos santos católicos, sendo interpretados primeiramente como objetos mágicos e poderosos, e em seguida como santos-parentes.

Leonara Delfino<sup>75</sup> apontou a importância da vinculação dos sofrimentos e superações vividas pelos santos durante o processo de apropriação por parte dos negros; destacando ainda a valorização da boa fortuna, da saúde, da cura e da morte em diversas culturas africanas. “Deste modo, a cura corporal/espiritual e o bem morrer são tidos como elementos complementares e catalisadores das memórias africanas fincadas na ancestralidade”<sup>76</sup>. Nesse sentido, John Thornton<sup>77</sup>, que acreditava no compartilhamento de algumas bases comuns às religiões de portugueses e centro-africanos, ressaltou que ambas as culturas aceitavam as revelações como

---

<sup>70</sup> BORGES. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*, p. 158.

<sup>71</sup> SOUZA. *Catolicismo negro no Brasil*.

<sup>72</sup> \_\_\_\_\_. *Catolicismo negro no Brasil*, p. 146.

<sup>73</sup> BORGES. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário*.

<sup>74</sup> REGINALDO. *Os Rosários dos Angolas*.

<sup>75</sup> DELFINO. *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos*.

<sup>76</sup> \_\_\_\_\_. *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos*, p. 282.

<sup>77</sup> THORNTON. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800)*.



forma de contato com o “outro mundo” e nos intercâmbios entre “este mundo” e aquele, o que poderia ocorrer através da mediação dos santos, identificados com as divindades locais.

Segundo Weber<sup>78</sup>, qualquer comunidade, formação social ou agremiação poderia possuir um deus ou divindade que garantisse seu êxito; e, a partir disso, podemos também esboçar algumas considerações em relação ao catolicismo, às irmandades e seus santos protetores. Por meio de um processo de “antropomorficação” observava-se a formação de uma relação de proximidade e coação, “cuja arbitrária mercê se pode obter por meio de pedidos, dádivas, serviços, tributos, lisonjas, subornos e, por fim, graças a uma boa conduta que corresponda à sua vontade”.<sup>79</sup> O diálogo entre a religiosidade e a magia apresentava-se constantemente, não existindo uma diferenciação absoluta. A própria Igreja Católica aceitava certos artifícios que estavam disseminados nos costumes e tradições e que auxiliassem a religião, mas, ao mesmo tempo, também procurava definir os limites entre o profano e o sagrado.<sup>80</sup> Émile Durkheim<sup>81</sup> também trabalhou a relação de coerção existente entre o homem e o sagrado, como na relação de proximidade entre o devoto e o orago ou entre as oferendas e os sacrifícios. O comportamento religioso, a devoção e a conduta do homem seriam seus aliados para encontrar sua redenção.

Tais questões são observadas claramente no catolicismo, principalmente nas práticas cotidianas vivenciadas pelos fiéis, estabelecendo uma relação de proximidade e reciprocidade com o sagrado através da intercessão dos santos e da Virgem. Ao mesmo tempo em que os mediadores estavam do lado de lá, também estavam próximos através de suas imagens nas igrejas das irmandades, e deveriam ser alvos de admiração e imitação. Segundo Pierre Sanchis<sup>82</sup>, em meio a essa economia de troca, uma imagem é, para os fiéis, portadora de milagres, pois não se separa claramente o objeto, o símbolo e a realidade. Desempenhando o auxílio imediato em meio aos problemas e às precárias condições de vida, os mediadores celestes seriam também os grandes intercessores dos fiéis diante da morte.<sup>83</sup>

Nas representações iconográficas do Purgatório, é a figura da virgem, mãe de Deus, que se destaca particularmente como defensora das almas; é a Virgem da misericórdia, aquela que protege os homens sob as dobras de seu manto, doando uma parcela dele a São Simão Stock, fundador da ordem carmelita, fazendo dele o escapulário que deve aliviar a pena das pobres almas [...].<sup>84</sup>

<sup>78</sup> WEBER, Max. **Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

<sup>79</sup> \_\_\_\_\_. **Sociologia das Religiões e Consideração Intermediária**, p. 66.

<sup>80</sup> BORGES. **Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário**.

<sup>81</sup> DURKHEIM, Emile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>82</sup> SANCHIS. **Arraial**.

<sup>83</sup> DELFINO. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos**.

<sup>84</sup> ARAÚJO. **Em busca da salvação**, p. 34.



O imaginário acerca do terceiro local começou a difundir-se ao longo do século XII e percorreu toda a Idade Moderna, sendo também um assunto recorrente em meio às associações leigas que tinham como uma de suas funções principais o auxílio de seus membros em meio à vida, às doenças e após a morte.<sup>85</sup> A Virgem Maria em suas diferentes invocações representava o papel da grande protetora dos fiéis, mediadora de suas causas e intercessora de suas almas no purgatório.<sup>86</sup> De forma semelhante, o significado da libertação promovida pela invocação mercedária correspondia ao plano terreno e também ao além-túmulo, visto que a Senhora das Mercês era considerada uma intercessora quanto à libertação do cativo em vida, uma mediadora do resgate no purgatório e a responsável por livrar qualquer alma cativa vivendo em sofrimento.<sup>87</sup>

Dito isso, vejamos a seguir as apropriações do culto mercedário no período colonial, destacando, em especial, o caso mineiro.

### **As apropriações do culto mercedário no Setecentos mineiro**

O culto mercedário foi fortemente difundido na América portuguesa a partir do associativismo leigo, principalmente por seu caráter assistencialista. A Ordem de Nossa Senhora das Mercês foi estabelecida no Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo trazida pelos frades mercedários. Seus primeiros devotos vieram do Peru em 1639 com Pedro Teixeira. Ao se instalarem em Belém do Pará, mantiveram a restrição de participação aos puros de sangue, como em Portugal.<sup>88</sup> De forma distinta, no litoral o culto esteve intimamente ligado à devoção de militares e cativos. Em outras regiões, como nas Minas Setecentistas, alcançaria a predileção de um grupo social particular, os denominados “pretos crioulos”<sup>89</sup>, designação que estabeleceria distinções de cor e procedência.<sup>90</sup>

A Irmandade de Nossa Senhora das Mercês da cidade de Mariana, por exemplo, foi criada

---

<sup>85</sup> LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Lisboa: editorial Estampa, 1981; VOVELLE, Michel. **As Almas do Purgatório, ou, o trabalho de luto**. São Paulo: UNESP, 2010.

<sup>86</sup> DELFINO. **O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos**; ARAÚJO. **Em busca da salvação**.

<sup>87</sup> LIMA JÚNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**. Editora PUC-Minas, 2008.

<sup>88</sup> PRECIOSO. **Terceiros de cor**; LIMA JÚNIOR. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**.

<sup>89</sup> Na historiografia observamos algumas variações quanto às explicações do uso do termo “crioulo”, diferindo de acordo com o local e o período analisado. Segundo Libby e Frank, em Minas o crioulo era ao negro nascido no Brasil com mãe de origem africana. Além disso, nascia escravo quando filho de mãe escrava, e livre quando filho de mãe forra. Seus pais também seriam “homens de cor”, enquanto os filhos de pais brancos seriam comumente classificados como pardos ou mulatos. O consenso entre os especialistas está no fato dos filhos de escravas africanas serem designados como crioulos, entretanto, as gerações seguintes são mais difíceis de classificar. Certas vezes a designação se mantinha, mas em outros casos poderia desaparecer. LIBBY, Douglas; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. **Revista Brasileira de História**, v.29, n. 58, p. 383-415, 2009.

<sup>90</sup> COELHO, Beatriz. **Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas**. São Paulo: EDUSP, 2005; LIMA JÚNIOR. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**.



em 1749 por crioulos que se entendiam como “nacionais do Reino e Conquista de Portugal”, não sendo admitidos naturais da “Ethiopia”, salvo os da “Ilha de São Thomé”, por serem considerados seus semelhantes. Conforme várias agremiações demarcaram em suas normas, consideramos que os indivíduos identificados como crioulos buscavam se distinguir dos africanos, mesmo que estes tenham nascido em terras africanas que também correspondessem às conquistas portuguesas. Nos Estatutos de outras irmandades mercedárias foi possível observar também que seus membros se caracterizavam como os “vulgarmente chamados crioulos” ou como os possuidores de “acidente de cor”.<sup>91</sup>

Quanto a isso, Fritz Teixeira de Salles<sup>92</sup> já apontava em suas análises a possibilidade de identificar as preferências devocionais de cada grupo ao se filiar em uma irmandade nas Minas, mesmo que muitos indivíduos se assentassem em mais de uma agremiação. De acordo com o autor, os homens brancos geralmente entravam para as Irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição, São Miguel e Almas e Bom Jesus dos Passos. Em meados do XVIII surgiram as Ordens Terceiras de São Francisco de Assis e Nossa Senhora do Carmo, que também atraíam as “elites” locais. Os negros, africanos escravos ou forros, se associavam às Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia. Já os pardos se associavam às Irmandades de São Gonçalo, São José e Nossa Senhora da Boa Morte, enquanto os crioulos a Nossa Senhora das Mercês.

Com a vivência em uma sociedade hierárquica, estamental e desigual, esses crioulos buscariam se diferenciar dos africanos que já possuíam suas irmandades próprias. Em vista disso, devemos salientar que, diferente dos negros nascidos na África e traficados, seus descendentes já nasciam em meio a uma nova realidade, desde cedo em contato com o catolicismo desse lado do Atlântico. A herança familiar, como afirma Russell-Wood<sup>93</sup>, não deve ser desconsiderada na relação entre as diversas etnias africanas e seus descendentes. Mas embora convivessem com seus familiares e suas tradições, compartilhando ambientes de sociabilidade, os crioulos também se distanciavam deles ao se agremiarem em uma irmandade específica para os nativos.

A grande difusão da devoção mercedária no Setecentos mineiro, para Augusto de Lima

---

<sup>91</sup> Cf. AEAM. Compromisso. Irmandade Escapulário das Mercês de Mariana (1771). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês da Freguesia de São Bartolomeu (1807). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de São Gonçalo de Rio Abaixo (1782). Armário 8, prateleira 1; AEAM. Compromisso. Irmandade de N. S. das Mercês de Itabirito (1818-1820). Prateleira L, nº 33; AMNSP-SJDR. Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de São João del-Rei, 1806; Compromisso. Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos incorporada na sua Igreja, que elles edificarão, ornarão, e paramentarão, na Villa de San Jozé... 1796. Projeto Brasiliana USP. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00604600#page/1/mode/1up>. Último acesso em 31/05/2016.

<sup>92</sup> SALLES. **Associações Religiosas no Ciclo do Ouro.**

<sup>93</sup> RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.





Jr.<sup>94</sup>, teria ocorrido principalmente pela crença e desejo de libertação dos fiéis agremiados. Entretanto, devemos ainda levar em consideração o processo de “crioulização” juntamente ao crescimento do número de descendentes de africanos alforriados e nascidos em liberdade durante a segunda metade do século XVIII, período de proliferação das associações dedicadas à Virgem das Mercês. Portanto, essas irmandades também podem ser vistas como resultado de novas demandas correspondentes às estratificações sociais da população de cor na Capitania.<sup>95</sup>

O ideal de libertação presente na religião mercedária pode sim ter sido um forte impulso para a união dos fiéis em uma agremiação religiosa, construindo uma identificação a partir da simbologia da liberdade. Nesse caso, os forros se filiariam às associações em agradecimento à graça concedida, e os escravos em virtude da intercessão que ainda estaria por vir. Haveria, então, uma apropriação da devoção iniciada para a libertação dos cristãos brancos sob o poderio mouro, visto que, embora convertidos ao catolicismo, os africanos e seus descendentes ainda permaneciam em cativeiro. Além disso, como vimos acima, a mediação promovida pela Virgem em prol das almas do purgatório também complementava o imaginário.<sup>96</sup>

Nesse sentido, duas funções caritativas destacaram-se na atuação das irmandades de homens de cor na América portuguesa, como nas Irmandades das Mercês, a saber, o auxílio à concessão de alforrias aos membros cativos e a assistência frente às doenças e após a morte. Quanto à assistência aos irmãos escravos, muitas dessas associações propunham já em suas normas o auxílio necessário nas negociações, nas somas pagas aos senhores, nos processos contra o cativeiro ilegítimo, dentre tantas outras possibilidades.<sup>97</sup> Essa assistência era prestada em prol de melhores condições de vida para os agremiados que mereciam e zelavam por suas associações.<sup>98</sup>

Já quanto ao auxílio prestado em função da libertação das almas a serem purificadas com as penas purgatórias, é interessante pontuar aqui algumas questões. Uma boa morte dependia da solidariedade dos vivos, e, diferente do medievo, a caridade no período moderno estaria intimamente envolvida com os recursos financeiros despendidos pelos fiéis.<sup>99</sup> Em conformidade com as diretrizes tridentinas, um maior incentivo foi despertado quanto à preparação da morte ao longo da vida, e não apenas nas últimas vontades, tornando-se necessária a preocupação com uma vida virtuosa e com as práticas caritativas. Bem viver e bem morrer estavam então

---

<sup>94</sup> LIMA JÚNIOR. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*.

<sup>95</sup> PRECIOSO. *Terceiros de cor*.

<sup>96</sup> LIMA JÚNIOR. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*.

<sup>97</sup> MULVEY, Patrícia A. *The black lay brotherhoods of Colonial Brazil: a History*. Tese (Doutorado) - City University of New York, 1976.

<sup>98</sup> QUINTÃO. *Lá vem meu parente*; DELFINO. *O Rosário dos Irmãos Escravos e Libertos*;

<sup>99</sup> BOSSY. *A cristandade no Ocidente*.





entrelaçados, demarcando a valorização do julgamento individual ou particular e, ainda, uma relação de reciprocidade entre os vivos e os mortos.<sup>100</sup>

A constituição de uma “economia das almas” ou uma “economia da salvação” no interior das associações leigas foi, assim, observada a partir de algumas práticas religiosas. Os “bens de salvação” tão caros à escatologia católica correspondiam à quantidade de missas e orações oferecidas a cada irmão morto, à acumulação de indulgências, ao número de pessoas presente nos enterros, aos lugares ocupados no sepultamento no interior dos templos, à escolha das mortalhas, e aos legados pios deixados aos familiares, aos mais necessitados e às irmandades nas fontes testamentárias. Aqui vale ressaltar também que a concessão da alforria aos escravos, por “condição” ou “gratuitamente”, também foi prática caritativa presente nas últimas vontades de muitos fiéis.<sup>101</sup> Todas essas alternativas eram conjugadas em função da remição a prazo dos pecados leves cometidos em vida durante a estadia do fiel no purgatório<sup>102</sup>, e faziam parte da vivência confrarial em um investimento cotidiano dos confrades.<sup>103</sup>

Os pobres, os recém-alforriados, mas também os escravos, que poderiam ser negligenciados por seus senhores, não recebendo o sepultamento e os ritos fúnebres adequados, passavam a ter alguns direitos assegurados ao se filiarem em uma irmandade religiosa. Para a população de cor que se encontrava desassistida pela Coroa e pelas Santas Casas de Misericórdia, as associações leigas representavam a melhor oportunidade de assistência frente às precárias condições de vida, pois desempenhavam “práticas caritativas e de assistencialismo, que miravam, sobretudo, os confrades cuja pobreza fosse comprovada, compreendendo o socorro médico, a

---

<sup>100</sup> CHARTIER, Roger. Normas e condutas: as artes de morrer (1450-1600). In: CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

<sup>101</sup> CAMPOS, Adalgisa Arantes. Escatologia, iconografia e práticas funerárias no barroco nas Geraes. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de.; VILLALTA, Luiz Carlos. (Org.) **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas**. Belo Horizonte: Cia do Tempo: Autêntica, 2007, v. 2; FURTADO, J. F. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris. (Org.) **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. 1ed. São Paulo: Edusp, Hucitec, 2001, v. 1, p. 397-416; GUEDES, Roberto; RODRIGUES, Cláudia; WANDERLEY, Marcelo da Rocha (Orgs.). **Últimas Vontades**. Testamento, sociedade e cultura na América ibérica [séculos XVII e XVIII]. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

<sup>102</sup> O imaginário acerca do purgatório não surgiu com o cristianismo primitivo, mas no final do século XII, sendo sua temática discutida, reafirmada e difundida entre os séculos XIV e XVI, principalmente após a Reforma Católica e o Concílio de Trento. Antes visto como um lugar para onde iriam apenas algumas almas que precisassem de purificação, o purgatório passou a ser o destino inevitável da grande maioria dos fiéis que não fossem logo condenados ao inferno. Dessa forma, seria uma etapa ou estágio a ser cumprido pela alma após a morte, visto que a passagem imediata para o céu só ocorreria para os que morressem em estado de santidade com o reconhecimento feito pela Igreja Católica. Ao longo da Idade Moderna também se reafirmava a necessidade da intercessão dos vivos em prol da libertação das almas do purgatório, seja através das obras caritativas, dos sufrágios ou das indulgências. LE GOFF. **O nascimento do purgatório**; ARIES, Philippe. **O homem diante da morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, v. 1.

<sup>103</sup> DELUMEAU. **O Pecado e o Medo**; LE GOFF. **O nascimento do purgatório**; VOVELLE. **As Almas do Purgatório, ou, o trabalho de luto**.



alforria de irmãos cativos, o auxílio judicial, o custeio de casamentos e o enterro de desvalidos”<sup>104</sup>. Os ritos fúnebres no meio confrarial, além de representarem o último momento do fiel na busca pela salvação de sua alma, também seriam utilizados como práticas de demarcação social. A afirmação das estratificações, da hierarquia e da ordem era pensada durante toda a vida, não sendo deixada de lado em seus momentos finais, expressas na maioria das vezes pela pompa e dramatização. Essa característica própria às sociedades de Antigo Regime seria apropriada, remodelada e compartilhada por todas as camadas sociais no contexto colonial mineiro.<sup>105</sup>

### **Considerações Finais**

Com o presente artigo objetivamos uma breve contextualização a respeito da devoção a Nossa Senhora das Mercês a partir do associativismo leigo, sendo possível compreender suas origens medievais, passando pelo Antigo Regime na Europa, com destaque para os casos espanhol e português, chegando também ao Brasil. Desde o medievo a Virgem Maria em várias de suas invocações, como Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora dos Remédios, possuía uma carga simbólica de combate aos não-cristãos, intensificada com o discurso catequético produzido após a Reforma Católica e o Concílio de Trento. Em vista disso, a relação duradoura e conflituosa entre cristãos e muçulmanos esteve intrinsecamente ligada ao histórico da Senhora das Mercês, enquanto grande mediadora dos fiéis escravizados.

Iniciada em função da redenção dos cristãos aprisionados pelos mouros séculos antes na Europa, a devoção mercedária foi apropriada nas Minas Setecentistas por parte dos crioulos, os negros nascidos nos domínios portugueses da América, na condição de escravos ou forros, visto que embora convertidos ao catolicismo, eles ainda se encontravam em cativeiro. O forte apego à Virgem e aos santos, enquanto verdadeiros mediadores celestes, foi de grande relevância no processo de ressignificação cultural empreendido nos meios confrariais. No caso específico da Senhora das Mercês devemos ainda levar em consideração suas múltiplas representações de grande protetora dos fiéis, mediadora de suas causas e intercessora de suas almas no purgatório. Dito isso, ressaltamos duas das principais funções caritativas das agremiações mercedárias, que entrelaçaram as temáticas da libertação dos cativos e das almas do purgatório.

De forma geral, essas irmandades religiosas agregavam, a partir de um grupo social específico, os indivíduos que compartilhassem de uma mesma devoção, constituindo uma família confraternal que os amparava materialmente frente às instabilidades, mas também espiritualmente durante a vida e a morte. Além de prestarem auxílio a qualquer instante e possibilitarem o acesso

---

<sup>104</sup> PRECIOSO. *Terceiros de cor*, p. 178.

<sup>105</sup> FURTADO. *Transitoriedade da vida, eternidade da morte*.



à boa morte, também se preocupavam que o peso da escravidão não fosse excessivo para seus membros. O zelo para com a comunidade confraternal, como a preocupação com as práticas caritativas, fazia parte de seu cotidiano e estava expresso em suas normas. Assim, pertencer a uma irmandade era garantia de uma rede de relações sociais possíveis, auxílio mútuo, demarcação de lugar ocupado em uma sociedade hierarquizada e desigual, como as de Antigo Regime, além dos benefícios espirituais que proporcionariam a salvação após a morte.



# **A prática política em "tempos de clandestinidade": as táticas dos militantes do PC do B para convencer os moradores do Araguaia ao projeto de guerra popular prolongada**

Political practice in "times of clandestinity": PC do B's militant  
tactics to convince residents of the Araguaia to the project of  
prolonged popular war

**Wellington Sampaio da Silva**  
Doutorando em História Social  
Universidade Federal do Ceará  
sampaio.well@bol.com.br

**Recebido em:** 21/09/2017

**Aprovado em:** 25/12/2017

**RESUMO:** A Guerrilha do Araguaia, movimento armado arquitetado pelos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), nas décadas de 1960 e 1970 na região do Araguaia, constitui uma temática já bastante evidenciada pela historiografia contemporânea. Ao longo de mais de 40 anos após o fim do conflito armado, diferentes autores(as) vêm buscando interpretar esse acontecimento da história de nosso país seguindo diferentes perspectivas. O artigo discute o cotidiano e a política enquanto relações tecidas no campo micro, isto é, das maneiras de viver e fazer inseridas no dia-a-dia dos moradores do Araguaia nesse período. Para fazer a revolução, meta principal dos militantes do PC do B no Araguaia, estes tiveram que reinventar suas práticas políticas e se adaptar ao universo cultural dos moradores da região, influenciando seu cotidiano e sendo influenciados por eles. Nesse sentido, a partir dos relatos orais de ex-guerrilheiros, da documentação publicada pelo PC do B sobre o movimento e das memórias de alguns moradores da região, construímos uma versão das relações estabelecidas por esses dois grupos.

**Palavras-chave:** Guerrilha do Araguaia, Cotidiano, Política.

**ABSTRACT:** The Araguaia Guerrilla - an armed movement devised by the militants of the Communist Party of Brazil (PC do B) in the 1960s and 1970s in the Araguaia region - is a theme already well evidenced by contemporary historiography. Over 40 years after the end of the armed conflict, different authors have sought to interpret this event in the history of our country from different perspectives. This article discusses the daily life and politics as relations woven in the micro field, that is, the ways of living and making insertions in the daily life of residents of Araguaia in that period. To make the revolution, the main goal of PC do B militants in Araguaia, they had to reinvent their political practices and adapt to the cultural universe of residents in the region, influencing their daily life and being influenced by them. In this sense, from the oral reports of ex-guerrillas, from the documentation published by the PC do B on the movement and memories of some residents of the region, we constructed a version of the relations established by these two groups.

**Keywords:** Araguaia Guerrilla, Daily life, Politics.



A gente vivia num país em que se você tinha uma posição política era preso, era processado. *Você não tinha como continuar com a sua posição política se não fosse indo pra clandestinidade. Pra se manter na clandestinidade você tinha que fazer algum tipo de política também, porque não é esconder num buraco e ficar, certo?* Porque ai você não tá protegido. A responsabilidade é de quem depôs o governo eleito. Porque enquanto se respeitava o governo eleito tinha greve, tinha manifestação, tinha não sei o que, certo? Mas no geral a ordem do país tava mantida, eles acabaram com a ordem. Então, quem acabou com a ordem, com a estabilidade política neste país foi quem deu o golpe, não foi à esquerda, certo? Então ... e a gente não tinha caminhos, tinha o exílio, certo? E mesmo assim alguns morreram por lá.<sup>1</sup> (Grifos meus)

O depoimento acima da ex-guerrilheira Criméia Alice Schmidt de Almeida (Alice) é bastante emblemático para o início desse artigo, pois especifica bem o contexto no qual os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), enfrentaram para deixar suas famílias, cidades e identidades e buscarem outras formas de se fazer política no Brasil na época do regime civil-militar.<sup>2</sup> Contudo, antes de focar minha discussão nessa prática, gostaria de explicitar como cheguei a essa temática.

Um fator bastante relevante para o meu envolvimento com a temática da Guerrilha do Araguaia, deu-se em primeiro lugar, devido a minha proximidade geográfica com a região onde ocorreu o conflito, entre as Forças Armadas e os militantes do PC do B entre os anos de 1966 a 1974, considerando-se para essa datação, a chegada dos primeiros guerrilheiros à região e o fim dos combates.<sup>3</sup> Viver nesse ambiente, conhecer pessoas que conheceram ambos os lados da história (militares e guerrilheiros), despertou, inicialmente, minha curiosidade em saber mais sobre a guerra pouco conhecida pelos próprios brasileiros. O que foi esse conflito? Por que ocorreu naquele lugar? O que as pessoas falavam e silenciavam sobre essa experiência? Foram questões como essas, que busquei responder ao longo do mestrado, focando a discussão a partir

---

<sup>1</sup> Depoimento de Criméia Alice Schmid de Almeida ao programa ESPN Brasil. Disponível em: <http://www.msn.com/ptbr/video/assistir/ap%C3%B3s-40-anos-ex-jogador-e-militantefazrevela%C3%A7%C3%B5esincr%C3%ADveis-da-guerrilha-do-ar/vi-BBkFJo>. Acesso em: 22 out. 14.

<sup>2</sup> Utilizo aqui a análise de René Dreiffus para o golpe de 1964. Segundo ele, o golpe que levou os militares ao governo foi possibilitado pela aliança entre os setores civis e militares, daí, portanto, golpe civil-militar. Sobre essa questão ver DREIFUSS, Renè Armand. **1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981. Sobre essa questão do golpe civil-militar no Brasil é pertinente também destacar o livro dos historiadores Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Ver \_\_\_\_\_. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

<sup>3</sup> Após a descoberta da área da guerrilha, os militares realizaram três operações com o objetivo de acabar com o movimento. A primeira operação foi realizada de abril a junho de 1972, a segunda de setembro a outubro de 1972 e a terceira e última realizada de outubro de 1973 a dezembro de 1974. É válido destacar que diante das dificuldades das Forças Armadas localizarem os militantes do PC do B nas matas do sul do Pará, foi criada a chamada Operação Sucuri (Maio a setembro de 1973). Essa operação não se caracterizou pelo combate aos guerrilheiros, mas seu objetivo foi localizá-los na mata. Para isso, os militares do CIE (Centro de Inteligência do Exército) entraram na região disfarçados de membros da população local para mapear os locais e as pessoas que conviviam com os guerrilheiros. Dentre os vários trabalhos que focalizam essa questão, indico CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia – a esquerda em armas**. Goiânia: UFG, 1997.



das memórias dos moradores da região do Araguaia acerca do conflito armado na década de 1970. Questões não discutidas no mestrado na época, me levou a continuar estudando a temática da guerrilha, agora no doutorado, buscando problematizar as disputas de memórias que envolvem esse acontecimento da história contemporânea de nosso país através da escrita e publicações de livros. Pesquisa que se encontra até o momento em andamento.

Assim, a partir da metodologia da história oral, realizei em cinco cidades da região, entrevistas com alguns moradores (donas de casa, barqueiros, professores, comerciantes, quebradores de coco babaçu), enfim, pessoas que conviveram com os membros do PC do B e com os militares, totalizando 37 entrevistas.<sup>4</sup> Através delas e dos documentos produzidos pelo partido, resolvi escrever esse artigo discutindo a prática política dos militantes do PC do B no Araguaia. Prática essa, em tempos de clandestinidade, pois as identidades verdadeiras dos guerrilheiros e a sua filiação partidária não eram conhecidas pela população local.

Minha argumentação da prática política dos membros do PC do B, de certa forma, problematiza a própria afirmação desse partido quando diz que não houve o que eles consideravam “trabalho de massas” (trabalho de massas seria na visão do partido a conscientização política da população ao projeto de guerrilha), durante os primeiros anos em que ocorreu o contato de seus membros com os moradores do Araguaia, (forma do partido justificar, a meu ver, o não envolvimento dos moradores à causa revolucionária). Minha concepção, aqui, de política, vai além desse posicionamento das lideranças do PC do B, ao analisar a experiência de guerrilha na região do Araguaia. Considero, portanto, para efeito de análise nesse artigo, política enquanto práticas cotidianas. Entendo por práticas políticas as microrrelações estabelecidas no dia a dia entre os membros do PC do B e a população do Araguaia na qual percebo relações de micro poderes, assim como enfatizou Michel Foucault.<sup>5</sup> Dessa maneira, nas relações entre esses personagens não há um centro de poder, ele encontra-se dissolvido nas relações ali estabelecidas. Assim sendo, todas as ações dos membros do PC do B na região do Araguaia, tais como ajuda aos moradores nos seus trabalhos diários, assistência médica, alfabetização de moradores, envolvimento nas festas, conversas diárias junto aos camponeses, práticas esportivas etc, constituem, a meu ver, práticas políticas que visavam atrair os moradores para o projeto político

---

<sup>4</sup>As entrevistas foram realizadas entre os anos de 2005 e 2007 nas seguintes cidades: Tocantinópolis – TO, Porto Franco – MA, Araguaína – TO, Xambioá – TO e São Geraldo do Araguaia – PA. Cabe ressaltar, que embora a linguagem escrita e acadêmica exija obediência às regras gramaticais e ortográficas, nos depoimentos orais, aqui utilizados enquanto fonte, resolvemos optar pela maneira como cada morador fala. Assim, procuramos conservar os erros de concordância, ortografia, as expressões regionais, como forma de valorizar o universo geográfico e sócio-cultural das pessoas e também porque a fala dos moradores é o nosso objeto de análise nesse artigo.

<sup>5</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto da Mata. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.





dos chamados guerrilheiros.

Outra inquietação que me levou a enveredar por esse caminho da ênfase das práticas políticas a partir do cotidiano, foi à análise que fiz em relação aos trabalhos já escritos sobre a guerrilha, no qual a ênfase recai no aspecto político institucional, na história do PC do B e de suas lideranças e na opção pela luta armada. Minha ênfase, não nega esses aspectos, mas pretende levantar outras questões deixadas de lado por esses trabalhos. Aqui é pertinente uma reflexão sobre a produção historiográfica sobre a Guerrilha do Araguaia. De acordo com o banco de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Planejamento de Pessoal de Nível Superior), há dez trabalhos na área de história relacionados a temática da Guerrilha do Araguaia no período de 1995 a 2016.<sup>6</sup> Observa-se na produção historiográfica acerca da Guerrilha do Araguaia, duas tendências principais: os primeiros trabalhos/estudos estão voltados para uma análise do ponto de vista político institucional, isto é, seu enfoque recai sobre as questões políticas e econômicas, sobretudo a partir de uma análise do ponto de vista do materialismo histórico. São exemplos dessa escolha, os trabalhos de Romualdo Pessoa Campos Filho - *A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)* e Deusdedith Alves Rocha Júnior - *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, ambos defendidos na década de 1990. A segunda tendência mais evidente, especialmente, em seis estudos realizados a partir dos anos 2000, é a análise da luta armada no Araguaia centrada na construção das memórias, sejam elas de ex-guerrilheiros, de seus familiares, dos moradores da região e dos militares.<sup>7</sup> São trabalhos, portanto, que se enquadram nas discussões propostas pela chamada "Nova História". Neles aspectos do imaginário, do cotidiano e das representações são problematizados por seus autores. Além desses estudos, existem ainda dois trabalhos, um defendido em 2008 e outro em 2012, que analisam, respectivamente, a

---

<sup>6</sup>É válido ressaltar que o site da CAPES (Coordenação de Planejamento de Pessoal de Nível Superior), não mencionou a tese do pesquisador Gilvane Felipe "**A Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966–1975)**", defendida no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), em 1993, cujo pressuposto teórico para sua análise da Guerrilha do Araguaia também foi o materialismo histórico. Sobre a relação de trabalhos de história produzidos no Brasil acerca da temática da Guerrilha do Araguaia, ver <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 06 out. 17.

<sup>7</sup> Os trabalhos destacados são os seguintes: CORREA, Carlos Hugo Studart. **O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. 01/04/2005 218 f. Mestrado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2005. SOUSA, Deusa Maria de. **Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia**. 01/04/2006. 295 f. Mestrado em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2005. SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia**. 01/02/2008. 120 f. Mestrado em História. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2008. SOUSA, Deusa Maria de. **Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos do Araguaia**. 01/12/2011. 235 f. Doutorado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011. CORREA, Carlos Hugo Studart. **De algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia**. 20/02/2014. 619 f. Doutorado em História. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. BARBOSA, José Humberto Gomes. **A Guerrilha do Araguaia: Memória, esquecimento e Ensino de História na região do conflito**. 01/09/2016. 158 f. Mestrado Profissional em Ensino de História Instituição de Ensino. Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, TO, 2016. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>. Acesso em: 06 out. 17.





produção fílmica sobre a Guerrilha do Araguaia e os caminhos que levaram camponeses, militantes e militares ao Araguaia centrado no enfoque econômico e social.<sup>8</sup>

Cabe ressaltar que trabalhos como os de Irllys Barreira – *A cultura e a política: encontros frutíferos de uma agenda de pesquisa*, Karina Kuschnir - *Antropologia da política*, César Barreira – *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*, possibilitaram em termos metodológicos, um outro olhar sobre minhas fontes de pesquisa, levando assim, a questionar as práticas políticas relacionadas ao cotidiano na região do Araguaia na época da presença dos militantes do PC do B nessa área.<sup>9</sup>

Assim, parto da dimensão do cotidiano, aqui entendido conforme os pressupostos destacados por Michel de Certeau que leva em consideração a arte de viver e de fazer inscritas no cotidiano das pessoas comuns. No meu objeto, as relações entre os militantes do PC do B e os moradores da região, ora se apresentam como resistência, improvisação e/ou negociação através dos quais o homem comum se apropria do espaço, inverte objetivos e códigos, usando-os à sua maneira.<sup>10</sup> Dessa forma, o cotidiano desses personagens podem ser interpretados numa relação de sentido duplo, na qual as influências estão presentes nos dois grupos (guerrilheiros e moradores), um se ressignificando na tentativa de adaptar-se ao novo ambiente (floresta, rural e isolado), e o outro ensinado as táticas para se viver nesse ambiente. Aqui faço referência às mudanças radicais que os jovens militantes enfrentaram para se adaptarem ao mundo rural, pois vinham de um mundo urbano e agitado onde os conflitos políticos nesse período eram latentes.

A presença dos jovens militantes do PC do B na região do Araguaia possibilita uma série de questionamentos. O que teria levado esses jovens a abandonarem seus familiares e amigos nas suas cidades e levados até a região do Araguaia? Por que decidiram organizar uma guerra popular prolongada? Por que optaram por essa forma de se fazer política? Quem eram esses jovens? A que grupo ou classe social pertenciam? Buscando encontrar prováveis respostas para esses questionamentos, e partindo do meu lugar social, que é historiador para usar um termo proposto

---

<sup>8</sup> São respectivamente os seguintes trabalhos: GUERRA, Fabiana de Paula. **Luta armada em foco: a guerrilha do Araguaia nas telas do cinema**. 01/09/2008. 134 f. Mestrado em História. Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2008. MECHI, Patrícia Sposito. **Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 01/09/2012 401 f. Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/bancoteses/#/>. Acesso em: 06 out. 17.

<sup>9</sup> BARREIRA, Irllys. *A cultura e a política: encontros frutíferos de uma agenda de pesquisa*. In: **Revista de Ciências Sociais**, UFC, Fortaleza, vol. 28, 1997. KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007. BARREIRA, César. **Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 1998.

<sup>10</sup> CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. Petrópolis, Vozes, 2005. p. 47.



por Michel de Certeau,<sup>11</sup> vejo ser importante situar o que ocorria no Brasil e no mundo em relação ao papel dos jovens nesse período no qual estou tratando. De forma geral, na década de 1960 a nível mundial vive-se um período fortemente marcado pela “Guerra Fria”.<sup>12</sup> E nesse sentido, o final da década de 1950 marcou esse cenário através da Revolução Cubana, modelo de luta e resistência, sobretudo para os países da América Latina. Além disso, o mundo assistiu a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, fato que torna-se para vários grupos de esquerda, um paradigma de luta revolucionária.

Contudo, no caso específico da Guerrilha do Araguaia, o paradigma de revolução seguido pelos militantes do PC do B, foi o chinês. Isto é, a guerra popular prolongada. Segundo este modelo, o cerco das cidades aconteceria pelo campo, em regiões que possibilitassem o apoio da população. A guerra de guerrilhas, diferentemente das chamadas guerras regulares, tem como particularidade desorientar o inimigo, mesmo que este seja mais forte. Nesse sentido, afirma Mao Tsé Tung: “O inimigo avança, nós recuamos, o inimigo imobiliza-se, nós flagelamos, o inimigo esgota-se, nós golpeamos, o inimigo retira-se, nós perseguimos”.<sup>13</sup>

Dentre os vários documentos do PC do B em que há influência do pensamento de Mao Tsé Tung, o mais significativo é *Guerra popular – caminho da luta armada no Brasil*, elaborado em 1969. Nele, o partido definiu a estratégia e a tática a serem utilizadas para a tomada do poder político, a partir da guerra popular prolongada até a formação de um exército regular, tendo como base o interior do país. Dessa maneira, a conquista do poder político partiria do campo para as cidades. Vemos, assim, a tentativa do PC do B em adequar a experiência chinesa à realidade brasileira. Nesse contexto, afirma o documento:

Desta forma, a luta armada poderá surgir de distintos motivos e em vários pontos do Brasil do interior. Em seu começo, as ações armadas têm em vista infundir mais confiança às massas em suas forças, aumentar sua capacidade de luta e ajudá-las a compreender a necessidade de apelar para as armas como o único meio de conquistar uma vida melhor. Pouco a pouco, com os êxitos e as experiências obtidas, a luta armada irá se estendendo a diferentes áreas. Chegará a ocasião em que, devido ao fortalecimento das forças revolucionárias e à dispersão e ao debilitamento do inimigo, a guerra popular se travará não só nas regiões mais distantes, mas também em áreas próximas dos grandes centros.<sup>14</sup>

A opção do PC do B pelo maoísmo também se explica pelo contexto do comunismo

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982. p. 65-128.

<sup>12</sup>Em relação a problemática da Guerra Fria, ver HOBSBAWM, Eric. Guerra Fria. In: HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 223-252.

<sup>13</sup>TSÉ-TUNG, Mao. **Escritos militares**. Goiânia: Libertação, 1981, v. 1. P. 116.

<sup>14</sup>POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha**—Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980. P. 108.



internacional a partir da década de 1950. Foi naquela década, sob a liderança de Nikita Krushev, que vieram a público os crimes cometidos por Stalin durante os anos em que este governou a União Soviética e foi o secretário geral do Partido Comunista daquele país (o PCUS). Assim, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, foram definidas, de forma geral, as seguintes teses: a coexistência pacífica entre socialismo e imperialismo e a transição pacífica do capitalismo para o socialismo.<sup>15</sup> Diante desse cenário, qual foi a atitude tomada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), até então, o único partido comunista existente no Brasil? Nele formaram-se dois grupos políticos: um deles, adepto das resoluções aprovadas pelo PCUS, e outro, crítico da linha política adotada por aquele partido.<sup>16</sup> Essa discussão é bem ampla e, como não constitui o tema central do artigo, não vou aprofundá-la, mas destacar alguns aspectos centrais para entender a opção do PC do B pela via revolucionária para a conquista do poder, e sobretudo, a sua prática de luta armada no Araguaia tendo como modelo teórico o maoísmo. As divergências entre esses dois grupos, em especial, em relação ao caminho adotado para se implantar o socialismo no Brasil, culminou com a cisão do PCB e a criação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), em 1962. Com a cisão, o PC do B, buscou se alinhar em termos ideológicos ao Partido Comunista Chinês, fundamentando seu modelo de revolução socialista a partir dos princípios estabelecidos por Mao Tsé Tung, conforme destaquei anteriormente. Nesse sentido, mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, o PC do B começou a enviar militantes do partido para se especializarem em guerrilha rural, na China, prática que se estendeu até 1966. Destaco, por exemplo, alguns deles: Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), João Carlos Haas Sobrinho (Juca), André Grabois (Zé Carlos), José Humberto Bronca (Zeca Fogoió), Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), Daniel Ribeiro Calhado (Doca), Divino Ferreira de Souza (Nunes, Goiano), Gilberto Olímpio Maria (Pedro, Pedro Gil), Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito) e Micheas Gomes de Almeida (Zezinho).<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> FELIPE, Gilvane. **A Guerrilha do Araguaia** (Brasil: 1966–1975). Tese de doutorado apresentada ao Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (IHEAL). Université de la Sorbonne Nouvelle (Paris III), 1993. P. 29.

<sup>16</sup> Em relação a caracterização dessas duas correntes divergentes dentro do PCB, Wladimir Pomar em seu livro “Araguaia – o partido e a guerrilha” denomina-as de duas maneiras: uma “revolucionária”, fiel aos princípios do marxismo-leninismo, e a outra “reformista”, adepta do papel progressista das Forças Armadas e no caminho parlamentar para alcançar o poder político no país. Ver POMAR, Wladimir. **Araguaia: o partido e a guerrilha** – Documentos inéditos. São Paulo: Brasil Debates, 1980. P. 9. Sobre as duas correntes e os principais nomes que as constituíam, temos o grupo liderado por Prestes e o grupo crítico as ideias e posicionamentos de Prestes, o qual denomino de “dissidente”. Dentre os principais nomes deste grupo, cito João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade. A respeito da expulsão do referido grupo dos quadros do PCB, ver **Novos Rumos**, nº 152, 5 a 11 de janeiro de 1962. P. 1-2.

<sup>17</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas** – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática S.A., 1987. P. 208.



É, portanto, dentro deste contexto e também devido a forte repressão desencadeada pelo regime militar no Brasil, em especial, aos seus opositores (sindicalistas, estudantes, militantes de grupos de esquerda), que alguns jovens de classe média, em sua maioria estudantes ou profissionais recém-formados em diversas áreas do conhecimento, sem os canais legais para se praticar a política naquele período, entraram na clandestinidade, passando a enfrentar o regime militar através das armas com o objetivo de instituir no país o comunismo.<sup>18</sup> Olhando o passado a partir do presente, parece algo estranho aos nossos dias, alguém deixar seus parentes e amigos, e passar a viver no meio da mata em busca de se construir um projeto de socialismo para o Brasil. Talvez, a meu olhar, pareça algo romântico. Contudo, para aqueles jovens da década de 1960 tal projeto era compatível diante da conjuntura do mundo e do Brasil naquele período. É importante destacar ainda, diante desse cenário, a que jovens estou me referindo naquele momento de enfrentamento com o regime militar. Os jovens dos quais vou tratar constituem personagens bem peculiares: são estudantes em sua maioria ligados aos movimentos estudantis e pertencentes à classe média brasileira. Portanto, não constituem uma maioria da população de jovens do Brasil daquele período. A partir dessa observação, pretendo evitar qualquer tipo de generalização sobre a participação da juventude em termos de lutas sociais/políticas no Brasil das décadas de 1960 e 1970.

Optei pelo termo nativo “paulistas” para se referir aos militantes do PC do B, pois para a população local que desconhecia suas verdadeiras identidades, esses militantes eram denominados “paulistas”. Através das narrativas de memórias dos moradores, os “paulistas” chegaram à região enquanto comerciantes, vendedores e/ou pequenos proprietários de terras vindos de São Paulo. Nas cidades e povoados da região, eles comercializavam produtos trazidos daquela cidade, e assim, passaram a ser chamados pela população com essa denominação. Portanto, os “paulistas” tornam-se um deles (isto é, moradores locais), passam a viver de forma semelhante aos moradores da região sem despertar desconfiança deles quanto as suas atividades ligadas aos movimentos estudantis ou de esquerda, de forma geral. Tiveram que ressignificar seus valores, suas vidas, seus relacionamentos pessoais em prol da causa revolucionária.

Dessa forma, seguindo as orientações do partido, os primeiros paulistas chegaram à região do Araguaia a partir de 1966. Alguns personagens tornaram-se emblemáticos, para entendermos a própria guerrilha, pois, segundo a população local, através de suas memórias,

---

<sup>18</sup> É importante ressaltar que embora as perseguições aos “inimigos” do regime militar tenha sido uma prática desde o momento da consolidação do golpe civil-militar em 1964, com a institucionalização do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968, esta prática torna-se frequente. Para aprofundar a questão, ver RIDENTI, Marcelo. Que história é essa? In: REIS FILHO, Daniel Aarão et all. **Versões e ficções: o sequestro da história**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997. P. 11- 30.



tornaram-se “heróis” da luta armada. Posso, assim, destacar a figura de Osvaldo Orlando Costa (o Osvaldão), que, naquele mesmo ano, se instalou como posseiro no povoado conhecido como Gameleiro.<sup>19</sup> Seguindo a mesma tática, em meados de 1967, João Carlos Haas Sobrinho (Dr. Juca) chegou a Porto Franco, sul do Maranhão, localidade situada à margem esquerda do rio Tocantins, em frente à cidade de Tocantinópolis, em Goiás, hoje Estado do Tocantins. Naquela cidade, o médico instalou um pequeno hospital para atender à população local.<sup>20</sup>

Assim, os paulistas foram se estabelecendo na região e criando os laços de amizade e camaradagem entre a população local. Numa área onde havia constantes migrações durante as décadas de 1950 e 1960, os paulistas não despertaram nos moradores nenhuma reação de estranhamento a sua presença, tornaram-se ao longo dos anos “um deles” vivendo na clandestinidade e buscando através de suas atitudes, o apoio dos moradores ao seu projeto.

Havia algumas regras estabelecidas pelo partido para os combatentes, forma que considero estratégia política, conforme o *Diário da Guerrilha do Araguaia*, documento elaborado pelas Forças Guerrilheiras do Araguaia, sem um autor definido. De acordo com essas regras, o combatente, em suas relações com o povo, deveria adotar os seguintes cuidados:

- a) conhecer os problemas das massas e ajudá-las na medida do possível;
- b) respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas;
- c) não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado;
- d) não tratar as massas com arrogância;
- e) realizar a propaganda revolucionária entre as massas.<sup>21</sup>

Além das regras acima destacadas, havia outras que impunham ao combatente/guerrilheiro(a) uma rígida disciplina, como acontece com as Forças Armadas. Essa disciplinarização está contida no *Regulamento de 32 artigos das Forças Guerrilheiras do Araguaia*. Esse regulamento busca o controle sobre todos os aspectos da vida do militante, desde o seu modo de ser (simples), a obediência, o espírito de grupo, a confiança, a disciplina, as punições para as infrações, até a entrega da vida pela causa revolucionária.<sup>22</sup>

No Relatório de Ângelo Arroyo (Joaquim)<sup>23</sup> escrito no calor dos acontecimentos, ou seja,

<sup>19</sup>PORTELA, Fernando. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. A saga do Araguaia. São Paulo: Global, 2002. p. 75.

<sup>20</sup>CAMPOS FILHO. **Guerrilha do Araguaia** – a esquerda em armas. Goiânia: UFG, 1997. p. 81-82.

<sup>21</sup>MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. (Apresentação). 3 ed.: São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. p. 72-73.

<sup>22</sup>\_\_\_\_\_. **Diário da Guerrilha do Araguaia**, p. 67-74.

<sup>23</sup>Ângelo Arroyo (Joaquim) – Operário metalúrgico que ingressou no Partido Comunista do Brasil (PC do B) em 1945. Militante do movimento sindical em São Paulo torna-se um dos líderes do Sindicato dos Metalúrgicos na década de 1950. No Araguaia era um dos comandantes da guerrilha. Em janeiro de 1974 em companhia de Micheas



no momento de sua saída da área do conflito em 1974, encontro alguns indícios de como se dava o trabalho político no cotidiano dos moradores do Araguaia. A estratégia utilizada era a literatura de cordel, tipo de folheto distribuído entre os moradores que narrava “A vida de um lavrador”, de autoria de Lúcio Petit da Silva (Beto). Além disso, os paulistas criavam hinos de exaltação à guerrilha, teatro e festas junto aos camponeses. Nesse sentido, diz:

Antes da terceira ofensiva do inimigo, o trabalho junto a outras forças havia se estendido. Ampliaram-se os contatos com comerciantes, religiosos etc. Na propaganda, alcançou também êxito o folheto A vida de um lavrador, literatura de cordel da autoria de Beto (Lúcio Petit da Silva). Uma composição musical em ritmo de toada local (Iindô), da autoria de Osvaldo Peri (Pedro Alexandrino de Oliveira), alcançou êxito. A Rádio Tirana era ouvida por muitos elementos do povo e seus comentários eram bem recebidos. Aderiram à guerrilha, como combatentes, vários elementos da massa: em dezembro de 1972, entrou um; em abril de 1973, um; de junho em diante entraram mais cinco no A; dois no B; e dois no C. Uma boa parte da massa realizou tarefas ligadas à atividade guerrilheira.<sup>24</sup>

A citação feita por Ângelo Arroyo, traduz a dimensão das práticas políticas cotidianas exercidas pelos paulistas para conquista da população do Araguaia ao projeto de guerrilha. Nesse sentido, a utilização da literatura de cordel e composição de músicas foi uma das estratégias usadas pelos paulistas para convencer aquela população da necessidade de mudanças no país. É necessário, assim, adaptar as teorias marxistas ao ambiente social e cultural do trabalhador rural brasileiro naquele período.

A estrutura organizacional da guerrilha seguia uma certa hierarquia, ou seja, sua estrutura é de certa forma, análoga às instituições militares: formada por três destacamentos sob a liderança de um comandante, uma Comissão Militar e um “birô político”<sup>25</sup> constituído pelos principais líderes do PC do B (João Amazonas, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, Paulo Mendes

---

Gomes de Almeida (Zezinho) conseguem sair da região do conflito e encontrar outros militantes do PC do B em São Paulo, aos quais entregou um Relatório detalhado sobre as atividades da guerrilha. Foi morto em 16 de dezembro de 1976, numa casa onde estavam reunidos os dirigentes do PC do B no bairro da Lapa, em São Paulo. Acontecimento denominado de Chacina da Lapa. Ver disponível em: [https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/arroyo\\_angelo.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/a/arroyo_angelo.htm). Acesso em: 30 out. 14.

<sup>24</sup> Disponível em: [http://grabois.org.br/portal/imprimot.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=873](http://grabois.org.br/portal/imprimot.php?id_sessao=49&id_noticia=873). Acesso em: 29 set.14.

<sup>25</sup> A respeito do “birô político” existente na Guerrilha do Araguaia, o coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza, militar que atuou junto ao serviço de inteligência do Exército no Araguaia na época do conflito, afirmou em seu livro “**Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade**”, publicado em 2002, que os militares tinham conhecimento da estrutura do movimento armado, inclusive, de seus líderes. Essas informações teriam sido obtidas através dos moradores da região e dos guerrilheiros presos durante as duas primeiras campanhas militares no Araguaia. O referido autor destacou nesse livro a estrutura organizacional da guerrilha, isto é, seus destacamentos, a Comissão Militar, o modelo de guerra – o chinês e o que denominou de “força política ou ‘Bureau’ Político”. Na visão do coronel “órgão de cúpula e decisão das forças guerrilheiras”. Ver MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A grande verdade**. Edição do Autor: Brasília, 2002. P. 136-137.





Rodrigues, e, esporadicamente, Elza Monnerat).<sup>26</sup> Os componentes deste “birô político” não eram permanentes na área, com exceção, de Maurício Grabois e Paulo Mendes Rodrigues, que após o início das operações militares permaneceram nas matas do Pará. Além de exercerem a função de líderes do movimento armado, estes personagens eram os responsáveis pelo contato da guerrilha com os demais membros do partido que se encontravam fora da região do conflito, geralmente, em São Paulo. Assim, enquanto os guerrilheiros se encontravam no Araguaia, preparando a guerrilha, em São Paulo, encontrava-se o Comitê Central do partido, formado por Carlos Nicolau Danieli, Lincoln Cordeiro Oest e Lincoln Bicalho Roque. Eles eram responsáveis por realizar a ponte entre os guerrilheiros do Araguaia e o sul do Brasil. Coordenando a panfletagem nas cidades, davam sugestões, enviavam materiais e também dinheiro aos militantes no Araguaia.<sup>27</sup>

Como já destaquei, a presença dos paulistas na região estava voltada para uma tática de aproximação e amizade com os moradores locais, estratégia que considero uma forma de se fazer política no tempo da clandestinidade. Essa aproximação se dava através dos trabalhos que os mesmos prestavam às comunidades locais, como atendimento médico, ensino e ajuda nos trabalhos do campo. Além disso, frequentavam os locais comuns que a população da região frequentava. Dessa forma, afirma Ângelo Arroyo:

Os guerrilheiros ajudavam as massas no trabalho de roça. O Romance da Libertação era recitado pela massa. Os hinos da guerrilha, elaborados lá mesmo, eram cantados pela massa. Nas sessões de terecô (candomblé) se faziam cantorias de elogio à guerrilha. O primeiro aniversário da luta guerrilheira foi comemorado com a participação de elementos de massa. Na área do Destacamento A, fez-se reunião com a massa (mais de 50 moradores) para discutir medidas contra o Inbra. A massa achava que o Inbra era nova forma de cativoiro.<sup>28</sup>

Há ainda na descrição de Ângelo Arroyo outro aspecto que considero relevante nesse trabalho político dos paulistas com os moradores da região. A ressignificação da postura dos paulistas enquanto membros de um partido comunista. No Araguaia, esses militantes buscavam tornar-se um deles (isto é, moradores do Araguaia), visando dentre outros motivos, não serem

---

<sup>26</sup> Segundo Jacob Gorender, no início de 1972, havia três destacamentos montados e treinados para a guerra. Assim, havia o chamado destacamento A (Faveiro), localizado próximo à cidade paraense de Apinajês, comandado por João Carlos Haas Sobrinho (Juca); o destacamento B (Gameleiro), sob o comando de Osvaldo Orlando Costa (Osvaldão) e localizado próximo ao povoado de Santa Isabel, mais ou menos cinquenta quilômetros acima de São Geraldo e o destacamento C (Caiano), localizado próximo à cidade de Conceição do Araguaia, comandado por Paulo Mendes Rodrigues (Paulo). Ver GORENDER, **Combate nas trevas**, p. 208. Cada destacamento possuía aproximadamente 21 pessoas, divididas em grupos de sete; no centro, estava a Comissão Militar, formada pelo ex-deputado Maurício Grabois, o ex-metalúrgico Ângelo Arroyo, os comandantes Osvaldão e Juca. Ver PORTELA, **Guerra de guerrilhas no Brasil**, p. 76.

<sup>27</sup> PORTELA, **Guerra de guerrilhas no Brasil**, p. 114.

<sup>28</sup> Disponível em: [http://grabois.org.br/portal/imprimot.php?id\\_sessao=49&id\\_noticia=873](http://grabois.org.br/portal/imprimot.php?id_sessao=49&id_noticia=873). Acesso em: 29 set.14.





identificados e a conquista da população ao seu projeto. Dessa maneira, se justifica a participação nas celebrações religiosas, rituais afro, diálogo com padres e religiosos que atuavam na região. Considero, assim, uma peculiaridade da experiência desses sujeitos na sua atuação junto à população do Araguaia. Houve uma necessidade de mudança de seus hábitos para a conquista dos moradores locais a participação na guerrilha.

No *Diário da Guerrilha do Araguaia*, há uma passagem que resume, na visão dos próprios paulistas, como acontecia, no dia-a-dia, essa relação de amizade e da prática política junto aos moradores locais:

Os novos moradores estreitam suas relações com o povo, identificam-se com ele. São estimados e estimam sinceramente os que conhecem. Amizade não se consegue da noite para o dia. Vai-se forjando com o tempo. Uma ajuda aqui, outra acolá, o respeito às pessoas, a atenção que se lhes presta na conversa, o interesse pela sua vida, o conselho que se ouve dos que habitam o lugar, o desejo de aprender com a massa – tudo isto vai tecendo os fios invisíveis da amizade.<sup>29</sup>

Fica clara na argumentação presente nesse documento à tática usada pelos paulistas para se aproximar das pessoas da região e, aos poucos, conquistar a sua simpatia. Essa convivência foi sendo construída aos poucos e conquistada através de suas posturas no trato com os moradores. Os paulistas viviam de forma simples, trabalhavam nas roças ou vendendo mercadorias trazidas, geralmente, de São Paulo sem despertar, inicialmente, suspeitas de serem guerrilheiros. Me apropriei aqui do conceito de tática de Michel de Certeau, para fazer referência a maneira como os paulistas utilizaram para se aproximar dos moradores do Araguaia. Segundo este autor, a tática é “a arte do fraco”<sup>30</sup>, e nesse contexto, é bastante pertinente o seu uso, pois os paulistas vivendo na clandestinidade, estavam vulneráveis a constantes riscos, que incluíam as suas próprias vidas. E dessa forma, era preciso conquistar seguidores ao seu projeto e a forma utilizada foi, portanto, fazer uma espécie de política “sem ser política” na visão da população da região. Assim, através dos fios da amizade vai-se conquistando o respeito e a admiração dos moradores.

Essa tática de aproximação dos moradores utilizada pelos paulistas foi destacada no depoimento do senhor João de Deus Nazaro de Abreu, morador do povoado de nome Caianos (PA). Falando sobre o cotidiano no período anterior à chegada dos militares, disse:

E a gente também teve uma época lá antes da guerrilha, né, nós ... meu padraço fez um ... uma festa, né, uma festa que fazia aqueles mutirão pra fazer \_\_\_\_ passar pasto, né, passar pasto e no fim ajuntava toda vizinhança, fazia aquele convite, matava gado, porco e fazia aquele movimento, o pessoal trabalhava o dia todo e de noite uma festa, né, e nessa festa o Juca foi, foi Daniel, foi

<sup>29</sup> MOURA. *Diário da Guerrilha do Araguaia*, p. 26.

<sup>30</sup> CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano: artes do fazer*. Petrópolis, Vozes, 2005.p. 101.



*tudo ajudar roçar* (...) Tinha uns três ou quatro deles lá na festa, ai foram embora, mais brincava trabalhava assim na roça como que é costumeado mesmo e ajudava mesmo o pessoal, né, eles trabalhava era assim com honestidade mesmo, a gente não via eles querer ser uma pessoa assim ...<sup>31</sup> (Grifos meus).

O depoimento do senhor João de Deus demonstra as relações de reciprocidade que existiam entre os paulistas e os moradores da região, através dos trabalhos cotidianos da população local (mutirões, roçar, plantio), nos quais os paulistas participavam, conquistando, dessa forma, a confiança e a amizade dessas pessoas. É, portanto, uma estratégia de se fazer política “sem ser política”.

Na memória da população da região, também é frequente a referência ao trabalho social realizado pelos paulistas no seu cotidiano, outra tática de se fazer política utilizada pelos paulistas. É dessa forma que se refere a senhora Gecília Sabino de Sá ao trabalho do médico João Carlos Haas Sobrinho (Juca), durante sua passagem pela cidade de Porto Franco (Sul do Maranhão):

E a relação dele era de paternalismo. Ele era como se fosse um pai para a população carente. Ele prestou muito serviço, inclusive todo o dinheiro que ele ganhava ele distribuía cestas básicas pras pessoas... As pessoas fizeram dele assim... como uma pessoa carismática mesmo. Na verdade foi o que ele foi. Muita gente chorou... choraram... famílias inteiras. Quando ele Dr. João Carlos sumiu foi como se fosse até uma romaria lá na porta do local onde ele morava, todo mundo preocupado, procurando por ele e sentindo falta. Ele distribuía medicamento, consultava, ele dava roupa e alimentação para as pessoas.<sup>32</sup>

Algo que me parece bastante evidente na relação política construída a partir da vida cotidiana dos moradores locais durante a Guerrilha do Araguaia é que a sua relação com os paulistas não constitui uma coisa unilateral. Na minha concepção, essa relação se dá através da simbiose, ou seja, existe uma reciprocidade entre as partes envolvidas. Exemplo dessa relação encontrei nas narrativas dos paulistas, no *Diário da Guerrilha do Araguaia*: “As massas fornecem-lhes comida, roupa, calçado, rede de dormir. Às vezes, a contribuição popular chega a ser comovente. O lavrador que nada possui faz questão de entregar a botina que usa, a única rede, o alimento de que necessita. Faz questão”.<sup>33</sup> Portanto, a relação estabelecida entre os moradores (“as massas”) e os paulistas (“os guerrilheiros”) dar-se através de uma prática social centrada nas relações pessoais, de amizade, de solidariedade e de respeito por ambas as partes. É, assim, uma relação política que envolve os aspectos da vida cotidiana.

<sup>31</sup> Entrevista com o senhor João de Deus Nazaro de Abreu, concedida a este pesquisador em São Geraldo do Araguaia – PA, em 05/07/2007. Gravação digital e transcrita. Arquivo Pessoal.

<sup>32</sup> Entrevista com a senhora Gecília Sabino de Sá, concedida a este pesquisador em Tocantinópolis – TO, em 24/06/2005. Gravação em fita microcassete e transcrita. Arquivo Pessoal.

<sup>33</sup> MOURA. *Diário da Guerrilha do Araguaia*, p. 53.



As relações de amizade também foram destacadas no relato do senhor Vâner Marinho, morador de Porto Franco (Sul do Maranhão). Ele conheceu e fez amizade com dois dos quatro militantes do PC do B que moraram nessa cidade antes de seguirem para a região do Araguaia. Lá chegaram, em setembro de 1967, Maurício Grabois (o Mário), Gilberto Olímpio Maria (o Pedro) e André Grabois (Zé Carlos). Juntos, tinham um pequeno estoque de roupas populares e objetos de alumínio que comercializavam com as famílias da cidade e da região. Também morou nessa cidade, João Carlos Haas Sobrinho (Dr. Juca), o qual sendo médico atuava na assistência a população da cidade e do seu entorno. Vâner Marinho, em um pequeno texto relata, através de suas memórias, a influência desses personagens na vida dos jovens da cidade. Assim diz:

Para nós, jovens moradores de Porto Franco, isolados do mundo, onde recebíamos informações apenas pelas ondas do rádio, a sua presença em nossa cidade, era de uma importância muito grande. (...) Foi aí que surgiu o nosso famoso campinho ao lado do cemitério, onde, todos os dias, íamos treinar para o jogo oficial de domingo. Zé Carlos era o responsável pela organização da pelada. Aqueles óculos de fundo de garrafa, a todo instante querendo escapular, além de sua pouca habilidade com a bola, lhe atrapalhavam bastante. Gilberto, não. Ele possuía muita intimidade com a pelota e muitas vezes, resolvia a parada para o nosso time. Os dois, implantaram em nossa mente, o gosto pelos treinos diários sempre a partir das 4 da tarde sob o sol escaldante, além de fornecer o indispensável: a bola. (...).<sup>34</sup>

Percebo no relato das memórias de Vâner Marinho como os valores e os costumes dos jovens de Porto Franco foram influenciados pela presença de alguns membros do PC do B (os paulistas) durante a fase preparatória para a Guerrilha do Araguaia. As experiências de vida desses jovens foram ampliadas a partir da chegada à cidade desses novos sujeitos. Eles trazem a novidade do que está acontecendo nos grandes centros urbanos, como, por exemplo, o corte de cabelo. Ao se referir a essa prática, continuou o autor: "Periodicamente, ele se oferecia para cortar o meu cabelo. E fazia de forma diferente dos barbeiros locais com detalhes semelhantes aos artistas de cinema cujas fotos eram publicadas pela revista O Cruzeiro".<sup>35</sup>

Além disso, há uma outra atividade cotidiana presente no relato de Vâner que foi comum nas entrevistas dos moradores realizadas em Xambioá, Santa Cruz e São Geraldo, o lazer. Durante os anos que antecederam a chegada das Forças Armadas, os paulistas buscaram conquistar a amizade dos jovens da região a partir do esporte. Partidas de futebol eram organizadas e praticadas com frequência por alguns membros do PC do B e jovens dos povoados próximos aos destacamentos guerrilheiros. Destacando a sua amizade com Paulo Roberto Pereira

<sup>34</sup>MARINHO, Vâner. **O peladeiro Zé Carlos**. Texto memorialista, mimeografado, com três páginas, no qual o autor destaca a convivência, na sua juventude, com alguns membros do PC do B (André Grabois – o Zé Carlos, Maurício Grabois – tio Mário, Gilberto Olímpio Maria – Gilberto e João Carlos Haas Sobrinho – Juca), durante os anos em que esses membros do PC do B moraram em Porto Franco, sul do Maranhão.

<sup>35</sup>\_\_\_\_\_. **O peladeiro Zé Carlos**.



Marques (Amaury), o senhor Bento Luiz Gomes de Abreu, disse: “Eu tinha muita amizade com Amaury. Amaury era muito amigo da gente, a gente jogava bola.”<sup>36</sup> Nas lembranças de Aroldo José de Sousa Pinto, morador de Santa Cruz (PA) e, na época da guerra, jovem, essa prática também foi destacada:

Eu na época era um rapaz mais jovem, formaram um time, e foram lá jogar, brincar, né? Não vei muita pessoa ... os participantes foi, parece, Amaury, o Geraldo, que era o José Genoíno na época, e também outros que veio também, mais um ou foi dois, parece uma coisa assim ... participaram ... mais eu não lembro o nome dos outros.<sup>37</sup>

Assim, de forma sutil as práticas políticas dos paulistas foram implementadas na região do Araguaia. Em tempos de clandestinidade, os paulistas conseguiram influenciar nos costumes da população local e os moradores do Araguaia também influenciaram os modos de ver o mundo dos paulistas, ensinaram a estes, as estratégias para se viver em um lugar isolado e sobreviver do que a natureza lhes oferece. São, portanto, relações de mão dupla, na qual os poderes se encontram dissolvidos nos interesses de ambos os lados. É o fazer política no dia a dia, nas relações pessoais, de amizade e de companheirismo. Política assim presente nas relações micro.

Dessa forma, as ações dos paulistas em tempos de clandestinidade constituem uma teia de relações políticas que se concretizaram em torno do trabalho social exercido por eles entre os moradores, tais como ajuda nos trabalhos da roça, atendimento médico, alfabetização, dentre outros, e as relações pessoais de amizade que marcaram as lembranças desses moradores e ajudam a construir/elaborar as suas memórias sobre os acontecimentos vivenciados durante aqueles anos de 1960 e 1970. Portanto, tomo a liberdade de discordar da afirmação oficial do PC do B que diz que o trabalho de cunho político (“trabalho de massa”) não foi realizado a tempo da chegada dos militares na área, o que explicaria na visão desse partido, o “não envolvimento” da população local com o projeto de guerra popular prolongada. Considero que o trabalho político dos paulistas na região da guerrilha, iniciou-se desde os seus primeiros contatos com os moradores dessa área em 1966. Contudo, talvez as lideranças dos paulistas, ou até mesmo, a maioria dos militantes do PC do B, tenham se equivocado com a forma de socialização dos moradores do Araguaia que levam em consideração a acolhida, a ajuda uns aos outros e a forma simples de lhe dá com os problemas do dia a dia, e terem lido tais características como possível envolvimento dos mesmos com as armas na luta contra os militares. Algo que não ocorreu em sua totalidade, pois apenas alguns tiveram esse envolvimento.

<sup>36</sup>Entrevista com o senhor Bento Luiz Gomes de Abreu, concedida a este pesquisador em Araguaína – TO, em 27/06/2007. Gravação digital e transcrita. Arquivo Pessoal.

<sup>37</sup>Entrevista com o senhor Aroldo José de Sousa Pinto, concedida a este pesquisador em Xambioá – TO, em 02/07/2007. Gravação digital e transcrita. Arquivo Pessoal.



Assim, a versão das lideranças do PC do B para os acontecimentos ocorridos no Araguaia, em particular, para o envolvimento dos seus moradores com o projeto de guerra popular prolongada, foi mais uma construção memorialística destes, do que de fato uma prática daqueles moradores. Enquanto pessoas comuns, estes não estavam engajados numa luta armada contra o governo militar e/ou o capitalismo excludente. Essa visão romantizada criada pelas lideranças das esquerdas de que "a maioria da sociedade" brasileira apoiou ou era simpatizante dos grupos da luta armada, merece ser problematizada. Pois, pesquisas realizadas por Carlos Fico, Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg têm demonstrado que a "sociedade brasileira", isto é, as pessoas comuns foram indiferentes às ações praticadas pelos grupos de esquerdas nos grandes centros do país. Seus atos provocavam mais medo do que, necessariamente, simpatia ou apoio. Portanto, a ideia que a maioria dos brasileiros eram a favor da "resistência" comandada por alguns grupos de esquerda é de fato uma construção memorialística destes.<sup>38</sup> E no caso da Guerrilha do Araguaia essa questão necessita ser levada em consideração.

Segundo os depoimentos concedidos por alguns moradores do Araguaia acerca do seu relacionamento junto aos paulistas, constatei dois comportamentos por partes destes. O primeiro se refere à fase anterior as investidas das Forças Armadas à região, ocorrida a partir de abril de 1972. Até este momento, os paulistas havia conquistado uma grande simpatia da população local, e existia um relacionamento de amizade e camaradagem entre os militantes do PC do B e os moradores do Araguaia. Os reflexos desse comportamento se deram através da relação recíproca entre uma população desassistida socialmente pelo estado brasileiro naquela época e os jovens militantes urbanos que necessitam se adaptar a uma vida rural e isolada. Uns carentes de assistência médica, alfabetização e acesso regularizado a terra, e outros necessitando de conhecimentos básicos da vida no campo, como por exemplo, caçar, preparar a terra (roça) e enfrentar os desafios da floresta. É neste momento, que se estabeleceram as relações políticas cotidianas as quais busquei destacar neste artigo. Entretanto, tais relações não significa apoio dos moradores ao projeto revolucionário, como em muitos casos, são relatados nos documentos

---

<sup>38</sup> Dentre a produção historiográfica acerca da questão das memórias construídas pelas esquerdas em relação a "resistência" armada a ditadura civil-militar, cito como exemplo, o livro do historiador Daniel Aarão Reis Filho, "Ditadura e Democracia no Brasil", o qual, dentre outras questões, analisa a construção das memórias da esquerda sobre a resistência armada aos governos militares e o ensaio da historiadora Denise Rollemberg, "Esquerdas revolucionárias e a luta armada", que também problematiza essa questão. Dentro dessa mesma visão, o artigo do historiador Carlos Fico "Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar". Para aprofundar essa temática ver REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014 e ROLLEMBERG, Denise. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano e o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 45-91. FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. V. 24, nº 47, São Paulo, 2004.



oficiais do PC do B sobre a Guerrilha do Araguaia. O segundo comportamento dos moradores se dá com a chegada das Forças Armadas ao Araguaia. De forma truculenta, os militares chegam a área a procura dos “terroristas”, “comunistas” e “assaltantes de bancos” fugidos dos grandes centros e, possivelmente, vivendo entre a população do Araguaia. As ameaças e perseguições aos guerrilheiros são estendidas a população local através das prisões de alguns moradores, queimas de suas plantações e até mesmo a tortura. Diante daquele clima tenso e opressor, muitos destes moradores optaram pelo silêncio e/ou negação de conhecer os militantes do PC do B. Essa prática por parte da população local, entretanto, não deve ser interpretada enquanto covardia e ou indiferença para com os paulistas, mas como uma maneira de sobreviver numa época de medo e guerra.



## Entrevista com Angela Alonso

**Angela Alonso** é professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Presidente do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), e pesquisadora do CNPq PQ-1D. É doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2000), com Pós-Doutorado na Yale University (2010). Foi agraciada com os prêmios CNPq/Anpocs (2001), John S. Guggenheim Foundation Award (2009), Jabuti (2016) e da Academia Brasileira de Letras (2016). Foi membro dos comitês acadêmicos da ANPOCS (2014-16) e da BBM-USP (2013-2016) e coordenadora do LAPS-USP (2012-2015). Suas pesquisas e publicações se concentram na investigação das relações entre cultura e ação política e dos movimentos políticos e intelectuais.

<http://lattes.cnpq.br/7337422715793785>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Felipe Silveira de Oliveira Malacco** e **Gislaine Gonçalves Dias Pinto**, doutorandos na linha História Social da Cultura do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2017/2018.

**[Revista Temporalidades]:** Professora, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da *Revista Temporalidades*. Estamos às vésperas dos 130 anos de abolição da escravidão. Qual a relevância histórica, social e cultural que você atribui para a discussão dessa efeméride?

**[Angela Alonso]:** Efemérides políticas têm uma carga simbólica, elas rememoram momentos decisivos da história nacional. Neste sentido são importantes para que eventos, como a Abolição, sejam periodicamente lembrados e ressignificados. Contudo, as efemérides são representações oficiais do que se passou, costumam transmitir a versão oficial que o estado nacional deu ao fenômeno. No caso da Abolição, esta versão associou o fim da escravidão com a princesa reinante, Isabel, e desconsiderou a mobilização dos abolicionistas no espaço público e as rebeliões e fugas de escravos. Reações a esta versão apareceram na celebração da abolição em 1888, quando movimento negro e analistas engajados deslocaram a atenção da princesa para os escravos. Então a efeméride açulou a luta simbólica em torno do sentido da Abolição.

De outro lado, a cada vez que se celebra a Abolição, reaparece um fantasma, o resto de seu programa, que não foi implementado. O movimento abolicionista demandava fim da escravidão, pequena propriedade e direitos para os libertos. Negociada que foi, a lei Áurea só contemplou o





primeiro tópico e deixou sem amparo os ex-escravos. Boa parte dos problemas sociais que o país enfrenta hoje, a começar pela desigualdade, tem origem aí, na forma pela qual se fez a Abolição, sem concessão de direitos e garantias aos que se libertaram da escravidão.

**[RT]: Professora, a senhora lançou em 2015 o livro “Flores, Votos e Balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)”. Quais as questões que divergem e vão de encontro em relação a historiografia produzida até então sobre o tema?**

**[AA]:** O livro tem por tese principal a ideia de que houve um movimento social nacional pela abolição da escravidão no Brasil, que durou duas décadas e operou em três esferas sucessivas, espaço público, instituições políticas e clandestinidade. Este tese se contrapõe a duas outras presentes na literatura mais tradicional sobre a abolição. A primeira é que a abolição tenha sido obra da Coroa. A segunda é que tenha decorrido apenas de razões econômicas, com o desenvolvimento do capitalismo. Procuro mostrar que houve mobilização social intensa, de impacto decisivo sobre o sistema político.

De outro lado, abandono a divisão que se firmou sobretudo a partir dos anos 80 na historiografia brasileira entre “emancipacionistas, que seriam moderados, e “abolicionistas”, que seriam mais radicais. Ou entre abolicionismo parlamentar” e “popular”. Meu ponto é que esta divisão não ajuda a explicar o fenômeno, porque, mesmo que as posições de princípio possam parecer diferentes em discursos e escritos, na práticas todos os abolicionistas agiam coordenadamente e a opção por formas mais (como candidaturas) ou menos institucionais (como fugas coletivas) de ação decorreu de constrangimentos e oportunidades abertas em cada conjuntura política – e não de crenças abstratas. Por exemplo, “radicais” como Antonio Bento se candidataram a cargos políticos e “moderados” como Nabuco ajudaram na fuga de escravos. Tampouco houve esta divisão entre os que atuavam no parlamento e fora dele. Isto é, nem os atores agiam exclusivamente em uma arena, nem recorriam a um único tipo de estratégia. As três arenas, instituições políticas, espaço público e clandestinidade tiveram sua importância e se influenciaram reciprocamente.

Outro ponto para o qual chamo a atenção é o contramovimento social escravista. O escravismo já foi muito estudado como fenômeno econômico, mas as motivações econômicas (salvar a propriedade baseada na escravidão) não se convertem automaticamente em ação política (organizar um movimento político de resistência à abolição). É preciso organização, liderança. Os escravistas brasileiros se organizaram em clubes da lavoura, no interior dos partidos, sobretudo o Conservador, e criaram uma rede de resistência forte, nacional e de longa duração à Abolição. Então o processo político abolicionista foi uma luta entre dois lados organizados e



comprometidos: abolicionistas e escravistas. Não se pode analisar um lado sem considerar o outro e, ainda, o polo que faz a mediação entre eles, o Estado.

Por fim, a literatura sobre a abolição sempre enfatizou a dimensão nacional da problemática, ao passo que chamo a atenção para o caráter transnacional do movimento, mostrando como os abolicionistas brasileiros se conectaram e se inspiraram em congêneres estrangeiros.

**[RT]: Em seu livro, você aborda o movimento abolicionista como um movimento social. A partir de quais pressupostos teórico-metodológicos você trabalhou para análise da documentação? Quais perspectivas esse tipo de leitura traz para o entendimento do movimento abolicionista? Quais as possibilidades de diálogo entre o fazer historiográfico e o fazer sociológico na abordagem dessa questão?**

[AA]: Minha formação é em sociologia política, então me vali de técnicas de levantamento, sistematização e análise já típicas deste campo no estudo dos movimentos sociais. Parti da definição do fenômeno dada por autores na linha da teoria do Confronto Político, que tratam um movimento social não como um ator, mas como uma rede de relações sociais entre diversos indivíduos e grupos, em constante rearranjo de líderes, táticas e metas, conforme a força e organização de seus adversários e interlocutores. Do ponto de vista do recorte empírico, esta perspectiva me levou a seguir os eventos de protesto, em vez dos atores. Assim, levantei em jornais de época os eventos organizados por abolicionistas, suas estratégias principais (que chamei de *estilos de ativismo*) e as associações que criaram para promovê-los. Concebendo a política como fenômeno relacional, em que há sempre outro lado, levantei também as respostas que o estado e o contramovimento escravista deram às ações do movimento.

Esta metodologia permitiu reconstruir o abolicionismo como fenômeno nacional e de longa duração, mostrando que embora muitos atores entrem e saiam do movimento, os estilos de ativismo, os líderes e as arenas de mobilização conferem certa estruturação mínima comum. Assim as ações ganham um ar de família, uma mesma cara, uma mesma direção, que permite identificar muitos ativistas, doutro modo dispersos, como parte de um mesmo movimento abolicionista.

**[RT]: Qual o papel do espaço público, da esfera político-institucional e da clandestinidade no processo de abolição da escravidão no Brasil? Nesse sentido, qual a relevância da atuação de ativistas e intelectuais como Luís Gama, André Rebouças e Joaquim Nabuco?**



[AA]: Cada uma das arenas foi crucial numa fase da mobilização: primeiro o espaço público, quando os ativistas usaram conferências-concerto, espécie de showmício, que acabavam em flores; depois a aliança com o governo e as candidaturas parlamentares, tempo dos votos; e por fim, o período de enfrentamento, quando, diante de um governo repressor, os abolicionistas migraram em peso para ações de desobediência civil.

As lideranças foram cruciais para construir estilos de ativismo que foram sendo replicados pelo país inteiro ao longo da campanha, caso das ações de liberdade, do lobby, da libertação de territórios, das conferências-concerto, das fugas coletivas organizadas. Os líderes como Nabuco, Gama, Abílio Borges, Patrocínio foram cruciais em criar conexões entre as diferentes arenas e grupos de ativistas com diferentes estilos de ativismo. Contudo, a peça central foi Rebouças, que operou do começo ao fim da campanha, articulando, negociando, e fazendo avançar alianças entre facções do movimento e dele com o sistema político.

Quanto à formulação da pergunta de vocês, gostaria de ressaltar que nenhum destes ativistas era um “intelectual” no sentido moderno, de pessoas dedicadas precipuamente a atividades letradas. Eram homens de ação, da política, que, como todos os políticos do tempo, escreviam panfletos, artigos de imprensa e versos. Não havia ainda um campo intelectual autônomo, uma carreira própria para acadêmicos que permita usar o termo para o século XIX.

**[RT]: A historiografia da escravidão, sobretudo a partir da década de 1980, começou a pensar efetivamente a agência dos escravizados no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. A partir das fontes que você acessou, qual é seu entendimento sobre essa agência?**

[AA]: Esta geração de trabalhos foi muito importante para ressaltar que houve resistência escrava e ativismo político dos estratos sociais mais baixos da sociedade imperial contra a escravidão. Sua contribuição é enorme. Contudo, o sucesso desta linha acabou conduzindo as novas gerações a se fixarem nela, deixando de lado a lógica institucional e o ativismo no espaço público – a relevância de eventos públicos, da fundação de associações, das iniciativas e alianças no interior das instituições políticas. Seja o foco nas razões econômicas da abolição, seja na agência escrava acabou fazendo com que quase se abandonasse o estudo da dinâmica interna das instituições políticas. E elas foram cruciais. Nelas se desenrolou um jogo difícil, sem cartas marcadas. É preciso entender sua lógica própria e o modo pelo qual esta arena se articula com as demais. É para isso que, espero, este meu livro venha a contribuir.



## Entrevista com Beatriz Gallotti Mamigonian

**Beatriz Gallotti Mamigonian** é bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992), mestre e doutora em História pela University of Waterloo, Canadá (1995 e 2002). É professora (nível associado IV) do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e atualmente coordena o Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Foi professora visitante na Michigan State University (2008). Realizou estágios pós-doutorais na UNICAMP (2008-2009) e na USP (2014-2015), este último com estadia na Universidade de Michigan, Ann Arbor. Suas áreas de ensino e pesquisa são: História do Brasil (Colônia e Império) e História Moderna e Contemporânea (História da diáspora africana e da escravidão na era moderna, História Social do Direito). Coordena o Programa de Educação Patrimonial Santa Afro Catarina.

<http://lattes.cnpq.br/8943310836584608>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Felipe Silveira de Oliveira Malacco** e **Gislaine Gonçalves Dias Pinto**, doutorandos na linha História Social da Cultura do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2017/2018.

**[Revista Temporalidades]: Professora, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Estamos às vésperas dos 130 anos de abolição da escravidão. Qual a relevância histórica, social e cultural que você atribui para a discussão dessa efeméride?**

**[Beatriz Gallotti Mamigonian]:** É um grande prazer falar com vocês. Eu acompanho a revista desde o início e admiro o profissionalismo e o compromisso com a qualidade. Estão de parabéns!

A comemoração dos 130 anos da abolição da escravidão, nesse contexto em que os movimentos sociais são criminalizados e direitos sociais suprimidos será particularmente polarizada. De um lado, uma celebração da abolição repetindo o que se fez no início da república: homenagens a figuras de elite, abolicionistas de última hora, discussões do legado da escravidão como se fosse realmente uma página virada e distante da nossa história. De outro, críticas à persistência do racismo e à precarização do trabalho. É imprescindível que nós historiadores críticos aproveitemos a ocasião para difundir as pesquisas recentes sobre o abolicionismo e o pós-abolição para o público geral. Dissipar a ideia de que a abolição era um consenso nacional e mostrar que os senhores de escravos e o governo travaram o debate até o fim. Chamar atenção para as lutas dos trabalhadores em diferentes momentos, antes e depois de 1888. O povo brasileiro não é pacífico: nunca deixou de reivindicar direitos e sempre foi duramente reprimido



por isso. Nossa história é violenta. Física e simbolicamente violenta.

**[RT]: Você publicou em 2017 o livro “Africanos Livres: a Abolição do Tráfico de Escravos no Brasil”, que tem a lei de 1831, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil, como fio condutor. Qual a importância da lei para o processo político e social brasileiro naquele momento? É de senso comum que essa lei foi “para inglês ver”. Qual a agência inglesa para a formação e aplicação dessa lei?**

**[BGM]:** O livro é uma história social da abolição do tráfico de escravos no Brasil que incorpora os africanos livres e os africanos escravizados ilegalmente na história que nós só conhecíamos pelos ângulos político e diplomático. Os ingleses, já sabíamos, induziram a abolição do tráfico ao pressionar Portugal a assinar os tratados de 1810 e 1815, e, depois, a condicionar o reconhecimento da Independência à assinatura de um tratado em 1826 pelo qual o Brasil se comprometia a fechar todo o comércio atlântico de escravos. Sabíamos também que diante da continuação do tráfico, em 1845 a Inglaterra passara a tratar os navios negreiros brasileiros como piratas, fazendo apreensões em águas territoriais brasileiras e levando-os a julgamento em seus próprios tribunais em clara violação à soberania nacional brasileira. Minha pesquisa, ao focar o embate entre brasileiros e ingleses pelos africanos livres, permitiu mostrar outras facetas da atuação inglesa, como o aliciamento de africanos livres para as colônias do Caribe, a proteção de escravos fugitivos e a defesa dos africanos trazidos depois da lei de 1831. Com a desculpa de que o Brasil não tinha cumprido os acordos bilaterais pela abolição do tráfico, a interferência inglesa estendeu-se até a Questão Christie (1863-1865). Fiz da lei de 1831 o fio condutor do livro pois seu primeiro artigo, que declarava livres todos os escravos que entrassem no Brasil a partir daquela data, serviu tanto à emancipação dos africanos encontrados a bordo dos navios negreiros quanto à demanda de liberdade dos africanos importados ilegalmente e mantidos como escravos. Acompanhei os debates políticos e jurídicos pelos quais o governo e os senhores de escravos justificavam a falta de aplicação da lei. Ela não foi feita “para inglês ver”, mas interessava a muita gente que fosse vista como tal. No livro, mostro que o argumento abolicionista de aplicação da lei de 1831 foi usado pelos ingleses já em 1851, para justificar a libertação de africanos que procuraram proteção dos capitães de navios e cônsules ou estavam a bordo de navios apreendidos.

**[RT]: A historiografia da escravidão, sobretudo a partir da década de 1980, começou a pensar efetivamente a agência dos escravizados no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. A partir das fontes que você acessou, qual é seu entendimento sobre essa agência?**



**[BGM]:** Os africanos livres eram uma categoria sobre a qual se sabia muito pouco. Mesmo os contemporâneos desconheciam o que aconteceu com eles. Sabia-se que trabalhavam como se fossem escravos, mas não se tinha a dimensão real do problema. Eu trabalhei em escalas: fiz um levantamento extenso de registros nominiais dos africanos livres para tentar “rastrear-los” e apurar suas condições de trabalho. É seguramente o grupo melhor identificado no Brasil imperial, documentado desde a chegada e emancipação até o falecimento ou emancipação definitiva das pessoas. Tendo lido a historiografia da escravidão no Atlântico, bastante sobre o Brasil mas também sobre o Caribe e os Estados Unidos, eu queria, obviamente, descrever o protagonismo daqueles sujeitos, saber como reivindicavam direitos, como resistiam a exploração. Encontrei muitos casos para relatar, individuais e coletivos. Mas a análise dos dados agregados, isto é, do destino coletivo dos africanos livres aponta para os limites do protagonismo: o estatuto de africano livre impunha condições de trabalho compulsório por 14 anos, a administração deles pelas autoridades restringiu muito a autonomia e o exercício da liberdade e ainda a política imperial (interna e externa) teve peso preponderante sobre a duração da tutela. Consegui mostrar que a insatisfação e a eventual mobilização dos africanos livres era levada em consideração nas tomadas de decisões e que o protagonismo deles foi, na maior parte das vezes, respondido com mais vigilância e opressão, justificadas pelos imperativos de manutenção da ordem escravista. Nesse sentido, o jogo de escalas permite dimensionar as margens de ação dos indivíduos.

**[RT]:** **A lei de 1831 foi a primeira lei de proibição do tráfico de escravizados. A ela seguiu-se uma série de leis que visavam extinguir a escravidão de forma paulatina, como a Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, Lei do Ventre Livre, de 1871, Lei dos Sexagenários de 1885. A que você atribui essa abolição gradual da escravidão? Quais os discursos políticos e diplomáticos que estão por trás dessas leis?**

**[BGM]:** Já faz algum tempo que a historiografia, sobretudo os trabalhos feitos na Unicamp, tem questionado essa narrativa “gradualista” da abolição formulada na década de 1880, pela qual cada medida anterior havia sido um passo no caminho da abolição. Se analisamos o contexto de cada uma das leis, vemos que não procede. Eu procurei ler os debates parlamentares e entender as intenções dos contemporâneos para as leis de 1831, 1850 e 1871 e não dá para dizer que se mirava o fim da escravidão. O trabalho da Joseli Mendonça sobre a lei dos sexagenários mostra o mesmo: era uma tentativa desesperada do Parlamento para conter o abolicionismo e dar alguma sobrevida ao sistema. Acompanhar a lei de 1831 até a década de 1880 permitiu expor as interpretações que teve e apropriações que sofreu por diferentes grupos durante mais de cinco décadas. No início, foram sinceras as intenções de abolir o tráfico e enviar os africanos livres para



a África, mas logo o contrabando cresceu e o grupo que apoiava os proprietários de escravos conseguiu maioria no Parlamento a ponto de o governo deixar completamente de reprimir o tráfico. Daí passou-se a negar a vigência da lei, o que interessava aos proprietários pois praticamente legalizava o contrabando. Nesse sentido, dizer que a “lei foi para inglês ver”, se alinha com a versão conservadora, que se opunha à aplicação da lei. É fantástico ver como os abolicionistas, desde o fim da década de 1860, se apropriaram da lei de 1831 e fizeram dela uma ponta de lança pela abolição imediata, levando ações de liberdade aos tribunais e, na década de 1880, pautando essa alternativa radical no debate político.

**[RT]: Em seu livro há uma série de estudos de trajetórias, como a de um grupo de africanos livres de “nação mina”, dentre os quais deu especial destaque ao de nome Cyro. Esses estudos de trajetórias tem se tornado um campo cada vez mais forte nos estudos africanistas e de africanos na diáspora, como o caso de Domingos Sodré e de Alufá Rufino, trabalhados por João José Reis. Qual a importância e os benefícios desse tipo de abordagem? Quais aspectos teórico-metodológicos que você considera importantes para executar esse trabalho?**

**[BGM]:** Como falei antes, a burocracia imperial gerou muitos registros nominiais, em diferentes fases da vida dos africanos livres no Brasil, o que permite acompanhar indivíduos ao longo de décadas. Isso é muito raro para a maioria da população, que não deixou documentação escrita em primeira pessoa ou outro tipo de registro individualizado. A historiografia da escravidão tem recorrido às trajetórias com muita frequência, pois elas permitem dar “carne e osso” às histórias que narramos, humanizá-las, e, sobretudo, reconhecer o protagonismo dos sujeitos. Houve até certa banalização do recurso. É claro que não se espera necessariamente que o sujeito escolhido seja representativo de um grupo, mediano, uma vez que raramente temos como aferir isso; trabalhamos com o conceito de “excepcional-normal” de Edoardo Grendi. Ainda assim, não faz sentido recuperar trajetórias sem procurar desafiar as narrativas correntes que as explicariam, sem procurar reescrever o contexto. De maneira mais ampla, narrar na escala das ações humanas devolve imprevisibilidade à História, que frequentemente é dada como resultante de processos impessoais, praticamente inexoráveis. Quando narramos a partir dos sujeitos, dos grupos sociais é que conseguimos recuperar os conflitos. Interessam-nos as alternativas dadas a cada momento, as escolhas feitas. Em outras palavras, historiamos os futuros possíveis.





## Entrevista com Sidney Chalhoub

**Sidney Chalhoub** possui graduação em História, Lawrence University, EUA (1979), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1984), doutorado (1989) e livre-docência (1995) em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente é professor titular colaborador na UNICAMP e professor do departamento de história da Universidade Harvard, EUA. Foi pesquisador visitante na Universidade de Maryland, na Universidade de Michigan, em Stanford University e Humboldt Universität (Berlim). Lecionou como Professor Visitante na Universidade de Michigan e na Universidade de Chicago. A principal área de pesquisa é a História do Brasil no século XIX, com publicações em temas tais como história do Rio de Janeiro, abolição, escravidão, saúde pública, epidemias, literatura, Machado de Assis.

<http://lattes.cnpq.br/7738861749701123>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Felipe Silveira de Oliveira Malacco** e **Gislaine Gonçalves Dias Pinto**, doutorandos na linha História Social da Cultura do Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membros do Conselho Editorial da Temporalidades, gestão 2017/2018.

**[Revista Temporalidades]: Professor, primeiramente, gostaríamos de dizer que é um imenso prazer fazer esta entrevista com você para o atual dossiê da Revista Temporalidades. Estamos às vésperas dos 130 anos de abolição da escravidão. Qual a relevância histórica, social e cultural que você atribui para a discussão dessa efeméride?**

**[Sidney Chalhoub]:** Efemérides são importantes porque o sentido que damos a elas em cada momento diz muito do que se deseja para o futuro. O sentido do 13 de maio tem variado bastante ao longo do tempo. Foi importante à época, pois libertou mais de 700 mil pessoas ainda escravizadas, o que representava cerca de 5% da população do país. É como se libertássemos 10 milhões de pessoas escravizadas no Brasil atual. Acho que o 13 de maio hoje deve representar o reconhecimento, pelo Estado brasileiro, do histórico de crimes cometidos contra os negros no país. O mais escandaloso deles foi a importação ilegal de africanos depois da lei de proibição do tráfico negreiro em 1831 (mais de 750 mil pessoas ilegalmente escravizadas). Mas houve também a restrição ao voto de analfabetos, de 1881 em diante, num contexto de inexistência de instrução primária pública e num momento em que as libertações se aceleravam. A proibição ao voto de analfabetos excluiu os negros da cidadania política formal no momento mesmo em que mais precisavam dela para influenciar o rumo dos acontecimentos. O 13 de maio deveria passar a representar o dia do reconhecimento, pelo Estado brasileiro, da dívida que tem em relação à



população afrodescendente. Dia de discutir reparação, políticas de ação afirmativa.

**[RT]: Você publicou em 2012 o livro “A Força da Escravidão”. O tema central do livro é a ideia de precariedade da liberdade em que viviam os libertos durante o século XIX. Nesse sentido, o que você entende por precariedade? Em que medida essa nova leitura se aproxima ou se afasta da chave de leitura produzida em seu outro livro, “Visões da Liberdade”, publicado em 1990?**

**[SC]:** Cada livro pertence ao seu tempo. “Visões da liberdade” foi escrito na década de 1980. Os sábios economistas da Bruzundanga chamam aquele período de década perdida, pelo fato, sem dúvida importante, do caos da hiperinflação. O país passou da ditadura dos generais para a ditadura dos czares da economia, aos solavancos, sem transição “lenta, gradual e segura”. Porém, a década de 1980 foi também a década do surgimento de movimentos sociais diversos, da volta de antigos, da mobilização da sociedade civil pelo fim da ditadura, pelas “diretas já”, por uma Constituição forte no reconhecimento e legitimação de direitos sociais. Do ponto de vista dos direitos, foi uma década ganha, conquistada. Por isso, naquele momento, escrever sobre a agência escrava, sobre os escravos como sujeitos da história, parecia importante. Importava em especial mostrar que o próprio aparato legal da escravidão permitia aos escravos reivindicar certos direitos, em especial o direito à alforria em situações em que a vontade senhorial havia sido contrariada por herdeiros ou outras personagens. A lei de 1871, em particular quanto ao seu dispositivo dando aos escravos formalmente o direito à alforria por indenização de preço, abriu caminho a certas estratégias de mobilização, individual e coletiva, para a obtenção de alforrias.

“A força da escravidão” responde a outro contexto, em que direitos conquistados e em vias de expansão parecem limitados por uma resistência à mudança arraigada. Há um apego à desigualdade na sociedade bruzundanguense que ainda não acabamos de entender. Por que o país precisava ser o último a abolir a escravidão moderna? Por que continua a ser um dos recordistas mundiais em desigualdade? Por que temos uma das sociedades mais segregadas do planeta, em que crianças brancas e negras, e de classes sociais diferentes, raramente se encontram e se conhecem nos bancos escolares? Por que o genocídio da juventude negra não acaba nunca, sequer é visto como um problema político grave? Por que o país é um dos campeões mundiais em feminicídio? Por quê? Por quê?

Em “A força da escravidão”, a ideia de precariedade tem a ver com as várias situações de incerteza entre escravidão e liberdade que existiam na sociedade brasileira oitocentista, desde as práticas de escravização ilegal até a concessão de alforrias condicionais e a revogação de alforrias. É um tema que me ocorreu logo após o término de “Visões da liberdade”, cheguei a tratar dele



em palestras e há lampejos dele no meu livro sobre Machado de Assis. Mas demorou para chegar o momento de perseguir a ideia sistematicamente. No conjunto, essas condições de liberdade precária relativizam ou qualificam as conclusões de “Visões da liberdade”. Acho que os livros se completam mais do que se contradizem, mas isso decide quem lê. Não tenho pretensão de ditar o jeito de ler o que está escrito, nem de controlar os sentidos possíveis do que escrevi. São ossos do ofício conviver, gostando ou não, com o que dizem que você disse.

**[RT]: A escravidão possuía relevância singular no Brasil colonial e imperial. Dessa forma, gostaríamos que explicasse qual a relação entre a continuidade da escravidão e o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro no século XIX.**

**[SC]:** Após duas décadas de embates e incertezas logo após a Independência, o Estado imperial brasileiro se consolidou em torno de um acordão em defesa da monarquia, do latifúndio e da escravidão. Está lá no Caio Prado Júnior e continua valendo como interpretação das origens políticas e sociais do conservadorismo e do golpismo na Bruzundanga. Em “A força da escravidão” um dos temas centrais é a importância do não cumprimento da lei de abolição do tráfico africano de 1831 na formação do Estado imperial. As instituições do país independente se moldaram num contexto em que era preciso não ver a enorme operação de contrabando que permitia fornecer mão de obra barata aos cafeicultores. Enfim, acho que essa situação de legalidade aparente servindo de véu a um sistema de corrupção rotineira deixou um legado.

**[RT]: A historiografia da escravidão, sobretudo a partir da década de 1980, começou efetivamente a pensar a agência dos escravizados no processo que levou à abolição da escravidão no Brasil. A partir das fontes que você acessou, qual é seu entendimento sobre essa agência?**

**[SC]:** Já disse um pouco sobre o contexto da produção historiográfica da década de 1980 na resposta a uma pergunta anterior. A questão da agência dos escravos se tornou hoje em dia um território de controvérsia historiográfica. É normal que seja assim. Por um lado, é crucial mesmo que explicações históricas busquem conexões transnacionais, que, por exemplo, a história da escravidão se conte tendo em vista que havia sociedades escravistas diversas nas Américas e que essas sociedades se influenciavam mutuamente. Por outro lado, continua a ser importante valorizar a perspectiva dos subalternos, escravos ou outros, a forma como as pessoas lidam com as condições de existência que estão aí e não podem ser transformadas de modo simples ou previsível. Essas duas formas de aproximação não se excluem, devem se completar. Nem cada historiador tem de se dedicar às duas dimensões com o mesmo afinco. Tem de haver alguma divisão de tarefas entre os praticantes do ofício. O mais difícil é conceber como essas duas



dimensões se combinam, como podem ser teorizadas em conjunto e dar origem a estratégias integradas de investigação. E mesmo essa forma de apresentar o problema é insatisfatória. Não existem dimensões puramente particulares ou gerais, locais ou globais da história, como se esses aspectos fossem excludentes. Há, sim, uma assimetria na articulação de discursos de demonstração e prova. Sempre parecerá mais convincente argumentar que certas características do capitalismo internacional incidiam de modo determinante sobre a sociedade escravista brasileira do século XIX, do que asseverar que as concepções políticas e os modos de resistência dos escravos tiveram impacto nas transformações do capitalismo do final do século XIX e início do XX. Afinal, vivemos na era do capitalismo triunfante, mais triunfante quanto mais global, logo é de se esperar que ele seja o sujeito das frases e que faça acontecer a história. Todavia, a história continua a acontecer por outros meandros também. Por isso cada nota dissonante importa, mesmo que pareça uma nota irrelevante quando vista na lente panorâmica e de longa duração. Há valor no modo de os míopes verem o mundo: atenção às pequenas cousas, observar detalhes que as grandes vistas não pegam. Transformações históricas importantes podem ser flagradas no detalhe, no efeito em cadeia, imprevisível, de uma polêmica sobre o uso de palavras, sobre certos comportamentos, ou até sobre o sentido de uma efeméride, para voltar ao tema da entrevista, que é a efeméride do 13 de maio.

**[RT]: Qual a noção de cidadania negra construída no século XIX? Como foi (ou não foi) feita a inserção do liberto na sociedade brasileira nesse contexto? Você entende que há repercussões desse processo ainda hoje?**

**[SC]:** Comentei mais acima que a proibição ao voto dos analfabetos excluiu os afrodescendentes da cidadania política formal por décadas a partir dos anos 1880 (antes estavam excluídos por renda, pelas restrições constitucionais aos direitos de cidadania dos libertos, e, antes e depois, pelos mecanismos de intimidação e violência característicos dos pleitos eleitorais no império e nas primeiras décadas da república). No entanto, acho que, na história política da Bruzundanga, a exclusão dos libertos da política pode ser também uma metáfora, representa uma exclusão muito maior e de longa duração. Liberdade precária, cidadania precaríssima. Aqui, na Bruzundanga, a democracia é só fachada, como agora, ou está sempre por um fio, como vimos ano passado quando do episódio do impeachment fraudulento. Ideologias autoritárias e excludentes são a nossa tradição mais poderosa. No atual momento melindroso em que vivemos, há quem argumente, com a maior cara de peroba envernizada, que o governo golpista é uma oportunidade de levar adiante “as reformas que o Brasil precisa” porque o governo não tem voto, logo é independente para fazer o que quer. Ou seja, eleições democráticas são um empecilho, um



inconveniente com o qual se vive enquanto parecer preciso. Sempre com esperança de que amanhã não seja mais preciso. O tal “Brasil” das reformas, acima, é o que eu chamo de Bruzundanga (homenagem singela a Lima Barreto): a Avenida Paulista, a zona sul carioca, “o mercado”, os editorialistas dos jornalões, os juízes brancos de classe média alta, os nostálgicos da farda e por aí vai. A Bruzundanga é um país no qual, de 1930 a 2017, apenas quatro presidentes foram eleitos e concluíram seus mandatos: Dutra, Juscelino, Fernando Henrique e Lula. Dilma conta pela metade, pois cumpriu um mandato e sofreu o golpe no outro. Enfim, a exclusão dos libertos é metáfora, representa um processo mais amplo de exclusão e apego às desigualdades raciais, de gênero e de classe.